

ANNAES

DO

PARLAMENTO BRAZILEIRO

ASSEMBLÉA CONSTITUINTE

1823

TOMO TERCEIRO



RIO DE JANEIRO
Typographia de H. J. PINTO — Rua do Hospicio, 218

1878

ASSEMBLÉA GERAL CONSTITUINTE E LEGISLATIVA

DO

IMPERIO DO BRAZIL

Sessão em 1 de Julho

PRESIDENCIA DO SR. ANDRADA E SILVA

Reunidos os Srs. deputados pelas 10 horas da manhã, fez-se a chamada, e acharão-se presentes 58, faltando por doentes os Srs. Gama, Ferreira Barreto, Silveira Mendonça, e Lopes Gama.

O SR. PRESIDENTE declarou aberta a sessão, e lida a acta da antecedente foi aprovada.

Annunciou-se então que estava á porta da sala o Sr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, deputado eleito pela província de S. Paulo; e sendo introduzido na forma do estylo, prestou juramento, e tomou assento na assembléa.

Por não haver expediente passou-se á 1^a parte da ordem do dia, que era o regimento da assembléa.

« Art. 84. Nenhuma proposta será aprovada, sem ter sido discutida tres vezes. »

O SR. ALLEN CAR sustentou que era desnecessaria a 3^a discussão, mostrando que as duas erão sufficientes para se examinar qualquer doutrina, e deliberar sobre ella.

O SR. COSTA AGUIAR:—Sr. presidente: Este artigo deve passar tal qual está redigido, e a sua doutrina é de toda a circumspecção e utilidade, sobre tudo nas matérias de ponderação; porque é para mim um princípio de eterna verdade que os corpos legislativos peccão mais pelo excessivo numero de suas decisões, do que pela falta, ou escassez das mesmas, e por isso tudo quanto for coarctar esta vontade e desejo de fazer leis, sem maduro conhecimento do negocio, e sem as informações e averiguações necessarias, será sempre util e mais conveniente ao bem dos povos.

Ora é isto o que se consegue pela letra do artigo em questão, especialmente se o

combinarmos com os seguintes, em que se declara o sim e o objecto de cada uma das discussões, o que tudo é conforme com o meu modo de pensar a este respeito: por quanto tratando-se em geral na primeira discussão das vantagens, ou inconvenientes de uma proposta, jamais poderá esta passar, ou ser aprovada, senão depois de pesadas e bem jociradas essas mesmas vantagens ou inconvenientes, no que de certo muito se lucra; porque se é aprovada na primeira discussão, isto já serve de muito peso, e é além disso, de conveniencia para a segunda, onde então se trata em particular de cada um dos seus artigos, e assim por diante; e se a proposta é rejeitada na primeira discussão, também pouparamos o tempo, que deveríamos gastar na segunda, que por via de regra deve ser mais longa do que a primeira, pela analyse e discussão de cada um dos seus artigos, e o que é mais, evitamos que passe uma determinação, por se não ter dado talvez maior peso aos inconvenientes que della pôdem originar-se. Em vista do que deixo expêndido, vota que passe o artigo tal qual está.

O SR. FRANÇA:—São necessarias as tres discussões que estabelece o regimento, para se receber a votação sobre qualquer projecto de lei; nem foi sem fundamento que ahi se admittiu esta economia e devisão de trabalho. Porque na primeira discussão versa o debate sómente sobre a admissão do projecto em geral; isto é, se elle merece ou não a attenção da assembléa para se discutir.

Extremar esta questão das outras, é seguir a razão de ordem, que exige a tactica do raciocínio nas matérias polemicas. Neste debate não se considerão senão as relações geraes da lei que se propõe com as circumstancias geraes da sociedade para a qual deve ella servir,

Fa 2.^a discussão já ventila-se cada um dos artigos da doutrina em que é concebido o projecto. Relações particulares dessa doutrina, a conveniencia ou desconveniencia da sua applicação ás diversas hypotheses que se podem figurar, e as emendas de redacção são as que constituem o objecto primario e ponto principal do debate.

Na 3.^a discussão finalmente faz-se uma resenha de todo o projecto. Ali são os contraditores delle outra vez autorizados para o combater em globo, e em cada uma das proposições da sua doutrina vencida, e redigida pelas emendas, se algumas tiverão lugar.

Bem conheço eu, que projectos haverá, cuja simplicidade haja de dispensar este triplicado trabalho; mas essas poucas excepções não devem impedir ao estabelecimento de uma regra geral que comprehende todos os casos, fixando as regras da mais circumspecta moderação com que cumpre se façam as leis. Voto portanto que passe o artigo, sem nenhuma alteração, e como foi redigido.

Posto o artigo á votação, foi aprovado.

« Art. 85. Não começará a primeira discussão de qualquer proposta sem que tenham decorrido pelo menos, tres dias depois da segunda leitura. Esta primeira discussão versará unicamente sobre as vantagens ou inconvenientes da proposta em geral, sem entrar no exame de cada um dos artigos. »

Depois de ligeiras observações foi aprovado.

« Art. 86. Acabada a primeira discussão o presidente porá a votos se—a proposta deve passar á segunda discussão:—e determinando-se que sim, entrará na distribuição diaria dos trabalhos, para se tornar a debater, quando lhe competir pela ordem de antiguidade. »

O Sr. Henriques do Rezende: — Entendo que este artigo 86 implica com o que há poucos dias aqui se decidiu.

Tendo esta assembléa sido convocada para fazer a constituição e as reformas indispensáveis, e tendo-nos nós a isto obrigado pelo nosso juramento, seríamos perjuros, se nos furtássemos a fazer aquellas reformas, que a assembléa uma vez decidiu que erão indispensáveis.

Foi por isso, Sr. presidente, que tendo sido rejeitado o projecto do Sr. Muniz Tavares, um nobre deputado requereu, que para não gastarmos dias em uma discussão, e depois ser a proposta rejeitada, e ficar o tempo perdido, logo no princípio se decidisse se ella era daquellas que estavão debaixo do nosso juramento, e assim se venceu.

Ora como era possível que decidindo a assembléa que tal materia estava debaixo do nosso juramento, pudesse ella ser rejeitada na primeira discussão? Credo que nesta presente

assembléa, decidido depois da segunda leitura, que tal projecto é indispensável, já não é livre a V. Ex. acabada a primeira discussão propôr, se ella deve ou não passar a segunda discussão: porque nós somos pelo nosso juramento obrigados a fazer a constituição, e as reformas indispensáveis; furtar-nos a isto seria sermos perjuros.

Digo pois que se declare que este artigo só regula nas legislaturas ordinárias, e não nesta assembléa constituinte, onde os projectos em discussão são indispensáveis.

O Sr. Almeida: — Ainda que a assembléa decida que é urgente a materia depois da 2.^a leitura, não se segue que acabada a 1.^a discussão, não possa resolver que não passe a 2.^a. Pode qualquer materia á primeira vista merecer-nos um juizo, e depois de discutida outro: a maneira de a considerar nos dous casos não é a mesma, e por isso não acho contradição entre o artigo e a resolução da assembléa.

O Sr. Henriques do Rezende: — O argumento do nobre deputado não destrói as minhas razões. A intenção da assembléa quando decidiu que depois da 2.^a leitura se resolvesse logo se a materia estava comprehendida no nosso juramento, se era das indispensáveis, foi evitar que não acontecesse o que aconteceu com o projecto do Sr. Muniz Tavares, isto é, gastarmos dias e ser rejeitado; quiz pois que só tratássemos de causas indispensáveis, como exige o nosso juramento; e isto quer dizer que sendo a materia indispensável não nos podemos furtar a dar-lhe remedio, aliás seria ociosa aquella exigência depois da 2.^a leitura, podendo o projecto ter a sorte dos outros.

Insisto pois que já não é livre ao Sr. presidente perguntar se a materia passa á 2.^a discussão, e que deve declarar-se que este artigo só regula nas legislaturas ordinárias.

O Sr. Almeida e Albuquerque: — Eu julgo necessário um additamento, porque não entendo que deva prevalecer a tudo a antiguidade da apresentação; a importancia da materia tem para mim o primeiro lugar. Eis aqui o meu additamento para o fim do artigo;

« Excepto se pela sua importancia dever preferir ás outras.—Albuquerque. »

O Sr. Ornelas: — O que lembra o illustre deputado já está acautelado no Cap. 11º, art. 162, que diz o seguinte:—A ordem dos trabalhos indicada na distribuição diaria, só poderá alterar-se em caso de urgencia, ou de adiamento.—A' vista disto julgo desnecessário o que propõe o nobre deputado.

Proposta a emenda foi rejeitada, e o artigo aprovado tal qual estava redigido.

« Art. 87. Se a assembléa assentar que não

deve passar á 2^a discussão ficará rejeitada a proposta. »—Foi aprovado.

« Art. 88. Para a 2^a discussão terá sido a proposta inserta na distribuição diária dos trabalhos, reduzida pelo secretário da assembléa a uma forma regular, com as alterações e subalterações que se tiverem oferecido para cada artigo. »

O Sr. Alencar:—(Não se entendeu o *tachygrapho*.)

O Sr. França:—Eu sei que á 2^a leitura de qualquer projecto pôde ainda qualquer dos Srs. deputados oferecerem as emendas que lhe occorrerem. E' isso permitido pelo artigo 111 do regimento; mas isso não lira, que possa passar a doutrina deste tal qual está redigida. Porque o regimento aqui dá a regra geral do methodo, com que se deve proceder nos trabalhos da discussão: alli indica uma providencia para se aproveitar uma idéa qualquer que de mais possa ainda occorrer a qualquer dos Srs. deputados no progresso do debate, determinando a maneira porque se deve ella inserir; e acrescentar á doutrina que já está em via de discussão. Não se contradizem pois estes dois artigos: elles constituem doutrina de diversos respeitos, que não se implica. Voto portanto para que passe.

O Sr. Costa Aguiar:—(Não se entendeu o *tachygrapho*.)

Posto o artigo á votação, foi aprovado.

« Art. 89. Na 2.^a discussão debater-se-ha cada artigo da proposta de per si com as alterações e subalterações correspondentes, escolhendo-se por meio de votos as que houverem de substituir em todo, ou em parte, os artigos a que se referem. »—Foi aprovado.

« Art. 90. Se nos dias em que principiarem a primeira e segunda discussões, não puderem concluir-se por falta de tempo, a assembléa decidirá para quando hão de ficar adiadas. »—Foi aprovado.

« Art. 91. Debatido cada um dos artigos da proposta o presidente porá a votos, se—a assembléa julga concluída a segunda discussão;—e decidido que sim porá a votos se—a proposta deve passar á terceira discussão. »—Foi aprovado.

« Art. 92. Se a assembléa assentar que a segunda discussão não está sufficientemente profundada, aprasará o dia ou dias para se continuar até a julgarem concluída. »

Depois de algum debate, requereu o Sr. Alencar a supressão do artigo; mas como não fosse apoiada a supressão, foi posto á votação e aprovado com aumento da palavra *Presidente* depois de *sufficientemente profundada*.

« Art. 93. Se a assembléa decidir que a proposta não passe á terceira discussão, ficará rejeitada. »—Foi aprovado.

« Art. 94. Para a terceira discussão terá

sido a proposta inserida na distribuição diária dos trabalhos suprimindo-se todas as alterações que não tiverem sido apoiadas, e acrescentando-se as que de novo tiverem ocorrido. »—Foi aprovado.

« Art. 95. Na terceira discussão se debaterá não só a proposta em geral, e por artigos, mas também as alterações, podendo confirmar-se ou refutar-se o que tiver sido aprovado nas discussões anteriores. »—Foi aprovado, com a emenda da palavra—*aprovado* para—*apoiado*.

« Art. 96. Terminada a terceira discussão o presidente porá a votos, se—a assembléa sanciona a proposta com as alterações aprovadas (no caso de tê-las havido);—e o exito desta questão será também o da proposta. »—Foi aprovado.

« Art. 97. Se a proposta tiver sido aprovada inteiramente na matéria e na dicção, o secretário escreverá no registo das propostas, na pagina destinada para as alterações—não houve alteração. »

O Sr. França:—Eu só lembro que já se venceu que fossem dous os livros, um de propostas e outro de emendas, e por isso deve redigir-se este artigo de modo que fique em conformidade com o que se acha já vencido.

O Sr. Costa Aguiar:—A nova redacção é indispensável para que a sua doutrina fique em harmonia com a resolução anterior da assembléa sobre o registo das propostas e emendas; e creio que se devem suprimir as palavras—*na pagina destinada para as alterações*,—e acrescentar-se a palavra—á margem—depois de—*escreverá*.—Deste modo concordaré, como é preciso, a disposição deste artigo com o que se venceu relativo a esta matéria.

Posto á votação o artigo foi aprovado com as alterações propostas pelo Sr. Costa Aguiar.

« Art. 98. O secretário porá no fim do registo de cada proposta, e das alterações respetivas o exito que tiverão. »—Foi aprovado, mudando-se a palavra *registro*—para—*registros*.

« Art. 99. Nos dias em que houver de principiar cada uma das discussões o presidente anunciará que—vai proceder-se a... (aqui o nome do autor da proposta) aprovada para a deliberação em... discutida pela... (primeira ou segunda vez que se der este caso) em... »—Foi aprovado.

« Art. 100. O secretário da assembléa, a quem tocar, lerá sempre as propostas, na primeira discussão, pelo registo, e nas outras pela distribuição diária dos trabalhos, lendo na segunda e terceira discussões, depois de cada artigo, as alterações que lhe forem relativas. »

O Sr. Andrade Machado:—Como os Srs.

deputados não podem fazer juizo sobre qualquer proposta, sem que esteja impressa, parece-me desnecessaria esta leitura pelo registro; é uma especie de fiscalisaçao que julgo inutil, depois que tudo está impresso.

O Sr. Henriques de Rezende:— Não sou do mesmo parecer porque na impressão commetem-se erros, e é por isso mais exacto que o Sr. secretario leia a proposta tal qual o seu autor a offereceu.

O Sr. França:—Se este artigo passar como está redigido andará o secretario sempre com o livro na mão; quando elle deve ter conferido os impressos com os originaes, para se verificar a sua exactidão. Eu vou por isso offerecer uma emenda que creio poderá bem substituir o artigo; e é a seguinte.

EMENDA

« O secretario a quem tocar lerá sempre as propostas e emendas pelos impressos que delas se tiverem feito, depois de as haver conferido com os registros, ou com os originaes, respectivos; e na 2.^a e 3.^a discussões, depois de cada artigo lerá as alterações que lhe forem relativas.—O deputado, França. »

Sendo apoiada esta emenda, fizerão-se algumas reflexões; por sim foi proposto o artigo tal qual se achava redigido; e não passou.

Propôz depois o Sr. presidente se passava com a emenda offerecida; e venceu-se que sim; ficando portanto redigido na forma da mesma emenda.

« Art. 101. Lido cada artigo da proposta, antes de começarem as discussões tratar-se-ha de ver se as alterações e subalterações são, ou não apoiadas; e as que não forem apoiadas por cinco deputados ao menos, serão rejeitadas. »

Depois de um breve debate ficou adiado por ser chegada a hora da leitura dos pareceres de comissões.—Foi aprovado, e o art. 102 ficou adiado.

O Sr. RODRIGUES DE CARVALHO pediu a palavra e leu o seguinte projecto de lei da comissão especial, sobre a mensagem S. M. Imperial.

PROJECTO DE LEI

A assembléa geral, constituinte, e legislativa do imperio do Brazil, decreta:

1.^o

Todas as povoações deste imperio já declaradas pela sua independencia, que sem serem coactas por força militar, se desunirem, fazendo causa commun com Portugal, ficão fóra das leis ordinarias, para serem tratadas militarmente na forma declarada nos artigos seguintes.

2.^o

Haverá uma comissão militar composta de um presidente, que será o oficial de maior

patente, imediato ao chefe da força armada, e de cinco officiaes superiores, ou de patente immediata, e de auditor letrado.

3.^o

Todos os cidadãos brasileiros em qualquer parte nascidos, que erigirem cabeças de rebellião, e os que forem apanhados com armas na mão, executando-a, serão julgados na sobredita comissão até um a pena de morte inclusive.

4.^o

O governo poderá autorisar ao chefe da força armada em operações para confirmar, e fazer executar toda e qualquer sentença proferida contra os que forem achados em acto de guerra na forma do artigo antecedente.

5.^o

As sentenças porém proferidas contra os cabeças que não forem achados com as armas na mão não se darão a execução sem serem confirmadas por um conselho, formado do chefe da força armada, como presidente, de dous officiaes de maior patente, que não tiverem sido membros da comissão, e de dous juizes, letrados, os quais deverá o chefe chamar dos lugares mais proximos, e de qualquer província.

6.^o

Igualmente poderá o governo autorisar, os chefes da força para concederem amnistias, ou perdão áquelles que tiverem entrado em processo, excluidos em todo o caso os cabeças de rebellião.

7.^o

As despezas do exercito ou força empregada contra os rebeldes serão indemnizadas pelos bens destes proporcionalmente, não se podendo estender o beneficio da amnistia, ou perdão a aliviar os agraciados da quota respectiva.

8.^o

A liquidação das despezas, a designação dos multados, e a quota atinente a cada um serão committidas a uma comissão militar a que se unirá o auditor, e juiz territorial letrado, havendo-o.

9.^o

Ficão responsaveis por si, e seus bens, todas as pessoas de qualquer dignidade, ou emprego que sem invencivel coacção, puserem em execução em qualquer província deste imperio a lei de 21 de Março do presente anno das cortes de Lisboa que incompetentemente manda proceder contra cidadãos brasileiros.

10.

São irritas, e nullas todas as transacções celebradas em virtude da sobredita lei sobre bens nacionaes, e de cidadãos deste imperio.

11.

Na mesma nullidade incorrem todas as arrematações de contractos de rendas nacionaes, todas as arrematações de bens feitos para

solução de dívidas públicas, provenientes de contratos fiscais, e cujo producto tenha sido aplicado em manutenção de tropas portuguesas, empregadas contra a independência da nação brasileira.

12.

São igualmente irritas e nullas as vendas de bens de subditos do império, que tiverem emigrado das terras do império, ocupadas pelas armas portuguesas, e a que se tiver procedido por ordem de qualquer autoridade tomando por fundamento o facto da emigração.

13.

Os bens que fazem objecto dos arts. 10. 11, e 12, reverterão á posse de seus legítimos senhores com a restituição dos fructos, lucros, e interesses, pagos pelos bens dos ocupantes ou pelas massas dos bens dos portugueses residentes em Portugal, que se achão em sequestro na conformidade do decreto de 11 de Dezembro de 1822.

14.

Todo o cidadão brasileiro em qualquer parte nascido, que promover, e coadjuvar efficazmente a adherencia, e união de província, ou povoação ainda dissidente á sagrada causa do império do Brazil é declarado benemerito da pátria, com direito aos premios de interesse, ou de honra, de que se mostrar digno.

15.

Da mesma fórmula é declarado benemerito da pátria todo o cidadão que efectivamente promover, ou coadjuvar qualquer tentativa de que resulte a destruição ou à evacuação de tropas inimigas que ocuparem as terras do império.

16.

Se qualquer estrangeiro praticar alguma das honrosas acções comprehendidas nos dous artigos antecedentes fica igualmente com direito ás remunerações, e ás graças com que a nação premiará sempre os que dignamente a servirem, concedendo-se-lhe até o fôro de cidadão, se o pedirem.

17.

A disposição desta lei terá vigor, em quanto pela publicação da constituição, ou por outro qualquer motivo não for revogada.

18.

Ficão revogadas todas e quasquer leis que se oppuserem á presente. Paço da assembléa 1.º de Julho de 1823. *Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva. — José Joaquim Carneiro de Campos. — Barão de Santo Amaro. — Antonio Rodrigues Velloso de Oliveira. — Pedro de Araujo Lima. — José Antonio da Silva Maia. — Antonio Luiz Pereira da Cunha. — Manoel Jacintho Nogueira da Gama. — Martim Francisco Ribeiro de Andrada. — José Feliciano Fernandes Pinheiro. — João Antonio Rodrigues de Corvalho.*

Julgou-se urgente o projecto e fez-se segunda leitura. Acabada esta, propôz o Sr. presidente

também a urgencia da competencia da material e vencendo-se que a havia, mandou-se imprimir para entrar em discussão depois de distribuido.

Seguiu-se a leitura do parecer adiado da comissão de fazenda sobre o requerimento de Antonio Machado de Carvalho.

O Sr. Alencar:—Eu conheço Sr. presidente, quando calculo o estado do tesouro publico, as nossas muitas despezas, e as circunstâncias do tempo, que não podemos dar a este cidadão remuneração correspondente aos seus serviços. Contudo não posso deixar de notar que a comissão foi demasiadamente mesquinha; se não tivemos para dar-lhe em proporção dos seus serviços, parece-me que ao menos se lhe podia arbitrar quantia suficiente para a sua subsistência e da sua família, pois estou persuadido que ha de passar miseravelmente com a que estabelece a comissão. Eu não quero que sejamos prodigos; mas já que reconhecemos que seus serviços são grandes, de-se-lhe um auxilio com que possa viver sem precisões; é isto o que me parece digno da nação que representamos; e portanto voto pelo aumento de 300\$000 á quantia arbitrada pela comissão.

O Sr. Andrada Machado:—Sr. presidente: A comissão só teve em vista acudir ás necessidades do pretendente por elle representadas; nem o tesouro está em circunstâncias de podermos ser prodigos. Além disto se olharmos que a lei remunerou os serviços de um coronel com 220\$000, ou 240\$000, os de um brigadeiro com 300\$000, não acharemos mesquinha a comissão que para estes arbitrou 650\$000. Por sim, Sr. presidente, remunerar serviços não é sustentar quem os fez e a sua família; e a tudo isto atendeu a comissão. Sou por isso de voto que o parecer está muito bem fundado; e que este cidadão deve ficar satisfeito com a quantia designada, pelas razões que se têm exposto.

O Sr. Ribeiro de Andrada:—Disse muito bem o nobre preopinante que remunerar não é sustentar; a remuneração é um reconhecimento da nação aos serviços que se lhe prestam; demais a comissão atendeu á indigencia do supplicante, e assignou-lhe uma pensão com a qual seguramente pôde passar, se não aqui, em outra alguma terra do Brazil onde são menores as despezas.

Emfim, senhores, reparemos que não ha muito que pelos serviços feitos pelo tenente-general Manoel Marques de Souza, que comandou exercitos, se mandarão dar em remuneração, seiscentos mil réis; e disto podermos concluir, se a comissão não foi generosa á vista de tais exemplos, de que se serviu para se regular.

O Sr. Carneiro da Cunha:—Eu também

sou de parecer que os serviços deste homem merecem maior remuneração; mas ao mesmo tempo considero que não estamos em circunstâncias de sermos generosos como desejariamos. Além disto não é só com dinheiro que se recompensa serviços; poderá haver algum officio de que se lhe possa fazer mercê; e portanto approvo o parecer da commissão.

Julgou-se assim a matéria discutida; e sendo posto à votação o parecer foi aprovado, vencendo-se igualmente que se fizesse o pagamento pela folha da obra pia.

O SR. PRESIDENTE assignou para a ordem do dia: 1.º A nomeação da mesa; 2.º O parecer adiado da commissão de marinha e guerra sobre os officiaes vindos do sul, e presos na ilha das Cobras; 3.º O regimento da assembléa.

Levantou-se a sessão depois das duas horas da tarde.—*José Ricardo da Costa Aguiar d'Andrade*, secretario.

Sessão em 2 de Julho

PRESIDENCIA DO SR. ANDRADA E SILVA

Reunidos os Srs. deputados pelas 10 horas da manhã, fez-se a chamada, e acharão-se presentes 54, faltando com causa motivada os Srs. Rodrigues Velloso, Xavier de Carvalho, Gama, Lopes Gama, Ferreira Barreto, Rocha e Silveira Mendonça; e sem causa participada o Sr. Ribeiro Campos.

O SR. PRESIDENTE declarou aberta a sessão, e lida a acta da antecedente foi aprovada.

O SR. SECRETARIO CARNEIRO DE CAMPOS leu um officio do governo provisório da província de S. Paulo, felicitando a assembléa pela sua instalação.

Foi recebida na forma do costume.

O SR. FERNANDES PINHEIRO:—Sr. presidente, convencido de que noções estatísticas são da maior importância e interesse para uma assembléa, que constitue e legisla, pois que saberá então remover com acerto os obstáculos, extirpar os abusos, e estabelecer os meios de prosperidade; tenho à honra de oferecer uma obra dessa natureza sobre a província, que me vanglorio de representar, à qual anda anexo um mappa chorographic.

Igualmente peço, que a illustre commissão de estatística (á qual provavelmente será dirigida) se digne ouvir-me, todas as vezes que desejar ilustrações sobre ella, porque aonde não chegarem minhas observações pessoais de mais de vinte annos de domicílio, ou não puder satisfazer pela pobreza do meu talento, tenho dous amigos officiaes engenheiros, que alli servirão com distinção, e os quaes já benignamente se oferecerão para coadjuvar-me.

Foi recebido com agrado.

Passou-se á ordem do dia; e procedeu-se á eleição da mesa principiando pelo presidente. Obtiverão a pluralidade relativa os Srs. Andrada e Silva e Camara, e por isso entrando em segundo escrutínio, ficou assim eleito, com 38 votos o Sr. Camara.

Seguiu-se a nomeação do vice-presidente; e tendo obtido tambem a pluralidade relativa os Srs. barão de Santo Amaro e Pereira da Cunha, ficou por sim eleito, no segundo escrutínio, com 30 votos, o Sr. barão de Santo Amaro.

Passou-se á nomeação dos secretários e sahirão eleitos para efectivos os Srs. Carneiro de Campos com 34 votos—França com 24—Costa Aguiar, com 21—Muniz Tavares, com 20; e para suplentes o Sr. Fernandes Pinheiro, com 17 e o Sr. Maia com 16.

O SR. PRESIDENTE declarou que segundo a ordem do dia entrava em discussão o parecer adiado da commissão de marinha e guerra sobre os officiaes remetidos pelo barão da Laguna, e presos na ilha das Cobras.

O SR. ALMEIDA:—Sr. presidente: tenho hoje de falar a favor destes infelizes; eu quizera, senhores, que cada um de nós figurasse na phantasia a desgraça des e achar metido em uma fortaleza de Lisboa, e dependente o seu destino da compaixão ou crueldade, da justiça ou injustiça da nação portugueza; para apreciarmos bem os males dos outros, o melhor meio é suppôrmo-nos no seu estado.

Passando porém á matéria, eu digo que não posso considerar estes homens nem como prisioneiros de guerra, nem como espiões; eu os considero unicamente como individuos que não quizerão adherir á causa do Brazil.

Estes homens, Sr. presidente, forão presos em 2 de Outubro; nessa época davamos nós os primeiros passos para a nossa independencia mas não estava ainda absolutamente proclamada; reconhecimos o mesmo chefe, e formavamoos com Portugal uma só nação.

E' verdade que no decreto de 18 de Setembro de algum modo se indicava a independencia; mas essa mesma indirecta declaração seguramente não tinha chegado á colonia do Sacramento. Em tais termos não os contemplo prisioneiros de guerra, porque o Brazil, não era então uma nação separada e diversa daquella a que fomos unidos, e a que elles pertencem; e tambem os não considero espiões porque quando os apanháram nem seu trage era mudado nem tentava occultar-se; pelo contrario vejo que forão direitos ter com o chefe e a este entregárao os officios que levavao.

Logo, que são daquelles homens que não quizerão adherir á causa do Brazil; e de nenhum modo podem ser considerados inimigos.... nem julgados em conselho de guerra.

Eu sei que devemos destruir todos os obsta-

culos que se oppuzerem á nossa independencia; mas nemhum direito temos de punir homens só porque não quizerão adherir á ella; o que podemos fazer é expulsal-os do nosso seio.

Demais, Sr. presidente, eu desejava que fizessemos conhecer ás cónsules de Lisboa que não erão mais generosas do que nós. Quando da Bahia forão remetidos para Portugal quarenta e tantos homens, logo os mandárao processar e julgar sem demora, e pelo erario se expedirão ordens para as suas passagens; e o brigadeiro Manoel Pedre de Freitas, que na mente dos europeus merecia o maior castigo, foi julgado inocente, e já se acha entre os seus.

Quereremos nós por ventura que estes homens passem ainda mais seis ou oito mezes em prisão; além do muito tempo que já padecem, para sahirem depois inocentes!

Que triste idéa daremos dos nossos princípios de justiça!

E que utilidade, Sr. presidente, resulta á nossa causa, do castigo destes homens, ou de os retermos por mais tempo presos?

Se algum bem nos viesse talvez me conformaria; mas sendo nemhum o proveito, porque não lhe fazemos o que elles querem, que é voltar á sua pátria, onde nos não fazem mal algum?

Por isso mesmo que pertencem hoje a uma nação nossa inimiga, mostre-nos-lhe que sabemos exercitar actos de compaixão e de humanidade com os mesmos que seguem a causa contraria á nossa.

Mandemos pois estes homens já para o seu paiz, e não agravemos os seus males com injustas demoras de que nemhum bem nos resulta.

O Sr. Henrques de Rezende:—Sr. presidente; eu entendo que o illustre deputado não está na ordem; porque a commissão diz que este negocio não é da competencia da assembléa; e portanto é necessário que a assembléa declare que é da sua competencia, para poder entrar em discussão.

O Sr. França:—Sr. presidente: não é por compaixão, mas por justiça, que devemos tomar em consideração o requerimento destes homens.

Segundo o que examinei forão presos em 2 de Outubro, isto é, 10 dias antes da proclamação da nossa independencia, que foi no dia 12 do mesmo mez. Antes daquelle dia estávamos sujeitos á Portugal: com elle fazíamos uma só nação; forão portanto presos quando eramos ainda todos portuguezes; e daqui conclúo que é de justiça mandal-os embora porque no que fizerão não commetterão crime algum; concordo pois com o nobre preopinante, mas declarando que não sou movido por impulsos de compaixão, e sim por princípios de justiça.

O Sr. Andrade Machado:—Sr. presidente: a questão a meu ver não é esta. Quando uma parte da nação entra em guerra com a outra, ainda que estas duas partes não estejam separadas em nações diferentes, é de absoluta necessidade considerarem-se como tales os dous partidos contrários, e observarem-se as leis da guerra.

Por conseguinte, ainda que nesse tempo estava intacta a grande monarchia portugueza, nós já fazímos um partido diferente do que seguião os portuguezes europeus; logo, em acto de guerra todo aquelle que for apanhado com armas na mão, ou pretendendo de qualquer modo destruir o nosso partido, deve ser considerado prisioneiro de guerra; o mesmo farão aos nossos os portuguezes europeus; e se por acaso se provasse que erão espiões devião, sem dúvida, ser tratados como tales.

Não digo que tenham esse carácter; porque não se mostra que viessem occultos, antes entráram á vista de todos, e se apresentáram ao chefe a quem entregáram os officios que levavão; a meu ver são unicamente prisioneiros de guerra.

Ha contudo outro ponto de vista em que talvez poderíamos consideralos culpados; e vem a ser, no tempo em que estes requerentes forão presos ainda governava como regente o actual imperador, e como regente tinha dado ordem que se retirassem aquellas tropas, e estas erão obrigadas a obedecer-lhe; mas elles desobedecerão, e os requerentes forão uns dos da desobediencia.

Considerados por este lado parece que devem entrar em conselho de guerra como soldados desobedientes ao seu chefe; mas quando eu digo isto não posso deixar de acrescentar, que em verdade se as cousas ainda existissem naquelle estado, se Sua Magestade ainda fosse principe regente, devião ser julgados em conselho de guerra; porém elle hoje é uma entidade diversa, e não sei como possa exigir obediencia ao que se determinou em uma ordem de cousas que elle mesmo abandonou.

Confesso que se eu fosse juiz nemuma culpa lhe acharia, e que tambem os mandaria embora; como porém já se achão em processo decidão os desembargadores o negocio, que provavelmente será decidido desta maneira, pois não lhe descubro crime; mas como não sei com certeza o que fizerão, tome o poder judiciario conhecimento da materia.

O Sr. França:—Sr. presidente: não ha corpo de delicto para que possa este negocio ser commetido ao poder judiciario.

Estão além disso presos ha 9 mezes, e alimentados á custa do estado; para que sim estaremos nós a sustentar estes homens?

Se não se lhe pôde fazer justiça porque falta o corpo de delicto tratemos de nos aliviar

do pezo que nos fazem, e mandemolos embora para a sua terra.

O Sr. RODRIGUES DE CARVALHO:—Pego a leitura do officio do barão para me inteirar da materia.

O Sr. SECRETARIO CARNEIRO DE CAMPOS leu o dito officio nos seguintes termos:

« Illm. e Exm. Sr.—Havendo eu recebido soberanos decretos de Sua Alteza Real o Príncipe Regente do Brazil, e não podendo fazelos executar cercado como estava dentro da praça de Montevidéu por uma facção de subditos inobedientes, que suffocava a minha legítima autoridade, e a que eu tinha mostrado alguma diferença na esperança (que me faltou) de os levar com prudencia, e tempo ao conhecimento de suas obrigações; marchei para o quartel das tropas, tão valentes, como subordinadas, que se achão ás ordens do brigadeiro Manoel Marques de Souza, e comecei daqui, na plena fruição do meu lugar, a expedir as providencias, que me era necessário tomar para que as determinações do ministerio tivessem cumprimento. O que eu assim mandava, parte era obedecido, parte não, pelas tropas da divisão estacionadas em Montevidéu, e os facciosos até se atreverão a nomear o brigadeiro D. Alvaro (que teve o desacordo de aceitar) commandante interino, enquanto não chegava a Montevidéu o brigadeiro Saldanha, que elles pretendiam acclamar por seu chefe.

« Outros varios passos criminosos derão aquelles alucinados, deixando de ler aos soldados as minhas ordens; contando-lhes mentiras e aleives para os indispôr contra as autoridades constituidas, e levantando-os atropeladamente por outros meios semelhantes para um estado de anarchia; e considerando que lhes faria muito para o seu caso perverter os dignos batalhões de caçadores, que sempre se têm conduzido como verdadeiros militares; encarregármão desta comissão indigna ao capitão José de Vasconcellos e aos alferes José Felippe Jacome e Domingos Manoel Pereira de Barros, a quem já tinha aplanado o caminho o capitão-tenente Bernardo Soares; mas logo que saltáram em terra forão presos pelo benemerito coronel Manoel Jorge Rodrigues, e remettidos a este quartel-general; e como apezar de serem réos convictos pela propria confissão de seu crime, a que dão nomes heroicos, não haja aqui juiz competente que lhes applique a lei, e não convenha á publica vindicta e á disciplina militar, que siquem impunes; tenho resolvido, pelo peso que fazem neste destino, remettelos a VV. EExs., a quem rogo se dignem mandar que elles sejam embarcados na primeira occasião segura para a corte do Rio de Janeiro, assim de que Sua Alteza Real disponha delles, á vista do sumário a que mandei proceder, e que remetterei quando

estiver prompto, o que fôr a bem da justiça da causa publica e da união da monarchia, que elles tanto forcejavão por acabar.

« Deus guarde a VV. EExs.—Quartel-general na villa de S. José, 8 de Outubro de 1822.—Illm. e Exm. Sr. vice-presidente e mais membros do governo da província do Rio Grande de S. Pedro do Sul.—Barão da Laguna. »

O Sr. Henrique de Rezende:—Eu tinha requerido que primeiro se decidisse se era da nossa competencia este negocio; quero dizer que se tratasse de apurar, ou não, o parecer da comissão: mas como se tem entrado na materia, direi que de nenhum modo nos devemos ingerir nella: estes presos estão afectos ao conselho de guerra, esperem pela sua decisão; para que é mettermos a mão em negocio da competencia do poder judiciario?

Quanto ao exemplo que cita o Sr. Alencar das côrtes de Lisboa, é preciso não tomarmos a graça no ar.

As côrtes procederão nisso com mais circunspectão: quando forão para lá remettidos quarenta e dous, a cujo numero eu pertencí, o que ellas fizerão foi mandar que o poder judiciario decidisse logo este negocio, segundo os papeis existentes: estava a relação em sérias; abriu-se logo, e fomos soltos por sentença.

Parece-me que com os que forão da Bahia aconteceu o mesmo.

Os outros dous de que falla o nobre deputado tiverão um perdão que recabio sobre sentença proferida; isso diferente é do caso em que estamos: estes presos estão mettidos em conselho: é o meu parecer que se diga ao governo que os mande sentenciar.

O Sr. Alencar:—A supplica dos requerentes e o que acaba de dizer o illustre preopinante, é a mesma cousa; mas não estú nas mãos do governo a brevidade da decisão do negocio, porque se espera pelo summario que ha de remetter o barão da Laguna.

E quando mandará elle, Sr. presidente?

E para que vem cá o tal summario?

O barão diz no seu officio que mandará proceder a summario porque estes officiaes se oppunham á união da monarchia; logo, se o summario provar que elles querião a divisão della, são para nós virtuosos, estão nas mesmas circumstâncias em que nós estamos; e portanto não sei que por este summario possão ser criminosos, nem que por elle se deva esperar.

Por ultimo, respondendo ao que disse um nobre deputado sobre os presos de Pernambuco, e da Bahia, advirto que não disse que não tinhão sido sentenciados, mas que forão logo sentenciados; o que é tambem uma demonstração de vontade de socorrer a humanidade opprimida.

O Sr. França:—Sr. presidente, porque não ajuntou o barão da Laguna ao officio que fez o processo destes homens?

Porque os mandou para aqui presos só com um officio de que se não pôde tirar causa alguma?

E depois de nove mezes de prisão, ainda estes desgraçados hão de esperar que o barão da Laguna lhes faça o favor de lhes mandar formar culpa! Eu vejo nisto um procedimento contrário a todo o direito; e por isso sou de parecer que sejam julgados pelos papeis existentes, servindo estes de corpo de delicto, sem se esperar por esse sumário que o barão mandará quando quizer ou lhe parecer; pois não sei que elles devão estar germando em uma prisão, porque o barão da Laguna não cumpre com os seus deveres.

Remetta-se, pois, o negocio ao governo e diga-s-lhe que faça sentenciar estes homens pelos papeis que existem, sem dependencia dos que se pedirão.

O Sr. Henriques de Rezende: — Quando eu disse que a assembléa se não ingerisse em um negocio que está entregue ao poder judiciário, não disse que se esperasse por esses sumários que deve mandar o barão da Laguna; disse só que se dissesse ao governo que os mandasse sentenciar; e então eu sou de opinião que sejam julgados segundo esses papeis que aí existem, sem se esperar séculos, que chegam os sumários que manda o barão da Laguna, que certamente tem sido omisso: e esta falta de exactidão não deve servir para demorar-se tanto tempo a decisão de homens, que já estão presos há nove mezes.

Não entro na questão, se elles são desobedientes ou espíões: sobre isto claramente fallou já outro nobre deputado: só direi que a desobediencia e a espionagem têm seus caracteres próprios.

Sejam pois julgados segundo as leis, à vista dos papeis existentes, sem mais delongas.

O Sr. Carneiro da Cunha: — Também convinho que seja remetido o negocio ao governo para que sejam julgados sem demora, como disse um illustre deputado, que as côrtes de Lisboa praticarão com quarenta e tantos presos que forão de Pernambuco para Portugal.

Eu, fallando a verdade, não sei como se possão considerar criminosos, nem me canço a proval-o, porque os illustres propinantes já mostrárlão que não são espíões, nem prisioneiros de guerra; já se disse também que nenhum bem resulta ao Brazil de sua demora aqui, antes nos servem de peso, pois está despendendo com elles o estado; mas decidamos isto: se são criminosos julguem-os já, e se o não são, vão-se embora para o seu paiz.

O Sr. Dias — Sr. presidente, peço a V. Ex. que proponha á consideração da assembléa se os documentos que existem são bastantes para lhes formar corpo de delicto.

Eu não sei decidir desta matéria porque não sou jurisprudente; mas o que sei é que estes homens estão presos há imenso tempo, e que tais delongas são escandalosas.

Também nunca direi se elles são ou não criminosos; esta decisão pertence aos julgadores; mas sempre considero que quando forão presos não estavam legitimamente separados de Portugal, nem a nossa independencia bem proclamada. Além disto devemos procurar vencer os nossos inimigos até no coração, mostrando-lhes que não temos em vista scudo a separação, e nunca o sangue dos que forão nossos irmãos, e o podem vir a ser, sem que seja necessário apartar-nos da nossa independencia.

O Sr. Andrada Machado: — Como hão de ser nossos irmãos? Como homens sim; mas por outra qualidade nunca.

No juramento que demos está expresso o não sermos unidos á nação alguma do universo; a nossa independencia alli está estabelecida para sempre.

O Sr. Dias: — Ainda me não desdigo. São meus irmãos; nem por serem meus inimigos deixão de o ser. Devo exercitar com elles todos os actos de caridade; e uma vez que não estejam com as armas na mão hei de assisti-los.

Quanto ao que disse o nobre propinante sobre a nossa separação, concordo; mas também digo que a independencia não exige que seja immoral nem falso de caridade.

O Sr. Andrada Machado: — Aqui não se tratou de immoralidade, isso é diferente questão; fallou-se de independencia, e sobre isto ainda peço que o illustre deputado se explique, porque desejo saber se entende que ainda podemos vir a fazer parte dessa nação, e nesse caso requererí a ordem; agora se quer dizer que os devemos tratar como homens, respondo sómente que o nobre deputado não é mais humano do que eu.

O Sr. Alencar: — Eu julgo que nada há mais superfluo do que este argumento: porque o illustre deputado quando fallou, declarou logo que poderão ainda ser nossos irmãos, sem que fosse necessário apartar-nos da nossa independencia.

O Sr. Araujo Lima: — Sr. presidente, nós estámos em guerra com Portugal: tropas portuguezas estão no nosso território; e pôde aconceder que os nossos officiaes caíam nas mãos de nossos inimigos; por isso eu quero que tratemos estes como desejo que os nossos sejam por elles tratados.

Já ouvi apontar em sua defesa a época da prisão; e na verdade a esse tempo não havia propriamente separação, havia antecedencias, achavamo-nos na lide, mas não se podia dizer de que lado estava a razão, nem que

eramos nação independente. Por todas estas considerações já feitas, e que julgo muito justas, o meu voto é que estes homens sejam julgados pelo direito da guerra, e que lhes sirvão de corpo de delicto os papeis existentes, visto não ter mandado o barão da Laguna os mais que pertencem a este negocio.

O exemplo que se citou dos presos de Pernambuco e Bahia me parece muito a propósito; sejam julgados, mas julgados sem demora; e assim praticaremos com elles o mesmo que se praticou com os nossos.

O Sr. Andrada Machado:—Só como espíões podem estar culpados; e a espionagem não se prova. Crimino muito o barão da Laguna em não ter mandado o summario; é negligencia, e negligencia supina; mas para nos não precipitarmos, parece-me bem que se espere até o fim deste mez pelo summario, e que no caso de não vir até então, se continue o processo com os documentos existentes, para serem julgados pelas leis da guerra.

O Sr. Carneiro da Cunha:—Só discordo da opinião do illustre preopinante em querer que se espere mais um mez.

As côrtes de Portugal mandarão julgar logo os presos da Bahia e Pernambuco pelos papeis que existião, sem esperar pola devassa; façamos agora o mesmo; eu não aprovo a demora.

O Sr. França:—Não posso convir em que estejam presos por mais tempo; já o estão há mais de nove mezes, em menoscabo da lei que proíbe que o cidadão esteja preso sem culpa formada. Sejam pois ouvidos no conselho de guerra, e faça-se-lhes justiça pelos papeis que existem.

A culpa é do barão da Laguna que não tem mandado o processo; e elles não devem sofrer por falta de alícia.

O Sr. Andrada Machado:—Eu conheço, Sr. presidente, que estes homens têm sofrido muito pelo injusto procedimento do barão da Laguna; e creio que S. M. Imperial o repreenderá severamente; mas uma cousa é exigir responsabilidade de um mau execulor, e outra é soltar homens sem ao menos dar tempo a que possa vir a culpa e conhecer-se a verdade.

Confesso que é já muito o tempo da prisão, mas como se mandou nova ordem, talvez não tardem os papeis dez ou doze dias; e já agora, onde tem ido o mais vá o menos.

Nesta pequena demora não acho grande inconveniente, e pôde ser que venham cousas importantes. Demais, o caso não está tão claro como se faz; sempre se pôde presumir alguma cousa de espionagem; portanto devemos mais um prazo de quinze ou vinte dias, e se dentro delle não vierem documentos, sejam julgados pelos que existem.

O Sr. PRESIDENTE propôz se a materia estava discutida, e vencendo-se que sim, fizerão-se algumas observações sobre o modo de pôr a materia á votação; e depois de um pequeno debate, passou o Sr. presidente a propô-la do modo seguinte:

1.º Approva-se o parecer da comissão sem prejudicar as addicções que hajão de fazer os Srs. deputados? Venceu-se que sim.

2.º Deve dizer-se ao governo que mande julgar logo aquelles requerentes pelos papeis que existem, sem esperar pelos pedidos ao barão da Laguna, segundo lembrou o Sr. Araujo Lluna? Venceu-se que sim; acrescentando-se que fossem julgados pelo direito da guerra.

O Sr. PRESIDENTE assignou para a ordem do dia:

1.º A terceira discussão do projecto sobre governos províncias.

2.º Regimento da assembléa.

3.º O parecer adiado da comissão de legislação sobre o requerimento de José da Fonseca Pereira.

Levantou-se a sessão ás 2 horas da tarde.

José Ricardo da Costa Aguiar de Andrada, secretario.

RESOLUÇÕES DA ASSEMBLÉA

PARA MARTIM FRANCISCO RIBEIRO DE ANDRADA

Ilm. e Exm. Sr.—A assembléa geral constituinte e legislativa, do imperio do Brasil, aprovando o parecer da comissão de fazenda sobre o requerimento de Antônio Machado de Carvalho, que pedio em contemplação de seus serviços uma pensão que o salvasse, e a suas cinco filhas, das desgraças da indigencia, manda participar ao governo que tem resolvido que este benemerito cidadão, reduzido á condição miserável por acções generosas e profícias a seus concidadãos e ao estado, receba do tesouro nacional, pela folha da obra pia, tanto a pensão de 250\$ de que gosavão annualmente as suas sobreditas filhas, em virtude do decreto de 2 de Abril de 1819, como a que se lhe concede agora de 400\$ annuaes, que prefazendo com a primeira a quantia total de 650\$, passará por seu falecimento a todas as suas filhas repartidamente. O que V. Ex. levará ao conhecimento de S. M. Imperial.

Deus guarde a V. Ex.—Paço da assembléa, 2 de Julho de 1823.—*José Joaquim Carneiro de Campos.*

PARA JOÃO VIEIRA DE CARVALHO

Ilm. e Exm. Sr.—A assembléa geral constituinte e legislativa do imperio do Brasil, tomando em consideração o parecer da com-

missão de marinha e guerra sobre o requerimento de José de Vasconcellos Bandeira de Lemos, José Felippe Jacome de Souza Pereira Vasconcellos, e Domingos Manoel Percira de Barros, todos officiaes da divisão de voluntarios reaes d'el-rei estacionada em Montevidéu, remetidos presos a esta corte pelo barão da Laguna, como emissarios da referida divisão para revoltar a tropa da colônia; manda participar ao governo que tem resolvido, que estes officiaes sejam julgados pelas leis da guerra, á vista dos papeis aqui existentes, sem se esperar, pelos que se exigirão do barão da Laguna. O que V. Ex. levará ao conhecimento de S. M. Imperial.—Deus guarde a V. Ex. Paço da assembléa, em 2 de Julho de 1823.—*José Joaquim Carneiro de Campos.*

PARA JOSÉ BONIFACIO DE ANDRADE E SILVA

Ilm. e Exm. Sr.—A assembléa geral constituinte e legislativa do imperio do Brazil tendo procedido hoje á nomeação de presidente, vice-presidente, e secretarios, para o mez que decorre do dia de amanhã até 3 de Agosto; manda comunicar ao governo, que tem eleito para presidente, a Mancel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, para vice-presidente o barão de Santo Amaro, para secretarios effectivos José Joaquim Carneiro de Campos, Manoel José de Souza França, José Ricardo da Costa Aguiar, e Francisco Muniz Tavares, e para suplentes José Feliciano Fernandes Pinheiro, e José Antonio da Silva Maia. O que V. Ex. levará ao conhecimento de S. M. Imperial.—Deus guarde a V. Ex. Paço da assembléa, em 2 de Julho de 1823.—*José Joaquim Carneiro de Campos.*

Sessão em 3 de Julho

PRESIDENCIA DO SR. CAMARA

Reunidos os Srs. deputados pelas 10 horas da manhã, fez-se a chamada, e acháram-se presentes 55, faltando por doentes os Srs. Gama, Gondim, Rocha, Silveira Mendonça, Rodrigues Velloso, Ferreira Barreto e Lopes Gama.

O Sr. PRESIDENTE declarou aberta a sessão e lida a acta da antecedente foi aprovada.

O Sr. SECRETARIO CARNEIRO DE CAMPOS leu o seguinte ofício do ministro de estado dos negócios da guerra:

“ Ilm e Exm. Sr.—Levei á augusta presença de S. M. o Imperador, o ofício de 19 do presente mez que V. Ex. me dirigiu da parte da assembléa geral constituinte e legislativa do imperio do Brazil com a indicação proposta pelo deputado Francisco de Paula Souza e Mello, relativa aos destacamentos milicianos

na província de S. Paulo. E tomando o imperador em consideração um tal objecto, houve por bem dar a este respeito as providencias que por agora julgou necessárias, mandando expedir ao governo provisório daquela província as convenientes ordens. O que participo a V. Ex. para levar ao conhecimento da mesma assembléa.

“ Deus guarde a V. Ex. Paço, em 30 de Junho de 1823.—*João Vieira de Carvalho.*—Sr. José Joaquim Carneiro de Campos.”—Ficou a assembléa inteirada.

Leu depois uma participação de continuação de molestia do Sr. Silveira Mendonça.—Ficou igualmente a assembléa inteirada.

O Sr. Carneiro da Cunha:—Pela segunda vez me resolvo a levantar a voz neste augusto recinto, para falar em favor de uns desgraçados que considero victimas da arbitrariedade dos juízes.

Desejo que os magistrados reconheçam que esta assembléa lha de punir e defender a liberdade dos povos, e que nunca perde de vista a observância das garantias do cidadão.

Sr. presidente! De que servem as leis se elas não são executadas! Confesso que muitas das que nos têm regido até agora são más; mas o abuso da sua execução é mil vezes pior.

Bem tristes provas nós temos na opressão dos povos do Brazil, que por tres séculos sofrerão toda a especie de violências e despotismos da parte dos magistrados sempre promptos a sacrificar a justiça a seus sordidos interesses e paixões; não fallo de todos porque alguns têm havido, mas poucos; de honrado carácter e merecedores do nosso reconhecimento.

E' pois, Sr. presidente, contra este abuso que eu clamo; e como estou persuadido que não ha objecto mais sagrado do que a execução das leis, peço a esta augusta assembléa que tome em consideração a indicação que ofereço para se expedir sem demora a sentença desses cidadãos presos na ilha das Cobras, em danno seu demorada.

De que nos servirão, Sr. presidente, as leis mais liberaes se não forem executadas? De que nos servirá a nossa constituição, por mais sabia que seja, se não for observada.

Será uma constituição de papel!

E' preciso pois que os magistrados executem as leis, e por isso diga-se ao governo que os obrigue a cumprir os seus deveres. Eu leio e mando á mesa a seguinte

INDICAÇÃO

“ Proponho que se diga ao governo que faça expedir a sentença dos presos da ilha das Cobras, com a brevidade que as leis tanto recomendão aos juízes de guardar nos processos dos presos visto que consta que ha

muitos dias tem o dito processo em conclusão.
—Paço da assembléa, 2 de Julho de 1823.—
Joaquim Manoel Carneiro da Cunha. »

O Sr. PRESIDENTE declarou que entrava em debate a urgencia da materia.

O Sr. FRANÇA:—Será possivel que alguém deixe de conhecer a urgencia desta indicação. Cuido que não.

Nella se trata da materia mais importante que pôde ocorrer nesta assembléa depois da da salvação publica do estado.

Trata-se de ocorrer á oppressão, que sob côr de justiça se faz á uma porção de cidadãos, conservando-os por longo tempo presos, ora sem se lhes dar livramento, ora demorando-se-lhes a sentença.

Que é isto pois á face, e na presença de uma assembléa tutelar dos direitos do cidadão? Seremos mudos e frios espectadores da quebra que assim se commette das leis existentes? Não teremos direito, nem energia bastante para despertar no governo de sua stoica insensibilidade, assim de que faça entrar os magistrados nos seus deveres, quaes são os de decidirem logo e logo os casos, que por sua gravidade se declarão sumários, como é o de que se faz cargo a estes presos?....

Apoio a urgencia, senhores, da indicação. Nada nos deve locar tanto depois da salvação do estado, como a causa do cidadão opprimido; e opprimido com injuria da justiça, como são estes.

O Sr. Andrada Machado:—Eu julgo tão desnecessario falar nesta materia, que até direi com a minha costumada franqueza, que noto uma especie de parcialidade em se tratar deste objecto; nem sei tambem para que se trouxe á memoria o passado governo despotico; nós não estamos já nas mesmas circunstancias, nem Deus tal permitta.

Passando porém a falar da indicação, digo que ninguem sabe aqui se esses homens estão bem ou mal pronunciados; e que desejaria que nunca passassemos além da nossa méta.

Eu acho mui singular que se mande dizer ao governo, sem motivo conhecido, que faça a sua obrigaçao; parece-me que o sim que se tem em vista é atacar um determinado cidadão; e eu quizera que isto nunca se praticasse.

Para censurar qualquer autoridade deve haver razão justificada; e eu vejo criminhar magistrados por faltas imaginarias. Estes processos ha muito pouco tempo que estão na relação; qualquer dos desembargadores tem direito a vê-los e a examinal-los, isto leva tempo; e o decorrido não é tanto que já possão ser arguidos de demorados, até porque a materia não é de pequena importancia. Por isso acho intempestiva a indicação e voto contra ella.

O Sr. Carneiro da Cunha:—Como o illus-

tre preopinante ataca a minha indicação, como filha de parcialidade, eu me levanto para defender-me.

Quando é voz publica, e aqui se tem afirmado nessa assembléa, que ha injustiças nos processos destes presos não sei que seja parcialidade propôr que se diga ao governo que faça abreviar a decisão, nem vejo que se siga algum danno da minha proposta.

Se por isto dou a entender que me persuado que ha faltas na execução das leis, também o nobre preopinante em seus discursos já nesta assembléa tem fallado dessas faltas, e asseverado que lia de clamar contra elles como sentinelas da liberdade; e portanto se pôde notar-se parcialidade em mim também o nobre deputado não está isento dessa nota; mas nenhum de nós é parcial, o amor da justiça é que nos guia.

Eu sempre falei a favor do povo; sempre fui e seré o defensor das garantias do cidadão; ainda mesmo nesses dias de horror, no tempo da revolução de Pernambuco, falei a favor dos presos pelo governo, como poderia provar até com alguns membros desta assembléa; e fiz os esforços que pude para salvar cidadãos opprimidos. Não tenho talentos; as minhas expressões são fracas; mas com estas poucas forças sempre clamarei a favor da humanidade quando a julgar perseguida. São estes os meus sentimentos.

O Sr. Andrada Machado:—O illustre deputado que acabou de falar não percebeu bem o que eu disse; não lhe chamci parcial; disse que parecia parcialidade afirmar-se o que não se sabia.

Eu falo sempre como legislador, creio que os outros o mesmo fazem: e bom é que a nação se persuada que só temos em vista o seu bem, e não motivos particulares.

Disse a verdade o illustre membro quando lembrou que eu tenho protestado ser a sentinelas da liberdade; sim eu gritarei todas as vezes que me constar que ha falta de execuçao de leis, que se violão os direitos do cidadão; seré o primeiro a pedir a reforma, e a exigir a responsabilidade; mas enquanto isto me não for provado não seré tão temerario que dê como certo o que não passa de ditos vagos.

Quanto á estes homens que se achão presos, eu direi que os julgo em processo por sediciosos e perturbadores da ordem publica, e que os magistrados talvez se achão embaraçados para os sentenciar; pois até ouço que pertencião a uma sociedade secreta. Eu mesmo se fôsse juiz, me veria perplexo em tales circunstancias. Não censuremos os magistrados antes de tempo; sejamos mais prudentes; e esperemos pelas sentenças.

O Sr. Alencar:—Sr. presidente, eu ouço

fallar geralmente destes presos como de homens innocentes, e creio que a maior parte dos illustres membros desta assembléa são da mesma opinião.

Esta devassa tem sido taxada pelos homens probos de injusta, e filha do despotismo, não havendo nem se quer corpo de delicto; appareceu simplesmente uma portaria do governo mandando-a tirar.

Se este acto arbitrario se não acaba, até a assembléa se desacredita; ha de dizer-se que não ha aqui quem falle e puna por estes homens, apesar de já terem apresentado documentos attendiveis contra semelhante devassa.

O que parece é que elles são victimas de odios e vinganças particulares; e por isso devemos procurar que se ultimem seus processos, para que não sofrão por mais tempo a desgraça da prisão sem culpa alguma, e o que mais é, em tempos constitucionaes.

Não, Sr. presidente, não abandonemos estes opprimidos; velemos pela liberdade do cidadão; ao menos não demos lugar a que se pense que vemos com indifferença a oppressão.

Faça-se pois o que fôr possível para que sejão quanto antes sentenciados estes homens, cuja innocencia toda esta cidade apregoa, e a cuja opinião eu tambem me uno; e por isso voto pela indicação, para que o poder Judiciario acabe com estes processos, e se saiba se os julga innocentes ou culpados.

O Sr. Araujo Lima: — Sr. presidente, a questão reduz-se a saber se os magistrados têm faltado á sua obrigação. A lei manda que elles dêm suas sentenças em prazos determinados, se elles se têm desviado da regra, se não têm executado a lei, exija-se que cumprão os seus deveres: estes são os termos da questão.

Eu tenho a honra de pertencer á classe dos magistrados; mas nem por isso deixarei de a censurar quando souber que o merece, porém tambem a defenderei quando a vir injuriada sem razão fundada; é o que dictão os principios constitucionaes que tenho gravados no coração; e se não olharmos para estes principios não teremos liberdade.

Não duvidemos, senhores, o que garante a nossa liberdade é a divisão dos poderes: sem ella voltamos ao antigo despotismo; sem ella não ha governo constitucional.

Disse o honrado membro que no juizo publico estes homens são innocentes; não duvido que o sejão; mas eu não sei se o são; e como têm de ser julgados, nós veremos se é verdadeira a opinião do publico, e conheceremos se os magistrados faltáram aos seus deveres, se atropelláram os direitos do cidadão; mas por ora conservemos a divisão dos poderes; deixemos que os homens sejão sentenciados, visto que se está tratando disso.

O Sr. Andrade e Silva: — Levanto-me para responder ao illustre deputado o Sr. Alencar que disse que não houve corpo de delicto; isto não é nada menos do que avançar uma falsidade. Essa portaria de que o nobre deputado fallou foi consequencia de uma representação da camara e dos procuradores geraes das provincias do imperio, em que designavão certos homens como cabeças de sociedades secretas, com correspondencias em todas as provincias para fins subversivos, e em que rogavão a S. M. Imperial que tomasse alguma medida com que se atalhasse o mal que parecia imminente.

Eis aqui pois o corpo de delicto; isto é um facto; e eu desejará que nenhum deputado, por conhecer pouco os negocios que se trata, avançasse proposições falsas contra factos sabidos e até impressos.

O Sr. Alencar: — Seja-me licito responder ao nobre deputado que me accusou de avançar falsidades: não custumo servir-me dellas para mim algum; só tenho em vista, quando fallo, a verdade e a justiça.

E' um facto, Sr. presidente, ainda novamente o affirmo; não houve corpo de delicto para a prisão destes homens, embora houvessem representações; isto é hoje uma verdade de que ninguem duvida; têm sido victimas do odio e da vingança de seus inimigos.

Não se prende um homem sem ter praticado factos em transgressão de lei; aliás não temos liberdade; e comtudo sem preceder culpa estes forão presos e sepultados em masmorras!

Sr. presidente! velemos e guardemos a garantia mais sagrada do cidadão: eu não sou magistrado, mas não é preciso sê-lo, para conhecer que taes prisões forão actos de despotismo, e que para mais oppressão destes perseguidos se tem retardado escandalosamente a decisão dos seus processos.

Não sei se a culpa é dos magistrados, ou de quem é; mas sei que não se provão delictos, e que elles soffrem em prisões. Embora me julguem partidista; sim, sou partidista, mas da humanidade.

Nenhum receio me assusta; nunca deixarei de expôr o que me dictar a minha consciencia; se desagradarem a alguem as verdades que digo tenha paciencia; hei de sempre punir pelos opprimidos.

O Sr. Vergueiro: — Tenho visto que este negocio merece especial contemplação desta assembléa; e na longa discussão que tem havido, alguns Srs. deputados accusão de demora os magistrados, e outros os defendem, asseverando que não tem havido tempo para se proferir sentença.

No meio destas opiniões contrarias entre si, julgo necessario haver a illustração que nos falta para formar juizo seguro antes de deli-

berarmos; e a esse fim proponho a seguinte emenda, que mandarei à mesa.

« Sobre a indicação do Sr. Carneiro da Cunha, proponho que primeiro se peçam informações circumstanciadas ao governo. — *Verguciro.* »

O Sr. Henriques do Rezende: — Levanto-me para opinar, não pelo indicação do Sr. Carneiro da Cunha, que como bem demonstrarão outros nobres deputados, não têm lugar, mas opinarei pelo que já ouvi aqui lembrar, isto é, por uma medida que se estenda a todos os presos que existem nas cadeias.

Sr. presidente, seria affectação singirmos ignorar que existem nas cadeias presos eternos: nós estamos ao facto de que nas prisões os ha de 10 e 12 annos, porque não têm partes, e elles não podem continuar os termos do processo; e a justiça nada faz ex-officio.

Esta assembléa tem feito, infelizmente, leis criminaes; porque não faremos agora um acto de beneficencia?

Eu sei, Sr. presidente, eu mesmo vi; ha presos de 10 e 12 annos sem se ultimarem os seus processos: outros já sentenciados, e com degrado, retidos muitos annos; e o que mais é, trabalhando em obras publicas, esperando que o governo lhe conceda uma commutação da pena por esses trabalhos; e quando essa commutação lhes chega, ainda depois de tudo vão para o degrado.

Acabemos pois com tantos abusos; digna-se ao governo que faça sentenciar esses infelizes, para não estarem morrendo nas prisões, como os tenho visto.

O Sr. Andrada e Silva: — Eu tenho ouvido com satisfação expender idéas benéficas e princípios de philantropia; e propôr-se que se espertem os juizes para que não demorem os processos desses presos; mas não posso apoiar a indicação porque estou certo que os inquisidores vão ultimar quanto antes esses processos. Vejo nisto só uma medida precipitada; e as desta natureza não fazem honra à assembléa.

Julgando-se discutida a matéria, e proposta a decisão do congresso foi rejeitada a indicação e a emenda, havendo-se ambas por prejudicadas pela resolução da assembléa, tomada na sessão de 23 de Junho sobre a indicação do Sr. Xavier de Carvalho.

Passou-se ao 1º objecto da ordem do dia, isto é, à 3ª discussão do projecto sobre os governos das províncias.

O Sr. SECRETARIO CARNEIRO DE CAMPOS leu o projecto e entrou em debate o art. 1º. (Vej. a sessão de 9 de Maio.)

O Sr. Carneiro da Cunha: — Como sei dos receios e desconfianças que existem em diversas províncias, pois estou bem informado do que

por lá se passa, sou ainda da mesma opinião, isto é, que se appliquem alguns remedios, mas que não se ponha já em prática o projecto, reservando-se a sua execução para quando tivermos segura a liberdade pela constituição. (No resto não se entendeu o tachygrapho.)

O Sr. Andrada e Silva: — Nunca se diga que os governos das províncias não precisão de reforma; alguns ha que acabão de fazer causas que parece impossivel que sejam praticadas por governos.

Elles sahem fóra das suas atribuições; commetem erros e absurdos a todo o momento, e actos arbitrários de toda a especie; atacão o merecimento; exaltão a indignidade; em uma palavra entendem que podem fazer tudo o que lhe parece, porque tudo julgão que cabe nos limites da sua autoridade.

Ora, eu não sei como taes governos possão ser conservados, salvo se é para continuarem a fazer as mesmas desordens.

O Sr. Carneiro da Cunha: — Eu não duvido que os governos provincias tenham caído em faltas, e commetido injustiças; mas isso sucede em toda a parte: por esta ou por aquella maneira todos as praticão; e os homens mais sabios e habeis se enganão; portanto isso não pôde servir de fundamento para se abolir a fórmula de governo, mas sómente para se darem algumas providencias. Eu fui sempre deste parecer porque reccio que da execução do projecto se originem males mui graves nas provincias: e quando se julgue que elle deve desde já pôr-se em observância, eu quiceria que não fosse geral para todas as provincias, pois algumas seguramente se não têm queixado, e em quanto os povos se contentão com o que está, não vejo razão para a mudança, principalmente quando della se podem seguir prejuízos consideraveis, motivados por partidos que se combatem mutuamente, causando toda a especie de desgraças.

O Sr. Andrada Machado: — Pondo de parte despropositos que causão riso, e não merecem attenção; entrarei na materia que se discute. Sr. presidente! A fórmula dos governos actuaes das provincias é monstruosa, como já se tem demonstrado; é uma hydra de muitas cabeças que mutuamente se dilacerão; é preciso decepar-as.

Os seu defeitos são claros; e é claro também que procedem da sua fórmula; julgo escusado repetir as razões com que isto se tem provado. Sr. presidente: nós somos representantes da nação brasileira; e como taes, quando o bem geral o exigir, devemos decretar as providencias que julgarmos acertadas. Devemos proceder segundo a vontade da nação: com tudo não tomaremos por guia os caprichos, a vontade momentânea, mas só o seu interesse real,

porque esta é que é a sua vontade constante, e o será sempre, segundo me parece.

Uma nação sempre quer ser feliz; sempre quer ser bem administrada; ora, se os governos provisórios administrão mal, a nação quer a abolição dos governos provisórios.

Por alguns momentos pôde uma nação estar illudida, e querer a conservação do mal que não conhece; mas ainda assim é da nossa obrigação instar contra o seu capricho, e estabelecer a bem entendida regularidade.

Demais, que receios podem ter os povos, quando nós não fazemos mais que dar aos governos particulares das províncias uma forma análoga à do governo geral do imperio?

Não nos assustemos; a nação ha de bem depressa conhecer na nossa obra o cunho da prudencia, e que só nos interessa promover o seu maior bem; se ella está por ora enganada, diga-se-lhe a verdade; é dever nosso servil-a bem até contra sua vontade; porque se ella tem agora essa vontade, é momentanea, é filha de illusões: e não é esta, como já disse, que nós devemos desempenhar.

Portanto demos aos governos a forma de que precisão, e deixemo-nos de frivolas preocupações que nenhuma influencia devem ter nos animos dos que estão encarregados de fazer a felicidade da nação.

O Sr. CARNEIRO DA CUNHA:— Sr. presidente: não respondo porque não posso fallar tres veses.

O Sr. Alencar:—Eu não duvido, e creio que ninguém duvida, da necessidade de reforma: a questão versa unicamente sobre o tempo em que pôde ser útil pôr-a em prática.

Eu sou de voto, e alguns mais ha da mesma opinião, que se ordenasse agora algum regulamento interino, em que se marcassem as atribuições dos governos, e se guardasse o projecto para depois da constituição.

Não attender ás queixas dos povos que têm pedido remedio aos seus males, seria desanimal-os; seria obrigar-los a pensar que não faziamos caso de suas desgraças; mas não julgo acertada já a mudança absoluta de forma de governo, porque pôde renovar-se o susto de se verem governados outra vez pelos capitães-generaes.

A isto seguramente se refere o que disse o nobre deputado, o Sr. Carneiro da Cunha, quando fallou de desconfianças nos povos; e estes receios merecem attenção; no meio delles eu creio que as medidas que se dão por este projecto não vão remediar os seus males; porque o remedio não aproveita agora, mas depois que a constituição apparecer....

O Sr. Henriques de Rezende:— Eu votei por este projecto, e consequintemente por este art. 1º Escusado é expender mais as mesmas razões, em que então me fundei. Mas agora

levantei-me para fazer uma declaracão, que ulteriores considerações me sugerirão. Sr. presidente, eu ainda estou que este projecto é necessário com as emendas que lhe fizer a assembléa.

Um escrupulo porém sinto em mim; a Bahia está com o inimigo a braços; as linhas estão á vista uma da outra: este estado de cousas envolve planos, e circunstancias, que talvez exijão a continuaçao daquelle governo: e eu não sei se a execuçao deste projecto iria causar algum transtorno.

Quizera eu pois que no momento este decreto se não cumprisse alli: que se já amanhã cessasse alli guerra, no mesmo instante fosse executado: mas de outra forma deixemos acabar a guerra: por ora este decreto não tenha cumprimento na Bahia, onde talvez a mudança do governo transtornaria os planos: é a declaracão que julgo do meu dever fazer a este primeiro artigo.

Quanto ao mais, as razões porque eu votei por este projecto, forão bem diferentes das do nobre deputado: não é porque esses governos provisórios procedessem de Lisboa, como eu então disse: elles todos forão confirmados pelo nosso chefe do poder executivo, e desde então é que eu faço datar a sua existencia legitima; desde então são elles mui bem autorisados.

Julgou-se a materia discutida, e posto o artigo à votaçao foi aprovado.

Passou-se ao art. 2º com as suas respectivas emendas, dos Srs. Fernandes Pinheiro, Arouche Rendon e França.

O Sr. Pinheiro de Oliveira:—(Não o ouvi-
rão os tachigraphos).

O Sr. ALMEIDA E ALBUQUERQUE combateu o additamento do Sr. Arouche Rendon, mostrando que não havia precisão de regimento, porque na lei se marcavão as atribuições do governo.

O Sr. Arouche Rendon:—Sr. presidente: apesar do que disse o nobre deputado impugnando o meu additamento, insisto em que o regimento não só não é superfluo, mas muito necessário.

Não conheço autoridade com atribuições e jurisdiçao sem ter um regimento.

No corpo da lei sim podem ir algumas regras geraes de regulamento, mas não podem ir todas, e menos as cousas parciaes e miudas; e por isso é indispensavel um regimento que marque a jurisdiçao e alcada do governo com o posto do presidente do conselho, e secretario.

Posso ainda acrescentar que isto será igualmente util e agradavel aos povos, pois tendo em suas mãos o regimento do governo, sabem quando este transgride para se poderem queixar.

Desta falta provierão os maiores males dos governos dos capitães generais, que apenas tinham um regimento mui antigo, ignorado dos povos; pois o seu verdadeiro regimento era a sua vontade, segundo a qual obravão o que lhes parecia; e tal era a desgraça desses tempos que a mesma corte de Lisboa, se ás vezes reprovava seus arbitrios, outras os approvava e elogiava.

Concluo pois que em todo o caso é de summa necessidade o regimento, que estabeleci no meu additamento a este art. 2º do projecto.

O Sr. Henriques de Rezende:—Ou eu falle bem, ou falle mal, eu fallarei sempre, e com isso eu terei fallado mui bem; porque emsím é o meu modo de pensar que o exige muitas vezes.

Sr. presidente, eu julgo este segundo artigo mui bem redigido; eu o firmarei para que elle passe como está, e por isso combaterei todas as emendas que aqui se achão a este artigo.

A primeira é desnecessaria, porque exige um presidente nas villas, e que as camaras lhe sirvão de conselho; o que é impraticavel, porque as camaras são uma grande autoridade legal, e scria degradal-as fazel-as conselheiras desses presidentes, que são uma muito pequena autoridade. E' melhor que por ora as cousas vão indo como vão; principalmente sendo, como bem notou um nobre deputado, o presidente das camaras já uma autoridade municipal encarregada de certos ramos de administração.

Demais, como por este projecto os commandantes da força armada nenhuma jurisdição têm nas ordenanças, os capitães mōres, que até agora têm sido uma autoridade militar, ficão sendo officiaes meramente civis e subordinados, como sempre forão, ao presidente das provincias. Portanto temos já essa autoridade que o illustre autor da emenda queria; e não é necessario este additamento.

Quanto á segunda emenda, tambem julgo inutil, porque o nobre autor deste projecto já lhe chama regimento em um dos seus artigos; e bem se vê pelo artigo 13 e seus diversos paragraphos que já lhe marca as attribuições; e as diferentes emendas lhe irão supprindo o mais que lhe falta; é por estas razões que julgo não necessaria a emenda do Sr. Arouche.

Tambem a terceira emenda não tem lugar; porque diz *enquanto por artigos da constituição outra causa se não determina*. E' preciso não esquecermos que este projecto é provisorio e que depois de feita a constituição é que se ha de legislar constitucionalmente para os governos provincias.

Para que é pois este additamento do Sr. França? A palavra *provisorio* que leva em frente este projecto, já quer dizer que depois

de feita a constituição de outra fórmā se ha de organizar, ou marcar fixamente os governos provincias. Portanto voto contra todas estas tres emendas, e a favor do artigo tal como está.

O Sr. PRESIDENTE declarou adiada a discussão do art. 2º, por ser chegada a hora da leitura dos pareceres de commissões.

O Sr. TEIXEIRA DE GOUVÉA por parte das commissões de policia e fazenda leu o seguinte

PARECER

« As commissões de fazenda e policia encarregadas de taxar os ordenados que devem vencer os officiaes creados para o expediente da mesma casa, são de parecer que

« Ao porteiro mór se conceda o ordenado annual de seiscentos mil réis.

« Ao ajudante do mesmo, que tambem servirá de porteiro e guarda-livros da secretaria, o de quinhentos mil réis.

« A cada um dos continuos, trezentos mil réis.

« Ao moço encarregado da limpeza da casa, vinte mil réis por mez, bem entendido, nos em que a assembléa estiver em sessão.—Paço da assembléa, 3 de Julho de 1823.—*José Bonifacio de Andrada e Silva.*—*Martim Francisco Ribeiro de Andrada.*—*José Joaquim Carneiro de Campos.*—*José Ricardo da Costa Aguiar de Andrada.*—*Manoel Jacintho Nogueira da Gama.*—*Barão de Santo Amaro.*—*José Arouche de Toledo Rendon.*—*José de Rezende Costa.*—*José Custodio Dias.*—*Lucio Soares Teixeira de Gouvéa.*»

O Sr. França:—A assembléa decretou já que houvesse um porteiro de secretaria; consequentemente é estranho do parecer da commissão, restricto sómente ao arbitramento dos ordenados deste, e dos mais officios creados, a alteração que ora induz no officio do mesmo porteiro, dando-lhe uma outra attribuição que a assembléa lhe não declarou, e que nem podia ser declarada sem uma indicação especial, se por ventura ella tivesse lugar; porque na verdade eu não sei que se possão, ou devão aqui admittir indicações contra resoluções, uma vez tomadas.

Parece-me portanto que esta só razão bastaria para se ter o parecer da commissão por corrigivel nesta parte; porque excede os limites em que devia ser concebido, que era o quantitativo dos ordenados; mas afrouxando um pouco deste rigor de doutrina de ordem combaterei a alteração em si mesma como incongruente á economia e divisão do trabalho entre os officios creados.

Quando se creou este officio de porteiro da secretaria foi com a incumbencia de guarda-livros; e neste presuposto não pôde elle

divertir-se para outro cargo que não seja respectivo dos trabalhos da secretaria.

Os seus superiores immedios, com os quaes se deve elle entender são os secretarios da assembléa, e o official maior da secretaria. Se elle houvesse de se considerar agora como ajudante do porteiro, tinha mais este superior, á cuja voz devia servir; e isto é o que eu digo que não tem lugar; salvo se quizermos confundir as cousas, e mostrarmos que não entendemos o que fazemos.

O Sr. Ribeiro de Andrada: — O illustre pricipante engana-se quando diz que a commissão deu um parecer contrario ao que a assembléa tinha já resolvido.

A assembléa resolveu que houvesse um porteiro mór, e um porteiro da secretaria; a isso mesmo se conforma a commissão, pois não ficão juntos em uma só pessoa aquelles dous empregos; o que ella fez foi ajuntar porteiro da secretaria a ajudante do porteiro mór, por uma razão de economia, visto que muito bem pôde o porteiro da secretaria desempenhar os dous empregos.

O Sr. França: — Responderei ao illustre membro da commissão em uma só these, e é que depois da assembléa resolver uma causa nenhuma commissão tem autoridade de obrar em contrario. (*Apoiado.*) Eu tenho fundado a minha impugnação na resolução que é patente, e se não nega; não se pôde pois deixar de concluir que a commissão ultrapassou os limites em que devia conceber o seu parecer.

Isto quanto á primeira parte da mesma impugnação; e quanto á segunda continúo a excluir a idéa de subordinação do porteiro da secretaria ao da assembléa, que pôde induzir a qualidade de ajudante com que o parecer da commissão o denomina.

Que o porteiro da secretaria sirva de substituto ao da assémléa nos seus impedimentos isso está bom, porque é da ordem estabelecida em todas as estações publicas que os officiaes immedios em graduação substituão os que lhe ficão mais acima; mas isso é um artigo de economia subentendido em todos os provimentos dos officios das repartições; que nem ha necessidade de ser explicito, e declarado ora ao officio do porteiro da secretaria, nem quando o fôra lugar discutir-se essa idéa ou indicação n'um parecer de commissão, que só devia conhecer do quantitativo dos ordenados que aos officios creados cumpria assentar, sem lhe importar nada de atribuições de officios, por ser matéria estranha do mesmo parecer.

O Sr. Carneiro de Campos: — Sr. presi-dente: eu tambem não vejo no parecer das duas commissões alterada a resolução da assembléa. A assembléa quiz dar ao porteiro mór um ajudante, e ao porteiro da secretaria dous ajudantes; e eu não sei que isto fique alterado no

parecer, por se dizer que o porteiro da secretaria ha de ser o ajudante do porteiro mór.

Vejamos agora se ha inconveniente nisto. Nós não podemos esperar que o porteiro mór esteja sempre a fazer faltas, logo, essas poucas vezes que faltar será suprido o seu lugar pelo porteiro da secretaria, e o desle o vai ser tambem pelos ajudantes, sem inconveniente; porque elles estão lidando com os papeis diariamente, e por isso têm a intelligencia necessaria para servirem á secretaria, sem se sentir a falta do porteiro.

Eu tive um porteiro na secretaria em que servi, que o era só no nome, porque de papeis nada sabia; era muito bom homem e muito honrado; mas escusado seria perguntar-lhe por papeis; os ajudantes fazião tudo.

Concluo portanto que não havendo inconveniente no serviço, e havendo economia na despesa, deve aprovar-se o parecer nesta parte.

Julgando-se assim a materia disculida, foi aprovado o parecer, alterando-se unicamente o art. 2º que trata do ajudante do porteiro-mór, a respeito do qual se decidiu—que o porteiro e guarda-livros da secretaria da assembléa ficasse sendo substituto nato do dito porteiro-mór, e que vencesse seiscientos mil réis annuaes, em lugar de quinhentos que lhe arbitrara a commissão.

O Sr. SECRETARIO CARNEIRO DE CAMPOS pediu a palavra, e leu o seguinte officio do ministro e secretario d'estado dos negocios da fazenda:

“ Illm. e Exm. Sr.—S. M. o Imperador, em virtude do officio de V. Ex. de 12 do mez proximo passado, manda remetter todos os papeis que se achão no thesouro, tendentes á fabrica de ferro de S. João de Ypanema na província de S. Paulo, os quaes V. Ex. fará presentes á assembléa geral constituinte e legislativa do imperio.—Deus guarde a V. Ex. Paço, em o 1º de Julho de 1823.—*Martim Francisco Ribeiro de Andrada.* »

Ficou a assembléa inteirada, e mandou remetter os ditos papeis ás commissões de industria e fazenda.

O Sr. PRESIDENTE assignou para a ordem do dia; 1º, o projecto sobre os governos provincias; 2º, o parecer adiado da commissão de legislação sobre o requerimento de José da Fonseca Pereira, relativo a pagamento de dizima da chancellaria; 3º, regimento da assembléa.

Levantou-se a sessão ás 2 horas da tarde.
Manoel José de Souza França, secretario.

Sessão em 4 de Julho

PRESIDENCIA DO S. CAMARA

Reunidos os Srs. deputados pelas 10 horas da manhã, fez-se a chamada e acharão-se presentes 55, faltando por doentes os Srs. Rodrigues Velloso, Gama, Ferreira Barreto, Andrada e Silva, Rocha, Silveira Mendonça e Lopes Gama.

O Sr. PRESIDENTE declarou aberta a sessão; e lida a acta da antecedente foi aprovada.

O Sr. XAVIER DE CARVALHO mandou á mesa a seguinte declaração de voto, assignada também por alguns outros Srs. deputados.

« Declaramos que na sessão de hontem votámos contra o 1º artigo do projecto sobre os governos das províncias.—Paço da assembléa, 4 de Julho de 1823.—Xavier de Carvalho.—Ferreira Nobre.—Alencar.—Carneiro da Cunha.—Araújo Vianna. »

Mandou-se inserir na acta.

O Sr. Rezende Costa:—Sr. presidente, a legislação sobre a arrecadação da fazenda dos desfuntos e ausentes está tão vaga, tão contradictória e tão cheia de embarracos contra o direito de propriedade, que quem tem visto esses processos e observado as delapidações verificadas em tais juízos teme de horror. O regimento de 10 de Dezembro de 1613 e a provisão de 12 de Julho de 1668 vem hoje a ser um accessório das immensas e monstruosas provisões abortadas da mesa da consciência de Lisboa.

Pingues heranças tenho visto evaporar-se nas mãos dos thesoureiros e officiaes do juizo das provedorias, e é constante (eu mesmo o experimentei) que até nos desgraçados tempos passados para os interessados levantarem esse mirrado resto arrecadado era preciso fazerem rebates. Entrar na analyse desta historia será fastidiosa tarefa. Eu me remetto ao capítulo 26 da memoria feita pelo desembargador José João Teixeira Coelho em 1780 composta para instrução do governo da província de Minas-Geraes; e rogo que, ou se adoptem alguns dos meios por elle apontados ou outros quaesquer, esta assembléa tome em muita urgencia a necessidade de uma legislação segura, providente, certa e precisa; devendo revogar-se a provisão de 28 de Dezembro de 1754, pela qual se ordena, que só se paguem as dívidas contrahidas pelos sinados, por escriptura publica, até a quantia de 200\$ e as que não constassem por escriptura sómente até 100\$, exigindo-se audiencia dos herdeiros ausentes em Portugal para todas as mais com o sinistro fim de pôrem os credores brasileiros na necessidade de irem requerer o seu pagamento pelo juizo de India e Mina naquelle reino. Paço da assembléa, 4 de Julho de 1823.—O deputado, José de Rezende Costa.

CAPITULO XXVI

DEFUNTOS E AUSENTES

Os ouvidores são provedores dos desfuntos e ausentes pelas provisões que lhe passa a mesa da consciência. O regimento de que se servem é incompleto e as ordens para suprir esta falta infinitas e algumas contrárias. Disto procede o vexame dos povos servindo-se aquelles delles segundo os seus interesses.

Os accordãos da relação do Rio proferidos nesta matéria são famosos e honrão pouco os mesmos provedores.

Os povos miseráveis não têm forças para disputar a jurisdição dos ditos ministros, quando entendem que lhes não toca a arrecadação das heranças; porque ainda que appellem das sentenças lhes são recebidas as apelações sóniente no efeito devolutivo e se procede a sequestro nos bens das mesmas heranças, pendente a dúvida sobre a competência do juizo.

Os administradores, ou testamenteiros daquelas heranças são obrigados deste modo a fazer composições com os thezoureiros dos ausentes, dando-lhes meios ordenados, ou as quantias, em que se ajustam para desembaraçarem as ditas heranças.

Na capitania de Minas sucedeu o caso seguinte, quando eu residia em Villa-Rica. Um homem era socio com outro em uma fazenda importante: veio para este reino, onde morreu; os seus herdeiros se habilitaram no juizo de India e Mina, e mandaram as suas sentenças, ou procurações á pessoa, que recebesse a parte que lhes tocava da dita fazenda e que tomasse contas ao socio. O thezoureiro dos ausentes do distrito obrigou o socio, que administrava a dita fazenda a dar os bens a inventário, e se arrecadassem pelo juizo.

O dito socio e o procurador dos herdeiros allegavão, que o procedimento não tinha lugar porque os ditos herdeiros estavam presentes por elle procurador, que os representava; e que como o juizo não arrecadaria a herança em tempo, por ignorar o falecimento do outro socio, não lhe competia fazê-lo, quando era desnecessário. Sem embargo disso, foi preciso comporem-se, e dar ao thezoureiro uma avaliada quantia de ouro, para que este lhe deixasse livre a herança.

O conde de Valladares quiz atalhar estas injustiças, e é testemunha autorizada dos clamores dos povos pelas extorções dos juízes dos ausentes e sabe muito bem, que sendo importantíssima a herança dos Franças de Congonhas do Campo, se consumiu com a arrecadação do juizo de tal sorte, que um dos herdeiros anda pedindo esmolas como eu vi, ao mesmo tempo que os seus bens estão possuídos pelo thezoureiro por título de uma dolosa compra,

OUTRO CASO

Foi prezo em Marianna um negro, escravo ladino pertencente a um João da Silva Coura, morador nas vizinhanças da cidade, e se rematou no juizo dos auzerites, como bens vagos, a que chamão do vento, por não constar que tivesse senhor, como se o dito escravo fosse gado, ou besta que não soubesse dizer quem era seu senhor, por meio das formalidades declaradas na ordem do liv. 5º tit. 62. O conde de Valladares sabendo disto o mandou restituir a seu senhor.

Os thesoureiros dos ausentes, que têm em seu poder muitos mezes os escravos das heranças, servem-se delles em trabalhos domésticos, ou os mettem nos serviços das lavras, ou finalmente os mandão buscar aos matoos lenhas, e capim para negocio, e sobre isto lhes pagão as despezas dos comestiveis e vestuários.

Os moveis servem-se delles para as suas casas, e se deteriorão.

Quando vão os thesoureiros com os escrivães fazer inventarios descrevem nelles os moveis de maior vulto, e menos importantes e occultao os trastes ricos, e é um furto seguro, a que dão causa os provedores por não irem logo examinar as casas dos falecidos antes de dar principio ao inventario.

Se os provedores, e escrivães não tivessem cada um dois por cento das heranças arrecadadas, não se verião tantas injustiças. Como é possivel que um julgador, e seu escrivão sendo interessados em que se arrecadem as heranças para vencerem os seus emolumentos, possão proceder com justiça? O julgador em causa propria é muito arriscado. Tenhão pois os ditos provedores as suas assignaturas, e a escripta, e os por cento tenha um só fiscal, que promova; mas nem será isso bastante.

Parece, que como Sua Magestade tem uma junta de fazenda em Villa-Rica devia esta ser encarregada das heranças dos ausentes, de julgar as duvidas que se movessem a respeito delas, e de recolher ao cofre geral o seu producto.

Quanto aos testamenteiros, consomem as heranças, que lhes são entregues. Entre-guem-se muito embora a estes as de bens de raiz, moveis e escravos em quanto se não vendem; mas não o ouro, e peças delle, e de prata, e sejam comp uns feitores subordinados à dita junta, e competindo à esta a venda dos mesmos bens, e o guardar o importe delles, e do ouro ou prata, ou peças dos mesmos metas.

Os governadores estão encarregados pela ordem de 3 de Dezembro de 1717 de indagar o como os ministros administrão os bens dos ausentes, no caso que não cumprão as suas obrigações e para darem conta a Sua Magestade com

documentos, que legitimem as queixas. Em execução desta ordem devem representar todos estes escandalosos procedimentos.

E' certo, que tem havido muitos ouvidores rectos e desinteressados; mas não são todos; e para se evitarem duvidas, e extorções, é melhor que se dê neste particular nova providencia para que os māos, e maliciosos não façaão injustiça, e para que não prevariquem os bens.

Foi remettido tudo á commissão de legislação.

O Sr. Rodrigues da Costa:—Sr. presidente: os moradores da freguezia de S. Miguel da Pomba, cançados de sofrer os incommodos da má administração da justiça apresentão a esta assembléa um requerimento pedindo que se cree uma villa no lugar da sua freguezia. Eu o mando á mesa.

Foi remettido á commissão de estatística.

O Sr. PRESIDENTE:—Tambem tenho à apresentar outro de José Bernardino de Senna Ribeiro para ser a comarca de São João das Duas Barras desmembradas da província de Goyaz, e elevada á categoria de província, sem dependencia alguma do governo de Goyaz. Os que se erigirão em governo na dita comarca querem agora a mantença do mesmo governo. Julgo que deve ir á commissão de estatística.

O Sr. Andrada Machado:—Parece-me que deverá ir á de estatística, mas unida á de constituição, para dizer se está nas circunstancias de se fazer uma separada administração porque não é conforme ao systema constitucional, estar retalhando o imperio em governixos.

Foi remettido á commissão de estatística unida á de constituição.

Por não haver expediente passou-se á ordem do dia, começando pelo art. 2º do projecto sobre os governos das províncias, que ficará adiado na sessão antecedente.

O Sr. Fernandes Pinheiro:—Levanto-me para responder principalmente aos argumentos de alguns dos illustres opinantes, que têm impugnado o meu additamento. Clamou o Sr. Andrada e Silva, que elle era superfluo por se achar já provido em lei, sendo os juizes de fóra administradores nos distritos de sua jurisdição: do regimento dos juizes de fóra não se colhe que lhes compitão funções de administração; mas se o argumento se refere a ord. liv. 1º tit. 66, onde em camara elles têm apenas um voto de qualidade, que anomalia, que delongas não trará commetter a muitos o que sempre deve ser facto de um só? Como combinar, e ajustar em a mesma machina administrativa rodas velhas e desproporcionadas com outras novas, e de elementos diferentes? Como esperar que as camaras, em cuja

economia os capitães-generais não tinhão ingerência por lei expressa, corrião agora espontaneamente a sugeitarem-se aos presidentes? Ora neste projecto, que o seu illustre autor annuncia como um regimento dos presidentes, não se faz a mais leve menção das relações que com estes terão as camaras, fazendo-se aliás das justiças, militar, e fazenda, e por isso deixando-a desejar aos incios pelos quaes se comunicará a acção por toda a vasta circumferencia das províncias; logo, parece que não foi superfluo e ocioso o additamento, ou não estava já prevenido em lei.

O nobre membro o Sr. Albuquerque, estranhou ver uma acumulação de administradores maiores, e menores, sem reflectir que nas grandes distâncias semelhantes gradações são o único meio de comunicar o movimento a todo o corpo social; mas querendo desatar essas dificuldades, lembrou-se de retalhar as províncias em fracções mínimas, as quaes os administradores pudessem facilmente abranger: ora, um tal expediente além de em ultima analyse dar o mesmo resultado de muitos administradores, demais pende ainda de longos trabalhos estatísticos, e quando fôr para essa divisão de províncias eu sempre requererei que se regule a maior circumspecção, tendo em vista aquelle bom dito de—guardai-vos de separar os amigos.—Eu tambem sou grande inimigo de multiplicar empregados; mas meditando sobre o projecto achi ei vacuo innegavel, e se pretendendo suprir a lacuna não atinei com os meios, pelo menos parte de principios incontestavelmente reconhecidos em administração; longe de afferrado á minha opinião, levei-me só do receio de que ao montar-se esta machina nas províncias, não se torne inutil pelos seus desfatos e desproporções.

Portanto peço a V. Ex. que convide ao nobre autor do projecto para que nos indique o nexo, que devem ter entre si as diversas partes e districtos de cada província, e que nos preencha, uniforme, e harmonise o sistema administrativo dellas.

O Sr. França:—(Não o ouvirão os tachygraphos.)

O Sr. Ribeiro de Andrada:— Levanto-me para provar a necessidade de passar este art. 2º sem nenhuma das emendas que se oferecerão. Fez-se este projecto para obstar ao abuso das leis, e remediar os males produzidos pelas actuaes juntas provisórias; e considerando-se que estes males procedião da forma dada aos mesmos governos era indispensavel mudar-lhe a forma.

Têm havido queixas contra os governos, mas não as tem havido contra as camaras; além de que estas têm os seus regimentos, e por leis está estabelecido o nexo e subordinação das

diferentes autoridades ao governo da província e por isso não ha que temer falta de cumprimento ás suas ordens, nem precisão de administradores secundarios, que pedirão uma nova divisão nas províncias, a qual não pôde ser feita regularmente sem outros trabalhos preliminares, que são por ora impossiveis, sem se cahir em muitos erros.

Quanto ao regimento também o julgo escusado; no projecto acha-se o essencial; e com o que ha já estabelecido e regulado, nada mais é preciso, principalmente em uma lei provisória até que a constituição appareça. Voto pois que passe o artigo sem alteração alguma.

O Sr. Arouche Rendon:— Sr. presidente: levanto-me para novamente defender o additamento que ofereci a este artigo. O regimento, torno a dizer, não só é util, mas necessário; é util ao presidente e seu conselho, porque, se são homens probos, estimão achar marcada a sua jurisdição para a não excederem, e cumprirem os seus deveres; é util aos povos porque sabem até onde chega o poder do governo, não só para requererem o que lhes convier, como para examinarem quando se lhes falta á justiça e quando o governo excede os limites, e infringe a lei, e então saberem queixar-se ao imperador que os enviou.

Eu já tenho observado que alguns Srs. deputados sustentão que se devem conservar os governos provisórios, dando-se-lhes um regimento; do que se segue que reconhecem que o maior defeito dos ditos governos é o não terem regra que os guie ou coliba. Em realidade, o maior defeito dos capitães generais era serem arbitrários; os governos provisórios, além de monstruosos, têm a mesma falta.

Como pois iremos agora crear uma nova autoridade com o mesmo defeito? Qualquer alcaide ou escrivão tem um regimento, e só o não terá o governo de uma província? Aqui se disse que o regimento já ia na mesma lei; não é assim; a lei marca as principaes atribuições do governo, mas não lhe marca tantas outras cousas miudas que na prática irão apparecendo.

Eu desejará que este governo tivesse regras geraes e parciaes de que não se pudesse apartar. Esse regimento impresso e espalhado pelas mãos do povo, lhe tiraria toda a desconfiança de que os presidentes são despotas mandados a governar por instruções particulares; e isto mesmo produziria a paz das províncias.

O Sr. Vergueiro:—Disse o illustre deputado que o artigo deve passar tal qual está redigido, porque é preciso acabar com governos que tantaos males têm produzido. Sr. presidente: eu creio que nós devemos primeiro que tudo indagar quaes têm sido as causas desses

males, para lhes applicar com proveito o remedio; e duvido que a medida de substituir capitães generaes aos governos actuaes seja bem recebida dos povos.

As juntas provisorias têm commettido erros; mas os capitães generaes tambem os commettão; e por isso não vejo que se ganhe na mudança, nem se alcance o sim a que nos propomos. Estou persuadido que que todas as desordens e todos os despotismos praticados, tanto pelas juntas como pelos generaes têm a sua origem na falta de regimento e de responsabilidade.

Havendo regra certa por onde se dirijão, um tribunal por onde respondão por se afastarem daquella regra, todo o mal cessará; mas mudar pessoas, sem cortar a raiz do mal de nada vale. Regimento e responsabilidade são as bases principaes das administrações de uma província; sem isto aumenta-se o numero das leis, mas não se colhe fructo algum. Tiro daqui por conclusão que é indispensavel neste artigo a emenda do Sr. Rendon, porque não entendo o que é presidente, o que é administrador de província sem um regimento, em que lhe sejam marcadas as suas atribuições.

Agora direi tambem alguma cousa sobre a emenda do Sr. Fernandes Pinheiro que reconhece a necessidade de administradores subalternos. A França é uma das nações que se pôde dizer bem administrada, e tem destes agentes subalternos; porque o presidente de uma província não pôde chegar a toda a parte, e precisa por isso ter orgãos seus em diversos pontos: elle não fará chegar a ação da lei a todos os lugares em províncias tão extensas como as do Brazil, sem administradores secundarios; o exemplo da França, onde a população é mui unida, fortifica este modo de pensar.

O presidente nunca poderá dar perfeita execução ás ordens do governo e ás leis, sem os ditos administradores, que estão para o presidente na mesma razão em que os presidentes estão para o governo; são os braços dos presidentes assim como estes o são do governo. Talvez se pense que isto se pôde suprir com as camaras; mas não é assim; seria notável incoherencia dar a corpos moraes uma parte da execução quando temos reconhecido que não são proprios para isso.

Tambem já ouvi que o presidente da camara faria executar as ordens do presidente da província, porém eu vejo que o presidente da camara nada é sem ella, não tem mais que uma graduação; quem obra é o corpo da camara, e por isso não serve para executar. Por estas razões volarei tambem a favor da emenda do Sr. Fernandes Pinheiro comtanto que a camara não sirva de conselho ao administrador subal-

terno senão nos negocios particulares, sem ter ingerencia alguma nos geraes da província.

O Sr. Andrada Machado:—Sr presidente: nada do que disse o nobre deputado vem a propósito, e algumas vezes avançou falsidades. Disse que nós íamos substituir ás juntas os antigos capitães generaes; ora, esta asserção só a pôde fazer quem não lomou o trabalho de ler o projecto para conhecer a diferença daquelles aos presidentes; estes são meros executores e administradores, e ainda assim sem todo o poder, porque o repartem com o conselho, os outros reunião em si todas as atribuições sobre força armada, justiça, e fazenda que pelo projecto se separão; daquellea acumulação de poderes nascerão os abusos e os vexames com que se tem prejudicado a liberdade publica, e não da falta de regimento.

As juntas, formadas por eleição popular, cuidarão que tinhão em si o poder da nação, supuzerão uns pequenos soberanos, e julgarão que tudo lhes era permitido, e daqui procederão as desordens e os erros que têm feito os povos desgraçados. Agora pelo projecto estão divididos os poderes; da-se á individualidade o que lhe pertence, e reserva-se para a colleção o que só ella pôde bem desempenhar; não há pois concentração de poderes, e por isso nenhum risco de ver renovada a despotica administração dos capitães generaes, como sem razão se tem inculcado.

Ninguem nega a necessidade, de que fallou o nobre deputado dos agentes subalternos; o que se disse foi que existião as camaras, que dellas não havia queixas, e que por ora era preciso remediar com o que havia, por não ser possível reformar tudo, sem trabalhos anteriores que levarião muito tempo a concluir, para se fazerem as necessarias divisões. Quanto á emenda do Sr. Rendon, que tambem o nobre deputado julga indispensavel, pergunto o que é um regimento? E' a lei que marca as atribuições de alguma autoridade.

Ora, esta lei marca a divisão dos poderes; por ella vemos como se administrão os negocios militares, de justiça, e de fazenda; e por isso o regimento de que se falla só trataria de miudezas que não há necessidade de marcar, e que levarião muito tempo, quando é necessário que o remedio seja prompto. Não se pretende agora mudar tudo, o que se faz é por um esboço geral distinguir a presente legislacão da velha; isto consegue-se pelo projecto sem nenhum dos additamentos oferecidos, que julgo superfluos; um porque basta o que existe, e que fica em seu vigor, por isso que a lei o não altera, e outro porque a lei estabelece tudo o que é preciso.

O Sr. Arouche Rendon:—Se eu pensasse que era necessário formalizar nesta augusta

assembléa um regimento mindo para o governo das províncias, passando pelos mesmos exames e discussões por que passão os projectos de leis, certo ficava que tão cedo não serião soccorridas as províncias; mas o meu sentido foi diverso, e por isso não disse, o *regimento que a assembléa lhes der* disso unicamente *regimento que se lhes der*; entendendo que este regimento deve ser dado pelo poder executivo; e com razão; porque sahindo a lei desta augusta assembléa para ser executada, ao poder a que pertence a execução também pertence formalizar o regimento necessário, para que bem se execute; contanto que esse regimento em nada se apponha á lei; e só sirva para o bom cumprimento della.

O Sr. Henrques de Rezende: — Toda a diferença de opinião sobre este artigo 2º nasce da diferença dos principios. Eu que, quando votei por este projecto, estava, como ainda estou, convencido da necessidade da reforma dos governos provincias, sou de opinião que este artigo passe como está, pondo de parte o additamento do Sr. Fernandes Pinheiro, que envolve principios, que são também os meus, mas que não são para agora; os outros Srs. que protegem estas emendas, são no fundo, de opinião que este projecto não é necessário.

Fallemos claro, Sr. presidente: se este projecto é urgente, então ponhamos á parte cousas, que exigem mil considerações, mil exames, e mil informações, que só podem ter lugar, quando feita a constituição, se estabelecer a forma fixa desses governos; então se fará reconhecimento, nova divisão de territorio, novo cálculo de estatística, tudo necessário para que tenha lugar a emenda do Sr. Fernandes Pinheiro. Agora se este projecto não é necessário, então seja rejeitado, e escuzam-nos gastar tempo com elle, e com emendas, que, a meu ver, agora são impraticáveis; porque nós não vamos fazer tudo de novo, tratamos de ir atamançando; de ir fazendo sobre as cousas velhas concertos indispensaveis.

Depois, torno a dizer, quando se fizer a forma fixa dos governos provincias, ter-se-lá em vista tudo o que supõe esta primeira emenda. Ora, quando eu hontem falci, tive em consideração, que no antigo sistema de governo, que era inteiramente militar, as camaras já tinham uma parte de administração municipal, e que deve ainda continuar como notou um illustre membro; tive em consideração que os capitães-móres erão uns officiaes analogos a esses governos; tinham autoridade civil e policial; e tinham uma certa autoridade militar.

Agora por este projecto as ordenanças devem ficar isentas dos commandantes da força armada; esses capitães-móres não podem mais ser considerados, senão como officiaes meramente civis, e subordinados aos presidentes das províncias; portanto temos já essas autoridades subalternas, que na emenda do Sr. Fernandes Pinheiro se

chamão administradores dos municipios ou villas. Para que pois é esta emenda?

Mas á verdade, Sr. presidente, eu tenho reconhecido um vacuo neste projecto a respeito disto: podem estes capitães-móres, pelo costume do antigo sistema de governos militares, reputar-se ainda officiaes militares: é preciso que se declare o grão em que elles são considerados, e suas atribuições civis: mas creio que bastará fazer-se isto, quando chegarmos ao artigo em que se diz, que elles, e as suas ordenanças ficão isentos do commandante da força armada, por ora voto contra a emenda do Sr. Fernandes Pinheiro.

O Sr. Muniz Tavares: — Sr. presidente: se eu me persuadisse que por este projecto renascessem os capitães generaes, seguramente não votaria por elle. O odio que consagro a essas hybras por seus infames procedimentos, que fizerão a desgraça do meu paiz, me fará estremecer sempre que ouvir o seu detestável nome. Porém, eu vejo que não se confia a estes presidentes a força armada, para que não abusem della, e não agraviem o povo; e vejo que nos negocios que demandão juizo e exame não pôde o presidente deliberar sem o conselho; portanto as diferenças saltão aos olhos, e não temo a renovação dos mesmos males E' verdade que se as circunstancias o permittissem bom seria que estes presidentes tivessem um regimento que marcasse especificadamente as suas atribuições; mas confesso que não é possivel fazer já uma reforma tão miuda, e por isso voto pelo artigo sem nenhuma das emendas; reformar a administração em todas as suas ramificações levaria largo tempo, por agora, como disse um nobre preopinante, o que fazemos é ir atamançando.

O Sr. Carneiro da Cunha: — Eu não pretendia fallar sobre este projecto, depois de terem lantos illustres deputados expendido as suas razões, mas como se tem dito que nós só trattavamos de ir atamançando as cousas, sempre direi o que entendo. Muitas vezes se tem repetido nesta assembléa que as juntas têm commetido abusos, e ultrapassado os limites de suas atribuições; mas quais forão os motivos desses excessos de autoridade? Separada a séde da monarchia portugueza para Lisboa, e nomeados os governos provisórios, os povos que por tantos annos tinham sido flagellados, requererão remedios a seus males, e foi indispensavel applicar alguns.

Eu mesmo vi o que sucedeu em uma das províncias, que mais provas tem dado de moderação, e que se uniu logo unanime á causa do Brazil; o povo pedia remedios a seus males, e muito a custo se acalmou o seu entusiasmo. Qualquer outra que fosse a forma do governo, de um, ou de muitos, sempre elle cahiria em erros; e talvez o de um só individuo commettesse mais; em outra occasião já provei esta verdade com os exemplos do governador da Paraíba, e Láz. do Rego. Ao menos as juntas

não se oppuzerão, antes promoverão a declaração da independencia em todas as províncias, excepto Pará e Maranhão. Portanto os males dos povos não têm procedido da forma desses governos provisórios; outros muitos motivos os produzirão, e que são bem conhecidos... Eu já disse quando impugnei o projecto e agora de novo o repito, que se o governo, logo que se declarou a independencia tivesse mostrado aos povos que não lhes competia deitar as juntas abaixo, muitas desordens se terão evitado; não digo que o governo procedesse de má fé; mas talvez o não julgou necessário; o certo é que as providencias erão precisas, e que não se derão..... Hoje que elles estão acostumados á nova forma de governo, e que lhe parece ser esta a mais anloga ao sistema proclamado, é de recigar que se descontentem com tão repentina mudança; e desta minha opinião são muitos outros Srs. deputados.

As províncias esperão, na verdade, providencias para os seus males saídas desta assembléa; mas seria bom demorar até ao tempo em que tivermos ganho a precisa força moral que ainda não temos? E que fazemos nós para adquirir-a? Pelos principios desorganisadores que muitas vezes tenho ouvido aqui enunciar, de certo a não conseguimos. (A' ordem, á ordem.) Não estou sór da ordem, digo o que julgo necessário para responder ás razões de alguns nobres deputados.

Voltando pois á questão digo que visto ter de passar este artigo, é indispensável a emenda do Sr. Rendon; seu regimento teremos outra vez os mesmos males de que nos queixamos das juntas; já que se entende que se deve mudar a forma de governo, demos a este um regimento em que só marquem claramente as suas atribuições; eu não penso, como o illustre preopinante, que estejamos em tempo de atamançar as cousas.

O Sr. Pinheiro de Oliveira:—Sr. presidente: eu não me levanto para provar a necessidade de reformar os governos provinciais, porque isso já está decidido; do que se trata agora é de dar quanto antes o remedio porque os males são urgentes. Por este principio me parece indispensável que o artigo passe como está. As emendas oferecidas vêm complicar a questão; o que por elles se exige requer um tempo incalculável; e portanto não são admissíveis quando o mal precisa de promptíssimo remedio. Demais, não se pretende dar providencias a males secundarios, como irregularidades de camara, etc.; o projecto tem em vista reformar em geral os governos, e por isso também não tem lugar o dar-se agora o regimento em que tanto se tem fallado. Por ultimo, o projecto da constituição está muito adiantado, e nelle talvez se estabeleça, ou ao menos se apontem, bases inui diferentes das que se dão agora no pro-

jecto; portanto passe o artigo como está; até porque não é mais que uma medida provisória, e que se precisa já; e deixemo-nos de emendas que só servirão de demorar o remedio que cada dia se torna mais indispensável.

O Sr. Dias:—Quando se tratou da urgencia deste projecto, fui de parecer que era extemporaneo; concordando sobre a necessidade de reformar os governos provinciais fui de voto que não convinha mudar já a forma dos mesmos governos, mas como disto já se não trata, e o mal na verdade é grave, demos-lhe então algum remedio decisivo e não contingente, como ouço dizer que este é. Ora, a efficacia aumenta com as emendas oferecidas, principalmente com a que exige um regimento; e por isso sou de voto que adoptemos ao menos esta, de que espero se sigão grandes bens aos povos. Eu approvarei sempre toda a medida que contrarie os despotismos; fechemos todas as portas aos abusos do poder; marquem-se bem claramente as atribuições do novo governo, para que os povos tenham direito de se queixarem quando o seu presidente sahir dos limites da sua autoridade, e os vexar e opprimir. Voto portanto que o artigo não deve passar tal qual se acha redigido.

Julgou-se a matéria discutida, e o Sr. presidente fez as propostas seguintes:

Passa o artigo tal qual está, salvas as alterações oferecidas?—Venceu-se que sim.

Passa com o additamento do Sr. Fernandes Pinheiro?—Venceu-se que não.

Passa com o additamento do Sr. Rendon?—Decidiu-se também que não.

O Sr. FRANÇA:—Peço licença para retirar a minha emenda.

O SR. ANDRADE MACHADO:—O illustre deputado não pôde retirar a sua emenda ainda que queira, porque já a fizemos nossa; ha de ser proposta á votação.

O Sr. PRESIDENTE propôz então a emenda do Sr. França, e não passou; ficando portanto aprovado o artigo tal qual estava redigido.

Seguiu-se o art. 3º com as respectivas emendas dos Srs. Henriques de Rezende, barão de Santo Amaro, Teixeira de Gouvêa e Carneiro de Campos.

O Sr. Ribeiro de Sampaio:—Sr. presidente, no governo constitucional todas as autoridades subalternas que são nomeadas pelo chefe do poder executivo, devem ser com inteira liberdade; porque cumpre que sejam da sua inteira confiança e approvação. Por consequencia tudo quanto coarclar esta liberdade não convém, e por isso não posso aprovar a emenda do Sr. Henriques de Rezende, que obriga o chefe do poder executivo a nomear pessoas desta ou daquella província, o que é coarctar-lhe a liberdade da nomeação.

O que é indispensavel, no meu entender, é a responsabilidade na falta do cumprimento dos seus deveres; e portanto aprovo a doutrina do artigo, declarando-se nelle que os presidentes são restrictamente responsaveis.

O Sr. Henriques de Rezende : — Talvez porque esta emenda é produçao minha, é que eu a julgo muito boa; por isso eu a defenderei.

Como o illustre preopinante não se fez cargo das razões com que eu fundamentei este additamento quando o propuz, elle está ainda em seu pleno vigor.

Os principios que se estabelecerão para combater o meu additamento, forão os mesmos que eu tenho propalado; sei que é um direito do chefe do poder executivo a nomeação destes presidentes das provincias; mas tambem eu sei que o rigor dos principios cede muitas vezes ás circumstancias. Talvez que os meus desejos fossem que esses presidentes se elegessem pela fórmula que propôz o Sr. Carneiro de Campos, até mesmo porque me parece que essa é a conducta da Inglaterra com os governos das suas colonias; mas eu que não tenho a mania de gostar de tudo que é estrangeiro, não quiz circumscrever os direitos do poder executivo em tão estreitos limites: eu lhes quiz dar um circulo maior; e eis-aqui porque eu digo que seja nomeado um presidente de entre as pessoas da mesma província porque é mais amplo tirar do numero de cem mil habitantes, por exemplo, do que de entre tres apresentados, que podem ser bons, ou maus, e que o governo de nenhum modo pôde ser responsavel, quando a sua escolha não pôde sahir do acanhado numero de tres; e entao seria mui duro que elle seja obrigado a responder por uma escolha que lhe não foi livre. Voto pois pelo meu additamento; demos alguma causa ás circumstancias: ainda se não destruirão as minhas razões, antes têm sido reconhiecidas: os povos vivem em desconfiança: no actual estado de cousas, elles poderão suspeitar que o governo lhes manda uma pessoa do geito; enquanto a mim estou convencido do contrario; mas um grande numero desconfia; é preciso ser franco, escolhendo uma pessoa de entre elles mesmos; é o governo exercendo os seus direitos, mas dobrando-os um pouco ao tempo; e isto é necessário.

A emenda do Sr. Teixeira de Gouvêa é mui boa mas não é para aqui: eu quero que haja uma inteira responsabilidade: mas é preciso reparar em uma cousa; que quando se marca a responsabilidade é preciso marcar os meios de fazel-a efectiva, o que quanto a mim não cabe aqui, e seria indispensavel, passando este additamento.

Mandava esta lei que fossem estrictamente responsaveis: de que modo, pergunto eu? E' o que o nobre autor deste projecto já tem acu-

telado, quando diz que os presidentes serão amoviveis *ad nutum*; é uma responsabilidade muito rapida; nem podia ser de outra forma, porque em quanto se união os termos do processo a acção do governo era retardada.

E' já responsavel desde que o governo o remove *ad nutum* do lugar: e essa nomeação *ad nutum* não o dispensa de ser accusado por crimes ou malversação: assim como o não priva do direito de mostrar legalmente que foi injustamente infamado, sendo assim removido.

Por agora está quanto basta marcada em um decreto provisorio a responsabilidade, porque de outra forma exige uma legislacão, que creio que não cabe aqui. Por isso estou pelo meu additamento, não julgando necessario o do Sr. Teixeira de Gouvêa.

O Sr. Carneiro de Campos : — Sr. presidente, toda esta assembléa é testemunha de que eu combati a necessidade de se reformarem já os governos provinciales, sem comitulo me oppôr aos principios do nobre autor do projecto.

Sei que no governo monarchico representativo, deve ser analoga á sua fórmula a dos governos das provincias; conheço que a execucão é de um só, e a deliberação de muitos; e que os presidentes ou administradores devem ser da nomeação do chefe do poder executivo.

Oppuz-me a que se fizessem já tacs reformas por estar persuadido que os males que exigão remedio não procedião da fórmula dos governos estabelecidos, mas das falsas idéas de liberdade e de principios constitucionaes que se tinham espalhado pelos povos; e por temer que mandando-lhes um chefe, e este nomeado pelo poder executivo, elles se persuadissem, induzidos por alguns espiritos sediciosos, que tinham outra vez para governal-os os antigos capitães-generaes, de execravel memoria, que servirão depois para ajudar a sustentar de novo o governo absoluto.

Guiado ainda pelos mesmos principios que então me dirigirão, propus a minha emenda a este artigo, em que pretendi conciliar o direito de nomeação que pertence ao chefe do poder executivo com o que pedem as circumstancias actuaes, tirando assim aquelle motivo de desconfiança; pois ainda que nós conhecemos a verdadeira diferença de uns a outros, a massa do povo não a conhece; se elle discorresse como nós não havia precisão da emenda, estabeleci pois que o presidente fosse proposto pela junta eleitoral, por lista triplice, para o imperador escolher um dos propostos; porque deste modo via o povo que sempre o nomeado era uma das pessoas da sua confiança, e não podia confundil-o com o que antigamente lhe mandava o imperante a seu arbitrio, e que de ordinario só ja cuidar de fazer fortuna.

Eu desejaria que os tres propostos fossem da mesma província para a qual se nomeasse

o presidente, porque em geral cuida-se com mais desvelo do augmento e prosperidade da província a que se pertence; mas duvido que todas possão dar pessoas capazes para tales lugares; pois não basta ter luces para poder administrar, é preciso ter constancia no trabalho, pratica e conhecimento dos negócios; por isso propuz que fosse um cidadão brasileiro tirado de qualquer província do imperio.

Convém por todos os modos desvanecer sinistras desconfianças, fazendo conhecer que não queremos dar ao poder executivo a faculdade de nomear, á moda antiga, individuos que só tinhão o fio em se enriquecerem; eu mesmo ouvi dizer que se mandavão para os governos os fidalgos pobres para voltarem ricos.

E para que os povos se despersuadão da repelição de tales males, eu queria, de certo modo, capitular com os seus prejuizos, porque não temos ainda a necessaria força moral. Eis aqui o que me determinou a offerecer a minha emenda.

Não aprovo a do Sr. Henriques de Rezende porque quer que sejão os presidentes tirados da província que devem governar; e esta limitação tem o inconveniente que já notei; algumas províncias são pouco povoadas, e tal haverá que não possa dar uma só pessoa; portanto cumpre que se possão ir buscar os homens capazes onde os houver, e não ser obrigado a contentar com o máo ainda que se saiba onde existe o bom.

Observarei por ultimo que tudo isto eu indico porque se trata de uma medida provisoria; se já estivessemos no tempo de a fazer perpetua, ou me guaria de outra maneira.

Logo que appareça a constituição, os povos se capacitarão que só olhamos para o seu bem, verão que lhes damos garantias sufficientes, e de boa vontade receberão tudo o que nós fizermos como um beneficio.

Taes são os principios em que me fundei; e nada obsta contra elles o que já ouvi dizer taxando-se a minha emenda de incoherente com a monarchia constitucional.

Para lhe responder bastará citar o exemplo da Inglaterra; alligoza o monarca das maiores regalias, e contudo os sherifes, que bem se pôdem considerar como presidentes dos condados ou províncias, attentas as suas principaes attribuições e autoridade, erão antigamente eleitos pelo povo de cada condado, á excepção dos que erão hereditarios; e depois que a nomeação passou para o rei, por um acto do parlamento, são nomeados no conselho privado, escolhendo um dos propostos pelo chanceller e grão-juizes. Portanto nenhum inconveniente acho em que o imperante nomeie um de tres propostos pela junta eleitoral, pela fôrma que indiquei na minha emenda.

O Sr. Ribeiro de Sampaio:—Eu não duvido

que nas nomeações de que falla o illustre preopinante intervunha a vontade do povo em Inglaterra; mas apezar disso não me parece constitucional; nem porque lá se pratica se segue que nós devamos tambem practical-o; portanto persisto em que as nomeações devem ser feitas com toda a liberdade pelo chefe do poder executivo.

O Sr. Henriques de Rezende:—Sr. presidente, ainda vale o meu additamento porque a meu ver as razões estão ainda em pé; tenho sempre confessado os direitos do chefe do poder executivo, mas digo que esses direitos devem alguma cousa dobrar-se ás urgencias dos tempos.

O bom theorico não é sempre o bom práctico; tem-se muitas vezes curvado o rigor dos principios ao imperio das circumstancias: é preciso respeitar a opinião geral; é o que tem feito todos os legisladores; de outra fôrma é debalde que *Tentat in adversas ire natacor aquas*

Sr. presidente, eu vi a resposta de S. M. Imperial, ao governo de Goyaz, dizendo que esperassem que se installasse a assembléa, que devia dar o remedio. Porque o não deu o imperador, podendo-o? Se agora fizessemos uma lei desagradavel aos povos, ou de que resultasse algum inconveniente, contra quem seria a queixa?

Contra o governo?

Elle diria, não vos queixais de mim, queixai-vos da assembléa que assim legislou. E com efeito contra nós cahirão as queixas.

Não importa o que diz o Sr. Andrada Machado, que o governo não seria tão louco, que fosse mandar sem necessidade um presidente de fôra, porque isso é o que está da parte do governo e não o que diz a lei; quando se legisla deve-se legislar bem, e não fazer depender a bondade da lei, da bondade do executor.

Pôde muito bem o governo na boa fôrma mandar uma pessoa de fôra, a qual escandalisasse os povos; contra quem era a queixa?

Os povos dirião, o governo usou do direito que lhe deixou a lei, a culpa cahiria sobre a assembléa que fez uma tal lei; porque a opinião do tempo é quererem ser governados não por pessoa de fôra, pelos exemplos passados. Como pois este projecto é provisório, eu quiz conciliar certas circumstancias, com as regalias do chefe dos governos, depois será outra cousa quando se marcar fixamente a fôrma dos governos provincias, e ainda então talvez o rigor dos principios não seja seguido estritamente.

O Sr. Teixeira de Gouveia:—Eu não ignoro e todos sabem que em systema constitucional a responsabilidade é inherente á todos que executão; mas nem por isso creio se deve omittir a addicção que tenho proposto, porque

todos também sabem que os povos estão assaz escarmentados com os despotismos praticados na antiga forma dos governos das províncias; conhecem que elles se tornavão mais frequentes não só pela impunidade que também era predicado inherentemente aos governadores e capitães-generais, mas igualmente porque não havia uma lei que clara e particularmente marcase esta responsabilidade, estando sómente sujeitos à disposição geral; ora, nestas circunstâncias, e nas da geral desconfiança em que estão os povos, será prudente que também deixemos a responsabilidade dos presidentes na disposição geral do sistema constitucional! De certo que não, Sr. presidente, é mister que diminuamos esta desconfiança; e que os povos de uma vez se convenção que os presidentes de províncias que creamos, não são os antigos paixões, e que elles hão de ser restritamente responsáveis pelo abuso de poder, é necessário que pela experiência se desenganem que nós não pretendemos restabelecer, debaixo de outro nome, o antigo governo de capitães-generais; e por isso é necessário que vá mui clara e explicitamente declarada a responsabilidade desta autoridade.

Resta-me ainda responder á objecção de um Sr. deputado que impugnou esta addicção porque julgava que esta responsabilidade se achava já marcada no livre arbitrio que tem o imperador de nomear e demitir os presidentes.

Ora, sem dúvida neste ponto o meu illustre collega enganou-se.

Eu creio que se não pôde sustentar tal proposição: porque estou persuadido que em muitos casos o abuso de poder deve ser mais severamente castigado; eu não posso crer que o presidente que tiver cometido o crime de peculato, que tiver infringido a constituição, que tiver opprimido o cidadão, violando os direitos individuaes, deva sómente ser punido com a privação do emprego.

Afóra estas razões, accresce a indemnisação do dano causado; quem o deverá resarcir? A nação? De certo que não. Deverá sofrer o cidadão opprimido? De certo que não. Logo, é consequencia necessaria que a demissão sómente não pôde constituir verdadeira responsabilidade. Demais, quem ignora que na antiga forma de governo também os reis podião demitir livremente, e remover os capitães-generais?

E por ventura esta faculdade produziu algum efeito?

De certo que não. Logo, segue-se que esta unica responsabilidade não satisfaz, e por consequencia que é insustentável esta doutrina.

A' vista pois do que levo dito, ainda persisto na minha opinião, e voto para que passe o artigo com o meu additamento.

O Sr. Gondim:—O art. 3º deste projecto diz assim:—O presidente será o executor adminis-

trador geral da província; será da nomeação do imperador e amovível *ad nutum*.

Sobre este artigo lemos quatro emendas em discussão; eu direi sobre cada uma delas o que julgar conveniente.

Nas circunstâncias actuais é, na verdade, melindroso substituir a forma dos governos estabelecida e adoptada como boa pelos povos, outra que lhes faça presumir que voltão outra vez os capitães-generais.

Estes receios não são imaginarios; quando eu vim para aqui fui testemunha do que se dizia pelas províncias, quando se fallava em mudança de forma de governos, e dos sustos que isto causava; é verdade que a instalação da assembléa deve ter diminuido estes receios, pela confiança que lhes inspirão os seus representantes; mas ainda assim a materia é delicada e merece ser tratada com muita circumspecção.

Por estes principios se regularão seguramente os nobres deputados que têm proposto emendas ao artigo; a primeira na ordem delas é a do Sr. Henrique de Rezende, que pretende que o presidente seja nomeado pelo imperador, mas tirado da mesma província.

Parece-me que esta emenda, se fosse admitida, seria origem de enuliação, porque todos somos cidadãos brasileiros, e todos temos direito a sermos indistinctamente empregados em qualquer lugar, porque formamos uma só família; eu a julgo portanto odiosa, além de ter contra si o inconveniente já notado pelo Sr. Carneiro de Campos, de não haver a escolha livre do homem mais capaz de desempenhar as funções daquelle cargo. A do Sr. barão de Santo Amaro é antes uma explicação do artigo do que uma rigorosa emenda... A do Sr. Carneiro de Campos que estabelece nomeação por lista triplice da junta eleitoral, tem também um gravissimo inconveniente.

Como em províncias tão extensas se acudiria com a nomeação nova, quando esta fosse precisa, se na comunicação de umas ás outras se gastão mezes?

Que tempo não seria necessário para as reuniões e publicações de votos a que se seguiria a nomeação?

Primeiro que se remediasse o mal, largos dias devião sofrer os povos o julgo que os opprimisse.

Além disto; em quem recaharia a responsabilidade?

Ficaria responsável a província inteira nas pessoas dos eleitores?

E' claro que isto não tem lugar; e que o remedio proposto nenhum efeito produziria.

Não penso porém, do mesmo modo a respeito da emenda do Sr. Teixeira de Gouveia; ella indica talvez o unico meio de satisfazer o povo, e de lhe desvanecer seus temores; vê um homem nomeado pelo impe-

rador para o governar mas o que esta idéa tem de odiosa pela lembrança de males passados, desapparece com a circunstancia da responsabilidade alli marcada. Eu voto pois pela emenda do Sr. Teixeira de Gouveia para se accrescentar ao artigo.

O Sr. PRESIDENTE declarou que ficava adiada a discussão do artigo por ser chegada a hora da leitura dos pareceres decomissões.

O Sr. Ribeiro de Sampaio :— Sr. presidente, não posso deixar de levantar outra vez a minha voz á favor de Manoel dos Santos Pereira, e para que a assembléa fique inteirada do objecto de sua pretenção; e se convença da razão com que fallo, eu a exporei em mui poucas palavras.

Arrematou aquele cidadão, de sociedade com outros, na junta da fazenda da capitania do Espírito-Santo, o contracto das sizas e meias sizas, pelo triennio de 1821 até 1823; e passados seis mezes apparece nesta cidade um Joaquim José Gomes de Castro pretendendo annullar aquella arrematação como lesiva á fazenda publica, e pedindo ao mesmo tempo lhe fosse concedido por administração o dito contracto.

Com audiencia e informação do ouvidor da comarca, junta da fazenda, fiscal do thesouro, procurador da corôa, indeferio S. M. a pretenção de Castro. Não desmaiando nas suas sinistras intenções, e mais bem apadrinhado, requer segunda vez o mesmo. Mandou-se consultar ao conselho da fazenda o seu requerimento; e não obstante consultar-se que nenhuma lesão havia na dita arrematação, e que por isso devia substituir o contracto por todo o tempo porque foi arrematado, o governo, contudo, deixando de concordar com o parecer da maior parte, e encostando-se ao voto de um só conselheiro, resolveu que se houvesse por fundo o sobre-dito contracto antes de finalisar-se o triennio,

Requer aquelle arrematante, com seus socios. ao governo, que mandasse suspender a resolução daquella consulta, até que se mostrasse e provasse a lesão. Este requerimento não foi até hoje deferido; e entretanto por nova resolução da consulta se mandou pôr em execução a primeira. Nestas circunstâncias requereu á esta assembléa.

Requerendo eu em uma das sessões passadas a V. Ex. se dignasse convidar a illustre commissão de fazenda, á qual foi dirigido aquelle requerimento, para que apresentasse com brevidade o seu parecer, informou um dos seus dignos membros que o unico motivo da demora era a esperança da decisão do outro requerimento dirigido imediatamente ao governo. Concordei com o illustre membro da commissão na suposição de que um e outro requerimento fariam sustar

a execução das duas resoluções de consulta; mas informado agora de que ha mui poucos dias se passárao as mais apertadas ordens assim de serem executadas, lorno a instar e rogar a V. Ex. haja de convidar a mesma illustre commissão para que sem perda de tempo offereça o seu parecer.

O Sr. Ribeiro de Andrade :—Por parte da commissão de fazenda exigirão-se do thesouro publico os papeis relativos a este negocio; mas não existião lá, por terem sido remetidos ao conselho da fazenda porque a parte quando requereu á assembléa requereu tambem a S. M. I. que ordenou novamente ao conselho que consultasse sem perda de tempo. Tal é o estado do negocio; e não vejo que seja tão grande a urgencia como a indica o illustre preopinante.

Mais 8, 15 ou 20 dias não prejudicão a a parte; logo que os papeis chegarem a a commissão apresentará o seu parecer, e a assembléa tomará em consideração a materia por miudo; antes do parecer seria estranho que a assembléa conhessesse do negocio; e para essa occasião eu reservo o que tenho a dizer sobre este negocio.

O Sr. Ribeiro de Sampaio :—Eu não culpo á commissão nem o seu illustre membro. Unicamente requeiro que apresente com a maior brevidade possível o seu parecer, porque julgo a parte prejudicada com toda e qualquer demora, uma arrematação solememente feita não se retracula, nem se annulla ainda que haja quem offereça maior preço, senão quando contém nullidade, ou lesão enorme, ou enorimissima.

Na arrematação de que se trata, segundo o parecer do conselho da fazenda, intervierão todas as solemnidades legaes, e não houve aquella especie de lezão; logo, pondo-se em execução as referidas ordens serão aquelles arrematantes desapossados antes de tempo de um contracto, que justamente lhes pertence, contra todo o direito, e justiça, como o mesmo tribunal conheceu, pois apenas um voto, como já disse, se separou, e foi esse o seguido na resolução.

O Sr. Ribeiro de Andrade :— O monarca tem direito de encostar-se ao parecer que acha mais conforme, ainda que seja o de um só conselheiro; resolve o que lhe parece justo; e foi isto o que se praticou. Se a parte se considera lesada, cite o procurador da corôa e fazenda e faça ver o seu direito. Os termos da questão são estes; nada mais tenho a accrescentar.

O Sr. COSTA AGUIAR :—O que eu entendo é que, ou se não torno conhecimento disto, ou que o Sr. deputado mande uma indicação sobre a materia.

O Sr. ANDRADE MAGALHÃES :—E eu o que

desejaria era que os Srs. deputados não affectassem de procuradores de partes; não acho isto nada bom.

O Sr. Ribeiro de Sampaio:— Isto não é affectar de procurador de partes: é promover o conhecimento de um negocio que me persuado ter sido decidido com grave injustiça e danno de um cidadão; é advogar a causa de certos habitantes da minha província de quem actualmente sou legítimo procurador: é finalmente um esforço para remediar arbitrariedades.

O Sr. PRESIDENTE deu então a palavra ao Sr. Maia que como relator da comissão de legislação leu o seguinte

PARECER

« A comissão de legislação, tomando em consideração o requerimento de José Luiz Alves negociente que foi de grosso trato nesta corte, no qual expõe, ter sido levado às circunstâncias de fallido pela negociação de um grande numero de letras, em que se falsificou a sua firma; e ter sucedido, em consequencia, cahirem sobre a sua casa os supostos, com poucos verdadeiros credores, e haver-se esta dilacerado debaixo da inspecção de uma administração, e do juizo dos fallidos, exceptuadas sómente vinte acções com que em diversos tempos entára no banco deste imperio; acrescendo a outras violências praticadas com elle, a de o privarem do dividendo das referidas acções, que se tem feito entrar na massa da administração, autorizada esta, ultimamente por uma provisão da junta do comércio, contraria ao que se tinha determinado em geral, no aviso de 8 de Junho de 1819, e em particular a respeito do supplicante no de 18 de Janeiro de 1820: é de parecer que não se manifestando a oppressão e violencia, de que se queixa o supplicante, a cujo respeito se tem obrado com justiça, não ha a que se applique o remedio exigido desta assembléa. Poco da assembléa, 3 de Junho de 1823.—*José Corrêa Pacheco e Silva.*—*D. Nuno Eugenio de Locio.*—*José Antonio da Silva Maia.*—*João Antonio Rodrigues de Carvalho.*—*José Teixeira da Fonseca Vasconcellos.*—*Estevão Ribeiro de Rezende.*—*José Feliciano Fernandes Pinheiro.*»—Foi aprovado.

Passou-se, segundo a ordem do dia, visto não haver mais parecer algum novo, ao já adiado da mesma comissão de legislação sobre o requerimento de José da Fonseca Pereira.

O Sr. França:— Não posso conformar-me com o parecer da illustre comissão de legislação que li pouco ouvi ler. Temos a pronunciar sobre o requerimento de um cidadão que se queixa de ser contra a lei atribulado por uma sentença da casa da supplicação, a qual o obriga a pagar uma dízima, de que a mesma lei o isenta.

O parecer da illustre comissão é, que o supplicante deve dirigir primeiramente ao governo o seu requerimento para fazer tomar conhecimento da injustiça que allega: e eu digo, que se esta assembléa não tem autoridade para conhecer do caso, por ser da competência do poder judiciário, então também a não tem o poder executivo, para quem se quer remeter.

O meu parecer é que se peça informações, para depois de conhecida a especie de oppressão pronunciarmos com madureza se está em nossas atribuições, e deliberarmos o modo com que se deve prover de remedio. Fazer a lei, e vigiar do alto sobre o seu cumprimento são os dous principaes officios das assembléas populares. Não nos é portanto estranho o conhecer no caso se o cidadão queixoso é ou não escorchado pelos executores da dízima mediante o julgado de que se queixa; isto é o mesmo que conhecemos se as leis se executão ou não. Emendarei portanto o parecer, para que se peçam informações, antes que se remeta o negocio ao governo, como aliás quer a illustre comissão.

O Sr. Anônimo Machado:— Eu só desejo que se declare se nós formamos aqui o supremo tribunal da supplicação para onde vão por appellação todas as causas.

O Sr. Gondim:— Eu julgo que não devemos gastar tempo com este negocio; supponhamos mesmo que se verificava ser verdadeiro o motivo que o supplicante allega, isto é, de se ver obrigado a pagar o que não deve; o recurso que primeiro deve esgotar é o de requerer ao poder executivo para lhe dar as providencias necessarias e quando lhas não dê, venha então requerer a esta assembléa. Este caso já está julgado; e não sei que seja da nossa competência a reforma da sentença. E' por isso que votei pelo parecer da comissão.

O Sr. França:— Repelirei a mesma sentença que já enunciei; se não compete á assembléa revogar as decisões do poder judiciário, menos compete ao poder executivo, para quem se remete o cidadão queixoso. Mas por agora não se trata disso; não confundamos informação, com decisão.

O que eu disse, e ainda agora digo, é, que nos informemos do facto que contém oppressão; e oppressão de grande monta. Se é um vicio dos corpos representativos saltarem as barreiras do justo, e invadirem as atribuições dos outros poderes, não o é menos acharem-se muito á quem das raias que lhe são prescriptas, deixando a justiça como desamparada na estrada dos convinháveis auxílios que lhe devem ser prestados. Quer-se moderação; mas não quer indolencia.

O cidadão grita que o opprimem; e não se ha de conhecer ao menos se elle tem razão de gritar? Que é isto senhores? Porque a queixa versa sobre oppressão de sentença, diz-se amplia-

ticamente, que nós não constituimos tribunal de relação?... Mas pergunto eu, têm os cidadãos ou não, direito de reclamarem perante os representantes da nação a observância das leis nos casos práticos della? Se o não tem, explique-se-lhe isso em bom português: eles deixarão de nos importunar; e mais nos terão na verdadeira conta, em que cumpre que então nos tenham.

Declare-se de uma vez aos povos que não têm recurso á assembléa dos seus representantes pelos roubos que as autoridades lhes possam cometer em contravenção das leis positivas em que se esteia a justiça: mas isso nunca será pelo meu voto, que é, torno a dizer, que se peço informações do caso, para á vista dellas o tomarmos em consideração.

O Sr. Gondim:—Não se disse que o poder executivo podia revogar sentenças; o que se disse foi que lhe requeresse providências porque elle tem autoridade de vigiar os magistrados para que não faltem á justiça com detimento dos povos; neste caso elle poderia mandar rever o processo, e quando se mostrasse manifesta injustiça, e lhe não desse remedio algum, ainda o supplicante tinha o recurso de representar a este congresso, para o livrar da oppressão de que se queixa.

O Sr. Andrada Machado:—O direito de petição tem sido tão mal entendido dos legisladores de Hespanha e Portugal que se erigirão em supremo tribunal de apelação, e eu quizera que não calissemos no mesmo erro. Antes, Sr. presidente, um homem sofra uma injustiça do que o nação inteira as consequências de concentrarmos em nós todos os poderes. Se esse tribunal proferir uma sentença injusta, o remedio é revogá-la, mas isto é o que eu digo que nos não compete. O meio de revista... (O *tachygrapho* não pôde apanhar o resto do discurso.)

O Sr. França:—É por isso mesmo que eu peço que venham informações á assembléa: é para se saber se o ministro fez a sua obrigação obedecendo á lei; e para o fazer responsável do dano á parte quando tenha postergado a mesma lei, e aplicado em lugar della ao caso os dictames do seu capricho. Se isto se não faz que resulta? O cidadão grita; mas grita em vão. *Vox clamantis in deserto.*

O ministro continua no exercício das suas injustiças; porque não vê a força de um poder coercitivo que lhe estorve a prática da iniquidade; e onde vai aqui a liberdade dos povos? Eu o digo, vai para pior do que esteve até agora. Senhores, o poder judiciário é um poder terrível em sua essencia: elle decide da vida, e fazenda do cidadão: este não pôde ser abandonado ao seu abuso prático sem que se perca inteiramente a liberdade civil.

O Sr. ALENCAR:—Eu requeiro o adiamento

para se poder illustrar melhor a materia; a hora está a dar.

O Sr. ALMEIDA E ALBUQUERQUE:—Eu também o requeiro porque tenho que dizer sobre esse negocio.

O Sr. PRESIDENTE declarou que ficava novamente adiado para a sessão seguinte. E deu para a ordem do dia: 1.º O projecto sobre os governos provincias: 2.º A segunda discussão do projecto sobre a confirmação das leis existentes: 3.º Regimento da assembléa.

Levantou-se a sessão ás 2 horas da tarde.

Manoel José de Souza França, secretario.

Sessão em 5 de Julho

PRESIDENCIA DO SR. CAMARA

Reunidos os Srs. deputados pelas 10 horas da manhã, fez-se a chamada, e acharão-se presentes 55, faltando com causa participada os Srs. Rodrigues Velloso, Gama, Ferreira Barreto, Rocha, Marianno Calvacanti, Silveira Mendonça e Lopes Gama.

O Sr. PRESIDENTE declarou aberta a sessão, e lida a acta da antecedente foi aprovada.

O Sr. FERNANDES PINHEIRO mandou á mesa a seguinte declaração de voto:

« Declaro que na sessão de hontem votei para que passasse o 2º artigo ácerca do governo que provisoriamente substituirá as juntas abolidas das províncias, com o 1º e 2º additamento ao referido artigo. Paço da assembléa, 5 de Julho de 1823.—O deputado, *Fernandes Pinheiro.*»— Mandou-se inserir na acta.

O Sr. SECRETARIO CARNEIRO DE CAMPOS deu conta de duas participações de molestia dirigidas pelos Srs. deputados Lopes Gama e Rocha. —Ficou a assembléa inteirada.

O Sr. VERGEIRO ofereceu uma memoria sua sobre a fundação da fabrica de ferro de S. João de Ypanema, para della fazer uso a comissão encarregada de dar seu parecer a respeito da dita fabrica.—Foi recebida com agrado, e remetida á indicada comissão.

Passou-se á ordem do dia, e entrou em discussão o art. 3º do projecto sobre governos provincias, que ficará adiado na sessão antecedente.

O Sr. VERGEIRO:—Sr. presidente parece-me que este artigo precisa de uma emenda. Eu julgo desnecessario a palavra *executor*, porque a considero comprehendida na de *administrador*. O administrador não é outra cousa mais que o executor das ordens do governo; está alli para fazer observar a lei. Até seria desnecessario chamar-lhe *administrador*, se lhe dessemos regimento; mas como o não tem conserve-se aquella denominação como para indicar alguma

restrição. Eu disse hontem que estes presidentes se pareciam com os capitães-generais; e ainda hoje digo o mesmo; não lhe vejo atribuições marcadas; nem limitada a sua autoridade; o que vejo é quasi a mesma arbitrariedade antiga. Diz-se no artigo que é amovível *ad nutum*: que bom resultado tem isto? Como o ministerio, por qualquer pequena indisposição pôde remover o presidente, este estudará o que quer o ministro para ir sempre de acordo com elle, e ser conservado; e por isso não terá duvida em praticar os arbitrios que lhe encomendarão, porque nisso interessa. Julgo, pois, mais acertado marcar-se um tempo certo a este lugar, dentro do qual o presidente não poderá ser removido sem justa causa. Eu ofereço a este sim a seguinte

EMENDA

« Proponho ao § 3º—Que se supprima a palavra *executor*; e—servirá por tres annos. Vergueiro. »—Foi apoiada.

O Sr. Souza Mello:—Sr. presidente: depois que se declarou urgente e necessaria a reforma dos governos das províncias por peccarem *a priori et a posteriori* os existentes, criados pelo decreto de 29 de Setembro de 1821 das cortes de Lisboa, e de que se queixão tantaos povos, seria uma contradição, e inconsequencia manifesta estabelecer-se esta reforma urgente dependente de listas triplices para delas escolher o imperante os presidentes das províncias; pois que tendo de virem as ditas listas das juntas eleitoraes de cada província, era o mesmo que dizer que taes reformas se não fariam tão cedo, ou que primeiro se faria a constituição, quando não foi isso o que se venceu para o remedio temporario. A' vista pois do ponderado não me posso conformar com a emenda do Sr. Carneiro de Campos, que tal medida propõe. Enquanto porém ás outras emendas ao 3º artigo do projecto, sobre que se debate, eu vejo que a nomeação dos funcionários publicos compete ao poder executivo por serem delegações suas; mas ha circunstancias, como as actuaes das nossas províncias que pedem uma variação de regras, de que mesmo se possão tirar dados de economia politica. Resumindo por isso as doutrinas das emendas do Sr. Henrques de Rezende, do Sr. barão de Santo Amaro, e do Sr. Teixeira de Gouvêa, eu ofereço e mando á mesa a seguinte

EMENDA

« Ao art. 3º salva melhor redacção. O presidente será o administrador geral da província; sua nomeação compete ao chefe do poder executivo; mas tirado dentre as pessoas da mesma província, se alli as houver com

os necessarios requisitos para tão importante emprego; será amovível *ad nutum*, e strictamente responsavel por qualquer abuso, tendo para isso as necessarias instruções do mesmo poder executivo.—Souza Mello. »— Não foi apoiada.

O Sr. França.—Eu não descubro nenhuma utilidade prática nas emendas que ao artigo do projecto se tem feito, salva a efectiva responsabilidade, que cuido ser o unico meio de termos melhoramento na administração publica, como inuitas vezes tenho dito. A emenda do illustre deputado o Sr. Carneiro de Campos parece desempenhar o sim de se dar aos povos de cada província um governo da sua approvação; mas nem o meio da nomeação dos mesmos povos é sempre efficaz para se obter o melhor governo, porque a intriga, e hypocrisia dos candidatos, ou pretendentes de taes empregos roubão de ordinario os nobres fôros á verdadeira virtude; nem as grandes distâncias de muitas províncias do imperio se podem compadecer com as demoras que se consumirão em fazer-se uma proposta popular, dependente ainda da approvação da corte para se ter um presidente em todas as occasões de vacatura occurrente deste emprego.

De mais disso, senhores, é necessario que nos entendamos, os maus governos que no antigo sistema opprimião, e vexavão os povos das nossas províncias, não procedião, a maior parte das vezes da má escolha do ministerio; procedião da sua impunidade, e conservação nos lugares.

Todos os homens nobres e plebeus quando aspirão a ser empregados affectão os gestos de virtude: e conhecêlos antes que elles exercitem jurisdição eminent, é empreza difficultosa. Empregar pois o mau governador não é o grande mal: este procede dese não castigar depois; de se não exemplar nelles a recta severidade, com que cumpre punir o crime n'uma administração justa.

Na minha opinião pois tanto importa para a liberdade dos povos que o presidente seja da nomeação absoluta do governo, como que nisso intervenha o voto e proposta dos mesmos povos: o que importa é ter o olho longo sobre estes empregados; removê-los e castigá-los quando declinarem dos seus deveres. Responsabilidade no presidente que prevaricou; responsabilidade no ministro de estado que o não removeu, quando lhe erão conhecidas as suas faltas; são o unico meio de se conseguir melhoramento na causa. De outra maneira serão as nossas leis bons exemplares para encher estantes: isto é, *Inania verba et præterea nihil*.

O Sr. Andrada e Silva.—(Não se entendeu o tachygrapho.)

O Sr. Vasconcellos: — Sr. presidente: eu sempre fui de voto que não estávamos em circunstâncias de demittir os governos provisórios, pelo justo receio de commoções nas províncias, por se dar nova forma aos governos, antes de aparecer a constituição. Eu sigo, e seguirá sempre, os dictames da prudência; e como estou persuadido que existem nas províncias desconfianças de se querer renovar o despotismo, desconfianças que só podem acabar com a apparição da constituição, sempre julguei que não devíamos tratar de semelhante objecto de mudança de governos. Eu tenho visto com attenção os papeis que têm chegado de diferentes províncias, e delles se conhece o descontentamento dos povos, que seguramente crescerá quando souberem que vamos tirar-lhe uma regalia, qual a de nomearem o seu governo, de que estão de posse actualmente; elles pensão que esta regalia lhes compete; e desta persuasão só pode tiral-os o pacto social quando aparecer, porque ficão então seguros da sua liberdade; antes disso, estou convencido que no presidente, ainda sujeito a um bom regimento, elles verão sempre um novo capitão general governando independente.

Os povos não nos nomearão senão para fazermos o nosso pacto social; aparecendo este, elles o receberão com prazer, muito mais sendo fundado, como eu espero, em princípios liberaes, proprios para fazer a felicidade do Brazil, e acabarão inteiramente todos os receios de repetições de despotismos; antes desta segurança tem muitas consequencias infelizes. Porém esta augusta assembléa não tem pensado assim; e o projecto já está na 3^a discussão com tudo como estou firme nos meus princípios digo que só poderia voltar por este artigo 3º se eu soubesse que demorando-se pouco a constituição, não chegava a ter execução este projecto.....

O Sr. ARAUJO LIMA: — (*Não o ouvirão os ta-chigraphos*).

Julgou-se a materia discutida e o Sr. presidente propôz á votação o seguinte:

Se o artigo passava, salvas as emendas; Venceu-se que sim.

Propôz depois sucessivamente as emendas dos Srs. Henriques de Rezende, e barão de Santo Amaro. — Forão rejeitadas.

Seguiu-se a do Sr. Vergueiro, cuja 1^a parte foi também rejeitada; a 2^a julgou-se prejudicada; o mesmo se entendeu a respeito da do Sr. Carneiro de Campos.

Propôz por ultimo a do Sr. Teixeira de Gouveia. Foi aprovada, salva a redacção.

Passou-se ao art. 4º com a emenda do Sr. Andrade Lima. (Veja-se a sessão de 17 de Junho.)

O Sr. Andrade Lima: — Parece-me que este

artigo não pode passar como está. Acho injusto que o secretario seja removido só por arbitrio ou capricho, como sucederá se aprovarmos o artigo. Eu sou de voto que elle o não possa ser sem causa justa, e por isso offerci a minha emenda.

O Sr. Andrade Machado: — Isto está tão longe de ser arbitrariedade como eu estou de concordar com semelhante emenda. O secretario é amovível para que o receio de ser removido o faça desempenhar melhor as suas obrigações; e quando o presidente representar que elle deve sair do seu lugar ha de ajuntar as razões que o determinam a querer a mesma remoção.

Parece-me isto tão claro que até acho superflua a discussão, e creio que a assembléa aprovárá tal qual o artigo; e até se o contrario se fizesse, seria preciso mudar o antecedente, porque assim o exige o nexo regular dos princípios que servirão de base ao projecto. As circunstâncias são as mesmas em ambos os casos; se o lugar do presidente fosse temporário também o do secretario o deveria ser; mas, como aquelle o não é igualmente este o não deve ser.

O Sr. França: — Sr. presidente: eu tanto não hei por corrigível a clausula da amovibilidade que aqui no projecto se estabelece, que antes a reputo mui salutar á causa da administração publica. As queixas ordinarias que se ouvem aos povos não é de que se lhes removão os empregados que bem servião, é ao contrario de que não se destituão aquelles que por máos, e muitas vezes por ignorantes, e insuficientes pejão os lugares que logo se devião prover em outros que delles fossem dignos. Não tenhamos pois receio de que seja mal soante a palavra amovível em um governo constitucional; quando nem menos o era no governo despotico de que sahimos. Ha crimes de empregados publicos de sua natureza tão secretos, e recatados, que nem todos os esforços humanos serião capazes de os pôr em prova judicial suficiente para serem castigados. Sabemos todos que muitos scelerados destes depois de uma residencia, ou de uma devassa, se sahem tão heroicamente que bem se lhes podia por elles levantar uma estatua no capitolio: e todavia a opinião publica continua a fazer-lhe a devida justiça da sua execração; além de que ha desfeitos em empregados publicos que se não reputam por crimes; e que todavia, aos olhos da razão de um governo illuminado e justo, devem ser bastantes para os destruir. Um homem soberbo, e altivo, se é além disso malcreado, é indigno de ocupar um lugar publico entre um povo livre, tenha embora outras boas qualidades e contudo ninguem dirá que disso se lhe deve formar crime.

A prudencia do ministerio é a unica que em tal caso deve salvar os povos de tales flagellos de humanidade; espreitando a sua conducta e conceituando pela opiniao mais seguida do seu merecimento. Isto que digo em geral de todos os empregados é applicavel aos secretarios dos governos das provincias de que se trata, a respeito dos quaes tambem não vejo razão porque devão conservar-se toda a vida em seus officios, que cumprirão antes haver-se como um noviciado de que devão oportunamente ser removidos para empregos da maior monta, segundo os talentos e probidade que nelle tiverem mostrado: pois devemos confessar que os lugares publicos devem constituir o patrimonio dos cidadãos benemeritos, e não a propriedade daquelles que os occupão.

O Sr. Henriques de Rezende:—Quando na segunda discussão eu falei sobre a remoção *ad nutum* dos secretarios dos governos provinciales, eu expendi algumas razões contra esta clausula do artigo 4º: agora é preciso dizer mais alguma cousa, pois que ainda estou nos mesmos principios. Sr. presidente, estou conforme com os nobres preopinantes em que a nomeação dos empregados publicos compete ao poder executivo; mas discordo, e muito, em que elle os possa remover todos *ad nutum*; para isso distingo emprego publico que faz o officio, ou beneficio de grande numero de cidadãos (não me explico bem); que fazem o modo de vida, o seu meio de subsistencia; e empregos publicos de mera feitorização, para os quaes o governo manda pessoas, que façam suas vezes, visto que elle não pôde estar presente em toda a parte. Nestes eu creio que o poder executivo pôde pôr e tirar *ad libitum* uma vez que elle vê que não é bem servido: o contrario seria o mesmo que mandar um pai de familia, um feitor para a sua quinta ou metter um mordomo em sua casa, ser mal servido, e não o poder despedir. Os presidentes das provincias são meros agentes, que fazem as vezes do chefe da nação, e que cumprem os seus mandatos; servindo mal devem ser mudados, porque esses lugares não fazem o seu modo de vida. Os outros porém, a que eu chamei officios, fazem o meio de subsistencia de muitos cidadãos; tiral-os arbitrariamente seria prival-los da sua subsistencia, seria atacar a liberdade dos povos.

Porque, Sr. presidente, todo o homem procura lisongear aquelle de cuja vontade elle sabe que depende a conservação dos seus meios de subsistencia; sua dependencia é mui grande, e a liberdade dos povos por este meio periga. E' por isso que na constituição se dirá, nem um empregado será removido do seu lugar sem culpa formada; para isso se lhe imporá rigorosa responsabilidade, por sua malversação: o contrario era fazer sua subsistencia demasiadamente

precaria: era servir mais o governo do que o publico. Debaixo deste ponto de vista, Sr. presidente, considero em os secretarios dos governos provinciales: elles não são feitores, ou agentes do poder executivo, porque isso toca aos presidentes: não são conselheiros; porque por este projecto elles não votão: logo o que são elles? Uns meros officiaes de secretaria: são homens que procurão, ou recebem esses lugares para subsistir. Demais esses lugares exigem conhecimentos praticos, que se não adquirem da noite para o dia: estão pois na ordem de não serem removidos *ad libitum*, mas só por erro de officio, formada culpa. Digo pois que os secretarios assim como todos os empregados, que pertencem á primeira classe da minha divisão, devem sim ser da nomeação do imperador, mas nunca amovíveis *ad nutum*: é contra a segurança e liberdade dos povos.

Um homem uma vez empregado não depende mais senão do merecimento e das leis. Falemos claro, aquelle que depender para sua conservação da vontade do governo, em o lisongeando, sempre se subtrahirá á responsabilidade das leis. Nós só diminuiremos os abusos; tiral-os de todo é impossivel, ao menos tão depressa: esta é a marcha ordinaria das cousas humanas: sempre se trabalhará para illudir as leis: não faltão meios de tergiversar; e obrando ao gosto do governo, sempre se estará ao abrigo dessa responsabilidade das leis. Ora, dizendo-se que os secretarios não sejam amovíveis *ad nutum* nunca se entenderá que elles não possão ser promovidos; porque a promoção é acesso de que ninguem se queixou nunca, e remoção é privação do lugar e por consequencia dos meios de subsistencia, o que de certo se não deve fazer sem culpa. Resumindo-me, pois, digo que os secretarios dos governos provinciales não devem ser amovíveis *ad nutum*; mas só por erros de officio, formada a culpa. O contrario seria contra a liberdade dos povos.

O Sr. Carneiro da Cunha:—Não posso concordar com a opiniao do nobre preopinante, nem me convence o argumento de que deve ser amovivel *ad nutum* o secretario porque o é o presidente. Eu seguramente não aceitaria semelhante lugar, com a condição de poder ser removido a arbitrio de quem me linha nomeado. Suponhamos que se nomea um secretario para o Maranhão ou Pará, e que vai desta corte passando graves incommodos: e que depois de lá estar, é removido por mero capricho; quem o indemnisa de seus prejuizos, que reparação tem os seus trabalhos? Que o cidadão saia fóra do lugar que occupa quando tem delinquido, isso entendo eu; mas estar exposto á boa ou má vontade do ministerio, sempre o reputarei injusto. Estes são os meus sentimentos,

O Sr. Andrada Machado :—Não me parecia que houvesse tanta obstinação contra este artigo do projecto ; e sem repetir o que se tem expêndido em favor delle, sómente direi que isto que se tem aqui por anti-constitucional é uma instituição admittida nos governos constitucionaes. Na Inglaterra os empregos são pela maior parte amovíveis ; e este exemplo de um paiz, onde se estima tanto a liberdade parece-me ser de algum peso para se terminar, a questão, além dos argumentos produzidos.

O Sr. Henriques de Rozende :—Ainda estou pelos meus principios apesar do que disse o nobre deputado. Citou-se porém o exemplo de Inglaterra ! Sr. presidente, a constituição ingleza é sahida do antigo sistema feudal, cujos abusos não foi possível arrancar de todo : o Brazil felizmente não está nessas circunstâncias. Se em Inglaterra acontece isso, no Brazil de certo não deve acontecer ; porque entre nós sempre se reputarão esses lugares como meios de subsistencia de inumeráveis cidadãos. Como pois seria possível que *ad libitum* fossem privados dos seus lugares ? Demais para que nos servem esses exemplos de Inglaterra, que tem já nadado em sangue, porque os povos têm precisado reformar esses abusos da constituição ? E o governo interessado nelles, ou pelo grande partido, que sempre tem procurado ganhar na camara dos communs, ou por essa autoridade de remover *ad nutum*, ou pela das bayonetas, tem sempre frustrado ?

Sr. presidente, nós estamos no Brazil, onde nunca houve sistema feudal ; não nos sirvamos em tudo de exemplos dos outros, que mesmo têm procurado libertar-se dos abusos do antigo feudalismo. Em Inglaterra, segundo me consta, até paizanos vão a capitâes de 1^a linha, só porque têm dinheiro ; mas no Brazil ! nunca assim se praticou. Portanto não vale o exemplo, e ainda voto que os secretários não sejam amovíveis *ad nutum*.

Julgou-se a materia discutida ; e proposto á votação o artigo, passou tal qual estava redigido.

O Sr. PRESIDENTE disse que era chegada a hora da leitura dos pareceres de commissões ; mas o Sr. Andrada Machado pediu a palavra, e foi-lhe concedida.

O Sr. Andrada Machado :—Sr. presidente : sendo publico que o chefe supremo da nação se acha gravemente incommodado por um funesto accidente, parecia-me justo que esta assembléa manifestasse o seu sentimento a Sua Magestade, e lhe pedisse que tivesse o maior cuidado na conservação da sua preciosa existencia, que tanto bem importa ao Brazil, e na qual tanto nos interessamos : e para assim o significarmos julgava proprio que se nomeasse uma deputação. Eu vou ler uma indicação que tenho feito sobre este objecto, e peço a V. Ex. que a ponha á votação.

INDICAÇÃO

“ Proponho que se resolva :
“ 1.º Que vá uma deputação da assembléa á presença do imperador, e da parte da assembléa testemunhe a Sua Magestade Imperial quanto foi dolorosa á assembléa a notícia do infâsto accidente que puzera em perigo sua augusta pessoa.

“ 2.º Que a mesma deputação peça que Sua Magestade Imperial digne-se noticiar diariamente o estado de sua saúde, por meio de um boletim, como é costume nas mais nações ; e digne-se igualmente em qualquer outro accidente de enfermidade comunicar o á assembléa oficialmente. Paço da assembléa, 5 de Julho de 1823.—O deputado, *Antonio Carlos Ribeiro d'Andrada Machado e Silva*. »

O Sr. Franga :—Approvo a primeira parte da proposta, e regeito a segunda : bem que a respeito da primeira ainda tenho a advertir uma cousa ; e é que nós não livemos participação oficial do caso, como cumpriria para ter lugar a deputação. A respeito da segunda parte tenho a prenotar que poderá essa recomendação da assembléa ser taxada de cumprimento menos civil ; e eu desejoo manter o bom conceito em que a todos os respeitos devem ser tidas as resoluções deste congresso. Não nos compromettamos por carta demais em assuntos de cumprimento ; contenhamo-nos nos limites do justo.

O Sr. PRESIDENTE, depois de mais algumas reflexões, pôz á votação a proposta, e foi aprovada.

O Sr. Rodrigues de Carvalho :—Sr. presidente : levanto-me para requerer que esta augusta assembléa tome em consideração o que lembrou no seu discurso o nobre deputado o Sr. Antonio Carlos quando propôz a indicação que se acaba de aprovar. Sim, Sr. presidente, a mesma deputação destinada a expressar o nosso sentimento pelo desastre acontecido a Sua Magestade, seja também incumbida de lhe dar respeitosamente a entender, em nome da nação que sendo para esta de inapreciável valor a sua vida, Sua Magestade lhe dará mais uma prova do seu amor, evitando as ocasiões de a expôr, de que pode resultar a espantosa desgraça de se ver a nação reduzida á irremediável orphandade. Eu peço que se consulte a assembléa sobre este ponto.

Alguns Srs. deputados foram de opinião contraria ; e tendo por sim o Sr. presidente consultado a assembléa sobre o que tinha lembrado o Sr. Andrada Machado e apoiado o Sr. Rodrigues de Carvalho, venceu-se que não tinha lugar.

O Sr. Franga :—Como julgo muito urgente tratarmos da educação da mocidade, e ha muito que foi remettida á commissão de instrucção

publica a indicação do Sr. Fernandes Pinheiro sobre a criação de uma universidade neste imperio, requeiro que a mesma commissão apresente quanto antes o resultado dos seus trabalhos sobre este importante objecto.

O Sr. Gomide:—A commissão não se tem desejado, antes trabalha com assiduidade; e só tem demorado o seu parecer por esperar ver realizado o offerecimento, que fez o illustre deputado o Sr. Andrade e Silva, de um plano de educação publica, que ainda não apresentou; além disto precisa a commissão, para proceder com mais conhecimento de causa, que o governo lhe remetta uma relação circunstanciada dos estabelecimentos litterarios tanto desta corte como das mais províncias do imperio.

Resolveu-se que se officiasse ao governo para o fim requerido.

Seguiu-se a leitura dos pareceres de commissões; e o Sr. Maia, como relator da de legislação, leu os seguintes pareceres:

Primeiro

« A commissão de legislação tendo examinado a memoria apresentada pelo Sr. deputado Manoel José Soares Velloso, em que supõe alguns abusos praticados em diferentes juízos, em retardamento dos processos, e grande aumento de custas, e se lembrai as reformas que ao autor parecerão convenientes; é de parecer, que recebendo-se com agrado a referida memoria, em reconhecimento deste esforço, que fez um cidadão por bem da causa publica, se manda guardar na secretaria desta assembléa, para quando se tratar da legislação, e regulamentos geraes; pois que por agora não offerece objectos que se possão considerar de urgencia para uma legislação particular. Paço da assembléa, 5 de Julho de 1823.—*João Antonio Rodrigues de Carvalho.—José Teixeira da Fonseca Vasconcellos.—José Feliciano Fernandes Pinheiro.—D. Nuno Eugenio de Locio.—José Antonio da Silva Maia.—Estevão Ribeiro de Rezende.—José Corrêa Pacheco e Silva.*»—Foi aprovado.

Segundo

« A commissão de legislação depois de ter visto a memoria que foi presente a esta assembléa em nome do cidadão Antonio José da Costa, e que trata de melhoramentos que supõe indispensaveis em matérias religiosas, ecclesiasticas, civis e económicas, para se remediar os muitos abusos que expõe, e que na maior parte são a todos notórios; é de parecer que se receba com agrado: porém se mande guardar na secretaria desta assembléa, para entrar em contemplação quando se tratar dos melhoramentos da administração geral; porque para agora não se

encontrão objectos de uma urgencia tal, que demandem prompta, e abreviada providencia. Paço da assembléa, 5 de Julho de 1823.

—*D. Nuno Eugenio de Locio.—José Corrêa Pacheco e Silva.—José Teixeira da Fonseca Vasconcellos.—José Antonio da Silva Maia.—José Feliciano Fernandes Pinheiro.—João Antonio Rodrigues de Carvalho.—Estevão Ribeiro de Rezende.*»—Foi aprovado,

Passou-se ao parecer, já duas vezes adiado, da mesma commissão, sobre o requerimento de José da Fonseca Pereira; e tendo faltado sobre elle alguns Srs. deputados, deu a hora. Propôz então o Sr. presidente a continuação do debate para se decidir do parecer; a assembléa conveio, e depois de breve discussão foi aprovado.

Faltava a nomeação da deputação para ir comprimentar Sua Magestade; e o Sr. presidente nomeou para membros della os Srs. Andrade Machado, bispo capellão-mór, Rodrigues da Costa, Fernandes Pinheiro, Vergueiro, Araujo Lima, D. Nuno, Alencar, Ribeiro de Andrade, Teixeira de Gouveia, Ornellas e Godim.

O Sr. PRESIDENTE assignou para a ordem do dia: 1º o projecto sobre os governos províncias; 2º o projecto sobre a confirmação das leis; 3º regimento da assembléa.

Levantou-se a sessão depois das 2 horas da tarde.—*Manoel José de Souza França*, secretario.

RESOLUÇÕES DA ASSEMBLÉA

PARA JOSÉ BONIFACIO D'ANDRADA E SILVA

Ilm. e Exm. Sr.—A assembléa geral constituinte e legislativa do imperio do Brazil, constando-lhe que S. M. o Imperador tem sofrido por um funesto accidente, graves incomodos na sua preciosa saude, tem resolvido dirigir ao mesmo senhor uma deputação para significar-lhe a sua sincera e viva magoa por tão infiusto successo; e ordene-me que assim o participe a V. Ex. para que, levando-o ao conhecimento de S. M. I., possa V. Ex. saber o dia, e a hora em que Sua Magestade determina recebê-lo, e comunicar-m'lo, para eu o fazer presente á mesma assembléa. Deos guarde a V. Ex. Paço da assembléa, em 5 de Julho de 1823.—*José Joaquim Carneiro de Campos.*

Sessão em 7 de Julho de 1823.

PRESIDENCIA DO SR. CAMARA

Reunidos os Srs. deputados pelas 10 horas da manhã, fez-se a chamada, e acharão-se presentes 56, faltando por doentes os Srs. Ferreira Barreto, Rocha, Silveira Mendonça, Xavier de Carvalho, Mariano Cavalcanti e Almeida e Albuquerque.

O Sr. PRESIDENTE declarou aberta a sessão, e lida a acta da antecedente foi aprovada.

O Sr. CARNEIRO DA CUNHA mandou á mesa uma declaração de voto, por elle assignada, e pelo Sr. Fortuna, concebida nos seguintes termos :

« Declaro que na ultima sessão votei a favor da emenda do Sr. Carneiro de Campos ao 3º artigo do projecto do Sr. Andrade Machado sobre os governos das províncias; na mesma a favor da emenda do Sr. Vergueiro sobre as palavras amovivel *ad nutum*; igualmente a favor da do Sr. Toledo Rendon—que se regularão pelo regimento que se lhes der; —e a favor da do Sr. Andrade Lima ao 4º artigo. —Pão da assembléa, 7 de Julho de 1823. —Joaquim Manoel Carneiro da Cunha. —Ignacio de Almeida Fortuna. »—Mandou-se inserir na acta.

O Sr. SECRETARIO CARNEIRO DE CAMPOS leu uma felicitação dirigida á assembléa pelo governo da província das Alagoas; outra da camara do Recife de Pernambuco; e outra do governo da mesma província.—Forão recebidas com agrado.

Leu depois uma participação de molestia do Sr. Almeida e Albuquerque.—Ficou a assembléa inteirada.

Passou á ordem do dia, e entrou em discussão o art. 5º do projecto sobre os governos provisórios.—(Veja-se a sessão de 17 de Junho.) —Foi aprovado.

Suscitou-se a questão se os ordenados do presidente e secretario, de que tratava o artigo, devião ser logo determinados; e resolveu a assembléa que a comissão de fazenda desse a esse respeito o seu parecer depois de aprovado o projecto, como já se tinha requerido e vencido.

E como se duvidasse de ter a assembléa tomado já a referida resolução, assentou-se depois de algumas observações que tudo o que determinasse a assembléa, e tivesse de ser cumprido pelas comissões, lhe fosse anunciado por comunicação da secretaria aos secretários della.

Seguiu-se o art. 6º (Veja-se a sessão de 17 de Junho).

O Sr. Araujo Vianna:—Neste artigo diz-se que o presidente decidirá por si só todos os negócios em que se não exigir por esta lei, a

cooperação do conselho; mas como pôde acontecer que haja algum de deliberação que não esteja aqui marcado, entendo que deve isto declarar-se melhor; e por isso ofereço a seguinte

EMENDA

« Ao artigo 6º substitúio.—O presidente despachará e decidirá por si só os negócios de pura execução. Pão da assembléa, 7 de Julho de 1823.—Araujo Vianna. »—Foi apoiada.

O Sr. Pereira da Cunha:—Este artigo 6º principia a indicar quais sejam as atribuições do presidente de província, ordenando que elle despachará por si só, e decidirá todos os negócios em que segundo este regimento se não exigir especificadamente a cooperação do conselho. Tendo eu declarado por mais de uma vez nas duas antecedentes discussões acerca deste projecto, o meu modo de pensar a respeito do methodo que se deve seguir no exercício deste emprego, nada mais devia acrescentar, porque vou em sistema oposto aos principios estabelecidos; mas desejoso de concorrer (quanto entendo) para o bem do meu paiz, sou obrigado a instar para que adopte um meio termo entre uns e outros governos, dos que se têm organizado. Todos estamos convencidos da necessidade de uma medida pela qual se regulem os negócios de cada província, sem arbitrariedade, mas sem retardamento do seu expediente.

Nós vemos continuarem as queixas, e os clamores de quasi todas as províncias e sustentarem-se as intrigas, donde nascem as facções que têm derribado os seus governos, debaixo do especioso pretexto de bem da patria, que todo é fundado no interesse individual.

Agora mesmo acabamos de saber que a província de Sergipe d'El-Rei está em tumulto pelo choque, e conflitos de jurisdição entre o governo civil e o commandante das armas, fazendo-se por isso necessaria alguma providencia que ponha termo ás desordens excitadas por estes, e outros empregados, de que resulta a falta de segurança publica, e do legitimo uso da liberdade civil do cidadão pacífico, que é ordinariamente vítima de tais caprichos.

Sejão pois estes governos substituídos por outros, combinados de uma maneira tal, que suas partes integrantes, como as de uma máquina bem composta, prosigam em sua marcha regular, e se coadjuvem em seus movimentos para chegarem ao fim de nossa prosperidade, e consolidação de nossa independência. Tentemos estas innovações, e o tempo nos apresentará seus abusos, e nos indicará os meios de corrigi-los.

Este decreto é provisório, e não tem o cunho de lei fundamental, admittindo por consequencia aquellas modificações que a experiência exigir. Todos os governos representativos regulão suas

provincias por meio de juntas administrativas, que têm muita analogia com o nosso actual sistema de governo, porque a maior parte dos negócios que lhe são relativos dependem de exame, e deliberação, a qual deve ser tomada em conselho permanente; e é neste ponto de vista que vou de conformidade com a emenda do illustre deputado o Sr. Aranjo Viana, quando diz que o presidente despachará, e decidirá por si só os negócios de pura execução, pois de outra maneira vinha a exercitar a mesma ampla autoridade, e jurisdição de que usavão os antigos governadores, que agora se pretende atalhar.

O despotismo está plantado no coração do homem: vamos involuntariamente para elle ainda debaixo de apparencias de fazermos justiça. Os mais bem intencionados governadores das provincias do Brazil praticarão as maiores arbitrariedades, prescindindo dos meios legaes pelos quaes se devem decidir os negócios publicos: porque em havendo quem tivesse a resolução de lhes dizer que sua autoridade era limitada porque não obstava a esta ou aquella injustiça, que como tal se lhes pintava, era esse o maior estímulo para ceder á velhemente tentação de metter a mão no exercício das outras autoridades constituidas, e então se fazião, camara, juizes e até vigarios geraes.

Com isto não pretendo atacar a probidade, e limpeza de mãos, nem deprimir a heroica conducta de muitos varões illustres que governarão algumas provincias do Brazil com acerto, e discrição: injustiça seria deixar de confessar seus bons serviços, e que se tornarião mais avançados se não forão os errados princípios em que o ministerio fundava seu sistema colonial; mas como muitos outros, ainda em tempos bem recentes, abusarão terrivelmente do seu poder para praticarem toda a qualidade de maldade, e prevaricação, desejo portanto prevenir tales males e limitar de tal sorte a autoridade destes empregados que se lhes não deixe lugar para que esquecidos de seus deveres commettão absurdos, e inquietem os povos fazendo-lhes violências que com dificuldades se remediarão.

Melhor é prevenir os crimes do que punil-los; é maxima bem trivial, e uma verdade de mera intuição; pelo que prescreva-se aos presidentes de província uma linha de conducta, que regulada pela disposição precisa da lei, se conservem no circulo de suas atribuições, sem se arrogarem o que pertence ao seu conselho aonde tudo deve ser visto, examinado, e deliberado.

O Sr. Andrada Machado:—(Não se entendeu o tachygrpho.)

O Sr. Andrada e Silva:—Eu creio que a idéa de ser o presidente um governador tem sido a causa principal da oposição que tem havido contra este artigo. O presidente, senhores, não é um capitão-general; é muito menos do que isso; é um homem que ha de executar

as ordens que receber, e as leis; e que só delibera em casos extraordinarios e repentina quando se precisa de uma medida prompta; nos outros casos ha de consultar; e portanto não sei que precisão haja desse conselho permanente, transformando assim o governo de uma província em assembléa deliberativa.

Que utilidade resultaria de tal conselho? Eu não vejo nenhuma; o que succederia era levarrem os negócios tanto tempo como levão aqui: isto é, teríam muito tempo perdido, retardando-se negócios que muitas vezes não podem demorar-se sem prejuízo um só momento. Mas, (disse um illustre deputado) este presidente pôde enganar-se na providencia que ordenar, e seguiram-se della graves danos; a isto digo que elle é responsável, e que desejo que me mostrem qual é a instituição humana em que se não possa apontar defeito. Por ventura, porque os governos são sujeitos a paixões, não se ha de governar? O que se faz é pezar na balança da razão quaes são os governos que têm menos inconvenientes, e isto é o que se tem achado pela longa experiência de séculos.

O Sr. Arouche Rondon:—Depois de terem passado os arts. 3º e 4º de necessidade deve passar o 6º como consequencia delles. No 3º estabelece-se que o presidente seja o executor e administrador geral da província, donde se conclue que elle só é o executor, que elle só é o administrador; e com razão, porque elle executa as leis geraes, as ordens do poder executivo, e igualmente as deliberações do conselho de que elle é presidente. Esta doutrina passou. No art. 4º estabelece-se que o presidente tenha um secretário, e que este seja também o do conselho; logo está vencido que o presidente tem cousas que ordenar e administrar sórta do conselho. Agora no art. 6º diz-se que elle despachará por si só e decidirá todos os negócios em que segundo este regimento se não exigir especificadamente a cooperação do conselho; ora, isto não é mais do que uma consequencia do que se legislou nos arts. 3º e 4º; amplia-se o que alli se estabeleceu. Portanto toda a altercação que tem havido me parece inutil; e julgo que a matéria do artigo deve passar como já decidida nos antecedentes.

O Sr. Nogueira da Gama:—Sr. presidente: é necessário que tenhamos em consideração, quaes sejam as atribuições do presidente da província, para melhor se deliberar sobre o modo de as executar com vantagem dos povos.

O presidente deve ser o executor das leis, e o administrador da província, segundo o regimento que se lhe der: elle deve por si sómente despachar e decidir todos os negócios, em que se não exigir especificadamente a cooperação do conselho, e em que não houverem formulas marcadas por lei. Ora, muitos e diversos podem ser estes negócios principalmente nas províncias

de maior povoação: diariamente apparecem males que devem ser promptamente remedados: por exemplo um individuo de qualquer distrito ou comarca é opprimido pelo ministro, pelo capitão-mór, pelo commandante ou por algum outro individuo particular: sofre um ataque da parte do seu vizinho: está em risco imminente; teme uma desordem dentro da sua mesma família, tanto mais facil de acontecer, quanto a sua residencia for mais distante das povoações: em qualquer destas circumstâncias recorre ao presidente da província e espera o competente remedio: mas que ha de fazer este presidente, não estando marcado na lei o caso. de que se tratar, e competindo-lhe sómente a parte executiva e administrativa, sem de modo algum se intrometer no que pertencer á outras autoridades da província? Ou ha de abandonar o recorrente aos meios ordinarios, talvez com manifesto risco de sua vida e fazenda, ou ha de dar alguma providencia: para esta julgo que seria conveniente o concurso dos dous conselheiros de que se lembrou o nobre deputado o Sr. Pereira da Cunha: as providencias assim dadas serão mais conformes á razão, á justiça, ás leis e á segurança individual: serão mais respeitadas pela idéa da cooperação de homens de que a província forma bom conceito: e estes mesmos homens serão como duas constantes atalaia que façam conter o presidente nas raias de sua jurisdição, cooperando em tudo para a segurança individual e para a manutenção da liberdade legal do povo, obstando ás medidas e actos despolicos, ainda que indirectamente, pelo respeito e contemplação que o presidente deve ter, pelo voto de dous conselheiros que têm por si a opinião publica. Assim melhor se ha de conseguir o bom governo das províncias, sem que se temão demoras na execução das leis e ordens superiores, nem grande augmento na despesa.

Quanto á demora de execução, é claro que nenhuma deve haver, quando se tratar de pôr em prática as leis e as ordens que o presidente receber do chefe do poder executivo, não sendo para isto necessário o concurso de conselheiros; e tambem é claro que igualmente será rapido o despacho do presidente, que for do expediente diário, sendo feito com um dos dous conselheiros, ou com ambos nos casos mais difficultosos e intrincados, tendo estes conselheiros sómente o voto consultivo e ficando absolutamente livre ao presidente o decidir como lhe parecer conveniente, visto que toma sobre si toda a responsabilidade.

Não pôde ter lugar o que se disse de ser o secretario uma especie de conselheiro do presidente: o secretario jamais deve ter voto nos negócios publicos, e se deve limitar á expedição das ordens do presidente, que por este sómente devem ser dadas e assignadas.

Quanto ao augmento da despesa que se

necessita fazer com a efectiva residencia na capital da província de dous conselheiros, que, ou conjuntamente, ou em separado, e por alternativa tem de assistir diariamente ao despacho do expediente do presidente da província, eu a reputo de pequena monta, attendendo-se a que se devia fazer com as viagens de vinda e volta ás suas habitações e descontando-se o tempo da reunião de todo o conselho; e quando mesmo fosse consideravel esta despesa, deveríamos soffrel-a pelos bens que della pôde receber a província. Portanto julgo acertado, que dous dos conselheiros residão efectivamente na capital da província, e que um delles assista diariamente e por alternativa ao despacho do expediente do presidente, ou ambos, quando a este parecer necessário pela gravidade das matérias, sobre que tem de deliberar.

O Sr. Rodrigues de Carvalho:—Eu sempre ouvi dizer que quando os capitães generais não praticavão abusos, tinham pouco que fazer. O presidente não tem que embaraçar-se com o que o nobre deputado acaba de apontar; esses negócios competem exclusivamente aos magistrados que os decidem. Como é que um presidente se ha de meter na questão de segurança individual, na rixa de um vizinho com outro, etc., etc., se estes negócios lhes não pertencem? Se alguém o for importunar com matérias destas a decisão é pompa—Requeira a quem compete—e fica termifada a questão.

Julgou-se afinal discutida a matéria; e posto á votação o artigo foi aprovado tal qual estava redigido; ficando por isso rejeitada a emenda do Sr. Araújo Vianna.

O Sr. SECRETARIO CARNEIRO DE CAMPOS pediu a palavra e leu o seguinte ofício do ministro de estado dos negócios do império:

« Illm. e Exm. Sr.—Sendo presente a Sua Magestade o Imperador o ofício de V. Ex. de 5 do corrente, em que me communica que a assembléa geral, constituinte e legislativa do império do Brazil, penetrada de vivo sentimento pelos incomodos que o mesmo senhor tem soffrido na sua preciosa saude, pretende dirigir á sua augusta presença uma deputação para significar-lhe a sincera magoa que lhe tem causado tão funesto sucesso. Ordena-me que participe a V. Ex. para o fazer presente na mesma assembléa, que agradecendo o interesse que ella toma no seu referido incommodo, receberá a dita deputação terça-feira 8 do corrente, pelo meio-dia, no palacio da Boa-Vista.

« Deus guarde a V. Ex.—Palacio do Rio de Janeiro, em 7 de Julho de 1823.—José Bonifacio de Andrada e Silva.—Sr. José Joaquim Carneiro de Campos.»—Ficou a assembléa inteirada.

Voltou-se á ordem do dia e entrarão em discussão os additamentos dos Srs. Paula e

Mello e Pereira da Cunha (Veja-se a sessão de 18 de Junho).

O Sr. Andrada Machado:—Eu não duvido approvear, em parte, a emenda do Sr. Paula e Mello, porque, em verdade, havia uma lacuna; é de necessidade que haja, na falta de presidente, quem faça as suas vezes, e este vice-presidente deve ser um dos membros do conselho. Não concordo porém em que seja nomeado pelo mesmo conselho; seguirei antes neste ponto as idéas do Sr. Pereira da Cunha, e seja vice-presidente o que tiver obtido o maior numero de votos na eleição.

O Sr. Rocha Franco:—Sou do mesmo parecer; mas adoptado este additamento, julgo dever declarar-se que esse vice-presidente também por si só despachará os negócios que despacharia o presidente; lembrou-me disto unicamente para evitar duvidas.

O Sr. Carneiro de Campos:—É desnecessária tal declaração: depois de se dizer que elle faz as vezes do presidente, é claro que ha de executar tudo o que é de competencia daquelle em cujo lugar está servindo; ha de despachar por si só quando o dever fazer, ha de executor as resoluções do conselho, as ordens do ministerio, emfim ha de fazer tudo o que faria o presidente se estivesse servindo. Não vejo nisto mais que um additamento superfluo á lei.

O Sr. Andrada Machado:—O que é preciso é redigir o artigo addicional; pois creio que a assembléa está conforme em que a lei deve marcar quem seja o vice-presidente; e parece-me que das duas emendas offerecidas se pôde formar o artigo. Julgo que V. Ex. deverá propôr á votação, mas por partes.

Varios outros Srs. deputados mostráram conformar-se com a opinião do Sr. Andrada Machado, e julgando-se a materia discutida, propôz o Sr. presidente:

1.º Se devia haver um vice-presidente de província: Venceu-se que sim.

2.º Se devia ser tirado do numero dos conselheiros de província: Decidio-se que sim.

3.º Se devia ser o mais antigo conselheiro, isto é, o que tivesse obtido o maior numero de votos na sua eleição: Resolveu-se que sim.

Seguiu-se o art. 7.º (Veja-se a sessão de 17 de Junho.)

O Sr. Paula e Mello:—Neste art. 7º estabelece-se que os conselheiros serão seis nas províncias maiores e quatro nas menores; mas como se não declara quais são umas e quais as outras e ha de portanto isto regular-se pelo método seguido de chamar-se maior á que era governada por capitão-general, quando aliás ha destas algumas de menor população do que outras que se chamão menores, parece-me que será acertado que

sirva de regra para o numero dos conselheiros a maior ou menor população; procedendo-se como indico na seguinte

EMENDA

“O conselho nas províncias que tiverem mais de cinco deputados constará de sete membros, e nas que tiverem menos, cinco. —Paula.” —Foi apoiada.

O Sr. Barão de Santo Amaro:—Não acho boa a diferença proposta. Para determinar o numero dos conselheiros entendo que a materia é que nos deve seguir de guia, e não a população; e como se ha utilidade em qualquer medida ella é tão proveitosa na província grande como na pequena, segue-se que o numero dos conselheiros deve ser igual em todas; e por isso offereço a seguinte

EMENDA

“O conselho das províncias será composto de quatro ou seis conselheiros. —O deputado, Barão de Santo Amaro.” —Foi apoiada.

O Sr. Andrada Machado:—Concordo com o nobre preopinante; acho muito justa a igualdade de numero de conselheiros em todas as províncias; os negócios são os mesmos e como seis sempre examinão melhor que quatro seguirei que se estabeleça aquele numero para todas. É a razão de economia que me tinha feito seguir outra opinião.

O Sr. Barão de Santo Amaro:—De ordinário são sempre contra o bem da nação as economias em matéria de governo; nenhuma província deixa de ter com que pagar uma diaria por um mez ou dous aos que vão tratar dos meios do seu melhoramento e prosperidade. Deixemos a distinção de província grande e pequena; todas têm igual direito á melhor administração; agora quanto ao numero eu não digo que sejam quatro nem que sejam seis, digo qualquer que seja o numero que a assembléa escolher, deve ser o mesmo para todas as províncias.

Discutida a materia, pôz-se á votação o artigo com as emendas offerecidas pelos Srs. Paula e Mello, e barão de Santo Amaro; e sendo rejeitada a primeira, aprovou-se a segunda, vencendo-se que fossem seis os conselheiros de qualquer província sem distinção.

Por ser chegada a hora da leitura dos pareceres de comissões pediu a palavra o Sr. Gomide e em nome da comissão de instrução pública leu o seguinte

PARECER

“A comissão de instrução pública examinando a memoria offerecida pelo illustre membro desta assembléa o Sr. Martim Fran-

cisco Ribeiro de Andrada, e por elle feita, ha muitos annos, para a reforma dos estudos menores da provincia de S. Paulo, reconhecendo nella um verdadeiro metodo tanto de ensinar, como de aprender, pelo arranjoamento analytico, com que classifica o começo e progresso gradual dos acontecimentos humanos, e pela indicação que faz das matérias que successivamente devem ser ensinadas, do metodo a seguir, da escolha dos compêndios e sua composição, lamenta os males que tem sofrido a instrução publica pela falta de publicação e adopção de um tão luminoso sistema em todas as províncias do Brazil; e é de parecer:

« 1.º Que seja recebido por esta assembléa, com especial agrado, um offerecimento tão interessante á educação publica.

« 2.º Que se mando imprimir a sobredita memoria, fazendo-se a despesa pelo tesouro publico, para que quanto antes possa servir de guia aos actuaes professores e de estímulo aos homens de letras para a composição de compêndios elementares, enquanto se não dá uma adequada forma á instrução publica.

« Paço da assembléa, 7 de Julho de 1823.—*Antonio Rodrigues Velloso de Oliveira.—Belchior Pinheiro de Oliveira.—Manoel Jacintho Nogueira da Gama.—Antonio Gonçalves Gomide.* »—Foi aprovado.

O Sr. RODRIGUES VELLOSO, em nome da comissão de legislação, leu tambem o seguinte

PARECER

« Queixa-se o padre Bernardo José Viegas, preso na fortaleza da ilha das Cobras por ordem do magistrado ajudante do intendente da polícia, de se achar retido nessa prisão desde o dia 5 de Janeiro deste anno, sem que até agora se lhe tenha formado culpa, apesar de ter dirigido repetidas representações aos chefes do poder executivo, e judiciário. A comissão de legislação para poder deliberar precisa de informações do ministro secretario de estado dos negócios da justiça; e por isso exige da assembléa, que se peço estas informações com urgencia a respeito da prisão do sobreditio padre, e do motivo della. Paço da assembléa, 7 de Julho de 1823.—*Antonio Rodrigues Velloso de Oliveira.—Estevão Ribeiro de Rezende.—D. Nuno Eugenio de Locio.—José Teixeira da Fonseca Vasconcellos.—José Antonio da Silva Maia.—João Antonio Rodrigues de Carvalho.—Bernardo José da Gama.* ».

O Sr. Andrada Machado:—Sr. presidente: como um dos nossos collegas, e que está presente serve de regedor das justiças, talvez nos possa dizer a razão de se achar preso

este cidadão sem culpa formada, como se mostra do seu requerimento.

O Sr. RODRIGUES VELLOSO:—Nada sei deste negocio: o requerimento foi apresentado na comissão; e esta deu o seu parecer.

O Sr. ANDRADA MACHADO:—Lembrei-me de fazer esta pergunta, porque me parece que diz na sua petição que requererá tambem ao regedor das justiças.

O Sr. RODRIGUES VELLOSO:—Se requereu não foi a mim; nem este negocio, enquanto afecto á polícia, tinha cousa alguma com o tribunal da supplicação.

O Sr. ANDRADA MACHADO:—Peço a leitura do requerimento.

O Sr. SECRETARIO fez a leitura requerida.

O Sr. ANDRADA MACHADO:—Em verdade o que aparece é um homem preso ha seis meses, sem se lhe ter feito processo; tirou-se um sumário pela polícia, sem haver corpo delicto, e por elle se manda proceder a nova devassa; com efeito deve indagar-se se isto assim é.

O Sr. PRESIDENTE propôz á votação o parecer e foi aprovado.

Passou-se, segundo a ordem do dia, ao projecto sobre a confirmação da legislação actual; e foi lido o 1º art. concebido nestes termos:

« Art. 1º Todas as leis, regimentos, alvarás, decretos, e resoluções emanadas do trono do Sr. D. João VI, rei de Portugal e Algarves até o dia 25 de Abril de 1821 em que se ausentou desta corte, todas as que forão promulgadas daquella data em diante pelo Sr. D. Pedro de Alcantara, como regente deste reino, e como imperador constitucional do imperio do Brazil, ficão em seu inteiro vigor na parte em que não tiverem sido revogadas, para por elles se regularem os negócios políticos, civis, e economicos deste imperio, enquanto se não organizar um novo código, ou não forem especialmente alteradas. »

O Sr. Barão de Santo Amaro:—Não fallarei da necessidade desta medida; o illustre autor do projecto a demonstrou, disse tudo quanto era necessário para se reconhecer a conveniencia de se adoptar a legislação existente, por isso que não é possível substituir-lhe outra desde já; e sem leis não pode haver regular administração de justiça.

Diz o projecto (*lou*). Nós reconhecemos a necessidade de adoptarmos toda a legislação portuguesa, e a disposição da primeira parte deste parágrafo parece restringir essa necessidade sómente à legislação promulgada no governo do Sr. D. João VI. De certo não foi essa a intenção do illustre autor do projecto, nem parece que essa deverá ser a

deliberação da assembléa, por isso proponho, que depois da palavra—dimanados—se diga—dos soberanos de Portugal até o dia 25 de Abril de 1821. Nesta generalidade comodo não me parece que se deva comprehendendo a legislação dos tratados com as nações estrangeiras, para em conformidade della se regularem os negocios politicos, como se vê enunciado na segunda parte deste parágrapho.

O Brasil entra de novo a representar como nação independente; os seus negocios politicos hão de ser regulados segundo os principios do direito das gentes; adoptar a legislação particular de tratados feitos no tempo em que o Brazil fazia parte dos domínios portuguezes, é não só indecoroso, mas pôde trazer consequências ruinosas ao bem ser da nação. Proponho portanto a suppressão da palavra—políticos.

O Sr. Pereira da Cunha:—O illustre deputado entendeu muito bem qual era o objecto principal deste projecto, que não tinha outro sim senão fazer permanentes com a sancção nacional as leis, que nos devem reger enquanto não ordenamos códigos proprios, e adequados ás nossas circunstancias. Esta verdade é de tal sorte manifesta, que não hesitei em propol-a, nem esta assembléa em adoptal-a como medida indispensavel á nossa politica situação.

Meditando porém ácerca deste objecto, que é sem duvida da maior importancia pareceu-me a propósito alterar a 1^a parte deste primeiro parágrapho com a emenda que offereço, e que julgo preencher com mais clareza o fim a que nos propomos. Quanto á 2^a parte do mesmo parágrapho pretende o nobre deputado, que elle tenha uma intelligencia, mui diversa da sua enunciação, porque leis politicas geralmente fallando são todas aquellas que servem para a fundação, e bom regimem de um estado, nas quaes se encerra a arte de governar: e supposto que nessa expressão se julguem comprehendidos os tratados de commercio e aliança feitos com as outras nações, todavia nada linhamos a recear de seus resultados, não só porque a pequena parte que nelles tinha o Brazil, como colónia que então era considerado, desaparecerão com a amplitude da incomparavel carta regia de 28 de Janeiro de 1808, que franqueou a entrada livre a todos navios e mercadorias estrangeiras; como porque o que nos dizia mais immedialmente respeito era o de 10 de Fevereiro de 1810, o qual achando-se em observancia em todas as suas partes, nada por ora ha que innovar enquanto se não tomarem novas medidas, como mais convier ao bem geral da nação, e reciprocidade de interesse em que elle é fundado. Eu mando á mesa a minha

EMENDA

« Art. 1.^o As ordenações, leis, regimentos, alvarás, decretos, e resoluções pronuigadas pelos reis de Portugal e pelos quaes o Brazil se governava, até o dia 25 de Abril de 1821 em que o Sr. D. João VI rei de Portugal e Algarves se ausentou desta corte, e todas etc. O deputado Pereira da Cunha.»—Foi apoiada.

O Sr. Barão de Santo Amaro:—O illustre preopinante reconheceu a necessidade da minha primeira emenda; convenho com a que propõe, e a adopto. Insisto porém na minha segunda emenda. Relações politicas são aquellas que estabelecem direitos e obrigações de povo a povo em objectos de matérias determinadas; o Brazil pôde manter-se em harmonia com todos os povos do mundo, uma vez que guarde e faça guardar para com todos as regras estabelecidas pelo direito das gentes, e enquanto não faz tratados seus, adoptar os tratados feitos com Portugal, é sujeitar-se a cumprir obrigações contrarias aos seus verdadeiros interesses. E por causa desse mesmo tratado de commercio (que tanta bulha tem feito no Brasil) que me oponho, e sempre me oponho, a que se inclua neste decreto da assembléa a palavra—políticos.

Se se fizer essa declaração, ficará sendo lei, que a assembléa não pôde derogar do mesmo modo que deroga outra qualquer lei; o que compromete os interesses da nação, e a mesma dignidade desta assembléa.

Por ultimo entendo que é imprudencia indeculpável, sem necessidade urgente, adoptar e sancionar em globo, sem discussão e sem maduro exame, uma legislação, que não tem um só lado por onde se possa dizer que é favoravel ao Brazil, e ao andamento dos negocios do imperio.

Mando para a mesa a minha emenda, e a assembléa a tomará em consideração para deliberar e resolver sobre a materia.

EMENDA

« § 1.^o Adopto a emenda que propõe o illustre deputado autor do projecto quanto a 1^a parte do mesmo parágrapho. E proponho a suppressão da palavra—políticos. O deputado Barão de Santo Amaro.»—Foi apoiada.

O Sr. Pereira da Cunha:—O aplauso que merece a oposição feita á doutrina que tenho expedito, me dá motivo para receiar, que terei avançado algum absurdo contrario ao direito publico da nação, e opposto aos seus mais caros interesses; mas eu certo nos meus principios devo sustentar minha opinião, porque me parece extraordinario que se queira dar uma applicação mui diversa daquella que pertence ás leis politicas em geral, querendo restringir-as unicamente ás negociações diplo-

maticas, convencionadas entre umas e outras nações e que faz uma parte do direito das gentes convencional.

Eu não duvido que se omitião as ultimas expressões deste parágrafo, subsistindo unicamente até á palavra—revogadas—porque elles não influem essencialmente na sua disposição, e só podem servir para sua melhor intelligencia; sem que comtudo eu me persuada que elles não estejão bem collocadas naquelle lugar, pois é dos principios elementares do direito publico universal que a existencia, e estabilidade de uma nação depende de suas leis politicas, nas quaes se comprehendem suas leis fundamentaes, e a fórmula do seu governo.

Mas cu de bom grado convenho em que nellas se comprehendem as negociações feitas pelos portuguezes com outras nações, e perguntarei, quaes são os danos que dahi se seguem ao Brazil?

Nos tratados de paz que se fizerão com os hespanhóes e hollandezes, depois da sua expulsão de Portugal, e seus dominios, apenas se contemplou o Brazil para se determinar o numero de navios de guerra, e de commercio que devião entrar em seus portos, o modo de serem admittidos e o methodo que devia seguir-se para a venda de suas mercadorias; assim como as casas de negocio que poderião ser estabeleccidas em cada uma das cidades marítimas.

Isto mesmo se estipulou com a França e com a Inglaterra, remettendo-se a cópia desses artigos para sua execução como vi em diversas ordens que existem no governo da Bahia e Pernambuco; cujas convenções linhão por objecto relaxar um pouco a faes respeitos as ambiciosas restricções que região este paiz pelo sistema colonial; mas eu já pondrei que tudo havia desapparecido com a promulgação da liberal carta régia de Janciro de 1808.

Resta-nos unicamente ter em vista os tratados de limites do sul do Brazil, e o de commercio com a Grã-Bretanha celebrado em 1810. Quanto ao 1º, além de que—*ad huc sub iudice lis est* porque os commissarios nomeados pelas duas potencias contractantes para marcarem a linha de divisão nada executarão, nem esta medida pôde, segundo a nossa situação, produzir algum effeito.

Eu vejo por uma parte reconhecida a legitima posse dos habitantes de Montevidéo, sendo admittido um procurador geral daquelle província, não obstante a occupação da nossa tropa; e por outra parte sabemos que as circumstâncias é que nos devem decidir a lançar mãos daquelles meios que mais convierem para firmar nossa independencia, e a integridade deste imperio. Então as armas e as novas convenções fundadas em nossos antigos direitos terminarão esta contenda.

Quanto porém ao 2º, torno a repetir que o vejo completamente observado, sem discrepancia de algum de seus artigos: e que parece mui acertado, pois todos sabemos avaliar a dificuldade da resolução deste problema se nos era ou não livre deixarmos de cumprir o que alli se acha convencionado, rompendo a fé de um tratado que teve por principal motivo os interesses privalivos do Brazil, apesar de ser feito sob os auspicios do soberano que nesse então reinava; porque tais negociações diplomáticas produzem effeitos reaes tendo por objecto a utilidade geral das nações, e não o interesse particular dos imperantes que os contrahem; o que é digno da nossa mais prudente e séria meditação para não excitarmos um rompimento com a Inglaterra, que é e será nossa natural amiga, e aliada. Tanto mais, que na conformidade do mesmo tratado se estabelece o termo de quinze annos para se propôr, e discutir a respeito destes, e novos artigos, o que mais convier em reciproco interesse. Esse prazo tem ainda anno e meio de duração; acabado elle estabeleceremos o que for mais util e decoroso á dignidade da nação.

O Sr. Maia:—Parece-me, que estas palavras—dimanadas do throno do Sr. D. João VI—no primeiro parágrafo, devem ser suprimidas, como já está emendado pelo autor do projecto; e que na enumeração das leis e decretos se deve seguir a ordem natural dos tempos, mencionando-se as que dimanarão das côrtes de Lisboa, de que trata o 2º §, primeiramente que as depois promulgadas por Sua Magestade Imperial. Igualmente me parece, que se deverá suprimir por inutil o § 3º; e que será melhor dizer *Código Brazileiro* em lugar de novo código; porque quem diz—novo código—dá a entender que havia código antigo; e na verdade nós nenhum temos, pois nos regulamos pelo portuguez, como por emprestimo, e ninguem diz ser sua uma cousa emprestada. Por estas razões tenho feito uma emenda de redacção que offereço:

EMENDA

« Art. 1º Ficão em seu inteiro vigor na parte em que não tiverem sido revogadas, para por elles se regularem os negocios civis, militares e economicos deste imperio, enquanto se não organizar um código brazileiro, ou não forem especialmente alteradas. »

« *Primo.* Todas as leis, regimentos, alvarás, decretos e resoluções, que forão promulgadas pelo Sr. D. João VI, e seus augustos predecessores, reis de Portugal e Algarves até o dia 21 de Abril de 1821. »

« *Secundo.* Todas as que dimanarão das côrtes de Portugal, e se derão á execução no Brazil, em virtude da sancção de Sua Magestade Imperial. »

« *Terceiro.* Todas as que forão promulgadas pelo Sr. D. Pedro de Alcântara, ou como regente do Brasil, enquanto reino, ou como imperador constitucional depois que se erigio em imperio até á data da instalação desta assembléa. Paço da assembléa, 7 de Julho de 1823.—O deputado, *Maia.*»—Foi apoiada.

O Sr. ARAUJO VIANNA pedio a palavra, e mandou á mesa a seguinte

EMENDA

« Proponho a suppressão das palavras—para por elles se regularem os negócios políticos, civis e económicos deste imperio.—*Araujo Viana.*»—Foi apoiada.

O Sr. Andrada Machado:—Eu sigo a opinião do Sr. barão de Santo Amaro; mas não entro por ora na questão da obrigação em que pôde considerar-se uma nação nova de se sujeitar a tratados celebrados antes da sua independência; nem também é esta a occasião de fallar dos motivos que derão origem a esse tratado ou tratada de 1810, do qual muito haveria que dizer consultados os nossos verdadeiros interesses.

A nação brasileira ha de tratar com o ministério inglez por meio de negociações; nós havemos vel-as; e accitaremos o que nós fizer conta; não vamos já atar-nos as mãos. Conservemo-nos em circunstâncias de poder escolher livremente, para que não aconteça o que sucedeu com o celeberrimo e fraudulento tratado de limites; siquemos com as mãos livres. (*Apoiados.*)

Fallou depois o mesmo Sr. deputado sobre a acção das leis das côrtes de Portugal para regimem do Brasil, (mas nesta parte do discurso não se entendeu o tachygraphio) e mandou á mesa a seguinte

EMENDA

« Todos os decretos publicados pelas côrtes de Lisboa, que depois do competente exame da comissão de legislação a assembléa decretar que se não oponem ao novo sistema político do imperio, ficão igualmente valiosos na forma da tabella que se ajunta.—O deputado, *Antonio Carlos Ribeiro de Andrada.*»—Foi apoiada.

O Sr. ARAUJO GONDIM ofereceu igualmente o seguinte

ADDITIONAMENTO

« Todas as leis, etc., até ás palavras—ficão em seu inteiro vigor na parte em que não tiverem sido revogadas—e não se oponzerem aos principios constitucionaes.—Paço da assembléa, aos 7 de Julho de 1823.—*Gondim.*»—Foi rejeitado.

Julgou-se asinal a matéria discutida, e passou-se ao 2º art. do theor seguinte:

« Art. 2º Todos os decretos publicados pelas côrtes de Lisboa, e remetidos oficialmente, depois de reimpresso, á chancellaria-mór deste estado, se cumprão e guardem, em virtude e por efeito sómente da imperial sancção que os autorisou, enquanto não forem especificadamente revogados. »

Depois de breve debate sobre a doutrina do artigo, foi este proposto á votação, e passou sem emenda.

O Sr. CARNEIRO DE CAMPOS requereu como indispensável, que se pedisse pela secretaria a lista de todos os decretos das côrtes de Lisboa que se mandarão aqui observar, officiando-se para isso ao chanceller-mór do imperio pela respectiva repartição.

Resolveu a assembléa que assim se fizesse. //

O Sr. Rodrigues de Carvalho:—Tambem é preciso que V. Ex. dê ás precisas providencias para que venha uma colleção de leis para a secretaria para que não nos vejamos embaraçados como nos tem sucedido pela falta della.

O Sr. CARNEIRO DE CAMPOS:—E' preciso compral-a; porque só vierão as que se podião dispensar.

O Sr. ANDRADA E SILVA:—Eu remeti o que havia na livraria; o mais é indispensável comprar-se.

O Sr. Barão de Santo Amaro:—A comissão de estatística tem de dar o seu parecer sobre um objecto de que está encarregada; e não pôde satisfazer a esta obrigação pela falta de mappas. Requeiro por isso que se peçam ao arquivo militar onde elles existem; e faço a esse fim a seguinte

INDICAÇÃO

« Requeiro que se mandem vir do arquivo militar as cartas geographicas e topographicas do imperio para uso da comissão de estatística.—O deputado, *Barão de Santo Amaro.*»

O Sr. Andrada e Silva:—Mandar vir mappas assim sem limitação é impraticável porque também são precisos na repartição da guerra. Venham, mas aquelles de que houver mais de uma copia; de outro modo é despir um santo para vestir outro.

O Sr. RIBEIRO DE ANDRADA:—Não se pretende despir um santo para vestir outro. A comissão de estatística tem de dar um parecer, e não pôde dal-o sem ter cartas geographicas. E' por isso que as pede.

O Sr. ANDRADA MACHADO:—Eu creio que o melhor será tirar cópias das que houver só um exemplar; assim ficaria a comissão fornecida, como precisa, para esta e outra qualquer occasião.

O Sr. RIBEIRO DE ANDRADA:—Então não se estranhe á comissão a demora que tiver em satisfazer ao que lhe encarregaram; a não se exigir pressa do parecer pôde seguir-se o arbitrio de tirar cópias, e a comissão esperará que elas cheguem.

O Sr. ANDRADA E SILVA:—Eu fallo com conhecimento de causa; de algumas cartas ha dous e trez exemplares, e por consequencia dessas podem vir sem inconveniente; das que ha um unico exemplar se vierem devem voltar logo que a comissão tiver visto o que precisa. Não se fazendo assim succede o que eu disse, despe-se um santo para se vestir outro.

Feita a proposta pelo Sr. presidente á assembléa, resolveu-se que se pedissem para uso constante da comissão aquellas de que houvesse no arquivo mais de uma copia; e das outras que viessem por emprestimo as que se precisassem para se consultarem, revertendo depois imediatamente ao mesmo arquivo.

O Sr. PRESIDENTE designou para a ordem do dia 1.º O projecto sobre os governos provincias: 2.º O projecto sobre a confirmação da legislação actual: 3.º Regimento da assembléa.

Levantou-se a sessão depois das 2 horas da tarde.—*Manoel José de Souza França*, secretario.

RESOLUÇÕES DA ASSEMBLÉA

PARA JOSÉ BONIFACIO D'ANDRADA E SILVA

Ilm. e Exm. Sr.—A assembléa geral constituinte e legislativa do imperio do Brazil, manda participar ao governo que precisa para o acerto de providencias relativas á instrução publica que lhe sejão transmittidas as convenientes informações sobre as escolas e estabelecimentos literarios que ha nesta corte e em todas as provincias deste imperio. O que V. Ex. levará ao conhecimento de Sua Magestade Imperial. Deos guarde a V. Ex. Paço da assembléa, em 7 de Julho de 1823.—*José Joaquim Carneiro de Campos*

PARA O MESMO

Ilm. e Exm. Sr.—A assembléa geral constituinte e legislativa do imperio do Brazil, manda comunicar ao governo, que é urgente que da chancellaria-mór do imperio se remetta á mesma assembléa uma lista de todos os decretos das cōrtes de Portugal, que aqui se mandarão observar. O que V. Ex. levará ao conhecimento de Sua Magestade Imperial. Deos guarde a V. Ex. Paço da assembléa, em 7 de Julho de 1823.—*José Joaquim Carneiro de Campos*

PARA JOÃO VIEIRA DE CARVALHO

Ilm. e Exm. Sr.—A assembléa geral constituinte e legislativa do imperio do Brazil manda

comunicar ao governo que necessita para uso da comissão de estatística da mesma assembléa, que se lhe remettão do arquivo militar as cartas geographicas e topographicas do imperio que houverem duplicadas, e as outras por emprestimo, enquanto se consultão, tornando estas a reverter imediatamente ao mesmo arquivo. O que V. Ex. levará ao conhecimento de Sua Magestade Imperial. Deos guarde a V. Ex. Paço da assembléa, em 7 de Julho de 1823.—*José Joaquim Carneiro de Campos*.

Sessão em 8 de Julho

PRESIDENCIA DO SR. CAMARA

Reunidos os Srs. deputados pelas 10 horas da manhã, fez-se a chamada e aclarão-se presentes 60, faltando por doentes os Srs. Rocha e Ferreira Barreto

O Sr. PRESIDENTE declarou aberta a sessão e lida a acta da antecedente foi aprovada.

O Sr. PEREIRA DA CUNHA mandou á mesa uma declaração de voto concebidas nos termos seguintes:

“Na sessão antecedente votei pela supressão do § 6º do projecto do decreto em discussão, para que o presidente não despachasse nem decidisse por si só os negócios da província. Paço da assembléa, 8 de Julho de 1823.—O deputado, *Pereira da Cunha*. »

Mandou-se inserir na acta.

Por não haver expediente, passou-se á ordem do dia e entrou em discussão o art. 8º com as emendas dos Srs. Ribeiro de Andrada, Muniz Tavares, Araujo Lima e Paula e Mello. (Veja-se a sessão de 18 de Junho.)

O Sr. Pereira da Cunha:—(Não o ouvirão os tachygraphos.)

O Sr. Carneiro da Cunha:—Sr. presidente, não posso aprovar a emenda do Sr. Muniz Tavares na parte em que exige 40 annos de idade para ser conselheiro de província. Todos conhecem que temos falta de gente de luzes; e se desses poucos homens que ha capazes de tacs empregos, ainda tirarmos os que não chegam áquella idade, ficaremos em algumas províncias sem ninguém. Conheço que o fundamento da emenda é o bem de serem os negócios tratados por pessoas a quem a experiência dos annos tenha dado a madureza necessaria para se decidirem as cousas sem precipitação e com a maior vantagem dos povos; mas cumpre ter atenção ás nossas circunstâncias, que implicam com a prática de certas instituições, de que aliás tirão utilidade outras nações que as adoptam. Demais, eu direi francamente que me parece que não estamos já nos antigos tempos onde só os homens de 40 ou 50 annos eram chamados para os empregos

de alguma consideração; este prejuizo está em parte destruído; e entre nós teria ainda o inconveniente que já notei, e que é necessário evitar. Sou pois, de voto que todo o que tiver mais de 25 annos de idade possa ser eleito conselheiro de província.

O Sr. Andrada Machado:—Como se venceu que fosse igual o numero dos conselheiros em todas as províncias indistintamente, também deve ser igual o numero dos suplentes, e por isso é necessário redigir nessa parte o artigo. Eu conformo-me em tudo com a emenda do Sr. Paula e Mello para que todos os membros sejam electivos e que sirvão de suplentes os imediatos em maioria de votos. Também não duvido apoiar a do Sr. Araújo Lima porque é de necessidade que o administrador tenha conhecimento das circunstâncias particulares da província que administra, para dirigir com acerto os negócios della e promover os ramos mais proprios da sua industria e comércio. Quanto à do Sr. Muniz Tavares não posso admiti-la; não vejo precisão alguma de se requerer como qualidade indispensável para ser membro do conselho de província, uma idade tão avançada; e em algumas províncias como já lembrou um nobre deputado, não haveria desse modo gente para eleger. Portanto acho que bastará ter a mesma idade que se requer para ser deputado da assembléa.

O Sr. Andrada e Silva:—Também não aprovo a emenda do Sr. Muniz Tavares; não julgo precisa a idade completa de 40 annos para conselheiro; mas sempre quizera que tivessem mais de 25. O exemplo que se traz da assembléa geral onde há homens daquela idade, não me serve; aqui o seu numero é muito grande, e por isso nada influe que um ou outro tenha sómente 25 annos. Todavia não nos enganemos com isto; é naquela idade que mais facilmente nos deixamos possuir de paixões e caprichos que tão preciosamente influem nos nossos juízos. Por isso desejando o melhor bem do meu paiz, não exigirei a idade de 40 annos completos, mas creio que bona será que tenham os 30; estou certo que se farão as cousas com mais sabedoria e madureza; e é unicamente o que tenho em vista, como é dever meu na qualidade de procurador da nação.

O Sr. Fernandes Pinheiro:—Eu não impliquei já sobre o art. 8º, porque da forma que o seu illustre autor acaba de tornar-o, o livrou das anomalias que apresentava uma amalgama de membros natos, e de membros electivos, cada qual de diversa origem: passarei, pois, ao additamento do Sr. Muniz Tavares à este mesmo artigo onde me parece exagerada a idade de 40 annos, que elle requer para os conselheiros de província. Porque ás vezes os exemplos persuadem mais, lancemos um golpe

de vista sobre as instituições políticas de nações antigas e modernas as mais notáveis pela sua sabedoria; veremos sim que Roma nos bellos dias da república não admittia para senadores individuos que tivessem menos de 40 annos; idade igual exigia para os membros do senado conservador a constituição da França de 1799, bem que já para os do corpo legislativo requeria apenas 30 annos: comparremos agora a gravidade dos assumptos que se deliberavão naquelles supremos congressos, onde sem duvida não seria sobrejo todo o fundo de saber por experiências feitas, que ordinariamente trazem os annos, com os negócios que há de ser tratados nos conselhos das províncias; então parece-me que será bastante desde a idade de 25 annos, que é aquella na qual as nossas leis patrias, considerão a qualquer individuo habilitado para entrar no exercício os importantes cargos publicos. Portanto retrogradando, até para dar mais latitude a essas eleições, proponho também o periodo desde a idade dos vinte e cinco até os trinta annos.

Por ser chegada a hora de sair a deputação encarregada de significar a Sua Magestade o pezar da assembléa pelo desastre que o mesmo senhor sofrera no dia 30 de Junho, requereu-se o adiamento da discussão, até por quererem falar sobre a matéria alguns dos membros da mesma deputação.

Apoiado o adiamento, e posto á votação, foi aprovado.

Às 11 horas partiu a deputação, e o Sr. presidente interrompeu a sessão, para, como membro da comissão de polícia, tratar com os mais della de um negocio que lhe incumbia.

Passado pouco tempo voltou o Sr. presidente e declarou que continuava a sessão.

O Sr. Carneiro de Campos:—Sei que o Sr. Pedro José da Costa Barros, deputado pela província do Ceará, participou oficialmente estar livre do embaraço que o impedia de tomar assento nesta assembléa, por sentença que o absolveu do crime em que fôra pronunciado; mas não posso apresentar já este officio por se ter esquecido de o trazer o Sr. Carneiro da Cunha, portador delle, como me declarou; portanto amanhã, será presente a esta assembléa.

Depois de algum debate, resolveu-se que se expedisse aviso para tomar assento no congresso.

Passou-se á 2º parte da ordem do dia, e foi lido pelo Sr. secretario Carneiro de Campos o art. 3º do projecto sobre a confirmação da legislação actual, que é do theor seguinte:

« Art. 3º Todas as outras leis e regulamentos estabelecidos pelas mesmas cortes de Portugal, e que não obliterão o imperial—cumpra-se,—sao de nenhum efeito para o império. »

Fallárao os Srs. Andrada e Silva, Pereira da

Cunha e Andrada Machado cujos discursos se não publicão porque não se entendeu o lachy-grapho. Igualmente fallou o Sr. Accioli que ofereceu a seguinte emenda:

« Proponho a suppressão do 3º artigo.—*Accioli.* »—Foi apoiada.

Pela chegada da deputação, pouco antes da uma hora, se interrompeu o debate; e o Sr. Andrada Machado, como orador della, leu o seguinte discurso que havia proferido na presença de Sua Magestade.

« Senhor. A assembléa geral, assim que teve notícia do infasto accidente, que tinha posto em perigo a preciosa vida de Vossa Magestade Imperial encheu-se de ternura e susto, e estes sentiimentos, é que vimos testemunhar como orgãos seus a Vossa Magestade Imperial. A imaginação aterrada da assembléa se apresentou em todo o negrume o horrivel quadro da sua possivel orphandade, o descoroçador prospecto de uma minoridade sempre fraca e perigosa, e muito mais perigosa e fraca nestes tempos de scisma e convulsões. Ah! Senhor, digne-se Vossa Magestade Imperial por si, pela nação brasiliense que o adora, arredar para sempre até da nossa concepção a possivel volta de semelhantes accidentes prenhes de horror para a assembléa, prenhes de desgraças para a nação inteira. Não é porém, senhor da mente nossa, não é intenção da assembléa que vedou esta ingerencia prescrever a Vossa Magestade Imperial regras de prudencia, o que poderia parecer taxal-a indirectamente; é tão sómente lembrar aquillo á que Vossa Magestade Imperial tem sem duvida attendido sem precisão de monitoros. O amor tem direitos, que a ninguem mais competem, soffre-se como zelo, o que desagradaria como importuno comprometimento.

« Se vossa Magestade Imperial tivesse chegado ao cabo do currículo de gloria, a que a Providencia o destina, e que a quadra actual patenteia á coragem e á virtude; se então dissesse como o ambicioso romano, que tinha vivido de sobrejo, nós com o orador patriota lhe repetiríamos que não tinha vivido assaz para a patria que Vossa Magestade Imperial adoptou, para a nação com quem se identificou, a qual nesta hora de prova ergue as mãos supplicantes para aquelle de quem principalmente espera o remedio dos males, que a ameaçao. Sevandijas, despresiveis é certo, mas peçonhentas, derramão sem susto, ainda na presença do astro do dia, a sua impura saliva, e contagião os simples; que não farião pois, se ao consternado Brazil faltasse Vossa Magestade Imperial! Ai de nós, ai do estado, navio sem piloto, vagaria sem leme e norte á discrição das vagas irritadas. Corramos o risco porém sobre um quadro, que sómente suspeitado esfria a mais intrepida coragem. A assembléa espera que não occorrão semelhantes successos, mas como das dividas da humanidade ninguem

é extreme, como Vossa Magestade Imperial pôde mui bem sofrer enfermidades, e estas não podem deixar de interessar a assembléa, ella espera, senhor, que Vossa Magestade Imperial se digne comunicar-lhe diariamente o eslado progressivo ou decrescente da indisposição que o afflige; este conhecimento consolador em caso de melhora, ainda no de agravecimento é mister para pôr a assembléa em guarda, e tomar as medidas que lhe dictarem as circumstâncias, e a ameaçada perda do chefe hereditario da nação. A assembléa esperando que reine neste imperio a melhor harmonia entre o poderes politicos, o que lhe seguirão os patrióticos sentimentos de Vossa Magestade Imperial, fica cerla que Vossa Magestade Imperial anuirá ao seu pedido, cujo cumprimento bem que lhe possa ser doloroso em algum caso, ella crê ser do seu dever e para utilidade da nação, rogar com todo o fervor. »

Ficou a assembléa inteirada, e recebeu-se com muito especial agrado a resposta que de viva voz deu Sua Magestade ao orador, expressando ser muito sensivel aos sentimentos da assembléa e ao cuidado que tomava na sua saude.

O mesmo Sr. deputado mandou á mesa o primeira bolelim do cirurgião assistente, concebido nos seguintes termos:

« Vindo Sua Magestade Imperial da sua chácara, denominada o Macaco, no dia segunda-feira ultimo de Junho quasi pelas 6 horas da tarde, aconteceu, que ao chegar á ladeira perto do paço de S. Christovão, como corresse o selim tanto para a garupa do cavallo em que vinha, pela razão de estarem as sillas trazeiras mui largas, que estas ficarão nas virilhas do animal, que se corcoveava e desabridamente corria, Sua Magestade Imperial receiando resvalar juntamente com o selim e ser, em consequencia, maltratado pelos muitos e violentos couces, sobretudo saltando-lhe o apoio da clina, por se ter esta arrebentado e á qual lançára a mão, tomou a resolução de deitar-se á baixo o que fez para o lado esquerdo.

« Depois de uma queda tão consideravel, balendo com as cortas em cheio sobre barro duro, não obstante levar de encontro o braço esquerdo, Sua Magestade Imperial esforçou-se por se levantar, mas não o conseguiu senão á terceira vez que foi quando tambem pôde gritar pelos soldados do telegrapho, que logo o acudirão e segurárolo até que chegou Sua Magestade a Imperatriz, acompanhada de seu creado, que ajudárolo a Sua Magestade Imperial á recolher-se ao paço até o pateo do jardim, onde descansou por algum tempo. Sua Magestade Imperial subio a escada correspondente ao pateo, seguro tão sómente á uma bengala; como observei, quando o vi com surpresa na occasião em que eu ia á descer a mesma

escada, ignorando absolutamente tal acontecimento: acompanhámos Sua Magestade Imperial ao torreão onde fiz, com o medico de semana o Dr. Antonio Ferreira França, as necessárias indagações, e achamos o seguinte:

« 1.º Fractura directa na setima costella sternal ou verdadeira do lado direito, no ponto de reunião do seu terço medico com o posterior;

« 2.º Fractura indirecta ou por contrapançada, na terceira costella sternal do lado esquerdo, comprehendendo o seu terço anterior;

« 3.º Diastase incompleta na extremidade sternal da clavícula esquerda;

« 4.º Emfim, grande contusão no quadril, com forte tensão nos músculos que cercão a articulação femoro-iliaca e com dor gravativa, principalmente no nervo schiativo que, ao depois, ganhou intensidade notável com explicação de dores agudíssimas e de carácter convulsivo.

« As fracturas erão simples; a porção do legamento, correspondente à segunda fractura, apenas estava entumecida por efeito de irritação local. Nenhuma lesão houve nas entradas existentes nas três cavidades, cabeça, peito e ventre, menos a do violento choque, que de certo devia sofrer, se bem que nenhum symptom apareceu que ainda assim indicasse evidentemente a offensa de tal ou tal entrada.

« Appliquei o apparelho apropriado, mas pela intensidade da dor, e por conseguinte impossibilidade de mover a perna, não me foi possível dar á Sua Magestade Imperial a posição que lhe era conveniente. Convocou-se imediatamente uma conferencia para a qual forão chamados os conselheiros Drs. Francisco Manoel de Paula e Vicente Navarro de Andrada, medicos da imperial camara e os cirurgiões da imperial camara Jeronymo Alvares de Moura e Florencio Antonio Barreto. Reunimo-nos todos quasi á meia-noite e unanimemente se assentou que, quanto antes, Sua Magestade Imperial devia ser sangrado, o que abonava e urgia a presença de febre, dor aguda e mais symptomas irritativos levados á excesso.

« Fiz uma sangria larga, de que logo se seguiu melhoramento decisivo á tal ponto que Sua Magestade Imperial pôde deitar-se e adormeceu. Às 2 horas da madrugada aplicarão-se no quadril 19 sanguessugas, que copiosamente sangraram e forão também seguidas de grande alívio. Sua Magestade Imperial possou até de manhã sem mais novidade e dormiria duas horas pouco mais ou menos. Nessa manhã ventilou-se a sangria e prescreveu-se por dieta poucos caldos de gallinha. Pelo decurso do dia pouca febre e nenhuma circunstância mais houve digna de notar-se, porém á noite Sua Magestade Imperial esteve bastante afliito de dor que comprehendia não só o ponto fracturado da sétima costella como quasi toda a extensão do dorso, em correspondência ao peito. Appliquei, em consequência,

12 sanguessugas, para o que foi-me preciso, sem desfazer todo o apparelho, praticar uma larga abertura sobre as voltas posteriores da atadura. Sua Magestade Imperial durante a aplicação das sanguessugas adormeceu. Passou a noite sofrivelmente e dormiu quasi seis horas.

« Dia quarta-feira, segundo de molestia, continuação de febre, diminuição da dor das costas, facilidade da articulação do quadril em executar alguns movimentos. Renovou-se o apparelho e achamos a parte bem figurada e quasi extinta a entumescência da porção do tegumento em frente da segunda fractura. Continuou-se a mesma dieta, com adição porém de algumas fatias de pão uma só vez no dia. Passou todo o dia tranquillamente e á noite dormiu nove horas.

« Dias quinta, sexta, sabbado, domingo e segunda-feira: Sua Magestade Imperial sentiu progressivamente melhorias decididas. Pouca febre na quinta e sexta-feira, nenhuma nos outros dias seguintes: bom appetite. Dieta sólida, sono tranquillo e poucas vezes interrompido; movimentos quasi livres da perna; nenhuma dor nas costas, menos no ponto fracturado, e isto algumas vezes; nenhum sentimento doloroso no lugar da segunda fractura. Renovou-se o apparelho no sabbado.

« Hoje terça-feira, oitavo dia incompleto de molestia: Sua Magestade Imperial continua a passar bem; levou a noite quasi de um sono; o maior incommodo que sente, é da posição em que vê-se obrigado a estar. Sente-se ainda algum estalo e Sua Magestade Imperial accusa alguma dor nos pontos fracturados, o que denota estado inflamatorio nos extremos ossos para o trabalho da união. Esperamos que Sua Magestade Imperial se restabeleça em tempo opportuno, segundo a natureza da sua molestia.

« Rio de Janeiro, 8 de Julho de 1823.— O cirurgião da imperial camara e assistente á Sua Magestade o Imperador. — Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto. »

Ficou igualmente a assembléa inteirada, e recebeu-se com muito especial agrado a participação das melhorias de Sua Magestade.

Voltou-se á discussão do art. 3º, e tendo-se julgado a matéria suficientemente discutida, propôz o Sr. presidente:

1.º Se a assembléa julgava concluída a 2ª discussão:—Venceu-se que sim.

2.º Se o projecto passava á 3ª discussão:—Venceu-se também que sim.

Por ser chegada a hora da leitura dos pareceres, leu o Sr. França como relator da comissão de polícia, a seguinte

PROPOSTA

« A comissão de polícia propõe para os empregos da assembléa, de sua proposta,

Pedro Ursini Grimaldi para porleiro-mór, Sebastião José da Silva, natural da ilha de Santa-Catharina, e Miguel Maria Móra, para continuos, Joaquim Gomes de Athayde para encarregado da limpeza.

« Paço da assembléa, 8 de Julho de 1823.—Manoel Ferreira da Camara de Bitten-court e Sá, presidente.—José Joaquim Carneiro de Campos, secretario.—Manoel José de Souza França, secretario.—José Custodio Dias. »—Foi aprovado.

O Sr. ARAUJO VIANNA como relator da comissão da redacção do *Diario* leu tambem a seguinte

PROPOSTA

« A comissão da redacção do *Diario*, em observancia do seu regimento, propõe para servente desta repartição a Francisco José Damasceno, que tem servido interinamente desde o dia 15 de Junho proximo passado.

« Paço da assembléa, 8 de Julho de 1823.—Candido José de Araujo Vianna.—Antonio Gonçalves Gomide.—João Antonio Rodrigues de Carvalho. »—Foi aprovado.

O mesmo Sr. deputado leu tambem o seguinte

PARECER

« Na comissão da redacção do *Diario* foi visto o requerimento dos tachygraphos da assembléa assignado pelo primeiro delles João Caetano de Almeida. Allegão que não podem bem desempenhar as suas funções, porque não é possível decifrar-se e copiar-se o trabalho de uma sessão no curto espaço de um dia, vindo por consequencia a ficar muito trabalho atrasado e por isso mais difícil de se pôr em ordem. Pedem a criação de um novo turno de tachygraphos para melhor desempenho das suas obrigações. A comissão reconhece a necessidade da medida que se requer, e é de parecer que a assembléa desira nesta conformidade.

« Paço da assembléa, 8 de Julho de 1823.—Candido José de Araujo Vianna.—João Antonio Rodrigues de Carvalho.—Antonio Gonçalves Gomide. »

O Sr. Andrada Machado:—Sr. presidente, eu não teria duvida de aprovar o parecer da comissão se não tivesse visto que os tachygraphos não são causa alguma neste mundo. Estes que ahi estão não fazem nada; as fallas não se entendem; são todas uma misturada de grêlos; por ellas ninguem sabe, o que disse, nem o redactor pôde perceber-as. Ora, pagar para não fazarem nada ou para dizerem o que nós não dizemos, creio que não tem lugar.

O Sr. Araujo Vianna:—O que diz o illus-

tre preopinante é verdade, mas a comissão teve em vista adiantar o *Diario* que anda muito atrasado. Os tachygraphos não podem escrever mais, e com este augmento ainda se poderia fazer alguma cousa; de outro modo nada se consegue. Por isso ou havemos fazer mais algum para ajudar os outros na escripta ou deixar ir atrasando o *Diario*.

O Sr. Carneiro da Cunha:—Eu creio que concorreria muito para adiantar o trabalho do *Diario* o ser dispensado o seu actual redactor das obrigações de official-maior para se ocupar inteiramente da redacção; encarregado só deste trabalho mais facilmente poderia haver dos deputados as noções de que precisa para intelligencia das notas, ouvir-lhe as fallas na assenbléa, e supriria melhor os defeitos dos tachygraphos que ainda têm muitas imperfeições.

O Sr. Carneiro de Campos:—Quando se fallou em haver mais um turno, eu julguei com a comissão que assim devia ser. Os tachygraphos são maus, mas sem elles nada pôde fazer o redactor. São muitas as fallas das suas notas, com tudo sempre se conhece qual é a matéria da discussão, e pelo que indicão do discurso sempre este se arranja. Agora do que eu me não persuado é que elle queira deixar de servir o seu lugar de official-maior para ser redactor; elle ofereceu-se para este trabalho enquanto se não nomeava redactor proprio, serve interinamente, e quando não possa desempenhar ambas as obrigações larga as de redactor para quem as puder satisfazer. Sou pois de voto que se os actuaos tachygraphos não podem com o trabalho sejam ajudados por outros, alias nem aprovitaremos o que se gasta com estes.

O Sr. Andrada Machado:—O que eu vejo é que vamos gastar mais e que nada utilizamos, para se tirar algum proveito era necessário que elles tivessem algum conhecimento de matérias politicas. Os dous primeiros das côrtes de Lisbon tinhão idéas sufficientes das questões que se tratavão, e supponho que os outros não erão tão maus como os nossos, que não têm nem as idéas mais communs; por isso ou escrevem palavras sem sentido, ou quando põe um pensamento é um absurdo que ninguem diz. Eu como tenho alguma reminiscencia lembra-me ás vezes o que disse, por uma ou outra palavra; mas faltão sempre muitas idéas, e é por isto que se não acha nas fallas redigidas o nexo que entre si devião ter. Enfim nós não temos *Diario*, é um papel em que se dá alguma idéa das sessões; desta gente não serve, escolha-se ao menos alguém que seja capaz de aprender, alias nunca teremos nada.

O Sr. Ribeiro de Andrada:—Eu creio que no *Diario* da assembléa nunca vem o trabalho

inteiro da sessão; entrão sómente alguns pedaços de fallas. O *Diario*, a meu ver, compõe-se da acta, dos documentos, e do que o redactor pôde ouvir ou lhe dão os deputados; desse modo é de facto escusado o trabalho dos tachygraphos. Se são precisos para as legislaturas futuras, busquem-se homens capazes de saber; os que ali estão nada fazem, e o meu voto seria que se despedissem.

O Sr. Araujo Vianna:—Eu já disse que nesta proposta a comissão só leve em vista adiantar o trabalho, e não melhorar já a qualidade delle. Havendo mais um turno ha mais tempo para a decifração, e mais depressa aparece o *Diario*. Os tachygraphos não deixam de trabalhar, mas realmente não lhes chega o tempo; e é isto o que a comissão pretendeu remediar. Este novo turno não só serve para não escaparem muitas vezes palavras essenciaes que se não apanhão, e que se podem meter enquanto as idéas estão frescas, quando aliás se perdem pela demora da decifração, mas também para que possam ter algum descanso. Em uma palavra, ou não havemos de ter *Diario* ou se ha de admitir este turno.

Julgou-se a matéria discutida; e propondo o Sr. presidente o parecer á votação, não foi aprovado.

Propôz então novamente se a mesma comissão deveria indicar algum outro meio de atalhar os inconvenientes de que se queixavão os tachygraphos, e remediar o mal da demora na publicação dos *Diarios*; venceu-se que sim.

O Sr. PRESIDENTE deu para ordem do dia:

1.º O projecto sobre os governos provinciais.
2.º A 1^ª discussão do projecto sobre a mensagem de S. M. Imperial á assembléa.

3.º Regimento da assembléa.

Levantou-se a sessão ás duas horas da tarde.
— *Manoel José de Souza França*, secretario.

RESOLUÇÕES DA ASSEMBLÉA

PARA CAETANO PINTO DE MIRANDA MONTENEGRO

Ilm. e Exm. Sr.— A assembléa geral constituinte e legislativa do imperio do Brasil sendo-lhe presente o requerimento do padre Bernardo José Viegas, que se queixa de estar preso, sem culpa formada, na fortaleza da ilha das Cobras á ordem do desembargador Francisco de França Miranda, como ajudante do intendente geral da polícia, que procedeu, seis dias depois do acto de prisão, a um sumário que na casa de supplicação se julgou nullo, mas ao mesmo tempo suficiente para servir de corpo de delito a uma nova devassa de que o mesmo tribunal encarregou o correedor do crime da corte e casa; e tomando em consideração o parecer da comissão de legislação sobre esta matéria: manda participar ao governo que precisa para deliberar que lhe

sejão transmittidas com urgencia competentes informações a respeito da prisão do sobreditio padre, e das causas que a motiváram. O que V. Ex. levará ao conhecimento de Sua Magestade Imperial.—Deus guarde a V. Ex. Paço da assembléa, em 8 de Julho de 1823.—*José Joaquim Carneiro de Campos*.

PARA PEDRO JOSÉ DA COSTA BARROS

A assembléa geral constituinte e legislativa do imperio do Brazil manda participar a V. S. que deve quanto antes vir tomar assento neste augusto congresso, e ter parte nos seus trabalhos como deputado á mesma assembléa pela província do Ceará.—Deus guarde a V. S. Paço da assembléa, em 8 de Julho de 1823.—*José Joaquim Carneiro de Campos*.

Sessão em 9 de Julho

PRESIDENCIA DO SR. CAMARA

Reunidos os Srs. deputados pelas 10 horas da manhã, fez-se a chamada, e aclarão-se presentes 59, faltando por doentes os Srs. Rodrigues Velloso, Ferreira Barreto e Rocha.

O Sr. PRESIDENTE declarou aberta a sessão, e lida a acta da antecedente foi aprovada.

O Sr. SECRETARIO CARNEIRO DE CAMPOS leu a seguinte carta do Sr. deputado Pedro José da Costa Barros.

« Ilm. e Exm. Sr.—Rogo a V. Ex. queira apresentar ao soberano congresso a cópia inclusa pela qual verá elle terení cessados os motivos de não ter eu já tomado assento nesse augusto recinto.

Deus guarde a V. Ex. Quartel na rua das Violas, 8 de Julho de 1823.—Ilm. e Exm. Sr. José Joaquim Carneiro de Campos.—*Pedro José da Costa Barros*. »

« Sua Magestade o Imperador, sendo-lhe presente o officio do chanceller que serve de regedor da casa da supplicação, do dia de hoje, com certidão da sentença em que forão absolvidos José Joaquim de Gouvêa, Thomaz José Tinoco, Domingos Alves Branco, João da Rocha Pinto, Luiz Manoel Alves de Azevedo, Joaquim Valerio Tavares, Pedro José da Costa Barros e João Fernandes Lopez: manda pela secretaria de estado dos negócios da justiça, que a dita sentença se cumpra, e que o mesmo chanceller, passe as ordens competentes para serem imediatamente postos na sua liberdade: —Palacio do Rio de Janciro, em seis de Julho de mil oitocentos e vinte tres.—*Caetano Pinto de Miranda Montenegro*. —Cumpre-se, e se ajunte aos autos; e o escrivão passe as ordens necessárias, que hão de ser por mim assignadas, para serem soltas imediatamente as pessoas mencionadas nesta ordem imperial. Rio de

Janeiro, seis de Julho de mil oitocentos e vinte tres. Como regedor, *Velloso*.—Está conforme. Rio de Janeiro, 7 de Julho de 1823.—*Antonio José de Castro Farias*.»—Ficou a assembléa inteirada. //

Leu tambem uma felicitação da camara da villa de Lorena.—Foi recebida com agrado.

Leu mais o boletim seguinte do cirurgião assistente á Sua Magestade o Imperador.

« Sua Magestade Imperial continua a passar bem ; dormio ; o pulso está natural ; e as mais funções em estado regular. Quanto ás fracturas nada ha de extraordinário—Paço da imperial quinta da Boa Vista, 9 de Julho (9º dia da molestia) de 1823.—O cirurgião da imperial camara, e assistente a Sua Magestade o Imperador.—*Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto*. »

A assembléa se lisongeou muito com o progresso das melhoras de Sua Magestade.

Deu conta de um requerimento do juiz e mais officiaes da camara da villa de S. José do Rio das Mortes, pedindo a extincção dos direitos de passagem nas pontes do Rio das Mortes, e Rio Grande.

Mandou-se que fosse remetido á commissão de fazenda.

O Sr. PRESIDENTE disse que o cidadão Felisberto Ignacio Januario Cordeiro lhe tinha remetido uma memoria, mas que por não trazer reconhecido a assignatua julgava que devia ser enviada a seu autor para o dito reconhecimento.—Decidiu a assembléa que assim se fizesse.

Disse mais o Sr. presidente que estava em cima da mesa a melhor carta topographica da província de Minas Geraes a qual elle oferecia para uso da commissão de estatística, devendo ser-lhe restituída depois de copiada, ou quando não fosse já preciso.—Foi recebida com especial agrado.

O Sr. D'CARTE SILVA participou ter recebido um officio do governo provisório da sua província, incumbindo-o de felicitar a assembléa pela sua feliz instalação : e pedio remettendo-o á mesa que fosse tomado na consideração do estylo.—Foi recebido com agrado.

O Sr. Dias:—Esta soberana assembléa julgou necessário que se creasse uma commissão destinada á communicação dos negócios ministeriaes ; eu como representante da nação tomo todo o empenho em que se cuide da nossa defesa interna e externa ; e porque não acho escripta esta commissão na lista dellas, propondo que seja alli comprehendida para se preencher o fim a que se destinou. Eu fiz para isso a seguinte.

INDICAÇÃO

« Proponho que se descreva na lista das

comissões a commissão destinada para se manifestarem os segredos ministeriaes afim de sortir o seu efeito. Paço da assembléa, aos 9 de Julho de 1823.—*José Custodio Dias*. »

O Sr. SECRETARIO CARNEIRO DE CAMPOS leu a indicação dos Sr. Dias.

O MESMO SR. SECRETARIO:—Não vejo necessidade de semelhante indicação ; se falta está commissão na lista dellas, entra quando se mandar reimprimir : o mesmo se tem praticado com a dos Srs. deputados ; assentão-se os que vao de novo chegando, e accrescentão se os seus nomes quando se reimprime a lista.

O SR. DIAS:—O que quero é que se mencione esta commissão na lista ; e que tenha exercicio : porque o sim para que foi criada é de summa importancia. No estado em que nos achamos devemos acautelar-nos, e cuidar da nossa segurança ; e creio que isto se alcançará melhor trabalhando-se de acordo com a commissão, porque pôde lembrar meios convenientes para se conseguir este sim.

O SR. ANDRADE MACHADO:—Não sei como se pretendem de nós medidas de guerra ! Nunca me veio á cabeça que esta commissão fosse criada para semelhante sim ; creou-se para que no caso de se julgar fraco o governo e querer recorrer á assembléa, houvesse um canal de communicação onde se discutissem as suas requisições, para depois ser inteirada a assembléa e resolver ; mas enquanto o governo se não julga precisado de tal auxilio, nada tem que fazer commissão ; nós viemos aqui para fazer leis e não para tratar de medidas de defesa interna e externa ; tais medidas são da competencia do governo, e enquanto elle não exige de nós providencia alguma para que nos hajavemos de meter em negócios da sua responsabilidade? Se nos pedir alguma cousa faremos o que entendermos, mas antes disso por nenhum modo.

O SR. DIAS:—A mensagem que acabamos de receber de Sua Magestade Imperial nos dá a conhecer que é preciso attender á nossa segurança tomando medidas de precaução ; e julgo que seria acertado que os membros desta commissão se entendessem com os da que foi nomeada para dizer sobre a referida mensagem ; e que isto se puzesse em movimento ; não penso que só viessemos fazer leis ; á vista das vicissitudes que se observão cumpre haver vigilância de toda a parte. Eu digo o que entendo.

O SR. ANDRADE MACHADO:—Eu cuido primeiramente que o nobre preopinante queria que se puzesse esta commissão na lista das commissões ; depois pareceu-me que queria saber por ella notícias do governo ; finalmente entendi que queria que a mensagem fosse também á mesma commissão ; portanto já tenho enten-

dido tres cousas, e talvez ainda não percebesse o que é. Quanto á 1^a não acho que seja objecto de indicação; quanto á 2^a se o governo não tem noticias que a comunicar como ha de participal-as? E pelo que respeita á 3^a, tendo Sua Magestade Imperial mandado aqui o ministro da guerra para apresentar publicamente o objecto da sua mensagem, não sei que livesse nada a dizer sobre isto a commissão a que se refere o nobre deputado. Por consequencia parece-me que por qualquer lado que se olhe a indicação deve ser rejeitada por não merecer consideração.

O Sr. Maia:—Sr. presidente: eu ainda não entendi, me parece, o sim para que foi creada esta commissão. Se ella foi creada para se lhe participarem as noticias do dia, que dizem respeito á segurança da nação, tanto interna como externa, já o secretario de estado lhe deveria ter feito as participações do governo. Não se pôde dizer que se lhe não tem participado as noticias, por nenhuma terem havido, que interessem a segurança da nação; porque é bem publico, que já houve uma; essa, que fez objecto da mensagem de Sua Magestade. Mas talvez o governo não concebesse a féima por que se deve dirigir a esta commissão. A saude de Sua Magestade era uma noticia muito interessante, que imediatamente deveria ter sido comunicada á commissão; pois que certamente depende della segurança do imperio.

O Sr. Andrada e Silva:—Não sei que a noticia da saude de Sua Magestade entre na ordem das que se devem dar á commissão; e a fallar a verdade nunca percebi bem que comunicação era esta; porque para se dar parte do que diz o registro da entrada das embarcações, seria comunicar noticias que não são officiaes, o que nunca o governo deve fazer; o governo nunca se regula pelo que se diz em cartas particulares, ou referem passageiros ou mestres de embarcações. As unicas noticias que me persuado se deverião dar serião as que pudesse ter relação com a estabilidade do imperio, e destas ainda não houve nenhuma; logo que as haja Sua Magestade não deixará de as participar... Isto é o que me parece; pois, como já disse, eu não sei com certeza para que sirva esta commissão.

O Sr. Maia:—Como eu sou membro da mesma commissão desejo isto claro, porque se não é necessário o melhor é de uma vez extinguir-se; e até se escusa de augmentar a lista com ella, e reputar-se commissão permanente; mas se o é, não sei a razão de não vir na lista, onde se acha a commissão eclesiastica que foi creada depois della.

O Sr. Alencar:—Eu acho que se poderá interromper esta importante discussão, para fazer entrar o Sr. deputado pela província do Ceará que está á porta do salão.

O Sr. Presidente perguntou se estava discutida a materia, e decidindo-se que sim, pozi a votação a indicação, e foi rejeitada.

Como se achava á porta do salão o Sr. Pedro José da Costa Barros, segundo annunciaria o Sr. Alencar sahirão dous Srs. secretarios a buscal-o, na forma do estylo; e sendo introduzido prestou juramento, e tomou lugar na assembléa.

O Sr. Duarte Silva:—Sr. presidente: a assembléa resolveu que fossem impressas as actas; contudo não têm até agora aparecido, e fazem-nos muita falta, pois estamos sempre precisando de consultar as decisões do congresso.

O Sr. Carneciro de Campos:—As actas já se estão imprimindo, e creio que algumas estão promptas; para que venham com mais brevidade o remedio é dar mais gente á impressão.

O Sr. Andrada e Silva:—Bom é que se faça alguma recommendação; já podíamos ter algumas; e na realidade são precisas para os trabalhos da assembléa.

O Sr. Ribeiro de Andrada:—Já se derão providencias, e o ministro da repartição da fazenda foi pessoalmente á typographia nacional; mas o numero das obras é immenso, e a letra não é suficiente, bem que ha pouco se mandasse ficar a que já estava encaixotada para S. Paulo; portanto não pôde isto marchar com brevidade. O que me parece é que o governo deve tratar da compra de mais prélos, onde quer que appareça; mas por agora não é possível maior brevidade.

Passou-se á ordem do dia; e entrou em discussão o artigo 8º do projecto sobre os governos provinciales, que ficará adiado na sessão antecedente.

O Sr. ANDRADA E SILVA pedio a palavra e mandou á mesa a seguinte

EMENDA

« Ao art. 8º Os conselheiros serão electivos, e a sua eleição se fará pelo mesmo modo por que se elegem os deputados da assembléa; contanto que tenham a residencia de 6 annos na província, e 30 annos de idade. Na falta ou impedimento de qualquer conselheiro servirá o suplente que tiver a maioria de votos. Paço da assembléa, 8 de Julho de 1823.—O deputado Andrada e Silva. »—Foi apoiada.

O Sr. FERNANDES PINHEIRO fundando-se nas razões que expendera na sessão antecedente ofereceu a seguinte

EMENDA

« Ao additamento do Sr. Muniz Tavares proponho a emenda, que a idade marcada para os conselheiros de província bastará que seja

entre os vinte e cinco e trinta annos. Paço da assembléa, 8 de Julho de 1823.—O deputado *Fernandes Pinheiro*. »—Foi apoiada.

O Sr. Carneiro da Cunha :—Eu tambem fiz uma emenda relativa ao tempo de residencia na província para poder ser nomeado conselheiro. E' concebida nestes termos :

EMENDA

« Mas aos das províncias limitrophes bastará tres annos de residencia. Salva a melhor redacção. Paço da assembléa, 9 de Julho de 1823.—*Carneiro da Cunha*. »—Foi apoiada.

O Sr. Alencar :—(Não se entendeu o tachygrapho.)

O Sr. Ribeiro de Andrada :—Como offereci uma emenda a este artigo, direi alguma cousa a favor della. Eu concordo em que os conselheiros não sejam nomeados com menos de 30 annos de idade, e tendo por qualidade essencial a residencia na província; igualmente me parece justo que seja igual o numero dos conselheiros em todas as províncias, porque todas têm direito à melhor administração; mas não me persuado que o conselho deva ser inteiramente de eleição popular....

O Sr. Carneiro da Cunha :—(Não se entendeu o tachygrapho.)

O Sr. Andrada e Silva :—Não me levanto para sustentar a minha emenda; não tenho essa pequena vaidade; já está entregue à sua sorte.

O Sr. ALENCAR :—O illustre deputado já falou.

O Sr. ANDRADA E SILVA :—Falei hontem uma vez, e hoje outra; mas se não quer que eu falle não falarci; bem que o Sr. presidente já me concedeu a palavra. Não pretendo, torno a dizer, sustentar a minha opinião; mas seja-me licito apresentar o resultado pratico das minhas observações e das minhas viagens. Ninguem duvida que pôde haver um homem de 25 annos com talentos e luzes; mas eu quero que elle tenha o que só se adquire com a pratica do mundo. Tambem da universidade saiem bachareis formados com menos de 25 annos, tirão a sua carta, e vêm para a corte, onde os desphachão, que é o mesmo que dizer-lhe: — Ora, meu amigo, tem carta branca para poder fazer o que quizer.—Eu sei que há um ou outro homem que aparece, por exemplo, grande general com poucos annos, um Alexandre; mas além de ser isto um dom particular e raro, um general aconselha-se, e Alexandre assim praticava. Convém reprimir o fogo das paixões, para que não se tornem medidas precipitadas, com prejuízo dos povos, e isto não é proprio e natural da mocidade. Não quero pois que vá para conselheiro um rapaz

que por ter visto um projecto do autor A, entende que deve pôr-se em execução, e não sabe que o autor B, tem outro projecto em contrario: eu tenho exemplos disto na minha propria província. Portanto direi com franqueza que o que deseo que tenham os conselheiros é bom senso, e este o presiro aos talentos, para o emprego de que se trata: um homem com bom senso e amigo do seu paiz tem quanto basta para satisfazer as obrigações de conselheiro. Quanto à residencia outros senhores se ocuparão já em demonstrar a necessidade; e por isso me limitei a falar só sobre a idade, e os motivos que me determinarão a exigir a de 30 annos. Nada mais tenho a dizer.

O Sr. Arouche Rendon :—Sr. presidente, concordo com os principios theóricos do illustre deputado o Sr. Ribeiro de Andrada na sua emenda a este artigo; contudo quanto a mim são inadmissíveis na prática. Nós estamos em um imperio, cujas províncias são extensíssimas, e algumas sumimamente distantes desta capital. Entre outras ponho, por exemplo, a de Matto-Grosso; admittidas alli as listas triplices para virem ao imperador, este escolher de tres um, e voltar para Matto-Grosso, teremos pelo menos a demora de um anno. Então algum ou alguns dos que vão confirmados tiverem morrido ou estiverem impossibilitados, virá outra proposta de supplentes, e se passaré outro anno, e entretanto estará o presidente a governar só. O mesmo poderá suceder com as novas eleições quando chegar o tempo de se procederá ellas. Portanto voto contra esta emenda, e a favor da do Sr. Andrada e Silva porque enche todos os fins, e abrange as outras emendas oferecidas.

O Sr. Vergueiro :—Como me não persuado que os maiores conhecimentos andem sempre com a maior idade, não sou de voto que se fixe regra alguma a este respeito. Os eleitores bem sabem que quem tem mais annos tem tido mais tempo de adquirir luzes, e elles preferirão seguramente, em iguaes circunstancias, os de maior idade, sem haver necessidade de entrarmos em regras tão minuciosas, prescrevendo uma especie de regimento para se regularem nas eleições. Quanto à residencia tambem me não parece cousa indispensável; algumas províncias se assentam muito e os que vivem em umas dellas podem bem ir servir nas outras porque facilmente entenderão dos negócios de que se tratar. Se limitarmos as eleições aos que tiverem os 6 annos de residencia e 40 de idade muito pouco haverá que escolher; é necessário dar mais latitude se queremos ter conselheiros, pois com tais restrições muitas pessoas capazes ficarão excluidas....

Tambem não posso aprovar a emenda do Sr. Ribeiro de Andrada que estabelece que sejam os conselheiros propostos pelos eleitores, e

escolhidos pelo chefe do poder executivo. Eu não sei que bom resultado teria o serem elles criaturas do governo; creio antes que nisto se correrá grande risco na corte é onde os homens das províncias se conhecem menos. Estes conselhos são muito semelhantes ás câmaras; assim como estas tratão dos interesses do município, os conselhos tratão dos interesses geraes da província; e por isso voto pela nomeação popular. Supponhamos que isto implicasse com alguns princípios teóricos; não importa, unamo-nos ao que nos ensina a prática, e marcharemos bem. Além disto que inconveniente não haveria na remessa das propostas á corte, e volta da decisão? Em algumas seria isto até impraticável pela imensa distância

Em sim, deixemos as escolhas aos eleitores; e demos-lhes bastante larguezas; as restrições que tenho visto propôr todas são danosas; talvez sejam convenientes em outros países; para o Brasil não as aprovo.

O Sr. Pereira da Cunha: — A idade, e a residência são na verdade requisitos mui atendíveis para aquelles que devem ser nomeados conselheiros dos governos das províncias; mas estes predicados devem ser considerados de maneira, que não restrinjam a liberdade dos eleitores, estreitando-lhes o círculo, e fazendo-lhes mais difficultosa a escolha de varões probos, e entendidos que bem possam com suas luzes e patriotismo concorrer para a prosperidade, e aumento de seu paiz natal, e por isso não posso convir em que se marque para este cargo a idade de trinta e cinco annos, e dali para cima como tenho ouvido. Direi passageiramente o que penso a tal respeito.

Notarei as épocas mais notaveis da vida humana, sem me fazer cargo de cada uma das sete idades do homem em que os antigos povos as dividirão. Este ente sendo de todos o mais perfeito, é todavia o mais frágil e inerme no seu nascimento e seria momentânea sua duração, se os cuidados paternos, ou uma mão piedosa não velasse sobre sua existência para prolongar seus dias; mas passando progressivamente pelo estado da puerícia, e infância, adquirindo pouco a pouco suas forças físicas e moraes, elle se acha na idade da puberdade, em que as leis antigas e modernas o julgão habilitado para fazer testamento e até para cazar e constituir-se chefe e administrador de uma família nascente, cujo peso sabe avaliar, quem deseja cumpridamente satisfazer os sagrados deveres de pai de famílias.

Proseguindo o homem em sua adolescência; tocando á idade de 18 annos já se supõem tão completamente desenvolvidas suas faculdades intelectuaes, que marca a época para a maioria dos imperantes, e em algumas nações ainda antes. Chegando a 21 annos já se

considera o homem capaz de toda a imputação nos crimes capitais, acha-se bacharel formado em qualquer faculdade, ou sciencia; obtém pelo competente tribunal supplemento de idade; serve os postos militares; recebe ordens sacras; e até pode decidir da sua sorte, fazendo solenemente votos religiosos de que se não pôde arrepender. Ultimamente completando 25 annos se considera o homem pelo unanime consentimento de quasi todos os povos na sua maioria, e habil para todas as funções da vida social.

Logo, para que se ha de ir mais longe?

Não se lie confião os lugares da magistratura com exercício de uma jurisdição em que tanto se compromette a segurança e liberdade civil de uma porção dos subditos do imperio?

Eu não quero afirmar que todos os homens nessa época estão nas circunstâncias de terem os conhecimentos e experiência de que se necessita para decidirem dos negócios do estado; mas ha muitas excepções; uns desenvolvem virtudes e talentos, mais prematuros e energicamente do que outros.

A historia de todos os tempos nos mostra quantos homens na sua mocidade contam heroicos feitos e ações grandes, já no exercito e já no gabinete; escuso exemplificar este artigo que uos é tão familiar.

Demais, se não exigimos mais de 25 annos para ser deputado e membro do corpo legislativo, que tem de decidir dos destinos da nação, como se pretendem mais apuradas qualidades para ser conselheiro dos governos de província?

É necessário aproveitar o prestígio e agilidade própria da idade varonil, que é quando se empreendem e se realizam ações de valor e actividade. Por mim o julgo, o espírito vai enfraquecendo, a memória desanimando, e para pouco sirvo. Deixemos á prudência dos eleitores, que não de proceder nessa escolha, como na dos deputados da assembléa com a circunspeção que o negocio exige. Quanto á residência me parece bastante que o conselheiro a tenha em qualquer parte do Brasil, contanto que seja proprietário e na província em que deve servir, pois ainda que haja alguma diferença no governo económico de umas para outras províncias, contudo em regra geral a sua agricultura e comércio tem tal homogeneidade entre si que coincidem em seus interesses no que lhes é mais essencial: voto portanto que se proceda nessa eleição da mesma maneira que na dos deputados como está vencido, sem restrição alguma.

O Sr. Andrade Machado: — Levanto-me para apoiar em primeiro lugar a emenda do Sr. Araújo Lima e dizer depois alguma cousa contra o que tenho ouvido em oposição aos princípios em que me fundo para a reforma do art. 3.º

Sr. presidente, os conhecimentos praticos de um paiz, em regra, se não adquirem em pouco tempo; já ouvi dizer que os negocios de uma província se assemelhão aos das outras, isto é assim; cada província tem as suas particularidades que só se conhecem pela experiença de annos, e os que vão promover o seu augmento e melhora nos diferentes ramos de administração, se não tiverem conhecimento dessas particularidades, hão de errar nos seus projectos e medidas; e por isso me parece indispensavel a residencia de seis annos exigida na emenda do Sr. Araujo Lima. Quanto á do Sr. Muniz Tavares é inadmissivel, porque viríamos a desprezar assim muitos homens que apesar de não terem os 40 annos, poderão comtudo ajudar com suas luzes o conselho.

Eu temo a precipitação e a ousadia dos poucos annos, e muito mais a temo nos conselhos provinciaes do que em uma assembléa deliberativa como esta; isto já o provou Sr. Andrada e Silva mostrando que as ideas exageradas, as theorias temerarias e até impraticaveis, não erão aqui perigosas porque o mal se prevenia pela madureza de pensar do resto do congresso. No conselho o que se requer é bom discernimento e frieza de razão, e isto não se adquire ordinariamente senão depois dos 25 annos, porque é então que olhamos para os objectos com reflexão e os discutimos com toda a força do entendimento. O Sr. Fernandes Pinheiro tambem mostrou temer os inconvenientes da pouca idade; mas pelos termos em que está concebida a sua emenda parece querer excluir os que tiverem mais dc 30 annos, porque diz que a idade marcada seja entre os 25 e os 30, e se assim é não posso admitir semelhante emenda pois a tenho por um absurdo... A emenda do Sr. Ribeiro de Andrada tambem a não approvo pela ingerencia que dá ao poder executivo nas eleições, assim como não quero ingerencia popular na nomeação do presidente, tambem não quero dar ao poder executivo alguma na nomeação do conselho, dê-se a cada um a sua parte e não ficio mal.

Disse um nobre deputado que se oppunha a isto, porque não sabia como o poder executivo poderia suspender um conselho que era de nomeação popular; eu quizera que elle me dissesse qual é a monarchia constitucional onde os conselhos administrativos são da nomeação do monarcha? Em Inglaterra, França, Hollanda, Hespanha e até ultimamente em Portugal, são de eleição popular, e assim deve ser. Este conselho provincial não é simplesmente de execução, tem muita cousa em que se parece com esta assembléa, ha de fazer propostas de reformas, tratar de estabelecimentos e outras cousas

mais que podem servir de base ás nossas deliberações; portanto ainda mais por esta razão devem ser de eleição popular, pois em rigor de principios é preciso que o povo tenha parte no que é administração, porque é muito interessado nella. Quanto á objecção da suspensão, não vejo que nisto haja anomalia porque ainda que o conselho seja de eleição popular, como tem parte administrativa é por essa parte responsável á nação; não é pois de admirar que o poder executivo o suspenda. Suppanhamos que na constituição se estabelecia que o monarcha não nomeasse os magistrados, como podia muito bem ser, pois não se lhe dá esta nomeação como função do poder executivo, mas porque o monarcha está em estado de conhecer melhor as pessoas para delas fazer escolha; neste caso digo eu, não poderia o monarcha suspender o magistrado porque tinha sido nomeado pelo povo. Creio que ninguem será dessa opinião; portanto não posso aprovar a emenda do Sr. Ribeiro de Andrada. (O tachygrapho declarou não ter podido apanhar o resto do discurso).

O Sr. Fernandes Pinheiro:—Sr. presidente, pedi a palavra simplesmente para uma explicação a vêr se posso lavar a minha emenda da taxa de absurdo, talvez eu me enunciasse com pouca clareza, mas pela ordem dos meus pensamentos no discurso de hontem, de plano se coligeria que o meu principal fito era alargar a esphera das eleições de tal sorte que se não passar a minha proposta dos vinte e cinco até os trinta annos, votarei pela dos trinta e dos quarenta annos, e assim progressivamente.

Julgou-se afinal a materia discutida, e o Sr. presidente fez as seguintes propostas.

1.º Se a eleição dos conselheiros devia ser feita como a dos deputados. — Venceu-se que sim.

2.º Se a idade determinada para os deputados devia ser tambem a dos conselheiros. — Venceu-se que não.

3.º Se seria a de 30 annos.—Venceu-se que sim.

4.º Se devia marcar-se tempo de residencia. — Decidio-se que sim.

5.º Se seria o tempo de seis annos.—Decidio-se que sim.

6.º Se haverião supplentes.—Decidio-se tambem que sim.

7.º Se seria os immediatos em votos, fazendo-se para isso uma lista geral dos votados.—Resolveu-se que sim.

Todas as mais emendas não se tomároa em consideração por se julgarem prejudicadas por estes vencimentos.

Seguiu-se o art. 9º com as respectivas emendas dos Srs. Andrada Lima, Pereira da Cunha, Henriques de Rezende, e Paula e Mello. (Veja-se a sessão de 18 de Junho.)

O Sr. Andrada e Silva:—Este artigo têm diversas emendas; cuí não quero aumentar o numero delas, mas vou falar sobre a sua materia. Diz o artigo que o conselho se reunirá duas vezes em cada anno, uma no primeiro de Janeiro e outra no primeiro de Julho. Eu não estou por esta parte do artigo, quizera que se reunisse tres vezes no anno, e que a primeira fosse logo que se verificasse a nomeação, a não haver algum embaraço da parte da natureza, porque contra esta nada se faz. Os objectos de que estes conselheiros têm que tratar são muitos, e além de serem uteis á provincia, tambem o podem ser a esta legislatura, offerecendo por suas luzes economicas, planos e representações que se poderão reduzir a projectos de lei. E' esta a razão porque desejo que se reuna o conselho, logo que se apurarem os votos, e que sejam mais de duas as suas reuniões.

Diz mais o artigo que cada uma destas sessões não durará mais de 15 dias, este prazo me parece curto, eu o alargaria a 30 dias, além das prorrogações que a affluencia ou importancia das matérias exigir, cujas prorrogações se não estenderão a mais de dez dias de cada vez. Os povos estão com muitos desejos de serem bem governados; e estou certo que esta assembléa e o governo se empenham em os satisfazer; para que as províncias sejam felizes a sua administração deve ser montada em bases solidas e obrar-se com maduro exame..... Não falo sobre outros pequenos pontos porque os julgo de nenhuma importancia.

O Sr. Carneiro da Cunha:—(Não se entende o tachygrapho.)

Por ser chegada a hora dos pareceres de comissões, declarou o Sr. presidente que ficava adiada a discussão.

O Sr. Maia por parte da comissão de legislação leu os seguintes pareceres.

Primeiro

« A comissão de legislação, reflectindo sobre o conteúdo na indicação do Sr. deputado José de Rezende Costa, a respeito da arrecadação da fazenda dos defuntos e ausentes, reconhece que o regimento de 10 de Dezembro de 1613 é insuficiente para bem regular essa arrecadação e as dependências que dela se derivão; e tão insuficiente, que para bem se entender e cumprir tem sido precisas, depois da sua promulgação, mais de duzentas provisões do tribunal da mesa da consciencia e ordens além de muitas leis, alvarás e ordens regias; tornando-se por isso mui trabalhoso e embaraçado o desempenho das obrigações dos provedores e mais officiaes do seu juizo. Mas apesar disto a mesma

comissão reconhece também que entre as muitas leis, alvarás, resoluções, provisões e ordens expedidas para a boa arrecadação e administração dos bens dos defuntos e ausentes; entre estas determinações e decisões legaes, que estão ou devem estar competentemente registradas nos cartórios das provedorias deste imperio, ha providencias mui sabias, mui justas, e talvez todas as necessarias para evitar o estravio das fazendas dos defuntos e ausentes, e para acautelar os interesses dos credores e dos herdeiros, uma vez que os provedores, exactos no cumprimento dos seus deveres, procurem instruir-se, fazendo-se conhecedores dessas providencias; zelem a sua observancia, vigiem a conducta dos seus subditos e receiem que se lhe faça efectiva a responsabilidade, obrigando-se a pagar pela sua pessoa e bons os prejuizos a que derem causa por prevaricadores ou omissoes. E portanto é de parecer, que verificando-se mais abusos na prática que defeitos na legislação, não é decidida a urgencia para se dever tratar já de um projecto de reforma, que não poderá ter lugar enquanto pela constituição se não marcar o numero dos tribunaes e magistrados a quem deve encarregar-se o poder judiciario e as suas atribuições.

« Pelo que pertence á especial revogação da provisão da mesa da consciencia e ordens de 28 de Dezembro de 1754, convém a comissão em ser necessaria uma providencia para que os subditos brasileiros não sejam privados de embolso do que lhe devem os falecidos e ausentes; e é de parecer que se dê por meio do presente projecto de lei.

« A assembléa geral constituinte e legislativa do imperio do Brazil, decreta:

« 1.º Fica revogada a provisão da mesa da consciencia e ordens de 28 de Dezembro de 1754, na parte em que ordena que se pague sómente a quantia de duzentos mil réis das dívidas que constarem de escripturas, e a de cem mil réis das que se mostrarem por justificações.

« 2.º Todos os subditos deste imperio, que forem credores de pessoas falecidas ou ausentes, cujos bens estejam em arrecadação ou sequestro, poderão demandar os seus pagamentos, qualquer que seja a qualidade e quantidade das dívidas, perante os juizes e com as formalidades que se declarão nos artigos seguintes.

« 3.º Serão juizes competentes para conhecer dos feitos e acções porque se pedirem estas dívidas, os provedores nos seus distritos, enquanto os bens estiverem na arrecadação do juizo; e os juizes dos sequestros dos bens dos subditos de Portugal, quando já estejam sequestrados, tendo uns e outros, neste caso, a alçada até cem mil réis.

« 4.º Para se pedirem e poderem ser pagas as dívidas, que não excederem á quantia de cem

mil réis basilarão justificações summarias, feitas pelos credores, com citação e audiencia, ou do thesoureiro das provedorias ou dos fiscaes dos sequestros, e para se demandarem os de maiores quantias se formarão processos ordinarios, de accões competentes com a mesma citação e audiencia dos sobreditos fiscaes.

« 5.º Ficão revogados todos os regimentos, leis, alvarás provisões e quaesquer outras resoluções que se oppuzerem aodisposto desta lei.

« Paço da assembléa, 8 de Julho de 1823.
Antonio Rodrigues Velloso de Oliveira.—José Antonio da Silva Maia.—José Teixeira da Fonseca Vasconcellos.—D. Nuno Eugenio de Locio.—Bernardo José da Gama.—João Antonio Rodrigues de Carvalho.—Estevão Ribeiro de Rezende. »

O Sr. Rezende Costa: — A illustre comissão foi providente em suas disposições, mas ainda faltão, a meu vêr, os remedios contra os abusos dos provedores, thesoureiros e officiaes dos juizes das provedorias. Quando propuz a minha indicação, além das razões com que as sustentei, fiz vêr a este assembléa o cap. 26 da Memoria do desembargador Teixeira Coelho em que se manifestão as extorsões do juizo dos auzentes: os roubos feitos pelos thesoureiros e escrivães, que occultão nos inventarios os trastes ricos que entre si repartem; o emprego dos escravos das heranças em trabalhos seus de que tirão lucro, recebendo ainda as despezas de comida e vestuario; as vendas clandestinas, e mil outras delapidações com que se vexão os povos. Julguei, e ainda julgo, urgentissimo o remediar taes abusos, e não vejo no projecto as precisas providencias.

O Sr. Teixeira Vasconcellos: — Como membro da comissão de legislação cumpre-me observar que ella declarou que por leis estão providenciados todos os casos; que aos abusos é que era preciso dar remedio; e que este era a responsabilidade; em se verificando esta tudo está acautelado.

O Sr. REZENDE COSTA: — Ainda com a responsabilidade se não remedea tudo. Eu fui provedor, e sei como isto é.

O Sr. PRESIDENTE propoz o parecer, e foi aprovado: ficando para 2^a leitura o projecto.

Segundo

« A comissão de legislação vendo o requerimento de Pedro da Silva Pedroso ex-governador das armas de Pernambuco, que se queixa de estar preso incomunicavel na fortaleza da Lage à cento e seis dias n'uma mortifera masmorra, reclamando o seu direito de viver em quanto não for condemnado; é de parecer que se peço com urgencia informações do governo a respeito desta queixa,

e circunstancias da prisão do supplicante, fazendo removê-lo da prisão terrivel para outra, em que sem falta da necessaria segurança, deixem de haver incommodos, e flagelos do preso. Paço da assembléa 8 de Julho de 1823. — *Antonio Rodrigues Velloso de Oliveira.—Estevão Ribeiro de Rezende.—Bernardo José da Gama.—D. Nuno Eugenio de Locio.—José Teixeira da Fonseca Vasconcellos.—José Antonio da Silva Maia.—João Antonio Rodrigues de Carvalho.* »

O Sr. Henriques de Rezende: — Que Pedroso está incomunicavel não resta a menor duvida; ao menos para mim; porque eu procurei soccorrel-o, e não pude. Não comprehendendo, Sr. presidente, a razão porque, sendo mais os presos pelo mesmo crime, e estando todos comunicaveis na ilha das Cobras, só Pedroso deva passar por essa pena. Ou todos estejam comunicaveis, ou todos incomunicaveis.

Dirá porém o governo que Pedroso é mais criminoso, do que os outros; mas esse juizo não é da competencia do governo, estando o negocio pendente de uma devassa.

Acaso teremos aqui um carceiro da Bahia que metta em segredos muito a seu bel-prazer a quem odiava, ou sobre quem tinha recomendações de inimigos; ou aquelles a quem queria extorquir dinheiro? Não creio que aqui haja isso: Pedroso não é aqui conhecido; ha nisto algum mistério que é preciso descortinar. Pedroso está fechado em uma prisão na fortaleza da Lage, onde o mar penelrá, e em dias tempestuosos carrega tudo, e até desmonta a artilharia: onde ha occasões que a fortaleza põe a bandeira a meio pão sem se lhe poder valer, e onde as prisões são por isso humidas.

Porque razão se ha de ter naquelle lugar terrivel, e isolado um homem doente, que eu vi, Sr. presidente, sahir depois de oitenta e quatro dias de um segredo onde estivera nú, e no chão, carregado por dois pretos, aleijado e quasi cego? Querer-se-ha que elle torne a cahir, no mesmo estado, e depois passar por uma sentença, em que talvez se lhe não levem em conta esses padecimentos, que elle soffre contra um decreto do imperador que prohíbe essas prizões? Qual será a razão dessa excepção para com Pedroso, quando outros cò-réos estão em muito melhor situação? Eu não quero que os outros vão para onde está Pedroso, mas que Pedroso venha para onde estão os outros: esteja em uma prizão, que lhe sirva de segurança, e não de tormento; e ahi espere pela sentença que seus juizes lhe houverem de dar.

Onde elle se acha, Sr. presidente, está privado de todos os soccorros que se lhe deseja dar, porque já disse, eu procurei prestar-lhos e não pude e quando eu tivesse

relações com o commandante, elle não se meteria nisso, tendo recommendações, como naturalmente tem.

O Sr. França:—E' expressamente prohibido pelo alvará de 5 de Março de 1790 que algum preso se conserve em segredo separado da communicação dos outros prsos por mais de 5 dias; salvos os casos de urgencia, e modo por que se devão prorrogar os mesmos cinco dias.

Eis-aqui pois o que me faz levantar agora a voz neste recinto; eu não me embaroco com Pedrosos, nem com Pedrosas; porque emsím não conheço este homem, nem sei quem elle seja; o que me importa no caso é um cidadão que está em segredo há tanto tempo á despeito de uma lei que prohíbe de se ter com elle, e com qualquer outro um semelhante procedimento.

Desejaria portanto que a assembléa tomasse em consideração a mesma lei para que se faça religiosamente observar; e que se approve o parecer da illustre commissão a respeito do que cumpre mandar-se dizer sobre isso ao governo.

O Sr. Maia:—Os membros da commissão têm os mesmos sentimentos de humanidade: mas é preciso que se siga o termo medio. A commissão julgou que havia infração de lei na qualidade da prisão, e que por isso devia este homem ser removido do lugar em que se acha; mas como não sabe das circunstâncias pede informações: porque não se pôde arguir o governo sem as havermos, para saber-se de todas as miudezas concorrentes a este negocio, e também porque não se sabe claramente se houve infração de lei no processo deste prezado, e formação de culpa.

O Sr. Andrada e Silva:—Sr. presidente: eu compadecido da sorte deste desgraçado, procurei saber, não pela minha repartição, mas por pessoa capaz, se estava incomunicável, e respondeu-me que não. Não sei se a prisão é tão má como dizem; mas sei que os réos militares são mandados para lá, e se vão para alli é porque os carcereis se reputão melhores que a infame cadêa. Portanto se está alli é por humanidade, é para gosar de mais algum commodo. E' o que sei pela pessoa a quem perguntei por isto.

O Sr. Araujo Lima:—Requeiro a V. Ex. que mande ler o parecer da commissão, e o requerimento. (*Lerão-se.*) Nós temos a considerar duas causas, as ordens, e a execução dellas. As ordens que aparecem em publico são sempre conformes á lei e se o ministro responder ha de vir também fundada em lei a resposta; portanto examinemos a execução das ordens; vejamos como elle é tratado na prisão. Não me contento que se pergunte a

causa da prisão; quero saber o estado do prezado; e para isso responda o governador, ou quem está encarregado delle..... Falta-se em responsabilidade, mas eu não a entendo só em quem ordena, quero-a também em quem executa.

O Sr. Maia:—Eu sou da mesma opinião do illustre deputado; mas quando se diz no parecer que se dêm informações a respeito das circunstâncias da prisão, já se entende que estas informações se exigem conforme o requerimento do preso.

Já consta que o homem se acha preso em masmorra; e por esta qualidade de prisão já deve haver responsabilidade, pois que na conformidade das leis que actualmente nos regem são proibidas semelhantes prisões, como expressamente o declarou Sua Magestade, Imperial no decreto de 23 de Maio de 1821 sem fazer distinção de crimes.

O Sr. Andrada e Silva:—Queira V. Ex. mandar ler o parecer da commissão. (*Leu-se.*) A esta 2ª parte do pareceré que eu me opponho, porque vamos ordenar uma cousa sem saber primeiro se ella é precisa. Nós não sabemos qual é a prisão em que elle está, nem como é tratado; ao menos eu não o sei, e nenhum dos senhorcs foi examinal-a com os seus proprios olhos, e se algum a examinou, não sei se a examinaria bem. Portanto apoiando a 1ª parte do parecer, digo que se devem pedir informações miudas do estado da prisão, para deliberarmos o que fôr justo.

O Sr. Carneiro de Campos:—Sr. presidente: eu nunca fui á fortaleza da Lage, nem sei quem é este Pedroso, ouço dizer que está ahi preso e incomunicável: uma só cousa posso afirmar, e é, que nesta cidade reputa-se geralmente como horrorosa a prisão da fortaleza da Lage, e se o estar simplesmente preso na Lage é cousa horrorosa, que desgraça será estando além de preso incomunicável! E' verdade que a palavra incomunicável sómente quer dizer que o preso não pôde ter comunicação com pessoas de fóra; cautela esta que é muitas vezes precisa para o réo não poder usar de subterfugios e illudir com respostas maliciosas as diligencias que se empregão para se adquirir a certeza de ser elle o autor do facto criminoso de que é arguido; mas isto se pôde mui bem executar sem que o réo esteja em tortura. Porém como quem está em segredo está incomunicável, e o segredo é realmente uma tortura; que desgraça não será se este infeliz réo está em um segredo na fortaleza da Lage! Se elle está alli em segredo, eu o considero mettido na mais horrivel masmorra.

Portanto é indispensavel que se peço informações para podermos saber se está incomunicável, porque se lhe não permite

fallar a alguém de fóra, ou porque realmente está em segredo, tomada esta palavra na accepção em que vulgarmente se toma.

O Sr. Muniz Tavares:—Nós podemos remendar o inconveniente de que fallou o illustre preopinante o Sr. Andrada e Silva, declarando-se no parecer que se diga ao governo que no caso de se verificar a insalubridade e estreiteza da prizão faça remover este homem para outra onde tenha os commodos precisos; a fallar a verdade nós não sabemos com certeza o que se passa com este preso, e por isso vá debaixo daquellea condição a ordem para ser removido.

O Sr. Henriques de Rezende:—Sr. presidente. Eu não quero que o que disse sirva de base para a decisão da assembléa, nem eu me opponho ao parecer da commissão; mas desde logo devo pôr a assembléa ao facto de tudo o que sei. Sei que Pedroso tem um cruzado por dia, sei que está fechado, que nem mesmo o commandante lhe falla; pois apenas lhe leva os socorros, e quando elle lhe quer fallar, o commandante se retira; comtudo consta-me que se compadece bastante delle, tendo-o mesmo por innocenté á vista da conducta que alli tem, pela qual lhe parece um pobre coitado; e sei que isto rola a mais de tres mezes, e que de certo deve para isso haver particulares recomendações. E' pois de necessidade, que gose dos commodos, de que os outros gosem sendo co-réos com elle, ao menos presumptivamente.

O Sr. Rodrigues de Carvalho:—Eu também sou membro da commissão, e assignei o parecer; mas eu creio que em qualquer lugar em que elle esteja preso está em tormento. Qual é a cadêa que não é um tormento? Todas ellas o são; se fôr para a ilha das Cobras está n'um inferninho; e se fôr para a chamada cadêa ainda peior.

Entre nós quando alguém está incommunicavel vai para segredo, porque não ha outro meio nas nossas prisões. Por este e outros motivos, me tenho lembrado de se nomear uma commissão de fóra para examinar o estado das cadêas, e para ver se acabamos com estes escondrijos, e se melhorão aquellas casas.

Digo pois que estar em prisão commoda não é possível; mas assim mesmo sigo o parecer da commissão que pensou do mesmo modo que o Sr. Andrada e Silva, isto é, que se saiba como é a prisão em que elle se acha, e que verificando-se o que se diz se remova para outra.

O Sr. Henriques de Rezende:—A prisão deve ser, só para segurança, e não para tormento do preso. Portanto se pôde estar seguro na ilha das Cobras, na Conceição, ou em qualquer outra prisão, e ter alli mais

algum commodo, deve ser removido. O homem que ainda não está sentenciado deve só sofrer o que é indispensavel que sofra.

O Sr. Andrada e Silva:—Eu estimarei que elle seja alliviado: tenho piedade delle como preso e como desgraçado.

Julgou-se a matéria discutida; e o parecer foi aprovado, determinando-se que fosse remetido por cópia ao governo o requerimento do preso.

O Sr. Silveira Mendonça: por parte da commissão de agricultura, commercio, industria e artes, leu tambem os seguintes pareceres:

Primeiro

« A commissão de commercio, agricultura, industria e artes, vio a representação de Ignacio Pereira Duarte Cárneiro, tenente-coronel de linha, em que mencionando o partido que se pôde tirar da capitania do Espírito Santo, (aonde diz que já sirvira,) pela sua abundancia em ouro, fertilidade, extensas mattas, e preciosas madeiras, lembra a necessidade de planos para utilizar esta riqueza, e se offerece para os pôr em pratica.

« E como nesta representação nada visse a commissão que melhorasse as nossas idéas, e sómente apparece o bom animo do autor, digno do louvor pelo seu desejo de ser util, e de outra parte esta mesma província deve ter grande parte no plano geral de colonisação que esta asssembléa tem em vistas, unico meio de aproveitar aquellas riquezas, já muito conhecidas, e tornar florescente aquella província, é de parecer: Que o offerecimento, que o autor faz do seu prestimo seja recebido com agrado. Paço da assembléa, 28 de Julho de 1823.—*João Gomes da Silveira Mendonça.—José Teixeira da Fonseca Vasconcellos.—Diogo Duarte Silva.* »

O Sr. Carneiro de Campos:—O que vejo é que este homem só diz que a província do Espírito Santo é muito rica, e abundante em ouro e madeiras preciosas; que disto se pôde tirar vantagem; e que o empreguem para esse fim. Não sei que isto mereça consideração alguma.

O Sr. Andrada Machado:—Eu cuidei que offerecia algum projecto; mas o que elle quer é ser empregado; para isso recorra ao governo, porque nós não empregamos ninguem.

O Sr. Andrada e Silva:—O que este homem diz, o governo bem o sabe; e até já se passarão ordens á junta do governo da província para se proceder a exame nos lugares onde se diz haver outro; mas não se pôde entrar na extracção porque estas cousas não se fazem sem grandes fundos, e o ministerio não dispõe delles; além de que, estamos com as despezas de uma guerra, e só pela actividade da repartição competente se tem feito o grande milagre de suprir

a tudo com as rendas de uma só província; portanto o que ha applica-se para o objecto capital da nossa defesa e segurança. Por ora de nada mais podemos cuidar.

Consultada a assembléa, ficou adiado.

Segundo

« A commissão de commercio, agricultura, industria e artes, vio a representação de José Gonçalves Côrtes, em que expõe o mau estado em que se achão as estradas, que seguem desta capital até à villa de Barbacena, e a necessidade que ha de formalisar uma outra que abrevie o caminho, que evite a aspereza das subidas e descidas; que se façam pontes, calçadas, aterros, e estivas duradouras; que tenha ao menos 30 palmos de largura, bordada de arvoredos, provida de pontes com pias de pedra; e que uma vez concluidas, se estabeleçam estalagens, carros de transporte, seges, e cavallos de posta, manutenidos por uma companhia de accionistas debaixo das vistas de um inspector conservador.

« Propõe como meios para emprehender esta obra :

« 1.º Os subsídios que até agora estavão aplicados á construção da ponte da Paraybuna, que se acha finda, e que sendo necessário se aumentem estes.

« 2.º Que na falta de braços se empreguem os presos detidos nas cadeias julgando-os sumariamente.

« 3.º Que os moradores prestem por aluguel os seus escravos, que vagarem dos trabalhos ordinários.

« 4.º Que fique igualmente a cargo dos mesmos o provimento dos mantimentos precisos á sustentação dos operários em suas respectivas testadas.

« A commissão reconhece a importância, e a necessidade de semelhantes obras, nas quaes já o antigo governo empregára sommas immensas particularmente na grande obra da calçada da serra da Estrela, e outras duas emprehendidas, uma pela polícia, e outra pela junta do commercio; e como o autor não ajuntou planta de reconhecimento do terreno, ou algum roteiro, que indicasse os pontos de direcção das reformas inculcadas, a commissão procurou as notícias de que precisava pelo habil coronel de engenheiros Francisco José Soares de Andréa, que por muitos annos foi encarregado da exploração, e abertura daquellas estradas, e por elle soube que todas ellas, as que actualmente estão em uso, e atravessão em diferentes pontos a serra general do mar, erão necessárias ás povoações convisinhas, mas não igualmente uteis á resolução do problema, que se tinha em vista, que era — abrir pelo melhor, e mais curto terreno uma estrada accessível a toda a sorte de machinas de transporte desde a capital ao centro de maior população de Minas Geraes.— Que de todas ellas a que melhor

se prestava, é aquella que emprehendera a junta do commercio apesar de se não ter ainda acabado, restando-lhe ainda muitas correções a fazer em sua direcção, e grandes despesas para a concluir; que sendo grandes as vantagens, grandes devem ser as medidas empregadas; que sendo as estradas órgãos primarios, e necessários ás funções vitaes do corpo moral das sociedades, estas de necessidade devem desinhar até de todo desaparecerem, se elles se obstruem, e empêçam o desenvolvimento das operaçōes creadoras de valores, que sem elles não existiriam para a riqueza da nação.

« Vio mais a commissão, que os meios propostos não lhe parecerão efficazes á exceção do 1º que é o subsidio, que para este mesmo sim pagão os viandados, e tropeiros de Minas, e que não pôde ser suficiente sem ser auxiliado por algum ligeiro imposto nesta província sobre algum artigo de luxo, cujo abuso seja útil coibir-se, como nas aguardentes destinadas á vendagem por miudo nas tabernas, e que tantos estragos causão nas insímas classes principalmente na escravatura.

« E não convindo igualmente começar todos os dias novas estradas, e logo abandonal-as depois de despesas immensas, e unicamente por caprichos e contradicção de opiniões mal fundadas, é de parecer:

« 1.º Que este negocio seja commettido ao governo para que mandando proceder a novas explorações comparativas entre as estradas principais se determine a que melhor se presta á resolução do problema acima indicado.

« 2.º Que sendo communs a ambas as províncias as vantagens resultantes se indiquem os meios mais efficazes de haver os fundos necessários a realizar esta empreza, ou seja por via de uma administração de confidencia, ou de contrato com alguma companhia de accionistas mediante a percepção de um subsidio proporcionado, e que melhor convier a ambas as províncias.

« 3.º Que esta demonstração de zelo pelo bem publico, que anima o autor da representação, seja recebida com agrado. Paço da assembléa, 28 de Junho de 1823.—*João Gomes da Silveira Mendonça. — José Teixeira da Fonseca Vasconcellos. — Diogo Duarte Silva*». — Ficou adiado pela hora.

O Sr. PRESIDENTE assignou para a ordem do dia: 1º, o projecto sobre os governos provincias até ao meio dia: 2º, o projecto da commissão especial sobre a mensagem de Sua Magestade: 3º, regimento da assembléa.

Levantou-se a sessão depois das 2 horas da tarde.—*Manoel José de Souza França*, secretario.

Sessão em 10 de Julho

PRESIDENCIA DO SR. CAMARA

Reunidos os Srs. deputados pelas 10 horas da manhã, fez-se a chamada e achando-se presentes 58, faltando por doentes os Srs. Rodrigues Velloso, Ribeiro Campos e Ferreira Barreto, e sem causa participada os Srs. Arouche Rendon e Lopes Gama.

O SR. PRESIDENTE declarou aberta a sessão, e lida a acta da antecedente foi aprovada.

O SR. SECRETARIO CARNEIRO DE CAMPOS leu o seguinte ofício do ministro de estado dos negócios da fazenda:

« Illm. e Exm. Sr.—Tenho a honra de passar ás mãos de V. Ex., de ordem de Sua Magestade o Imperador, as duas consultas inclusas relativas ao contrato das sizas de campos, e feitas sobre requerimentos de Joaquim José Gomes da Silva e Castro assim de que sejam presentes á assembléa geral constituinte e legislativa deste imperio.

« Deus guarde a V. Ex.—Paço, 8 de Julho de 1823. —*Martim Francisco Ribeiro de Andrade.* — Sr. José Joaquim Carneiro de Campos.» — Ficou a assembléa inteirada; e mandou-se remetter tudo á comissão de fazenda.

Deu conta de ter recebido uma felicitação á assembléa pela camara da cidade de Ouro Preto. — Foi recebida com agrado.

Disse igualmente haver outra do bispo, cabido, e clero da diocese de Marianna. — Foi também recebida agrado.

Compareceu então na sala o Sr. Rendón, e tomou assento.

Passou-se á ordem do dia, e entrou em discussão o art. 9º do projecto dos governos provincias, que ficára adiado na sessão antecedente.

O SR. AROUCHE RENDON:— Sr. presidente, eu julgo inadmissível, por impraticável, a opinião de se fazerem tres reuniões por anno. Não me demorarei em lembrar a distancia de villa Bella ao Cuyabá, nem a de varias villas de Goyaz que excede a 100 leguas, nem também a extensa campanha de S. Pedro do Sul; não sahirei da minha província de S. Paulo. Alli ha a villa de Parnaguá na marinha; e a da Coritiba em cima da serra; ambas distão 100 leguas da capital da província. Cem leguas, Sr. presidente, não se andão no Brazil com a facilidade com que se caminha na Europa. Os nossos sertões são despovoados, e por isso o viageiro tem necessidade de transportar cama, mantimento, e até utensílios para cosinha.

Segue-se disto que em regra geral, um homem da minha constituição, e das minhas forças consome um mez para caminhar 100 leguas. Com estes dados que nada têm de exa-

gerados temos que o conselheiro, v. g., da Coritiba consumirá um mez para chegar a S. Paulo, outro mez é para voltar, e ahi vão dous.

Na cidade estará um mez, resta um.

Porém ainda serão precisos mais dez dias para concluir negócios; restão 20 dias.

Este conselheiro necessitará de uns dez dias para arranjar a sua retirada. Restão-lhe 10 dias unicamente que se demorará em sua casa, porque no 1º do mez seguinte deverá outra vez partir para a capital.

Por esta conta este desgraçado conselheiro terá de parar em sua casa no decurso de um anno, unicamente 30 dias não continuos, mas repartidos em tres porções.

Temos pois em conclusão que o homem probo, escolhido pelo povo para o governo soffre por premio do seu merecimento a pena de andar um anno inteiro em viagens; pena que se deveria impôr a um facinoroso. Acerca ainda que desprecando-se o conselheiro permanente por duas principaes razões 1º, não vexar o povo tirando os homens das suas lavouras; 2º, não sobrecarregar o thesouro fazendo-se as tres reuniões onera-se o thesouro com os que estão longe, e vexa-se duplicadamente o conselheiro, para quem seria melhor estar um anno inteiro na capital do que viajar todo aquelle tempo. Concluo portanto que a emenda do Sr. Paula é inadmissível e por isso offereço a seguinte

EMENDA

« Duas vezes cada anno nos mezes que o mesmo conselho deliberar, tendo em vista o serviço publico, e o menor incommodo dos conselheiros.

« Paço da assembléa, 9 de Julho de 1823. —*Toledo Rendón.* » — Não foi apoiada.

O SR. CARNEIRO DA CUNHA também mandou á mesa a seguinte

EMENDA

« Este conselho se reunirá quatro vezes no anno, á exceção daquellas em que o presidente julgar urgente.

« Paço da assembléa, 9 de Julho de 1823. —*Carneiro da Cunha.* » — Não foi apoiada.

O SR. ANDRADE MACHADO:—(Não se entendeu o tachygrapho.)

O SR. RIBEIRO DE ANDRADE: — Não posso convir em que haja mais de uma reunião de conselho por anno. Supponha-se, por exemplo, que um conselheiro é tirado de uma extremidade da província e que tem que andar cem leguas para chegar á capital, segue-se que mesmo para as duas reuniões ha de andar tres vezes aquelle numero de leguas, e por fim repetir a jornada pela 4º vez para se recolher; de sorte que deste modo anda

o conselheiro em continua peregrinação. Isto succederá nas províncias onde puder ter lugar a 2^a reunião, porque ha província tão extensa que o conselheiro que residir em algum dos extremos della não pôde fazer mais que uma jornada cada anno... A' vista disto entendo que antes se estabeleça uma só sessão, de dous mezes, salvo sempre a prorrogação quando a affluencia ou importancia dos negócios a fizer necessaria. Por estes motivos offereço a seguinte

EMENDA

« Este conselho reunir-se-ha uma só vez em cada anno, a saber, no 1º de Julho, e durará em sessão 60 dias, salvo, etc.—*Martim Francisco Ribeiro de Andrada.* »—Foi apoiada.

O Sr. Henriques de Rezende:—Agradarão-me muito os princípios do nobre preopinante; mas eu tiro delles resultados bem diferentes.

Digo pois que o conselho deve ser permanente; por cujo motivo adopto a emenda do Sr. Pereira da Cunha, que eu só julgo prejudicada pelo que se venceu no art. 7º na parte em que diz, que os dous conselheiros assistentes assignem com o presidente todos os despachos; mas isso não impede que o conselho seja permanente; que dous assistam semanalmente aos despachos; e que só tenha voto deliberativo naquelles casos, que por este decreto, que também é regimento, são da competencia do conselho; nem é preciso, se que elles assignem porque um dos artigos subsequentes diz, que em todas resoluções nestes casos a publicação será—o presidente em conselho resolveu.—Eu não fui desta opinião, pensando que o conselho se reuniria mais frequentemente; porém como as razões que expendeu o illustre preopinante contra essas frequentes reuniões, me parecerão mui ponderosas, de sorte que nem as duas que requer o nobre autor do projecto, podem ser praticaveis; por isso voto pela emenda do Sr. Pereira da Cunha, sem a clausula que requer, que os dous assistentes assignem os despachos, como prejudicada.

Porque a ser o conselho reunido uma só vez no anno, ficão illudidos os seus fins, uma vez que pelo art. 14, não estando o conselho reunido, o presidente proverá em todos os casos, dando depois conta ao conselho; e como as cousas uma vez feitas, tarde ou nunca se desfazem, o conselho por força ha de approval-as, e o presidente fica todo o anno absoluto, e o tal conselho illusorio. Seja pois o conselho permanente, assistindo dous conselheiros semanalmente aos despachos.

O Sr. ANDRAD A MACHADO contrariou a opinião do nobre preopinante com diferentes argumentos, e entre ellos se servio da compa-

ração dos governos provinciales com a assembléa, mostrando que se esta não era permanente apesar de tratar dos negócios do imperio em geral, de se empregar na ardua tarefa da factura das leis, nenhuma razão podia haver para a permanencia dos conselhos provinciales.

O Sr. Henriques de Rezende:—Sr. presidente, quando eu votei por este projecto, estava convencido da necessidade de reforma nos governos provinciales, certo de que as emendas, de que os artigos todos erão susceptiveis o farião rascavel: mas nunca me passou pela imaginação que elle passasse como está redigido.

Agora respondo ao nobre preopinante, que pela mesma razão de que tratando esta assembléa de negócios muito mais ponderosos, como é a factura das leis, todavia ella pôde ser, e é de facto de eleição popular, ao mesmo tempo, que os governos que têm encargos menos consideraveis, não são eleitos pelo povo: por esta mesma razão, digo, é que julgo que o conselho deve ser permanente, ainda que esta assembléa não possa ser.

Além de que leis não se fazem todos os dias, e comtudo governa-se diariamente: as leis devem ser duradouras, devem ser feitas para longos tempos, para serem eternas, se se lhes pudesse dar esse cunho; porém as matérias de governança, e de administração têm urgencias sempre occorrentes, e sempre variadas, principalmente em tempos tão convulsos: todos os dias aparecem cousas novas, necessidades que hoje não existião para essa apparecem amanhã, e os remedios raras vezes podem esperar, que lá para certa época se ajunte o conselho, que será um phantasma, porque o presidente terá já tudo feito por si. Torno pois a insistir que o conselho seja permanente.

O Sr. VERGUEIRO depois de fallar sobre a emenda do Sr. Ribeiro de Andrada, ofereceu tambem a seguinte

EMENDA

« Que a 1^a reunião do conselho seja logo depois da publicação desta lei: Que na 1^a reunião declare o conselho os mezes em que deve reunir-se periodicamente: Que a sua duração seja por dous mezes, e possa prorrogar-se por mais um havendo necessidade. —*Vergueiro.* »—Foi apoiada.

O Sr. ANDRAD A E SILVA mandou igualmente á mesa o seguinte additamento:

« Ficando sempre residentes na capital dous conselheiros.—*José Bonifacio de Andrada.* »—Foi apoiado.

O Sr. ANDRAD A MACHADO tambem mandou a seguinte

EMENDA

« Na falta de presidente e ausencia do conselheiro mais antigo fará as vezes de presidente qualquer conselheiro que exista no termo da capital; e havendo mais o mais antigo dos residentes; e não havendo algum residente, o magistrado mais condecorado da mesma capital, ou presidente da camara. — *Antonio Carlos Ribeiro de Andrade.* »—Foi apoiada.

(Todos os Srs. deputados que oferecerão emendas as motivarão em discursos; mas estes não se transcrevem porque não se entendeu o tachygrapho.)

Tendo-se assinal por sufficientemente discutida a materia, propoz o Sr. presidente:

1.º Se o conselho devia ser permanente. —Venceu-se que não.

2.º Se devia reunir-se uma ou mais vezes no anno, em sessões ordinarias.—Venceu-se que uma.

3.º Se o tempo da reunião devia ser o mesmo em todas as provincias, ou differir segundo os seus climas.—Venceu-se que variasse segundo as provincias a arbitrio dos respectivos conselhos.

4.º Se a 1.ª reunião devia ser logo que fosse eleito o conselho. —Venceu-se que sim.

5.º Se o maximo da duração das suas sessões deveria ser de douz mezes.—Venceu-se que sim.

6.º Se o maximo da prorrogação da sessão devia ser de um mez.—Venceu-se que sim.

7.º Se o acordo do conselho para a prorrogação seria fundada na maioria dos votos do conselho, ou na unanimidade.—Venceu-se que se fundasse na maioria.

8.º Se faltando o presidente e achando-se em distancia o vice-presidente, podia ser suprido interinamente o lugar pelo conselheiro mais proximo, cedendo o mesmo lugar imediatamente ao vice-presidente, ou conselheiro mais antigo que se apresentasse.—Venceu-se que sim.

9.º Se esta identidade de razão militava a respeito dos suplentes. —Venceu-se que sim.

10.º Se na falta temporaria do vice-presidente, conselheiros e suplentes, devia substituir o lugar de presidente de província o presidente da camara da capital.—Venceu-se que sim.

Por ser meio dia se interrompeu a discussão para se passar á 2.ª parte da ordem do dia, que era a 1.ª discussão do projecto sobre a lei marcial que fizera objecto da mensagem de Sua Magestade Imperial á assembléa.

O Sr. Alencar:—O prosente projecto é redigido pela illustre commissão especial; composta de membros cujas luzes e talentos muito respeito; mas infelizmente não se

casa de todo a sua doutrina com os meus principios.

Eu julgo poder bem dividil-o em duas partes: a 1.ª até ao art. 8º; e a 2.ª desde o 9º até o fim. Vou dizer o que penso sobre cada uma dellas.

As cõrtes de Portugal menoscabando nossos direitos e nossa proclamada independencia cahirão no delirio de applicar a este paiz uma lei sanguinaria, que elles talvez julgarão justa e necessaria nas circumstancias em que se acha aquelle reino; mas não vendo eu que o Brazil esteja no mesmo caso, concluo que ainda que as circumstancias de Portugal pudessem justificar a lei, faltando estas neste paiz seríamos injustissimos se seguissemos semelhante exemplo.....

Sr. presidente, eu nunca serei de voto que firmemos a nossa independencia em sangue: trabalhemos antes para que ella se reconheça por meios pacificos. Além disto, adoptando esta lei (estou faltando da 1.ª parte) daremos a entender ás provincias que desconsfiamos dellas, e ao mundo que não é da vontade geral do Brazil a nossa separação: não me parecem bons meios estes de adiantar a nossa causa, antes os julgo proprios para a atrazar. Se alguma província se desligar do Brazil por astucias de Portugal, ella se arrependerá, e desunirá logo que tiver os olhos abertos.....

Porque razão estabeleceremos medidas de prevenção contra males que eu creio que nunca succederão entre nós?

As provincias têm adherido á causa da independencia e da liberdade, e assim se conservão; pois para que havemos de suppôr nellas os designios de separar-se, ou a fragilidade de se deixarem illudir pelos nossos inimigos, para fazermos uma lei que afaca directamente os direitos civis e que irá produzir males terríveis nas províncias? Nós viemos para aqui para fazermos o nosso pacto social e as reformas urgentes; deixemo-nos pois de prevenir com tæs medidas contrarias á liberdade cousas que nunca succederão.

Concluo portanto que a 1.ª parte é inadmissivel, e que não devemos tratar della; mas não penso do mesmo modo da 2.ª; as suas providencias podem ser discutidas e têm fins de utilidade geral.....

E para que a 1.ª parte não passe á 2.ª discussão, e sómente a 2.ª offereço a seguinte

EMENDA

« Que seja dividido em douz. Os artigos desde o 1º até o 8º formarão uma lei; e os restantes até o ultimo formarão outra. Paço da assembléa, 9 de Julho de 1823.—O deputado Alencar. »

O Sr. Henriques de Rezende:—E' bem

triste e lamentavel a sorte dos humanos! As leis duras e cruéis das cōrtes de Lisboa feitas extensivas ao Brazil, nos induzem a usar de represalias.

Os portuguezes não contão mais com isto, que elles julgão já perdido, e por isso querem destruir e acabar; nós, porém, contamos de certo com o Brazil, porque elle nos pertence, porque é e deve ser nosso, e por isso o devemos conservar.

E' talvez esta a razão porque a illustre commissão propõe este projecto: o terror daquella medida do governo portuguez, poderia induzir alguma povoação a separar-se de nós; é pois preciso pôr no outro prato da balança um peso igual, para caulela!

Até quando os homens tratarão só de destruir-se mutuamente! Até quando o capricho e a corrupção dos homens e dos governos farão sempre renascer a necessidade de leis estragadoras e cannibales!

Dir-se-hia mais feliz, Sr. presidente, o homem natural, isolado e disperso pela superficie do globo, do que reunido em sociedade; debaixo da imaginaria protecção de leis vãs e impotentes.

Alli os homens vivião expostos a combates parciais do homem a homem, em que um só morria: aqui nas sociedades estão elles expostos a combates geraes de povo a povo, e a morrer por centenas de milhares pelo capricho, pela intriga e pela teima particular dos governos.

Alli em verdade não tinham elles garantia dos fructos e caca que havião colhido nos bosques, nem da sua vida contra o mais forte: aqui nas sociedades para nada encontrão segurança, porque um sequestro lhes arranca os bens, e uma sentença muitas vezes caprichosa e irreflectida arranca em um momento a vida a um homem que pelo menos custou vinte cinco annos a criar. Que tem pois elle ganho na sociedade? Quanto é triste e lamentavel a sorte do genero humano!

Este projecto, Sr. presidente, este projecto é quem me excita estas idéas sombrias e melancolicas: é esta assembléa augusta, de quem os povos tantos bens e tantas felicidades esperão e que desgraçadamente só tem feito leis criminaes, que provoca a minha dôr, mas para a qual eu não vejo algum remedio; porque emsism nossos inimigos nos obrigão a ser tão cruéis como elles são: elles querem que, ou larguemos a nossa liberdade, a nossa independencia, ou sejamos acabados.

Sim, Sr. presidente, nós seremos acabados por nossas mãos mesmo antes do que tornar a arrastar os ignominiosos ferros da escravidão. E' portanto, para sermos acabados antes do que sermos escravos, que eu voto por este projecto, e já que se não pôde ser feliz no seio da sociedade, seja-se ao menos no seio

do nada. Todavia para esgotar-se os ultimos recursos, proponho uma emenda ao art. 5º do projecto.

EMENDA

« As sentenças porém de pena ultima não se darão á execução sem serem confirmadas no competente tribunal de justiça ordinaria.—*Henriques de Rezende.* »

O Sr. Marianno Calvacanti:— Sr. presidente: apezar do alto conceito que merecem as sobejas luzes da illustre commissão especial, que redigio o projecto de que se trata, não posso convir na sua inteira adopção: porque não concebo a razão e a necessidade de uma lei, que me parece barbara, injusta e impolitica. Parece-me barbara, porque arranca o cidadão da protecção das leis ordinarias para abandonal-o a uma lei e commissão militar, cujo modo precipitado de processar e de julgar, expõe o cidadão inocente a ser punido arbitrariedade e barbaramente.

Parece-me injusta, porque recahe sobre povoações e cidadãos que adherirão e abraçarão voluntariamente a causa do Brazil, que estão propugnando por ella, sem se pouparem a nenhum sacrifício assim de defendel-a: de sorte que as mesmas commoções succedidas em algumas provincias, sendo pela maior parte dissensões intestinas, provenientes de divergência de opiniões, ou de suspeitas e desintelligencia a respeito de procedimentos e medidas, que uns julgavão necessarias, outros julgavão extemporaneas, impoliticas ou injustas, comtudo todas tenderão a fomentar e roborar a união e independencia brazilica, acommodando-se nas proprias provincias sem intervenção de forças e medidas externas e assustadoras. Logo, será manifesta injustiça se em vez de premio, os privarmos da protecção das leis ordinarias.

Parece-me impolitica porque irritará os animos e exaltará as desconfianças dos povos já prevenidos contra medidas aterradoras.

Os povos não querem nem devem ser ameaçados quando não têm dado causas para isso.

Demais nós illudiremos o nosso juramento, fazendo uma lei que não é constitucional, nem comprehende reforma urgente e indispensavel: e esta assembléa convocada para cimentar o edifício social, fazendo a constituição politica e as reformas necessarias para consolidar a nossa independencia e as garantias das nossas liberdades e direitos; esta assembléa, em quem os povos têm posto a sua confiança, esperando della leis sabias, justas e beneficas, desmentirá este conceito se começar a sua tarefa por uma lei de sangue, lei que destrõe as garantias do cidadão, lei só propria dos tempos do despotismo e

da arbitrariedade, cuja promulgação causará tanto susto e desassossego ao Brazil, como descredido á mesma assembléa. Portanto oponho-me a que passem os primeiros oito artigos do projecto: quanto aos outros julgo-os necessarios e convenientes.

O Sr. Cruz Gouvêa:—Sr. presidente: voto contra o projecto e em poucas palavras darei as minhas razões.

Não posso, Sr. presidente, nem devo fallar contra a convicção da minha alma; estou intimamente persuadido que toda a criação de tribunais extraordinarios, toda a suspensão ou abreviação de formulas legaes, são actos anli-constitucionaes: assim o diz Benjamim Constant.

Demais, Sr. presidente, as provincias terão menos horror de ver as medidas das cōrtes, de Portugal, do que as projectadas pela illustre comissão especial, em quē o brio dos seus habitantes é directamente atacado.

Sr. presidente, as provincias não mudão; querem uma constituição liberal e a corôa na cabeça do nosso augusto imperador e de seus sucessores; portanto voto contra o projecto, ou para melhor dizer, contra os seus oito primeiros artigos.

O Sr. Andrada e Silva:—Nunca me capacitei que este projecto mercesse tantas increpações tratando-se de barbáro e despótico e de offensivo ao brio das provincias.

Parece-me que quem assim falla não entendeu o projecto, ao menos as razões que tenho ouvido persuadem-me disto. Quem pôde chamar barbáro e despótico a um projecto que só tem por fim destruir as machinações de Portugal?

Como se quer concluir que por elle damos a entender que desconfiamos das provincias? Nós não desconfiamos delas; reconhecemos o seu brio; mas podem allucinar-se alguns espíritos, acreditando insinuações perfidas dos nossos inimigos, e é isto o que se quer prevenir.

O direito de represalia é tão antigo como o mundo, e reconhecido por todas as nações; ora, ninguém duvida que as cōrtes de Portugal, que tanto têm fulminado contra o Brazil, o querem destruir e arrasar, porque conhecem a impossibilidade de o conquistar; e será despótismo e barbaridade procurarmos os meios de baldar os seus projectos, praticando o que praticão todas as nações?

Se é barbáro defendermos o nosso paiz dos ataques dos inimigos, e usarmos do que nos convém para nossa segurança, nada ha no mundo que não mereça esse título, julgo pois o projecto urgente e que deve passar á 2ª discussão.

O Sr. Marianno Cavalcanti:—Sr. presidente, levanto-me para declarar o que entendo

por direito de represalia e para mostrar que não é applicavel a esta lei.

Entendo por direito de represalia aquelle que nos autorisa, ou que autorisa as nações a praticar contra um aggressor violento e atroz os mesmos actos, que elle, a despeito dos direitos das gentes e da humanidade, tem cometido contra nós, e isto com o fim de o deter na carreira de suas atrocidades.

Agora mostrarei que a lei, que estamos discutindo não tem esta applicação; pois que sendo motivada por uma lei que fizerão as cōrtes de Portugal, e que o ministerio portuguez fez extensiva ao Brazil, vê-se claramente que o aggressor é o ministerio ou a nação portugueza, logo contra ella devia ser a lei de represalia, no caso de ser necessaria e não contra o Brasil, e os brasileiros, como se deprehende da letra da lei, que por isso, e pelas razões já expendidas no meu primeiro discurso, é injusta, e de mais a mais inconducente, visto que não obterá o unico fim, que torna lícito, é permitido o direito de represalia, isto é, o de obstar á continuaçāo das atrocidades committidas pelo inimigo. E' tambem desnecessario, porque ainda no caso de haver rebellion, o que não é de presumir, temos a esse respeito bastantes leis, que escusão o terrivel recurso de uma lei marcial, do qual só no ultimo aperto entre convulções sanguinolentas, se deve lançar mão; mas nunca em crises identicas á actual, na qual cumpre ganharmos a confiança dos povos, confiando tambem nello; e de nenhuma sorte convém tentar a sua fidelidade revocando-a em duvida: o que sobre perigoso, seria injusto, visto que elles têm feito quanto se podia esperar em prova da sua adhesão á sagrada causa e independencia do Brazil.

O Sr. Ribeiro de Andrada:—Não entro nos motivos que derão origem a este projecto; a assembléa está inteirada da lei das cōrtes de Lisboa pela mensagem de Sua Magestade Imperial que determinou este congresso a tomar medidas contra os designios dos nossos inimigos: fallarei pois sómente da doutrina do projecto considerando-a em globo. Que contém esta lei? A represalia contra o expediente que tomarão as cōrtes de Lisboa para illudirem alguns cidadãos assim de impugnarem a causa do Brazil. Diz-se que isto vai atacar os direitos dos cidadãos; confessso que não sei como. Será esta lei alguma novidade para a assembléa, ou para nação alguma do mundo? Uma lei marcial não foi sempre tomada como remedio nos governos constitucionaes em circumstancias criticas? Sem duvida. Logo, se é este o sistema seguido, e nos achamos nessas circumstancias, como se duvida da urgencia e necessidade da medida?

Se nas provincias ha homens que abraçáram

a nossa causa com sinceridade e firmeza, outros ha que estão decididos pela de Portugal, e que farão tudo para a promover. E devemos nós considerar tais homens cidadãos brasileiros? Eu não vejo nesse senão nossos inimigos; e porque a comissão assim os considerou também, julgou necessária a lei marcial. Quanto às outras medidas eu as reputo indispensáveis; grandes rendas e propriedades estão nas mãos dos nossos inimigos, e cumpre atalhar transacções feitas em prejuízo nosso e punir os que as fizerem; da mesma sorte é justo oferecer prémios aos que se distinguirem promovendo ou coadjuvando qualquer tentativa em nosso proveito. Não sei, Sr. presidente, à vista disto, como se pode deixar de reconhecer urgente o projecto; quanto a mim nada vejo mais urgente do que livrar o Brazil de uma contra-revolução, e por isso voto pelo projecto.

O Sr. Carneiro da Cunha:—Estou persuadido com os nobres preopinantes que a 2ª parte do projecto é urgente; mas não penso do mesmo modo da 1ª; julgo-a, pelo contrário, injusta e barbara. Quando veio aqui a mensagem de Sua Magestade Imperial, ouvi taxar as cortes de Portugal de despoticas e sanguinarias por aquellas medidas, apesar de as terem tomado pela sublevação de uma província, depois de consolidado o seu sistema, e jurada a sua constituição; ora, se tais medidas são violentas e tyrannicas naquelas circunstâncias, como pretendemos nós imitá-las não tendo para nos desculpar nem se quer a identidade da situação? Nós não temos uma só província que retrograde do sistema que adoptou, nem que tenha dado passos contra a causa já por ella abraçada; e devemos observar que quando elles adherirão ao parlido da independência, haverão facções, e os povos não tinhão os necessários meios de defesa, e apesar disso não receiarão, como fez a Parahyba e outras províncias do norte, combater para firmar e consolidar o sistema geral da nação.

O que posso dizer, fallando com a minha costumada franqueza, é que nas províncias existem reeções de se não seguir no Rio de Janeiro o verdadeiro sistema constitucional; teme-se que a constituição não seja feita segundo os princípios que por lá prevalecem, e que portanto lhe queirão dar aquillo de que elles não gostão; mas vontade de união com Portugal não se acha em nenhuma delas. Demais, os povos esperão desta assembléa leis pacíficas e sabias, e não leis inventadas por homens barbaros e ferozes para se attentar impunemente contra os dias de seus semelhantes... Se houvesse motivo de pensar que alguma província tentava desunir-se da causa geral do Brazil, eu votaria por medidas

proprias a conservá-la nos seus deveres, e a consolidar o nosso sistema; mas ainda assim me não lembraria de fazer depender a vida de meus concidadãos dos juízos de uma comissão militar; não acho bons para julgadores (eu digo o que sinto) homens acostumados a derramar o sangue de seus semelhantes. Por estes princípios, e pelos mais já expendidos por outros nobres deputados, voto, como o Sr. Alencar pela urgência sómente da 2ª parte do projecto.

Por ser chegada a hora da leitura dos pareceres de comissões ficou adiada a discussão.

O Sr. SECRETARIO CARNEIRO DE CAMPOS leu o parecer da comissão de commercio sobre a representação de José Gonçalves Côrtes, que ficara adiado na sessão antecedente.

O Sr. França:—A unica estrada que aqui temos que se possa assim chamar, é aquella que se está abrindo debaixo das vistas, e direcção da junta do commercio, e custeada pelo seu cofre. Motivos particulares, ou talvez falta de dinheiro para continuação dos respectivos suprimentos, interromperão os seus trabalhos, que cumpre se ponham outra vez em actividade, assim de se concluir uma obra de utilidade publica a mais transcendente á respeito da comunicação, e commercio desta província com as do interior. Começar uma obra, e não acabá-la, é uma especie de mania, que deve desaparecer de um governo livre, e que entende o que faz; muito principalmente depois de se ter despendido grossas quantias de dinheiro tiradas á outras prestações do estado; como acontece com a empreza da dita estrada da junta do commercio. Tudo pois quanto cumpre fazer sobre este assumpto é providenciar os meios para que aquella obra se continue; a qual me dizem que já actualmente serve de alguma utilidade aos vian-dantes.

Consta-me que com uma consignação mensal de um conto de réis podem ir ávante os trabalhos começados. Sou portanto de parecer que ao governo se peço informações circunstâncias a este respeito, assim de se decretarem providências pecuniárias, com que possa continuar a obra da dita estrada, interrompida por falta de meios, ou fundos para o seu custeio; pois ella tem a presunção a seu favor sobre qualquer outra, porque foi decretada com conhecimento de causa sobre consulta da junta do commercio, que examinou como cumpria a matéria; nem vejo que contra ella se objecte desfeito que torne a sua empreza de inferior condição; antes se reconhece no parecer da comissão, que é ella a mais adaptada aos usos de transportes que se devem ter em vista. Nada pois de principiar para não acabar.

O governo já assentou definitivamente sobre

a utilidade desta estrada; ouvindo o parecer da junta do commercio, que houve tambem de ser informada por pessoas conhecedoras da empreza antes que a começasse, e que a consultasse; não ha pois questão sobre a sua utilidade: a questão é sobre os meios de haver dinheiro para se a obra continuar; e não se perder de todo o que já se gastou, que não é pouco. Nisso pois devemos cuidar. O governo que nos informe; e nós decretaremos os subsídios. E' melhor ter uma só estrada acabada, do que muitas principiadas.

O Sr. Teixeira de Gouvêa:—Eu concordo, até por propria experiença, que as estradas de Minas Geraes para esta capital, e mui principalmente de Barbacena para aqui, estão em pessimo estado, e que exigem prompto remedio; pois que além do excessivo incommodo, que offerece o seu transito, é incalculavel o prejuizo que soffrem os mineiros na condução dos seus generos para esta capital, unico mercado daquelle provincia. A dificuldade sobre os meios pecuniarios, não me parece tão grande, pois que além dos meios propostos pela commissão, ainda eu descubro um outro: todos sabem que por offerecimento mesmo dos mineiros se estabeleceu um imposto para o reparo, e calçada da serra da Estrella; e que durando este imposto ha mais de 10 annos, e achando-se já a serra calçada, é muito natural que esta despeza esteja saldada; e nestas circumstancias estou convencido, que este subsidio se deve applicar a estradas, porque tendo o mesmo sim elles continuarão a pagar de bom grado; ou aliás, que se deve extinguir, ou diminuir-se a taxa mui consideravelmente e em proporção tal, que só baste para concertos; pois que tendo cessado a causa pede a razão, pede a justiça; e pede mesmo a boa fé do governo, que não continue a exigir-se dos povos um subsidio com destino particular, quando não existe este destino. Igualmente reclama a mesma justiça, que paguem este subsidio, porque exigindo-se pelo transito da serra é summamente odioso; e até custa a crer que delle sejam isentos os moradores d'aquem da Parahyba; medida esta que prova mui bem a parcialidade e asilhamento de quem a suggerio. Com estas declarações não tenho duvida assentir ao parecer da commissão.

O Sr. Nogueira da Gama:—Ninguem pode duvidar da necessidade de estradas, e de que estas devão ser em suficiente numero, e conservadas em bom estado, para que possa prosperar a agricultura, a industria e o commercio reciproco das provincias deste imperio: mas todos sabem que só temos poucas, e essas em māo estado: limitou-se o seu numero entre esta provincia, e as provincias centraes, para facilidade da arrecadação dos direitos de entrada,

chamados quintos, e para se evitar o extravio do ouro em pó, e diamantes; providenciou-se e seu concerto, e conservação á custa dos donos dos terrenos. Que poderia esperar-se deste sistema de alfandegas de portos secos ou casas de arrecadação de direitos nos limites das provincias, em estradas, e passagens de rios, e da obrigaçãoposta aos donos dos terrenos de terem promptas tales estradas em toda a extenção de suas sesmarias, hajão ou não serras, pantanos, rios e ribeiros a passar?

Poder-se-ia com razão esperar o maior embaraço para o commercio e comunicação dos povos, já pelas distancias consideravelmente augmentadas por causa da posição de tales alfandegas ou registros, já pelo māo estado das estradas, apesar dos sacrificios exigidos dos fazendeiros, não tendo a maior parte delles sufficientes forças para tão ardua e desproporcionada exigencia. Sabemos, que os tropeiros, e viajantes da província de Minas-Geraes, cançados e escandalizados pelos trabalhos e prejuizos experimentados na serra da Estrella, propuzerão que se fizesse o concerto da estrada desta serra, pagando elles para esse sim cem reis por cada um animal, que por ella passasse, e cincuenta réis por cada uma pessoa; aceitou-se este offerecimento, segundo minha lembrança, em tempo do vice-rei D. Fernando José de Portugal, e determinou-se a sua cobrança na passagem do rio Parahybuna, emprehendendo-se a construções da estrada, que ora existe, e que infelizmente parou no alto da serra, devendo ser continuada pelo menos até ao sitio denominado Tamaraty: não obstante porém haver parado a continuação desta obra, prosseguiu a cobrança do imposto offerecido, para se indemnizar o cofre da junta da fazenda desta província do Rio de Janeiro da despeza, que havia feito, aproveitando-se porém os seus habitantes gratuitamente das vantagens desta estrada feita nesta província, e sómente á custa dos mineiros.

Houve quem em 1810 lembrasse esta injustiça, e propuzesse, que na passagem da serra da Estrella se puzesse uma porta ou barreira, para se exigir o pagamento da contribuição de todos os que por ella passassem, como era de razão, assim de ser maior o producto desta contribuição, para mais promptamente se arrecadar a quantia despendida, ainda mesmo ministrando-se em geral beneficio a quota offerecida pelos mineiros, e para que se pudesse continuar a estrada e os reparos em todos os lugares de difficultosa passagem: assim se determinou; mas queixando-se os habitantes desta província do onus que lhes queria impôr, e achando protectores, como era de esperar, voltou a cobrança para a passagem do rio Parahybuna, e ficarão, como d'antes, pagando sómente os mineiros pela sua passagem pela serra da Estrella de cujo beneficio gosavão muito menos

vezes no anno, do que os moradores desta província do Rio de Janeiro, que pela sua proximidade repetião as viagens e transportes dos seus generos ao porto de Inhomirim a buscar o grande mercado desta cidade, com decidida vantagem sobre os mineiros, já pela maior distancia e despezas da condução, já pela isenção do imposto da serra.

Não podia deixar de ser taxada de injusta uma tal decisão, e para que o fosse menos, eu mesmo, sendo então escrivão da mesa do thesouro, propus, que todo o producto da contribuição oferecida pelos mineiros fosse aplicado para a construção de pontes nos rios Parahybuna e Parahyba, para a continuação da estrada, que havia parado no alto da serra, e muito particularmente para se evitarem com uma nova estrada os pantanos e alagadiços da vargem desde a serra até ao porto de Inhomirim, que tantos estragos e prejuízos causavão ao transporte dos generos que vinham de Minas abastecer e fartar esta capital: assim se determinou, sendo encarregado destas obras o coronel José Antonio Barbosa; que pelo seu zelo, actividade e patriotismo pareceu digno de toda a confiança, e que tem correspondido plenamente, achando-se já construída uma optima ponte com pilares de pedra no rio Parahybuna, tendo-se aberto nova estrada livre dos altos e grandíssimos morros entre os rios Parahyba e Parahybuna, ficando ao mesmo tempo mais curta do que a antiga, e estando quasi concluída a estrada da vargem até ao porto de Inhomirim livre de pantanos e inundações, que tantos estragos causavão.

E' nestas circunstâncias, que apparece a representação de José Gonçalves Côrtes, sobre os meios de ter uma boa estrada entre esta corte e a província de Minas-Geraes; não entro por agora no exame desta proposta, sem que se peço ao governo exactas informações de tudo quanto for relativo a estradas, para que a assembléa com pleno conhecimento das providências até agora dadas, e do producto das contribuições que ha para estradas, e passagens de rios, haja de estabelecer um sistema geral, que abranja todo o imperio, facilitando as reciprocas comunicações.

Quando a assembléa receber informações do governo, conhacerá que temos já varias estradas entre esta capital e a província de Minas Geraes, além da que se propõe agora para ser melhorada, e que é a antiga e primeiramente aberta pelos registros da Parahyba e Parahybuna.

Conhacerá que pelo cofre da junta do comércio se emprehendeu a abertura de uma estrada pela serra do Tinguá com direcção ao Rio Preto, em que já se tem gasto mais de noventa contos de réis; estrada, que sendo concluída, bem que com grandíssima despesa, que resta fazer, será da maior utilidade para o comércio da rica comarca do Rio das Mortes, encurtando-se o caminho bem perto de

trinta leguas: que se acha já construída outra estrada desde o porto do Aguassú na bahia desta província até ao presídio do Rio-Preto, limite com a província de Minas Geraes, pela modica quantia de quarenta e oito contos de réis, nella comprehendidas todas as pontes necessárias, e a grande do largo e caudoso Rio Parahyba, cuja estrada foi principiada em o anno de 1820 em o tempo do finado intendente geral da polícia Paulo Fernandes Vianna, que a propôz, e emprehendeu, depois de se reconhecer a possibilidade, até então inesperada, de se ter um caminho desde esta corte até a villa de S. João d'El-Rei, capaz de por elle passarem carros e carruagens, uma vez, que se lhe desse a competente largura, sem passar pelas serras do Tinguá, da Estrella, de Santa Anna, da Viuva, Serra Negra, e outras de difícil transito. Conhacerá que estando já aberta uma porção desta nova estrada pelo sertão entre a fazenda de Belém, e a freguesia da Sacra Família em distância de mais de duas leguas com destino de se evitar a passagem das duas serras de Santa Anna, e da Viuva, se mandou largar esta direcção, e melhorar a estrada, que já havia, bem que em pessimo estado, pelas ditas serras de Santa Anna, e da Viuva, a requerimento de alguns moradores indiscretos, ou que só attendião ao seu particular commodo.

Conhacerá que só falta o pequeno espaço de seis a sete leguas além do presídio do Rio-Preto, para sahir a estrada aos campos de Minas Geraes, ficando os povos desta província, e com especialidade os da comarca do Rio das Mortes com uma boa estrada até esta corte, com diminuição de perto de trinta leguas contadas da villa de S. João d'El-Rei ao Rio de Janeiro, comparativamente ao antigo caminho; sendo demais o novo livre de serras, e tendo pontes nos rios caudalosos, como os rios Preto, Parahyba, e outros, que até agora se têm passado em cãodas, barcas, ou a nado.

Concluí portanto, que se não tome deliberação alguma, sem que o governo dê as necessárias informações, que com urgencia se devem pedir, por ser um objecto de grande interesse, e que deve merecer a mais particular atenção desta assembléa.

O Sr. Ribeiro de Andrada:—Parece-me que se devem exigir informações do governo não só sobre esta estrada, mas sobre as outras, para poder a assembléa tomar em consideração este objecto, e por isso me lembro de propôr como additamento ao parecer o seguinte:

“ 1.º Que se peço ao governo todas as informações que estiverem ao seu alcance relativamente ás estradas que vão desta província para a de Minas Geraes, designando com o parecer de pessoas práticas e intelligentes, qual d'entre as ditas estradas merece preferencia.

« 2.º Quaes sejão as contribuições voluntarias, e impostos actualmente estabelecidos a favor das mesmas estradas; qual a fórmula da sua arrecadação; e, computado o seu rendimento, o deficit que pôde haver no orçamento da despesa a que o governo entender que pôde montar o custeio de qualquer das estradas que por melhor se escolher. »

Julgando-se a matéria discutida, e posto á votação o parecer, foi este aprovado com o additamento lembrado pelo Sr. Ribeiro de Andrade.

O Sr. PRESIDENTE assignou para a ordem do dia: 1º, o projecto dos governos provincias; 2º, o projecto da lei marcial; 3º, segundas leituras de projectos.

Levantou-se a sessão pelas 2 horas da tarde.—*Manoel José de Souza França*, secretario.

Sessão em 11 de Julho

PRESIDENCIA DO SR. CAMARA

Reunidos os Srs. deputados pelas 10 horas da manhã, fez-se a chamada e acharão-se presentes 60, faltando por doentes os Srs. Rodrigues Velloso, Lopes Gama e Ferreira, Barreto.

O Sr. PRESIDENTE declarou aberta a sessão e lida a acta da antecedente, foi aprovada.

Remettérão-se á mesa as seguintes declarações de voto e se mandarão inserir na acta:

1.º « Declaro que na sessão de hontem votei para que o conselho dos governos das províncias fosse permanente.

« Paço da assembléa, 11 de Julho de 1823.—O deputado, *Alencar*.—*Xavier de Carvalho*.—*Nobre*.—*Araujo Vianna*.—*Paula e Souza*.—*Bispo Capellão-Mór*.—*Vasconcellos*. »

2.º « Declaro que nesta 3ª discussão fui de voto que o conselho fosse permanente.—*Henrique de Rezende*. »

3.º « Declaro que na sessão de hontem votei a favor da permanencia dos conselhos de província.

« Sala da assembléa, 11 de Julho de 1823.—*Duarte Silva*. »

4.º « Declaro que na sessão de hontem votei pela permanencia do conselho conforme a emenda do Sr. Pereira da Cunha.

« Paço da assembléa, 11 de Julho.—*Carneiro da Cunha*.—*Fortuna*. »

5.º « Declaro que na sessão de hontem, 10 de Julho, votei contra uma reunião sómente do conselho das províncias.

« Paço da assembléa, 11 de Julho de 1823.—*José Corrêa Pacheco e Silva*.—*Pedro de Araujo Lima*.—*Luiz Ignacio de Andrade Lima*.—*José Marianno de Albuquerque Cavalcanti*. »

O Sr. SECRETARIO CARNEIRO DE CAMPOS leu o segundo boletim do cirurgião da imperial camara, que por esquecimento não tinha sido entregue na sessão antecedente:

« Sua Magestade Imperial continua a passar bem, como no dia antecedente, com tudo noto de extraordinario que hontem pelas 11 horas do dia, depois que se lhe tirou o apparelho para substituir outro, porque assim foi necessário, Sua Magestade Imperial sentio ameaça de desfalecimento, que duraria quatro a cinco minutos, e cujo ataque formal se prevenio a tempo. Não se admira que tal incidente acontecesse, visto o estado de fraquezza em que Sua Magestade Imperial se acha, o habito que tem contrahido de estar deitado e especialmente porque, faltando-lhe a compressão da atadura, o estomago começou em contracções, tanto mais quanto estava em vacuidade, por isso que sucedeu ter lugar o renovamento da atadura quatro horas depois do almoço. Apezar de tudo tivemos o prazer de ver não estorvada a marcha progressiva das melhoras de Sua Magestade Imperial.

« Paço da Imperial Quinta da Boa-Vista, 10 de Julho (10º dia de molestia) de 1823.—O cirurgião da imperial camara e assistente de Sua Magestade o Imperador, *Domingos Ribeiro dos Guimaraes Peixoto*. »

Recebeu-se com muito especial agrado a noticia das melhoras de Sua Magestade Imperial.

Leu mais o seguinte officio do ministro dos negocios do imperio:

« Illm. e Exm. Sr.—Tendo levado á augusta presença de Sua Magestade o Imperador o officio de V. Ex. na data de 2 do corrente, em que participa ter a assembléa geral constituinte e legislativa deste imperio procedido á nomeação do presidente, vice-presidente e secretario que hão de servir durante o mez que decorre até ao dia 3 de Agosto proximo futuro: o mesmo augusto senhor me ordena que participe a V. Ex. para o fazer presente na mesma assembléa, que fica sciente das pessoas eleitas para os referidos cargos.

« Deus guarde a V. Ex.—Palacio do Rio de Janeiro, em 7 de Julho de 1823.—*José Bonifacio de Andrade e Silva*.—Sr. José Joaquim Carneiro de Campos. »—Ficou a assembléa intérada.

Leu mais uma felicitação dirigida á assembléa pelo governador da província de Minas Geraes *Antonio José Dias Coelho*.—Foi recebida com agrado.

Participou mais ter recebido uma representação do padre *Bernardo José Viegas* com alguns documentos para ilustração da justiça das suas queixas.

—Foi remetida á comissão de legislação para ser attendida depois de chegar a infor-

mação que se mandára vir da secretaria da justiça.

Leu finalmente o terceiro boletim do cirurgião da imperial camara.

« Sua Magestade Imperial tem continuado a passar com melhorias.

« Paço da Imperial Quinta da Boa-Vista, 11 de Julho (11º dia de molestia) de 1823.—O cirurgião da imperial camara e assistente a Sua Magestade o Imperador, *Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto*. »

Ficou a assembléa intcirada, recebendo com muito especial agrado esta noticia.

O Sr. Araujo Lima:—Sr presidente eu quizeria que o Sr. secretario simplesmente participasse á assembléa a autoridade que envia as felicitações e o seu objecto para não perdermos tempo em as ouvir por extenso, quando tanto precisamos delle para objectos importantes. A esse fim proponho a seguinte

INDICAÇÃO

« Que o Sr. secretario recebendo officios de felicitações declare simplesmente a autoridade que os envia e o seu fim.—*Araujo Lima*. »

O Sr. PRESIDENTE consultou sobre a indicação á assembléa e foi aprovada.

Passou-se á 1º parte da ordem do dia, e entrou em discussão o art. 10 do projecto dos governos provincias com a emenda do Sr. Pereira da Cunha. (Veja-se a sessão de 18 de Junho.)

O sr. Andrada Machado:—(*Não o ouvirão os tachygraphos.*)

O mesmo Sr. deputado mandou á mesa a seguinte

EMENDA

« Além da reunião ordenada por esta lei poderá convocar, para consultar o que lhe approuver, parte do conselho, advertindo que sejam principalmente aquelles d'entre elles a quem menos incommode o comparecimento. Igualmente em matérias da competência do conselho, sobrevindo causa urgente que peça decisão, a qual o presidente não queira ou não possa tomar sobre si poderá o mesmo presidente convocar extraordinariamente todo o conselho. — *Antonio Carlos Ribeiro de Andrada*. »—Foi apoiada.

O Sr. Carneiro de Campos:—A convocação extraordinária do conselho supõe precisão de remedio prompto, em caso de que o presidente não pôde ou não quer decidir, por não tomar sobre si o peso da responsabilidade; supponhamos agora que a província é grande e não residem na capital os conselheiros, mas estão espalhados; segue-se que não sendo

possível a sua prompta reunião, ou se não houver providencia alguma ou o presidente haver de decidir por si só, talvez violentado negócios que precisão de madura discussão e exame. Dizer-se que chame o presidente os que estiverem mais próximos, não remove de todo o inconveniente porque cada qual anda por onde lhe parece, e a distância dos chamados mais próximos pôde ser tal que ainda assim seja demorada a reunião. Julgo pois que para o caso de necessidade de deliberação do conselho em negócio que exija remedio sem demora, não temos providencia, e por isso me lembra de suprir esta falta com a seguinte

EMENDA

« Occorrendo dificuldade na convocação do conselho para a prompta decisão de negócio urgente, poderá o presidente formar um conselho das pessoas de maior conceito, entrando, sempre o presidente da camara.—*Carneiro de Campos*. »—Foi apoiada.

O Sr. Henriques de Rezende:—Já aparecem as razões e os embaraços que me fizerão dar tanto pezo á permanência do conselho, e pelos quais fiz hoje a declaração do mesmo voto. Allegou-se que as distâncias, o pessimo estado dos caminhos impediam a frequente reunião do conselho, mas eu que via que por este art. 10 o presidente tinha o direito de o convocar muitas vezes, votei pela permanência do conselho. Vencida uma só reunião no anno, eu vi que este art. 10 devia ser suprimido, porque como é concebível, que por esta lei só deve haver uma reunião no anno pelas ponderosas razões que alguns senhores allegarão, e agora se conceda ao presidente o direito de o convocar quando quiser, não obstante o embaraço que tivemos em vistas! Outra cousa mais tem contra si este artigo: o art. 14 dá ao presidente o direito de não estando reunido o conselho fazer tudo o que contém o art. 13, e depois dar parte ao conselho para sua aprovação: neste caso escusado é que elle convoque o conselho, vistos os embaraços já ponderados.

Bem sei que desta forma elle faria tudo, e como as cousas uma vez feitas tarde ou nunca se desfazem, a reunião anual do conselho seria illusorio, tanto mais que de ordinário o conselho aprovaria o que de uma vez tivesse feito o presidente. Mas estas razões mostram que o conselho deverá ser permanente, vistos as dificuldades das frequentes reuniões, e de nenhum modo provão que o presidente possa convocá-lo quando julgue necessário. Voto pois pela supressão do art. 1º.

O Sr. Fraga:—O presidente da província é homem de lisa fé bem se pôde esperar que por si só, e sem o auxilio das luzes do conselho, haja de obrar o melhor naquillo

que é da sua particular atribuição, pois numca falla á quem ouvir quando se tem tenção de acertar. Já se elle for de má fé, que bem traz á administração do governo da província, que ouça o conselho, se por sim ha de fazer o que bem quizer? Nunhum certamente, antes ao contrario se lhe faculta uma estrada de abuso, que é divertir-se com incommodar os conselheiros, convocando-os muitas vezes de grandes distancias a pretexto do bem publico no que levará por ventura o duplicado interesse de illudir a opinião publica a respeito da circumspecção com que obra, e o de incommodar muitas vezes a tal conselheiro, a quem pôde ser desaffecto, como v. g. um capitão-mór de districto longinquo, etc.

Eu tenho bastante conhecimento do caracter da maior parte dos nossos antigos governadores, a quem finalmente hão de vir a arremedar os novos presidentes de província. Capricho, despotismo é a quinta essencia de quasi tudo o que fazião e é isto tanto assim, que os apontados por melhores forão aquelles que quasi nada obrarão, e como meros espan-talhos conservárão o posto da indifferença. Não esperemos pois que o desejo de acertar move os nossos presidentes a convocar conselhos para sujeitar a sua opinião á estranha. Além de que muitos conselheiros desejarão adivinhar qual fosse a opinião do presidente para se encostarem a ella, e até fazerem-lhe elogios. Essa é a marcha ordinaria, e não devemos calcular em semelhantes casos pelas excepções que são raras. Voto portanto contra a doutrina do artigo, pois como a deliberação é do presidente e não do conselho, devemos estar certos que dahi nenhum proveito vem na pratica ao acerto da resolução.

O Sr. Andrade e Silva:—(Não se entendeu o tachygrapho.)

O Sr. Almeida e Albuquerque:—(Não se entendeu o tachygrapho.)

Julgando-se a matéria discutida propoz o Sr. presidente:

1.º Se o artigo passava tal qual estava redigido.—Venceu-se que não.

2.º Se elle seria suprimido.—Venceu-se que não.

Passou então a propôr a emenda do Sr. Andrade Machado, dividindo-a em duas partes; a 1^a até á palavra *comparecimento* e a 2^a desde *igualmente* até ao fin.

A 1^a parte passou tal qual estava redigida; mas indo a propôr-se a 2^a, requererão alguns Srs. deputados o adiamento da votação para quando se discutisse o art. 14; e sendo apoiado e vencido o dito adiamento, ficou também deferida a decisão da emenda do Sr. Carneiro de Campos para a occasião em que delle se tratasse.

Passou-se á 2^a parte da ordem do dia, e

continuou-se a discussão do projecto da lei marcial que foi lido novamente com as emendas apresentadas na sessão antecedente pelos Srs. Alencar e Henriques de Rezende, que forão ambas apoiadas.

O Sr. Souza e Mello:—Sr. presidente, quando se trata de sustentar com dignidade neste lugar a independencia, e liberdade do Brazil, eu me reconheço fraco para figurar no grande theatro politico, mas corajoso pela grande voz que me chamou á este recinto procurarei sempre que a independencia e liberdade de minha patria appareça perante o mundo intiero fundada sobre bases admiraveis. Partindo pois destes principios, eu tambem me levanto para combater o projecto do 1º do corrente mez, na parte que envolve direito criminal por insu-rição presumptiva; admitto-o porém á 2^a discussão na parte sómente que contém o direito de represalia.

Combatendo-o, Sr. presidente, na primeira parte, não porque as leis marciaes e da natureza da referida 1^a parte do projecto não estejam debaixo das nossas attribuições; como se tem avançado, nem porque as leis geralmente fallando não tenham o cunho da prevenção, por que este é o seu sim; mas o motivo por que assim eu decido, é porque não quero que as nações, e os nossos inimigos entendão que as povoações do Brazil sustentão a sua independencia pelo terror de uma semelhante lei e de seus executores: não quero que os brazileiros perçam a gloria adquirida de se constituirem nação livre e independente por sua propria vontade, sem imputações nem coacções: não quero que as povoações do Brazil concebam a desconfiança, ou idéa de que semelhante lei, e as commissões militares são espiões que lhes queremos apresentar em vez de admirarmos seu valor incomparável, e de muito mais esperarmos.

Sr. presidente, é certo que a prevenção e vigilancia são as primeiras escoras do sistema de governar, mas quando se trata da independencia do Brazil com Portugal, consirmos tudo dos brazileiros que estão empenhados á vingar-se exponencialmente com dignidade, do aviltamento com que Portugal os tem conceituado: não nos confundamos com as desconfianças politicas em que labora esta ou aquella porção do povo brazileiro, façamos todos os nossos deveres que essas desconfianças cahirão por terra: é preciso que nos persuadamos firmemente que não ha povoação do Brazil propriamente fallando que queira por modo algum desunir-se para fazer causa commun com Portugal, como de algum modo se pôde entender no primeiro artigo do projecto, posto que não fosse essa intenção de seus illustres autores, e se houverem traidores sejam estes punidos individualmente pelas leis existentes. Tenho pois mostrado que a 1^a parte do projecto não pôde aproveitar,

nem é necessaria; voto portanto que suprimida ella até o 8º artigo inclusive passe o projecto á 2ª discussão na segunda parte que contém o direito da represalia.

O Sr. Andrada Machado:—Inimigo declarado, como sou, de leis provisórias, só admitto esta como exceção da regra.

Sr. presidente, o Brazil estava tranquillo, e o governo apenas desconhcia que pudesse haver algum brasileiro que desconhicesse a sua dignidade, e se aviltasse ao ponto de se unir aos inimigos do seu paiz. Mas apareceu a celeberrima lei de 21 de Março das cōrtes de Lisboa, na qual liverão a ousadia de nos numerar no rebanho dos seus escravos, depois de termos declarado a nossa independencia, e de nos considerar como colonia do pequeno reino de Portugal, depois de sermos livres.

Estavamos, lia pouco, sujeitos a Portugal, mas recuperamos a nossa liberdade, e nunca mais seremos escravos; se os portuguezes o querem ser, embora o sejam; vivão como quizerem; mas não tenham a audacia de querer reduzir-nos a captiveiro.

Publicada esta lei em Portugal, a necessidade nos obriga a tornar as medidas proprias a illudir os seus efeitos, a preservar-nos dos males que ella vem semear entre nós.

(O lachygrapho declarou que o illustre orador foi rapido no resto do discurso, que não pôde acompanhal-o; e que tendo depois, elle lachygrapho, sahido e faltando tambem o seu companheiro, alguns Srs. deputados fallarão sem se escreverem os seus discursos.)

O Sr. PRESIDENTE declarou adiada a discussão por ser chegada a hora da leitura dos pareceres das comissões.

O Sr. RIBEIRO DE REZENDE, como relator da comissão de poderes, leu o seguinte

PARECER

«A comissão de poderes, examinando o diploma do Sr. Silvestre Alves da Silva deputado pela província de Goyaz o acha conforme com a acta geral das nomeações por aquella província com a diferença sómente que nesta acta vinha nomeado com vinte votos, e no seu diploma aparece com vinte e dous, por se proceder a nova apuração, depois que se lhe uniu o collegio eleitoral do distrito de Cavalcanti, que estava separado no tempo da primeira apuração pela existencia de um governo que alli se havia installado. E' pois de parecer, visto achar-se legalmente nomeado, que venha tomar o seu assento nesta assembléa.

«Paço da assembléa, 11 de Julho de 1823.—Estevão Ribeiro de Rezende.—Manoel Jacintho Nogueira da Gama.—Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva.»—Foi aprovado.

O Sr. Nogueira da Gama requereu que se

nomeasse outro membro para a comissão de marinha e guerra no lugar do Sr. Coullo Reis que tinha sahido da assembléa.

Resolveu-se que fosse nomeado no fim da sessão.

O Sr. RIBEIRO DE ANDRADA, como relator da comissão de fazenda, leu o seguinte

PARECER

«D. Maria Ursula de Siqueira allega em seu requerimento que é filha legitima do fallecido sargento-mór Ignacio José de Siqueira e de D. Anna Francisca de Paula; ajunta a patente pela qual seu pai foi reformado em sargento-mór com soldo de capitão; ajunta igualmente o decreto de 29 de Maio de 1821, pelo qual Sua Magestade Fidelissima o Senhor D. João VI concedeu á viuva māi da supplicante metade do soldo de capitão de infantaria, como remuneração dos serviços militares prestados por seu marido. Allega finalmente que esta mercê se não verificára por ter sua māi fallecido antes de utilizar-se della, pedindo em consequencia que a mesma se verifique na pessoa della supplicante; em cujos termos parece á comissão de fazenda que quando a supplicante se julgue com a justiça que suppõe deve requerer pelos meios estabelecidos nas leis, fazendo decretar os serviços de seu pai, e provando as mais circunstancias que em tais casos se exigem, com audiencia dos procuradores fiscaes da fazenda nacional.

«Paço da assembléa geral constituinte e legislativa, 11 de Julho de 1823.—Manoel Jacintho Nogueira da Gama.—Martim Francisco Ribeiro de Andrada.—José Arouche de Toledo Rendon.—José de Rezende Costa.—Barão de Santo Amaro.»

O Sr. Andrada e Silva:—Não posso approvear em toda a sua generalidade este parecer da comissão. No Brazil nunca houve monte-pio, e para não deixar morrer de fome ás viuvas e filhas dos militares, mandou-se-lhes dar por morte de seus maridos metade dos seus soldos, e assim se tem suprido esta falta de monte-pio. Se está feita a mercê de metade do soldo á viuva deste major reformado, pelos seus serviços, a questão reduz-se a saber se deve verificar-se na supplicante, filha do mesmo major a referida mercê de que sua māi não chegara a gozar; e não sei que precisão haja de decretamento de serviços quando estes estão já reconhecidos, pela mercê concedida á viuva de quem os praticou. Se lhe falta aprovar algum preliminar necessário, não me oponho a que se exija essa prova; mas o que eu julgo indispensavel é o adiamento da discussão, até para se examinar o decreto.

O Sr. PRESIDENTE, por haver quem fallasse mais contra o parecer, declarou que ficava adiado para a sessão seguinte.

O Sr. SECRETARIO CARNEIRO DE CAMPOS leu o parecer da commissão de commercio, agricultura, industria e artes, sobre a representação de Ignacio Pereira Duarte Carneiro, que ficara adiado na sessão de 9 de Julho.

Depois de breve debate, foi aprovado.

Passou-se á nomeação do membro para a comissão de marinha e guerra, como requerera o Sr. Nogueira da Gama; e procedendo-se á votação sahio eleito, com a pluralidade absoluta de 48 votos o Sr. Pedro José da Costa Barros.

Seguiu-se a 3^a parte da ordem do dia, e fez-se a 2^a leitura do projecto do Sr. Rezende Costa sobre a revogação do alvará de 5 de Novembro de 1808, relativo aos boticarios e preços de drogas por elles vendidas. (Veja-se a sessão de 18 de Junho.)

Fizerão-se algumas reflexões, e ficou adiado por ter dado a hora.

O Sr. PRESIDENTE assignou para a ordem do dia: 1º, o projecto dos governos provisórios; 2º, o projecto da lei marcial, 3º, segundas leituras dc propostas.

Levantou-se a sessão depois das 2 horas da tarde.—*Manoel José de Souza França*, secretario.

RESOLUÇÕES DA ASSEMBLÉA

PARA JOÃO VIEIRA DE CARVALHO

Ilm. e Exm. Sr.—A assembléa geral constituinte e legislativa do imperio do Brazil, sendo-lhe presente o requerimento inclusivo de Pedro da Silva Pedroso que se queixa de estar preso, e incomunicavel na fortaleza da Lage, há canto e seis dias, em uma mortífera masmorra; e conformando-se com o parecer da commissão de legislação sobre o dito requerimento, manda participar ao governo que precisa para poder deliberar que lhe sejam transmitidas, quanto antes, informações circunstanciadas da prisão do supplicante; e que tem resolvido que elle seja removido da terrível prisão em que é duramente incomodado, para outra em que haja a necessaria segurança, sem sofrer os males de que se lastima. O que V. Ex. levará ao conhecimento de S. M. Imperial.

Deus guarde a V. Ex. Paço da assembléa, em 10 de Julho de 1823.—*José Joaquim Carneiro de Campos*.

PARA JOSÉ BONIFACIO DE ANDRADA E SILVA

Ilm. e Exm. Sr.—A assembléa geral constituinte e legislativa do Imperio do Brasil manda remetter ao governo a cópia inclusiva do parecer da comissão de commercio, agricultura, industria e artes, sobre o projecto de uma estrada que desta província siga á de Minas Geraes com as maiores vantagens possíveis aprovado na sessão

de hontem para que na conformidade delle se formem as medidas no mesmo parecer apontadas. E ordena igualmente que se participe também ao governo que lhe são necessárias informações que façam conhecer qual das estradas já abertas merece a preferencia, quais são as contribuições voluntárias e impostos actualmente estabelecidas a favor das mesmas estradas, qual a forma da sua arrecadação, e qual o *deficit* que, computado o seu rendimento, pôde resultar ao orçamento da despesa a que o mesmo governo entender que pôde montar o custeio de qualquer das estradas que por melhor se escolha para ser concluída. O que V. Ex. levará ao conhecimento de S. M. Imperial.

Deus guarde a V. Ex. Paço da assembléa, em 11 de Julho de 1823.—*José Joaquim Carneiro de Campos*.

PARA SILVESTRE ALVES DA SILVA

A assembléa geral constituinte e legislativa do imperio do Brasil manda participar a V. S. que achando-se legal o seu diploma, deve quanto antes vir tomar assento neste augusto congresso, e ter parte nos seus trabalhos como deputado á mesma assembléa pela província de Goyaz.

Deus guarde a V. S. Paço da assembléa, em 11 de Julho de 1823.—*José Joaquim Carneiro de Campos*.

Sessão em 12 de Julho

PRESIDÊNCIA DO SR. CAMARA

Reunidos os Srs. deputados pelas 10 horas da manhã, fez-se a chamada e acharão-se presentes 57, faltando com causa participada os Srs. Rodrigues Velloso, Lopes Gama, Ribeiro de Rezende, Ferreira Barreto, Paula e Souza e Andrade e Silva.

O Sr. PRESIDENTE declarou aberta a sessão, e lida a acta da antecedente foi aprovada.

O Sr. SECRETARIO CARNEIRO DE CAMPOS leu os dous ofícios seguintes do ministro dos negócios da guerra:

“ Ilm. e Exm. Sr.—Sua Magestade o Imperador manda que eu accuse a V. Ex. a recepção do seu ofício de 2 do corrente mês, que trata do processo dos oficiais que vierão presos da Colonia do Sacramento. Deus guarde a V. Ex. Paço, em 11 de Julho de 1823.—*José Vieira de Carvalho*.—Sr. José Joaquim Carneiro Campos”.

“ Ilm. e Exm. Sr.—Sua Magestade o Imperador a quem foi presente o ofício de V. Ex., de 7 do corrente, mandou expedir ordem ao director do arquivo militar para a entrega das cartas geographicas e topographicas do imperio, de que trata o dito ofício. O que V. Ex. levará ao conhecimento da assembléa geral constituinte e legislativa. Deus guarde a V. Ex.

Paço em 10 de Julho de 1823.—*João Vieira de Carvalho.*—Sr. José Joaquim Carneiro de Campos. »

Leu mais o seguinte boletim do cirurgião da camara, assistente a Sua Magestade Imperial.

« Sua Magestade Imperial continuou, de hontem até ao dia de hoje, á passar com melhora, isto é, indo tudo lenta e progressivamente bem, sem occorrer a menor circumstancia morbosa, e extraordinaria. Quanto porém ás fracturas, Sua Magestade Imperial ainda sente pouca dôr, e nada de positivo se pôde dizer a esse respeito, enquanto se não renovar o apparelho: além do que é preciso que decorrão alguns dias para notar-se alguma diferença apreciável. Paço da imperial quinta da Boa Vista, 12 de Julho de (12º dia de molestia) 1823.—O cirurgião da imperial camara, e assistente de Sua Magestade o Imperador,—*Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto* ».

Foi ouvido com muito especial agrado.

Deu parte por sim de ter a camara da villa de Itú dirigido uma felicitação á assembléa.—Foi recebida com agrado.

O MESMO SR. SECRETARIO:—Sr. presidente, tem-me representado o official-maior que serve na secretaria da assembléa que não bastão os officiaes para o trabalho que vai crescendo; e como a assembléa resolveu que não se nomeasse officiaes proprios enquanto se não fizesse a reforma geral das secretarias, é preciso suprir dalgum modo a falta de gente necessaria para o trabalho.

Dous cidadãos se ofereceram para servir, sem receber ordenado algum enquanto se não reconhecer que têm aptidão necessaria para o desempenho das suas obrigações. Eu declaro que os não conheço; mas vejo que a letra é boa; e um delles allega ter servido de secretario do governo do Ceará.

A' vista do que exponho a assembléa decidirá.

O SR. RIBEIRO RE ANDRADA:—Eu conheço um delles; já tem trabalhado no tesouro publico, e mostra mui bons attestados do seu comportamento.

O SR. HENRIQUES DE REZENDE:—Se a secretaria tem precisão de gente admittão-se, mas não de graça. A nação não precisa destes favores; quer pagar a quem a servir; portanto entrem se são necessarios, mas pagando-lhes.

Consultada a assembléa sobre a pretenção; resolveu que fossem admittidos os dous requerentes, Domingos Lopes da Silva Araujo, e Vicente Ferreira de Castro e Silva, na forma da sua supplica.

O SR. NOGUEIRA DA GAMA:—Sr. presidente, observando que por falta de tempo se não podem adiantar os trabalhos das commissões tenho que oferecer uma indicação em que me parece ter

conciliado o expediente daquelle trabalho com a obrigaçao de assistir ás sessões.

Nós já temos presentemente um numero maior de deputados, e por isso julgo que sem inconveniente podem ser dispensados de assistir ás sessões os membros das commissões sómente nas horas que se assignarem para as suas conferencias, distribuindo-se as commissões pelos dias da semana, de sorte que sejam poucos os que faltam cada dia, e nunca a sessão inteira.

Eu persuado-me que este objecto é importante, porque muito convém que as commissões abreviem os seus trabalhos; e isto não se consegue como se pensa, trabalhando-se em casa, para depois se conferirem as idéas reunindo-nos aqui na sala da respectiva commissão, porque recolhendo-nos ás duas horas depois de um assiduo trabalho pouco se pôde fazer, e nunca ha tempo para conferir aqui esse pouco que se faz. Portanto é indispensavel alguma medida para que os trabalhos se apresentem a esta assembléa; e a esse sim ofereço a seguinte

INDICAÇÃO

« Para os trabalhos das commissões até ao meio-dia, sendo dispensados, os Srs. deputados, servindo os suplentes no lugar dos Srs. secretarios e presidente.

« Segunda-feira.—Comissões da constituição, da marinha e guerra—10.

« Terça-feira.—Pedições, colonisaçao, comércio—11.

« Quarla-feira.—Constituição, estatística—10.

« Quinta-feira.—Legislação, saude publica—10.

« Sexta-feira.—Pedições ecclesiasticas—8.

« Sabbado.—Fazenda, instrucção publica—10.

« 12 de Julho.—Nogueira da Gama.—Ficou para 2º leitura ».

O SR. GOMIDE requereu que para melhor desempenho dos trabalhos da commissão de colonisaçao e catechisaçao dos indios se nomeassem mais dous membros.

Resolveu a assembléa que assim se fizesse.

Passou-se á ordem do dia, e entrou em discussão o art. 11 do projecto dos governos provincias com as emendas dos Srs. Pinheiro de Oliveira e Árouche Rendon (Veja-se a sessão de 18 de Junho).

O SR. ANDRADA MACHADO pediu a palavra e ofereceu a seguinte

EMENDA

« O conselho não terá ordenado algum fixo; nas reuniões porém terão os conselheiros uma gratificação diaria pelo tempo que gastarem juntos e desde o dia que saharem de suas casas e a ellas voltarem, contando-se

os dias da ida e volta pelo numero de leguas, segundo o regimento das justiças. Esta gratificação será paga pela fazenda publica da respectiva província, e designada por esta vez pela comissão de fazenda.—*Antonio Carlos Ribeiro de Andrade.* »—Foi apoiada.

Depois de ligeiras observações julgou-se a matéria discutida, e o Sr. presidente propôz se o artigo passava tal qual estava redigido, e vencendo-se que não, propôz a emenda do Sr. Andrade Machado, que foi aprovada com a restrição da ultima parte.

Seguirão-se os additamentos propostos na 2^a discussão pelos Srs. Carneiro de Campos, Andrade Machado, e Almeida Albuquerque (Veja-se a sessão de 18 de Junho.)

O Sr. França:—Eu convenho que se dê aos presidentes de província o tratamento de excellencia; assim como me oponho que se faculte o uso do de senhoria aos respectivos conselheiros. A razão da diferença consiste, em que os presidentes são os depositários do poder executivo nas suas províncias, a quem é necessário revestir de toda a força da opinião, para conter os subditos, e dirigir os pelo simples impulso do respeito que estes lhes devem tributar, á conta do qual entra e influe em grande parte o tratamento: pois por elle, e por outras medidas nominaes, é que a maior parte do povo estima e avalia a distancia que vai da sua condição ás das autoridades constituidas que o governo e a quem cumpre obedecer.

Nos conselheiros salha esta razão de conveniencia vistas as atribuições que lhe conferimos; e por outro lado se oppõe a imposta vulgarisação de tratamentos ás sujeitos, que delles se podem usanar tanto, que por ventura se julguem depois inhibidos de exercitar os misteres uteis da vida, em que d'antes se occupavão (talvez com grande proveito da sociedade) o que seria um mal. Voto portanto, que tenhão os presidentes o tratamento de excellencia; e que os conselheiros só aquelle que aliás lhe competir por seus postos, ou predicamentos assim civis como militares.

O Sr. Almeida e Albuquerque:—Quando propus esta emenda mostrei a necessidade de dar bastante representação ao presidente das províncias principalmente marítimas; os negócios nestas são mais e de maior importância; e alli apparcem com frequencia estrangeiros de alta graduação que talvez não tratem com tanto respeito a primeira autoridade da província, se virem que não têm o tratamento que se dão ás mais altas dignidades. E como não vejo que nas províncias chamadas menores haja a mesma necessidade, pareceu-me que bastaria o de senhoria; por isso voto pela minha emenda.

O Sr. Oliveira Maciel:—Eu não duvido

de aprovar o additamento do Sr. Carneiro de Campos; mas só me parece necessário não empregar a palavra *subditos*; por este termo se designa a relação do cidadão para o imperante, e só com esta significação me parece bem usada; por isso proponho a seguinte mudança.

« Em lugar de—subditos—provincianos.—*Maciel.* »—Não foi apoiada.

O Sr. ARAUJO LIMA ofereceu igualmente a seguinte

EMENDA

« O presidente terá o tratamento de excellencia, e o mesmo terá o conselho reunido. *Araujo Lima.* »—Foi apoiada.

Julgando-se a matéria discutida, o Sr. presidente propôz á votação a emenda do Sr. Araujo Lima e foi aprovada.

Suscitarão-se então duvidas sobre o tratamento que terão os conselheiros fóra do conselho; e propôz o Sr. presidente se terão o de senhoria.—Venceu-se que não.

Passou-se ao art. 12 com as emendas dos Srs. Henriques de Rezende e Arouche Rendon (Veja-se a sessão de 18 de Junho).

O Sr. ANDRADE MACHADO pediu a palavra e ofereceu a seguinte

EMENDA

« Nas matérias da competencia necessaria do conselho terá elle voto deliberativo, e o presidente o de qualidade em caso de empate. Nas convocações porém em que não seja necessaria a sua cooperação, terão os conselheiros convocados tão sómente voto consultivo. —*Antonio Carlos Ribeiro de Andrade Machado.* »

Foi apoiada e aprovada a 1^a parte, ficando adiada a 2^a, e as mais emendas, por estar chegada a hora de se tratar da outra parte da ordem do dia, que era o projecto da lei marcial adiado na sessão antecedente; e entrou este em discussão.

O Sr. Pereira da Cunha:—Como membro que fui da redacção desta lei, farei mui breves reflexões, expendendo minhas idéas, e as razões que me decidirão a convir em algumas de suas disposições esta lei tem tres partes como é patente de seu contexto.

Trato por agora da 1^a como a mais essencial, e a considero por dous lados, a saber: primo, se esta medida nas actuaes circunstancias é útil, ou necessaria; secundo, se a sua disposição é fundada nas regras da justiça.

Nada é tão consentâneo, e congenito com os direitos do homem do que a defesa de sua propria existencia natural, e civil. A natureza nos inspira o sentimento íntimo que em nós existe, de abraçarmos o bem, e repellir

o mal, quanto cabe em nossas forças; e isto que é relativo a um individuo singularmente é tanto mais applicavel á sociedade em geral, quanto é de maior pezo, e importancia o todo a respeito de cada uma de suas partes.

Daqui nasce não só a obrigaçao de resistir ao nosso aggressor até o ponto de lhe tirarmos a vida, se de outra maneira não podemos salvar a nossa, como tambem o direito de fazer a guerra offensiva ou defensiva, segundo a phrase dos publicistas, para que uma nação se conserve naquelle attitudo que caracterizar deve sua independencia e seguraça.

Isto posto, eu não arguo, nem condenmo as providencias dadas pela lei marcial de 21 de Março deste anno, promulgada pelas cōrtes de Lisboa, porque cada estado deve empregar os principios de politica que mais lhe convier para dirigir seus negocios e interesses particulares: e as circumstancias são sempre as que os decidem a lançar mão de meios que em um momento parecem proprios e adequados, e em outro se apresentão como injustos e iniquos.

Portugal inquietou-se nas provincias do norte, e a necessidade instou que as cōrtes empenhassem suas forças com o maior vigor para evitar o progresso de uma reacção que ia em opposição com o systema de governo que havião adoptado.

Até aqui ninguem lhe toma contas; porque uma nação não deve ter alguma ingerencia no governo e direcção dos negocios politicos de outra.

Porém que fez de mais o ministerio de Lisboa? Estendeu esta horrivel providencia contra o brioso povo da Bahia.

E quem pôde vêr de sangue frio tamанho insulto feito contra a humanidade e contra o direito das gentes?

Quer Portugal considerar a Bahia como provincia sua, quando todos os seus habitantes adherirão completamente á sagrada causa da nossa independencia, sómente porque tem alli alguns centos de soldados luzilanos e uns poucos de malvados de satellites que os seguem.

E veríamos nós de braços cruzados que o general Madeira apprehendendo nossos irmãos que tão denodada e briosamente têm defendido scus lares com sacrificio de quanto lhes é mais caro, fossem fuzilados e sentenciados por uma commissão militar, consundindo um prisioneiro de guerra com o réo da rebelliao de sua nação?

A sua lei aqui está; della se vê uma disposição premeditada de incutir o terror por toda a parte, fazendo-a acompanhar da execranda portaria para ser applicavel ao nosso hemisphério. O nosso governo prudente e cheio de humanidade, e ainda qualquer de nós se não lembrou de fazer a indicação para

se promulgar uma lei, que em outras circumstancias seria opposta á sa jurisprudencia e regras de justiça, senão depois que vio fulminada sobre a cabeça de nossos irmãos uma lei de Draco e uma sentença que offende todos os principios de dircito natural e publico.

Estabelecida pois a disposição de que uma povoação levantada e apprehendida com as armas na mão seja punida por uma commissão militar, é tanto mais justa, quanta é a necessidade em que nos achamos de evilar o progresso que com suas pessimas doutrinas podem fazer as cōrtes de Lisboa por seus assalariados emissarios espalhados por todo o Brazil.

O facto de rebelião com as armas na mão oferece o mais authentico corpo de delicto e a prova mais decisiva de sua aggressão.

Exige pois a segurança publica que sejam suffocados na sua origem estes principios da anarchia punindo os réos em uma commissão militar, com tanto que nella se guarde a ordem do processo natural, e que os réos sejam ouvidos e convencidos, sem o que ninguem deve ser castigado. De outra maneira.... (*Não ouvirão mais os tachygraphos.*)

O Sr. Vergueiro:—Collige-se d'um extenso discurso (*horrivelmente atassalhado pelo tachygrapho*) que o illustre deputado, approvando a 2^a parte da lei, reprovava a 1^a. Comparando as circumstancias de Portugal quando promulgou a lei de 21 de Março com as do Brazil, declarou que não achava semelhança. Que as cōrtes de Portugal bem sabião que era impossivel a conquista deste paiz, mas que só lhe applicavão aquella lei para semear a discordia de que devião nasecer males horriveis e a desgraça final das provincias. Que adoptando-se esta lei succederião por nossa culpa os mesmos desastres de que os nossos inimigos nos querião vêr victimas para satisfação da sua vingança. Que os odios particulares produzirão mil dissensões e rixas, a que se daria por motivo o bem da patria, a defesa da causa da independencia. E que finalmente se lerão para juizes de laes processos os homens menos proprios para julgadores, os que estavão acostumados a decidir as questões á ponta da espada. Concluindo de tudo isto que devia ser rejeitada a 1^a parte do projecto e passar á discussão sómente a 2^a.

O Sr. Alencar:—(*Não se entendeu o tachygrapho.*)

O Sr. Souza Mello:—Hontem expuz quanto me pareceu conveniente contra a primeira parte do projecto de lei marcial e de repre-salia para que só nesta ultima passe á 2^a discussão; e querendo responder ao menoscabo que fez o Sr. Antonio Carlos sobre a idéa de presunção que elle percebeu em um dos

periodos do meu discurso, não tive lugar antes de dada a hora, por mais que pedisse a palavra, em razão de durar outro longo debate.

Agora me levanto firme nos mesmos princípios, e declaro ao nobre deputado e à assembléa que não é a presunção em grau de prova para a condenação quem me faz considerar o projecto como irritante, eu fallo da razão da lei; isto é, da razão pela qual o projecto quer estabelecer as comissões militares presumindo insurreições como se vê no 1º artigo. Eis a presunção de que fallei e com cuja doutrina não me posso conformar no estado presente.

Bem conheço que o prevenir é um fim da lei, mas nós não estamos em tempos ordinários, estamos em comissões políticas, aonde as leis devem curvar-se ás circunstâncias.

Todos sabem que em Portugal se tem afirmado que a independencia do Brazil começou e tem marchado por facções e interesses particulares; mas entretanto sabemos que ella começou e tem marchado por vontade geral e livre do Brazil em vingança de seus direitos postergados; por consequencia não é lícito que appareção medidas donde se tirem illações para provas daquella afirmativa.

O grande caso, Sr. presidente, é que se tomem medidas de represalia e outras belli-cosas contra Portugal e suas facções que nos perseguem; quanto porém ás povoações do Brasil, nenhuma quer unir-se á Portugal, e quando hajão por ellas espíritos perversos, sejão punidos como traidores pelas leis existentes e nada innovemos que pareça assustador.

Como houvessem outros Srs. deputados que quizessem fallar e estivesse chegada a hora da leitura dos pareceres de comissões, declarou o Sr. presidente novamente adiada a discussão.

O Sr. SECRETARIO CARNEIRO DE CAMPOS, por não haver parecer novo, leu o da comissão de fazenda sobre o requerimento de D. Maria Ursula de Siqueira adiado na sessão antecedente.

O Sr. Arouche Rendon:—Sr. presidente, custa a dar um parecer em qualquer comissão e sobretudo na comissão de fazenda; e porque será isto? E' porque não estamos todos nos mesmos dados.

A comissão viu o requerimento da supplicante e vio um decreto que concede a D. Anna Francisca de Paula metade dos soldos de seu marido, como remuneração dos serviços militares delle.

Não mostra a supplicante que seja filha daquella a quem se fez a mercê; não mostra que seja a unica herdeira; que seja a identica; e emfim não mostra o falecimento de sua mãe.

Julgou a comissão que não tinha obrigação de suprir estas fallas por não ser procuradora da presidente; nem de julgar se a mercê feita á mãe transcende á filha, e ainda menos de dar conselhos; julgando apenas do seu dever encaminhal-a para os meios que a lei lhe permite quando supponha tenha direito.

O Sr. Ribeiro de Andrade:—(Não se entendeu o tachigrapho)

O Sr. França:—Queira V. Ex., Sr. presidente, mandar ler o decreto. (Leu-se o decreto e continuou o orador.) Neste decreto temos uma mercê concedida á mulher de um oficial militar, em remuneração de serviços de seu marido falecido.

Bem: mas segundo as leis existentes pelas quaes se regulão, ou se devem regular semelhantes mercês, pertencia a metade desta aos filhos do dito militar; por ser partível entre a viúva e herdeiros a acção de pedir a remuneração de quaisquer serviços acondicionados para entrar em decretamento; como o são os das armas. A viúva agraciada todavia não chegou a gozar da mercê; e uma filha della e do desfunto marido, pede a verificação da mesma mercê na sua posse.

A illustre comissão informante diz que a supplicante deve requerer pelos meios legítimos, fazendo decretar os serviços; mas eu sou de diverso parecer, olhando a questão nos precisos termos, em que cuido deve ser considerada.

A justificação de quaisquer serviços nada mais é do que um processo informatorio, no qual se declara por sentença afinal se as fés de officio e mais documentos comprobatorios dos serviços são verdadeiros; e se á estes compete o direito remuneratorio que habilita a acção de pedir a mercê correspondente pela estação respectiva.

Se o monarca porém conhece aliás por outra qualquer via a veracidade dos mesmos serviços e os remunera, como no caso presente se praticou, não ha que andar para traz a exigir um acto, sómente estabelecido pela lei para se haver por elle o conhecimento que aliás já se houve; salvo se supuzermos que a falta da justificação ordinaria induz nullidade na mercê feita; o que se não pode conceder.

Não ha pois aqui que decretar serviços que estão já remunerados; o que importa saber e declarar é se esta supplicante tem direito a participar dessa remuneração que não aproveitou á viúva sua mãe, a quem se conferira solidariamente. Eu já disse que a acção de pedir remuneração de serviços era partível por direito entre a viúva e herdeiros daquelle que os tinha feito.

A mercê pois que agraciou a viúva mãe

da supplicante com todo o equivalente da remuneração, privou e esbulhou a esta (e aos mais herdeiros se os houverem) da quarta parte que nella lhes devia caber; á qual cumpre que sejam restituídos competentemente; quero dizer depois de habilitado o seu direito successorio: emendando-se o erro com que a dita remuneração se fez.

Concluo, portanto, que o negocio se remetta ao governo para conferir á supplicante depois de habilitada a parte que lhe respeita na mercé e que a principio lhe devia logo ser attendida: observando-se a lei.

O Sr. Carneiro de Campos:—Levanto-me para fazer algumas reflexões sobre o que disse um Sr. deputado; e para maior clareza, tratarrei da mercé feita á mãe da supplicante e depois da que esta pretende obter, sobre o que propriamente reache o parecer da comissão.

As mercês conferidas ás viúvas de officiaes militares do inicio soldo que tinham seus maridos, não erão destinadas a remunerar serviços; o sim principal destas mercês era prestar um auxilio á viúva de um cidadão que tendo consumido a sua vida no serviço, do estado, não tinha podido deixar por sua morte sua mulher segura e salva da miseria.

Por isso não se exigiam para estas mercês as formalidades proprias das remunerações, nem se olhava para os annos de serviço, nem para a patente do marido; sómente se procurava saber se o serviço tinha sido feito sem nota, e se a viúva era com effeito pobre. Estas graças suprião a falta do monte-pio, que não se estabeleceu no Brazil; pois não podia ser indiferente ao paternal e benefico coração do Senhor D. João VI, a desgraçada sorte das mulheres e filhas dos que se propunham a derramar o seu sangue em defesa da patria e por tão mesquinho soldo, com que mui escassamente podiam sustentar a vida e de nenhuma sorte economizar, para deixar um patrimonio em socorro da viuvez e orphandade.

Ao principio concederão-se estes meios soldos sem captivar serviços, mas ao depois reflectiu-se no quanto vinha a ser pesado ao thesouro publico dar, além deste auxilio, a remuneração que não se podia negar, quando estas mesmas viúvas já socorridas mostravão que lhes competia; e por isso tomou-se o expediente de captivar os serviços remuneraveis com esta mercé, na qual bem que subsistisse ainda a razão primaria do auxilio á indigencia com este fundamento se continuasse a não se exigirem as formalidades dos regimentos das mercês, não se duplicava a graça, pois a do meio soldo entrava em linha de conta para se abater na pensão ou tença conferida em remuneração. Ora, isto não ofendia, como se

tem entendido, aos direitos dos mais herdeiros do official; estes conservavão sempre o seu direito salvo, porque a compensação recahia sómente sobre a parte que tocaria á viúva pela sua meiação; podia sim o thesouro publico com o meio soldo ter dado mais á viúva, mas este excesso não desfaleava a porção dos filhos.

O decreto que acabamos de ouvir, passado á mãe da supplicante, não está bem concebido, devêra ser redigido desta maneira:—*ficando esta mercé contemplada como remuneração, para ser deduzida na que mostrar pertencer-lhe pelos serviços de seu falecido marido.*—Dadas estas noções tratemos agora da pretenção da supplicante, filha da viúva agraciada; e considerada a sua súplica segundo os principios de justiça, eu não posso deixar de concordar com os que estabelece a comissão no seu parecer.

A supplicante não tem rigoroso direito ao que se conferiu á sua mãe por beneficencia, pois o não haver-se verificado não muda a qualidade pessoal da graça; o direito legitimo de que se pôde valer é o da remuneração, no caso de lhe compelir; e para mostrar que lhe compete deve habilitar-se, como indica o parecer da comissão, menos com o decretamento, porque este não é preciso para se obter a competente remuneração; é sómente um inicio para não correrem os annos da prescrição.

Porém o que eu collijo do requerimento, é que a supplicante não pede remuneração, nem pretende valer-se do direito estricto, requer sómente que lhe seja applicado o auxilio concedido á sua mãe, e que não teve execução, allegando achar-se nas mesmas circumstancias de pobreza, e ser filha de um cidadão que fez serviços ao estado; pois também pelo principio que expendi da falta do monte-pio erão igualmente attendidas as filhas solteiras sem se exigirem as habilitações do regimento das mercês; e sobre isto é que verdadeiramente deveria recalhar o parecer da comissão.

O Sr. Andrade Machado:—Eu quero fallar para fulminar contra as idéas que vejo enunciar sobre fazenda publica. Cuida-se que se podem dar esmolas da fazenda publica, e eu ainda não encontrei este principio em nenhum publicista.

Os impostos são destinados para as despezas da nação, para se pagar a quem a serve; e quem não faz serviços não tem direito a pagamentos. Nós não somos como o Sr. rei de Portugal que dava esmolas a quem queria, e como lhe parecia; isto já se acabou; a lei não manda dar esmolas a ninguem. Se continuassemos nessa pratica toda a gente pobre nos viria dizer—quero ser sustentado pelo thesouro publico.—Se o Sr. rei D. João VI dava esmolas, ou se remunerava serviços, que

lhe não constavão pelos meios legaes, violava as leis em qualquer dos casos ; e nunca pelo meu voto se continuarão tæs abusos, ainda que viessem de tão grande autoridade ; para acabar com os abusos é que nós estamos aqui reunidos.

As remunerações dão-se pelas maneiras e nos termos prescriptos pelas leis ; e não nos compete despender da fazenda publica a favor deste ou daquelle individuo contra o que a lei manda. Estou certo que os filhos têm direito a pedir a remuneração dos serviços dos pais ; o que digo é que não há de ser remunerados a título de esmola, mas pela fórmula que as leis determinão.

O Sr. Carneiro de Campos : — O illustre deputado diz, que a fazenda publica não é para esmolas ; eu não digo que se despenda toda a fazenda publica em esmolas ; mas não posso concordar com a generalidade da proposição do illustre preopinante, e a considero contraria à natureza da sociedade civil, à humanidade e à religião que professamos.

O contracto social é sinallagmático ; nós prestamos serviços à sociedade, e della esperamos auxílios ; só uma doce reciprocidade de bons ofícios a pôde manter ; ella fallaria ás obrigações que tem contrahido com os seus membros, e se constituiria leonina, se depois de haver delles obtido serviços os deixasse perecer á mingoa, ou as suas famílias.

A natureza não collocou debalde o sentimento da piedade nos nossos corações ; a compaixão que tão vivamente penetra as nossas entranhas á vista da miseria e desgraça dos nossos semelhantes, é a expressão da lei, que nos impelle a ir em seu socorro ; é o grito da humanidade que reclama os auxílios que estiverem nas nossas possibilidades.

Os homens não podem abrogar ou alterar por suas instituições as leis naturaes ; os deveres que nos impõe a natureza como individuos, conservão-se tambem no corpo moral, adquirem a maior força e se constituem mais estrictos pela maior cópia de meios para os executar.

Se a sociedade domestica não desampara a qualquer dos membros da sua família, tambem a sociedade civil, a grande família, em quem todas as mais famílias se têm fundido, não deve deixar em desamparo os seus membros, muito mais aquelles que lhe fizerão serviços prestantes. A religião que felizmente professamos, fundada toda na caridade, ordena mui positivamente o auxilio da indigencia.

As nações civilisadas não têm desconhecido esta obrigação, promettendo em suas constituições estabelecimentos de beneficencia e caridade. A França, e especialmente a Inglaterra, muito se distingue por estes beneficos asylos da desgraça e pobreza, praza aos ceos que nós

tivessemos já para as despezas do nosso imperio a somma, a que monta annualmente em Inglaterra a contribuição, ou imposto dos pobres ! Eu não quero todavia que com semelhantes recursos se anime a ociosidade, nem se promova a prodigalidade, ou ao menos se desalente este espirito de economia, que faz solicito o homem industrioso e prudente em accumular um peculio, para fazer face aos accidentes infelizes e imprevistos da vida.

A caridade deve ser bem ordenada ; della não devem resultar abusos e males á sociedade que a exercita ; contra estes abusos é que se levantão os bons publicistas e economistas politicos : cortem-se, ou previnão-se os abusos, empreguem-se com discrição os actos de beneficencia, mas não se diga que a fazenda publica não é para esmolas.

Se muitos dos miseraveis indigentes devem a sua desgraça á vicios, ou á uma vida pouco regulada pela prudencia, muitos ha cuja infelicidade provém necessariamente da maneira com que se acha estabelecida a ordem social. Se as suas enfermidades, a sua pobreza são obras das instituições sociaes, o estado lhes deve soccorros; muito mais n'uma nação, como a nossa, em que á excepção das casas da misericordia insuficientes para todos, não ha outras instituições caridosas, como monte pios, hospícios de invalidos, e até mesmo dos que lhes falta trabalho, para se poderem manter.

E por ventura a pobreza em que deixa um militar a sua familia, não nasce da instituição social ? Pôde elle economisar n'um tão mcsquinho soldo, que nem chega para a sua manutenção ? A sua vida, toda occupada no serviço activo do estado, lhe deixa por ventura algum tempo disponivel, para emprego decente, donde lhe possa provir um peculio em socorro da sua familia ? Não certamente. Pois a nação não deve ser surda aos clamores das viuvas e orphãos, que por terem seus maridos e pais servido ao estado, as deixarão em desamparo. Portanto não se despenda a fazenda publica em esmolas, mas della venha também algum socorro aos infelizes.

Se o estado não tem para estas despezas ; muito bem : quem não tem para si, não pôde dar esmolas ; mas afirmar-se com tanta generalidade que o producto das imposições em um estado, aonde não ha uma renda privativa para estes auxílios, neilles se não pôde empregar, e que os soccorros forão indiscutivelmente empregados, porque se conferirão sem precederem habilitações na fórmula do regimento das mercês ; não concordo. Se os impostos são marcados e destinados para o serviço publico, é este um serviço publico que deve ser suprido pelos impostos, quando não ha outros estabelecimentos que o desonere deste encargo. A idéa de que estes auxílios se violavão as

leis, nasce de se confundirem remunerações com soccorros ou esmolas.

Já dei a razão porque não se exigão as formalidades do regimento das mercês. Era uma medida provisória para suprir a falta do monte-pio; tratava-se de o estabelecer, sem os defeitos reconhecidos no de Portugal; aqui está presente um illustre deputado, que foi encarregado pelo ministerio de organizar um plano para este estabelecimento: elle satisfez á esta incumbencia, e outros mais planos houverão, que, se bem me recordo, forão remetidos ao conselho supremo militar; mas nenhum foi adoptado até agora, talvez por estas pretenções de utopias, que só servem para embaraçar tudo e perpetuar os males que nos opprimem.

• Não se propunha, torno a dizer, a remunerar serviços, o sim era soccorrer a miseria, mas nem por isso este negocio se tratava sem a menor circunspeção, como inculca o illustre preopinante; ajuntava-se a fé de officio, que é o documento o mais authentico e legal dos serviços de um militar; por ella se conhecia o tempo do serviço e se tinha nelle procedido sem nota; informava-se do estado de pobreza em que se achava a familia, e até, se esta residia nas provincias era ouvido o respectivo governador.

Portanto havia o que é bastante para se conhecer, se erão pobres e se pertenciam a quem realmente havia servido sem nota; e ainda que se captivasse os serviços, como ultimamente se praticava, não se exigão mais habilitações, não só porque estas devião ter lugar quando effectivamente se pedisse a remuneração, como tambem porque são tão dispendiosas, que exigil-as de pessoas pobres, que pedem um subsídio para se alimentarem, seria o mesmo que recuzar-lh'o e deixal-as desamparadas.

Julgou-se a materia discutida, e posto o parecer á votação, foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE assignou para ordem do dia: 1º, o projecto dos governos provincias: 2º, o projecto da lei marcial; 3º, segundas leituras de projectos, e regimentos da assembléa.

Levantou-se a sessão ás duas horas da tarde.—*Manoel José de Souza França.* »

Sessão em 14 de Julho (*)

PRESIDENCIA DO SR. CAMARA

Reunidos os Srs. deputados pelas 10 horas da manhã fez-se a chamada, e acharão-se presentes 53, faltando por doentes os Srs. Rocha

Franco, Rodrigues Velloso, Martins Bastos, Araujo Gondim, Ferreira Barreto, Paula e Mello, Percira da Cunha, Marianno Cavalcanti, e sem causa participada os Srs. Duarte Silva e Ribeiro de Andrada.

O SR. PRESIDENTE declarou aberta a sessão, e lida a acta da antecedente foi aprovada.

O SR. SECRETARIO CARNEIRO DE CAMPOS leu o seguinte officio do ministro de estado dos negocios da justiça:

« Illm. e Exm. Sr.—Sua Magestade o Imperador, sendo-lhe presente o aviso de V. Ex. de 30 do mez proximo passado, que acompanhou o requerimento de Ignacio Rodrigues e outros, que pretendem continuar pelo meio de revisão, a causa de sua liberdade em que têm contendido com Agueda Caetana, sua pretendida senhora: houve por bem mandar expedir as convenientes ordens ao chanceller da casa da supplicação que serve de regedor, para que os supplicantes fossem postos em poder da supplicada até final sentença, assignando ella termo de não dispôr delles, de os não seviciar e de conceder-lhes os dias do estylo para tratarem da sua causa, cujo prosseguimento fez tambem recommendar ao zelo e caridade da mesa da santa casa da misericordia. O que de ordem do mesmo augusto senhor participo a V. Ex. para levar ao conhecimento da assembléa geral constituinte e legislativa.

« Deus guarde a V. Ex.—Paço, em 11 de Julho de 1823.—*João Vieira de Carvalho.* Sr. José Joaquim Carneiro de Campos. »— Ficou a assembléa inteirada.

Declarou depois ter recebido do Sr. Ferreira Barreto a participação de lhe continuar a falta de saude, pedindo ao mesmo tempo a prorrogação da sua licença por mais 20 dias.—Forão-lhe concedidos.

O SR. PRESIDENTE disse que estava á porta do salão o Sr. deputado pela província de Goyaz, Silvesbre Alves da Silva, e sendo introduzido na fórmula do costume, prestou o juramento e tomou assento no congresso.

Passando-se á ordem do dia, entrou em discussão, o art. 12 do projecto dos governos provincias, sobre o qual já ficará na sessão antecedente vencida a 1ª parte da emenda do Sr. Andrada Machado, e como nenhum dos Srs. deputados pedisse a palavra para fallar sobre a 2ª, o Sr. presidente a pôz á votação e foi igualmente aprovada.

Propôz mais se os conselheiros dos governos provincias serião responsaveis pelas suas deliberações em conselho na fórmula das emendas ou additamentos dos Srs. Henriques de Rezende e Arouche Rendon. Venceu-se que sim.

Seguiu-se o art. 13 com as respectivas emendas dos Srs. Andrada Machado, Percira da

(*) Nesta sessão escreveu um só tachygrapho e por mui pouco tempo.

Cunha, Rocha Franco, Paula e Mello e França.
(Veja-se a sessão de 20 de Junho.)

O Sr. Andrada e Silva:— Peço a palavra para lêr um additamento que julgo necessário fazer ao art. 13 que está em discussão.

ADDITION

“ Accrescentar ao n.º 9:— e a colonisação de estrangeiros.

“ Promover a laboração das minas e o estabelecimento de fabricas mineraes nas provincias metalliferas.—Andrada e Silva.”—Foi appoiado.

O Sr. Arouche Rondon:— Sr. presidente, seu do mesmo parecer do illustre deputado, o Sr. Andrada e Silva, não só porque são muito obvias as materias que elle offerece como additamento, mas tambem porque o meu parecer em geral é que as provincias dependão menos da corte; devemos arredar de nós o antigo systema de chamar tudo á corte, de fazer as provincias dependerem della ainda em negocios minimos, do que resultava tirar dos seus lares os provincianos a grandes distancias, chamar a riqueza á corte e empobrecer as provincias; resultava disto crescer a capital e desinharem-se as provincias; era por isto que Portugal era um monstro, porque tinha uma cabeça desproporcionada a seu corpo.

Portanto voto por aquellas ; attribuições e offereço mais outro additamento, *scilicet*, que especificamente seja da obrigação do governo abrir novas estradas que forem necessarias e conservar as que existem; porque, Sr. presidente, ainda que pareça que este dever está ligado com a obrigação de promover o commercio, o qual não pôde existir sem estradas, comtudo elles são tão necessarias que eu propoelho que expressamente seja um dever do presidente e seu conselho. Todos sabemos que as provincias centraes sem bons caminhos nada podem exportar, e que por conseguinte ficão impedidas as fontes de sua riqueza que toda nasce da agricultura. Eu mando á mesa a minha

EMENDA

“ Art. 13 § 5º Que nas attribuições encarregadas aos governos provincias se especifique o cuidado de promover a abertura de melhores estradas e conservação das existentes —Arouche.”—Foi appoiada,

O Sr. ANDRADE LIMA offereceu tambem a seguinte

EMENDA

“ O conselho terá á sua disposição, para desempenho das suas funções a oitava parte do rendimento total da provincia.

“ Paço da assembléa, 14 de Julho de 1823.—Andrade Lima.”—Foi appoiada.

O Sr. ANDRADE E SILVA pediu novamente a palavra e offereceu esta

EMENDA

“ N.º 14 do art. 13.—Determinar por sim as despezas extraordinarias, não sendo porém estas determinações postas em execução sem prévia approvação do imperador; e quanto ás outras determinações do conselho, serão obrigatorias enquanto não forem revogadas e se não oppuzerem ás leis existentes.—Andrade e Silva.”—Foi appoiada.

O Sr. Henrques de Rezende:— Creio que será necessário que se mude no § 4º. do art. 13 a palavra *cuidar* para *propôr*; porque dizendo-se que é atribuição do conselho cuidar que se estabeleçam camaras, pôde o conselho entender que fica autorizado para creal-as, até porque o nobre autor do projecto dizendo no § 10—cuidar em promover o bom tratamento dos escravos—autorisa-o para effectivamente fazê-lo, e quando quer que o conselho só represente, usa do termo *propôr*. Além disto tambem proponho que na emenda do Sr. Andrada e Silva se diga que as despezas extraordinarias serão aprovadas pela assembléa e não pelo imperador, como a emenda diz; porque isto seria deixar uma porta aberta para o poder executivo meter a seu arbitrio a mão nos cofres da nação, o que é contrario aos principios constitucionaes e tambem porque esta é a marcha que se tem seguido desde o principio e que é de direito que se siga. Eu mando á mesa a seguinte

EMENDA

“ Proponho que no art. 4º se mude a palavra *cuidar* em a palavra *propôr* á assembléa. E na emenda do Sr. Andrada e Silva, que as despezas extraordinarias sejam aprovadas pela assembléa: salva a readacção.”—Foi appoiada.

O Sr. França:— Parece-me haver uma grande falta na enumeração que fazemos das attribuições dos conselhos das provincias, e vem a ser a divisão das terras devolutas entre os individuos da classe agricultora. As leis por que nos temos regido até o presente conferiu a jurisdição competente para esta divisão aos antigos governadores das mesmas provincias; ficando as suas datus dependentes de confirmação, que se lhes dava pela mesa do desembargo do paço.

Cessando porém agora com a extinção dos ditos governadores o exercicio desta particular jurisdição, que aliás é de summa necessidade, pois que o aproveitamento das terras incultas e dilatação da nossa laboura é o

ramo que presentemente nos faz ricos e opulentos; entendo que é indispensável providenciar, para que se não interrompa a correnteza das concessões ao dito respeito; e como ao conselho das províncias temos atribuído o entender em negócios de pública prosperidade, cuido que também lhe podemos acumular a divisão das terras devolutas por meio de cartas de sesmarias passadas segundo a legislação existente: oferecerei portanto ao art. 13 o seguinte

ADITAMENTO

« Entre as atribuições do conselho se deve assignar — a concessão das sesmarias ou divisão das terras entre a classe agricultora, incumbindo ao presidente os despachos preparatórios para a concessão das mesmas sesmarias. — *França.* »

— Foi apoiado.

O Sr. ALMEIDA E ALBUQUERQUE ofereceu também a seguinte

EMENDA

« Dar parte á assembléa dos excessos de autoridade e abusos de jurisdição e dos successos extraordinários na província. — *Albuquerque.* »

— Foi apoiada.

Suscitou-se a questão se conviria dar aos presidentes em conselho a autoridade de conceder sesmarias posto que no projecto se não fallasse desta atribuição.

O Sr. AROUCHE RENDON pediu a palavra e disse: — Se eu julgar do estado de todas as províncias pela minha, posso afirmar que convém por ora suspender a concessão de sesmarias. Em S. Paulo, Sr. presidente, tem-se concedido tantas sesmarias e com tanta facilidade que tem produzido grandes males, tais são: 1º, acharem-se muitas terras sem cultura alguma, sendo preciso aos lavradores pobres fugir do povoado para o sertão a lavrarem terras maninhas. Isto é um mal, porque nos convém ter mais perto dos portos de mar a lavoura, e não a tão grande distância que só serve para o sustento de seu dono não tendo a quem vender o seu excedente; 2º, concederem-se aos que pedem terrenos já concedidos a outros, sem primeiro os julgar devolutos, e sobretudo com tanta incerteza e confusão que nenhuma sesmaria se pôde medir e demarcar sem muitos litígios com os diferentes confinantes. Portanto é o meu parecer que se declare que a atribuição de conceder sesmarias pertence aos governos provinciais, mas que interinamente fiquem inhibidos de as conceder enquanto se não publicar uma lei regulamentar sobre a matéria.

O Sr. PRESIDENTE: — A discussão está adiada pela hora; amanhã se continuará.

O Sr. Araújo Lima: — Sr. presidente, eu

julgo que seria conveniente continuar a discussão nesta parte da matéria; porque do contrário resultará o que vemos acontecer ordinariamente nos assumptos de que temos aqui tratado, isto é, adiando-se de uns dias para os outros, faz-se a discussão interpoladamente, escapa uma lembrança por que não houve tempo de a expender, e acumulam-se muitas vezes emendas por se ter perdido no dia seguinte o fio da discussão; portanto sou de opinião que concluamos esta matéria hoje, ficando para amanhã o tratar-se, na primeira hora, do projecto da lei marcial a que devíamos agora passar, segundo a ordem do dia.

O Sr. Andrada e Silva: — Eu opponho-me não só por estar dado para a ordem do dia o projecto da lei marcial, mas porque sobre elle já tanto se tem fallado que pouco mais restará do que decidir se passa ou não á 2ª discussão, e por isso o tempo que ainda nos resta basta para concluirmos a 1ª, em que já estamos há duas sessões, propondo-se duvidas no que é claro e não admite debate, e fazendo-se assim as discussões eternas.

O Sr. ALENCAR: — O que eu peço, Sr. presidente, é que se decida se continua ou não, a discussão, porque temos muito que fazer.

O Sr. ANDRADA MACHADO: — Em verdade é preciso que a assembléa decida; alguns Srs. deputados querem fallar; e portanto ou continua a discussão, ou fique adiada.

O Sr. PRESIDENTE propôz se continuava a discussão do projecto dos governos provinciais; e decidiu-se que sim.

O Sr. VERGUEIRO pediu a palavra e mandou á mesa a seguinte

EMENDA

« Proponho 1º. Que se suspendam as datas de sesmarias.

« 2º. Que a comissão de agricultura propõa um projecto de lei sobre as terras públicas contendo providências para o preterito e regras fixas para o futuro. — *Vergueiro.* »

Depois de algum debate, julgou-se que a emenda do Sr. Vergueiro era propriamente uma indicação, e que devia como tal ficar reservada para em tempo opportuno se tomar em consideração.

A este tempo compareceu na sala o Sr. Ribeiro de Andrada e tomou o seu assento.

Julgando-se suficientemente discutida a matéria, propôz o Sr. presidente á votação a emenda que o autor do projecto substituiria ao artigo original; e aprovou-se a doutrina da emenda até ao § 3º, acrescentando-se á palavra — prizões — as seguintes — casas de correção e trabalho.

Propôz o § 4º e venceu-se substituindo-se na redacção ao verbo *cuidar* o verbo *propôr*

conforme a emenda do Sr. Henriques de Rezende.

O 5º venceu-se com o additamento do Sr. Arouche.

O 6º venceu-se sem emenda.

O 7º como estava redigido.

O 8º venceu-se acrescentando-se da emenda do Sr. Almeida e Albuquerque a parte que diz—e dos successos extraordinarios da província.

O 9º venceu-se com o additamento do Sr. Andrade, e Silva que diz—e a colonisaçao dos estrangeiros; —e com o outro paragrapo do mesmo additamento que diz—promover a laboração das minas e o estabelecimento de fabricas mineraes nas províncias metalliferas.

O 10º foi aprovado.

O 11º venceu-se acrescentando-se — vindo as contas ao conselho fiscalisadas pelo corregedor da comarca respectiva.

O 12º venceu-se emendado do seguinte modo —que o conflito de jurisdiçao que houver entre o presidente da província e outra qualquer autoridade, seja decidido pela relação do distrito.

O 13º venceu-se como estava redigido.

O 14º conforme a emenda do Sr. Andrade e Silva na redaçao.

Propoz então :

A emenda do Sr. Henriques de Rezende: foi rejeitada.

A do Sr. Andrade Lima: foi aprovada.

A do Sr. Pereira da Cunha: julgou-se prejudicada.

A do Sr. França: foi rejeitada.

A do Sr. Rocha Franco: foi aprovada na 2ª parte que trata da suspensão do comandante militar quando inste a causa publica.

A do Sr. Paula e Mello: foi rejeitada sómente pela redaçao; como se julgasse digna de votação parte da sua doutrina, o Sr. Andrade Machado a redigio nos termos seguintes:

« Attender às queixas que houverem contra os funcionários publicos, mórmente quanto à liberdade da imprensa e segurança pessoal, e remettel-as ao imperador informando-as; presidindo o vice-presidente no caso de serem as queixas contra o presidente.—O deputado Antonio Carlos Ribeiro de Andrade. » — Foi apoiada.

Sobre ella fallarão alguns Srs. deputados; e o Sr. Araujo Lima propoz que se acrescentasse o seguinte—determinando-lhes o cumprimento das leis.

Posta á votação a emenda do Sr. Andrade Machado foi aprovada; e o additamento do Sr. Araujo Lima rejeitado.

Terminada a discussão, pedio a palavra o Sr. secretario Carneiro de Campos para lér o seguinte boletim do cirurgião assistente de Sua Magestade o Imperador.

« Sua Magestade Imperial passou com melhora progressiva, desde sabbado até ao dia

de hoje, dormindo bem, e todas as funcções em estado natural. Renovou-se hontem o apparelho, e achamos não só a parte bem figurada, estando os extremos osseos em processo unitivo adiantado, como tambem os lugares correspondentes ás fracturas menos tensos e menos dolorosos: tudo coincide com a facilidade, com que Sua Magestade Imperial já executa certos movimentos.—Paço da imperial quinta da Boa Vista, 14 de Julho (14º dia de molestia) de 1823:—O cirurgião da imperial camara, e assistente a Sua Magestade o Imperador. — Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto. »

Foi ouvido com muito especial agrado.

O SR. PRESIDENTE assignou para a ordem do dia: 1º A continuação da 1ª discussão do projecto da lei marcial: 2º O projecto sobre os governos provincias: 3º Segundas leituras de propostas.

Levantou-se a sessão ás 2 horas da tarde.—Manoel José de Souza França, secretario.

Sessão em 15 de Julho

PRESIDENCIA DO SR. CAMARA

Reunidos os Srs. deputados pelas 10 horas da manhã, fez-se a chamada, e acharão-se presentes 59, faltando por doentes os Srs. Gomide, Rodrigues Velloso, Martins Bastos, Ferreira Barreto e Silveira Mendonça.

O SR. PRESIDENTE declarou aberta a sessão, e lida a acta da antecedente foi aprovada.

Vierão á mesa e forão lidas as seguintes declarações de voto, que se mandarão inserir na acta.

1.º « Declaro que na sessão de hontem votei para que não passasse o corollario 13 do art. 13 relativo á suspensão dos magistrados pelos presidentes das províncias. Paço da assembléa, 15 de Julho de 1823.—O deputado Fernandes Pinheiro. »

2.º « Declaro que na sessão de hontem votei contra a suspensão do chefe da força armada pelo conselho provincial. O deputado Antonio Carlos Ribeiro d'Andrade—Andrade e Silva. —O deputado Costa Aguiar. »

3.º « Declaro que votei contra a suspensão dos governadores d'armas pelo presidente em conselho; e igualmente contra a autoridade dada ao conselho de applicar a oitava parte das rendas da província aos melhoramentos della.—Ribeiro d'Andrade. »

//Por não haver expediente passou-se á ordem do dia, isto é, ao projecto da lei marcial. (Veja-se a sessão de 1º de Julho.)

O SR. Ribeiro de Andrade:—Eu tinha determinado não fallar sobre esta materia; mas ouvi na discussão passada certos princípios

que podem illudir incautos, e julgo que seria responsavel a meus constituintes se não procurasse mostrar a futilidade de tacs argumentos. Ovi hontem taxar esta augusta assembléa de fazer uma lei injusta e barbara ; mas todos os legisladores sabios procurão prevenir os crimes ; e quando se trata de tomar cautelas contra os designios dos inimigos, tendo-se para isso solidos fundamentos não sei que se mereça o título de injusto e deshumano ; o nobre deputado que assim criminou a assembléa não reparou que as circumstancias em que nos achamos pedem remedio efficaz e immediato, e que não vamos fazer, adoptando o projecto, senão o mesmo que os nossos inimigos pretendem fazer contra nós. O decreto das côrtes de Lisboa, fulminado contra essa desgraçada província que está, pela sua cega credulidade, sofrendo inauditas violencias e calamidades, declara rebeldes as nossas briosas povoações, e communica-lhes penas julgando-as em conspiração !

Eu não sei qual será o perfido e malvado cidadão que intentará illudir nossas tropas para nos sujeitarmos ao jugo, desses que por tantos tempos nos agrilhoáram ; mas se o houver, brasileiros ! não vos deixeis enganar por estratagemas estudados, e falsos pretextos que vos levarão á ultima ruina, á perda da nossa independencia. Nenhum homem de brio se curva ao seu adversario ensurcrido para receber delle os golpes que lhe quizer dar em vez de lhe resistir ; nenhuma nação atacada, e que pôde repellir o seu inimigo, se lhe apresenta submissa e tranquilla para o receber em seu territorio. Confesso, Sr. presidente, que é para mim incomprehensivel como se entende que não devemos empregar todos os meios de desesa quando se tramão conciliações contra nós, quando se tenta lançar por terra o magestoso edifício da nossa emancipação !

Ha de o governo de Portugal ser autorizado para nos perseguir e insultar, sem attenção a nossos sagrados direitos, e havemos estupidamente sofrer seus ultrages e aggressões sem usar dos meios que todas as nações admitem em iguas circumstancias ! Eu não posso descobrir uma só razão solida que justifique semelhante procedimento. Disse um nobre deputado que se approvassemos a primeira parte do projecto, dirão os nossos inimigos que a nossa independencia não era effeito da vontade unanime dos povos, mas sim de uma facção ; eu não duvido que elles o digão ; mas não creio que isto destrúa as razões que temos para pôr em prática as medidas estabelecidas na 1^a parte do projecto. Sem elas nada faremos.....

Não sei, á vista disto, como ha quem diga que não é urgente a sua materia ; eu a julgo urgentissima ; julgo que ainda não apareceu nesta assembléa um projecto cuja materia fosse tão recommendavel, nem que o appro-

val-a fosse de tanto interesse ao Brazil. O primeiro cuidado de uma nação é a sua existencia ; e devemos lembrar-nos que enquanto estamos a debater razões pró e contra, perdemos talvez o mellor tempo de o pôr em execução ; e depois de nada valem nem desculpas nem arrependimentos.

O Sr. Fernandes Pinheiro : — Membro da commissão especial, encarregada de formar este projecto de lei, julgo de meu dever entrar tambem com o meu pequeno contingente em sua desesa.

Antes de encetar a materia, releva-se-me huma simples declaração ; quando se elegeu esta commissão para tomar com urgencia em consideração o objecto da mensagem de Sua Magestade Imperial, que acabava de expôr-se neste salão, eu mesmo estive para fazer a moção de que o momento immediato era o menos proprio para deliberar ; agitados como estarião os animos com a recordação e ressentimento das injustiças dos nossos adversarios, cheguei a receber a reacção: atestoo porém com satisfação, a commissão foi hum campo neutro, cada membro se esmerou em equilibrar a justiça com a humanidade, era por todos applaudido aquelle que lembrava e apresentava um artigo mais doce em opposição a outro mais duro, e cruel do decreto das demagogicas côrtes de Lisboa : e é este projecto formado na calma das paixões, que alguns illustres membros taxão de intempestivo, injusto, barbaro e impolítico ? E' para mim uma prova mais do quanto é difícil uniformar as idéas dos homens, ainda sobre a mais evidente razão.

Passo ao assumpto ; para convencerem de intempestivo este projecto até o artigo 8º era preciso que começassem por demonstrar ser impossivel, pelos menos difícil de verificar-se, a hypothese do art. 1º, mas tão longe de o provarem, infelizmente já o experimentámos, quando as duas províncias primogenitas da independencia brazilica forão abafadas e aterradas por facções desorganizadoras, por um estranho delirio, á ponto que derão serios cuidados aos amigos da sagrada causa: o que uma vez aconteceu, é possivel ainda suceder, tanto mais quanto neste mesmo recinto se tem declamado, que em varias províncias do imperio ainda pullulão partidos e desconfianças, e nós sabemos que o solo brazilico não está de todo purgado de peçonhentos reptis, que espreitão occurencias favoraveis para levantar o collo ; ora, da possibilidade de acontecerem sublevações, nasce a necessidade de legislar e preaver.

E' necessário ; porque o legislador não deve esperar que os factos criminosos aconteçam, deve antes prevenir-os. Não nos illudamos, senhores, é um erro comparar a conducta das nações com a dos particulares ; um parti-

cular pôde sacrificar suas desconsianças por grandeza d'alma, as nações devem correr á prevenir o perigo em razão composta do grão da apparencia do mal: atrever-se-ha alguém á negar agora este perigo, que tantas vezes aqui se tem exagerado?

Tem sido um dos argumentos favoritos—nossos inimigos ao longe cuidarão que as províncias do imperio não adharem voluntariamente, mas por força;—nossos inimigos são mal intencionados, mas não são ignorantes; elles sabem que nós uzamos de um direito, que nos é permitido, e em que concordão os publicistas os mais moderados: a severidade é útil, enquanto as dissensões têm o carácter de rebellião, e que a sublevação começa, porque declinando em insurreição, outra é então a linha de conducta.

E' injusto, e barbáro; para ser de algum peço semelhante asserção, seria preciso mostrar primeiro, que não estamos em guerra aberta com Portugal, que as côrtes dessa nação não tinhão publicado uma lei marcial com extensão ao território deste imperio, e que no inconclável direito de represalia se retrorquia com excessos deshumanos, para os quaes ninguem é autorizado; a simples comparação entre os artigos de uma e outra lei fará cahir essas imputações.

Ultimamente farci uma breve reflexão ao argumento que ouvi ao meu antigo collega o Sr. Vergueiro—*tudo que obramos é supervacaneo, Portugal reconhece a impotencia de dominar o Brazil, é um mysterio que nos tem revellado o general Saldanha, e outras pessoas de credito*—e por isso deve o Brazil recolher-se a um silencio, que elles inculcarão, não como indicativo do desprezo, mas como efeito do eslupor proprio dos illotas, que tremião perante os duros lacedemonios, ou como os romanos, que impunhão aos servos á vista dos azourragues?

Embora se diga que da parte de Portugal são arrancos de um moribundo, que pernêa, não tolhamos os brios de uma grande nação, cheia do sentimento da sua dignidade, e do seu poder.

Se comtudo pela debilidade do meu talento não consegui mostrar que este projecto não é intempestivo, injusto, impolítico, e que portanto deve passar á segunda discussão, appello para os meus illustres collegas da comissão, que pela superioridade das suas luzes evidenciarão o que não fiz mais que esboçar.

O Sr. Henrques de Rezende: — Quando na sessão de sabbado pedi a palavra, foi para mostrar, ao illustre deputado que a isto me havia provocado, que votando por este projecto dei as minhas razões. Não serião ellas mui bem desenvolvidas, mas decidir do seu merecimento é da competencia da assembléa.

Agora porém não quero tomar o tempo com repetições das mesmas cousas: vou fallar em outro sentido, e remetto o nobre deputado para o *Diario da assembléa*; lá verá se eu expendi razões, ou não. Sr. presidente tenho muito pensado sobre este projecto, e com efeito tenho achado uma notável diferença entre elle e o das côrtes de Lisboa. Esta diferença tem fornecido um, em verdade, bem forte argumento aos senhores que o têm combatido: e vem a ser, que os portuguezes decretarão sobre factos reaes, e existentes, e nós himos decretar sobre hypothese.

Para com os portuguezes ha com efeito povos revoltados, porque assim nos julgão; para nós não os ha, e nem é provavel que haja; porque brazileiros uma vez separados de Portugal, jámais se lhe tornarão a unir.

E' porém certo, que os portuguezes legisláro contra povos que se têm unido a nós; nós legislaremos contra povos que se têm unido a elles: eis aqui, quanto a meu ver, a verdadeira represalia.

Agora me lembra, Sr. presidente, que quando os americanos do norte declararão a sua independencia, os inglezes tratarão como rebeldes; mas os americanos os tratarão tambem da mesma forma, e por este meio os obrigarão a tratar como prisioneiros de guerra aos americanos, que lhes cahão nas mãos.

Está-me parecendo que este projecto assim enunciado não passará talvez; e quando passe irá causar grandes sustos: mas estou firme, que a represalia é necessaria; porque tanto peccaremos por excesso de severidade, como por excesso de philantropia. Eu não gosto de ser philantropo a torto, e a direito; mas também não quero ir de encontro á opinião geral.

As comissões militares são mui odiosas, elles estão em execração; por isso fiz uma emenda aos tres primeiros artigos, a ver se este projecto toma uma face menos odiosa. Talvez será temeridade querer eu tornear um projecto organizado por tão illustres e abalizados membros da comissão; e até mesmo parecerá a minha emenda, como lá dizem, peior do que o soneto; mas emfim julguei dever propô-la. E' a seguinte:

“Art. 1.º Todas as cidades, ou povoações, fazendo causa commun com Portugal, que forem tomadas á força de armas pelas tropas brazileiras, serão tratadas pela mesma forma, porque o forem pelos portuguezes, em cumprimento da lei de 21 de Março do corrente anno das côrtes de Lisboa, as que têm adherido á sagrada causa da nossa independencia.

“Art. 2.º Sendo necessário, haverá uma comissão militar, etc.

“Art. 3.º Todos os portuguezes em qualquer parte nascidos, que forem apanhados

com armas na mão, ou de qualquer outra forma, praticando actos contra a nossa independencia, para sujeitar-nos a Portugal, serão executados pela mesma forma, porque o forem os nossos por elles apanhados.

“ Suprimião-se todos os mais artigos desde o 5º, inclusive, até o 8º, tambem inclusive, ficando os outros sem seu vigor para serem discutidos.—*Henriques de Rezende.* ».

Ora dir-se-ha: pois havemos de assim tratar a cidadãos, que não são nossos, e contra o direito das gentes?

E eu direi: pois assim hão de nossos inimigos tratar a cidadãos, que lhes não pertencem, e contra o direito das gentes, pois que nós nos temos solemnemente declarado nação á parte?

Deixar-nos-hemos massacrar impunemente á roda dos altares como os machabeos, só porque lhes era prohibido combater no sabbado?

Veremos de sangue frio talhar nossos campos, queimiar nossas povoações, e arruinar tudo que é nosso?

Veremos, como sucedeu aos pobres peruvianos, mandar de mimo ao general inimigo cestos cheios de orelhas brasileiras, dando com isso aso aos inimigos de um lado, e aos nossos concidadãos justos motivos de queixas, e reclamações?

Sr. presidente! é mui bello ver em pintura um monstro ensurecido perseguir, para massacrar, a razão e a innocencia, e ella pacifica e moderada fugir defendendo apenas a propria vida; mas na prática não é nem pôde ser assim. É preciso exigir de nossos inimigos, como dizem, *dentem pro dente*. Elles nos reputão selvagens, e dizem que a paixão dominante dos selvagens é a vingança: façam-nos pois tremer da nossa justa vingança e do nosso ressentimento.

O Sr. Andrade e Silva:—Sr. presidente, ainda que falto de talentos de orador, levanto outra vez a voz para combater as razões com que se tem contrariado a doutrina deste projecto. O amor que tenho á minha patria, o grito da minha consciencia, e a honra de cidadão brasileiro, me instão para que defendam o projecto como util, e fundado em principios indubitaveis do direito, contra os que têm insinuado que em vez de bens produzirão males. A lei de represalia é justa, e tão antiga como o mundo. Em todos os tempos, em todas as nações se têm praticado represalias; talvez não haja uma só que não tenha feito uso desta medida.

E seremos só nós injustos adoplando por necessidade este recurso, de que lançamos mão para defesa e segurança da nossa liberdade, e no qual ainda a commissão foi mais humana do que os legisladores portuguezes?

Eu creio, Sr. presidente, que antes avillariam a nação se não empregassem os meios que nos competem para sustentação dos seus direitos; e ella nos pediria contas de cada gota de sangue brasileiro que se derramasse por não termos tomado as cauelas convenientes menoscabando o brionacional. Eu não vejo que esta lei tenha por fim senão prevenir erros e crimes; ella adverte os incautos para que não caião nas ciladas dos que desejam a nossa ruina, e assusta os perversos com a certeza do castigo; mormente esses malvados de Portugal que só cogitão fazer-nos desgraçados, sem, por dementes, se lembrem que tanto dependem deste paiz. E ainda ha quem chame a isto despotismo?

Se este projecto se fundasse em principios despoticos, eu o regeitaria sem hesitar: José Bonifacio nunca dobrou o joelho ao despotismo. Quando fallo de malvados de Portugal, não comprehendo todos os portuguezes; eu não tenho idéas tão acanhadas; brasileiro é para mim todo o homem que segue a nossa causa, todo o que jurou a nossa independencia. No curto tempo do meu ministerio todo o homem de merecimento e de virtude, quer nascido no Brazil quer na Europa, foi por mim empregado, nunca me regulei por outros principios. Mas, tornando á materia, se são justos e admittidos geralmente os fundamentos da lei, se ella é nas circumstancias actuaes uma medida adequada, quem é que pôde contrariá-la, quem pôde denominá-la iníqua e barbara?

Eu creio que só pôde desaproval-a a ignorancia ou a maldade. Estou certo que neste reino ninguem de má fé envenena esta lei; os meus illustres collegas dizem, como eu, o que a sua consciencia lhes dicta; porém como se tem dito que esta medida pôde desagradar eu vou ver se descubro, de todos os partidos em que se acha dividido o Brazil, qual é o que pôde levar a mal este projecto, e considerá-lo injusto.

São duas as principaes divisões; a saber—*Não Separatistas* e *Separatistas*. Os primeiros são os inimigos da independencia, estes fanaticos, chamados vulgarmente pés de chumbo, que ainda suspirão pelas cebolas do Egypto, e destes escusado é tratar para este fim. Os segundos são os sectarios da independencia do Brazil, e que querem que elle figure como nação livre. Porém estes *Separatistas* ainda se subdividem em quatro classes: 1º, os que querem a separação, mas não a liberdade, pois preferem o antigo governo, e são chamados corgundas; 2º, os republicanos, a que chamarei prognosticos; estes não podem levar á paciencia que o Brazil não quizesse por voto unânime ser república, e preferisse a monarchia constitucional; este partido é hoje miseravel e

abandonado por todo o homem sensato: 3º, os monarchicos-constitucionaes, estes sitao suas vistos na felicidade do estado; não querem democracias nem despotismo; querem liberdade, mas liberdade bem entendida, e com estabilidade: este partido forma a maioria da nação: 4º, os federalistas, ou bispos sem papa, a que eu também chamarei os incomprehensives; estes que não querem ser monarchico-constitucionaes, que não podem ser concordas e que não querem ser republicanos de uma só república, querem um governo monstruoso; um centro de poder nominal, e cada província uma pequena república, para serem nela chefes absolutos, concordas despoticos.

Posto isto vejamos agora a qual destes partidos pode ser esta lei desagradável. Aos concordas não, porque estes querem tudo á exceção da união com Portugal, pelo espírito democrático que ali reina, e que elles não podem sofrer. Aos republicanos também não, porque o que elles querem é fazer do império uma só república, mas não com Portugal. Será aos monarchico-constitucionaes? Igualmente não; porque estes são verdadeiros amigos do Brasil. Logo, os que não gostam do projecto pertencem á 4º classe, aos do partido dos bispos sem papa, e para mim incomprehensives; mas como este número é mui pequeno, segue-se que elle é agradável á maioria da nação, como justo e indispensável nas circunstâncias em que nos achamos. Posto isto julgo desnecessário combater argumentos, e voto a favor da lei.

O Sr. Alencar:—A assembléa presenciou que o nobre preopinante começou por dizer que combateria os argumentos oferecidos contra o projecto; mas também acaba de ver que elle não atacou razões; dividiu a nação em partidos, e fez entrar naquelle que lhe pareceu a mim e aos outros que têm combatido o projecto. Eu requeiro que a assembléa declare se é permitido neste lugar enunciar semelhantes idéas.

O Sr. ANDRADA E SILVA:—Eu disse que só podia contrariar-se a lei por maldade ou ignorância; mas não disse que o illustre deputado pertencia a um dos partidos; por consequência calunniou-me, e eu o chamo á ordem.

O Sr. Vergueiro:—Eu sempre expendo as minhas opiniões nesta assembléa com a imparcialidade que me caracteriza; mas vejo que se tem confundido as minhas fallas e que se me atribuem pensamentos que não tive, e por isso sou obrigado a fazer declarações para que se não alterem as minhas idéas. Affirmou um honrado membro que eu dissera que a lei, represalia era injusta e barbara, mas eu não proferi uma só palavra de semelhante asserção; sómente disse que não tinha

lugar o projecto attentas as nossas circunstâncias actuaes, porque as cortes de Lisboa aplicavão a sua lei a províncias que estavão em conspiração, e nós ás que não conspiravão contra a nossa causa. (*Aqui fallou da província de S. Paulo; mas não se entendeu o tachygrápho.*) As que estão ainda desunidas é porque não podem com a força inimiga; mas por vontade própria não o julgo possível.

Eis-aqui as razões porque disse que era injusto o projecto consideradas as nossas circunstâncias; e confesso que ainda penso o mesmo, porque os argumentos contrários não me têm convencido. Diz-se que por esta lei se previnem crimes; eu não o vejo; porque os crimes de rebeldia já têm na legislação que nos rege o seu lugar próprio, e as penas correspondentes; a unica diferença que lhe noto é no processo, que segundo esta lei, por demasiadamente sumário faz tremer a inocencia, principalmente, como já disse, tendo por julgadores homens que não são proprios para juizes. Eu sei que a lei deve prevenir os delitos; mas eu quero que os previna pelos meios ordinarios; as circunstâncias em que estes podem ser permitidos são outras; nas actuaes bastão as leis que já temos. Como já expuz em outra occasião extensamente as mais razões em que me fundo, a ellas me refiro, para as não repetir. Eu só me levantei para que se não desse ao meu discurso a intelligencia que lhe deu o nobre deputado a quem agora respondi.

O Sr. Fernandes Pinheiro:—Peço a palavra simplesmente para explicar. O nobre preopinante quando não usasse da propria palavra —supervacaneo,—usou de equivalente, *superfluo, inutil*, d'onde a conclusão era identica, que por ora não deveríamos avançar passos sobre este assumpto; isso é o que eu não quero, que uma nação, abundante de vigor, e de recursos, emmudeça, quando Portugal troveja, não se podendo ainda esquecer da passada dominação.

Em quanto ao facto histórico, que me contesta, blazonando de defensor da sua província, se eu visse que, ainda de longe ofuscava sua antiga reputação, não tocaria um successo, no qual só tive em vista deduzir a illação, que ali onde assentava a maior confiança no meio do povo o mais docil do mundo, rebentou imprevisivelmente um vulcão de facções; existencia desta a annunciarão sem contradicção os periodicos do tempo, e até se colhe dos sucessos posteriores, procedimento de devassa, viagem rápida do principe regente, prisões etc. quaesquer que fossem os incitamentos para essa facção, nos quaes não entro. Não receio emfim disputar-lhe a palma, e protestar que o illustre membro não é de certo mais zceloso pela reputação, nem mais grato á provin-

cia de S. Paulo, á qual além do herçô, devo a honra incomparavel de eleger-me seu representante para as côrtes de Portugal, e de reeleger-me para a assembléa constituinte brasileira.

O Sr. Carneiro de Campos: — Sr. presidente. Não era da minha intenção fallar na primeira discussão deste projecto de lei, por não presumir que considerado elle em a sua generalidade, fosse tão debatido; reservava-me para quando se tratasse de cada um dos seus artigos expender largamente as razões, que me obrigarão a não concordar com os meus illustres collegas, membros desta commissão especial, sobre a disposição do art. 5.^o, que sujeita á uma forma extraordianaria de processo *os cabeças de rebellião*, ainda quando *não forem achados com as armas na mão*, porque então eu não via tão clara e convincente a prova contra o autor do crime, para sem risco de se sacrificiar a innocencia podermos prescindir das formulas ordinarias, mas como se pretendia inculcar este projecto de barbaro, injusto, e impolitico, cumpre que eu como membro desta commissão manifeste perante esta augusta assembléa, e á face da nação que me conduzi pelos principios de justiça, e que sei respeitar os direitos do cidadão, sem embargo de sustentar os oito artigos, que propriamente formão a lei marcial, que tem sido tão combatida.

Sr. presidente: Para se refutar qualquer proposição, não basta offerecer contra ella principios geraes, é além disto indispensavel que se mostre a relaçao contradictoria dos principios que se allegão com a materia da proposição que se quer combater: ora, parece que os illustres deputados que têm combatido os oito artigos deste projecto, se esquecerão desta regra tão geral, e tão absoluta em dialectica.

Os honrados membros de quem fallo, nada mais fizerão do que produzir principios geraes, opostos ás leis, chamadas de *excepção*, e deixarão de mostrar que na generalidade destes principios se comprehendia tambem esta lei marcial, nas circumstancias que é proposta; o que era essencialmente preciso para terem força os argumentos que contra ella dirigem. Sr. presidente, eu, os meus collegas, membros da commissão, e todos nós que temos a inapreciavel honra de sermos orgão da nação, estamos bem convencidos do quanto são anti-constitucionaes e monstruosas as leis de excepção, quando a machina do estado roda tão segura em o seu eixo, que nenhum receio ha que' se perturbe a regularidade do seu movimento: então semelhantes leis, não sendo nascidas do sagrado dever da salvação da patria, são desnecessarias e alrozes, e a nenhum outro fim se

destinão, sendo a armaz a tyrannia de um instrumento poderoso para as suas malvadas vinganças; pois para se sacrificiar a innocencia, é preciso despresar as garantias da segurança individual e arredar os olhos do fiel da balança da justiça. Tal foi o fim dessas detestaveis commissões, de que forão victimas Montaigu, Marechal de Marillac, Duque de la Valeta, e outros infelizes.

Estas commissões erão creadas para executarem proscripções já decretadas, verdadeiros assassinios, corados com a formalidade de sentenças, concebidas e inspiradas pelos tyranos, e proferidas por ambiciosos e servis aduladores, escolhidos muito de propósito como azados para darem fiel conta da malvada encommenda, que se lhes encarregava: juizes tão puros como esses indignos senadores romanos, que não só confirmavão as proscripções de *Tiberio*; mas até se constituio infames delatores para conseguirem as boas graças de Sejano. Ora, nada disto se pôde applicar á lei marcial, que se propõe, nem pelo tempo e circumstancias extraordinarias, em que deve ter execução, nem pela forma de organisação das commissões, e seu destino indeterminado, quanto aos individuos, que por elles hão de ser julgados.

Em tempos criticos, em que se não pôde contar com a segurança publica, e quando a patria abraça em o seu seio inimigos fementidos que se cobrem com o nome de filhos, não nos devemos reger com uma especie de fanatismo por principios geraes, que ponhão em perigo a liberdade publica. Estes principios devem ser inviolaveis em tempos serenos e bonançosos, então as formalidades judiciais, que garantem a justiça, e fazem inabalavel a segurança individual, devem ser guardadas com um religioso acatamento. Quando porém a segurança individual se vê encontrada com a publica, são as garantias da patria, que devemos com preferencia a tudo mui vigorosamente sustentar.

Portanto nesse conflito se devem relaxar essas formalidades do processo. E' esta uma excepção inherente á sua observancia; pois a conservação do estado é a primeira das leis, á qual todas as leis *positivas* e todos os direitos *positivos* devem ceder.—*Salus pupuli suprema lex est* — e neste ponto de vista é que deve ser apreciada esta lei marcial.

Apesar da severidade deste principio, o mais constitucional em todos os governos do mundo, e para todos os publicistas, a commissão procedeu nesta materia com a maior circumspeção, e conduzida por um espirito de rectidão, não podendo por uma parte deixar de reconhecer o respeito que merecem as garantias pessoais; e não devendo por outra parte avaliar em tão pouco o perigo da segurança publica que deixasse de o acautelar, procurou

quanto foi possível conciliar estes dous importantes artigos e com este intuito se apartou dos rigorosos princípios da represalia, a que tínhamos o mais bem fundado direito, e restringiu a disposição da lei aos cabeças de rebellião, e aos que fossem apanhados executando-a com as armas na mão, na intelligença de que com estes nenhum perigo ocorre por falta da observância das formalidades ordinárias do processo para verificação da existência do crime e da pessoa que o praticou, tínhamos neste caso o corpo de delicto formado no uso da arma em acto de rebellião, e nem era precisa prova artificial para apparecer e ser convencido o réo, quando era apanhado em flagrante.

A' vista disto parecerá a todos que bem pouco quadrão a este projecto as qualificações de barbáro e injusto que lhe assacão. Seremos por ventura barbaros e injustos se tratarmos os partidistas da tyrania e escravidão, como se tratão os partidistas da nossa independencia? Não os tratamos nós com mais humanidade e justiça? Confronte-se este nosso projecto com a lei das cōrtes de Portugal; e obrariamos nós com sabedoria se deixassemos de formar-lhe uma contramina? Mas, diz-se, em Portugal tinha já arrebatado a rebellião, e todas as nossas províncias estão unidas e abraçado com entusiasmo a nossa santa cauza; se as cōrtes estenderão ao Brazil as disposições da sua lei, foi porque já o consideravão rebellado, e será impolítica uma lei que indica a pouca confiança que nós temos na fidelidade e firmeza dos povos, nossos concidadãos.

E' verdade, Srs., que as nossas províncias, que têm abraçado a causa da independencia deste imperio, se achão felizmente reunidas e decididas a não sofrer mais o domínio Portuguez. Nós temos disto um exemplo bem decisivo no desenvolvimento do mais heroico patriotismo sustentado com os maiores sacrifícios pelos meus dignos patrícios, os bahianos. Porém a povoação dellas é homogenea? Não se compõe ella de muitos europeus, que chorão ainda pelas cebolas do Egypto, e por um impulso cego do amor do ninho, tudo quanto ha em Portugal e de lá vem, é sempre melhor? Não desejaõ estes no fundo dos seus corações que a roda desande? Ignora isto Portugal? Poderá elle olhar com indiferença para tão grande perda e soffrel-a-ha com resignação? Não nos illudamos, Portugal deve estar convencido que nada pôde pela força das suas armas, e por isso recorrerá á intriga, pondo em execução a machiavellica maxima—*divide et impera*. Neste mesmo augusto recinto se têm muitas vezes denunciado as odiosas tramas que contra nós se estão urdindo. Sejamos pois cautelosos, não estamos em revolução, ainda não está montada a machina do governo e estão ainda

encerrados na urna dos destinos os azares por que temos de passar.

Não esperemos que venha o mal, para então o acautelármos, previnhamos todos aquelles que prudentemente receiarmos como prováveis, suposta a ordem natural das cousas. A lei promulgada depois da rebellião teria o desfeito de exigir maior severidade. Não me persuado que esta providencia produzirá nos povos o desgosto que se nos inculca. Nós não designamos província alguma, a medida é geral. Só os malvados se desgostão das leis que acautelão os crimes; o bom cidadão folga com os embaraços que se oppoem aos delictos, por que nelles descobre novas garantias da sua segurança e liberdade, e as províncias muito estimarão que se promova a conservação da tranquillidade que felizmente destructão. Se taes figuradas queixas houverem deverão ser recebidas com tanta consideração, como as do varão probo, que se representasse offendido na sua honra, só porque ha leis contra ladrões e assassinos. Portanto voto que passe este projecto á segunda discussão.

O Sr. Andrada Machado:—(Ha um longo discurso no *lachygrapho*, mas não é possível ligar duas proposições.)

O Sr. Cruz Gouvea:—Sr. presidente. Eu já disse que votava contra o projecto, porque não posso aprovar os oito primeiros artigos. Eu sigo a opinião do celebre *Benjamín Constant*, publicista muito elogiado pelos mais ilustres deputados desta assembléa, porque sigo sempre a justiça e nunca a arbitrariedade. Toda a criação de tribunal extraordinario, diz o referido publicista, toda a suspensão ou abreviação de formulas são actos inconstitucionaes e puniveis. Sr. presidente! as formulas dos processos ou são necessarias ou não; se não são necessarias podem dispensar-se em todos os processos e se são necessarias, em nenhuns se devem dispensar e muito menos no presente caso. Com semelhante lei abre-se, não digo uma porta, mas um abysmo para ruina da nossa patria.

O Sr. Andrada e Silva disse que não queria razões methaphysicas, mas sim a linguagem da experiença; pois eu digo que esta nos faz ver Marco Antonio, Maximiliano Isidoro, Robespierre e outros muitos, começando suas tyrannias por pequenos abusos; a historia de todos os tempos abona a minha opinião opposta ao estabelecimento de commissões militares e de tribunais extraordinarios, que se desviaõ das formulas que a lei prescreve. Eu quizera que os illustres preopinantes, que são de parecer contrario, se lembrassem do procedimento dos nossos vizinhos americanos do norte e que reparassem que regulando sempre as suas acções pela justiça, huma-

nidade e moderação, ganháram com a prática destas virtudes a opinião geral e conseguiram estabelecer um admirável governo. Pedirei agora ao illustre deputado o Sr. Carneiro de Campos, já que explicou o seu celebre *Jury*, que me explique o que quer dizer estar a sorte do Brazil ainda na urna dos destinos. Por ventura terá de aparecer entre nós algum Marco Silla ou outro semelhante tigre, sedento de sangue, que deseje acabar de um só golpe o gênero humano!

Sr. presidente, deixemos preocupações; o que quer todo o Brazil é a constituição que lhe foi prometida; e é mais fácil, como diz Mr. De Pradt, arrancar-se urna estrela do firmamento do que o espírito constitucional uma vez plantado no coração do homem. O que eu acho indispensável para consolidar o sistema proclamado é a observância exacta e constante do que ordena a justiça, e quem professa estes princípios não pode admittir os oito artigos do projecto, contra os quais sempre votarei,

O Sr. Rodrigues de Carvalho:—Sr. presidente, eu tenho ouvido dizer a alguns illustres deputados que o projecto é inteiramente desnecessário; que as nossas circunstâncias não exigem semelhante providência, e que esta lei só serviria de excitar desconfianças nas províncias de que o governo não forma bom conceito do seu espírito. Eu não posso concordar com esta opinião porque não vejo que as províncias possam levar a mal que esta assembléa, encarregada de promover por todos os modos a sua felicidade, faça uma lei para prevenir a organização de facções oppostas à causa da independência do Brazil. Comtudo também não posso approvear todo o projecto; julgo que precisa ser alterado de modo que se manifeste mais claramente que nós só queremos usar do direito de represalia de que nos obriga a lançar mão os nossos inimigos. Levado destes princípios ofereço a seguinte

EMENDA

« *Primo* : Que se suprimam os oito primeiros paragraphos e que o nono tome o lugar de primeiro.

« *Secundo* : Que a doutrina do § 9º se amplie, legislando do modo seguinte :

“ A assembléa etc.

“ § 1º Todas as pessoas de qualquer dignidade, ou emprego, que puzerem em execução em alguma das províncias do Brazil a lei das cortes de Lisboa de 21 de Março do presente anno, aliciando os povos para fazerem causa commum com Portugal, ou obrigando-os por força de armas a se rebelarem, contra a independência, e união do imperio serão conde-

rados réos de rebellião e sentenciados em comissão militar.

“ § 2º Todas as pessoas que nomearem as comissões militares ordenadas no § 2º da mesma lei, e aquelles que sentenciarem, impuzerem as penas a subditos deste imperio serão igualmente considerados, e julgados na forma do § 1º.

“ § 3º Os juizes, ou quaisquer autoridades, que cumprifrem a dita lei nas partes que mandão arrematar bens de subditos deste imperio para as despezas da tropa portugueza em operações, são responsaveis por seus bens a todos os danos causados pelas arrematações, e serão além disto condenados a degrado por cinco annos para lugares remotos.

“ § 4º Os bens dos réos comprehendidos nos §§ 1º e 2º serão sequestrados, e arrematados para indemnização das despezas feitas na guerra a que Portugal tem injustamente provocado a nação brâzileira.

“ Segue-se o § 10, que lompará a numeração de 5º. Paço da assembléa, 15 de Julho de 1823.—O deputado, *Rodrigues de Carvalho*.

O Sr. Costa Barros:—Sr. presidente, vejo-me obrigado a fallar em publico, ao que não estou realmente acostumado, e a fallar sobre uma materia já porfiadamente debatida; direi contudo o que entender.

Antes porém de entrar nella seja-me licito dizer que noto com surpresa ataques de palavras de uns Srs. deputados com outros, respondendo-se com sarcasmos ás razões com que cada um sustenta como pode a sua opinião; e porque me julgo contado no numero dos litteratos miseraveis peço desde já aos mais illustrados queirão disfarçar os desfatos do meu discurso.

Eu preciso ainda de lição; e tenho pezar que a minha província se lembrasse de mim para sustentar os seus direitos; mas visto que aqui estou, e com disposição para aprender, espero que os meus mestres me convenção com docilidade: não quero lições com vituperios.

Sr. presidente, todos os imperios têm necessidade de representação para se fazerem temer dos seus inimigos: esta anda sempre na razão das suas forças phyzica e moral; e estas dependem da união de todas as partes do estado.

Posto isto, tudo o que tender a unir as províncias deste imperio augmentará a sua representação e nos fará respeitar dos nossos inimigos, e tudo o que levar a desconfiança aos povos, desgostando-os do governo, promoverá a desunião, de que resultará fraqueza e impossibilidade de nos defendermos.

E' preciso, Sr. presidente, que as províncias estejam unidas com a metrópole, e com a assembléa; que os povos confiem no imperador, e o imperador nos povos, destruindo-se

qualquer destas confianças, tudo se desorganisa. Por esta lei eu vejo espalhar-se pelas províncias um terror geral, e o justo receio de ver por tais medidas repetido por toda a parte o que tem acontecido no Rio de Janeiro. Cidadãos benemeritos serão representados na opinião pública como homens criminosos, e perturbadores da ordem estabelecida, e depois do longo prazo de cinco meses de prisão serão sentenciados na relação e julgados inocentes.

Quem pensaria que nem a sabedoria dos magistrados nem a presença de Sua Magestade poderia evitar estes males! Comiudo o cidadão foi opprimido, prejudicado, e apenas tem, para consolar-se dos danos e tribulações que sofrerá, o testemunho da sua consciência.

Eis-aqui o que eu não quizera ver renovado entre os meus concidadãos, e que seguramente verei se o projecto passar em toda a sua extensão. Ninguem, Sr. presidente, tem mais ódio do que eu aos adversários da causa do Brazil; não os julgo dignos da mais pequena contemplação; mas bastão para os punir as leis existentes. As disposições do projecto irão accender nas províncias as facções que se querem prevenir, e as desgraças se multiplicarão; no nosso estado actual considero extemporâneas estas medidas, e só proprias para amotinar as províncias quando seguramente nenhuma por sua vontade se unirá jámais a Portugal.

Além disto, torno a dizer, a própria experiência me faz tremer das consequências desastrosas de se sahir, para julgar os homens, dos meios ordinários. Tenho pois por dever meu pedir a esta augusta assembléa que tome em consideração este negocio, para que se não adoptem, sem necessidade, medidas de que podem resultar desgraças de mui serias consequências. Digo o que a minha consciência me dicta; e se não defendo melhor a minha opinião é porque me faltão forças, e o uso de fallar neste respeitável congresso; mas sempre concluirei que nunca por meu voto passarão os oito primeiros artigos deste projecto.

O Sr. Dias: — Eu creio que nas circunstâncias em que nos achamos devemos cuidar de oppôr força contra força, e por isso não aprovo as medidas do projecto, que as províncias não merecem. Aqui se tem procurado mostrar que existem motivos de receiar que o Brazil possa retrogradar da marcha que começou; e eu tenho isto por um absurdo. Sr. presidente: o Brazil é firme, e se a constituição for organizada pelos princípios que a nação tem inculcado, não é possível que os povos atropellem os seus direitos, e renunciem á sua liberdade para se unirem ao velho Portugal; é loucura suppor que elas se desviarião da carreira que têm tomado; ninguém é capaz de o conseguir.

Mas figuremos que ha algum infame que ousa atraíçoar o seu paiz, elle será rigorosamente punido pelas leis existentes. Eu não digo que não são precisas medidas contra os nossos inimigos; mas como quem tem mais força é que vence, entendo que os meios de que devemos tratar são—dinheiro e gente—porque com isto é que se faz a guerra. Portanto voto que o projecto não passe á 2ª discussão. Nós sempre havemos de vencer; escusado é fazer leis que aterrem as províncias, e que são directamente oppostas á liberdade constitucional, em cujo favor sempre fallarei.

O Sr. Arouche Rendon: — A materia, Sr. presidente, está bastante discutida; o que eu vou dizer agora talvez pareça fóra da ordem, mas é para destruir o principal argumento com que se tem combatido este projecto. Allega-se com o terrorismo que elle causará, mas ignore-o porque verdadeiro.

Eu não me assusto com elle, nem os meus; e até posso afirmar que para os da minha província será indiferente. Tem-se argumentado que é um projecto de lei barbáro e tyranno, porque manda julgar por militares. Sr. presidente, os militares são cidadãos como os outros; e terem alguma vez combatido pela pátria não os faz menos humanos.

O filho familia bem educado é chamado ás armas; sua mãe o veste e o anima a ser valente, a investir a brexa debaixo de todo o fogo por amor da pátria; elle parte, mata os inimigos antes que estes o matem; e volta cheio de gloria. A este defensor da pátria será licito chamar barbáro, e afirmar como aqui se disse em outra sessão, e hoje se repetiu, que elle vem com as mãos banhadas em sangue humano assignar sentenças de morte contra seus concidadãos.

Tristes tempos, Sr. presidente, em que assim se honrão os militares? Isto é tão injusto que a diária experiência nos mostra o contrario. Se aos militares da 1ª linha se tirasse o privilegio de fóro, elles tomarião isso por uma degradação; e os milicianos estimão mais o privilegio do fóro do que todos os outros que lhes são concedidos. Logo, é porque os seus juizes não são sanguinários. Em realidade os militares também são humanos, pensão, e sabem a lei natural, e com prudencia consultão.

Eu tenho visto muitos conselhos de guerra, e assistido a outros, e confesso que sempre vi a humanidade vencer tudo. Portanto parece-me que o allegado terror é panico, e que o projecto deve passar á 2ª discussão.

O Sr. França: — Este projecto de lei deve ser considerado em duas relações: a 1ª respeita ao que decretarão as cortes de Portugal nos momentos criticos de suprimirem uma revolução das suas províncias continentais, e se fez posteriormente extensivo ás nossas pro-

vincias do Brazil: a 2^a respeita a economia do nosso governo interno, quando ocorrão semelhantes conjuncturas politicas. Quanto á 1^a parte não me parece motivo bastante para se ordenar esta lei o procedimento que tiverão as côrtes de Portugal, fazendo transcidente ás nossas provincias, que elles ainda reputão parte integrante do reino unido, uma lei, cuja sancção leve por motivo sómente reduzir á ordem as alterações dos povos do seu verdadeiro territorio.

O motivo de reprezalia, que tenho ouvido aqui fazer valer nesta hypothese, para se admitir o projecto não existe absolutamente: ou antes é uma falsa apparencia de razão sómente com que se abona o projecto.

O que no caso se dá é uma escandalosa imitação do procedimento que tiverão as côrtes de Portugal com as suas provincias revoltadas, estando aliás as nossas como estão pacificas, e adiferentes ao sistema do governo, que geralmente se tem abraçado. Porém que as côrtes de Portugal não fizerão para o Brazil a lei a que nos referimos, é manifesto do processo da mesma lei; ella foi motivada pela urgencia de se acudir com remedio prompto e decisivo á explosão de um volcão politico, cuja cratera principiava a fumar nas suas provincias, e ameaçava do tiro das suas lavas o coração do reino.

As côrtes de Portugal pois não legislavão para o Brazil com as ameaças de um decreto que era filho do momento, e d'outras circumstancias mui estranhas da causa da independencia do Brazil.

O deputado Luiz Paulino, porém, que era membro daquelle congresso por parte da província da Bahia, querendo que aproveitasse aos seus conterraneos a parte benefica do mesmo decreto, fez em 24 de Março uma indicação ao dito respeito, attenta a luta em que se achavão os bahianos contra as tropas de Portugal, que ocuparão a sua capital. Discutio-se a materia e afinal venceu-se, que se generalizasse o decreto a todas as provincias que o congresso havia como partes integrantes do reino unido.

Mas ainda quando intenção houvera das côrtes de Portugal, em tratar as nossas provincias militarmente pelo citado decreto; não vejo eu que houvesse condigna represalia ao dito respeito, senão em tratarmos tambem militarmente as provincias do mesmo Portugal, se algumas lhe estivessem adherentes, a que todavia o Brazil pretendesse ter o direito de accessão: mas tratarmos nós mesmos as nossas mesmas provincias, adherentes, amigas, pacificas, consiliuentes e compromitentes como se achão, pela mesma identica maneira com que Portugal ameaça as suas revoltadas, é politica que não entendo.

Passarei pois a tratar da 2^a relação do

mesmo projecto em quanto respeita á economia do nosso governo. Diz-se que a lei não olha para as provincias no estado em que se achão de suas pacifica adherencia, mas para o estado em que por ventura se possão achar de futuro. Bem: logo, a lei é inutil por ora, porque faltão as circumstancias em que cumple que ella seja talhada. Mas no momento da urgencia, me dirão, não é que se ha de fazer a lei; e eu digo que semelhantes leis só em momento de urgencia, e nimia urgencia é que têm lugar; porque é um desvio das leis criminaes em que se attende a uma circumstancia extraordinaria, a uma excepção que as mesmas leis criminaes não suppuerão, nem pôdiao suppôr.

Senhores, nós abundamos de leis criminaes a todos os respeitos e provera a Deus não houvessem tantas, nem tão inhumanas como algumas são. Por falta de leis não ha de ficar impunes os cidadãos brazileiros refractarios do novo pacto social, em que se tem empenhado a nação. E' ociosa, é impolitica portanto a lei que ora se nos propõe, ella só servirá para nos fazer um mal, que é perdermos a justa confiança que devem ter as provincias nos seus representantes que enviarão a este congresso para as constituir, e não para as ameaçar; para as honrar de uma justa confiança do seu inalteravel patriotismo, e não para as injuriar com a presumpção de crimes politicos, que se não podem nunca esperar de brazileiros, que espontaneamente e a uma voz se propoem constituir em novo sistema de governo. Voto portanto contra o projecto como ocioso e impolitico que me parece.

O Sr. ARAUJO LIMA pedio a palavra e mandou á mesa a seguinte

EMENDA

« Adopto as emendas do Sr. deputado João Antonio de Carvalho com as limitações seguintes:

« § 1º As palavras — serão considerados réos de rebellião e sentenciados em commissão militar—substituído-se estas — serão considerados réus de rebellião, e sentenciados como tales.

« 2º As palavras — serão igualmente considerados e julgados na forma do § 1º — serão entendidas na forma do paragrapho antecedente — Araujo Lima. »

O Sr. Maia: —Como tive a honra de ser nomeado membro da illustre commissão tambem devo dar a razão, porque annui ao seu parecer na organisação do projecto, em que nada considero de injusto, ou de impolitico.

Propõe-se esta lei em contraposição a outra dimanada do governo portuguez, do governo de uma nação inimiga, a quem é preciso mos-

lar, que sobre os cidadãos brasileiros só pode legislar o governo do Brazil.

Estou bem persuadido de que os bons brasileiros se não unirão mais á causa de Portugal, mas nem por isso devo deixar de admitir, que possão haver alguns degenerados, em que tenha poder a ambição, e o interesse para se deixarem levar contra a nação, de que fazem parte; e que por isso é indispensável passar o projecto, para que, contendo-os, possa o imperio sustentar-se, e progredir na attitude que tem tomado. Além disto, havendo ainda nas províncias, como temos reconhecido, muita ignorância, e sendo assim fácil, que mal intencionados possão seduzir uma ou outra povoação, é necessário esta lei a pôr os povos em cautela, e prevenidos contra tais seduções.

Têm alguns illustres deputados arguido a lei de injusta, porque abandona os cidadãos e os põe fora da protecção das leis ordinarias; mas devemos advertir, que não é a lei, nos casos por que é feita, que abandona os cidadãos, são elles mesmos, que se abandonão, quando revoltados contra a patria, atacando a existencia politica do imperio, renuncia voluntariamente todos os direitos que tinham a ser considerados como filhos, e declarão que mais não querem pertencer-lhe, nem aproveitar os seus benefícios; e que em tal caso se não legisla para cidadãos, e sim para inimigos, e não se destroem as garantias, porque nenhuma tem promettido, nem deve prestar o imperio aos que contrarião a sua causa.

Tambem me não posso persuadir de que esta lei introduza desconfiança nas províncias, que têm aderido ao sistema actual, e têm proclamado o imperio do Brazil, e a sua independencia; porque, se elles estão de boa fé, dispostos a sustentar a causa, não as assustão; nem fazem desconfiar, disposições, que com elles se não entendem; e antes pelo contrario nestas mesmas disposições acharão apoio para contarem com a sua conservação postos a salvo de algumas depravadas intenções contrárias á causa que seguem: e se estão de má fé, nós é que devemos desconfiar, e pôr os meios, que obstem aos efeitos della.

Julgo portanto que o projecto é digno de passar á segunda discussão.

Julgou-se afinal a materia discutida; e propôndo o Sr. presidente se a assembléa dava por concluída a 1^a discussão, decidiu-se que sim.

O Sr. Dias:—Parece-me que deve propôr-se o projecto dividido em duas partes para se resolver se passa cada uma delas á 2^a discussão.

O Sr. CARNEIRO DA CUNHA:—O regimento não permite a divisão; mas a assembléa pôde revogar o regimento.

O Sr. ALENÇAR:—Deve propôr-se primeiro

se passa a materia toda do projecto, e se não passar então se proporá cada uma das partes.

O Sr. ÁRAUJO LIMA:—Temos nova discussão; e alguns senhores têm já fallado 7 vezes. Propõnha V. Ex. como lhe parecer bem.

O Sr. CARNEIRO DA CUNHA:—Eu creio que basta que esta augusta assembléa decida se o projecto passa á 2^a discussão; pois como ha de ser novamente discutido, debatendo-se artigo por artigo, os que não passarão ficão despresados; e assim procedemos na forma do regimento.

O Sr. PRESIDENTE propôz a divisão do projecto.—Não passou.

Alguns senhores requererão a votação nominal, mas não se tornou em consideração.

Propôz então o Sr. presidente se o projecto passava á 2^a discussão.—Venceu-se que sim.

O Sr. ARAUJO LIMA requereu a impressão das emendas; e decidiu-se que devião ser lidas na sessão seguinte para se ver se erão ou não apoiadas, pois sem o serem não podião imprimir-se, na forma do regimento.

O Sr. RIBEIRO DE REZENDE pediu licença para ler, não obstante ter já dado a hora, um parecer da commissão de poderes, e sendo-lhe concedida leu o seguinte

PARECER

« A commissão de poderes examinando o diploma do Sr. José Alves do Couto Saraiva, deputado pela província de Minas Geraes, e confrontando-o com a acta geral, o acha legal e conforme com o decreto de 3 de Junho de 1822 e instruções de 19 do mesmo mês e anno. E' pois de parecer que o mesmo deputado venha tomar o seu assento nesta assembléa. Paço da assembléa, 14 de Julho de 1823.—Estevão Ribeiro de Rezende—Manoel Jacintho Nogueira da Gama—Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva. »—Foi aprovado.

O Sr. SECRETARIO CARNEIRO DE CAMPOS leu também o seguinte boletim do cirurgião da imperial camara, assistente a Sua Magestade o Imperador.

« As melhorias de Sua Magestade Imperial continuão em marcha gradual, e nada de extraordinario tenho a expender. Paço da Imperial Quinta da Boa Vista, 15 de Julho (15º dia de molestia) de 1823. O cirurgião da imperial camara e assistente a Sua Magestade o Imperador.—Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto. »

Foi ouvida esta noticia com muito especial agrado.

O Sr. PRESIDENTE assignou para a ordem do dia: 1º o projecto dos governos provincias: 2º o projecto da confirmação das leis que têm

regido o Brazil: 3º segundas leituras de proposas.

Levantou-se a sessão ás 2 horas e meia da tarde.—*Manoel José de Souza França*, secretario.

Sessão em 16 de Julho

PRESIDENCIA DO SR. CAMARA

Reunidos os Srs. deputados pelas 10 horas da manhã, fez-se a chamada, e acharão-se presentes 56, faltando por doentes os Srs. Xavier de Carvalho, Bispo capellão-mór, Ferreira Barreto, Andrade e Silva, Alencar, Rocha, Silveira Mendonça e Ribeiro de Andrade.

O SR. PRESIDENTE declarou aberta a sessão, e lida a acta da antecedente foi aprovada.

Veio á meza a seguinte declaração de voto.

“ Declaro que na sessão de hontem votei que não passasse á 2ª discussão o projecto sobre a lei marcial. — 16 de Julho de 1823.—*Alencar, Carneiro da Cunha, Fortuna.*” — Mandou-se inserir na acta.

O SR. SECRETARIO CARNEIRO DE CAMPOS leu o seguinte ofício do ministro de estado dos negócios da justiça:

“ Illm. e Exm. Sr.—Sua Magestade o Imperador attendendo ás razões expostas por Marcos Thomaz de Oliveira no requerimento incluso, me ordena o faça remetter a V. Ex. com a informação tambem junta do chanceller da casa da supplicação que serve de regedor, a que mandou proceder, para que fazendo V. Ex. presente tudo á assembléa geral constituinte e legislativa, a mesma assembléa tome a pretenção do supplicante na consideração que julgar de justiça.

“ Deus guarde a V. Ex. Paço, em 14 de Julho de 1823.—*Caetano Pinto de Miranda Montenegro.* — Sr. José Joaquim Carneiro de Campos. »

INFORMAÇÃO DO CHANCELLER AO MINISTRO DA JUSTIÇA

“ Illm. e Exm. Sr.—Pretende Marcos Thomaz de Oliveira que S. M. o Imperador haja por bem que continue a causa contra elle movida pelo actual deputado á assembléa constituinte e legislativa do Imperio do Brazil pelo prejuizo que da suspensão do progresso da mesma causa se lhe segue, ou que se remetta o seu requerimento á dita assembléa para ser contemplado e decidido. A suspensão foi por mim decretada em justa observância do regimento interino e provisório da assembléa, cap. 12 art. 179, que diz assim:—Enquanto durarem as sessões, não pôde o deputado demandar, nem ser demandado civilmente, nem

ser executado por dívidas.—Pôde ser que na discussão particular deste artigo se decida o contrário.

“ Nestes termos excusando S. M. Imperial a primeira parte do requerimento parece de razão que se digne atender á segunda, mandando remetter o mesmo requerimento á dita assembléa para ser contemplado na discussão particular do citado artigo. O mesmo Senhor porem decidirá o mais justo.

“ Deus guarde a V. Ex. muitos annos. Rio de Janeiro, 12 de Julho de 1823.—Illm. e Exm. Sr. Caelano Pinto de Miranda Monte negro, do conselho de estado, ministro e secretario de estado dos negócios da justiça. — O chanceller da casa da supplicação que serve de regedor, *Antonio Rodrigues Velloso de Oliveira.* »—Foi tudo remetido á comissão de constituição.

Leu depois outro do ministro e secretario de estado dos negócios do imperio, do theor seguinte :

“ Illm. e Exm. Sr.—Tendo levado á augusta presença de S. M. o Imperador o officio de 14 do mez proximo passado, em que V. Ex. participa ter a assembléa geral, constituinte e legislativa deste imperio resolvido, por ser um preliminar indispensável para muito dos seus trabalhos, que se proceda á formação de mappas estatísticos e topographicos das diferentes províncias deste imperio, para lhe serem presentes á medida que se forem apromtando. E havendo S. M. Imperial mandado expedir a este respeito as ordens necessárias, e igualmente determinado que a mesa do desembargo do paço enviasse quanto antes os mappas estatísticos, que alli já existissem, afim de servirem de auxílio áquelle importante trabalho: O mesmo augusto Senhor me ordena que remetta a V. Ex. para serem presentes na dita assembléa, os mappas constantes da relação inclusa, vindos daquelle tribunal, em cumprimento da sobredita ordem.

“ Deus guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 14 de Julho de 1823.—*José Bonifacio de Andrade e Silva.* — Sr. José Joaquim Carneiro de Campos. »

RELAÇÃO DOS MAPPAS ESTATÍSTICOS QUE EXISTIÃO NA SECRETARIA DA MESA DO DESEMBARGO DO PAÇO, E A QUE SE REFERE O AVISO DA SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DO IMPERIO DE 14 DE JULHO DE 1823.

“ Comarcas: Bahia, Sergipe, Ilhéos, Jacobina, Ceará, Espírito Santo, sertão do Pernambuco, Alagoas, Parahyba, S. Paulo, Paranaguá e Corytiba, Ouro Preto, Rio das Mortes, Sabará, Rio Grande do Sul, S. João das Duas Barras, Rio Negro. »

Resolveu a assembléa que fossem remetidos á comissão de estatística, á excepção do de

Sergipe d'El Rei, que foi para a de constituição para determinar quantos deputados devia eleger aquella província.

Leu igualmente as emendas oferecidas ao projecto da lei marcial na sessão antecedente pelos Srs. Henriques de Rezende, Rodrigues de Carvalho e Araujo Lima.—Forão todas apoiadas.

Leu por ultimo o seguinte boletim do cirurgião assistente a S. M. o Imperador:

“ Sua Magestade Imperial continua a passar sem novidade.

“ Paço da Imperial Quinta da Boa-Vista, 16 de Julho (16º de molestia) 1823.—O cirurgião da imperial camara e assistente a S. Magestade o Imperador.—*Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto.* »—Foi ouvido com muito especial agrado.

Passou-se á ordem do dia, e começou-se pelo art. 14 do projecto sobre os governos provisórios com a emenda do Sr. Pereira da Cunha.—(Veja-se a sessão de 20 de Junho.)

O SR. HENRIQUES DE REZENDE pediu a palavra, e mandou á mesa o seguinte additamento:

“ A' excepção das disposições dos ns. 12 e 13 que só terão lugar em conselho.—*Henriques de Rezende.* »—Foi apoiado.

O SR. COSTA BARROS;—Como pôde, haver precisão de providência sobre segurança pública não estando o conselho reunido, julgo necessária alguma regra, e por isso ofereço a seguinte

EMENDA

“ Quando as providências momentâneas houverem de cahir sobre segurança pública, o presidente ouvirá o chefe da força armada, e convocará depois imediatamente o conselho, para ver se este as julga bem dadas, se devem estas continuar ou suspender-se.—*Costa Barros.* »—Foi apoiada.

O SR. LOPES GAMA ofereceu a seguinte

EMENDA

“ Não estando o conselho reunido, o presidente proverá sobre as matérias indicadas no artigo antecedente por si só em casos urgentes, convocando imediatamente os conselheiros que se puderem reunir, a cuja deliberação ficará submetida a aprovação da medida tomada; salvo porém nos casos marcados nos ns. 12, 13, e 24, sobre os quais só em conselho poderá prover.—O deputado *Lopes Gama.* »—Foi apoiada.

Julgou-se a matéria discutida; e como na sessão de 11 de Julho tinha ficado reservada a 2ª parte da emenda do Sr. Andrada Machado ao art. 10, para se decidir della quando se tratasse do art. 14, propôz o Sr.

presidente á votação a referida 2ª parte, e foi aprovada salvas as excepções.

Propôz mais se o artigo passava tal qual, salvas as emendas de excepção, e venceu-se que sim.

Propôz por sim sucessivamente os additamentos dos Srs. Henriques de Rezende e Lopes Gama. O 1º foi aprovado; e o 2º também o foi na parte que comprehendia o n. 14.

Seguiu-se o art. 15 do mesmo projecto.—(Veja-se a sessão de 20 de Junho.)

O SR. ANDRADA MACHADO:—Entendo que este artigo deve ser conservado tal qual.

O nobre deputado o Sr. Carneiro de Campos lembrou que deveria dizer-se:—O conselho resolveu, e o presidente ordena;—mas como o presidente também em algum desses casos resolve, nesses não pôde dizer-se que o conselho resolveu. Pela outra formula vê-se a concurrence do presidente nas resoluções do conselho, onde até pôde ter o voto de qualidade no caso de empate. Em uma palavra, nas matérias da competência necessária do conselho o presidente resolve com elle; e nas que se tratão nas convocações do conselho que a lei deixa ao arbitrio do presidente resolve este, porque os conselheiros só têm voto consultivo; logo, é mais conforme que se diga:—O presidente em conselho resolveu.—Agora, quando elle der por si só alguma providência, eu julgo que deve dizer-se:—O presidente resolveu—para que se veja que não concorreu o conselho para a determinação.

O SR. CARNEIRO DE CAMPOS:—Pedi a palavra para mostrar que os argumentos do ilustre autor do projecto não me persuadem a desistir da emenda. Ela se deriva dos princípios que abraçou o ilustre autor na organização dos governos das províncias. O seu princípio fundamental, é que tudo que depende de deliberação pertence ao conselho, e o que é meramente executivo pertence ao presidente da província. Este conselho tem voto deliberativo nos objectos indicados no art. 13, nestes o presidente não pôde tomar uma resolução que não seja a da maioria dos votos do conselho. Por consequência a formula proposta no art. 15:—*O presidente em conselho resolveu*—não é exacta, visto que a resolução não é do presidente, mas sim do conselho; pois se fosse do presidente e não do conselho, então este não teria voto deliberativo. Isto mesmo se verifica nos casos de empate, em que a resolução parece nascer do voto de *qualidade*, que se confere ao presidente: porquanto ainda que por este seu voto se forme a resolução, nem por isso se pôde dizer que ella provém dele; porque este voto por si só não produz a resolução, e não tem outra força mais, do que a de fa-

zer pender a resolução para uma das partes, formando assim a maioria do conselho, donde deve resultar a resolução; ora, neste caso ella é tanto do presidente, quanto seria de qualquer membro do conselho, que entrando ao tempo de uma votação empalada, fizesse com o seu voto cessar o empate. Nestes termos é para mim evidente que esta formula:—O presidente em conselho resolveu,—é inadmissível, porque não é exacta, e é contraria á prerrogativa do conselho. Não basta uma só formula para a expedição das ordens do presidente, são precisas outras que variem segundo as circunstâncias, indicando a origem dellas.

Nas materias que são da atribuição do conselho, parece-me mui propria esta:—*O conselho resolveu e o presidente ordena.*—Por esta marca-se exactamente a fonte de que dimanou a ordem e faz-se conhecer ao publico que se procedeu na forma da lei; e isto é sempre conveniente n'um governo constitucional.

A formula proposta pelo illustre autor, poderá sómente ter lugar quando o presidente na conformidade do art. 10 convoca o conselho, para ouvir o seu parecer: porque então o conselho tem sómente voto consultivo, de maneira que a resolução é tão propria do presidente, que até pôde adoptar uma diversa da que pareceu ao conselho. Então sim, mui propriamente se diz:—*O presidente em conselho resolveu.*

O Sr. FRANÇA offereceu a emenda seguinte:

“ O presidente, depois de ouvido o conselho da província, ordena. Paço da assembléa, em 16 de Julho de 1823.—O deputado França.”—Foi rejeitada.

O Sr. Costa Barros:—Sr. presidente. Eu quizera que pela formula adoptada para publicar as resoluções, logo o povo conhecesse quais erão do presidente por si só, quais as tomadas com voto consultivo do conselho, e quais as deliberações do mesmo conselho. Esta explicação me parece necessaria, e o povo tem direito a ella. A esse fim propoelho a seguinte

EMENDA

“ Nas materias em que o presidente por si ordenar, seja a formula—O presidente ordena.

“ Naquellas em que o conselho for consultivo—O presidente com o conselho resolveu.

“ Naquellas em que o conselho for deliberativo—O presidente com o conselho deliberou.—Costa Barros.”—Foi apoiada.

O Sr. ALMEIDA E ALBUQUERQUE:—Como a discussão está reduzida a questão de palavras também mandarei a minha

EMENDA

“ O conselho da província tem resolvido (aqui a resolução). Portanto ordeno, etc.—Albuquerque.”—Foi apoiada.

A este tempo compareceu na sala o Sr. Ribeiro de Andrada e tomou o seu assento.

O Sr. ARAUJO GONDIM offereceu a seguinte

EMENDA

“ Nas materias em que o conselho é meramente consultivo a formula seja—O presidente, ouvido o conselho, ordena.

“ Nas materias porém em que o conselho deliberar seja a formula—O conselho resolveu.

“ E nas materias sómente da competência do presidente seja a formula—O presidente resolveu.—Araujo Gondim.”—Foi apoiada.

O Sr. Costa Barros:—Quando propus a minha emenda tive em vista fazer uma distinção que desse a conhecer quando o presidente resolve e quando o conselho. Como esta explicação se faça, porque o povo tem direito de saber donde vem a resolução dos negócios, pouco importa que se adopte esta ou aquella formula.—Eu approvarei qualquer em que isto se expresse.

O Sr. Teixeira de Gouvêa:—Como ha decisões proprias do presidente e outras privativas do conselho, tambem acho que isto se deve declarar, especificando-se quando o presidente resolve em conselho consultivo e quando deliberar com o conselho. Parece-me isto indispensavel; mas tambem entendo que pelas formulas apresentadas já temos clara esta explicação.

O Sr. Vergueiro:—O que me parece é que em quertão tão simples se tem gasto demasiado tempo. Quando ouvir o conselho diga-se—O presidente, ouvindo o conselho, resolveu,—quando o não ouvir—O presidente, sem ouvir o conselho, resolveu; e quando a decisão for do conselho—O conselho resolveu.—Não sei para que estamos a perder tempo.

O Sr. PEREIRA DA CUNHA leu a seguinte

EMENDA

“ As provisões que se expedirem pelos presidentes das províncias para serventias de officios e outros semelhantes objectos serão passadas em nome do presidente usando da formula—Fulano, faço saber, etc., e assignará de nome inteiro; e nos outros casos se expedirão portarias pelas formulas prescriptas no mesmo parágrapho. Paço da assembléa, 16 de Julho de 1823.—O deputado Pereira da Cunha.”—Foi apoiada.

O Sr. LOPES GAMA igualmente pediu a palavra e propôz a seguinte

EMENDA

« Nestas mesmas matérias, quando o presidente decidir por si só, segundo o disposto no parágrafo antecedente, usará da seguinte fórmula—O presidente temporariamente ordena.—O deputado *Lopes Gama*.»—Foi apoiada.

Julgou-se discutida a matéria e propôz o Sr. presidente :

1.º Se passava o artigo tal qual estava redigido.—Venceu-se que não.

2.º Se se aprovava a emenda do Sr. Araujo Gondim.—Venceu-se que sim.

3.º Se se aprovava a do Sr. Lopes Gama.—Venceu-se também que sim.

Julgaram-se as mais emendas prejudicadas.

Passou-se á 2.ª parte da ordem do dia, que era a 3.ª discussão do projecto sobre a confirmação da legislação actual, e foi lido o 1º artigo com as respectivas emendas dos Srs. Pereira da Cunha, barão de Santo Amaro, Maia, Araujo Vianna e Andrade Machado. (Veja-se a sessão de 7 do corrente.)

O Sr. Pereira da Cunha:—Escusado me parece entrar em discussão para demonstrar que esta expressão se acha neste lugar bem collocada para determinar que pelas leis ora existentes e pelas quais se regia a monarquia portuguesa, de que fomos parte, se devia dirigir os negócios políticos, civis e económicos da nação brasileira, enquanto não organizava os seus códigos; mas em desempenho de meu dever como autor deste projecto apenas direi que a palavra—política—é de origem grega e composta de duas que quer dizer a arte de governar os estados.

E suposto que em sua generalidade se pretendão compreender os negócios externos de uma nação para com outra, o que verdadeiramente pertence ao direito das gentes e constitui a parte do direito público universal externo de cada império, em que se contêm as relações que os estados têm entre si estabelecido; todavia no sentido próprio e privativo a política tem por objecto as leis particulares de uma nação e que formão o seu direito público interno, que é relativo aos deveres que ella tem para consigo mesmo, ou seja para determinar a forma de seu governo e de que maneira a soberania deve ser exercitada, ou seja sobre as bases em que são firmadas suas leis fundamentaes, que formão sua constituição e pacto social em contraposição do direito civil que regula os pactos e convenções contrahidas entre os individuos da sociedade, o que mui clara e judiciosamente se acha explicado em todos os autores classicos desta matéria.

Eu prescindo desta controvérsia, que me parece questão de nome e pouco importa, ou que se suprima esta expressão, ou seja

por outra substituída, contanto que a disposição deste decreto (aliás sumamente essencial nas nossas circunstâncias,) seja de tal sorte enunciada, que se possa obter o seu fim com aquella clareza e simplicidade com que as leis devem ser formadas para sua melhor e mais facil intelligencia.

O Sr. Almeida o Albuquerque:—Eu julgo desnecessário que se diga que estas leis são para regularem os negócios do império, pois é claro que não se confirmão senão para nos regermos por elas. O que me parece preciso é acrescentar—e que se acha em execução;—pois não são todas indistintamente, são sómente as que estiverem em observância no Brazil; e isto é o que não está claramente explicado neste 1º artigo do projecto, em que se diz que todas as leis, regimentos, etc., dimanadas do trono do Sr. D. João VI até ao dia 25 de Abril de 1821, ficão em seu vigor. (No resto não se entendeu o tachygrapho.)

O Sr. Carneiro de Campos:—Não aprovo o acrescentamento que propõe o nobre deputado; porque o illustre autor do projecto já redigiu novamente o § 1º, declarando que das ordenações, leis, regimentos, decretos e resoluções promulgadas pelos reis de Portugal, ficão em vigor sómente aquellas que governavão o Brazil até o dia 25 de Abril de 1821. (Leu.) Com esta emenda fica desnecessário acrescentar-se—que se acha em execução—pois o Brazil não havia de ser governado por leis, regimentos, etc., que não estivessem em execução.

O legislador não deve usar de palavras e phrases redundantes, que de ordinário tornão as leis obscuras ou equivocadas; deve empregar precisamente aquellas palavras que com clareza façam entrar bem no espírito das suas disposições.

Portanto não acho necessidade do additamento proposto, que seria uma verdadeira perissologia, se fosse adoptado o voto pelo parágrafo como se acha emendado na nova redacção do seu illustre autor, fazendo-se-lhe a supressão oferecida pelo illustre deputado o Sr. Araujo Vianna.

(Fallaram também os Srs. Rodrigues Velloso, Xavier de Carvalho e Ribeiro de Andrade; mas não se entendeu o tachygrapho.)

Julgando-se a matéria discutida, propôz o Sr. presidente :

1.º Se o artigo passava, salvas as emendas supressivas dos Srs. barão de Santo Amaro e Araujo Vianna.—Venceu-se que sim.

2.º Se se aprovava a emenda do Sr. barão de S. Amaro.

3.º Se se aprovava a do Sr. Araujo Vianna.—Venceu-se que não.

O Sr. FRANÇA:—Parece-me que a votação

não está perfeita; faltam muitos Srs. deputados que estão lá dentro e que devem votar.

O Sr. Costa Aguiar:—É preciso que nos entendamos; a votação está bem feita porque estavam na sala mais de 46 Sr. deputados e portanto está coerente com o que se acha vencido.

Eu não me opombo a que se proceda à nova votação; embora se faça, se a assembléa quizer; mas não se diga que a votação não está em regra.

O Sr. França:—Quando a assembléa decidiu que bastasse estar presente o numero de 46 deputados para haver sessão, teve em consideração o pequeno numero que então havia, mas agora como é que há de passar uma lei com tão poucos votos, sabendo-se que estão dentro do edifício muitos mais que devem ser chamados? Não me parece que tenha applicação para este caso o vencimento que se allega.

O Sr. Carneiro de Campos:—Esta assembléa decidiu que era suficiente o numero de 46 Srs. deputados para haver sessão; e se disto ninguém duvida, segue-se que a votação está bem feita. Tenho porém uma dúvida; como passou a emenda do Sr. barão de Santo Amaro que exclui os negócios políticos, não sei se ficará incompleto o artigo, se não se fizer declaração a respeito dos eclesiásticos e militares.

O Sr. PRESIDENTE consultou a assembléa sobre a validade da votação com os 46 Srs. deputados e decidiu-se que estava valiosa.

O Sr. Costa Aguiar:—Segundo o que ordena o regimento já não pôde admitir-se emenda alguma para se discutir. Contudo eu creio que a assembléa deve tomar em consideração o que lembra o Sr. Carneiro de Campos, para que não fique manco o projecto nesta parte.

O Sr. Rodrigues de Carvalho:—Visto que está aprovada a emenda da suppressão da palavra—políticos—convenio que seja precisa a declaração, porque se faz uma especie de classificação de negócios; mas nunca me persuadirei que por negócios políticos se pudessem entender neste caso os do Brazil com os de outra nação; nós não estamos ainda reconhecidos por nenhuma delas; não temos tratados com ninguém, nem ninguém os tem comnoscido; portanto é claro que por políticos se entendem os de direito político interno, e nunca os de nação para nação.

Por ter dado a hora para a leitura dos pareceres de comissões ficou adiada a matéria.

O Sr. RODRIGUES VELLOSO por parte da comissão de legislação leu os seguintes pareceres:

Princípo

“ José Antonio Gonçalves Vianna queixa-se de estar preso na fortaleza de Santos desde o dia 25 de Dezembro de 1822, sómente por ser piloto da escuna *Catharina*, que de Pernambuco se dirigiu áquelle porto e nela entrou no dia 23 do sobredito mês e anno, sem se lhe ter formado culpa; e requer que, ou se mande soltar, ou remover para esta capital, assim de defender-se.

“ A comissão de legislação é de parecer que se exijão do governo as informações necessárias a respeito da prisão do suplicante e do motivo della. Paço da assembléa, 14 de Julho de 1823.—*Antonio Rodrigues Velloso de Oliveira*.—*José Antonio da Silva Maia*.—*José Teixeira da Fonseca Vasconcellos*.—*Estevão Ribeiro de Rezende*.—*D. Nuno Eugenio de Locio*.—*João Antonio Rodrigues de Carvalho*.—*Bernardo José da Gama*.”—
Foi aprovado.

Segundo

“ A comissão de legislação vendo o requerimento de José da Silva Pereira, mestre, e dono da escuna *Catharina*, e seu irmão praticante da mesma, no qual se queixão de estarem presos há mais de seis meses na fortaleza de Santos, mettidos no calabouço com os mais da equipagem, tendo-se-lhes appreendido a referida escuna, com os seus pertences, a carga de sal, e dous negros escravos; havendo-se-lhes tomado todos os seus papeis; e retendo-os na prisão sem se lhes formar culpa, e sem que ellos tenham notícia dos seus bens; é de parecer, que seja o mesmo requerimento remetido ao governo para deferir aos supplicantes como requerem, ou mandando-os soltar, se não tiverem culpa, ou admitindo-os no caso de tereem, a livramento, ou justificação, perante as justiças competentes da villa de Santos, ou desta corte, para serem alliviados, se forem inocentes, ou punidos, se culpados.

“ Paço da assembléa, 15 de Julho de 1823.—*Antonio Rodrigues Velloso de Oliveira*.—*Bernardo José da Gama*.—*José Teixeira da Fonseca Vasconcellos*.—*D. Nuno Eugenio de Locio*.—*José Antonio da Silva Maia*.—*Estevão Ribeiro de Rezende*.—*João Antonio Rodrigues de Carvalho*.”—Como houvesse quem fallasse contra o parecer ficou adiado.

O Sr. PRESIDENTE assignou para a ordem do dia: 1º, o projecto dos governos provincias; 2º, o projecto sobre a confirmação da legislação actual; 3º, segundas leituras de propostas; e regimento da assembléa.

Levantou-se a sessão ás 2 horas da tarde.
—*Manoel José de Souza França*, secretario.

RESOLUÇÕES DA ASSEMBLÉA

PARA FRANCISCO FERREIRA BARRETO

A assembléa geral, constituinte e legislativa do Imperio do Brazil, attendendo ao justo motivo da falta de saude que V. S. allega para ser dispensado por mais vinte dias de comparecer neste congresso, e tomar parte nos seus trabalhos: manda participar a V. S. que lhe concede a prorrogação da licença de que precisa pelo referido tempo de vinte dias.

Deus guarde a V. S. Paço da assembléa, em 16 de Julho de 1823.—*José Joaquim Carneiro de Campos.*

PARA LUIZ DA CUNHA MOREIRA

Illm. e Exm. Sr.—A assembléa geral, constituinte e legislativa do Imperio do Brazil approvando o parecer da commissão de legislação sobre o requerimento de José Antonio Gonçalves Vianna, que se queixa de estar preso na fortaleza de Santos sem culpa formada desde 25 de Dezembro de 1822, sómente por ser piloto da escuna *Catharina* que de Pernambuco se dirigiu áquelle porto, pedindo o supplicante ser solto, ou removido para esta capital, afim de defender-se: manda participar ao governo que desejando deliberar acertadamente sobre este negocio, precisa que lhe sejão transmittidas informações desta prisão, e dos motivos della. O que V. Ex. levará ao conhecimento de S. M. Imperial.

Deus guarde a V. Ex. Paço da assembléa, em 16 de Julho de 1823.—*José Joaquim Carneiro de Campos.*

PARA RODRIGO PINTO GUEDES

Illm. e Exm. Sr. — A assembléa geral constituinte e legislativa do Imperio do Brazil tomindo em consideração os pareceres da commissão de marinha e guerra composta dos deputados Manoel Jacintho Nogueira da Gama, José Arouche de Toledo Rendon e Manoel Martins do Couto Reis, que está hoje substituído pelo deputado Pedro José da Costa Barros que serve de secretario da mesma commissão: manda remeter a V. Ex. para sua intelligencia, tanto a cópia da relação dos membros que compoem, com approvação da assembléa, a commissão de fóra proposta pela de dentro em 12 de Julho para a auxiliar e corresponder-se com ella, como a do parecer de 17 do mesmo mez, sobre o regulamento do trabalho da dita commissão de fóra e sua correspondencia com a de dentro, na fórmula que foi approvado pela mesma assembléa.

Deus guarde a V. Ex. Paço da assembléa, em 16 de Julho de 1823.—*José Joaquim Carneiro de Campos.*

CÓPIA DA RELAÇÃO DOS MEMBROS PROPOSTOS PELA COMISSÃO DE MARINHA E GUERRA E APPROVADOS PELA ASSEMBLÉA PARA A COMISSÃO DE FÓRA

Lord Cochrane, 1º almirante; Rodrigo Pinto Guedes, almirante; Joaquim de Oliveira Alvares, marechal de campo; Manoel da Costa Pinto, brigadeiro; Francisco Maria Gordilho Velloso de Barbuda, brigadeiro; Diogo Jorge de Brito, capitão de mar e guerra; Francisco Cordeiro da Silva Torres, coronel de engenheiros; Francisco José de Souza Soares de Andréa, coronel de engenheiros.—Rio de Janeiro, em 16 de Julho de 1823.—Está conforme.—*Theodoro José Biancardi.* »

CÓPIA DO PARECER DA COMISSÃO

« A commissão permanente de marinha e guerra, tendo feito a proposta de oito officiaes, de que se deve compôr a commissão de fóra, para com ella se entender em tão importantes e variados objectos, que se podem offerecer á sua consideração, representa a falta de regulamento para o trabalho da dita commissão de fóra, e para a sua correspondencia com a commissão permanente, e offerece á deliberação da assembléa as seguintes providencias, que deverão ser participadas aos membros da dita commissão pelo 1º secretario desta assembléa, e incluidas no fim do capítulo 10 do regimento, no caso de merecerem a sua approvação.

« Artigo 162. As commissões da assembléa pedirão ás de fóra, por meio de seus secretarios, todas as informações, e illustrações de que necessitarem.

« 157 As commissões de fóra nomearão de entre si um secretario, e um relator, e darão parte desta nomeação aos secretarios das respectivas commissões da assembléa, para se fazer a reciproca correspondencia por officio das suas secretarias.

« 158. Pedirão aos secretarios das commissões da assembléa todas as noções, e documentos, que não forem objecto de sessão secreta, que lhes forem necessarios para o desempenho do seu trabalho, afim de se proceder na fórmula dos arts. 151 e 152.

« 159. Nas informações das commissões se praticará o que fica disposto no art. 153.

« 160. Nos negócios mais graves, segundo o parecer das commissões, concorrerão todos os membros das commissões de fóra, com os membros das respectivas commissões da assembléa, para seu esclarecimento, precedendo a designação do dia e hora em que deve haver a sessão geral na sala para isso destinada.

« 161. Nos negócios porém de menor importancia bastará que compareça o relator da commissão de fóra, para delles informar os membros da respectiva commissão da assembléa no dia e hora que fôr indicada,

Paço da assembléa, 16 de Julho de 1823.—
Manoel Martins do Couto Reis.—Manoel Jacinho Nogueira da Gama.—José Arouche de Toledo Rendon. » Está conforme. — Theodoro José Biancardi.

Sessão em 17 de Julho

PRESIDENCIA DO SR. CAMARA

Reunidos os Srs. deputados pelas 10 horas da manhã, fez-se a chamada e acharão-se presentes 59, faltando por doentes os Srs. Silveira Mendonça, e Ferreira Barreto, e sem causa participada os Srs. Marianno Cavalcanti, D. Nuno Eugenio e Lopes Gama.

O Sr. PRESIDENTE declarou aberta a sessão e lida a acta da antecedente foi aprovada.

Comparecerão então na sala os Srs. D. Nuno Eugenio e Lopes Gama.

O Sr. SECRETARIO CARNEIRO DE CAMPOS leu o seguinte officio do ministro de estado dos negocios da marinha:

« Illm. e Exm. Sr.—De ordem de S. M. Imperial comunico a V. Ex. para levar ao conhecimento da assembléa geral constituinte e legislativa do imperio; que pela sumaca *S. José Triumphant*, vinda da Bahia com 14 dias de viagem, consta ter evacuado aquelle porto e cidade, a esquadra, e tropas lusitanas no dia 2 do corrente mez, cujas particularidades talvez brevemente se receberão.

« Deus guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, 17 de Julho de 1823.—*Luiz da Cunha Moreira*. — Sr. José Joaquim Carneiro de Campos. »—Ficou a assembléa inteira.

O Sr. SECRETARIO FRANÇA declarou que estava na mesa uma representação dirigida ao Sr. presidente pelo cidadão Antonio d'Avila Billencourt, da villa do Príncipe do Serro do Frio, em que oferecia á aprovação da assembléa uns estatutos para a criação de diversas sociedades de mineração.

Mandou-se remetter á comissão de comércio, industria e artes.

Passou-se á ordem do dia, e entrou em discussão o art. 16 do projecto dos governos provinciais com as respectivas emendas dos Srs. Andrada Machado, Araujo Lima, Rocha Franco, Percira da Cunha, Arouche Rendon, Carneiro de Campos e Souza Mello.—(Vejão-se as sessões de 20 e 21 de Junho.)

O Sr. Henriques de Rezende: — Não me cançarei mais em repetir as mesmas razões, que expendi na segunda discussão contra este artigo, diri sómente, que se o nobre orgulho e pudor dos nossos bravos militares, se não julgou deslustrado, quando em nossas reclamações contra o decreto das cortes de Lisboa, exigimos que o commandante da força

armada fosse subordinado ao governo civil, porque razão ficará elle agora desaíoso, se por uma lei da assembléa brazileira se mandar que elle fique subordinado?

Sr. presidente, eu não considero a tropa como um poder no estado; mas como força; ora, a força jamais deve ficar isolada; ella deve estar na mão do governo, a quem se confia a administração das províncias. Não são estes governos emanações do supremo poder executivo?

Não é a força armada inteiramente subordinada ao chefe do poder executivo?

Como pois é possível deixar isolada nas províncias uma parte desta força, sem que seja subordinada a essa parte, ou emanação do chefe da nação?

Obedecer ao governo provincial uma força também provincial, em nenhum sentido pode ser indecoroso aos bravos militares.

Como, porém, Sr. presidente, este artigo tem muitas emendas, e eu não sei qual delas passar, no caso de passar a nova redacção, que lhe fez o nobre autor do projecto, proponho sobre esta nova redacção as seguintes emendas:

« Independente do presidente e conselho menos para os destacamentos extraordinários, e estabelecimentos de novos pontos militares.

« E ás palavras—sem ordem do poder executivo—se acrescente—nem fóra do distrito respectivo sem aprovação do presidente em conselho.—*Henriques de Rezende*. »

A razão da 1^a é porque os destacamentos extraordinários, e o estabelecimento de novos pontos militares, além de uma certa alteração na marcha ordinaria dos negócios da província, traz consigo novos dispendios na fazenda pública; o que de certo não deve ter lugar sem aprovação do conselho.

A razão da 2^a emenda é obvia: é porque sendo as milícias compostas de proprietários e industriais, padece a agricultura e o comércio, se o chefe da força armada puder livremente mover as milícias para fóra do distrito respectivo. Queira V. Ex. mandar buscar a minha emenda.—Foi á mesa a referida emenda; mas ficou rejeitada.

O Sr. Carneiro da Cunha:—Sempre tenho declarado que considero tão importante este objecto que até receio dar sobre elle o meu voto, pelas circunstâncias em que nos achamos: mas tenho presente o meu juramento; devo falar com franqueza, e dizer tudo o que julgar a bem do Brazil; se não acortar mostrem-se os meus erros; nem por isso deixarei de falar o que sentir em a sinceridade própria do meu carácter, e que tenho mostrado em todos os tempos e em todas as circunstâncias.

Fazem-se as leis quando as necessidades dos povos as pedem, e devem firmar-se na opinião geral; e eu creio que nenhuma destas causas se verifica no projecto.

Todos sabem quaes forão as consequencias que resultarão da independencia do chefe da força armada nos governos que nos mandarão as cōrtes de Portugal, quando já temião a nossa emancipação; portanto longe de se julgar vantajosa aquella independencia, já pela experencia conhecemos os danmos que della resultão.

Igualmente se não pôde dizer que esta disposição se firme na opinião geral dos povos, pois creio que não ha uma só província que tenha louvado semelhante separação de poder; antes foi ella um dos poderosos motivos que determinando os povos para a independencia do Brazil, como S. M. Imperial o declarou no seu manifesto.

Nestas circunstancias como é que esta assembléa, composta de tão ilustrados varões, não tem em consideração as representações dos povos e as boas razões com que aqui mesmo se tem sustentado por alguns honrados membros a subordinação do chefe da força armada ao governo civil?

Como se não teme lançar o fel de desgosto entre povos que se têm sacrificado; que sem armas nem meios de defesa se dispunhão a esperar e a combater os inimigos?

Eu já tenho dito isto em outras ocasiões; mas sempre que puder o repetirei; embora alguns malevolos me traem por inimigo da ordem, avançando contra mim falsidades até em papeis publicos.

Ninguem, Sr. presidente, é mais amigo da ordem do que eu; ninguem respeita mais a razão, a justiça, a virtude e o sistema constitucional. Com estes sentimentos fallo sempre; se errar faço o que é natural do homem, com isso não me envergonho.

Estou persuadido que convinha marchar com mais moderação e não nos precipitarmos; ainda que fosse esta medida a melhor, eu seria de voto que se não puzesse em execução enquanto os povos desenganados pela propria experencia a não reputassem vantajosa; por ora só lembro das desordens e males causados pelos governadores das armas e não podem esperar bens do que ha pouco lhes foi tão funesto.

Quanto ao receio de se escandalisarem os militares da subordinação ao governo civil, eu julgo imaginario; não duvido que isto tivesse algum lugar na Europa; mas no Brazil onde as tropas estão acostumadas a obedecer ao homem que se mandava para governar a província, fosse paisano ou militar, não pôde esta dependencia fazer novidade, nem reputar-se injuriosa.

Outros argumentos poderia produzir e até empregados pelo ilustrer autor do projecto no congresso de Portugal contra o que hoje defende; mas já na 2ª discussão me fiz cargo delles e não quero cançar esta assembléa com escusadas repetições.

O Sr. Andrada e Silva:— Apesar de ter expêndido eloquente o nobre deputado as suas razões considero-as destituídas de fundamento.

Eu não sei que discursos se sizerão nas cōrtes de Lisboa, nem com elles me importa; tenho a honra de ser deputado na assembléa do Brazil e como tal é que fallo.

Admira-me, na verdade, que o ilustrer preopinante tanto se assuste com a independencia do commandante da força armada, depois das limitações que fez ao artigo o mesmo autor do projecto. Elle diz no principio da sua emenda que o governo da força armada da província, de 1ª e 2ª linha, compete ao commandante militar e é independente do presidente e conselho: até aqui é a disposição geral; e esta these é admittida em todas as nações; o regimem da força pertence a quem a commanda.

Mas, como se isto não tivesse restrições seria origem de grandes males no estado, na emenda se apontão as limitações necessarias. Como este poder se tornaria formidavel e perigoso se o chefe dispusesse delle a seu arbitrio com o pretexto de inimigos internos, ou de outro motivo muitas vezes supposto, acautela-se o mal não lhe deixando a liberdade de dispôr da força em taes casos sem requisição das autoridades civis; e igualmente se lhe não permite que elle possa fazer marchar a 2ª linha para fóra dos limites da província.

Do mesmo modo se declarão sujeitas ao presidente as ordenanças; e elle só pôde fazer o recrutamento na forma da lei, quando delle se precisar.

A vista destas assisadas prevenções, confesso que não concebo em que se funda o receio de tantos perigos na independencia do chefe militar, nem como se pôde ter tanto medo desse papão imaginario! Eu nenhum receio tenho desses males que assustão o nobre preopinante e por isso voto pelo artigo assim emendado.

O Sr. Carneiro da Cunha:— Eu também me não farei cargo de discursos alheios; mas nunca introduzirei nos que fizer tantas expressões impróprias e só empregadas para atacar o deputado que acabou de fallar.

Cada um discorre segundo o que sente e pensa; eu não me tenho por sabio; ao contrario tenho muitas vezes confessado a minha falta de luzes; mas com essas poucas que posso acho no artigo doutrina que se não conforma com os meus principios e por isso expendi as minhas razões.

Eu também conheço esses exemplos de outras nações; mas não considero o Brazil nas circunstancias a que elles ja têm chegado; entendo que devemos caminhar com vagar

e prudencia, e sei que estes são os desejos da minha província.

Eu vejo que o commandante militar, ainda segundo a emenda do nobre autor do projecto, tem debaixo da sua autoridade as tropas da 2^a linha, que pela maior parte se compoem de homens de consideração; e temo que possa a faculdade de dispôr delas ser funesta à segurança publica.

Por este e outros motivos não julgo conveniente que passe o artigo, e não sei que se mereça dícterios por se dizer o que se pensa; se os meus principios são errados destruão-se com razões como é proprio da dignidade dos representantes da nação.

O Sr. Andrada e Silva:—Peço a palavra simplesmente para dizer que nem na mocidade, nem na velhice soube nunca dizer chascos; mas como o nobre deputado me accusa de o ter atacado com sarcasmos, devo afirmar-lhe que não me lembro de que usasse delles: só se o illustre preopinante, levado do seu patriotismo tomou por ataque pessoal o que eu fiz á sua opinião: mas disso não tenho que justificar-me porque todo o homem tem direito de atacar a opinião de outro.

O Sr. Arouche Rendon:—Peço a palavra, Sr. presidente, para declarar a emenda que fiz a este artigo.

Ella está impressa assim:—« O governo da força armada da província, de 1^a e 2^a linha, compete ao commandante militar, o qual tudo será sujeito ao governo da mesma província naquellas matérias que não se acharem determinadas no regulamento das milícias, etc. »

Aqui houve lapso de pena ou de lapis; ella se deve entender na forma seguinte:—« naquellas matérias que se não acharem determinadas nos regulamentos militares etc. »

O Sr. Andrada Machado:—Sr. presidente. Eu creio que se julga muito forte o argumento tirado do que eu disse nas cortes de Lisboa, porque tendo-se lançado mão delle na 2^a discussão, ainda nesta se repete; eu desejára que o illustre deputado se lembrasse da diferença das circunstâncias em que eu então fallava para a nossa actual situação.

Nós hoje temos um chefe do poder executivo; o commandante militar é brasileiro; ha de cingir-se ao regimento e ha de ser punido se o transgredir; nada disto era assim no tempo em que fallei no congresso de Portugal; e portanto não existindo os motivos da minha opinião, não podia continuar a defendel-a; o que me determina é a razão....

(Segue-se uma longa serie de periodos que o tachygrapho fez inintelligíveis.)

Sr. presidente, todos nós devemos obedecer ás autoridades competentes; os militares devem

obedecer ao seu chefe e até o contrario seria perigoso; os militares fazem um corpo separado, têm um espirito proprio e sempre o liverão, e por isso não é possível sujeitar de todo a força armada ao presidente da província, a quem compete sómente a boa administração dos negócios.

Do modo que eu disponho na emenda fica cada um com as suas atribuições, como é necessário para o bem publico e evitados os abusos.

A emenda do Sr. Pereira da Cunha funda-se em principios oppostos aos que eu tomei para bases primordiaes do projecto, e por isso não posso admittil-a.

A do Sr. Arouche tambem a não adopto, nem mesmo a entendo bem.

Não sei o que quer dizer ser o commandante das armas independente na execução das ordens do ministerio; quando este ordena forçosamente ha de obedecer e não tem que consultar o governo da província, portanto nada mais ocioso, salvo se o nobre deputado entende que se mandarão aos militares ordens para negócios civis. (O resto não o ouviu o tachygrapho.)

O Sr. Arouche Rendon:— Quando eu fiz esta emenda tive em vista varias cousas.

Vi que a principal obrigação de quem comanda as armas é ter a tropa em boa disciplina; esta está prescripta nos regulamentos e aqui temos conforme a minha emenda que o governador das armas nesta parte nenhuma dependencia tem do governo da província; mesmo sobre a noticia nesta parte elle é independente, porque no regulamento estará marcado o modo da sua disciplina, qual ella deve ser, quando, em que tempo e em que lugares farão as suas reuniões; e para nenhuma destas cousas terá o governador das armas dependencia, porque alli o têm determinado.

Além deste primeiro dever terá o governador das armas de executar as ordens que receber do ministerio directamente e para estas não terá a menor dependencia do governo da província, se elles não dependerem de despezas em cujo caso é natural que vão também ordens ao presidente para as mandar fazer pela junta da fazenda.

No mais, Sr. presidente, elle deve ser sujeito ao presidente da província; por exemplo, o presidente sendo a primeira autoridade é a quem pertence o cuidado e vigilância de tudo: só elle pode saber quando ha necessidade de mandar um destacamento para qualquer ponto repentinamente, ou seja de tropa da 1^a linha ou da 2^a; ou seja porque se tem um pirata que ande pela costa, ou porque hajão facções, se temão escravos, ou se deva auxiliar a arrecadação de dinheiros publicos.

Em uma palavra, muitas circunstâncias

podem sobrevir nas quaes se deva fazer movimentos de tropa ; e então é necessario que o presidente possa ordenar ao governador das armas sem a obrigaçao de pedir-lhe ou declarar-lhe os motivos.

Além do referido eu tive em vista fins politicos.

Nós todos temos visto o que tem havido nas provincias e eu vi na minha.

Não convém politicamente que a primeira autoridade da provincia, o presidente, governe no todo as armas : será então perigoso ; pela mesma razão não convém que o governador das armas seja no todo independente do presidente, porque pela mesma razão será perigosos.

Por isso repartindo este poder, fica o presidente sem o governo total da força armada e o governador das armas sem demasiada liberdade ; e assim não poderá um sem outro offender a provincia, pelo contrario ficará sempre, um com ciúmes do outro e isto fará com que se não liguem para o mal, cuidando cada um em cumprir os seus deveres.

O Sr. Henrques de Rezende :— Não devemos lançar nos corações dos nossos briosos militares uma centelha, que pôde ser bem perigosa.

Os nossos militares do Brazil estão em circumstâncias diversas das da Europa, onde elles há séculos estão acostumados a ter á sua frente generaes, por isso de bom grado se não sujeitarião ás autoridades civis ; mas os nossos estão asséitos a obedecer a paisanos e até ministros, que vinhão governar e agora todos elles se têm sujeitado ás juntas provisórias, uns de bom grado, outros cedendo ao imperio das circumstâncias.

Portanto o pundonor dos nossos militares não é com isso ferido.

Agora, como deputado pela província de Pernambuco, devo esclarecer á assembléa sobre o que disse um dos illustres senhores que me precederão.

Disse que em Pernambuco onde os governadores das armas tinham estado dependentes, o sangue havia corrido ; Sr. presidente, devemos dividir douos periodos em Pernambuco ; um comprehende os acontecimentos de 1817, até que se proclamou a constituição : o outro desde essa época até agora.

No primeiro periodo alguma razão poderá ter o nobre deputado, no segundo nenhuma.

Assim mesmo todos sabem que no caso de 1817 tiverão toda a influencia as intrigas de Alexandre Thomaz, e de Manoel Joaquim Barbosa, que mexericavão com o general e delle fão levar aos outros e dahi nasceu a explosão.

Ora, depois de proclamada a constituição, mandarão de Lisboa José Maria de Moura, absolutamente independente do governo civil : assim autorisado, quiz tomar conta das fortalezas

que erão a chave da província, do trem e até da marinha, quiz meter á força novo comandante e tropas lusitanas na fortaleza do Brum, que guarda a barra para facilitar o desembarque da tropa, que vinha na esquadra do Maximiliano.

O povo pôz-se por si mesmo em alarma ; dormirão uns dentro, outros á roda do forte ; e o resto ocupou-se toda a noite em rondar a cidade, e todas as praias, para impedir qualquer desembarque. Destes, e de semelhantes actos do poder independente do governo, nascerão varios choques, e o povo muitas vezes correu em armas.

Depois chegou José Corrêa de Mello, homem probo e prudente ; mas como as suas instruções, e a sua independencia marcada não podião ir sempre de acordo com o governo, houve cousas, que o obrigarão a retirar-se. Finalmente Pedroso no dia da Bernarda da deposição do governo foi acclamado governador das armas por uma roda de gente ordinaria, em que nem mesmo a tropa teve parte, mas emfim seguirão a mesma direcção.

Com isto julgou-se Pedroso independente : o governo a querer que elle fosse subordinado, como era vontade geral da província, Pedroso a não querer obedecer ; eis-aqui os conflitos de jurisdição ; eis-aqui as lutas e os choques, donde se seguiu o derramamento do sangue. Não erão pois subordinados aqueles governadores das armas ; e é por isso que houve sangue. Julguei do meu dever dar estes esclarecimentos, para honra da minha província.

O Sr. Almeida e Albuquerque :— (Não se entendeu o tachygrapho.)

O Sr. DuARTE SILVA pediu a palavra e mandou á mesa a seguinte

EMENDA

“ O governo da força armada da província, de 1^o e 2^o linha compete ao commandante militar segundo o regimento que se lhe der, e é etc.—Duarte Silva. »—Foi rejeitada.

O Sr. França :— A força armada deve ser considerada, ou como sustentaculo da segurança e tranqüillidade publica interna, ou como propugnaculo da nossa defesa externa. No primeiro caso é indispensável a dependencia e subordinação da mesma força ao governo civil ; porque a independencia em tal caso rompe o nexo da correspondente harmonia, que deve permanecer entre a accão do poder, e o movel da mesma accão.

O governo que não gosa da presumpção de força conveniente a fazer-se obedecer, não é governo, é um vã simulacro de autoridade, que não pôde preencher as funções do mando, porque se torna dependente da voz e vontade daquelle que tem a força á sua disposição,

o qual abusará da sua independencia todas as vezes que o seu capricho lho dictar, para não satisfazer ás requisições que se lhe fação da mesma força nas occasões em que for necessário applicá-la.

No segundo caso não assim ; porque, como todo o luto é desapressar-nos da aggressão externa, seria paralysar em parte a ação da defesa, fazendo dependente a applicação da força de outro arbitrio que não seja o do chefe, ou governador das armas, que em regra só deve haver conselho quando lhe aprouver dos seus companheiros das mesmas armas. Volo portanto pela independencia absoluta no segundo caso sómente : sendo limitada no primeiro pelas razões de congruencia que tenho apontado.

O Sr. Vergueiro :— Parece-me muito conveniente fazer distinção entre o regimem e disciplina da força armada, e o emprego dessa mesma força. No regimem deve o commandante militar ser independente ; no emprego da força não posso admittir a independencia. A força armada é essencialmente obediente, nunca deve competir-lhe a deliberação ; compete-lhe só a obediencia á autoridade que delibera ; e esta deve ser só uma na província ; havendo duas são infallíveis as desordens.

Ora, como a força armada pôde ser empregada para conservar a segurança interna, ou para combater inimigos externos, cumpre providenciar para ambos os casos, e não duvido, quanto ao primeiro caso, concordar com o nobre deputado autor do projecto na emenda que ofereceu a este artigo ; pois estou persuadido que o commandante militar deve dar sempre o auxilio preciso ás autoridades civis quando estas lho requererem.

Quanto porém ao 2º caso sou de voto que só se empregue a força para deliberação do conselho, e na falta deste, por ordem do presidente, como a primeira autoridade da província, e centro do poder. Não sigo pois a opinião dos que pretendem que preceda sempre ordem do poder executivo para se empregar a força contra inimigos externos ; nem os exemplos allegados das nações da Europa me convencem, porque tais exemplos não têm applicação ao Brazil. Na Europa é facil a comunicação, e em breve passa da capital ás províncias qualquer ordem do governo ; mas entre nós onde se contam distâncias de centos de leguas, como se ha de em tal caso regular o commandante militar por ordens do poder executivo ?

Ou ha de haver na província uma autoridade que mande pôr a força em movimento, ou haveremos de conceder esta faculdade ao mesmo commandante ; que é precisamente o que eu não quero ; pois isto seria conceder-lhe a deliberação que nunca deve competir-lhe. Por estes motivos, que eu considero attendíveis, me lembrei de fazer uma emenda concebida nestes termos :

EMENDA

“ A disciplina e regimem da força armada, compete ao commandante da mesma.

“ O mesmo commandante não pôde mover os corpos sem ordem superior, ou resolução do conselho, ou do presidente na falta daquelle, quando se tratar da defesa externa ; e pelo que toca á polícia interna sem requisição das autoridades civis.—*Vergueiro.* » — Foi apoiada.

O Sr. Costa Barros :—(*Não o ouvirão os tachygraphos.*) Depois do seu discurso mandou á mesa a seguinte

EMENDA

“ O commandante da força armada será sempre ouvido no conselho provincial, e elle será membro quando se haja de tratar da segurança publica.—*Costa Barros.* » — Foi apoiada.

O mesmo Sr. deputado declarou que substituia esta emenda a outra de equivalente doutrina, mas de diversa redacção, que apresentará na sessão ancedente, sobre o art. 14.

(Falarão por ultimo os Srs. Paula e Mello e Carneiro da Cunha, mas não se entendeu o tachigrapho.)

Julgou-se a materia discutida, e propôz o Sr. presidente a doutrina do artigo segundo a, emenda que lhe fizera o seu autor na 2ª discussão, e poz a votos :

1.º Se o governo da força armada competia ao commandante militar. — Venceu-se que sim.

2.º Se ficaria independente do presidente e conselho salvas as exceções. — Venceu-se que sim.

3.º Se não poderia empregar a força armada contra os inimigos internos sem requisição das autoridades civis. — Venceu-se que sim.

4.º Se não poderia fazer marchar a 2ª linha fôra dos limites da província sem ordem especial do poder executivo. — Venceu-se que sim.

5.º Se as ordenanças não ficariam sujeitas ao governo das armas, mas sim ao presidente o qual igualmente faria o recrutamento na forma das leis, quando o commandante militar lhe participasse. — Venceu-se que sim.

6.º Se não poderia fazer marchar a tropa da 2ª linha fôra do distrito do seu respectivo regimento sem acordo do presidente da província. — Venceu-se que sim.

7.º Se a emenda do Sr. Pereira da Cunha estava prejudicada quanto a receber o santo do presidente da província. — Venceu-se que sim.

Por estar chegada a hora da leitura dos pareceres de comissões, e haver quem debatesse o parágrafo penultimo da emenda do Sr. Pereira da Cunha, adiou-se a votação, como alguns Srs. deputados pediram e outros apoiam.

O Sr. SECRETARIO CARNEIRO DE CAMPOS leu

o boletim do cirurgião assistente de Sua Magestade o Imperador :

« Sua Magestade Imperial vai continuando a passar sem novidade. Renovou-se hoje parte do apparelho ; achamos tudo em bom estado ; e pela primeira vez Sua Magestade Imperial vestiu-se para principiar a dar alguns passos na sua imperial camara. Paço da imperial quinta da Boa Vista, 17 de Julho (17º dia de molestia) 1823.—O cirurgião da imperial camara e assistente a Sua Magestade o Imperador.—*Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto.* » — Foi ouvido com muito especial agrado.

Leu tambem o seguinte officio do ministro de estado dos negócios da justiça :

« Illm. e Exm. Sr.—Comunico a V. Ex. para ser presente á assembléa geral constituinte e legislativa que o governo tem dado as necessarias providencias em attenção ao officio, que V. Ex. me dirigiu em data de 10 do corrente mez, parecendo conveniente que V. Ex. leve ao conhecimento da mesma assembléa geral constituinte e legislativa, que nem ha mortíferas masmorras na fortaleza da Lage, nem o governo pelo seus principios philanthropicos lhes dá uso aonde quer que elles existão. Em quanto ás informações de que trata o mesmo officio, serão comunicadas a V. Ex. pelo ministro da justiça, à quem se passão as ordens para esse fim. Deus guarde a V. Ex. Paço, em 15 de Julho de 1823.—*João Vieira de Carvalho.* — Sr. José Joaquim Carneiro de Campos. » — Ficou a assembléa inteirada.

O Sr. ANDRADA MACHADO :— Pergunlo se com efeito passou para outra prisão.

O Sr. CARNEIRO DE CAMPOS :— O ministro limitou-se a dizer simplesmente que se derao as precisas providencias ; e que se expedio ordem ao ministro da justiça para dar as informações pedidas.

O Sr. RODRIGUES VELLOSO, como relator da comissão de legislação leu os seguintes pareceres :

Primeiro

« Os que forão marinheiros da escuna *Catharina*, que se apprehendeu na villa de Santos, dizem que se achão presos ha seis mezes innocentemente, e que como prezos têm sido ocupados no serviço nacional em diferentes embarcações, vencendo apenas a diaria de sessenta réis, com que não podem subsistir ; e nestas circumstâncias, oferecendo-se para servir voluntariamente, mas, soltos, requerem que se mandem passar para o brigue de guerra, e que se determine se lhes faça pagamento das soldadas, que vencerão a bordo da sobredita escuna *Catharina*, pelo producto da sua carga de sal.

« A comissão de legislação é de parecer, que devem os supplicantes dirigir ao governo o seu requerimento para lhes deferir como convier. Paço da assembléa, 16 de Julho de 1823.—*Antonio Rodrigues Velloso de Oliveira.* — *Estevão Ribeiro de Rezende.* — *D. Nuno Eugenio de Locio.* — *João Antonio Rodrigues de Carvalho.* — *Bernardo José da Gama.* — *José Teixeira da Fonseca Vasconcellos.* — *José Antonio da Silva Maia.* » — Foi aprovado.

Segundo

« Vendo a comissão de legislação o requerimento de Justino André, João Sabino da Silva e Antonio José Gusmão, presos na fortaleza da ilha das Cobras, como criminosos d'estado, que pedem serem socorridos com uma diaria para a sua subsistencia, é de parecer que devem os supplicantes recorrer ao governo, para lhes deferir, attendendo ás suas circunstâncias. Paço da assembléa, 17 de Julho de 1823.—*Antonio Rodrigues Velloso de Oliveira.* — *Estevão Ribeiro de Rezende.* — *José Teixeira da Fonseca Vasconcellos.* — *José Antonio da Silva Maia.* — *D. Nuno Eugenio de Locio.* — *João Antonio Rodrigues de Carvalho.* — *Bernardo José da Gama.* » — Foi aprovado.

O Sr. RIBEIRO DE ANDRADA, como relator da comissão de fazenda leu tambem os seguintes pareceres :

Primeiro

« Os guardas do numero da alfandega empregados na condução dos generos, que de bordo das embarcações se transportão para a mesma, requerem, se lhes augumentem o pequeno salario que actualmente têm pela impossibilidade de poder com elle subsistir, allegando o exemplo dos guardas dos armazens, que tendo no exercicio das suas obrigações menores incommodos e perigos, obtiverão augmento, como mostrão pelo documento, que ajuntão. A comissão de fazenda é de parecer, que se não desira a decisão da pretenção dos supplicantes, por depender da organisação, a que em consequencia da constituição se deve necessariamente proceder de tudo o que se referir a objectos da fazenda e alfandegas, pela qual se ha de fixar o numero, e vencimentos dos seus empregados. Paço da assembléa, 17 de Julho de 1823.—*Manoel Jacintho Nogueira da Gama.* — *Martim Francisco Ribeiro de Andrade.* — *Barão de Santo Amaro.* — *José Arouche de Toledo Rendon.* — *José de Rezende Costa.* — Depois de curto debate foi aprovado.

Segundo

« Antonio Joaquim Nogueira, deputado escrivão da junta da fazenda da província do Espírito-Santo, queixa-se da provisão do the-

souro publico de 12 de Dezembro do anno proximo passado, pela qual fôra reduzido a 400\$000 o ordenado e ajudas de custo que recebia no dito emprego, o que tudo montava a 800\$000, vindo assim a ficar de peior condição que outros empregados da mesma junta, que em virtude da mencionada provisão fôrão aposentados com metade dos seus ordenados. São legaes os documentos com que o supplicante mostra, que foi terceiro escriplurário do thesouro, donde passou a deputado escrivão da sobredita junta com o ordenado de 400\$000, segundo a carta regia de 22 de Maio de 1809 e com mais 600\$000 de ajuda de custo da mesma sorte que vencera o seu antecessor, que foi o primeiro deputado escrivão da mesma junta. E' igualmente legal o outro documento, pelo qual mostra o supplicante que outra ajuda de custo de igual quantia lhe fôra conservida pelo seu bom serviço em 16 de Junho de 1815.

« A commissão de fazenda entrando no exame deste negocio, tendo em vista os documentos acima notados e a provisão original de 12 de Dezembro do anno proximo passado, reconhece que a queixa do supplicante é fundada e exige ser reparada. Constou na commissão que o governo já reparara parte desta injustiça, depois de ter indeferido o requerimento que o supplicante apresentou e se acha junto a estes papeis ; a outra parte deve ser igualmente reparada, porque é especiosa a razão de diferença de títulos, dando-se validade sómente aos que se achão firmados com a assignatura do soberano.

« Por todas estas razões a commissão é de parecer que se diga ao governo que reforme a provisão de 12 de Dezembro do anno passado, na parte que respeita á reducção dos vencimentos do supplicante, enquanto esta assembléa não delibera sobre as reformas que são necessárias e indispensaveis neste ramo da administração publica.

« Paço da assembléa, 17 de Julho de 1823.—Barão de Santo Amaro.—Manoel Jacintho Nogueira da Gama.—José Arouche de Toledo Rendon.—José de Rezende Costa. »—Por haver quem fallasse contra, o parecer ficou adiado.

Terceiro

« Manoel dos Santos Pereira & C. recorrem a esta assembléa pedindo que se mande subsistir o contrato das sizas e meias sizas, do districto dos Campos, que solemnemente arrematarão perante a junta da fazenda da província do Espírito-Santo pelo triennio de 1821 a 1823, e que foi mandada invalidar pela resolução de 24 de Outubro de 1822, tomada em eonsulta do conselho da fazenda, sobre os requerimentos de Joaquim José Gomes da Silva & Castro.

« A commissão da fazenda examinando as

consultas e documentos que lhe fôrão enviados, não pôde deixar de concordar com o voto geral de todos os conselheiros da fazenda que assignárao a consulta de 27 de Setembro de 1822, e que foi desatendido na resolução de 24 de Outubro do mesmo anno, quanto a se mandar terminar o contrato no fim do dito anno de 1822, que era o segundo do triennio arrematado, por ter sido feito dolosamente este contrato, passando-se a administrar por conta da fazenda publica o ultimo anno do triennio. As razões expendidas pelo conselho da fazenda sobre a validade da arrematação dos supplicantes são claras e fundadas nas leis existentes ; os prejuizos da fazenda publica fôrão attendidios pelo mesmo conselho, sem haver necessidade de dissolver-se um contracto legalmente celebrado em hasta publica ; portanto, a commissão de fazenda é de parecer que os supplicantes devem ser conservados na posse do contrato que arrematarão perante a junta da fazenda da província do Espírito-Santo, de que não podia ser privados por um meio extraordianario, mas sómente depois de se mostrar por sentença proferida no juizo competente a nullidade desta arrematação, tendo antes disso unicamente lugar a intimação lembada pelo conselho da fazenda sobre dever pertencer aos contractadores tão sómente a cobrança da siza conforme a prática antiga, ficando pertencendo á fazenda publica tudo quanto elles recebessem de excesso sobre esta prática, em virtude da resolução da consulta de 16 de Fevereiro de 1818 de que se não fez expressa menção no termo da sua arrematação ; e intimando-se-lhes igualmente que ficarião também obrigados á reposição das sizas de vendas a prazos, que excedessem o triennio arrematado, no caso de se provar legal e competentemente, que contravierão ao disposto no § 3º das condições do seu contrato.

« Paço da assembléa, 17 de Julho de 1823.—Manoel Jacintho Nogueira da Gama.—Barão de Santo Amaro.—José Arouche de Toledo Rendon.—José de Rezende Costa. »—Ficou igualmente adiado.

O SR. PRESIDENTE assignou para a ordem do dia : 1.º O projecto dos governos provínciaes ; 2.º O projecto da confirmação da legislação actual ; 3.º Segundas leituras e regimento da assembléa.

Levantou-se a sessão ás 2 horas da tarde.—Manoel José de Souza França, secretario.

Sessão em 18 de Julho (*)

PRESIDENCIA DO SR. CAMARA

Reunidos os Srs. deputados pelas 10 horas da manhã, fez-se a chamada e acharão-se presentes 61, faltando por docentes os Srs. Ferreira Barreto, Silveira Mendonça e Furtado de Mendonça.

O Sr. PRESIDENTE declarou aberta a sessão, e lida a acta da antecedente foi aprovada.

Forão remettidas á mesa as seguintes declarações de voto.

1.º « Declaro que na ultima sessão votei contra o seguinte membro do art. 16—e é independente do presidente e conselho, salvas as exceções.—Os deputados *Lopes Gama*.—*Caldas*.—*Pereira de Sampaio*.—*Accioli*.—*Antonio Ribeiro Campos*.—*José de Souza Mello*.—*Marianno Cavalcanti*.—*Fortuna*. »

2.º « Na sessão de hontem fui de voto que o commandante militar não fosse independente do presidente e conselho, salvas as exceções. 18 de Julho de 1823.—*Francisco de Paula Souza*. »

3.º « Declaro que na sessão de hontem votei contra o proposição geral do projecto de lei, em que se afirma que o chefe da força armada das províncias é independente da autoridade do presidente e conselho, ainda salvas as exceções.

« Paço da assembléa, 18 de Julho de 1823.—Os deputados *Ribeiro de Rezende*.—*Bispo capellão-mór*.—*Vasconcellos*.—*Gomide*.—*Ornellas*. »—Mandou-se que se inserissem todas na acta.

O Sr. SECRETARIO CARNEIRO DE CAMPOS leu o seguinte officio do ministro de estado dos negócios da justiça:

« Illm. e Exm. Sr.—Sua Magestade o Imperador, tendo concedido a demissão que lhe pedirão os ministros e secretarios de estado dos negócios do imperio, estrangeiros e da fagenda; e devendo elles ser substituídos por outros, que pelo seu carácter, e conhecimentos, e sua firme adhesão á causa do Brazil, e aos principios constitucionais, merecessem a confiança publica: nomeou a V. Ex. para os negócios do imperio, e estrangeiros, e ao Sr. conselheiro Manoel Jacintho Nogueira da Gama para os da fazenda, e presidencia do thesouro publico. O que de ordem de S. M. Imperial participo a V. Ex. para ser presente á assembléa geral constituinte e legislativa deste imperio.

« Deus guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 18 de Julho de 1823.—*Caetano Pinto de Miranda Montenegro*.—Sr. José

Joaquim Carneiro de Campos. »—Depois de algum debate, foi remettido o officio á comissão de constituição para dar o seu parecer com urgencia.

O Sr. RIBEIRO DE REZENDE disse que igualmente tinha sido nomeado por S. M. Imperial para intendente geral da polícia; e que requeria que a assembléa tomasse em consideração se a dita nomeação era ou não compatível com o cargo de deputado.

Decidiu-se que o illustre membro mandasse por escrito a sua proposta para se tomar em consideração.

Entretanto convidou o Sr. presidente á comissão de constituição a sahir da sala para formar o seu parecer sobre a nomeação dos Srs. Carneiro de Campos e Nogueira da Gama para ministros de estado.

O Sr. ANDRADA E SILVA pediu ser dispensado de interpôr o seu parecer sobre este negocio a que estava obrigado como membro da referida comissão.

Não foi concedida a dispensa.

O Sr. RIBEIRO DE REZENDE mandou á mesa, na conformidade do que ordenára a assembléa, a sua proposta concebida nos termos seguintes:

« Por decreto da data de hontem fui nomeado por S. M. o Imperador intendente geral da polícia, por ter annuido á supplica do conselheiro João Ignacio da Cunha que pediu a sua demissão: proponho que a assembléa tomando em consideração esta indicação decida se é compatível com o cargo de deputado.

« Paço, 18 de Julho de 1823.—O deputado *Estevão Ribeiro de Rezende*. »—Foi remettida á comissão de constituição para dar o seu parecer com urgencia.

O Sr. VERGUEIRO mandou para a mesa o diploma do Sr. José da Costa Carvalho, deputado nomeado pela província da Bahia.—Foi remettido á comissão de poderes.

Os Srs. SECRETARIOS COSTA AGUIAR E MUNIZ TAVARES, como membros da comissão de constituição, retiráram-se para tratar com os outros do parecer que devia apresentar-se; e por isso forão substituídos pelos Srs. Fernandes Pinheiro e Maia, secretarios supplentes.

O SR. PRESIDENTE anunciou que estava a porta da sala o Sr. José Alves do Couto Saraiva, nomeado deputado pela província de Minas Geraes; e sendo introduzido na fórmula do estylo prestou o juramento, e tomou assento no congresso.

O Sr. SECRETARIO CARNEIRO DE CAMPOS, continuando no expediente, leu o seguinte officio do almirante Rodrigo Pinto Guedes:

« Illm. e Exm. Sr.—Ficò sciente da determinação da assembléa geral constituinte e legislativa do Imperio do Brazil, que V. Ex. me communica em data de hoje, para que eu

(*) Nessa sessão não escreverão os tachygraphos.

concorra com outros officiaes a formar uma comissão, que tem por objecto trabalhos pertencentes ás repartições da guerra e da marinha. Rogo a V. Ex. queira fazer constar na mesma assembléa a minha obediencia, e respeitosos agradecimentos pela honra que recebo, por tão distinta nomeação: confessando ao mesmo passo que os meus diminutos conhecimentos, e velhice cançada servirão de desculpa, quando se julguem insuficientes os meus trabalhos, em que não faltará diligencia, nem boa vontade, correspondentes ao dever que reconheço.

« Deus guarde a V. Ex. Matacavallos, em 16 de Julho de 1823. — *Rodrigo Pinto Guedes.* — Sr. José Joaquim Carneiro de Campos. » — Ficou a assembléa inteirada.

Leu outro do coronel Francisco José de Souza Soares de Andréa, concebido nos termos seguintes:

« Illm. e Exm. Sr. — Accuso a recepção do officio de V. Ex. em data de hontem acompanhando a cópia da relação dos membros de que se ha de compôr a comissão de fóra, e a cópia dos artigos que hão de servir de regulamento para a sua correspondencia com a comissão de dentro: e fico de tudo entendido, esperando que pela secretaria de estado dos negócios da guerra me sejão dadas as ordens competentes para o seu devido efeito.

« Deus guarde a V. Ex. muitos annos. Rio de Janeiro, 17 de Julho de 1823. — Illm. e Exm. Sr. José Joaquim Carneiro de Campos. — *Francisco José de Souza Soares de Andréa.* »

Fallarão alguns Srs. deputados sobre a necessidade que se indicava no dito officio, de se expedir ordem da secretaria da guerra para o dito coronel poder servir na comissão de fóra; e afinal decidiu a assembléa que se participasse ao ministro da guerra a referida nomeação para sua intelligencia.

O SR. NOGUEIRA DA GAMA pediu a palavra e propôz a seguinte

INDICAÇÃO

« Que se peça ao governo, pela repartição do ministro e secretario de estado da guerra, a consulta que em fins do anno de 1811 ou principio de 1812 fez o conselho supremo militar sobre o modo de estabelecer no Brazil um monte-pio para socorro das viuvas, filhas e filhos dos officiaes militares.

« Esta consulta, que não foi resolvida até ao presente, deve existir na secretaria de estado da repartição da guerra; e quando não exista, se pôde haver da secretaria do conselho supremo militar a cópia de tudo quanto se apresentou a semelhante respeito.

« Paço da assembléa, 14 de Julho de 1823. — *Nogueira da Gama.* » — Foi aprovada,

ordenando-se que se expedisse o competente officio.

O SR. RODRIGUES DE CARVALHO observou que os tachygraphos não estavão presentes, e que não sendo possível assim haver *Diário*, devia dar-se alguma providencia sobre este objecto de tanta importancia.

Fallarão alguns Srs. deputados; e afinal decidiu-se que a comissão da redação do *Diário* informasse por escrito sobre os inconvenientes da falta de um terceiro turno de tachygraphos, para poder a assembléa deliberar o que fosse justo.

Em consequencia desta decisão retirarão-se os membros da comissão da redacção para apresentar a informação exigida.

O SR. SECRETARIO CARNEIRO DE CAMPOS pediu a palavra para ler o seguinte officio do ministro de estado dos negócios da marinha.

« Illm. e Exm. Sr. — De ordem de S. M. Imperial comunico a V. Ex. para levar ao conhecimento da assembléa geral constituinte e legislativa do imperio, que pela corveta *Liberal*, chegada hontem a este porto, participa o 1º commandante da esquadra do bloqueio, lord Cochrane, em officio datado em 2 de corrente, que naquelle dia evacuára o inimigo a Bahia, não podendo ter mais recursos por mar; e que é de sua intenção persegui-lo, até onde isso possa ser vantajoso.

« Deus guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, 18 de Julho de 1823. — *Luiz da Cunha Moreira.* — Sr. José Joaquim Carneiro de Campos. » — Ficou a assembléa inteirada, e recebeu-se com muito especial agrado esta noticia.

Leu mais o seguinte boletim do cirurgião assistente a S. M. o Imperador:

« S. M. Imperial continua, como no dia antecedente, a passar sem novidade.

« Paço da Imperial Quinta da Boa-Vista, 18 de Julho (18º dia de molestia) 1823. — O cirurgião da imperial camara e assistente a S. M. o Imperador. — *Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto.* » — Foi ouvido com muito especial agrado.

A este tempo voltou a comissão de constituição, e ocuparão novamente os setis lugares os Srs. secretarios Costa Aguiar e Muniz Tavares.

O SR. PEREIRA DA CUNHA, como relator da referida comissão, leu os seguintes pareceres:

Primeiro

« Havendo S. M. o Imperador nomeado para ministros e secretarios de estado dos negócios do imperio, e da fazenda, a dous deputados desta augusta assembléa, entrou em duvida: 1º, se o governo podia escolher para o ministerio os membros da mesma assembléa, du-

rante o seu exercicio: 2º, se aceitando elles os ditos empregos devem ou não continuar a servir conjuntamente um e outro, ou se o lugar e exercicio de ministro de estado exclue o de deputado: 3º, se ficando por consequencia vago o lugar de deputado, deve este ser suprido pelo respectivo suplente, e se esta substituição é perpetua ou se temporaria em quanto se não procede a uma nova eleição por sua respectiva província.

« A'cerca de quaes artigos parece á commissão de constituição, quanto ao 1º que Sua Magestade Imperial pôde escolher os seus ministros de entre os deputados da assembléa, em quanto na constituição se não deliberar o contrario.

« Quanto ao 2º parece á mesma commissão que aceitando os deputados o exercicio de ministros de estado, ficão por consequencia vagos os seus lugares na assembléa, e serão substituidos pelos respectivos suplentes.

« Quanto ao 3º que esta vacatura será temporaria, mandando-se proceder a nova eleição de deputados para preencher os lugares vagos, a qual poderá recahir sobre os mesmos deputados que aceitarão o ministerio. Paço da assembléa, 18 de Julho de 1823.—*Antonio Luiz Pereira da Cunha.*—*Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva.*—*Francisco Muniz Tavares.*—*José Ricardo da Costa Aguiar de Andrada.*—*Pedro de Araujo Lima.*—*José Bonifacio de Andrada e Silva.* »

Segundo

« A commissão de constituição tomando em consideração o que participou a esta augusta assembléa o Sr. deputado Estevão Ribeiro de Rezende fazendo-lhe constar que Sua Magestade Imperial o nomeára intendente geral da polícia, e que elle propunha se declarasse se era ou não compativel este cargo com o exercicio de deputado: é de parecer que Sua Magestade Imperial, pôde nomear de entre os deputados o intendente geral da polícia, mas que aceitando este o emprego fica vago o lugar de deputado para ser substituído pelo suplente de sua respectiva província, ficando todavia inhibido de tomar outra vez assento nesta actual assembléa constituinte e legislativa o mesmo Sr. deputado, uma vez que não seja reeleito, para o que se mandará proceder a nova eleição; o que terá lugar em quanto na constituição esta matéria não for regulada. Paço da assembléa, 18 de Julho de 1823.—*Antonio Luiz Pereira da Cunha.*—*Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva.*—*Pedro de Araujo Lima.*—*José Ricardo da Costa Aguiar de Andrada.*—*José Bonifacio de Andrada e Silva.*—*Francisco Muniz Tavares.* »

Entrou em discussão o primeiro parecer; e porque, depois de ser largamente debatido, deu a hora, propôz-se por conveniente continuar a sessão até se resolver inteiramente o negocio.

O Sr. PRESIDENTE fez a proposta á assembléa; e decidiu-se permanente a sessão.

O Sr. ALMEIDA E ALBUQUERQUE propôz que se imprimisse o parecer da commissão, para ser depois distribuído, e discutir-se com melhor conhecimento de causa.

Não foi apoiada a proposta; e por isso se não tomou em consideração.

Fallarão então sobre a materia alguns Srs. deputados, e julgando-se por fim discutida, propôz o Sr. presidente:

1.º Se o imperador podia escolher deputados da assembléa para seus ministros de estado.—Venceu-se que sim.

2.º Se os lugares dos deputados nomeados para ministros de estado vagavão temporariamente.—Venceu-se que não.

3.º Se elles devião, em quanto exercessem aquelles empregos, ser dispensados da assiduidade de frequencia na assembléa.—Venceu-se que não.

Pelas reflexões de alguns Srs. deputados propôz também o Sr. presidente se o Sr. Carnieiro de Campos devia sahir do lugar de primeiro secretario da assembléa, em quanto fosse ministro de estado.—Venceu-se que sim, e que entrasse o respectivo suplente.

Suscitou-se a duvida de ser esta resolução da assembléa, sobre o parecer da commissão, temporaria ou perpetua; e decidiu-se que o resultado destas votações só teria observancia, em quanto pela constituição outra causa se não decretasse.

O Sr. PRESIDENTE assignou para a ordem do dia: 1º, o projecto dos governos províncias, 2º, o projecto sobre a confirmação da legislação actual, 3º segundas leituras de propostas, e regimento da assembléa.

Levantou-se a sessão depois das 3 horas da tarde.—*Manoel José de Souza França.* secretario.

Sessão em 19 de Julho

PRESIDENCIA DO SR. CAMARA

Reunidos os Srs. deputados pelas 10 horas da manhã, fez-se a chamada, e acharão-se presentes 58, faltando com causa participada os Srs. Andrada Machado, Ferreira Barreto, Ferreira Nobre, Pacheco e Silva, Furtado de Mendonça, Alvares Maciel; e sem ella o Sr. Couto Saraiva.

O Sr. PRESIDENTE declarou aberta a sessão, e lida a acta da antecedente foi aprovada.

Forão á mesa as seguintes declarações de voto:

1.^a « Declaro que na sessão de hontem fui de voto que vagassem temporariamente os lugares dos deputados empregados no ministerio. Paço da assembléa, 19 de Julho de 1823.—*Francisco Muniz Tavares*.—O deputado, *Costa Aguiar*. »

2.^a « Declaro que na sessão de hontem fui de voto: 1º que o imperador não podia nomear um deputado para o ministerio. 2º que no caso de o poder fazer, os senhores eleitos não devião mais continuar a ter assento na assembléa.—*Henriques de Rezende*. »

3.^a « Declaro que na sessão de hontem votei contra não ficarem suspensos do exercicio de deputados os senhores que forão nomeados ministros de estado, durante o exercicio deste ultimo emprego. Paço da assembléa, 19 de Julho de 1823.—O deputado *Marianno Cavalcanti* ».

4.^a « Declaro que na sessão de hontem fui de voto que o chefe do poder executivo não podia interinamente, enquanto se não fizesse a constituição, eleger deputados da assembléa para ministros de estado, nem para qualquer outro emprego. Paço da assembléa, 19 de Julho de 1823.—O deputado, *Fortuna*.—*Carneiro da Cunha*.—*Caldas* »

5.^a « Declaro que na sessão de hontem votei que os dous Srs. deputados eleitos ministros de estado fossem dispensados de assistir ás sessões desta assembléa durante o tempo do seu ministerio. Paço, 19 de Julho de 1823.—O deputado, *Alencar*. »

6.^a « Na sessão de hontem pondo-se á votação o 2º art. do parecer da commissão de constituição sobre a nomeação dos deputados para o ministerio se deverião vagar os seus lugares temporariamente, eu votei.—Não.—*Araujo Lima*.—*Cavalcanti de Lacerda* ».

Apenas foi lida esta ultima declaração de voto, suscitou-se a questão se poderia haver declaração de voto sendo este o da maioria.

Fallarão alguns Srs. deputados (mas não se entendeu o tachygrapho); e feita a proposta pelo Sr. presidente, decidiu-se que sim; e igualmente se resolveu que esta deliberação se estendia a todo e qualquer caso de semelhante natureza.

O Sr. NOGUEIRA DA GAMA pedio a palavra e fez a seguinte

INDICAÇÃO

« Proponho, que se haja de participar aos ministros e secretarios de estado dos negocios da marinha e da guerra a nomeação que se fez de officiaes de uma e outra repartição para a commissão de fóra. 19 de Julho.—*Nogueira da Gama*. »

Depois de alguma discussão, foi posta á votação, e aprovada.

O Sr. SECRETARIO FRANÇA leu o parecer da commissão de constituição apresentado na sessão antecedente sobre a nomeação do Sr. Rebeiro de Rezende para intendente geral da polícia.

O Sr. ALMEIDA ALBUQUERQUE pedio a palavra e fez a seguinte

INDICAÇÃO

« Proponho que o parecer da commissão primeiro seja reduzido a proposta para ser impressa, se assim se julgar conveniente, para então entrar em discussão na forma do costume.—*Albuquerque*.»—Foi rejeitada.

O Sr. França:—Eu não posso convir em que desta assembléa se nomeem para os empregos do executivo quaequer outros deputados, além dos ministros de estado actuaes a respeito dos quaes a mesma assembléa dispensou na sessão de hontem; porque isso seria estabelecer em regra uma excepção, e excepção molivada, e qualificada de circunstancias que se julgarão imperiosas para se ella admittir; de sorte que não podem constituir exemplo a respeito de outros empregos pela singularidade de sua condição; pois se abrirmos a porta a semelhantes anomalias, bem depressa poderemos ver os procuradores dos povos tornados em agentes do governo, e seus instrumentos, ou pelos cargos que ocupão, ou por aquelles que ambicionão ocupar. Senhores, sejamos fracos em dizer a verdade, não é assim que havemos de corresponder á devida confiança que em nossa representação poz o povo brasileiro.

Este não nos poderá taxar de menos zelosos da causa publica em contemporizarmos, como contemporizamos hontem a respeito da escolha, e emprego dos ministros de estado, tirados desta assembléa; mas não será tão indulgente, que nos excuse, se deste exemplo quizermos fazer regra; antes talvez nos taxe de ambiciosos, que cobrmos com as resoluções d'agora as nossas pretenções futuras.

O Sr. Carneiro da Cunha:—Como hontem se venceu que dous Srs. deputados pudessem ficar na assembléa e exercitar ao mesmo tempo as funcções de ministro de estado, nada direi sobre isso, bem que não fosse essa a minha opinião e até esteja persuadido que tambem não é a dos povos; mas quando vejo o poder executivo querer ainda acumular diversos empregos em um só individuo (o que para mim é de difícil desempenho) não posso calar-me.

Eu só descubro nisto a continuaçao da marcha antiga do governo que sem lhe embaraçar o mau serviço dava a um só individuo dous, quatro, e ainda mais officios;

porém como estou persuadido que não devemos seguir sistema tão prejudicial e injusto, volto contra o parecer da comissão.

O Sr. Vergueiro:— Se não estivesse já vencido que douz Srs. deputados exercessem as funções de deputados e de secretários de estado, eu diria que não se permitisse tal nomeação para intendente; mas o que se decidiu a favor daquelas deve também resver-se a respeito deste. Eu voto pois segundo a deliberação hontem tomada nesta assembléa, e digo que está no mesmo caso o intendente, e que deve ser a mesma decisão.

O Sr. Carneiro da Cunha:— Não concordo; nós podemos variar, considerando o negocio de outra maneira; muito mais não estando no mesmo caso a nomeação do Sr. Ribeiro de Rezende para intendente, e os dos outros senhores para ministros de estado. Disse-se em favor da nomeação destes que era preciso que fossem homens da confiança da nação, e que sem ministros de estado não anda o expediente do governo; mas isto não tem applicação ao intendente, pois ainda que seja cargo de ponderação, nada se perde em se estar algum tempo sem elle, enquanto se busca fôra da assembléa um homem capaz de desempenhar as suas funções; não supponho tão grande a falta de gente que não tenhamos fôra da assembléa quem seja idoneo para aquelle emprego. Portanto, torno a dizer, não accumulemos lugares; e já que se decidiu a favor dos senhores nomeados para ministros de estado seja ao menos unico esse caso, por excepção de regra.

O Sr. Andrada e Silva:— (Não se entendeu o tachygrapho).

O Sr. Almeida e Albuquerque:— Eu creio que sobre esta materia nos devemos regular pela boa razão, e pelos principios adoptados por outras nações civilisadas, e regimen constitucional. Em algumas eu vejo os ministros de estado nas suas assembléas, nem acho que isto seja um absurdo, porque na verdade não supponho incompativel o exercicio dos douz empregos. Porém não quero deduzir daqui que todos os empregados sejam tirados da assembléa, antes votarei que isto se entenda só dos ministros de estado; ora o intendente geral da polícia não é ministro de estado, e além disto até ordinariamente tem contra si a opinião publica ainda que seja um excellente homem, e por isso não convém que sirva ao mesmo tempo de deputado... Muito embora Sua Magestade nomee algum de nós para intendente, se o achar com as qualidades necessarias; mas nesse caso saia da assembléa o deputado; o que eu não quero é que exerça ao mesmo tempo as duas funções.

O Sr. Rodrigues de Carvalho:— Não com-

prchendo qual seja a grande dificuldade de ser o intendente também deputado, da mesma forma que já se venceu que continuão a ser deputados os douz senhores nomeados por Sua Magestade para ministros de estado.

Se é pelo trabalho não fiquo que seja tanto em qualquer dos lugares que não tenha algumas horas vagas para trabalhar no outro; e quando algum dia tenha negócios de tanta importancia que lhe levem o tempo todo, falte esse dia á assembléa; isto não tem grande inconveniente. Demais eu julgo que haveria contradição de resoluções determinando hoje a assembléa uma causa e amanhã outra: pois não ha dúvida que a assembléa assentando que o Imperador podia tirar d'entre nós os que bem lhe parecesse para ministros de estado, decidiu também que os lugares desses deputados se não reputavão vagos; logo, como se quer hoje que se repete vago o do Sr. deputado nomeado para intendente? Como vejo a mesma razão em ambos os casos voto pela mesma decisão; e por isso aprovando a primeira parte do parecer não me conformo com a segunda.

O Sr. Pereira da Cunha:— Havendo a assembléa deliberado que os ministros de estado nomeados continuassem a ocupar os lugares de deputados, corre de plano que igual sorte deve ter a nomeação do intendente geral da polícia, assim porque o seu exercicio é de summa importancia para a segurança interna do estado, e deve esta eleição ser quanto fôr possível livre e espontânea para que recaia em pessoa que mereça a confiança de Sua Magestade Imperial, como também porque este magistrado goza em grande parte das atribuições dos ministros de estado, porque recebe imediatamente as ordens do soberano para as observar e fazer cumprir, e até transmitti-las aos mesmos ministros, ao menos de viva voz, como tantas vezes tem acontecido. A razão lembrada por um nobre deputado que faltou nessa sessão, de que por ser odioso ao publico o nome de intendente geral da polícia, não devia continuar a ser deputado o magistrado que o exercia, é futilissima e sem fundamento algum, pois nem o intendente nomeado e os que se lhe seguirem, enquanto durar esta autoridade, ha de exercitar sua jurisdição tão arbitrariamente como em outro tempo praticavão, porque lhe obsta um governo constitucional, aonde a lei deve ser religiosamente guardada e por ella se achão garantidos os direitos sociaes contra o despotismo qualquer que seja o pretexto com que elle se queira coherenciar, nem poderia haver algum emprego que tenha merecido mais o odio publico do que o de ministro e secretario de estado, e sem embargo disso os vejo continuando a ocupar os lugares de deputados.

Eu não personalizo nem pretendo insultar algum de meus respeitáveis companheiros, mas não posso deixar de lembrar que assim como muitos ministros de estado em todas as nações têm feito a felicidade de seu paiz, pelas acertadas providencias com que têm concorrido para o seu bom governo, assim também muitos outros têm commettido mil absurdos, abusando da confiança de seus soberanos, e por um rasgo de penna, por um aviso ou uma portaria (que é só mudança de nome) têm tudo feito a seu alvedrio, derrogando leis e desorganizando quanto na sociedade devia existir com mais firmeza e segurança. Daqui vêm as maldições que muitas vezes têm recaído sobre estes grandes empregados públicos que no augusto nome de seus soberanos commettão toda a qualidade de arbitrariedades, que ião mais longe e erão mais consequentes do que as dos intendentes de polícia; faça-se a uns e outros efectiva sua responsabilidade, e ficará garantida a liberdade civil e segurança individual como principaes bens da sociedade: voto portanto que subsista entre nós o benemerito deputado que foi nomeado para intendente geral da polícia e cuja autoridade ha de exercitar como a lei lhe recomenda.

O Sr. Carneiro de Campos: — Trata-se de decidirmos se o illustre deputado o Sr. Ribeiro de Rezende, nomeado intendente geral da polícia pôde com este novo cargo conservar o de deputado desta augusta assembléa. Alguns Srs. deputados para decisão desta questão têm procurado classificar o cargo de intendente geral da polícia; uns colocando-o no ministerio e outros na magistratura; e posto que eu me persuada que podemos tomar a nossa resolução sem qualificar este cargo, todavia antes de pronunciar o meu voto sobre a incompatibilidade do exercicio do Sr. Ribeiro de Rezende nos cargos de deputado e intendente geral da polícia, mostrarei que este nem é uma repartição do ministerio, nem também é propriamente uma magistratura.

Sr. presidente, para caracterisarmos este cargo não devemos attender para o que elle é em França; as leis e instituições desse reino nada têm comosco; recorramos á verdadeira fonte que é a lei da sua criação, analysemos as suas funções e reconheceremos bem depressa que o intendente geral da polícia não se pôde classificar entre os ministros de estado, nem mesmo dizer-se um quasi ministro de estado, servindo-me da expressão de um illustre membro.

Em verdade ainda que o intendente geral da polícia algumas vezes receba ordens imediatamente do soberano, contudo não tem com elle um despacho regular, não entra no gabinete dos ministros, e bem longe de com

elles emparelhar, é subordinado ao da repartição da justiça, de quem regularmente recebe as ordens do soberano: ora, isto só basla para mostrar que elle não é ministro de estado, porque se o fosse, não teria esta subordinação no exercicio do seu cargo.

Tambem não o considero um magistrado propriamente. Por quanto o magistrado no sentido estricto é aquelle que exerce jurisdição, e esta segundo a qualificação de direito é — *notio jure magistratus competens* — isto é, a faculdade de conhecer para sentenciar: ora o intendente geral da polícia, quer no exercicio da parte administrativa do seu cargo, quer na judicial, nunca é julgador, não profere sentença.

E' verdade que elle procede a sumários, mas os não sentencêa, remete-os ao juizo competente por onde são julgados; e se algumas vezes pelos seus exames manda castigar, obra então por autoridade extraordinaria e não por jurisdição que exerce, pois para isso não precede sentença; usa neste caso do que em direito se chama *imperio mero-jus gladii* — que a lei lhe confere para manter a segurança publica.

Não é aqui o lugar proprio de examinarmos, se semelhantes procedimentos sem sentença são bons; eu não os aprovo, e estou persuadido que nesta parte a intendencia geral da polícia necessita de eminentissima reforma; limito-me simplesmente a referir a idéa que formo deste cargo, tal qual foi organizado pelo marquez de Pombal, em cujas vistas não entrava formar delle um ministerio, para não ser independente, nem ser exercido por um magistrado propriamente, para o não sujeitar ás formalidades e recursos legaes. Portanto entre nós a intendencia geral da polícia é um cargo — *sui generis*. — Tem-se confundido com a magistratura, não só porque são sempre tirados desta ordem os intendentes, como tambem porque continuão a trajar como os magistrados e se conservão na carreira da magistratura com accessos.

Porém eu acho indiferente para a nossa decisão que elle seja ministro de estado ou magistrado; esta augusta assembléa já resolveu que continuassem os ministros de estado no exercicio de deputados, com o fundamento de que muito aproveitaria a assembléa com a presença delles, visto que pela pratica que possuem dos negocios a poderão informar bem das necessidades e estado da nação, assim de conseguir, como nos propomos, o melhor acerto nas nossas decisões.

Ora, este mesmo argumento nos deve persuadir, que será muito conveniente que se conserve como membro da assembléa o intendente geral da polícia; porque empregando-se elle com a maior vigilancia na manutenção da segurança interna, muito nos pôde ins-

truir nesta materia, tão importante nas nossas actuaes circumstancias, para a provermos de remedio prompto e efficaz. Pelo que com este mesmo fundamento voto que o illustre membro o Sr. Ribeiro de Rezende continue no exercicio de deputado desta augusta assembléa cumulativamente com o cargo de intendente geral da policia.

O parecer da commissão sendo o mesmo que ella já deu ácerca dos ministros de estado, não pôde já subsistir á vista da resolução que a respeito destes tomou a assembléa; demais disto eu não sei por que principio quer a commissão que a assembléa se arrogue o direito de embaraçar a um deputado legitimamente nomeado o exercicio das suas funcções... Os nossos poderes são todos delegados, e a nação não nos delegou o poder de nomear, nem de destituir os seus representantes; foi aos seus eleitores, a quem sómente conferio o poder de os nomear, e a sua destituição só pôde ter effeito nos casos e pelos meios por ella declarados.

Nós não temos ainda uma constituição que declare a incompatibilidade que julgou a commissão e nas instruções para as eleições, que suprem nesta parte a falta da constituição, não apparece essa incompatibilidade. A' assembléa só toca o direito de fiscalizar a legalidade das eleições, não pôde embaraçar que um deputado legitimamente eleito exerça as suas funcções, senão nos casos virtualmente comprehendidos nesta fiscalisação, como os da impossibilidade physica ou moral, tal como o achar-se criminoso; mas ninguem dirá que o novo cargo em que entra o illustre membro constitúa uma impossibilidade moral de continuar a ser deputado, e que por isso a assembléa deva ou tenha direito de dar-lhe por acabada a sua commissão de representante da nação. Eu não quero direitos indeterminados.

Se por motivos taes pudesse a assembléa excluir do seu seio os deputados, teríamos uma porta aberta para privarmos a nação daqueles que merecerão preferencia na sua confiança.

Mas tenho ouvido dizer que o intendente geral da policia exerce um cargo odioso e que não é por isso de presumir que a nação queira que elle occupe lugar neste sagrado e puro recinto.

Senhores, se fosse ponderosa esta razão não sei como poderá subsistir a resolução que esta assembléa já abraçou depois de grande discussão. Não confundamos os cargos com os abusos que nelle se praticam, os quaes não vêm de ordinario dos cargos, porém das pessoas que os servem. Se admittirmos esta confusão, nenhum cargo se apresentará mais odioso do que o ministerio, pois que em

nenhum se tem commetido tantos abusos e de tão graves consequencias como nelle.

Ninguem dirá que manter a segurança e socego publico por providencias que previnão os crimes, tirando a tentação, interesse e facilidade de se praticarem; remover as causas que damnão a nossa saude; expurgar o paiz de homens perigosos, e outros muitos artigos sobre que se emprega a vigilancia da policia, não sejam objectos certamente da maior importancia para a mais firme estabilidade da sociedade civil. Se nesta instituição ha abusos, correm-se esses abusos, reforme-se a sua organização, tire-se o quanto ha nella de arbitrio; sancione-se um bom codigo correccional com juizes proprios, para que ninguem seja punido sem processo legal; dê-se um regimento que marque bem a responsabilidade dos intendentes, e não os deixemos com essa autoridade indeterminada e tão maleável a seu bel-prazer, de onde procedem tantos abusos, incompatíveis com o sistema de governo livre que temos felizmente abraçado, mas que não são de esperar do caracter honrado, apuradas luzes e sentimentos liberaes do illustre deputado, que entra no exercicio deste tão importante cargo.

O Sr. Arouche Rendor: — Volei hontem, Sr. presidente, tratando-se da nomeação de dous ministros de estado escolhidos nesta assembléa, que o imperador enquanto não tem lei que lh'o impeça tem direito, e mesmo obrigação, de ir procurar para os empregos os cidadãos benemeritos em qualquer parte em que elles estejam, e por consequencia nesta assembléa; elle não os chama para o seu serviço nem para no paço faserem semana; chama-os para serviço do estado, para o qual nós todos devemos concorrer; em consequencia é muito bem feita a escolha na pessoa do Sr. Ribeiro de Rezende.

Tambem votei hontem que feita a nomeação e aceito o cargo não vagava o lugar de deputado nesta augusta assembléa. E porque não vaga? Porque não conheço vacancia senão por morte do deputado ou por taes impedimentos que o impossibilitem de servir; e é então, e só então, que esta assembléa o julga dispensado para entrar em seu lugar o suplente que tem maioria de votos. Fóra disto, Sr. presidente, ninguem tem direito de dispensar a residencia, e menos de o tirar deste augusta recinto.

Entrou em duvida se ligado o deputado a este primeiro dever, podia aceitar o novo emprego para que era chamado; sou de opinião que enquanto não houver lei contraria, o deputado como cidadão tem liberdade de aceitar ou rejeitar; com o que ninguem se deve embaraçar.

Entrou tambem em duvida, e se acha bastantemente disculido, se era compativel o exercicio de uma e de outra occupação; qualquer que seja

a minha opinião sobre esta questão, digo que ella é alheia da assembléa, porque sendo principios certos: 1º, que o imperador pôde fazer a nomeação; 2º, que a assembléa não pôde nem deve privar-se do seu deputado; 3º, que o nomeado tem liberdade de aceitar ou rejeitar, a elle compete o decidir-se, medindo as suas forças; porque, se faltar ás obrigações de intendente geral da polícia, pertence essa syndicacia ao imperador, e se faltar ás da assembléa a elle pertence o advertil-o do seu primeiro e principal dever.

Este é o meu voto, que em parte vai contra o da commissão.

O Sr. Vergueiro:—Nós assentamos que dos deputados se podião tirar os ministros de estado e que estes podião continuar a ter assento na assembléa, e sobre isto escusado é fallar; mas passando ao parecer que está em discussão direi que me parece que são tres as questões que temos a examinar: 1º se o imperador pôde nomear qualquer deputado para outros empregos; 2º se feita esta nomeação fica vago o lugar de deputado; 3º se não ficando vago pôde ser dispensado do exercício efectivo na assembléa.

Quanto á 1º digo que deve entender-se geral a liberdade de nomear para os empregos quem julgar capaz de os exercer, porque não ha lei que o proibja; advertindo porérn que na constituição serei de voto que isto não passe.

Quanto á 2º torno a repetir que nós não podemos declarar vago nenhum lugar de deputado nomeado pela nação; e seria uma ingeneria nossa naquelle que nos não compete (ao menos na minha opinião) annullarmos essa nomeação.

Pelo que pertence á 3º como se decidiu a respeito dos nomeados para ministros de estado que não fossem dispensados, não vejo razão de diferença no caso presente para se resolver de modo diverso; quanto a mim até é menor a incompatibilidade, porque os ministros de estado fazem parte do poder executivo e são responsaveis pela obrigaçao de assignar as ordens do imperador; o que não sucede ao intendente da polícia, que é um subalterno do governo a quem este faz entrar nos seus deveres.

Ouvi aqui dar como razão para não ser um deputado intendente geral da polícia, o haver certa indisposição no publico contra este emprego; mas eu creio que ficou esquecida a verdadeira causa desta indisposição, que se deveria ter procurado no sistema arbitrio e despotico do nosso antigo governo; nesse tempo ainda que o intendente quizesse ser justo não podia.

Estava no caso dalguns capitães generais que eu conheci, que não querião ser des-

potas, mas que necessariamente o erão como agentes do despotismo.

Hoje porém que felizmente acabou esse terrível sistema que tanto estorvou a nossa felicidade, não existem os mesmos motivos de indisposição; e deve repudiar-se o emprego de intendente tão necessário como importante, basta ser um dos seus objectos a segurança publica.

Resumindo pois o que expendi, digo que se não é incompativel exercer um ministro de estado o cargo de deputado, também o não é que o exerce o intendente geral da polícia, e que estando nomeado um pelo imperador deve elle continuar a comparecer nessa assembléa, para esta ser coerente nas suas decisões.

O Sr. Dias:—Nunca me poderei conformar com a instituição de serem os membros do corpo legislativo tambem membros do executivo; mas emsím a assembléa determinou-o, não ha que fallar sobre isto; o que porém ainda posso rejeitar é a opinião de se poderem igualmente tirar deste congresso individuos para empregos inferiores.

Quando se decidiu a excepção a favor dos ministros de estado as circunstâncias fazião-me pezo; ponderci que Sua Magestade vinha buscar aqui homens de confiança de que na verdade necessita; mas esta razão não governa para o caso presente e sou de voto que não hajão mais dispensas para outros empregos porque estas só são permitidas em caso de urgente necessidade.

Isto merece consideração; até para que o povo veja que não nos apartamos das regras geraes senão com urgentissima causa e nunca por leveza ou condescendencia.

Eu só desejo marchar pelo caminho da justiça, sem me importarem contemplações.

O Sr. Gama:—Não me importa com as nações estrangeiras e nem mesmo com estylos alheios; o que sei é que desde 25 de Junho de 1760 que é a data da criação da intendencia geral da polícia este funcionario publico é magistrado e não ministro de estado e como magistrado não deve ter aqui assento, para que se não misturem as funções da assembléa com as do poder judiciario inteiramente distintas.

Olhemos contudo para o mesmo exemplo que se apresenta das nações cultas, e advirtamos que aquella que mais favorece esta mistura, é certamente a Inglaterra: mas esta mesma Inglaterra só admite a ter assento no corpo legislativo os ministros de estado pela necessidade de os fazer interessar mais na execução das leis, em que collaborarão, e sobretudo para que estes ministros de estado dêm prouplamente as informações precisas ao congresso sobre qualquer medida; por isso que, como

agentes do poder executivo são autoridades primárias, com que se equilibra o poder legislativo, em todas as mutuas relações.

Mas isto é o que não podemos entender a respeito do intendente geral da polícia, pois que com elle o corpo legislativo não tem as imediatas relações que tem com os ministros de estado e é muito para notar que mesmo assim esses ministros de estado uma vez escolhidos d'entre os deputados da assembléa ficassem suspensos do cargo de deputado até que os eleitores os reeleção; e esta reeleição vem a ser uma declaração de que os povos ainda concíituão n'elle, ou (como se lá diz) que apesar de estar n'um cargo do poder executivo e pareça mudar de interesses, com tudo não desconfião do homem novo.

E' pasmoso, que ha tão poucos dias parecendo cousa escandalosa a presença dos ministros de estado nesta assembléa, de repente com a mudança do ministerio agora já se facilite o seu ingresso!

E isto não só dispensando-se na incompatibilidade, mas também dispensando-se na reeleição e interina suspensão do cargo de deputado!

E o que ainda mais admira é o ultrapassar essas dispensas além dos cargos de ministros de estado para o de intendente da polícia, que não pôde gozar de igual sorte!!

E se eu ha pouco pretendia declarar meu voto de hontem, para que os ministros de estado não tivessem assento, enquanto não fossem reeleitos, pois que os povos não devia perder os direitos de eleição, (declaração esta que me não foi aceita) muito mais votarei agora contra o dito intendente da polícia, visto que não é membro do poder executivo mas sim magistrado, em quem não milita a mesma necessidade.

Julgou-se afinal discutida a matéria e o Sr. presidente propôz:

1.º Se o parecer passava tal qual estava redigido.—Venceu-se que não.

2.º Se passava a 1^a parte, isto é, se o imperador podia nomear d'entre os deputados o intendente geral da polícia.—Venceu-se que sim.

3.º Se aceitando este, ficaria vago o lugar de deputado.—Venceu-se que não.

Não se tomou em consideração a ultima parte do parecer por se julgar prejudicada pela votação antecedente.

O Sr. Araujo Lima:—Tenho aqui o requerimento do cidadão José Joaquim Borges que mostra ter feito alguns serviços e pede em contemplação delles o lugar de porteiro da secretaria dessa assembléa.

Creio que é preciso, tanto deste como de outro qualquer, que a assembléa conheça do seu merecimento; portanto requiro que vá á alguma comissão para informar porque des-

java que a assembléa quando houvesse proposta para o dito lugar tomasse também em consideração este requerente.

O Sr. PEREIRA DA CUNHA:—Deve ir á comissão de petições para lhe dar o competente destino.

O Sr. França:—Este cidadão já apresentou outro requerimento sobre este mesmo objecto; mas ha de escolher-se entre os muitos que pretendem o lugar de porteiro da secretaria, o que se considerar com mais intelligencia e que lheir melhor. lettra.

O Sr. Araujo Lima:—Todo o papel que um deputado apresenta tem seu destino: este homem pretende o lugar de porteiro; pois remetta-se á comissão competente.—Foi remetido á de petições.

O Sr. SECRETARIO FRANÇA pediu a palavra para lêr o seguinte boletim do cirurgião assistente á Sua Magestade o Imperador:

« S. M. I. vai continuando com melhorias. Paço da Imperial Quinta da Boa Vista, 19 de Julho, (19º dia de molestia) 1823.—O cirurgião da imperial camara e assistente a S. M. o Imperador, Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto. — Foi ouvido com muito especial agrado.

Como era chegada a hora da leitura dos pareceres de comissões leu o Sr. Ribeiro de Rezende, como relator da comissão de poderes, o seguinte

PARECER

« A comissão dos poderes examinando os diplomas dos Srs. Luiz José de Carvalho e Mello, Francisco Carneiro de Campos, José da Costa Carvalho, Francisco Gê Acayaba Montesuma e Manoel Antonio Galvão, deputados nomeados pela província da Bahia e confrontando uns com outros diplomas, visto não haver ainda a acta geral, os acha conformes entre si e com o decreto de 3 de Junho e instruções de 19 do mesmo mez do anno de 1822, com a unica diferença de não ser contemplada a cidade da Bahia em razão da opressão em que se achava. E' pois de parecer que os mesmos deputados devem tomar o seu assento nesta assembléa. Paço da assembléa, 19 de Julho de 1823.—Estevão Ribeiro de Rezende.—Manoel Jacintho Nogueira da Gama. »

O Sr. Carneiro de Campos:—Sr. presidente, ha varias ponderações que ocorrem sobre estes diplomas, mas que a meu ver não devem ir de encontro com o parecer da comissão.

A 1^a é essa que notou a comissão, de não ser contemplada a cidade da Bahia. Porém todos nós sabemos que no estado de opressão em que se achava aquella cidade lhe era impossível proceder a eleições para esta assembléa.

Tambem ella se achava muito diminuida de povoação, porque dos bons brasileiros só os que não tinham meios deixarão de emigrar para o Recôncavo, e tanto assim que mandando-se alli proceder por ordem de Portugal ás eleições para as cortes legislativas, não tiverão efeito, já por mui poucos moradores, já porque os que alli ainda se conservavão, achando-se ligados de coração com a sagrada causa que abraçamos, não mandarão listas.

A 2ª é a falta da acta original, porém esta supre-se, como praticou a comissão, confrontando os diplomas uns com outros.

Eu hontem recebi muitos officios da Bahia e seu Recôncavo, entre estes vinham actas de eleições, mas nenhuma delas é a acta da eleição final da capital da província, são as dos distritos parciaes e das eleições parochiaes que não servem para a verificação dos diplomas dos Srs. deputados.

A 3ª finalmente é que pelas instruções a província da Bahia devia dar treze deputados, mas então nela se achava incorporada a província de Sergipe, que está hoje separada; e para a comissão de constituição se mandou um requerimento em que se pedia a declaração do numero de deputados que deve nomear esta província; tem-se demorado esta resolução, por não se saber da sua povoação.

(O orador continuou, porém por circunstâncias que ocorrerão não pôde o tachygrapho escrever o resto da fala.)

O Sr. França:—É indispensável que se remetam á esta assembléa todos os officios que vierão da Bahia, dos quais acaba de falar o illustre membro que me precedeu.

A reflexão que elle fez merece attender-se; é necessário conciliar o que se fez com o que cumpria fazer-se visto que as circunstâncias do estado em que se achava aquella província a forçarão a assentar-se das instruções dadas para a nomeação dos seus deputados.

O Sr. Carneiro de Campos:—Não acho preciso virem á assembléa esses officios que recebi, só se a assembléa quer ter a curiosidade de saber quem forão os eleitores da villa de S. Matheus, S. Jorge e outros distritos eleitoraes, porque ainda quando se vejam os que forão nesses distritos nomeados deputados, isto mesmo nada serve, pois que o que decide e serve de padrão é a acta original de toda a eleição.

Esta supre-se como já disse pela confrontação dos diversos diplomas, e o serem estes acompanhados de cartas da camara, que serviu de capital da província e aonde se ultimou a eleição, nenhuma duvida nos deixa sobre a authenticidade delles.

Nós temos aqui saltado barrancos maiores, pois saltemos também este da falta da acta original.

Esta assembléa está autorizada para sanar defeitos maiores, não seja só para a Bahia reservada tanta severidade, se com ella assim procedermos não teremos cá tão cedo os seus deputados.

Não tenha o illustre deputado escrupulo pelas irregularidades que eu afinal apontei, porque essas irregularidades de que recebi queixa, não forão nas eleições dos deputados, mas nas dos membros do governo em um só districto, como será constante á esta augusta assembléa. Portanto voto pelo parecer da comissão.

O Sr. Almeida e Albuquerque:—Sou de opinião que se deve approve o parecer da comissão para que esses deputados venham já tomar assento nesta assembléa, porque nada mais é necessário que o seu título; ora, eu creio que os destes estão bem intelligíveis; e se as instruções só exigem a apresentação do título, não sei para que se perde tempo em semelhante matéria.

Proposto o parecer á votação, foi aprovado.

O Sr. Presidente assignou para a ordem do dia: 1º, o projecto sobre os governos provínciaes; 2º, o projecto da confirmação da legislação actual; 3º, segundas leituras de propostas.

Levantou-se a sessão depois das 2 horas da tarde.—José Ricardo da Costa Aguiar de Andrade, secretario.

RESOLUÇÕES DA ASSEMBLÉA

PARA JOÃO VIEIRA DE CARVALHO

Ilm. e Exm. Sr.—A assembléa geral constituinte e legislativa do imperio do Brazil, tendo aprovado o parecer da comissão de marinha e guerra, em que propôz os membros que devem compôr a comissão de fôra, para a coadjuvar nos seus trabalhos, e corresponder-se com ella: manda participar a V. Ex., para sua intelligencia, que forão nomeados para a dita comissão, o primeiro almirante do Imperio lord Cochrane; o almirante Rodrigo Pinto Guedes; o marechal de campo Joaquim de Oliveira Alvares; o brigadeiro Manoel da Costa Pinto; o brigadeiro Francisco Maria Gordilho Velloso de Barbuda; o capitão de mar e guerra Diogo Jorge de Brito; e os coronéis do corpo de engenheiros Francisco Cordeiro da Silva Torres e Francisco José de Souza Soares de Andréa.

Deus guarde a V. Ex. Paço da assembléa, em 19 de Julho de 1823.—Manoel José de Souza França.

Na mesma conformidade se escreveu ao ministro dos negócios da marinha.

PARA LUIZ JOSÉ DE CARVALHO E MELLO

A assembléa geral constituinte e legislativa do imperio do Brazil manda participar a V. S.

que achando-se legal o seu diploma deve quanto antes vir tomar assento neste augusto congresso, e ter parte nos seus trabalhos como deputado á mesma assembléa pela província da Bahia.

Deus guarde a V. S. Paço da assembléa, em 19 de Julho de 1823.—*Manoel José de Souza França.*

Na mesma conformidade a Francisco Carneiro de Campos, José da Costa Carvalho, Francisco Gê Acayaba Montezuma e Manoel Antonio Galvão.

Sessão em 21 de Julho (*)

PRESIDENCIA DO SR. CAMARA

Reunidos os Srs. deputados pelas 10 horas da manhã, fez-se a chamada, e acharão-se presentes 60, faltando por doentes os Srs. Xavier de Carvalho, Ferreira Barreto, Carneiro de Campos, Furtado de Mendonça, e sem causa participada o Sr. Nogueira da Gama.

O SR. PRESIDENTE declarou aberta a sessão, e lida a acta da antecedente foi aprovada.

Foi á mesa a seguinte declaração de voto : « Na sessão de 19 do corrente votei que o imperador não podia eleger d'entre os deputados o intendente geral da polícia.

« Paço da assembléa, 21 de Julho de 1823.—Os deputados *Marianno Cavalcanti—Caldas.* »—Mandou-se inserir na acta.

O SR. GOMIDE mandou á mesa uma felicitação da camara da villa Nova da Rainha de Caeté dirigida á assembléa.—Foi recebida com agrado.

O SR. DEFUTADO FRANÇA leu um ofício do deputado eleito pela província de Minas Geraes, Francisco Pereira de Santa Apolonia, sobre a impossibilidade de comparecer na assembléa.—Foi remetido á comissão de poderes.

Annunciou-se então que estavão á porta do salão os Srs. Luiz José de Carvalho e Mello, José da Costa Carvalho, Francisco Gê Acayaba Montezuma e Manoel Antonio Galvão, deputados pela província da Bahia; e sendo introduzidos na fórmula do estylo, prestárão juramento, e tomarão assento no congresso.

O SR. CARNEIRO DA CUNHA pediu a palavra, e leu uma proposta; mas ponderando o Sr. Andrada Machado que seria conveniente separar as matérias, conveio nisso o seu illustre autor, e reformou-a nos termos seguintes :

PROPOSTA

« 1.º Que seja extinto o corpo de tropas estrangeiras.

(*) Os tachygraphos não apresentarão nota alguma desta sessão.

« 2.º Que todos os soldados e officiaes inferiores que quizerem continuar a servir se alistem nos corpos nacionaes recebendo o mesmo soldo.

« 3.º Que os officiaes superiores, depois de um maduro exame, fiquem recebendo meio soldo até que pelas vacaluras do exercito nacional entrem em serviço activo.

« Paço da assembléa, 21 de Julho de 1823.—*Carneiro da Cunha.* »

Julgou-se a matéria urgente; e foi remetida a proposta á comissão de marinha e guerra para dar com urgência o seu parecer.

O SR. ANDRADA MACHADO mandou á mesa a seguinte

INDICAÇÃO

« Proponho que as milícias de S. Paulo, que desde longo tempo se achão no sul, sejam restituídas á sua patria e substituídas por milícias de outras províncias, quaes entender o governo que mais convém.—O deputado, *Antônio Carlos Ribeiro de Andrada.* »

Julgou-se também a matéria urgente; e foi remetida a indicação á comissão de marinha e guerra para dar o seu parecer com urgência.

O SR. HENRIQUES DE REZENDE lembrou como indispensável o ultimar-se o projecto sobre a fórmula da promulgação das leis, por depender dele a publicação de todas elas.

O SR. RODRIGUES DE CARVALHO requereu que não obstante não estar ultimado o referido projecto, se fosse enviado á comissão de legislação o que houvesse para lhe remeter, assim de não acumular trabalhos.

O SR. ARAUJO VIANNA offereceu o seguinte PROJECTO DE LEI

« A assembléa geral constituinte e legislativa braziliens decreta provisoriamente o seguinte :

« Art. 1.º Os deputados á assembléa constituinte não poderão exercer qualquer outro emprego, durante o tempo da sua deputação.

« Art. 2.º Não poderão outrossim ser nomeados no sobredito tempo para qualquer emprego.

« Art. 3.º Exceptuão-se do art. 1º os actuaes ministros e secretarios de estado, e o intendente geral da polícia; e do art. 2º o caso extraordinario de se achar a patria em perigo.

« Paço da assembléa, 21 de Julho de 1823.—O deputado *Candido José de Araújo Viana.* »

Julgada a matéria urgente, fez-se a 2ª leitura; e mandou-se imprimir para entrar em discussão.

A este tempo compareceu na sala o Sr. Nogueira da Gama.

O SR. ARAUJO LIMA requereu que se dásse para a ordem do dia uma proposta por elle

apresentada sobre o modo de regular os trabalhos para economizar o tempo.

O SR. SECRETARIO FRANÇA leu o seguinte boletim do cirurgião assistente á S. M. o Imperador:

« S. M. Imperial vai continuando no seu restabelecimento e desde sahmodo até hoje nenhuma circunstancia notável appareceu.

« Paço na Imperial Quinta da Boa-Vista, 21 de Julho (21º dia de molestia) 1823.—O cirurgião da imperial camara e assistente á S. M. o Imperador *Domingos Ribeiro dos Guimaraes Peixoto*. »—Foi ouvido com muito especial agrado.

Passou-se á ordem do dia e entrou em discussão o additamento do Sr. Pereira da Cunha ao art. 16 do projecto dos governos provinciales, que ficára adiado na sessão de 17 de Julho.

Fallarão sobre elle' alguns dos Srs. deputados; mas sendo chegada a hora dos pareceres de comissões ficou outra vez adiado.

O SR. SECRETARIO FRANÇA pediu a palavra para ler o seguinte offício do commandante em chefe de exercito pacificador:

« A augusta assembléa geral constituinte e legislativa do imperio brasileiro.

« Por mim, pelo meu estado-maior, e por todo o exercito pacificador da província da Bahia, que tenho a honra de commandar, levo á augusta presença da assembléa constituinte da nação brasileira os mais puros votos de respeito, e de fidelidade, congratulando-nos com a nação inteira pela feliz instalação de um congresso sabio, que deve basear em leis santas e justas a prosperidade da presente, e das futuras gerações deste vasto continente: locando-nos a singular sorte (como vinda do céo) de ser a par da nossa primeira saudação, que temos a dila de anunciar as plausíveis novas da completa restauração da Bahia, de que damos, e recebemos muitos parabens, uma vez que estão identificados os interesses, e a gloria de todos quantos constituímos a grande familia brasileira.

« Sendo eu o orgão de meus sentimentos e dos de todo o exercito pacificador não posso contudo ser o fiel portador, que os leve ao augusto recinto da assembléa brasileira; mas dessa honra será participante o tenente João Manoel de Lima e Silva, meu ajudante de ordens, de quem confio esta honrosa comissão.

« O Deus Omnipotente ajude, e presida á ardua tarefa dos inegociosos trabalhos da augusta assembléa, preservando seus condignos deputados de tudo quanto interromper possa suas importantes funções.

« Quartel general da Bahia, 6 de Julho de 1823. 2º da independencia e do imperio.—

José Joaquim de Lima e Silva, commandante em chefe do exercito pacificador da Bahia. »—Foi recebido com muito agrado.

O MESMO SR. SECRETARIO annunciou que estava á porta do salão uma deputação do governo provisório da Bahia e disse que tinha para ler a seguinte felicitação dirigida á assembléa pelo mesmo governo:

« Illm. e Exm. Sr.—O governo provisório da província da Bahia, installado na villa da Cachoeira em virtude da imperial carta de 5 de Dezembro do anno passado, sente a mais viva satisfação de em seu nome, e no dos habitantes da mesma província felicitar por intermedio do sargento-mór de infantaria José Maria de Sá Barreto, e do sargento-mór de artilharia de linha Luiz Lopes Villas-Boas, seus ajudantes de ordens, á augusta assembléa geral constituinte e legislativa do imperio do Brazil, ora reunida na corte imperial do Rio de Janeiro. Cumprindo ao mesmo governo fazer justiça á pureza das intenções do local povo da Bahia, que o collocou no difícil posto de governar, e a sua propria ingenuidade, elle se apraz em declarar ante os céos, e a terra a sua adhesão, e fidelidade á sagrada causa da independencia, e do imperio constitucional, que o Brazil ha proclamado; a sua obediencia, e profundo acatamento á augusta assembléa geral; e o seu filial amor, e obediencia, gratidão, e lealdade á sagrada pessoa de S. M. Imperial o Senhor D. Pedro I, e sua excelsa e augustissima dynastia. Igualmente julgando o governo provisório um dever seu o transmitir á augusta assembléa tudo quanto importa á felicidade do Brazil, á esse grande objecto, que tão dignamente absorve toda a sua attenção e solicitude; o mesmo governo aproveita esta occasião de annunciar que a cidade capital da Bahia outr'ora ocupada pelas armas tyrannicas de Portugal, foi evacuada no dia 2 do corrente mez pelo general Madeira, e tropas do seu commando, cabendo consequentemente ao governo provisório a distinta honra de se congratular com a augusta assembléa por um acontecimento, cujo resultado não pôde ser senão de summa vantagem para a nação brasileira. O Deus justíceiro, que assaz visivelmente protege o nascente, mas poderoso, imperio do Equador: o Deus que se glorifica em ver prosperar um povo, que arrastava os ferros da escravidão colonial sómente pelo excesso da ambição, e rivalidade de um outro povo iniquo e orgulhoso: Esse Deus auxilia a cada um dos pais da patria, que devem architetar o edifício magestoso, e perdurável da desejada constituição, e presida ás deliberações da augusta assembléa geral, de quem depende a grandeza, e a ventura das presentes, e futuras gerações que habitão e têm de habitar o aurifero terreno, cuidadosamente abraçado pelo Prata e Amazonas. O mesmo governo se contratula igualmente com V. Ex.; e roga haja

de levar os seus servorosos votos á presença da augusta assembléa.

« Deus guarde a V. Ex. Palacio do governo da Bahia, aos 9 de Julho de 1823.—III. c Exm. Sr. secretario da augusta assembléa geral constituinte e legislativa do imperio do Brazil.—Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque, presidente.—Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos, secretario.—Joaquim Ignacio de Siqueira Bulcão.—José Joaquim Muniz Barreto Aragão.—Antonio Augusto da Silva.—Manoel Gonçalves Maia Bittencourt.»—Foi recebida com agrado.

O SR. PEREIRA DA CUNHA offereceu a seguinte

INDICAÇÃO

« Requeiro que a assembléa faça constar ao commandante em chefe do exercito pacificador da província da Bahia que seu officio em que participa achar-se aquella praça livre dos seus opressores foi recebido com grande agrado, encarregando-o de agradecimentos da nação de que esta assembléa é representante, a elle e aos officiaes e soldados que compoem o mesmo exercito, ficando a assembléa bem convencida dos heroicos esforços feitos por todos os individuos que compoem o mesmo exercito para a independencia deste imperio, servindo-lhe de grande gloria o valor e intrepidez com que coroou seus grandes trabalhos: e que o mesmo se faça constar ao governo daquella província a seu respeito e de todos os individuos que concorrerão para tão gloriosos fins. Paço da assembléa, 20 de Julho de 1823.—O deputado Pereira da Cunha.»—Foi geralmente apoiada.

Sahirão então os Srs. deputados Muniz Tavares e Fernandes Pinheiro, e forão comunicar da parte da assembléa este honroso recebimento aos emissarios tanto do exercito como do governo provisório que estavão na sala immediata.

O Sr. ALENCAR lembrou que convinha que se inserissem estes officios no *Diario* do governo, visto o atrasamento em que se achava o da assembléa.

Decidiu-se que assim se fizesse.

O Sr. CARNEIRO DA CUNHA disse que tinha uma indicação que lhe parecia ser objecto de sessão secreta; e duvidando-se entre alguns Srs. deputados (por não ser bem claro o regimento a este respeito) se competia á assembléa ou á mesa a decisão da urgencia da sessão secreta; assentou-se por fim pertencer á mesa essa declaração, e que a desse sobre a referida indicação depois da leitura dos pareceres das comissões.

O SR. ARAUJO VIANNA, como relator da comissão da redação do *Diario*, leu o seguinte

PARECER

« A comissão da redação do *Diario* encarregada de propôr um meio para mais prompta e regular publicação do *Diario* representa que não pôde descobrir outro que não seja o mesmo já regeitado pela assembléa: a criação de um novo turno de *lachygraphos*. Paço da assembléa, 18 de Julho de 1823.—Joaquim Antonio Rodrigues de Carvalho.—Antonio Gonçalves Gomide.—Candido José de Araujo Vianna.»—Depois de alguma discussão, foi aprovado.

O SR. RIBEIRO DE REZENDE leu também por parte da comissão de poderes o seguinte

PARECER

« A comissão de poderes examinando os diplomas dos Srs. Antonio Ferreira França e Manoel Ferreira de Araujo, deputados nomeados pela província da Bahia, e confrontando os mesmo com outros diplomas, os acha conformes e em conformidade com o decreto e instruções de 3 e 19 de Junho de 1822; e é de parecer que os mesmos deputados venham a tomar o seu assento nesta assembléa. Paço da assembléa, 21 de Julho de 1823. Estevão Ribeiro de Rezende.—Antonio Carlos Ribeiro de Andrade Machado e Silva.—Manoel Jacintho Nogueira da Gama.»—Foi aprovado.

Como não houvessem mais pareceres, o Sr. presidente declarou que tomando a mesa em consideração a indicação do Sr. Carneiro da Cunha entendia ser objecto de sessão secreta, e que a ella se passava imediatamente.

Assignou então o Sr. presidente para a ordem do dia: 1.º O projecto sobre a promulgação das leis; 2.º O projecto dos governos provínciais; 3.º Leituras de propostas.

Levantou-se a sessão pública á uma hora e tres quartos da tarde.

Sessão Secreta

PRESIDENCIA DO SR. CAMARA

Começou a sessão ás duas horas da tarde, e fez-se a leitura da indicação do Sr. Carneiro da Cunha, concebida nos termos seguintes:

« Consta que os commandantes da força armada da capital da província do Rio Grande de S. Pedro se valerão della para solemnemente declararem que a constituição brasileira concederia o *veto absoluto* ao imperante. Circumstâncias dada, á vista de exactas notícias, se manifestará o perigo da nação com a ingerencia da força armada nas deliberações constitucionais, e o risco que ha de que este exemplo promova divergências pelas províncias. Portanto requeiro sessão secreta para

se tratar de tão importante noticia. Paço da assembléa, 21 de Julho de 1823.—*Joaquim Machado Carneiro da Cunha.* »

Houve por siado debate sobre este objecto, e lerão-se diversos artigos de uma carta e de uma proclamação remetidas da mesma provin- cia ao Sr. Martins Bastos e relativas ao mes- mo assumpto; e afinal passando-se á votação propoz o Sr. presidente:

1.º Se a materia devia ser tratada em sessão secreta.—Decidiu-se que não.

2.º Se deverião logo ser chamados á assem- bléa os ministros de estado dos negocios do imperio e da guerra, ou um só delles; ou se bastaria officiar-lhes exigindo informaçõeas sobre o successo.—Decidiu-se que bastava officiar-lhes.

Levantou-se a sessão secreta ás 3 horas da tarde.—*José Ricardo da Costa Aguiar de Andrada*, secretario.

RESOLUÇÕES DA ASSEMBLÉA

PARA JOSÉ JOAQUIM CARNEIRO DE CAMPOS

Ilm. e Exm. Sr.—Sendo presente á assem- bléa geral constituinte e legislativa do imperio do Brazil que na provin- cia de S. Pedro do Rio Grande do Sul houvera uma juncção de tropa e vivas anti-constitucionaes, e até se fizera e assignára uma acta com arro- gação de direitos dos representantes da nação brasileira em materia de constituição: ordena-me a mesma assembléa peça a V. Ex. todos os esclarecimentos que tiver a este respeito sendo de presumir que delles esteja inteirado pelas autoridades locaes daquella provin- cia. O que V. Ex. levará ao conh- cimento de Sua Magestade Imperial.—Deus guarde a V. Ex. Paço da assembléa, em 21 de Julho de 1823.—*Manoel José de Souza França.*

Na mesma conformidade ao ministro da guerra.

—*—*—*

Sessão em 22 de Julho

PRESIDENCIA DO SR. CAMARA

Reunidos os Srs. deputados pelas 10 horas da manhã, fez-se a chamada e acharão-se pre- sentes 59, faltando por doentes os Srs. Ribeiro Campos, Gondin, Ribeiro de Rezende, Ferrreira Barreto, Silveira Mendonça, Furtado de Men- donça, Cavalcanti de Lacerda, Almeida e Albu- querque, Ribeiro de Andrada e Alvares da Silva.

O SR. PRESIDENTE declarou aberta a sessão, e lida a acta da antecedente foi aprovada.

O SR. SECRETARIO FRANÇA leu o seguinte officio do ministro dos negocios do imperio.

« Ilm. e Exm. Sr.—Tendo levado á augusta presencia de Sua Magestade Imperial o officio que V. Ex. me dirigiu hontem, exigindo as noções precisas, para a assembléa geral constituinte e legislativa deste imperio ser iniciada da juncção de tropa acontecida em Porto Alegre, capital da provin- cia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, com vivas anti-constitucionaes, e em que houve o desacordo de se fazer e assignar uma acta, com arrogação dos direitos dos representantes da nação bra- ziliense: De ordem do mesmo senhor remetto a V. Ex. o officio inclusivo do governo provisorio daquella provin- cia, datado de 21 de Junho proximo passado, e recebido domingo 20 do corrente, com o qual pôde V. Ex. dar á augusta assembléa uma bem circumstanciada e exacla informaçao daquelle extravagante acontecimento. Deus guarde a V. Ex. Paço, em 22 de Julho de 1823.—*José Joaquim Carneiro de Campos.*—Sr. Manoel José de Souza França. »

OFFICIO DO GOVERNO DA PROVINCIA DE S. PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL

« Senhor.—O governo provisorio da provin- cia do Rio Grande de S. Pedro do Sul, tem com o maior prazer a honra de elevar á augusta presencia de Vossa Magestade Imperial, que no dia 19 do corrente, apenas aberta a sua sessão, lhe fôra apresentado pelo secre- tario interino do expediente, Bernardo Avelino Ferreira e Souza, o officio da cópia n. 1, lido o qual, é unanimamente aprovado o passo que pretendia dar a fiel e briosa tropa desta capital, respondêra aos commandantes dos corpos com o officio da cópia n. 2, e dirigira ao vigario geral interino outro, cuja é a cópia n. 3. Logo que foi recebida a res- posta do governo, marchou a tropa em direi- tura á praça da matriz, levando todos os soldados ramos de café e tabaco nas armas e barretinas, o que tambem fizerão os officiaes, pondo-os no peito, e que depois foi seguido por todo o governo, pessoas das classes mais distintas, e immenso povo que concorreu, e que reconhecia neste patriotico distintivo o mais pacifico penhor da tranquilidade e boa ordem que inspirava em uma tropa tão denodada quando avança contra os seus inimigos, como docil quando se fraterniza com os seus concidadãos.

« Desde os quarteis até á praça marcharão as tropas, menos ao som de suas musicas do que ao estrepito do fogo do ar que se lan- çava por toda a parte, por onde transitavão, e ao brado dos unisónos vivas ao seu adorado imperador, e defensor perpetuo.

« Postada a tropa na praça desceu o governo, depois de feita a continencia, a comprimentar os commandantes, e achando-se alli reunido o corpo do clero, e senado da camara com o

estandarte imperial e muitos cidadãos, recitou o tenente-coronel commandante do esquadrão de dragões e da guarnição Gaspar Francisco Menna Barreto á tropa um energico discurso, em que tão verdadeira como elegantemente justificava os motivos porque era essencialmente necessário á salvação da província, e talvez do imperio ratificar, ampliar e firmar pela ultima vez o juramento de inabalável adhesão á sagrada pessoa de Vossa Magestade Imperial, jurando ao mesmo tempo odio im- placavel, e guerra eterna ao sistema repub- blicano.

« Este patriotico discurso foi ouvido com um silencio respeitoso, e unicamente entrecortado sempre que nello se pronunciava o augusto nome de Vossa Magestade Imperial, pelos vivas da tropa e povo que a uma voz clamavão —Viva Sua Magestade Imperial com o voto absoluto. O discurso do tenente-coronel concluiu com o juramento do qual é copia n. 4, e que foi ao mesmo tempo, e com um inexprimivel entusiasmo prestado por todas as autoridades ecclésiasticas, militares, civis, pelo senado da camara, e pelo povo da capital.

« Findo o acto do juramento deu-se uma salva imperial, e passou a lavrar o termo delle no palacio deste governo; ficando no entanto os soldados em liberdade com as armas ensarillhadas, entre as quaes giravão com o povo na maior harmonia, regosijo e fraternidade.

« Assignado o termo, forão todas as autoridades, officialidade, e demais pessoas concorrentes á matriz desta capital, onde se cantou o hymno *Te-Deum*, render graças ao supremo arbitro dos imperios.

« A' noite appareceu rapida e espontaneamente illuminada toda a cidade, o que até agora tem continuado; e marchando a tropa a quartéis, se lançava incessantemente fogo do ar, e rescovão por toda a parte vivas a Vossa Magestade Imperial com o voto absoluto; chegando aos quartéis mandou o commandante da guarnição, em obsequio do dia soltar todos os presos, que o estavão á sua ordem.

« Tal foi o procedimento da brava e leal tropa e povo desta capital, que indo a seguir-se pela mencionada camara, talvez já a esta hora o tenha sido, ou não tarde sel-o pelas demais desta província, em cujos habitantes não pôde deixar de repercutir impressionalmente o brado de inabalável adhesão a Vossa Magestade Imperial.

« O que o governo espera quanto antes saber officialmente para de uma vez fazer subir á augusta presença de Vossa Magestade Imperial todos os documentos concernentes a este importante objecto, e depôr aos pés de seu imperial throno a energica, e ao mesmo passo respeitosa resolução desta província, que (seja qual for a das outras do imperio) não consen-

tirá eclipsar a brillante diuturnidade de seus leaes sentimentos, deixando de dar esta diminuta prova de gratidão, e reconhecimento do muito que o Brazil deve ao heróe que lhe fez em pedaços as algemas do despotismo europeu, e ao homem extraordinario que renunciou a tudo para identificar-se com os seus fieis brazileiros, e participar de quasquer que fossem os seus futuros destinos. Deus guarde a preciosa vida de Vossa Magestade Imperial os mui dilatados e felizes annos que os brazileiros desejão, e ha mister o imperio. Palacio do governo em Porto Alegre, 21 de Junho de 1823.—

João de Deus Menna Barreto presidente.—José Ignacio da Silva, secretario.—Francisco Xavier Ferreira.—Fernando José Mascarenhas Castel Branco.

DOCUMENTOS APONTADOS NO OFFICIO DO GOVERNO

N. 1

« Illms. e Exms. Srs.—Os abaixo assignados vendo com a maior magoa em alguns *Diarios* do governo não só que no subservio congresso de Portugal se tratava (na falta de recursos descobertos) de minar solapadamente o magistoso edifício da bem entendida liberdade brazileira, emitindo encarregados de revolucionar a escravatura, emprehender os mais sacrilegos attentados, anarchizar povos de sua natureza doceis e leaes, e transtornar a face politica da prosperidade do imperio; porém até que se ião sensivel e desgraçadamente disseminando idéas do terrivel destructor sistema republicano, que vergonleando no mimoso solo brazileiro empecceria de certo a vegetação da sagrada arvore da sua independencia, e olhando como culposa a apathica indifferença, que mostrasse em objecto de tanto momento a tropa continental, que por uma brillante diuturnidade de factos se gloria de haver evidenciado a firmeza de seu caracter, e a sua mais decidida adhesão á Sua Magestade Imperial, e á grandeza da nação; resolverão marchar hoje com a tropa dos seus commandos, e toda a existente nesta capital para a praça da mesma assim de ratificar e ampliar em presença das autoridades civis, ecclésiasticas, e militares, o seu juramento de inabalável fidelidade á sagrada pessoa de Sua Magestade Imperial, para o que pedem faculdade a VV. EEx.

« E' portanto de tão rigoroso, como agradavel dever dos abaixo assignados participar a VV. EEx. (como nesta mesma occasião participação á camara desta cidade) o preciso passo que vão dar, e sobre o qual mui bem e circumstancialmente pôde informar a VV. EEx., o secretario interino desse excellentissimo governo Bernardo Avelino Ferreira e Souza, de acordo com o qual os abaixo assignados reconhecendo a identidade de sua leal, e patrio-

tica opinião, concertrão todo o plano, que se vai pôr em prática.

« Rogão pois a VV. EEx., que tanto se esmerão em apoiar e coadjuvar todas as medidas tendentes a conservar em toda a sua plenitude o decôro do nosso amado imperador, e a cimentar a verdadeira prosperidade nacional, e se dignem, á bem da causa publica, autorizar com a sua presença a solemnidade do pre-citado juramento, o que dará o necessário e decisivo impulso a este negocio, atento quanto o povo bem fundadamente se persuade que VV. EEx. vêlão insonnes sobre o seu bem-estar, e officiem igualmente ao reverendo vigario geral interino, assim de convocar o corpo do clero desta cidade, para que, assistindo a este solemne acto, possa elle á face do mundo aparecer tão digno pelos patrióticos e fieis sentimentos, que o promovem, como respeitável pela santidade da religião, quesanctiona. Deus guarde a VV. EEx. Quartel em Porto Alegre, aos 19 de Junho de 1823.—Illms. e Exms. Srs. presidentes e deputados da excellentissima junta governativa desta província.—*Gaspar Francisco Menna Barreto*,—tenente-coronel de dragões, e commandante da guarnição.—*José Luiz Menna Barreto*, major commandante do corpo de Guarany.—Está conforme. *José Ignacio da Silva*.

N. 2

« Illms. Srs.—Acabando de ser presente ao governo provisório o officio de VV. SS. na qualidade de commandantes dos corpos da guarnição desta cidade, datado de hoje; deliberou que eu participe a VV. SS. achar-se inteiramente conforme com os leaes e patrióticos sentimentos expressados no mesmo officio; e ordena que a tropa da referida guarnição marche a postar-se na praça aonde a mesmo governo será presente com as autoridades, para satisfazer completamente ás justas requisições de VV. SS. Deus guarde a VV. SS. Palacio do governo em Porto Alegre, 19 de Junho de 1823.—*José Ignacio da Silva*.—Illms. Srs. tenente coronel commandante da guarnição. *Gaspar Francisco Menna Barreto*.—E sargento mór. *José Luiz Menna Barreto*.—Está conforme.—*José Ignacio da Silva* ».

N. 3

« Illm. e Revm. Sr.—A bem do serviço nacional e imperial determina o Exm. governo provisório desta província, que V. S. faça convocar sem perda de um momento o corpo do clero desta capital, que deverá assistir ao espontâneo e solemne juramento de inhabalavel adhesão á sagrada pessoa de Sua Magestade Imperial, que a tropa da guarnição da mesma capital intenda prestar na praça publica; e isto assim de que a presença do corpo ecclesiastico insunda a este

acto todo o decôro e religiosidade, com que elle deve ser praticado. O que de ordem do mesmo Exm. governo tenho a honra de participar a V. S. para sua intelligencia e execução. Deus guarde a V. S. Secretaria do governo, em 19 de Junho de 1823.—Illm. e Revm. Sr. João Baptista Leite de Oliveira Salgado, vigario geral interino desta província—*Bernardo Avelino Ferreira e Souza*, secretario interino do expediente.—Está conforme—*Bernardo Avelino Ferreira e Souza*, secretario interino do expediente.»

N. 4

« Juramento.—Juro aos Santos Evangelhos defender até a ultima gota do meu sangue a religião catholica apostolica romana, e a independencia do imperio do Brazil; juro fidelidade, amor, respeito, e adhesão ao nosso augusto imperador e defensor perpetuo; juro á constituição, que fizer a assembléa geral constituinte e legislativa do Brazil na conformidade em que a jurou Sua Magestade Imperial, isto é, se for digna delle, e do mesmo Brazil, e por ella tiver o mesmo augusto senhor o veto absoluto; juro finalmente odio implacável e guerra eterna ao sistema republicano. Assim Deus me ajude.—Está conforme—*José Ignacio da Silva*. »

Annunciou-se que na sala immediata estavão os Srs. Francisco Carneiro de Campos e Manoel Ferreira de Araujo, deputados eleitos pela província da Bahia; e sendo introduzidos na forma do estylo, prestarião juramento e tomarão o seu lugar no congresso.

O Sr. França:—Como temos nesta assembléa uma commissão especial que entende sobre o relatorio das notícias politicas do nosso interior, esta se podia encarregar das averiguções necessarias, e propôr o seu parecer sobre o intentado que ora faz objecto da nossa atenção. Comitudo como dos mesmos papeis que temos aqui presentes se conhece liquidamente a qualidade e existencia do delicto, o qual vem a ser uma usurpação dos direitos da nossa representação, que míserevabilmente se pretendem arrogar em despeito do exercicio da soberania nacional, votarei que seja ouvida a commissão de constituição, e sobre o parecer desta deliberaremos o que cumpre fazer-se.

O Sr. Gomide:—Parecia-me que antes de ir o negocio a alguma commissão, se officiassse ao governo para que lance, mão de algumas medidas proprias a atalhar os projectos dos perversos que procurão arruinar a patria. Não vemos um Catilina, esse furioso tyranno que quiz largar fogo á sua propria patria, mas temos na minha opinião, um inimigo mais perigoso que dando vivas ao monarca quer perturbar a ordem, procurando subornar animos com insinuações cavilosas. Sr. presi-

dente: Annibal está ás portas de Roma; é necessário vigilancia; embaracemos que entre na cidade tão terrivel inimigo.

O Sr. Andrada Machado:—Esse miseravel malvado de que falla o officio do governo do Rio Grande tem parte no attentado, mas é um agente secundario e despresivel; os verdadeiros culpados são os que assalarão a tropa para atacar nossos direitos. Sr. presidente: diz-se que Annibal está ás portas de Roma, e eu digo tambem que os Lentulos e os Catilinas se achão entre nós. E' preciso que esta assembléa desenvolva toda a sua actividade, aliás não somos representantes, não somos nada... Se a nação brasileira não quer ser livre para que nos mandou para aqui?

Ha de um punhado de homens tentar que nas provincias se declare uma vontade contraria á que elles mesmas manifestarão, e esse attentado não ha de receber um prompto castigo?

Eu sou representante livre; hei de sel-o enquanto viver; e sempre patentearei com franqueza as nobres opiniões da minha alma. Nas nossas circumstancias o exemplo é perigosissimo; cumpre atalhal-o imediatamente se não queremos ser vergonhosamente despojados de nossas atribuições. Actividade, Sr. presidente; talvez não ha um só momento a perder.

O Sr. Carneiro de Campos:—Levanto-me para apoiar o illustre preopinante. Eu convenho que o exemplo é summamente perigoso, e que é preciso quanto antes atalhar e esfincamente as pessimas consequências que delle podem resultar; mórmente sendo elle dado pela tropa, que jámais deve ingerir-se em deliberações e resoluções politicas, para que em vez de briosos defensores da patria, não tenhamos arrogantes e indisciplinados janisaros ou pretorianos.

Porém entrando na qualificação do facto, eu não acho nelle a criminalidade que se tem figurado. Eu distingo culpa do que é propriamente delicto ou crime. Por isso se eu não absolvo os autores deste facto, tambem não affirmarei que elles o praticarão em desprezo da lei e por atacar a nossa autoridade. A ignorancia teve nelle mais parte do que a malicia. O mal vem de longe; elle tem causas remotas e proximas. A tropa foi o principal e mais poderoso instrumento da revolução de Portugal; e como ella apperceu então com a iniciativa, não se tomou a sua intervenção como auxiliar, entendeu-se que a revolução era devida a ella e que a tropa fôra della autora.

De Portugal passou esta idéa para o Brazil, e daqui têm nascido tantas bernardas nas provincias, as quaes não têm outra causa

senão essa falsa persuasão em que está a tropa de que assim como fôra a autora da revolução, tambem deve ser zelosa atalaia da conservação da sua obra. A' esta causa se deve ajuntar outra.

Desde a época da revolução tem-se diffundido no povo principios desorganisadores e subversivos da ordem publica, e alguns aliás verdadeiros, se lhe têm oferecido de uma maneira tão equivoca, que necessariamente o tem conduzido a erros funestos. Quando se tratou dos governos das provincias, eu então ponderei que as desordens quo nellas se experimentavão, não procedião tanto da forma desses governos, quanto dos erros quo se acha o povo imbuido. Tem-se dito o povo é soberano, e porque não se tem explicado bem que então se toma por povo toda a nação, se tem cahido no erro de se entender soberana qualquer parte da nação, porque tambem se chama povo a colleção dos habitantes de uma província, cidade, villa e mesmo de um pequeno arraial.

Eu tenho visto actas de camaras, aonde bem expressa e positivamente se exprimem estas idéas. Não é pois de admirar que a tropa e os habitantes de Porto-Alegre assentassem que elles tinham direito a significar-nos, qual era a sua vontade ácerca da influencia que o chefe da nação devia ter na organização das leis. Estou bem certo que a totalidade ou a maioria dos habitantes daquella cidade não feve parte naquelle estrondoso facto, mas todas as cousas desta natureza se obrão assim, e se figurão ser de todos uma vez que a maior parte não reclama.

E tanto prova que os douis chefes dos corpos, autores deste facto, estavão persuadidos de que tinham direito para fazerem essa protestação unidos com o povo, que dias antes a publicarão, convidarão ao governo e á camara, como para um acto de grande solemnidade, e se apresentarão em grande parada, anunciando que vinhão ratificar o juramento.

Ora, nisto eu não vejo mais do que ignorancia, e o resultado das duas causas remotas que tenho indicado. São porém as causas proximas desta desordem alguns discursos que têm aparecido no *Diario do Governo*, inculcando esta doutrina do *veto absoluto*, como essencial na monarchia constitucional. Esta e outras idéas como as de dictadura, por si só não terião consequencias funestas em outro qualquer periodico, porque se tomarião como opinião do redactor ou de outrem, e a qualquer é livre pensar e publicar as suas idéas, não commettendo os abusos marcados na lei; e a doutrina do *veto absoluto* sabem todos os que são versados nestas materias, que é opinião de alguns publicistas de bom conceito e até reputados por mui liberaes: mas além de aparecerem no *Diario do Governo*, havia de

peior que em alguns desses discursos de certo modo ia-se derramando entre o povo, não sei porque, uma desconfiança de que alguns membros desta augusta assembléa não se achavão animados dos bons sentimentos de guardarem ao chefe da nação as atribuições que lhe competem.

E' verdade que este periodico não é do governo, mas o povo lê o titulo—*Diario do Governo*—delle infere que é um papel ministerial, que as doutrinas nello expendidas são mandadas publicar pelo governo, ou ao menos que elle muito as aprova, muito mais não vendo alli discursos escriptos em direcção contraria; e como de ordinario se procura sempre agradar ao governo, eis-aqui porque estes pobres homens assentão que com esta sua chamada ratificação de juramento fazião um grande serviço.

Portanto embora vão para a commissão todos estes papeis, ella nos proporá as providencias que devemos dar neste caso, mas quaesquer que elles sejam não se arrancará o mal pela raiz, se não se destruirem certas idéas que se têm apossado do povo. Eu já requei que se instruisse o povo por meio de uma proclamação, a commissão de constituição foi encarregada della, requeiro que quanto antes ella appareça.

O Sr. Montesuma:—Levanto-me para ajuntar mais algumas reflexões ás que acabo de ver apontadas. Eu digo com os nobres preopinantes que me precederão que o secretario, e os commandante da tropa são réos; mas accrescento que merecem alguma desculpa. Se este augusto congresso tivesse já proclamado quaes erão os seus principios, não appareceria á face da nação idéas tão falsas, mas divulgadas continuamente pelo *Diario do Governo*.

E' preciso pois que a assembléa mande já ao governo que publique sem demora a sua proclamação aos povos em que os illustre sobre as verdadeiras idéas que devem fazer do sistema constitucional que temos abraçado; e este congresso apresse-se a apresentar á nação as bases da constituição; é útil que desde já os povos conheçam os fundamentos principaes em que se ha de constituir a monarchia.

Eu o direi sem rebuço; parece incrivel, Sr. presidente, que estando esta assembléa reunida ha mais de tres meses não tenha ainda mostrado ao Brazil o fim para que se reunio!

Parece incrivel, torno a dizer, que esta assembléa não tenha feito nada, que ainda não tenha offerecido ao publico as bases da constituição por que os povos esperão com tanta ancia. Eu julgo indispensaveis estes dous trabalhos, e espero que a assembléa tome isto em consideração para se cuidar delles sem demora.

O Sr. Andrade Machado:—Pedi a palavra

para responder ao Sr. Carneiro de Campos que pretendeu dar a entender que as doutrinas publicadas no *Diario do Governo* erão da approvação do mesmo governo; se esta foi a mente do nobre deputado, não disse nada menos que uma calunia.

Eu já em outra occasião mostrei aqui que o governo de Sua Magestade dera plena liberdade aos que quizessem publicar as suas opiniões pela imprensa; e que por isso cada um escrevia o que queria, sabendo que poderia ir responder aos jurados se delinquisse. O governo nunca teve ingerencia alguma em taes publicações: nem o *Diario* chamado do governo é propriamente delle; chama-se assim porque para elle se remettem os artigos officiaes.

Este *Diario* é propriedade, como bem sabe, das secretarias dos negocios da guerra e estrangeiros; e portanto é propriedade particular. O governo nada tinha com elle; nem lhe competia entrar no conhecimento se os autores dos artigos alli publicados laboravão em erro. Além de que o sistema constitucional ainda não estava arranjado em todas as suas partes: e por consequencia que tinha o governo com as diferentes opiniões de homens que querião publicar quantos despropósitos lhe vinham á cabeça!

Se o governo os prohibisse de escrever teríamos liberdade para um partido, e para outro não. Enquanto a constituição não está feita, e portanto não ha regras estabelecidas, a cada um é lícito dizer o que lhe parecer conveniente; pertence ao zelo e actividade desta assembléa fazer que a constituição appareça; antes disto nem certos abusos se podem remediar sem despotismo.

Todo o Brasil tem mostrado que quer uma monarchia constitucional que nos assegure a liberdade publica; e portanto tem-se declarado contra os principios demagogicos; todavia os republicanos não querem estar por isso, e têm escripto segundo os seus principios em jornaes do Brazil; e os que seguem opiniões contrarias entenderão que também devião escrever; ora, eu creio que assim como se toleravão os primeiros também devião ser tolerados os segundos. Nisto não vejo crime; tudo o mais são chimeras; e é não conhecer o governo. Enquanto se não determina estrada certa para caminhar, é lícito a cada um seguir a que lhe parecer; a isto é que eu chamo liberdade constitucional.

O Sr. Carneiro de Campos:—Se o illustre preopinante reparasse bem no meu discurso escusava eu de fallar agora, pois julgo que me expliquei com clareza.

Eu disse que apparecão impressas idéas só proprias a illudir os povos dando-se errada intelligencia aos termos de liberdade e de

soberania ; e que desgraçadamente lendo-se taes principios tambem no *Diario do Governo*, e não havendo quem os destruisse, os povos se persuadião que taes idéas erão as do governo e que talvez a esta falsa persuasão se devessem os successos do Rio Grande.

Eu estou bem convencido que o governo não queria inculcar aquellas doutrinas ; mas como elles se lião constantemente no *Diario do governo*, era bem natural suppor que quem as seguisse agradaría ao governo.

Eisaqui o que eu disse, e nada mais. do que isto.

Outros muitos Srs. deputados, discorrendo deste mesmo modo, se têm queixado nesta assembléa do redactor do *Diario do Governo*, por não combater taes absurdos como devia, ilustrando os povos sobre os verdadeiros principios constitucionaes, e tratar sempre de demagogos e de anarchistas todos os que mostravão professar idéas diversas ; eu faço o mesmo que já fizerão esses outros ilustres deputados, mas nunca podia lembrar-me que tão falsas doutrinas erão as do governo, e que por seu mandado se imprimião ; isto nunca podia ser da minha intenção ; não é proprio do meu carácter, e até me não seria muito airoso.

Estou persuadido, torno a dizer, que os povos estão illudidos por doutrinas erradas, e que convém desenganal-os mostrando-lhes por uma proclamação as verdadeiras ; isto me parece essencial ; o que elles ouvirem da boca dos seus representantes ha de merecer-lhes credito, e convencidos de que só nos ocupamos do seu bem, esperarão sosegados pela constituição que ha de firmar em bases solidas a sua felicidade.

O Sr. Andrada Machado : — Se o illustre proponinante tivesse reparado bem no objecto da questão, não se teria fallado tanto fóra da ordem.

Aqui não se trata do absurdo da doutrina que seguiu o governo e a tropa do Rio Grande, mas do meio anti-constitucional de que se servio declarando taes principios, da usurpação de autoridade feita por quem é puramente obediente.

Esta é que é a questão ; e para decidil-a não sei que bastem proclamações.

Convém é verdade que na que está incumbida a commissão se annuncie que a constituição ha de ser liberal, e que por ella serão protegidos os interesses da nação, e os direitos do povo, e guardados os principios essenciaes que o Brazil tem proclamado e jurado ; é justo que se saiba quaes são as idéas que dirigem a assembléa neste trabalho ; mas não é disto que se trata agora ; a questão não versa sobre idéas, versa sobre pessoas, e a isto se deve limitar a discussão.

O Sr. Alencar : — Sr. presidente, é verdade

innegavel que de certo tempo para cá o Brazil parece dividido em dous partidos.

Todos desejão a independencia, porém uns seguem idéas democraticas, e outros aristocraticas ; estas têm sido as protegidas pelo governo, ao ponto de se abonarem os escriptores que as propagavão, enviando-se ás províncias recommended os escriptos que continhão aquellas doutrinas, e de se perseguirem os outros, chegando um delles a ser obrigado a assignar um termo na polícia para não escrever.

Esse partido que o governo protegia chegou até a provocar esta assembléa com seus discursos, e os povos que isto têm presenciado assentão que as idéas que taes escriptores propagavão erão as verdadeiras ; o que era bem natural vendo que os escriptores que professavão as contrárias crão presos e deportados para fóra do Brazil ; e como esse partido sómente assoalhava idéas do servilismo, estas se abração, e produzem agora as desordens que presenciamos.

Neste sentido eu julgo culpado o governo ; porque devendo conciliar ambos os partidos, e encaminhal-os a um fim util á nação, apoiava um, e perseguia o outro.

Eis o motivo porque esse homem atrevido se abalançou a esta criminosa tentativa ; elle supoz que com isto agradava ao governo de Sua Magestade.

Julgo pois muito util a proclamação em que a assembléa expressamente declare que, se não pretende favorecer as idéas democraticas improprias da monarquia constitucional, tambem detesta as aristocraticas ; e que não se ha de ver mais, porque se não seguirem as segundas, um escriptor assignando termos na polícia, e outro escrever n'um dia e ser assassinado no seguinte : direi de passagem que se um outro ainda escreve impunemente, é por estar em Pernambuco ; a distancia o tem salvado.

E' indispensavel mostrar aos povos que não estamos preocupados do espirito de partido..... que não aprovamos nem seguimos senão os principios que juramos, e que livres nas nossas deliberações só temos em vista a felicidade da nação com um regimen verdadeiramente constitucional.

O Sr. Araujo Lima : — Sr. presidente, é para mim admiravel ver como um Sr. deputado ousa neste augusto recinto traçar a linha de conducta que a assembléa devia ter seguido, e censural-a porque a não seguiu !

Ouví ha pouco dizer que parecia incrivel que esta assembléa, trabalhando ha mais de tres mezes ainda não tivesse apresentado as bases da constituição.

O honrado membro talvez esteja persuadido que é preliminar indispensavel a apresentação das bases, porque as cortes de Lisboa assim praticárão ; mas a commissão não seguiu esse

plano, porque nem sempre se apresentão bases, pôde-se logo apresentar a constituição, e leve por melhor oferecer de uma vez o sistema completo..... Não se diga pois nesta assembléa que parece inerivel que não tenhão ainda aparecido as bases da constituição, porque isto é uma verdadeira censura do seu procedimento, inculcando-se que tem faltado aos seus deveres, quando a comissão nuncia tratou de bases, nem tinha obrigação de cuidar nellas.

Quanto á demora do projecto eu não a julgo excessiva; é objecto de meditações mui sérias; é deste novo pacto social que vai depender a felicidade da nação; e talvez delle lhe resulte gloria quando aparecer na Europa. Uma obra tal demanda tempo; e a comissão não se tem descuidado.

A' vista disto entendi que devia fallar pela parte que me toca como membro da comissão encarregada deste honroso trabalho, para que não passe o princípio enunciado pelo honrado membro, com injuria deste congresso.

O Sr. GOMIDE: — Eu requeiro a V. Ex. que conserve a ordem; nós estamos aqui para fallar sobre as matérias que entrão em debate, mas não para nos atacarmos mutuamente.

O Sr. Carneiro da Cunha: — Do que devemos tratar é das medidas que são necessárias para remediar promptamente este grande mal.

Deixemos essas outras discussões que tinham melhor lugar quando o governo assim obrava, nesse tempo eu também o atacaria; mas tudo o que passou está passado.

O Sr. Andrada e Silva: — Eu também quero que se conserve a ordem; mas todo o deputado tem direito de mostrar a verdade dos factos quando se vê insultado neste augusto senado, e atacada a sua reputação, ao mesmo tempo que todo o Rio de Janeiro sabe da maneira com que se portou o ministerio.

O Sr. ANDRADA MACHADO: — Sr. presidente, eu requeiro a ordem. Tratemos do objecto que está em discussão.

O Sr. PRESIDENTE: — A' ordem! Não admito mais discursos sobre tal matéria; acabemos com isto. Vai á comissão ou não vai?

Fizerão-se algumas breves reflexões; e julgando-se a matéria discutida propoz o Sr. presidente:

1.º Se o negocio devia ir a alguma comissão. — Venceu-se que sim.

2.º Se iria á de constituição, ou a uma especial. — Decidiu-se que fosse á de constituição para dar seu parecer com urgencia.

O SR. SECRETARIO FRANÇA leu então o seguinte ofício do ministro de estado dos negócios da marinha.

« Illm. e Exm. Sr.—De ordem de Sua Magestade Imperial comunico a V. Ex. para levar ao conhecimento da assembléa geral constituinte

c legislativa deste imperio, em resposta ao aviso de 16 do corrente, que na secretaria de estado dos negócios da marinha nada consta a respeito de José Antonio Gonçalves Vianna, pertencente á escuna *Catharina*, que se acha preso na fortaleza de Santos.

« Paço, em 21 de Julho de 1823.—*Luiz da Cunha Moreira*.—Sr. Manoel José de Souza França. »

Ficou a assembléa inteirada; e resolveu-se que se dirigisse á repartição da justiça um ofício igual ao que se tinha expedido á da marinha.

Leu mais o mesmo Sr. secretario uma participação de molestia do Sr. Furtado de Mendonça, em que pedia oito dias de licença.—Foi-lhe concedido.

Leu outra do Sr. Almeida e Albuquerque.—Ficou a assembléa inteirada.

O Sr. Carneiro da Cunha: — Sr. presidente, tenho tres indicações para oferecer á consideração desta assembléa, e peço licença para as ler.

Primeira

« 1.º Que sejam prescricíveis a todos os empregos todos os soldados, e officiaes inferiores veteranos, que fizerão as campanhas do sul, e do norte, em consequencia de seus relevantes serviços.

« 2.º Que se conceda baixa a todo o soldado, que tiver preenchido o tempo da lei, no caso de o requerer.

« Paço da assembléa, 22 de Julho de 1823.—*Carneiro da Cunha*. »

Segunda

« 1.º Que o perdão concedido por S. M. Imperial por decreto de... aos desertores, seja extensivo a todas as províncias do imperio.

« 2.º Que todos os desertores que se não apresentarem no tempo concedido pelo mesmo decreto sejam condemnados a um degredo perpétuo para a ilha de Fernando inda pela primeira deserção.

« Paço da assembléa, 22 de Julho de 1823.—*Carneiro da Cunha*. »

Terceira

« 1.º Que o batalhão de S. Paulo, que se acha nesta corte, regresse para sua província.

« 2.º Que todas as tropas, que têm feito a campanha do sul, tanto da primeira como segunda linha, sejam substituídas por outras tiradas de todas as províncias, para que aquellas possam voltar aos seus lares.

« Paço da assembléa, 22 de Julho de 1823.—*Carneiro da Cunha*. »—Forão remetidas á comissão de guerra.

O Sr. REZENDE COSTA pediu igualmente a palavra e leu a seguinte.

INDICAÇÃO

« Que no bispado de Marianna, separado do Rio de Janeiro pelo alvará de 2 de Maio de 1747 expedido em virtude do motu proprio de Benedicto XIV em 1746, se percebão os salarios, conhecências e direitos parochiaes determinados pela constituição ecclesiastica do arcebispado da Bahia pela qual se regulão os bispados das províncias do Brazil, cessando provisoriamente a percepção actual do excesso que os parochos cobrão dos povos daquella província, com oppressão manifesta dos mesmos, e sem motivos alguns para semelhante distinção, o que atestão as immensas demandas que promovem contra os seus freguezes por falta de um direito certo que se não fixou legalmente até o presente, sendo o seu arbitramento ordenado já em 1735 ao conde de Bobadella e ultimamente ao visconde de Barbacena, generaes daquella província.

« Paço da assembléa, 22 de Julho de 1823.—O deputado, José de Rezende Costa. »—Foi remetido á comissão ecclesiastica para dar o seu parecer com urgencia.

O Sr. ANDRADA E SILVA ofereceu uma memoria e regimen das universidades do imperio.

Foi recebida com especial agrado; e ordenou-se que fosse remetida á comissão de instrução publica para dar as competentes providencias sobre a educação da sociedade.

O Sr. MONTEZUMA pediu a palavra, e leu o seguinte projecto de lei:

« A assembléa geral constituinte, etc. decreta o seguinte:

« 1.º Todos os empregados publicos, que foram nomeados pelo governo da Bahia no tempo da sua ocupação pelas tropas lusitanas ficão demitidos, e como se nunca fossem, ou houvessem tido tales nomeações.

« 2.º Todos os antigos empregados publicos, que na cidade da Bahia jurarão a constituição de Portugal, e ainda se achavão dentro da cidade tres dias antes da evacuação das tropas inimigas, e entrada do exército pacificador do Reconcavo, e interior da província, ficão suspensos sem vencimento de ordenado, até se justificarem.

« 3.º A justificação versará.

« 1.º Se em sua conducta mostraram sempre por factos adhesão á causa augusta da independencia do Brazil, e fórmula monarchica representativa por elle adoptada e proclamada:

« 2.º Se houve coacção positiva no juramento da constituição de Portugal.

« 3.º Se não se retirou para o Reconcavo e interior da província, ou para outra qualquer parte do imperio não invadida pelo ini-

migo por uma justificada e legítima impossibilidade phisica ou moral.

« 4.º Estas justificações serão feitas perante o magistrado que servir de intendente geral da polícia, do qual poderá haver vista ao cidadão que a pretender contrariar.

« 5.º O processo de tales justificações será o das causas summarias.

« 6.º Durante tales suspensões deverão servir os empregados, os que serviam no Reconcavo; e caso não se façam tales justificações, ou decaiaão delas aquelles que as intentarem, serão preferidos sempre para a continuaçao e vitalicio exercicio dos empregos, os que houverem prestado serviços á causa no Reconcavo e interior da província, que serão logo providos segundo sua aptidão.

« 7.º Debaixo da palavra empregados, comprehendem-se igualmente os militares para ter sobre elles a mesma applicação. Paço da assembléa, 22 de Julho de 1823. Segundo da independencia e do imperio.—Francisco Gé Acaíaba Montesuma. »

O mesmo Sr. deputado requereu a urgencia: e sendo esta vencida, fez-se a 2^a leitura do projecto, e mandou-se imprimir para entrar em discussão.

O Sr. ROCHA FRANCO pediu tambem a palavra e fez a seguinte

PROPOSTA

« Que se officie ao governo para que sejam imediatamente postos em liberdade o vigário Antonio Pereira Ribeiro e outros presos no Rio Grande por terem opinado contra o *veto absoluto*, constando dos officios que os acompanharem que não é outro o seu crime.—Rocha Franco. »

Depois de breve debate, resolveu a assembléa que fosse remetida á comissão de constituição para dar o seu parecer, visto ter a matéria connexão com o procedimento da tropa de Porto-Alegre.

O Sr. SECRETARIO FRANÇA leu o boletim do cirurgião assistente á Sua Magestade o Imperador.

« Sua Magestade Imperial passou sem novidade.—Paço da Imperial Quinta da Boa Vista, 22 de Julho (22º dia de molestia) de 1823. O cirurgião da imperial camara e assistente á Sua Magestade o Imperador Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto. »—Foi ouvido com muito especial agrado.

O Sr. Montesuma:—Requeiro, Sr. presidente, a leitura da acta em que se refere a noticia da restauração da Bahia, porque tenho que dizer a esse respeito.

O Sr. ACCIOLI:—Mas estando essa acta aprovada não sei que possa dizer contra ella cousa alguma o nobre deputado.

O Sr. França:—Depois de estar a acta cerrada e aprovada nada pôde dizer o illustre deputado a não ser por meio de uma indicação; e quando para a fazer precise ver a acta pôde ir consultá-la na secretaria e examinar o que lhe parecer.

O Sr. PRESIDENTE declarou que se passava á ordem do dia, que era o projecto sobre a promulgação das leis.

Depois de ser lido o projecto pelo Sr. secretario França, observou-se que não estavão impressas todas as emendas e por isso se resolreu que se imprimissem para entrarem em discussão com o projecto.

Dividou-se então se deveria ou não continuar-se na ordem do dia por já restar pouco tempo; e o Sr. Araujo Lima pediu que se fizesse 2^a leitura de uma indicação sua oferecida como artigo adicional ao regimento na sessão de 26 de Junho.

Resolveu-se que se lesse para entrar em discussão.

O Sr. SECRETARIO FRANÇA fez a 2^a leitura nestes termos:

« As propostas que fizerem os Srs. deputados deverão ser reservadas para a ultima hora; se porém os autores as julgarem urgentes para se lerem antes da ordem do dia, as mandarão para a mesa, a cujo juizo toca julgar desta urgencia.—*Araujo Lima.* »

O Sr. VERGUEIRO ofereceu á mesma indicação a seguinte

EMENDA

« As indicações serão lidas na ultima hora bem como os pareceres das comissões, principiando-se alternadamente um dia pelas indicações e em outro pelos pareceres.—*Vergueiro.* — Foi apoiada; e depois de breve debate aprovada.

Poz-se depois á votação a indicação e foi aprovada a 2^a parte; não entrando em deliberação a 1^a por se julgar prejudicada na aprovação da emenda.

O Sr. Rodrigues de Carvalho:—Sr. presidente: sendo certo que as camaras de Olinda e Parahyba derão aos deputados daquellas províncias instruções para lhes servirem de norma nas decisões desta assembléa; e sendo também incontestável que elas usarão de um direito que lhes não compete, requeiro que os Srs. deputados daquellas províncias remetam á comissão de constituição as ditas instruções e actas das camaras para ser tudo tomado em consideração; e que em particular o Sr. Carneiro da Cunha apresente á mesma comissão as novas instruções que recebeu. Eu mando á mesa a esse fim a seguinte

INDICAÇÃO

« Requeiro que se mande para a comissão de constituição as actas e instruções das camaras de Olinda e Parahyba, dadas a seus deputados, para serem tomadas em consideração.

« Proponho mais que o honrado membro o Sr. Joaquim Manoel Carneiro entregue as novas instruções.—O deputado *Rodrigues de Carvalho.* »

Fallarão os Srs. Andrada Machado e Carneiro da Cunha; (mas não se entendeu o tachygrapho) e afinal foi aprovada a indicação, resolvendo-se que fosse tudo remetido á comissão de constituição para dar com urgencia o seu parecer.

Por ser chegada a hora da leitura dos pareceres de comissões leu o Sr. Teixeira Vasconcellos, como relator da comissão de saúde publica, um parecer sobre os alunos da academia medico-cirúrgica, relativo á factura das suas cartas; no qual entende a comissão que lhe devem ser passadas em nome do director da mesma academia, para com esta carta e sem dependencia de outro exame poder cada um exercitar livremente a arte da cirurgia neste império. (*)

Foi aprovado; e resolveu-se que a mesma comissão o reduzisse a projecto de lei.

O Sr. RODRIGUES VELLOSO, como relator da legislação, leu os seguintes pareceres:

Primeiro

« A comissão de legislação, vendo pelo requerimento de Pedro da Silva Pedroso, que elle ainda se acha preso na fortaleza da Lage, apesar da deliberação desta assembléa, que assentou dever mudar-se imediatamente para outra prisão, que sendo segura seja ao mesmo tempo mais comoda, é de parecer que de novo e com instância se recomende ao governo o cumprimento da deliberação da augusta assembléa a respeito da mudança do supplicante, e mais se lhe exija, que ás informações já pedidas acrescente a informação do motivo por que foi o mesmo supplicante privado dos seus papeis e do destino que se lhe deu.—Paço da assembléa, 21 de Julho de 1823.—*Antonio Rodrigues Velloso de Oliveira.*—*Bernardo José da Gama.*—*José Antonio da Silva Maia.*—*João Antonio Rodrigues de Carvalho.*—*Estevão Ribeiro de Rezende.*—*José Teixeira da Fonseca Vasconcellos.*—*D. Nuno Eugenio de Locio.* »

O Sr. Andrada Machado:—Eu aprovo o parecer, mas acrescentando uma cousa essen-

(*) Não se transcreveu o parecer porque não existe o original.

cial: que o governo declare o motivo de não ter dado cumprimento á ordem desta assembléa que determinou que o supplicante fosse removido daquella prisão.

Se as ordens deste congresso são inutis não venho cá mais.

O Sr. MONTEZUMA:—Eu até não posso crer que esse homem esteja incomunicavel ha tanto tempo estando a assembléa installada. Tenho isso por impossivel.

O Sr. ANDRADA MACHADO:—Pois não o é, o homem não só tem estado incomunicavel todo esse tempo, mas creio que ainda o está.

O Sr. Alencar:—É preciso conhecer-se desta oppressão; peço-se informações novamente e faça-se entender ao ministro de estado que deve saber cumprir melhor as suas obrigações.

E' claro que este homem jaz em oppressão e que se tem encoberto o seu estado por muito tempo; portanto conheça-se como isto se tem praticado; é o que exige de nós a humanidade e a justiça, para se darem depois as providencias necessarias, fazendo responsável por tal violencia o magistrado que assim tiver pisado aos pés as leis.

O Sr. ANDRADA MACHADO:—Eu insisto em que se mande saber por que razão o governo não cumpriu a ordem desta assembléa.

Julgando-se sufficientemente discutido, foi posto á votação e aprovado com o additamento lembrado pelo Sr. Andrada Machado.

Segundo

« A commissão de legislação, tendo attenção ao requerimento de João Ricardo da Cruz, que se diz ter vindo preso de Pernambuco e achar-se na fortaleza de Villegaignon, incomunicavel ha mais de cento e doze dias, privado dos meios de requerer a sua justiça, é de parecer que se exijão do governo as informações circumstancias das prisão do supplicante e do motivo della. Paço da assembléa, 22 de Julho de 1823.—Antonio Rodrigues Velloso de Oliveira.—D. Nuno Eugenio de Locio.—José Antonio da Silva Maria.—José Teixeira da Fonseca Vasconcellos.—João Antonio Rodrigues de Carvalho.—Bernardo José da Gama. »

Depois de varias reflexões, foi aprovado o parecer, vencendo-se igualmente que o governo informasse com urgencia, removendo immediatamente o supplicante do segredo, se fosse verdade o que allegava o preso, e declarando outrossim quem era o empregado ou funcionario que ordenara tal segredo contra a lei.

O Sr. Alencar:—Eu requeiro que se faça com a possivel brevidade a proposta do porteiro

da secretaria da assembléa porque ha diversos requerimentos de pessoas que pretendem este lugar; e é preciso que se faça a nomeação para os outros ficarem desenganados.

Os Srs. SECRETARIOS forão então convidados pelo Sr. presidente a apresentar com brevidade a sua proposta; e nisso convierão.

O Sr. PRESIDENTE assignou para ordem do dia: 1º, o projecto dos governos provincias: 2º, segundas leituras de propostas.

Levantou-se a sessão depois das 2 horas da tarde.—José Ricardo da Costa Aguiar de Andrada, secretario.

Sessão em 23 de Julho

PRESIDENCIA DO SR. CAMARA

Reunidos os Srs. deputados pelas 10 horas da manhã, fez-se a chamada e acharão-se presentes 64, faltando com causa participada os Srs. Ribeiro de Rezende, Ferreira Barreto, Andrada e Silva, Furtado de Mendonça e Ribeiro de Andrada; e sem ella os Srs. Gondim e Rodrigues de Carvalho.

O Sr. PRESIDENTE declarou aberta a sessão, e lida a acta da antecedente foi aprovada.

Annunciou-se então que estava á porta da sala o Sr. Antônio Ferreira França, deputado pela província da Bahia, e sendo introduzido na fórmula do estylo, prestou juramento e tomou assento no congresso.

O Sr. SECRETARIO FRANÇA leu os dous seguintes officios do ministro de estado dos negocios da guerra:

« Ilm. e Exm. Sr.—Accuso recebido o officio de V. Ex. de 19 do corrente mez, em que me participa da parte da assembléa geral constituinte e legislativa do imperio a nomeação dos membros da commissão de marinha e guerra, podendo-se segurar a V. Ex. da minha parte que as luzes e merecimento das pessoas nomeadas coincidem com o acerto e prudencia da escolha. Deus guarde a V. Ex. Paço, 22 de Julho de 1823.—João Vieira de Carvalho.—Sr. Manoel José de Souza França. »—Ficou a assembléa inteirada.

« Ilm. e Exm. Sr.—Respondendo ao officio que V. Ex. me dirigio na data de hontem exigindo da parte da assembléa geral constituinte e legislativa do imperio do Brasil esclarecimentos sobre varios factos anti-constitucionaes que ultimamente tiverão lugar na província de S. Pedro, tenho de dizer a V. Ex., para que o possa fazer constar assim na referida assembléa, que á repartição dos negocios da guerra não veio até o presente participação alguma sobre tal acontecimento, mas sim á repartição dos negocios do imperio. Deus guarde a V. Ex.

Paço em 22 de Julho de 1823.—*João Vieira de Carvalho.*—Sr. Manoel José de Souza França ».—Ficou a assembléa igualmente interrada.

Leu mais um requerimento de Manoel Clemente Sampaio oferecendo-se para servir gratuitamente em qualquer trabalho da escrituração da assembléa.

O Sr. Andrada Machado:—Oferecimentos de entrada em serviço publico gratuitamente não me agradão. Se é para fazer direito, depois de mostrar a sua aptidão a ser admittido a vencer o ordenado que se arbitrar, concedo que entre; mas officiaes de graça não entendo. Se quer fazer conhecer o seu patriotismo tem para isso outros meios. Portanto para não vencer por emquanto, não me opponho; e depois se for habil e intelligente será proposto; porém se quer official de graça, não estou por isso: a nação não quer servidores gratuitos.

O Sr. França:—Eu julgo que este requerimento deve ir á secretaria a informar, para depois a assembléa o tomar em consideração.—Foi remetido á secretaria.

Leu finalmente o boletim do cirurgião da camara imperial, assistente á Sua Magestade o Imperador.

« Sua Magestade Imperial passou sem novidade. Paço da Imperial Quinta da Boa Vista, 23 de Julho (23º de molestia) 1823. O cirurgião da imperial camara, e assistente de Sua Magestade o Imperador *Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto* ».—Foi ouvido com muito especial agrado.

O Sr. ARAUJO VIANNA mandou á mesa uma representação de Manoel Machado Coelho, Constantino Dias Pinheiro, José Lourenço Dias e Joaquim José da Silva, proprietários das fabricas de estamparias e papel.—Foi remetida á comissão de commercio.

O Sr. Andrada Machado:—Sr. presidente, a comissão de constituição está comprometida a dar o seu parecer sobre esse facto escandaloso da cidade de Porto Alegre na província de S. Pedro, e não tem podido apresentar este trabalho por falta de membros; mas como o negocio não admite demoras eu requeiro que os illustres deputados que aqui se achão, e pertencem á dita comissão se retirem para se concluir o parecer.—A assembléa decidiu que assim se fizesse.

Passou-se á ordem do dia, e entrou em discussão o paragrapho penultimo do additamento do Sr. Percira da Cunha ao art. 16 do projecto dos governos provincias, que ficara adiado pela 2ª vez na sessão de 21 de Julho.

O Sr. França:—Eu sou absolutamente contrario á conflitos de jurisdições; e estes nascem sempre da falta de unidade de ação

nos governos, por isso quereria que essa tal qual força marítima que se achasse estacionada nos portos das diferentes províncias do imperio obedecesse á voz dos seus respectivos presidentes, salvas as exceções de especial comissão. Nem isso pode deixar de ser sem graves inconvenientes praticos. Lugares ha onde temos intendentes de marinha, onde ha armadas de marinha, pequenos arsenaes, e outros elementos desta repartição.

E' mister pois subordinar o seu andamento á inspeção, e autoridade eminentes do governo da província a que respeitão, para que não padeça a causa publica, que dellas depende, no desmando ocasional que pode produzir o ciúme da jurisdição, entre a respectiva autoridade, e o governo da província. A grande distância em que muitas destas se achão com a corte, faz indispensável a acumulação do mando eminentes nos seus presidentes: outra causa poderia ser se todas elles fossem comprehendidas em estreito círculo, de cujo centro partisseem, e chegassem com brevidade conveniente a preferir as ordens que é mister executar, segundo as exigencias locais.

Eu tenho sido testemunha de algumas contradições e debates entre os antigos governadores das províncias do Brazil e os empregados da marinha em puro prejuizo do serviço publico.

Desejaria que se ocorresse a isso, quando o podemos fazer em uma lei; e não dessemos nella antes andamento, e progresso á disputas de autoridades, sempre nocivas ao serviço da nação.

O Sr. Arouche Rendon:—Sr. presidente, eu acho muito bem concebido este additamento; porque alé para tirar toda a dúvida de que não fala da marinha nacional que deve estar no porto do Rio de Janeiro, hoje corte, diz estacionada nos portos das províncias marítimas.

Em realidade, além da grande marinha da nação, para a qual devem concorrer todas as províncias, cada uma das marítimas deve ter a sua pequena, ou grande, para o serviço da mesma província e defesa do seu porto: o que é de summa necessidade. Esta força marítima não pode ser commandada, nem governada pelo commandante das armas de terra; porque, Sr. presidente, ha tanta diferença de uma a outra arma, quanto diferem os elementos sobre que elles se achão.

E' por isso que em toda a parte onde ha marinha ella tem o seu commandante próprio; e nem pode ser por menos, pois tanto sabe o commandante de terra de marinha, como este sabe de terra. Ora, supondo mesmo que um porto tem uma insignificante marinha, v. g. um brigue, este mesmo unico brigue tem o seu commandante que não deve receber ordem do commandante de terra; e se a marinha

fôr grande terá o seu commandante geral. Isto é quanto ao comando; quanto ao governo esta marinha, ou este comandante della não pôde estar sujeito, senão ao presidente da província como o maior empregado della, e nunca ao governador das armas. A razão é clara; o governador das armas sabe do que lhe está encarregado, mas não sabe das necessidades da província cujo governo lhe não está encarregado.

O presidente unicamente é quem sabe quanto deve estar, v. g. este brigue armado, ou desarmado, quando os officiaes devem estar embarcados, ou desembarcados; pois que tudo isso depende da necessidade e precisão, e do estado das finanças, de que só pôde saber o presidente como administrador dos negócios da província, e como presidente da junta. Só elle e não o governador das armas pôde saber se ha pela costa piratas para sahir esse barco de guerra, que ahi houver; só elle pôde saber se é preciso mandar esse barco como correio á corte, ou de guarda navios mercantes. Por estes motivos, voto que a marinha da província, deve estar sujeita ao presidente, enquanto ordens contrárias do ministro não ordenarem o contrario, pois muitas vezes será preciso unir as forças para defesa commum do imperio. Estas mesmas circunstâncias e necessidades da província deverão servir de regra ao presidente para com o seu conselho deliberarem o concerto, ou aumento da marinha da sua província.

(Fallarão os Srs. Carneiro da Cunha, Costa Barros, Duarte Silva, mas não se entendeu o tachygrapho.)

Julgou-se afinal a materia discutida, e posto á votação o dito parágrapho penultimo foi aprovado com a suppressão da palavra—immediatamente,—e substituindo-se á palavra *conselho* a palavra *presidente*.

O Sr. Arouche Rendon:—Parece-me que o parágrapho que resta do additamento não tem lugar porque nós estamos a fazer regulamentos para governos provinciaes e não regulamentos para a marinha. Tocamos no parágrapho antecedente em marinha, mas foi só para decidir se devia, ou não, estar sujeita ao presidente; mas tratar das suas despezas não pertence para aqui; e por isso julgo que deve inteiramente suprimir-se.

O Sr. Vergueiro:—Eu tambem creio que este ultimo parágrapho é ocioso; e julgo que ainda que o não fosse devia rejeitar-se. Estas despezas pertencem ao todo da nação e não à província por que se fazem para o bem geral de estado, e por isso devem sahir da massa geral da nação, ainda que se paguem pelo cofre da província onde forem feitas,

Depois de mais algumas reflexões julgou-se a materia discutida; e pondo o Sr. presidente

á votação o referido parágrapho ultimo foi supprimido.

A emenda do Sr. Arouche julgou-se prejudicada, e por isso não se tomou em consideração.

Passou-se ao additamento do Sr. Carneiro de Campos. (Veja-se a sessão de 21 de Julho.)

O Sr. Montesuma:—Eu vejo que não sendo o conselho permanente ha de ser mui difícil a reunião dos conselheiros em caso de urgência; e como se diz nesta emenda ou additamento que o commandante da força armada a não poderá empregar em caso de perturbação sem preceder resolução do presidente em conselho, pôde suceder que haja necessidade de o empregar, e que se não remedie o mal por faltar o requisito da resolução uma vez que não se possa logo reunir o conselho. Por outro lado considero que seria dar ao commandante uma atribuição mui grande e perigosa o conceder-lhe a autoridade de a empregar quando elle o julgasse preciso, porque poderia fazer marchar a tropa por qualquer causa a que chamaria tumulto, e causar isto calamidades. Portanto acho que seria bom buscar algum meio de conciliar estas cousas, o que me parece conseguir-se estabelecendo-se que os commandantes não possão em taes casos fazer marchar a tropa sem se convocarem os tribunaes da província e os cidadãos mais conspicuos da capital para com a camara, o presidente, e o commandante se decidir o mais conveniente. Eu offereço a este fim a seguinte

EMENDA

« Proponho que havendo perigo na segurança publica accomettida de qualquer concussão, o commandante da força e o presidente convocarão logo os primeiros tribunaes da província, a camara e os cidadãos mais ricos da capital, e propondo que ha, seja obrigado a obrar conforme o acordo ácerca da marcha ou não marcha da força.—Francisco Gê Acayaba de Montesuma. » —Não foi apoiada.

O Sr. Carneiro de Campos:—Eis aqui as limitações de que me tenho lembrado (*leu*); esta minha emenda é fundada nas diversas funções que pôde exercer a força armada em qualquer paiz civilizado. Estas funções, são: 1º defender a nação dos seus inimigos externos; 2º manter o socego e obediencia ás autoridades legítimas no interior; 3º auxiliar a segurança individual dos cidadãos.

Em alguns estados a força armada é composta de corpos diversos, pelos quaes são distribuidas estas funções mais particularmente. Por exemplo, em França ha o que propriamente se chama exercito, ou tropa de linha, ha guardas nacionaes, e ha *gendarmerie*. O exercito é

particularmente destinado á defesa externa da nação. As guardas nacionaes devem rebater os tumultos e suffocar as rebellões formadas nos seus respectivos districtos.

A *gendarmerie* está ás ordens da policia e dos magistrados para prevenir e cohibir os malfeiteiros. Nesta capital já temos esta divisão de força. Temos tropa de 1^a e 2^a linha, que forma o exercito, temos uma guarda cívica ou nacional, e ha a guarda da policia que corresponde á *gendarmerie* franceza, e em S. Paulo tambem ha uma guarda cívica. Porém o Imperio do Brazil não se compõe do Rio de Janeiro e da cidade de S. Paulo unicamente.

Portanto fallando geralmente, e sendo de pouca attenção as ordenanças por falta de uma boa organisação, podemos dizer que pelo nosso exercito devem ser promiscuamente exercidas, ao menos as duas primeiras mencionadas funcções.

Isto posto, vejamos agora que ingerencia pôde ter o presidente da província na tropa, alli estacionada ou propria. A primeira e principal função da tropa é repellir os insultos de nossos inimigos exteiros, obrigalos á força viva a respeitar-nos e a satisfazer o que nos deve por justiça ou decoro. N'uma palavra, o principal destino da tropa é a guerra com os estrangeiros, ou a defesa externa. Ora, a defesa externa ou a guerra que se faz para a sustentar, não é uma empreza particular desta ou daquella província, é antes uma operação do interesse geral e commum á nação toda. O seu principio, progresso, suspensão e acabamento é sempre dependente das relações estrangeiras.

Pelo que só ao governo supremo da nação, encarregado da sua segurança geral e de tratar com as potencias estrangeiras, compete mui privativamente expedir as ordens relativas á defesa externa do estado. Portanto é contra principios o projecto de fazer sujeito ao governo da província o commandante da força armada no que diz respeito á defesa externa; pois com esta nada tem o governo da província, e nem sobre ella pôde providenciar, não se achando instruido do estado das relações externas da nação.

Quanto porém á manutenção da tranquillidade e socego interno da província, posto que o commandante da força armada esteja obrigado em empregar a maior vigilancia nesta parte, todavia elle não deve proceder effectivamente por meio de força militar, sem requisição ou consentimento do presidente da província, que estando tambem encarregado de manter os habitantes della na devida sujeição e obediencia ás autoridades legítimas, deve ser summamente vigilante para que a força destinada a defender os povos não se empregue contra sua liberdade.

Neste caso sim entendo eu, que o com-

mandante da força armada deve ser de tal maneira sujeito ao presidente, que sem a requisição ou consentimento deste, jamais elle possa pôr em ação a força no interior da província; pois é por esta cautela de se não pôr a tropa em movimento, nem ter ação alguma no interior do paiz, sem prececer ordem ou requisição das competentes autoridades politicas ou civis, que se evitão os abusos da força contra a liberdade. Imitemos nisso a Inglaterra, esse paiz classico da liberdade, e para mais firme garantia deste inapreciavel direito eu exijo mais na minha emenda, que no caso de rebellião se não faça essa requisição do presidente, nem se execute, sem que seja consultado o conselho.

Por este e outros semelhantes casos de tanta gravidade eu instei e votei, que os conselheiros não se ausentassem da capital da província antes de acabado o tempo da sua commissão; porém decidiu-se já o contrario, entendendo-se ser bastante para os conselhos extraordinarios, como são todos os consultativos, a convocação de parte do conselho, chamando-se sómente aquelles conselheiros, que menos incommodos tiverem em comparecer.

Convoque-se pois esse conselho, que sempre nelle concorrerão alguns conselheiros, que por suas luces e prudencia auxiliarão ao presidente, para que não faça uma requisição imprudente; que pôde ser de consequencias irremediables. Bem sei que o presidente é responsavel, mas tambem é conveniente arredal-o do imperio do erro, ou da tentação de abusar; e maior será a sua responsabilidade se obrar mal contra o parecer do conselho.

O Sr. Costa Barros:—É certo que podem estar muito distantes os conselheiros, e por isso não ser possivel convocar-se logo o conselho; mas já em attenção a isto se determinou que fossem em tal caso chamados os membros a quem se causasse menos incommodo, e que até se pudesse convocar os supplentes.

O Sr. França:—Aqui está o que se venceu sobre este objecto na acta de 17 de Julho. Propoz o Sr. presidente « se não poderia empregar a força armada contra os inimigos internos sem requisição das autoridades civis: venceu-se que sim. »

O Sr. Henriques de Rezende:—O que vejo é que está vencido, mas em termos que dá a entender que não se venceu; perguntou-se: não pôde empregar a força armada sem requisição das autoridades civis? Respondeu-me sim; logo, parece que pôde empregal-a.

O Sr. França:—Sr. presidente! Eu peço a ordem. Não se pôde fallar contra o que está vencido na acta já aprovada por esta assembléa. Nella se lançou o que propoz o Sr.

presidente e o que se venceu ; agora quanto á redacção pôde mudar-se em tempo opportuno.

O Sr. Carneiro de Campos :—Eu julgo que não ha duvida na intelligencia ; perguntou-se se não poderia empregar a força armada sem requisição das autoridades, respondeu-se—sim—isto é, não pôde empregal-a. Não vejo nisto dificuldade, e creio que todo o mundo o entende assim.

O Sr. Galvão :—Eu declaro que da maneira que estão enunciadas as propostas e as resoluções realmente se entende o contrario do que se venceu. Perguntou-se por exemplo : não pôde marchar a tropa da 2^a linha sem acordo do presidente ? Respondeu-se—sim—confesso que para mim inculca o contrario do que está estabelecido.

O Sr. FRANÇA :—Entre nós não pôde haver duvida ; e como estes vencimentos vão á redacção emenda-se o que for preciso. Nós todos estamos certos do que se venceu ; e as actas não servem senão para saber por ellas o que se passou na assembléa.

O Sr. GALVÃO :—Mas aqui estou eu que não sei o que se venceu, porque não estava presente.

O Sr. ACCIOLI :—Ainda que haja alguma falta estamos a tempo de a corrigir ; o que está na acta não pôde fazer embaraço, porque nós sabemos o que se venceu.

O Sr. FRANÇA :—O que é necessário saber é se a emenda do Sr. Carneiro de Campos está prejudicada.

O Sr. Duarte Silva :—Eu creio que não, porque se resolveu que o commandante militar fosse independente, salvas as excepções ; portanto como a emenda aponta algumas dellas não vejo que possa estar prejudicada pelo vencido.

O Sr. LOPES GAMA :—Mas pôde estar prejudicada por outra emenda ; e é isto o que deve decidir-se.

O Sr. Henrques de Rezende :—Sr. presidente : E' verdade que já se decidiu que o commandante da força armada não a possa empregar dentro da província sem requisição das autoridades civis ; mas não creio que isto prejudique a emenda do Sr. Carneiro de Campos que não é mais do que uma ampliação das excepções postas ao artigo ; todavia se não a julgo prejudicada nem por isso a aprovo, porque tem contra si as razões allegadas ; e se as circunstancias forem urgentes não darão tempo á convocação do conselho, e a segurança publica perigara.

Portanto voto contra ella, não porque esteja prejudicada, mas porque pôde prejudicar medidas instantâneas ; fazendo indispensável a resolução do conselho ainda que este não esteja

reunido, quando em tal caso só deve bastar a requisição do presidente.

O Sr. Andrada Machado :—Eu entendo que a emenda do Sr. Carneiro de Campos só poderá passar acrescentando-lhe as palavras — sendo possível a convocação do conselho—porque taes podem ser as circunstancias que não seja possível convocar-se com a promptidão necessaria, em cujo caso bastará a resolução do presidente. Deste modo sempre que puder ser se convocará o conselho e ainda quando não possa, nunca fica pertencendo só ao commandante a disposição da força, e temos então responsável o presidente.

Julgou-se a materia discutida, e o Sr. presidente propôz :

1.^º Se o additamento estava prejudicado.—Venceu-se que não.

2.^º Se o presidente deveria convocar o conselho sempre que fosse possível.—Venceu-se que sim.

3.^º Se não sendo possível convocal-o podia o presidente deliberar por si só sobre a requisição da força armada.—Venceu-se tambem que sim.

Seguiu-se o additamento do Sr. Sousa Mello (Veja-se a sessão de 21 de Junho) mas julgou-se desnecessario, e foi por isso rejeitado.

O Sr. LOPES GAMA offereceu o seguinte

ADDITIONAMENTO

« O presidente terá as mesmas continências militares, e bem assim o conselho reunido, que d'antes tinham os capitães generaes—Paço, 19 de Julho de 1823.—O deputado *Lopes Gama*. »—Foi apoiado ; e depois de breves reflexões, aprovado.

O Sr. MARIANNO CAVALCANTI offereceu igualmente este

ADDITIONAMENTO

« O commandante das armas não poderá empregar a força da 1^a linha fóra da província sem expressa ordem do poder executivo, ou sem acordo do conselho provincial.—Paço da assembléa, 23 de Julho de 1823—O deputado *Marianno Cavalcanti*. »—Não foi apoiado.

Entrou em discussão o art. 17, com as respectivas emendas dos Srs. Andrada Machado e Pereira da Cunha. (Veja-se as sessões de 21 e 23 de Junho.)

Depois de fallarem alguns Srs. deputados (de que o tachygrapho não faz menção) declarou o Sr. presidente adiada a discussão, por estar chegada a hora da leitura dos pareceres de comissões.

O Sr. ARAUJO LIMA, como relator da de constituição, leu o seguinte

PARECER

« A comissão de constituição, tomando em consideração o officio que por esta assembléa lhe foi remetido do governo do Rio Grande do Sul e mais papeis, que o acompanháram relativamente ao facto escandaloso praticado pela força armada da cidade de Porto-Alegre, capital daquella província, pelo qual com manifesta usurpação do poder legislativo, que actualmente só a esta assembléa constituinte compete, se decretou e jurou um ponto inteiramente constitucional; é de parecer.

« 1.º Que se mande proceder a uma devassa, assim de conhcerem-se os verdadeiros autores deste atentado, servindo de corpo de delicto o officio do governo provisório da dita província, e mais papeis a elle juntos.

« 2.º Que se autorise o governo para remover dos seus respectivos commandos o tenente coronel Gaspar Francisco Menna Barreto, e o sargento mór José Luiz Menna Barreto; e igualmente suspender do exercicio de secretario ao secretario interino Bernardo Avelino Ferreira e Sousa, visto constar do mesmo officio ser elle quem concertou de communum acordo com os referidos commandantes o plano atentatório, e subservio que executarão.

« 3.º Que o governo faça sentir o seu desprazer com todo o rigor ao governo provincial por ter annuindo áquelle atentado, e tome todas as medidas, que julgar acertadas, para fazer constar a todas as autoridades civis, ecclesiasticas e militares daquella província, e em geral a todos os habitantes della, que o poder de legislar em ninguém mais reside senão nesta assembléa, como geral e constituinte deste imperio. Paço da assembléa, 23 de Julho de 1823.—*Pedro de Araujo Lima, — Antonio Carlos Ribeiro de Andrade Machado e Silva, — Antonio Luiz Pereira da Cinha, — José Ricardo da Costa Aguiar de Andrade, — Francisco Moniz Tavares.* »

O Sr. Carvalho e Mello:—O successo espanhoso, Sr. presidente, cujo relatorio acabamos de ouvir, é um daquelles phenomenos, que a cada passo se apresentão na historia das revoluções. Ainda quando elles não são filhos da desordem anarchica, que rebentão do seio dellas, mas efeito e produção do zelo e amor da ordem, são sempre maravilhosos, porque só depois de estabelecida e firmada a tranquillidade é que o andamento e marcha social se torna judiciosa e regular.

Deste carácter é o atentado da tropa do Rio Grande, o qual foi praticado por influencia de alguma das autoridades e na suposição que tendia firmar e consolidar a monarchia. Ou fosse inconsideração, ou má intelligencia, foi verdadeiramente um atentado, não só porque a tropa não podia nem devia intrometer-se em actos de administração e governo, pois que só

lhe toca obedecer e executar cegamente o que lhe for ordenado por quem tem as rédeas do governo; mas também porque atacou de frente as atribuições desta assembléa, que sendo legislativa e constituinte é só quem pôde e deve estabelecer e determinar as atribuições do poder executivo.

Seja embora útil ou não que este tenha o voto absoluto, questão por ora imprópria deste lugar, nunca podia o povo de uma província, e menos a tropa ao som de caixas e com bayonetas caladas apregoal-o, ordenal-o, e estabelecel-o como ponto de constituição.

Este facto assim caracterisado é um crime político, offensivo da ordem publica, e da autoridade e prerrogativas desta assembléa. E' pois necessário que não fiquei seu autores impunes para que a ordem que pretendemos firmar e estabelecer, se não transtorne e perturbe, e não recresça da impunidade outros delictos gerados ou por mal entendido zelo, ou pelo furor das facções e partidos. Todo o delicto porém deve ser primeiramente indagado e legalmente averiguado para que constando quem são os que commetterão sofrão o justo castigo determinado pela lei.

O presente ainda que se considerasse de lesa-majestade não é definido de devassa nas leis que nos regem, o que é comtudo de admirar porque sendo estes os maiores delictos, que ha na sociedade deveria ser o primeiro dos classificados para procedimento da devassa. Seja porém ou não uma anomalia do processo criminal existente, deveria determinar-se que se procedesse a ella, e esta assembléa, que tem o direito de legislar tem legitima autoridade para o mandar.

Mas não é sempre o justo a que só nas circunstancias presentes se deve attender; é também necessário olhar para o que é útil; e considerando-se o quanto pôde produzir de inconvenientes o indagar-se devassamente de um facto de tanta delicadeza, pois que soprará isto o fogo da discordia, dará lugar a inimizades e vinganças, e desgostarão aquella província de tanta importancia pela sua riqueza, por ser a nossa limitrophe ao sul, e pela sua adhesão á causa da independencia e integridade do imperio brazileiro.

Por tão ponderosas razões e para evitar remessas de presos para esta capital, para onde devião vir os pronunciados e a propria devassa segundo a lei, persuado-me que seria o justo e o mais acertado ordenar que se fizesse o conselho de guerra aos chefes designados na representação, sendo nelle julgados, e o secretario fosse julgado perante a justiça civil por um summario a que se unisse as peças autenticas.

Desta arte não ficava o crime impunito: esta assembléa reivindicava os seus direitos; não se dava lugar ás perturbações, intrigas e odios

acima referidos; e finalmente unia-se a justiça com a publica tranquillidade.

O Sr. Henriques de Rezende:— Sr. presidente, inclinado por habito, por princípios e por profissão a detestar o crime e amar a virtude, tambem me parece o criminoso na forca quando justamente a merece, como Santo Antonio no altar. Apparece o criminoso com portamento desses commandantes militares do Rio-Grande do Sul, e aqui não se trata de uma opinião simplesmente emitida, que não seria um crime, não havendo nada decidido: mas trata-se da violencia feita á representação nacional, traçando-lhe o círculo das suas decisões em cousas que a mesma nação tem inteiramente deixado em suas mãos. Isto é sem duvida um attentado, isto é impôr leis á assembléa e leis impostas pela força, que deve ser obediente.

E por isso que eu não posso convir com o parecer da comissão: os homens estão, bem notou o Sr. França, em flagrante delicto claramente manifesto pelos presentes papeis: digo que devem ser imediatamente presos os dous chefes e esse secretario: os outros cabeças, se os ha, conhecere-se-hão pela devassa. Eu sempre me tenho opposto e me opporei sempre a essas bernardas porque segundo o meu carácter, queria, que tendo nós, como temos, autoridades legítimas ellas sejam as que decidão e obrem em semelhantes negócios: deve-se usar dos meios competentes, deixal-as livres no uso de seu poder.

Quanto ao governo não é muito claro o modo por que elles então se conduzirão, nós sabemos muito bem como essas cousas se fazem, eu o tenho visto; nessas participações que se mandão á corte nunca aparecem as discussões e divergências, só aparecem unanimidades, votos geraes, etc., entretanto que a força tem extorquido esses actos. Mas não duvido que o tal presidente deve ser logo removido, porque eu não entendo como se possa tirar uma devassa contra esses dous commandantes, estando seu pai presidente no governo e podendo muito influir no exito da devassa.

Torno a dizer, sejão logo presos esses commandante e secretario, e removido o presidente; o mais a devassa descobrirá.

Como dêsse a hora e alguns senhores tivessem pedido a palavra, ficou adiado o debate.

O Sr. PRESIDENTE assignou para a ordem do dia: 1º, o mesmo parecer adiado; 2º, o projecto dos governos provincias.

Levantou-se a sessão ás duas horas da tarde. — José Ricardo da Costa Aguiar de Andrade, secretario.

RESOLUÇÕES DA ASSEMBLÉA

PARA CAETANO PINTO DE MIRANDA MONTENEGRO

Ilm. e Exm. Sr.— A assembléa geral constituinte e legislativa do imperio do Brasil, aprovando o parecer da comissão de legislação sobre o requerimento de José Antonio Gonçalves Vianna, que se queixa de estar preso na fortaleza de Santos sem culpa formada desde 25 de Dezembro de 1822, sómente por ser piloto da escuna *Catharina* que de Pernambuco se dirigiu áquelle porto, pedindo o supplicante ser solto ou removido para esta capital, assim de defender-se; manda participar ao governo que, desejando deliberar acertadamente sobre este negocio, precisa que lhe sejam transmittidas informações desta prisão e dos motivos della. O que V. Ex. levará ao conhecimento de Sua Magestade Imperial. Deus guarde a V. Ex.— Paço da assembléa, em 23 de Julho de 1823. — Manoel José de Souza França.

PARA JOÃO VIEIRA DE CARVALHO

Ilm. e Exm. Sr.— A assembléa geral constituinte e legislativa do imperio do Brazil, aprovando o parecer da comissão de legislação sobre o requerimento, junto por cópia, de João Ricardo da Cruz, que diz ter vindo de Pernambuco e achar-se preso na fortaleza de Villegaignon e incommunicável ha mais de cento e doze dias: manda participar ao governo que precisa quanto antes de informações circunstanciadas desta prisão e dos motivos della, e que tem resolvido que o supplicante seja removido, sem perda de tempo, do segredo em que se acha contra a lei, se for verdade o que allega e que o mesmo governo declare que autoridade ordenou tão prolongada reclusão, em despeito da mesma lei. O que V. Ex. levará ao conhecimento de S. M. Imperial. Deus guarde a V. Ex. — Paço da assembléa, em 23 de Julho de 1823. — Manoel José de Souza França.

PARA O MESMO

Ilm. e Exm. Sr.— A assembléa geral constituinte e legislativa do imperio do Brazil, aprovando o parecer da comissão de legislação sobre o requerimento de Pedro da Silva Pedroso que se queixa de se achar ainda preso na fortaleza da Lage, apesar da resolução da assembléa comunicada ao governo pelo officio de 10 do corrente, para ser removido daquella prisão para outra, não menos segura, mas menos incomoda; manda recommendar novamente ao mesmo governo o cumprimento da referida resolução e a remessa das informações pedidas, acrescentando a estas a do motivo de não ter cumprido o que resolvéra a assembléa sobre a mencionada remoção, e de

ser o supplicante privado de seus papeis, sem que conste do destino que se lhos deu, o qual deverá por isso ser indicado na sobredita informação. O que V. Ex. levará ao conhecimento de S. M. Imperial. Deus guarde a V. Ex.—Paço da assembléa, em 23 de Julho de 1823.—*Manoel José de Souza França.*

PARA O MESMO

Ilm. e Exm. Sr.—A assembléa geral constituinte e legislativa do imperio do Brasil manda participar ao governo que precisa que lhe seja remettida a consulta que nos fins do anno de 1811 ou principios de 1812, fez o conselho supremo militar sobre o estabelecimento de um monte-pio no Brazil para soccorro das viuvas, filhas e filhos dos officiaes militares, cuja consulta não foi até agora resolvida; e na falta desta, a cópia do que houver a este respeito na secretaria do referido conselho. O que V. Ex. levará ao conhecimento de Sua Magestade Imperial. Deus guarde a V. Ex.—Paço da assembléa, em 23 de Julho de 1823.—*Manoel José de Souza França.*

Sessão em 24 de Julho

PRESIDENCIA DO SR. CAMARA

Reunidos os Srs. deputados pelas 10 horas da manhã, fez-se a chamada, e acharão-se presentes 66, faltando por doentes os Srs. Araujo Gondim, Ferreira Barreto, Marianno Cavalcanti, Furtado de Mendonça e Montezuma, e sem causa participada o Sr. Andrade Lima.

O Sr. PRESIDENTE declarou aberta a sessão, e lida a acta da antecedente foi aprovada.

O Sr. Fernandes Pinheiro:—Recebi honram de tarde um officio da camara da cidade de Porto-Alegre em que felicita esta assembléa e lhe protesta obediencia e fidelidade: e como julgo que ella tem assim dissipado quaesquer sombras que na conjunctura presente se poderão gerar contra a pureza dos seus sentimentos e do povo daquella cidade, peço que seja recebido com agrado.

O Sr. SECRETARIO FRANÇA leu o officio concedido nos termos seguintes:

« Senhor.—A camara da cidade de Porto-Alegre capital da província do Rio Grande do Sul por si, e como orgão fiel dos povos do seu distrito, julga um de seus mais sagrados deveres levar á augusta presença de Vossa Magestade Imperial os sinceros votos, e puros sentimentos de congratulação pela venturosa, e desejada instalação do congresso nacional do vasto e rico imperio brasileiro, protestando respeito, obediencia e fidelidade

aos seus dignos e legítimos representantes, que empenharão sem duvida, toda a sabedoria e consummada prudencia, de que são ornados, em felicidade geral da nação.

« Deus guarde a Vossa Magestade Imperial por dilatados annos para gloria do nome brasileiro.—Porto Alegre, em vercação de 21 de Junho de 1823.—O juiz de fóra presidente, *Castano Xavier Pereira de Brito.*—*Antonio José de Oliveira Guimarães.*—*João Thomaz de Menezes.*—*Francisco de Sá e Brito.*—*José Antonio de Souza Leal.*»

O Sr. VERGUEIRO:—Desejo saber a data do officio para a comparar com a do attentado commetido pela tropa.

O Sr. FRANÇA:—O facto aconteceu no dia 19 do mez passado, e no dia 21 escreveu a camara este officio.

O Sr. Vergueiro:—(*Não o ouviu o tachygrapho.*)

O Sr. Andrada Machado:—Entendo que não deve receber-se com agrado, pelo que se praticou naquella cidade; creio que essa obediencia da camara fica só em palavra; mas como não tenho certeza disto julgo que se deverá indagar a verdade para depois resolvemos o modo do recebimento.

O Sr. Fernandes Pinheiro:—Cumpre-me declarar que me consta que a camara se oppuzera ao que alli se praticou, e que até dissera á tropa que não fizesse desatinos; parcele-me pois que não devemos proceder sem consideração, muito mais tendo ella manifestado os seus sentimentos sem demora, e pelo unico modo por que podia fazel-o.

O Sr. Ribeiro de Andrada:—Ha um facto acontecido em Porto-Alegre; este facto é inconstitucional; e tiverão parte nello a tropa e diferentes autoridades civis; eis-aqui o que sabe esta illustre assembléa; as particularidades ainda as ignora.

Portanto relativamente á solicitação da camara julgo que o que deve fazer é suspender o recebimento enquanto se não sabe se é ou não inocente.

Julgou-se discutida a materia e resolveu: que se sobrestivesse no modo da aceitação, até se conhecer da conducta da camara por ulteriores procedimentos.

O Sr. SECRETARIO FRANÇA deu conta da participação de molestia do Sr. Montezuma.—Ficou a assembléa inicirada.

Leu depois o seguinte officio de Manoel da Costa Pinto, nomeado para membro da comissão de fóra de marinha e guerra:

« Ilm. e Exm. Sr.—Tendo tido a honra de receber o respeitável officio de 16 do corrente mez, pelo qual me foi comunicada a cópia da relação dos membros que compoem, com appro-

vação da assembléa geral constituinte e legislativa do imperio do Brazil, a comissão de fóra relativa á guerra e marinha, proposta pela comissão de dentro em 12 de Junho; tenho a honra de participar a V. Ex., para ser presente á augusta assembléa, que já me apresentei, e fiz as devidas participações que me pertenciam; e que portanto me acho promptíssimo para entrar em exercicio assim que fôr preciso, no que verei tão desvellado quanto é o ardente desejo, que me anima quando encontro a felicidade de poder prestar ao imperio do Brazil os meus serviços.

« Deus guarde a V. Ex. Quartel da rua da Cadéa, 23 de Julho de 1823.—Iilm. e Exm. Sr. Manoel José de Souza França.—Manoel da Costa Pinto. »—Ficou a assembléa intirada.

O MESMO SR. SECRETARIO:—É indispensavel designar-se dia para a reunião destes membros da comissão de fóra, em alguma das salas destas assembléas, assim de que possa conferir com os Srs. da comissão de dentro sobre os seus respectivos trabalhos; e crecio que se lhe poderia assignar o dia de sabbado, se a assembléa assim o determinar, officiando-se pela secretaria.

O Sr. Andrada Machado:—Eu julgo que a assembléa nada tem com isto; bem lhe basta o que tem a fazer: a comissão de dentro que se entenda com a de fóra; para isso tem o seu secretario.

A assembléa só toma conhecimento dos trabalhos depois de apresentados pela comissão de dentro.

O Sr. Nogueira da Gama:—Por ora não se trata dos trabalhos das comissões; o que disse o illustre deputado o Sr. França é que julgava necessário que os membros da comissão de fóra fossem avisados para a sua primeira reunião com a comissão de dentro, porque esta duvida arrogar-se o direito desta convocação; e na verdade não me parece tão proprio ella fazel-o como a assembléa; nem isto embaraça em cousa alguma os nossos trabalhos.

Portanto approvando o que lembra o Sr. França acho que deverá o Sr. secretario fazer esta participação á comissão de fóra, para se dar principio aos trabalhos de que se acha encarregada a comissão de marinha e guerra.

O Sr. PRESIDENTE poz á votação o que propuzera o Sr. França; e resolveu-se que se convocasse a comissão de fóra para no dia 2 de Agosto, pelas 10 horas da manhã, fazer a sua primeira sessão em uma das salas do edifício da assembléa.

O Sr. Gomide:—Como entre os membros da comissão de fóra, de saude publica, se acha o Sr. Ferreira França, e presentemente

tem assento neste congresso, parecia-me conveniente que o mesmo illustre deputado ficasse pertencendo á comissão de dentro, e que se nomeasse outro para a de fóra.

O Sr. Andrada Machado:—Entrando o Sr. Ferreira França para a comissão de dentro fica composta de 4 membros, o que não pôde admittir-se, porque o numero delles ha de necessariamente ser impar por causa da votação.

O Sr. Gomide:—Esse inconveniente está remediado nomeando-se mais um membro para ficar a comissão de cinco.

O Sr. Aroucho Rendon:—Eu tambem concordo em que se nomee outro membro.

Qando se fizerão as comissões de tres membros foi por falta de gente; e logo se disse que o numero se augmentaria quando houvessem mais deputados na assembléa; portanto agora se pôde formar de cinco membros.

O Sr. PRESIDENTE propôz se a comissão de dentro se formaria de cinco membros.—Venceu-se que sim.

Passou-se á ordem do dia, e entrou em discussão o parecer da comissão de constituição sobre o attentado commettido pela tropa em Porto-Alegre; que ficára adiado na sessão antecedente.

O Sr. CARNEIRO DA CUNHA pediu a palavra para esclarecer o facto com uma carta vinda de Porto Alegre. (Não se entendeu o tachygrapho.)

O Sr. Fernandes Pinheiro:—Quando hontem pedi a palavra, foi para apoiar o arbitrio, que propôz o illustre membro o Sr. Carvalho e Mello, e accrescentar mais algumas reflexões: eu o presiro porque acho judiciosamente nelle a indagação do facto, que se pretende, e se deve primeiramente conhecer; o reduzir-se ao menor numero as victimas, no caso de existirem; e não levar ao longe o odioso e o terrorismo das devassas, de cujos efeitos temos ainda fresca a memoria no lamentavel successo de Pernambuco: não desejaré ver installadas nas provincias inquisições de opiniões politicas, e contra isso clamarei com todas a minhas forças.

Ouvi aqui emitir extraordinarias opiniões, já de que os presumidos cabeças fossem desde logo presos, o que antes da culpa formada seria estranho em tempos absolutos, quanto mais nestes em que se tem proclamado que a liberdade individual é a melhor garantia do cidadão; já de que fossem retirados para fóra da província, principiando logo por uma deportação, conseguintemente por uma pena: quando muilo sejão embora removidos os suspeitos trinta ou quarenta legoas do lugar, em que se proceder ao sumário; e se forem

pronunciados, virão então com a culpa responder nesta corte, pois que o arbitrio aportado de conselho de guerra, quanto aos réos militares, não se poderá alli verificar, por constar que se acha toda a tropa na campanha de Montevideó.

Não pretenderei negar a enormidade do delicto; e por isso convenho, que se recomende ao governo, que do modo mais energico, e que julgar mais adaptado, faça sentir a sua desaprovação sobre tão estravagante attentado; que se declare irrito e nullo aquele juramento; e que embora sejam destiluidos dos seus commandos e empregos aqueles que se provar serem autores, e penso que isso bastará, porque como se collige destas mesmas peças officiaes, que nos são presentes, foi delirio de muito poucas cabeças, e esse mesmo bem considerado, procede parte de fanatismo, parte de ignorancia, porque ninguem negará que as verdadeiras idéas de governos constitucionais são ainda pouco diffundidas nesta capital, quanto mais nas províncias longínquas; e concorreria também o pessimo exemplo, a impunidade e indiferença com que até aqui se tem olhado para semelhantes commoções militares, que até se tem premiado; e só sobre esta não se devem exacerbar os castigos, quando evidentemente aparece que essa pequena guarnição operou passiva, e por mera obediencia; e as autoridades civis e ecclesiasticas forão coactas á vista das bayonetas e da artilharia, o que tudo diminue os grados de impunidade.

Torno a dizer, e posso asfiançar que isso bastará; porque não se deve com procedimentos de exaltado rigorismo ir lançar sombras, e eclipsar a gloria da província, uma das primeiras que deu passo na carreira da nossa independencia, e tem marchado sem hesitação; que se deve ter attenção ao brio de uma tropa, que além dos serviços passados, á dezesseis annos, á custa de tantas vidas e privações, tem estendido e segurado os limites meridionaes deste imperio; que se deve ter toda e a maior contemplação por uma província, que por si só tem sustentado o peso de uma guerra á custa dos seus cabedais, e com notável ruina da sua agricultura, do seu commercio e industria: se agora a espezinhão, e desgostão... ai da segurança do imperio.

O Sr. Carvalho e Mello:—Quando hontem dei o meu parecer sobre a matéria em questão, tive em vista não se faltar á justiça, que muito convém seja administrada neste caso com exactidão e imparcialidade, e ao mesmo tempo tomarem-se medidas politicas convenientes ás circumstancias melindrosas em que nos achamos. Diz-se que o facto é horroroso; e na verdade o é, pois que todo o delicto

perpetrado pela força armada, é pessimo em si e de pessimas consequencias.

Ela deve ser sempre passiva, e sujeita á autoridade do governo, por cuja deliberação e determinação é que deve obrar activamente; de outro qualquer modo, saltando aos seus deveres, salta os limites e raias que lhe estão marcados na lei geral.

Estes hão de ser mui circunstancialmente designados na constituição, mas porque ainda a não ha, não se segue, que lhe seja já mais lícito tomar por si arbitrios, ilos executar á ponta de bayonetas, ainda quando mui justos sejam os seus projectos, quanto mais, que no caso presente arrogarão-se direitos, que mui privativamente erão da pertença desta assembléa.

A devassa que se propõe pela commissão tem o fim de se conhecerem os autores do delicto; e o ministro encarregado desta devassa tem obrigação de fazer escrever o que disserem as testemunhas, e é natural que por intrigas, ignorancia e más vontades se comprehendão muitas pessoas, que real e verdadeiramente não são cúmplices deste delicto. Isto acontece ordinariamente, como desgraçadamente se tem visto, servindo muitas vezes estas devassas, que têm o justo fim de averiguar quacs são os verdadeiros réos, de meio de vinganças e inimizades.

A de que se trata poderá por isso fazer desgostar uma província da maior importância, que tem feito grandes serviços á patria.

Para evitar portanto que se castiguem só os autores já conhecidos á vista dos documentos, que aqui têm sido presentes sem tanta perturbação, convém que deixando de proceder-se á devassa se faça o processo aos commandantes em conselho de guerra, que é processo regular, estabelecido pela lei para as pessoas pertencentes á classe militar, punindo-se o secretario do governo por um summario criminal, que será julgado competentemente.

E' este o meu voto, e neste sentido offereço a seguinte:

EMENDA

« Parece que para evilar os perigos de muita gente que por intrigas e más vontades se seguirão de se proceder a uma devassa, em que se perguntasse sobre o facto devassamente e mesmo para que não recrescessem alguns oułros desvarios, se procedesse militarmente contra os commandantes, e por um summario criminal contra o secretario e julgados em conselho de guerra.

« Que no caso de não agradar este meio é necessario declarar o destino da devassa. —O deputado, *Carvalho e Mello.* » — Foi apoiada.

O Sr. Costa Aguiar:—(Não se entendeu o *tachygrapho*.)

O Sr. Lopes Gama:—Uma longa discussão tem ocupado esta assembléa sobre um objecto, que supposso seja de importancia, contudo não me parece acertado submettel-o ainda ao nosso juizo.

Trata-se de conhecer de um facto, que, segundo as informações dadas, apresenta os caracteres de uma perigosa facção.

Ninguem poderá com razão sustentar que o governo não está autorizado para proceder contra crimes desta natureza, mas que é preciso intervir uma expressa resolução desta assembléa, uma resolução *ad hoc*.

Se o governo para tomar conhecimento do attentado commettido no Rio-Grande do Sul pelos commandantes da tropa carece de ser autorizado por esta assembléa, e della receber insinuações, segue-se que é, ou por falta de lei, que lhe marque a linha de conducta que neste caso deve observar, ou porque ha receio de que o governo não obre com a necessaria circumspeção e actividade.

A primeira hypothese não subsiste porque temos lei; os casos de sedição, assuada, e facção não são omissos nas ordenações; a segunda é destituída de todo fundamento, porque ninguem é mais interessado em fazer perseguir legalmente o crime de que se trata, do que o mesmo governo, ainda que á primeira vista pareça ter um interesse contrario; porquanto se hoje uma facção quer que á força esta assembléa dé ao imperador o velo absoluto, amanhã pôde surgir uma outra facção que á força queira o contrario; e se os cumplices daquella ficarem impunes, os desta contará com a mesma sorte.

Desgraçado será o governo se indiferente se mostrar á taes attentados; desgraçado será o Brazil, se para que elles sejam punidos, todas as vezes que appareção, houver mister da permanencia de uma assembléa sempre em acção.

Um illustre deputado que me precedeu, querendo diminuir a gravidade do delicto em questão, atribuiu a um mero servilismo o comportamento de seus autores, disse que o servilismo não era um crime, mas a propensão para crimes.

Convenio em que o servilismo não seja crime considerado como faculdade; mas, se este servilismo é posto em acção, se elle é desenvolvido de um modo tão perigoso, e sobremaneira subversivo da ordem publica, será ainda propensão?

Eu digo que não; digo que é o resultado desta propensão; digo que é um crime, é crime, em que não cabe ignorancia da parte de quem o promove, porque o principal movel

do servilismo é o interesse particular, e quem o sabe procurar por taes meios, sabe o que faz.

Por todas estas razões sou de parecer que se officie ao governo na fórmula da indicação que vou offercer, como emenda ao parecer.

Não percamos pois mais tempo em tratar de um negocio, que só devia ser de nossa competencia, quando o governo o desprezasse, ou quando desta assembléa medidas legislativas exigisse.

EMENDA

« Que se officie ao governo para que sem perda de tempo, e com a maior energia, empregue exemplares medidas e providencias sobre o attentado commettido pelos commandantes da tropa do Rio Grande do Sul, tomando em consideração a parte que o governo pelo seu mesmo officio teve naquelle facto para contra elle proceder como for justo; e de tudo quanto a este respeito obrar o governo a assembléa quer ser inteirada. —O deputado, *Lopes Gama*. » — Foi apoiada.

O Sr. Ferreira Araujo:—Sr. presidente, sendo esta a primeira vez que eu tenho a honra de fallar nesta augusta assembléa, não posso deixar de confessar a minha rudeza na quasi divina arte de orar.

Os aridos espinhos das sciencias exactas, que têm feito a ocupação da melhor parte da minha existencia, mal se casão com as viçosas flores da eloquencia.

Sem embargo exporei singelamente os meus sentimentos, esperando a indulgencia propria de tão sabio congresso.

Eu sei muito bem o axioma de *Mably*, que toda a autoridade politica deriva a sua origem do povo, e que só elle tem o direito inalienavel de fazer leis, destruirl-as, ou modifical-as, dircito, que elle exerce pelos seus representantes.

Sei igualmente que a força armada deve sempre ser obediente, e que *Delolme* não duvidou apontar nela justa subordinação um signal caracteristico do governo inglez.

Tambem conheço que sempre que esta força exorbitou, a desenfreada anarchia fez calar todas as autoridades.

Lôgo que a soldadesca romana, corrompida pelas liberalidades de *Sylla* e de *Cesar*, sustentou a usurpação ephemera daquelles ambiciosos, baqueou a liberdade da patria, e se ensaiarão as horrorosas scenas em que o sceptro do imperio era posto em almoeda.

Partindo destes principios, eu não posso deixar de condemnar o absurdo procedimento, que faz o objecto desta discussão.

Felizmente eu não descubro neste attentado a obra de uma província, ou de uma cidade, mas sómente o delicto de um punhado de militares, enja punição não compromette a tranquillidade publica.

Em consequencia, me parece acertado deixar esta tarefa ao governo, não só porque este tem o maior interesse em sustentar illesas as atribuições dos diversos poderes, de cujo equilibrio resulta a segurança geral, mas porque sendo esta assembléa offendida directamente por aquelle arrojo, será mais generoso confiar esta do governo a completa satisfação da sua injuria, dando mais uma prova da bem entendida harmonia, da qual só pode nascer a prosperidade da nação.

Neste sentido, eu votaria que se autorisasse o governo a lançar mão, nesse caso, de meios extraordinarios, quando não bastem as leis existentes para punir aquelle delicto, adoptando de bom grado a emenda do Sr. deputado Lopes Gama.

O Sr. Vergueiro :—Sr. presidente, por mais que se queira desculpar o attentado não é possível; cada vez me parece mais horrendo o crime.

Estou persuadido e muito persuadido que devemos obstar ao princípio do mal antes que engrossse; é preciso que desapareça de uma vez este genio de servilismo.

Eu pensei que elle tinha acabado, mas desgraçadamente lá prosegue no Rio Grande esse terrivel sistema, de que talvez resultarião males incalculaveis, que se farão sentir em todas as partes do imperio.

Sem duvida devemos receiar e temer todos os perigos se não atalharmos desde já estes arbitrarios e criminosos procedimentos da tropa...

Ouvirão fallar em veto absoluto e entenderão que fazia um grande serviço ao imperador em o proclamar com esse veto absoluto. Cumpre pois mostrar aos povos quanto é pernicioso e anti-constitucional um tal attentado e fazer-lhe ver que será sempre severamente castigado.

Se não se tomar esta energia continuaremos a ver destes factos, promoveremos indirecitamente a ruina da causa da patria, e nos faremos merecedores de rigorosa censura.

O que se tem dito para disfarçar o crime do governo não o posso admittir; para mim é evidente que aquella junta autorisou o successo; se assim não fosse aparecerião medidas contra o attentado; mas bem pelo contrario ella louva o procedimento; e ella é, na minha opinião, a motora de todas estas manobras.

Proceda-se pois contra esse governo; não é possível consentir que continue a reger povos quem fez um semelhante ataque á soberania nacional.

Parce-me pois que é indispensavel declarar-se já nullo e anarchico o juramento, por invadir atribuições exclusivas desta assembléa; e suspender todos os membros do governo e obrigar-los a vir dar nesta corte a conta da sua conducta.

Não quero porém que obremos com precipitação sem ellos serem ouvidos; ouçao-se esses

miscraveis, e procuremos todas as informações; e entretanto nomee-se um presidente para a província; esta medida me parece indispensavel nas circumstancias presentes, porque a remoção deve ser instantanea, e não ha lugar para nomeação pela forma antiga: cumpre porém que vá pessoa de probidade e de confiança publica.

Por ultimo sou tambem de parecer que se faça constar a todas as autoridades estas deliberações e se trate de convencer os povos de que a assembléa ha de sustentar o governo, e o governo a assembléa; e que esta sabe qual é a sua alta dignidade, e o caminho que deve seguir para fazer a felicidade geral.

Eu tenho feito uma emenda ao parecer onde proponho o que acabo de expender.

EMENDA

« Proponho: 1.º Que o juramento prestado em Porto-Alegre, e talvez em outras povoações daquella província, com a clausula de—velo absoluto—seja declarado nullo, subversivo e anarchico, por invadir directamente as atribuições da soberania confiada pelos povos a esta assembléa constituinte e legislativa.

« 2.º Que o governo immediatamente suspenda de seus empregos e faça vir a esta corte os dois commandantes Barretos, Bernardo Avelino, e os membros do governo daquella província a darem conta de sua conducta; depois do que, e com as informações necessarias esta assembléa deliberará o que melhor convier.

« 3.º Que seja autorizado o governo para nomear um presidente que vá immediatamente governar aquella província com as mesmas atribuições da junta do governo, enquanto não for estabelecida a lei em discussão a este respeito.

« 4.º Que o governo faça publicar esta deliberação em todo o imperio, advertindo a todas as autoridades civis e militares que se contenham, e façam conter os povos dentro dos limites de suas atribuições, esperando respeitosamente que os representantes da nação façam a constituição e leis de que estão encarregados, para fundamentar a felicidade do mesma; fazendo ver finalmente que toda a invasão de poderes será prompta e severamente castigada.

—Vergueiro. —Foi apoiada.

O Sr. Alencar :—Sr. presidente: ainda uma comprehenção mais vasta do que a minha inteiramente acanhada e limitada, não poderia talvez apanhar todas as idéas, que se têm emitido ácerca da presente materia, á vista de tantas e tão complicadas emendas que se têm oferecido ao parecer da commissão; eu pois não me farci cargo de fallar sobre todas, quero tão sómente emitir de novo o meu voto e apenas tocarei em algumas idéas, que me parecem estar em oposição á elle.

Buscarei simplificar a materia, dividindo-a em duas secções: 1^a, de que meio devemos lançar mão para virmos ao perfeito conhecimento dos autores do attentado commettido no Rio-Grande: 2^a, quaes as pessoas, em quem já recalhem algumas provas ou indícios de delicto e que seja necessário arredar do lugar, assim de não empecerem a perfeita indagação do facto; creio que é sobre estes dous pontos que têm recalhido todas as diversas idéas, que aqui se tem emitido.

Quanto á 1^a alguns Srs. deputados querem que se proceda simplesmente a um sumário sobre as pessoas que já parecem réos pelos documentos que entre nós existem, e que a isto se limite toda a indagação a respeito do facto: e dão por motivo de sua razão: 1º que uma devassa irá complicar e comprometer a muita gente e 2º que os supostos réos, sendo militares e não estando especificado que o caso sucedido é de lesa-nação, ou de lesamagestade, devem não perder o seu juizo próprio e serem julgados em conselho de guerra; eu não sou desta opinião e não acho que nenhuma destas razões tenha grande força.

Quanto ao 1º cessa logo que se entenda que a devassa é unicamente para se conhecerem os primarios agentes, isto é, aquelles que derão o primeiro impulso, e portanto cessão os receios de que possa abranger a muita gente; demais, Sr. presidente, eu julgo que é necessário tirar-se uma devassa para se conhecer por meio della a mão occulta e traidora que manejou e preparou tão terrível acontecimento, talvez esses miseráveis, que aparecem na scena sejam muito menos culpados do que o sombrio e traidor agente, que manejou, talvez de um lugar bem remoto do Rio-Grande esse terrível acontecimento.

Quanto á 2^a razão, Sr. presidente, de certo eu não posso convir com os illustres proponentes, que ainda duvidão classificar este facto entre os crimes de lesa-nação: dizem os illustres proponentes que não ha uma lei expressa que o classifique, mas, Sr. presidente, quantas cousas ha que a lei não previne, mas que comitudo são repugnantes aos princípios de eterna justiça e de eterno direito! *O' quanta pietas, humanitas, justitia, fides exigunt, quæ omnia sunt extra publicas tabulas*, diz Séneca.

Sim, muitas cousas ha de que a lei não faz expressamente menção e que comitudo se achão encravadas na suprema lei de eterna justiça.

Em uma sociedade, onde se tem proclamado como sagrado o axioma da soberania do povo; onde em virtude desta soberania o povo elegeu seus representantes se achão fazendo a lei fundamental do estado, nesta sociedade, digo, um punhado de desrespeitáveis no canto do imperio com as armas na mão, e em tom dictatorial inárbitro aos representantes da nação a linha de conducta que devem ter, dando as-

sim a lei a toda a nação, usurpando deste modo os direitos mais sagrados dos povos.

E não ha de este attentado ser considerado como crime de lesa-nação!

Creio que não; devem ser punidos pelos meios que as leis prescrevem para os crimes de alta traição e o meio que parece mais legal é o da devassa.

Quanto á 2^a parte da materia, Sr. presidente, direi tambem a minha opinião, isto é, quaes aquelles que me parecem necessarios arredarem-se do lugar assim de se proceder á devassa.

A 1^a vez que falei nesta materia, a minha opinião era que fossem tão sómente removidos os dous chefes militares e o secretario do governo, por serem aquelles, que pelos mesmos documentos que existem entre nós, estão bastante-mente indicados de culpa: porém á vista das muitas razões que aqui se têm dado, e demais tendo eu sabido que realmente o presidente do governo não só por ser pai dos dous chefes, mas por sua alta palente tem alli adquirido uma grande preponderancia nos povos, convenho em que também elle seja removido assim de não empecer as pesquisas da devassa: eu sei por experiência propria quanto um bachá destes faz torcer as justiças nos lugares, onde tem influencia. Não sou porém da mesma opinião a respeito dos mais membros do governo, não os acho nas mesmas circunstancias que o presidente e secretario: destes existem já suficientes motivos para desconfiança; um é pai dos chefes da tropa e o outro é mesmo confessado nos officios como concorrente no plano do attentado: as mesmas razões não se podem aplicar aos mais membros: também não se lhes pode atribuir como culpa o terem assignado o officio: que farião elles á vista das bayonetas, e tendo o secretario e presidente por membros da facção!

Não se pode dizer que é injustiça relativa remover-s^o o secretario e presidente e não os mais membros do governo, porque naquelles encontrão-se relevantes razões de desconfiança, e nestes não; se acaso se devesse punir desde já os membros do governo só porque assignarão o officio, então seria injustiça relativa não punir imediatamente a camara, o clero e mais autoridades, que assignarão o depravado juramento, não lhes podendo servir de desculpa o terem sido convidados pelo governo, porque elles devião saber que tão criminoso era o governo em mandal-los como elles em obedecer-lhe; e se não sabião desobedecer-lhe nesta occasião, a ignorância de direito os não pode salvar: é pois de crer que todos forão coactos pelas armas e neste mesmo numero se devem incluir os membros do governo.

Quanto á ultima opinião de se remeter tudo ao governo para elle dar as providencias sobre o caso não concordo.

Sr. presidente, aqui ha necessidade de me-

didas legislativas, o caso não está expresso na lei, é necessário pois que o poder legislativo determine a forma por que elle deve ser conhecido; demais trata-se de deportar homens, é preciso que se não deixe ao governo a faculdade de deportar senão aquelles que nós aqui lhe marcamos: eu jámais concordarei que se concedão faculdades amplas ao governo para proceder contra os cidadãos fora das formalidades da lei: estas formalidades são uma das garantias do cidadão; enquanto elles se não preenchem, deve o cidadão ainda realmente culpado ser presumido inocente: nada de autorisar o governo indistinctamente para prescindir destas formas: eu estou de muito boa fé com o governo, longe de mim a idéa de desconfiar delle; porém já mais concordarei para lhe conceder semelhante autorisação, senão quando me convencer que a salvação da pátria imediatamente depende de elle.

Quanto á emenda do Sr. Vergueiro, eu a approvo em tudo quanto ella não é incompatible com o parecer da commissão; não posso porém approval-a no todo, por isso que pelas mesmas razões que eu tenho expedito, não posso convir quo sejam removidos os outros membros do governo.

Eu leio uma emenda que fiz e a mando á mesa: «concebida nos termos seguintes:

« Que o conhecimento da devassa se limite unicamente aos primarios agentes.—O deputado *Alencar*. »—Foi apoiada.

O Sr. Pereira da Cunha:—O facto de que estamos tratando e para conhecimento do qual se enviou á commissão de constituição de que tenho a honra de ser membro, devia pezar muito pouco em nossa consideração, por ser de sua natureza indiferente, se as circunstancias de que elle se reveste lhe não dessem alguma importancia.

Se eu visse que a província de S. Pedro do Rio-Grande do Sul, ou outra qualquer povoação do Brazil pronunciava espontânea e geralmente sua opinião ácerca de algum dos artigos que devem servir de base para o nosso pacto social, assim de ser attendido pelo corpo legislativo quando se tratasse de sua final decisão, de certo que o reputava por um acto inocente, de que se não seguia danno algum ao andamento de nossos negócios, da mesma sorte que assim se tem julgado as instruções que algumas camaras de outras províncias têm dado aos seus deputados em sentido diametralmente opposto ao objecto de que se trata, e que tanta bullha tem feito, pedindo-se até para elle uma sessão secreta; porque o voto particular de uma província, ainda que digna de attenção seja, não é todavia a razão de decidir para ligar a assembléa em suas deliberações, que devem ser sempre dirigidas pelo que mais convier

para a prosperidade do nosso paiz e de todo o imperio.

O que no presente caso se faz digno de reprehensão é que a tropa e não o povo foi quem determinou a ação deste juramento, decidindo como por força um dos pontos mais graves da nossa constituição, obrigando ao governo, á camara e aos mais empregados publicos á condescenderem com o seu parecer em matéria que não era da sua competencia, abusando da força que lhe é confiada para defesa da nação e do throno.

E' só por este principio que julgo estranhalvel este procedimento, commettendo-se ao poder executivo dar as providencias, que a tal respeito forem mais adequadas, como alguns dos Srs. deputados têm lembrado assim de não passar impunemente um semelhante arresto.

Quando porém esta augusta assembléa de libere que deve tomar imediato conhecimento deste negocio, pela qualidade do objecto que n'elle se envolve, parece-me de boa politica e prudencia, que sem se espalhar o terrorismo naquelle província, nem se classifical como crime horroroso, um facto que na sua origem e nas suas consequencias nada têm de prejudicial á segurança e integridade deste imperio, sejam unicamente punidos seus autores como lôr de justiça, sem se envolver n'elle toda a província, nem toda a tropa, que tem feito por outra parte tão relevantes serviços ao estado, e merece os mais distintos elogios por sua obediencia, valor e subordinação.

O que parece conveniente fazer-se, eu o lembro na seguinte

EMENDA

« 1.º Que assim os dous commandantes dos corpos que pegarão em armas para aquelle acto como o presidente do governo sejam chamados a esta corte.

« 2.º Que entretanto o vice-presidente da junta do governo tome o lugar de presidente e se chame pela acta das eleições o imediato em votos para vir encher o numero dos vogaes.

« 3.º Que a devassa tenha unicamente por objecto examinar qual foi o cabeça ou cabeças deste attentado.

« 4.º Que o ministerio encarregue esta importante diligencia a um ministro que merecer sua confiança.

« 5.º Que concluida a devassa e pronunciada pelo mesmo juiz seja esta remetida ao ministerio para lhe dar a direcção que parecer de direito.

« 6.º Que o secretario seja demorado nesta capital até decisão deste negocio, sem todavia

ser preso.»—O deputado, *Antonio Luiz Pereira da Cunha*.—Foi apoiada.

O Sr. França:—O castigo dos culpados é atribuição alheia do exercício imediato das assembléas representativas, e pertence a outro poder.

O vigiar comitido sobre a segurança do estado, e prever que homens fácciosos e perversos excitem a desordem publica, é do nosso dever, assim como o é do poder executivo, a quem incumbe de mais a imediata aplicação dos meios conducentes à salvação do estado.

Partindo destes princípios proporei uma emenda, ou additamento ao parecer da comissão, para que se providencie como cumpre sobre o facto em questão, constante do ofício do governo da província de S. Pedro do Rio Grande, a qual emenda é concebida nos seguintes termos:

EMENDA

« Proponho: 1.º Que se consie á prudencia do governo empregar as medidas que julgar necessarias em ordem a castigar os autores do delicto limitando-se a estes sómente a criminalidade do acto; por ser da sua atribuição e competencia prover sobre a segurança publica, e manter a ordem na sociedade, fazendo castigar os delictos nos casos ocorrentes, segundo as leis que existem.

« 2.º Que para esse efeito seja autorizado a remover o actual governo da província pela suspeita de complicidade do delicto que dos ofícios presentes lhe resulta, fazendo-o substituir interinamente por um presidente da sua escolha que parta imediatamente para governar a província enquanto a assembléa não promulgar lei ao dito respeito.

« 3.º Que faça pelo dito presidente declarar irrito e nullo o juramento extorquido pela força armada ao povo da capital de Porto-Alegre, convocando-se para esse efeito as mesmas autoridades perante e por quem foi prestado; fazendo-o substituir por outro prossessor da sua inalterável obediencia e adesão ás decisões da assembléa dos representantes da nação.

« 4.º Que se insinue ao mesmo governo quanto convém ao socorro publico das províncias deste império, que por esta occasião elle proclame aos povos o desprazer com que recebeu os oficiais de que se trata, e ouviu a notícia do criminoso procedimento da tropa da província de S. Pedro, assim de que se não deixem allucinar com tal exemplo. Poco da assembléa, 24 de Julho de 1823.—França. »—Foi apoiada.

O Sr. Souza Mello:—Tenho ouvido tudo quanto se tem dito nesta augusta assembléa

sobre o caso proximamente sucedido na capital do Rio Grande do Sul, e não se pôde com efeito duvidar que elle encerra o maior attentado que se podia cometer na época presente; estou certo nisso porque vejo claramente que não foram ratificações de juramentos e de adesão á Sua Magestade, e á independencia do Brasil, nem outras cōres de patriotismo puro quem deu motivo ao referido ajuntamento de força armada; todos esses juramentos, todos esses patriotismos estavam solemnemente celebrados, e delles bastantes provas se tem dado: sim, a celebre clausula—velo absoluto—que alli se manifestou e que nas actas se exprimiu foi propriamente o grande movel daquele successo, querendo-se criminosa e imperativamente obrigar o grande corpo representante, e legislativo nacional á seguir um projecto que pôde e não pôde ser compativel.

Comitido, Sr. presidente, eu não me conformo com o parecer da comissão a este respeito; e combinando todas as medidas que na discussão se têm apresentado por emendas estou com o Sr. secretario França que o negocio se deve remeter ao governo para mandar tomar todas as medidas energicas e convenientes, segundo o caso e as circunstâncias, e não aprovo que se lhe indique o que deve obrar porque as leis existentes o devem regular, enquanto o mesmo governo não propuser embaraço.

E' certo que eu comitido, convenho que se lhe indique a remoção da actual junta do governo daquella província, mas eu com isto quero meramente ser consequente com os princípios constitucionaes, pois que sendo aquella junta do governo de eleição popular, não quero que o governo tenha ingerencia nos corpos de origem popular sem o consenso previo da representação popular ou nacional residente nesta assembléa, e neste caso a indicação tem por sim annuir previamente na remoção dos individuos da junta quando a julgue necessaria com outras quasquer remoções que por sua natureza não exigem consenso previo da assembléa.

Ora, agora no caso da remoção de que deve fallar a indicação não posso deixar de seguir nesta parte a emenda ou parecer do Sr. Vergueiro para efeito de comprehender a remoção todos os individuos do governo provisório, e não ao presidente e secretario sómente, porquanto se o nosso procedimento parte dos ofícios, participações e convocações com que aquelle governo annuiu e applaudiu o referido ajuntamento, e attentado, e esses ofícios, convocações e participações que ora se achão sobre a mesa, estão assignados por todos os membros do governo não pôde deixar de se fazer injustiça quando se removão o presidente e secretario, e não os

outros membros concurrentes, visto que por ora o procedimento é meramente suspensivo, e não punitivo.

Ouvi porém rececer-se a suspensão de todo o governo pela falta de outro instantaneamente, attento o estado da provincia, e ouvi tambem lembrar-se a nomeação de um chefe de província para ir interimamente governal-a; mas eu nem acho lugar para esse receio, nem para essa nomeação, porquanto as eleições populares da maneira que estão organizadas têm supplentes individualmente, e supplentes collectivamente; por isso assim como pela suspensão, ou remoção do presidente e secretario deve ser chamado para lhe suceder o que foi immediato em votos na eleição de qualquer dos lugares, assim pôde acontecer a respeito dos outros membros, os quais tambem tiverão immediatos em votos para serem seus supplentes, como há de constar das actas da eleição da junta provisória.

Concluiu portanto, Sr. presidente, que este negocio se encarregue ao governo para tomar sobre elle as medidas convenientes, sem se lhe indicar mais do que a remoção da junta provisória se se achar necessaria, e isto pelo que toca á sua natureza popular compativel com a da assembléa, em que se deve guardar a ingerencia, de que acima falei, devendo a suspensão ser total, e não parcial, e consequintemente feito o supplemento por meio de uma junta dos immediatos supplentes.

Por ser dada a hora da leitura dos pareceres de commissões se declarou adiada a discussão.

O SR. SECRETARIO FRANÇA pediu a palavra, e leu o seguinte boletim do cirurgião assistente a Sua Magestade o Imperador:

« Sua Magestade Imperial vai progredindo no seu restabelecimento.—Paço da Imperial Quinta da Boa Vista, 24 de Julho de 1823.—O cirurgião da imperial camara e assistente a Sua Magestade o Imperador, Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto. »—Foi ouvido com muito especial agrado.

O SR. COSTA BARROS, como relator da commissão de guerra, leu os seguintes pareceres:

Primeiro

« A commissão de marinha e guerra vendo o requerimento de Antonio Francisco; soldado da 1^a companhia do 2^o batalhão de caçadores da corte, preso na fortaleza de Santa Cruz, e cumprindo a sentença a que foi condenado pelo crime de 3^a deserção, no qual pede em attenção a seus poucos annos ser solto para continuar a servir naquelle batalhão: é de parecer que o supplicante se dirija immediatamente ao poder executivo a quem compete deferir-lhe por só pertencer-lhe o di-

reito de agraciá-lo. Paço da assembléa, 24 de Julho de 1823.—Pedro José da Costa Barros—José Arouche de Toledo Rendon—Manoel Jacintho Nogueira da Gama. »—Foi approvado.

Segundo

« A commissão de marinha e guerra necessita que se peça ao ministro secretario de estado dos negocios da guerra a cópia do decreto e das condições com que foi criado o corpo da tropa estrangeira; indicando-se o seu estado efectivo. Paço da assembléa, em 23 de Julho de 1823.—Pedro José da Costa Barros—Manoel Jacintho Nogueira da Gama.—José Arouche de Toledo Rendon. »—Ordenou-se que se officiasse para o dito fim.

Terceiro

« José Maria Ribeiro Paes, soldado miliciano do 1º regimento desta corte, preso na fortaleza de Santa Cruz, queixa-se da demora da ultima sentença no processo que se lhe formou, e que pende no conselho supremo militar; com o fundamento de se achar preso há 5 mezes, queixou-se ao general das armas pelo requerimento incluso, onde se vê o despacho de 7 do corrente em que se lhe diz que—espere pela decisão do supremo tribunal—a commissão de guerra conhecendo bem, que na conformidade do regulamento, e mais leis militares, devêra este soldado em breve tempo ser julgado; ou fosse para gozar da sua natural liberdade, ou para sofrer a pena que merecer o seu crime; tambem não desconhece que os inveterados abusos do fôro civil tem em parte transcendido ao fôro militar, não sendo sempre possível ao chefe de um corpo dar a semelhantes processos aquelle rapido andamento que lhes recomienda o regulamento. Não convindo, porém desamparar a causa da justica e da humanidade é a commissão de parecer que ao ministro da guerra se recomende a breve decisão deste e de todos os conselhos de guerra, dando activas providencias para que se cumprão, e se executem as leis. Paço da assembléa, aos 24 de Julho de 1823.—Pedro José da Costa Barros—José Arouche de Toledo Rendon—Manoel Jacintho Nogueira da Gama. »

O SR. VERGUEIRO:—Eu não me contento com a recomendação lembrada no parecer para a expedição de tais processos, desejára em beneficio dos infelizes, que este congresso conhecesse os motivos de tantas delongas, e que ordenasse ao governo que sobre aquelles embarracos que estão fôra do alcance das suas atribuições apontasse as providencias que julgassem mais acertadas para se remediar tais males. A este fim eu mando á mesa o seguinte

ADDITIONAMENTO

« Que o governo informe as causas de semelhantes demoras removendo as que couberem em suas atribuições, e lembrando as medidas legislativas que se exigem para remover as outras.—*Vergueiro.* »

Depois de breve debate, posto o parecer á votação, foi aprovado com o additamento.

O SR. SECRETARIO FRANÇA leu o seguinte ofício do brigadeiro Francisco Maria Gordilho, nomeado membro da comissão de fóra, de marinha e guerra:

« Illm. e Exm. Sr.—Tendo tido a honra de me ser comunicado em ofício de 16 do presente mês, o parecer da comissão de marinha e guerra, relativamente aos individuos que devem formar a comissão de fóra, cujo parecer mereceu a approvação da assembléa geral constituinte e legislativa: assim, como me foi remetido na occasião, tanto o regulamento para dirigir os trabalhos que se devem fazer, como a relação dos membros de que a comissão é composta, em cujo numero lhe a distincta honra de ser contemplado; e tendo em consequencia feito as participações que erão do meu dever; me acho portanto prompto para ser empregado, logo que me for determinado pela augusta assembléa: rogo portanto a V. Ex. queira fazer constar á mesma augusta assembléa o que acima digo, assim como os ardentes desejos que existem em mim de me prestar, quanto estiver ao meu alcance, ao serviço da nação a que tenho a gloria e fortuna de pertencer; restando-me o sentimento, que a falta de conhecimentos, que em mim reconheço hão de concorrer para que o resultado dos meus trabalhos de pouca utilidade possa servir aos meus concidadãos; e inteiramente desanimaria, se não esperançasse que esta falta possa em parte talvez ser suprida pelo decidido interesse, e firme adhesão que consagro á nossa sagrada causa, como constantemente o tenha feito ver, e no que a ninguem cedo a primasia. Deus guarde a V. Ex. Quartel da rua do Ouvidor, 24 de Julho de 1823.—Sr. Manoel José de Souza França.—*Francisco Maria Gordilho Velloso de Barbuda.* »—Ficou a assembléa inteirada.

O MESMO SR. SECRETARIO passou a ler os pareceres adiados, e começou pelo da comissão de legislação sobre o requerimento de José da Silva Pereira, adiado na sessão de 16 de Julho.

Posto o parecer á votação foi aprovado.

Seguiu-se outro da comissão de fazenda sobre o requerimento de Manoel dos Santos Pereira & C., adiado na sessão de 17 de Julho.

(Os tachygraphos nada dizem desta discussão.)

Ficou o parecer novamente adiado por dar a hora.

O SR. PRESIDENTE assignou para a ordem do dia: 1.º O parecer sobre o attentado da tropa em Porto Alegre; 2.º O projecto dos governos provincias.

Levantou-se a sessão ás 2 horas da tarde.—*José Ricardo da Costa Aguiar d'Andrade*, secretario.

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLÉA

PARA JOÃO VIEIRA DE CARVALHO

Illm. e Exm. Sr.—A assembléa geral constituinte e legislativa do imperio do Brazil aprovando o parecer da comissão de marinha e guerra sobre o requerimento, e documento por copia inclusos, de José Maria Ribeiro Paes, soldado do 1º regimento de milicias da corte, preso ha 5 mezes na fortaleza de Santa Cruz, no qual se queixa da demora da ultima sentença no processo que se lhe formou, pendente no conselho supremo militar de justiça; manda recomendar ao governo a breve decisão deste e de todos os conselhos de guerra, dando activas diligencias para que se cumprão e se execute as leis; e que informe das causas de semelhantes demoras, removendo as que couberem em suas atribuições, e lembrando as medidas legislativas, que se exigem para remover as outras. O que V. Ex. levará ao conhecimento de S. M. Imperial.—Deus guarde a V. Ex. Paço da assembléa, em 24 de Julho de 1823.—*Manoel José de Souza França.*

Sessão em 26 de Julho

PRESIDENCIA DO SR. CAMARA

Reunidos os Srs. deputados pelas 10 horas da manhã, fez-se a chamada e acharão-se presentes 65, faltando por doentes os Srs. bispo capellão-mór, Ferreira Barreto, Furtado de Mendonça e Costa Aguiar, e sem causa participada os Srs. Carneiro da Cunha, Ribeiro de Andrade e Costa Barros.

O SR. PRESIDENTE declarou aberta a sessão, e lida a acta da antecedente foi aprovada.

O SR. PEREIRA DA CUNHA, incomodado por molestia, pediu licença para se retirar e foi-lhe concedida.

Passou-se á ordem do dia, principiando-se pelo parecer da comissão de constituição sobre o attentado commetido pela tropa na cidade de Porto-Alegre, que ficará adiado na sessão antecedente.

A este tempo entrou na sala o Sr. Ribeiro de Andrade e tomou o seu assento.

O Sr. Arouche Rondon: — Têm sido tantos e tão variados, Sr. presidente, os pareceres nesta assembléa, que será difficultoso chegar-se ao fim sem que seja preciso votarmos sobre os pontos capitais da materia: é por isso que eu não quero que o meu voto vá aumentar o numero dos que são discordes. Contudo para mesmo votarmos sobre a materia é preciso que assentemos em princípios, e eu direi o que me parece sobre alguns delles em que não tem havido concordancia. Que o caso de que se trata é um crime, ninguém o duvida, alguns o graduão em mais e outros em menos. Eu reputo crime gravíssimo, crime de lesa-nção.

O merecerem os réos menos imputação não diminui a gravidade do delicto: elle é gravíssimo, mas os réos são menos culpados, por ser este um delicto que pela sua antecedente impunidade ficou por moda. Se a primeira bernarda fosse punida, não haveria a segunda e nem as outras que em diferentes partes se têm levantado, mas é tempo de enterrar as bernardas de um modo que não possão mais surgir, alias nunca teremos segurança. Que o caso não é de devassa prova-se pela ordenação do reino que o não especificou e nem podia especificar um crime modernamente inventado, mas *quid juris in hoc casu*. No tempo da monarquia absoluta o rei que tinha o poder de legislar, em sémelhantes casos mandava devassar: agora que o poder legislativo unica e privativamente pertence a esta assembléa, ella é que deve determinar a devassa e não o poder executivo.

Em consequencia disto não pôde ter lugar o voto de que se remetta o caso ao governo, para este providenciar como quizer. Isto faria tortura grave, porque o governo não pôde mandar tirar uma devassa que não está marcada na lei. E se mandar sahir esses homens de Porto-Alegre para esta corte por tempo indeterminado, teremos gritaria contra os ministros chamando-os de despotas, como eu tenho visto por menos do que isso.

Em realidade tirar um cidadão de Porto-Alegre para esta corte com passagem de mar, em ruim barco, com perda de seus bens que lá deixa, e despesa triplicada que aqui vem fazer, e isto por tempo indeterminado, é uma grave pena que se impõe sem culpa formada, e é por conseguinte um verdadeiro despotismo. Portanto, sempre serei de voto, que é crime, que este merece castigo para não ser repetido, e que por isso mesmo é indispensável que esta assembléa ordene a devassa.

O Sr. Souza Mello: — Sr. presidente, na sessão de 24 do corrente, em que ficou adiada a questão dos ultimos successos do Rio-Grande do Sul, cuja discussão agora se continua, eu reflecti sobre as doutrinas e emendas oferecidas

ao parecer da commissão e, inclinando-me em parle ás do Sr. França e do Sr. Vergueiro, eu disse que visto não haver medida alguma legislativa que tomar, se devia remetter o negocio ao governo para dar as providencias necessarias sobre o caso, sem se lhe indicar mais do que a suspensão dos individuos do governo da província, a saber todos os concorrentes, sendo todos substituidos pelos immedios: declarei que esta unica indicação só tinha lugar por ser aquella junta provisoria de natureza popular e ser preciso que o governo só por si não influa nas organizações populares.

Agora não me farei cargo daquelles argumentos de que já falei, mas ouvi sustentar-se que devíamos indicar ao governo mais alguma cousa, como medida legislativa, para legitimar qualquer processo inquisitorio de que se possa lançar mão, visto que o caso é omissio nas nossas leis, que incerte os de devassa, como a ordenação do liv. 1º tit. 65 § 31, etc.; em consequencia seja-me lícito fazer algumas reflexões a tal respeito. Primeiramente não sei se será conveniente o procedimento de devassa, mas supponha-se que o governo a julga necessaria, neste caso elle está autorizado, não só por direito consuetudinario, mas até por direito expresso para a mandar tirar.

Todos sabem que entre nós logo que se manifesta algum caso extraordinario, o principe commette a algum magistrado o devassar delle, ainda que não esteja classificado, e segundo a sua natureza e prova a devassa se revalida na relação competente antes da sentença: assim se lê na ord. do liv. 1º tit. 5º § 12 e em alguns argestos e assentos; donde se conclue que os legisladores não quizerão mesmo classificar esses casos extraordinarios para que se procedesse conforme as circunstancias: esta jurisprudencia criminal ainda voga entre nós, tem sido constantemente applicada e é análoga ao caso de que se trata, quando esse meio seja conveniente; por consequencia o governo não se achará sem apoio por este lado quando á elle queira voltar-se.

Portanto remetta-se o negocio ao governo para que obre por si livremente com a unica declaração de poder suspender os da junta por ser ella de natureza popular, e com a declaração aqui feita de serem irritas, e nullas as actas e juramentos constantes dos papeis vindos de Porto-Alegre.

O Sr. Carneiro: — Sr. presidente, eu não posso aprovar o parecer da comissão nem pelo que toca á classificação e apreciação da natureza do crime de que se trata, nem quanto ao meio proposto para o remediar.

Principiando pela classificação do crime, o facto acontecido em Porto-Alegre foi a enumeração e proclamação de uma opinião politica, feita pela força armada, constrangendo esta

as autoridades locaes a proclamarem e jurarem a mesma opinião. A simples enunciaçao da quella opinião em si, e fazendo-se abstracção das circumstancias de que foi acompanhada, parece uma causa licita; porque não se pôde dizer que ella é essencialmente anarchica e subversiva: muitos publicistas, como aqui se tem já dito, a têm defendido e praticamente ella se acha adoptada na nação talvez mais livre da Europa; mas a enunciaçao de uma semelhante opinião seita pela força armada, e constraintando as autoridades locaes á aceitá-la e firmá-la com juramento, é um facto não só culposo e ilícito, mas em regra grandemente criminoso, segundo todos os princípios de justiça, e especialmente pelos do sistema constitucional que temos proclamado e estamos constituindo.

Neste caso já o negocio passa de mera propalacão de opinião a ser mandato e determinação, e se constitue portanto um acto attentatório e formal usurpação das atribuições do poder legislativo: ora, devendo calcular-se a gravidade dos delictos principalmente pelo dano que causão á sociedade civil, e sendo o facto acontecido de pessimo exemplo, podendo, como disse um illustre deputado, estabelecer-se o janizarismo e converter-se a força armada em corpo deliberante, debaixo de cuja influencia nenhum cidadão, nem mesmo o chefe da nação, se possa julgar seguro; fica evidente que por este lado é o dito facto acontecido digno do mais severo castigo.

Porém como a mesma gravidade dos delictos tambem se deve medir pelos grados de intelligença, de má consciencia e dolo, assim como pelos de liberdade com que os seus agentes os praticarão, parece que a criminalidade no presente caso algum tanto se diminue se considerarmos primeiramente que os autores de tales actos não são sem duvida bem instruidos nos princípios e maximas geraes do governo, nem nos do sistema constitucional que entre nós agora comecão a disfundir-se, e que só bem se desenvolvem em obras profundas que poucos lêm e mais poucos ainda entendem, pelo que não se deve dizer que elles pudessem bem calcular quanto offendião a sociedade no acto violento que praticarão; e tanto assim que em vez de fugirem e de se occultarem, como fazem os que cometem crimes com sciencia bem reflectida ao contrario blazonão de haver emprehendido um acto meritorio, e são os mesmos que se denuncião por autores de um tal feito; em segundo-lugar se considerarmos que as autoridades, a quem cumpria doutrinar os povos, não têm feito ainda uma profissão bem explicita dos seus princípios por via de proclamações, nem têm censurado com a-devida severidade a disposição que a força armada tem mostrado a converter-se de corpo obediente, como é por sua essencia, em corpo deliberante, não têm bem classificado os actos produzidos por esta disposição perigosa,

nem assignado as penas que lhe são correspondentes.

Em Portugal temos visto a tropa fazer e desfazer quanto lhe lembra, vímos aqui e na província da Bahia a tropa lusitana tomar uma attitude violenta e hostil, querer supplantar as autoridades locaes para sustentar suas opiniões caprichosas, injustas e illegaes; estes procedimentos em vez de castigo merecerão os elogios e os mais exagerados aplausos das cõrtes de Lisboa que então nos pretendião doutrinar a todos, e se inculcavão como o mais sabio Areopago da Europa: tales exemplos sem duvida são por sua natureza contagiosos, e obrando mui podrosamente sobre o sentimento produzem o entusiasmo, poenir em movimento as paixões mais violentas e tolhem, ao menos em grande parte, aquella plena liberdade que deve acompanhar os actos sujeitos a uma rigorosa impunidade.

A commissão não deu algum destes descontos, considerou aquele facto como um crime de lesa-magestade, revestido de toda a sua ordinaria gravidade, e como tal pretende seja punido.

Quanto ao futuro pôde muito bem a assembléa deliberar sobre a natureza deste crime e classificá-lo assim a sua essencia, se tanto parecer justo; mas o que toca ao passado não parece conforme aos princípios constitucionaes, nem mesmo aos da jurisprudencia a mais desfeituosa que se estendão por interpretação os crimes de lesa-magestade além dos casos marcados na lei, para por esta posterior classificação se julgarem factos antecedentemente acontecidos: tal expediente seria o ultimo apuro e refinamento do despotismo, e maior que o de Tiberio e outros espantalhos do genero humano; porque estes fazião crimes de lesa-magestade muitas acções até indiferentes, mas ao menos declaravão anteriormente sua extravagante classificação.

Passando agora a fallar sobre o procedimento de devassa proposto pela commissão, acho que é actualmente inadmissivel.

Primeiramente eu considero sempre como uma especie de anomalia e arbitrariedade o sujeitar os cidadãos a uma fórmula de processo que não está marcado nas leis para o caso de que se trata; em segundo lugar nenhuma causa vejo mais perigosa nas actuaes circumstancias do que uma devassa desta natureza aberta em uma província, ainda declarando-se, como se diz, que se indague só dos cabeças.

A determinação da idéa das cabeças depende sempre da primeira maneira de pensar dos juizes encarregados da diligencia, e quem sabe se esta recarhirá em algum multiplicador das cabeças, como desgraçadamente tem as vezes acontecido?

Quem sabe os males em que pôde por isso vir a ser envolvida toda aquella província?

Alguns dos honrados membros que têm fallado sobre a questão de que se trata não deixarião de sentir estas dificuldades ; o illustre deputado o Sr. Carvalho e Mello tem proposto, para evitá-las, o arbitrio de castigar sómente os dois chefes das tropas, o presidente e o secretario do governo que intuitivamente parecem criminosos, sujeitando os dois primeiros ao conselho de guerra e os segundos ás justiças : outros illustres deputados têm proposto que se torne a remetter o negocio ao poder executivo, a cujas attribuições pertence fazer executar as leis, sem se lhe insinuar a conducta que elle deve ter.

E' certo que ao poder executivo pertence fazer observar e executar as leis ; mas nós não temos propriamente lei expressa neste caso, elle é extraordinario e aliás sujeito a gravíssimas consequencias que interessão á toda a soberania ; e por isso o poder executivo tem recorrido á esta assembléa, aonde supõe depositado um grande fundo de prudencia e de luzes : remetter-lhe outra vez o negocio sem pronunciaçao de algum plano ou opinião nossa pareceria o jogo do empurra, como diz o proverbio, e daria isso a entender que não ha da nossa parte a mesma sinceridade que mostrou o governo quando a nós se dirigio ; além de que é preciso fazer um artigo de legislação que bém determine a natureza destes crimes para o futuro, o que sem duvida pertence a esta assembléa.

Por conseguinte eu não concordo com os pareceres acima ditos, e proponho a seguinte

EMENDA

“ 1.º Que a assembléa legisle sobre o facto acontecido na cidade de Porto Alegre; que declare irrito, nullo, criminoso, e attentatorio contra os direitos e attribuições desta assembléa o juramento alli prestado com influencia da força armada, mandando destruir a acta que delle se lavrou em todas as repartições publicas ; que classilique este crime clara e distintamente para o futuro ; e lhe assigne as competentes e proporcionadas penas.

“ 2.º Que a mesma assembléa proclame para illustrar os povos e a força armada, e curar-los da doença do servilismo, e dos excessos do entusiasmo, e fanatismo :

“ 3.º Que a assembléa insinue ao governo para usar do direito de agraciar altentas as circunstancias extraordinarias que acompanham aquelle acontecimento, e para mandar asperamente reprehender todas as autoridades que prestaram semelhante juramento, e mesmo chamar á corte e remover daquella província, até á conclusão da constituição os dois chefes militares, o presidente e secretario do governo, e presidente da camara.

“ Paço da assembléa, 26 de Julho de 1823.— O deputado, *Francisco Carneiro de Campos.* »— Foi apoiada.

O Sr. CARNEIRO DE CAMPOS pediu a palavra e mandou tambem á mesa a seguinte

EMENDA

“ 1.º Que o governo por uma carta imperial estranhe muito severamente ao governo da província e á tropa o grave attentado que cometerão.

“ 2.º Que faça vir á corte para serem reprehendidos o presidente e secretario do governo e os dois chefes que fizerão marchar a tropa.

“ 3.º Que a commissão de legislação proponha um projecto de lei para se evitarem para o futuro semelhantes desordens.—O deputado, *Carneiro de Campos.* »—Foi apoiada.

O Sr. Henriques de Rezende:—Alguns Srs. deputados têm aqui atribuído o acontecimento do Rio Grande á ignorancia, e esta ignorancia á falta de uma proclamação aos povos : eu já em outra occasião reclamei contra a demora de uma proclamação ha meses encommendada á illustre commissão ; e não ha remedio para apparecer. Mas isto não é porque eu entenda, que fosse a ignorancia que produziu o facto do Rio Grande, do Sul ; e quando mesmo elle tivesse principio na ignorancia, não pôde por isso ser desculpado, porque ignorancia crassa e supina não pôde desculpar a ninguem.

Todos sabem, Sr. presidente, que attentar contra as autoridades constituidas é um crime : todos sabem que uma vez installada esta assembléa, a ella exclusivamente compete o legislár : que ella é quem deve marcar a divisão dos poderes e fixar as attribuições, que a cada um deve competir : que ella é quem pôde definir as prerogativas, e regalias do chefe do poder executivo ; e que toda e qualquer mão estranha que nisto se ingeirir, cominette um crime, um attentado contra o exercicio da soberania nacional confiada a esta assembléa. Se alguém o não sabe, deve saber, e esta ignorancia seria afectada, e portanto de nenhum modo pôde desculpar o attentado do Rio Grande do Sul.

Os exemplos de casos semelhantes aprovados, que um nobre deputado allegou, e de que eu me lembro muito bem, e que eu previ que devião produzir estes resultados, voltão *contra producentem* : é por causa desses mesmos exemplos, que se deve dar outros em sentido opposto : é por isso mesmo que devem ser rigorosamente castigados esses commandantes, e esse secretario do Rio Grande do Sul, para que não entendão que são louvados ; para que entendão que têm cometido um crime.

Ora, eu não sei porque razão se quiz que abrangesse a toda a província o crime que só pertence a tres, ou quatro individuos, que arrastarão a tropa subordinada a cooperar em um attentado daquella natureza !

Longe, bem longe de mim, Sr. presidente, pensar que se intenta que o crime fica impune

debaixo da generalidade! Eu o não creio: mas é certo que os crimes ficão impunidos, toda a vez que é grande o numero dos réos. Não se queira pois generalisar a toda a província o crime dos dois commandantes dos corpos, e do secretario do governo, que pelos presentes officios são evidentemente os autores do crime: contra elles só é que deve recahir o castigo. Eu em outra occasião votei que elles fossem immediatamente presos, e removido o presidente do governo: mas depois encostei-me ao parecer do Sr. Vergueiro como menos chegado a arbitrariedade. Votô portanto que sejão relirados da província os dois commandantes e secretario do governo: e suspenso o presidente, enquanto se tira a devassa.

Julgue-se a materia discutida: e procedendo-se à votação, o Sr. presidente disse: Pergunto se passa o parecer salvas as adições?

O Sr. Souza Mello:—Sr. presidente, é necessário acabarmos com um defeito de votação em que laboramos: appareceu à pouco nesta assembléa o costume de se votar aos artigos com a cláusula—salvas as exceções—tal cláusula nem está no regimento, nem se costumava até pouco tempo, e além disso deixa-nos em confusão para votarmos seguros, porque não temos de memoria todas as exceções ou emendas; portanto requeiro à V. Ex. que haja de propor à votação os artigos se passão tais quais se achão, pois que se assim não passarem seguem-se à votação as emendas chamadas exceções, e se vota completamente sobre todas as doutrinas apresentadas.

Depois de algumas reflexões sobre este ponto, o Sr. presidente disse que consultaria a assembléa sucessivamente pelos artigos do parecer e suas emendas; e praticando-o assim venceu-se o seguinte:

“1.º Que se mandasse proceder à devassa, a qual sómente deve versar e restringir-se ao conhecimento dos autores primários do delicto.

“2.º Que se autorise o governo para remover do commando o tenente-coronel Gaspar Francisco Menna Barreto e o sargento-mór José Luiz Menna Barreto; e para suspender do exercício de secretario do governo provincial a Bernardo Avellino Ferreira e Souza.

“3.º Que o governo faça sentir o seu desprazer com todo o rigor ao governo provincial do Rio Grande, e tome todas as medidas que julgar acertadas para fazer constar a todas as autoridades civis, ecclesiasticas e militares da província, e em geral a todos os habitantes della, que o poder de legislar em ninguém mais reside senão nesta assembléa.

“4.º Que a devassa depois de concluída siga o seu curso ordinario e legal.

“5.º Que por autores primários do delicto se entendão os primeiros tratadores, ou agentes delle.

“6.º Que o governo participe a esta assembléa

o resultado da devassa a que se manda proceder.

“7.º Que o juramento prestado na cidade de Porto Alegre seja declarado irrito, nullo, subversivo e anarchico.

“8.º Que se autorise o governo para remover da província os dois chefes da força armada, e o secretario interino do governo da província.

“9.º Que o presidente do referido governo seja suspenso do exercício do seu lugar.

“10. Que este presidente suspenso seja substituído, na forma da lei, pelo imediato em votos.

“11. Que o mesmo presidente seja removido do distrito em que se ha de tirar a devassa.

“12. Que se mande trancar, para mais não ser lida, a acta do juramento de que se trata.”

O Sr. Lopes Gama:—Sr. presidente, como são muitas as circunstâncias que, segundo esta votação, devem entrar no aviso que se dirigirão ao governo, parecia-me acertado que antes de expedição fosse lido nesta assembléa, para se ver se ha n'elle toda a clareza necessaria em negocio de tanta ponderação.

O Sr. PRESIDENTE consultou á assembléa; e resolveu-se que assim se praticasse.

O SR. SECRETARIO FRANÇA leu o boletim do cirurgião assistente a S. M. o Imperador.

“Sua Magestade Imperial tem continuado a passar bem.

“Paço da Imperial Quinta da Boa-Vista, 26 de Julho de 1823.—O cirurgião da imperial camara e assistente a S. M. o Imperador. Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto.”—Foi ouvido com muito especial agrado.

O MESMO SR. SECRETARIO participou ter recebido durante a sessão um requerimento de Joaquim José Gomes da Silva e Castro relativo a uma materia que já fizera objecto do parecer da comissão de fazenda em virtude do requerimento de Manoel dos Santos Pereira & C.

O SR. RIBEIRO DE SAMPAIO pediu a leitura do requerimento; mas havendo quem se oponesse, propôz o Sr. presidente se omittida a leitura iria o requerimento á mesma comissão de fazenda.—Venceu-se que sim.

O Sr. Alencar:—Sr. presidente, tenho uma pequena indicação que offerecer:

Algumas pessoas me têm fallado de violações no segredo das cartas do correio, queixando-se deste criminoso abuso.

Eu quero crer que só pela presença dos inimigos na Bahia se tomarião algumas medidas que motivarão aquellas queixas; mas como esse mal já felizmente acabou” propônhoo que se diga ao governo que tenha sobre este objecto a maior vigilância para se não ver violado este direito sagrado do cidadão.

INDICAÇÃO

“Proponho que se diga ao governo que tenha o mais particular cuidado sobre a admi-

nistração do correio, assim de não ser violado o segredo das cartas.

« Paço da assembléa, 26 de Julho de 1823.

— O deputado, *Alencar.* »

O Sr. Andrada Machado:—A indicação está bem concebida, e nada tenho contra ella; mas desgraçadamente não sei que haja no mundo um só governo que não viole o segredo das cartas. Não sei que este mal se tenha embaracado em parte alguma.....

O Sr. Muniz Tavares:—Seria preciso que tivessemos certeza de ter o governo violado o segredo das cartas, para ter lugar esta medida; alias vamos dizer-lhe o que lhe diríamos se soubessemos que tinha havido a violação.

O Sr. Alencar:—Se nós tivessemos certeza não devia fazer-se esta recommendação, devia puchar-se pela responsabilidade; mas como a não tenho limito-me a fazer esta advertencia sem suppor má fé no governo.

O Sr. PRESIDENTE:—Pergunto se se apoia a indicação.

O Sr. Andrada Machado:—Eu apoio; apesar de estar certo que de nada ha de servir.

Conheço ha muito o que são governos; elles farão sempre o contrario do que nós pretendemos sobre este ponto.

O Sr. França:—As indicações não necessitam de ser apoiadas para serem discutidas nesta assembléa: o regimento não o manda, nem sei que a pratica o autorise: eu tenho a palavra e fallarei portanto sobre a matéria.

Sr. presidente; eu julgo bem desnecessaria esta indicação, porque *nisi utile est quod facimus; stulta est gloria.*

Não sabe o governo por ventura que o segredo das cartas é o que deve ser respeitado e mantido entre povos civilizados?

Mais que muito o sabe.

Logo, que vamos nós de bom fazer com uma advertencia a quem está advertido do que cumpre obrar?

Teremos nós a caso esperança de ganhar por esta via o laurel de evitarmos que se devasse o segredo das cartas dos nossos concidadãos, dos nossos constituintes?

Não certamente.

Manifestaremos nisso sim, bons desejos; mas na escolha dos meios inefficazes bem lhe provaremos quanto é a nossa impotencia em remediar o mal cortando pela fonte dos abusos.

Sr. presidente, falemos claro.

A razão por que se devassa o segredo das cartas no correio, é porque não ha responsabilidade publica do administrador.

Se este funciionario publico temesse a lei da responsabilidade, se esta pontualmente punisse as malversações de todos os empregados, bem creio eu que nem se havião abrir cartas

do correio, nem outros muitos abusos excitarão as queixas dos nossos concidadãos contra os mesmos empregados.

A mim não me importa, nem a nós nos deve importar se o governo patrocina ou não essa má obra; isso é questão muito indiferente para o caso; pois tanto isso deve servir de escusa aos officiaes do correio, como se de boa feição com os seus superiores cometesse qualquer um outro crime contra á lei.

A obediencia activa de um cidadão livre tem limites demarcados na mesma lei; esta é a diferença que vai delle a um vil escravo, instrumento passivo da tyrannia.

A abertura de uma carta por pessoa a quem ella não respeita é um crime, segundo as leis existentes do nosso paiz: e se é aberta pelo administrador do correio, ou se elle nisso consente, a elle sómente é impúitavel o delicto, o qual então implica uma triplicada culpa, porque nesse se dá cumulativamente a violação do segredo epistolar, a alcovosia da confidencia e a malversação do emprego público.

A falta de costumbres que entre nós vulgarisou o privilegio de os empregados publicos atacarem impunemente os direitos dos seus concidadãos, é a causa de correrem tales malfitarias talvez com o especioso nome de razões de estado, sem nenhum pudor daquelles que as praticam.

Voto portanto contra a indicação: e se algum cidadão houver que se queixe de offensa de direito nesta parte, que venha á nós, que represente; pucharemos, pela espada da responsabilidade e com o seu golpe sobre o administrador do correio talvez se abra exemplo que esclareça a temeraria ousadia, com que assim se mofa da lei e dos bons costumis e da misericórdia que soffrida paciencia dos povos.

Não temos nada que mandarmos dizer ao governo sobre isto.

O Sr. Muniz Tavares:—Fossem quais fossem as circunstâncias em que nós achassémos; e sejam quais forem os motivos que possão allegar-se, nunca o governo devia usar da prepotencia de abrir as cartas dos cidadãos.

O segredo delas é inviolável pelas bases que juramos e, portanto o que commettesse este attentado seria criminoso!

Aqui dá-se a entender de certo modo que se commetteu e é só por isso que não approvo a indicação, pois, a meu ver, só poderia ter lugar sabendo-se positivamente de algum facto.

O Sr. França:—Repto ainda uma vez e insisto que nos não deve importar neste assunto o facto do governo: se existe, sique embora envolvido na calliginosa nuvem da mysteriosa intriga com que obra: castigue-se o autor do delicto que é o administrador do correio em tal caso; não, nos embaracemos com os cumplices, é boa regra de administração de

justiça criminal escarmentar em poucos a culpa que commetterão muitos.

Demais disso, os governos nunca são em regra máos, senão porque encontrão instrumentos passivos das suas malversações nos agentes secundarios da administração publica.

Se estes têm o respeito á lei e o amor á justiça gravados no seu coração, embalde se esforçará o ministerio por trazel-os aos seus fins sinistros a despeito da mesma lei e dos bons costumes.

Mas que ha de fazer o administrador do correio, sendo coacto pelo governo, me dirá alguém!...

Respondo que não ha coacção nesse caso da parte do governo: o que ha é servilismo; e servilismo muito baixo da parte do administrador, porque prefere commetter um crime aggravado da alcovosia contra a confidencia publica e de malversação do emprego que se lhe confiou, sómente por agradar e ganhar a vontade de um ministro de estado que o peita.

Façao-me a mim administrador do correio e eu lhes mostrarei em pouco tempo que não ha coacção que se tema.

Supponhamos que um ministro me mandava pedir as cartas: tinha a resposta prompta—não lhas mando; não quero.—As cartas são uma propriedade estranha de que o administrador do correio é o fiel depositario: o deposito de qualquer indole e natureza que seja deve ser sagrado, e como tal o reputao ainda mesmo as nossas leis antigas, oriundas de costumes muito menos civilizados que os nossos.

A ordenação do reino impõe pena ao depositario, que se escusa com dizer que entregou o deposito ao juiz que o mandava fazer: o deposito confidencial e publico das cartas missivas, não deve ser conceituado em menos do que o das outras especies que andão no commercio dos homens.

Mas me replicarão, pôde o ministro privar do officio ao administrador do correio!

Respondo que isso é terror panico.

Ninguem é tão máu que o queira parecer.

Nenhum ministro se aventura, e muito menos agora, a privar um empregado publico do seu officio sem motivo justificado quando essa tentação tivera, bastava a liberdade da imprensa para se elle coibir.

Já se o administrador do correio tem adiantado culpas ao carlorio e teme que avara da justiça faça os officios da vingança do ministro, então tenha paciencia que aos máus não é permittido viverem seguros por muito tempo; isso é privilegio sómente outorgado á virtude, quando a calumnia lhe não anda na esteira.

Finalmente, senhores, tempo virá em que os ministros de estado serão efectivamente responsaveis ao publico por suas malversações,

mas ainda está longe; por agora toca fazermos responsaveis os agentes secundarios; por elles principiemos a boa obra: eu prezó mais uma lei de responsabilidade efectiva do que uma constituição. Repito que não temos que indicar ao governo.

O Sr. Montesuma:—Refliclindo sobre as idéas que se acabão de expôr, sigo a opinião do illustre deputado o Sr. Muniz Tavares, e não posso approvar a indicação porque a julgo desnecessaria e até prejudicial.

Eu estou persuadido que o governo não abusou da inviolabilidade das cartas, e nessa persuasão continuo em quanto se me não apresentar algum facto; logo, não posso approvar a indicação, porque nada ha que eu saiba, que a faça necessaria.

Para que ella pôde servir é para alterar a harmonia que convém conservar entre esta assembléa e o poder executivo, e é por este lado que a considero prejudicial.

Advertirei comodo que não me levantei para defender o governo, mas para se seguir a boa ordem.

O Sr. Andrade Machado:—Sr. presidente eu creio que por mais que martellemos, sempre se hão de violar as cartas, embora as leis o prohibão.

As leis não passão de palavras escriptas quando se não executão, e esta nunca o será exactamente.

Todavia concordo com o que disse o Sr. França, vamos ás molas mais baixas porque melhor lhe podemos chegar.

Segundo estes principios parece que não devia apoiar a indicação, mas como temos lei sobre este objecto e todas as leis cahem em desuso com o tempo, não faremos mal em dizer ao governo—reparai que o segredo das cartas é inviolável; porque parece que elle se tem algum tanto esquecido.

O Sr. Carneiro de Campos:—Eu quero dizer mui poucas palavras: levantei-me só para responder ao que ouvi a dois illustres preoinuentes.

Disse um que antes queria responsabilidade do que constituição; pois eu quero constituição, amo-a e não desejo viver sem ella (*apoiaos*), nem haverá já mais segura responsabilidade sem constituição (*apoiaos, apoiaos*); também não posso admittir o que disse o Sr. Muniz Tavares, isto é, que já estava estabelecida a inviolabilidade das cartas, porque era um dos artigos das bases que jurámos.

As bases que havemos de observar são as feitas por esta assembléa; as de que falla o illustre deputado já se acabarão.

Se deve guardar-se a inviolabilidade das cartas é por ser um dos direitos de cidadão, mas não por ser artigo dessas bases, com as quaes já nada temos.

Nós fizemos uma completa insurreição declarando-nos independentes: por esta heroica resolução eaducou tudo quanto era de Portugal: e tanto que para fazer subsistentes as leis civis e criminais que d'antes nos regia, foi preciso que esta assembléa as ratificasse interinamente.

Como pois se quer conservar ainda a autoridade das bases de uma constituição que certamente não nos rege, nem nos ha de rege?

O Sr. França:—Quando eu disse que antes queria responsabilidade do que constituição, não foi mais do que força de expressão; eu creio que a minha constitucionalidade é bem conhecida.

O Sr. CARNEIRO DE CAMPOS:—Eu também quando falei foi só para dar lugar á esta expli-cação.

O Sr. Alencar:—Realmente não existem para nós tais bases, nem ha lei alguma que expressamente mande guardar a inviolabilidade das cartas; por isso eu queria que se dissesse ao governo que vigiasse sobre ella; e não vejo que isto faça mal algum, porque não se diz que se desconfia delle, indica-se-lhe sómente o que deve fazer.

O Sr. Henrques de Rezende:—Eu estou pela indicação, e quero que se diga ao governo que recomende aos officiaes do correio a inviolabilidade do segredo das cartas, e que puna rigorosamente os infractores.

Julgo necessário que se diga isto não só porque ouço que estão acabadas as bases que jurámos e que continhão essas proibições, que os tais officiaes julgão por isso de nenhum vigor, mas por que um desses administradores que abria cartas e que disso se gabou em gazetas, acha-se hoje premiado e dizem-me que com um bom officio. Portanto voto pela indicação.

O Sr. Vergueiro:—Eu também não vejo que na indicação se diga que o governo viola o segredo das cartas, creio que o que se quer é chamar a atenção delle sobre este objecto; lembrar-lhe que tome cautela para que se não abuse; e eu sempre serei de opinião que se façam tais recomendações quando houver desconfiança de falta de observância de lei: disto não pôde com razão offendere o governo.

O Sr. PRESIDENTE perguntou se a assembléa aprovava a indicação.—Venceu-se que sim.

O Sr. Montesuma:—Eu procuro que sejam tão claras as minhas proposlas, que até são desnecessarios os preambulos; é desta ordem a que tenho para lér, concebida nos termos seguintes:

« A assembléa geral constituinte e legislativa do imperio do Brazil, decreta o seguinte:

« 1.º Achando-se restaurada a capital da província da Bahia, fica revogado e de nenhum efeito em toda a sua letra o decreto de 29 de Novembro do anno passado, que ordenou que

durante o embargo hostil da Bahia, as appellações, aggravos e outros recursos judiciaes que deverião interpor-se para a relação daquella província, fossem interpostos immediatamente para a casa da supplicação desta corte.

« 2.º D'ora em diante tudo seguirá a antiga marcha até outra causa se determinar na constituição, ou em lei. Paço da assembléa, em 23 de Julho de 1823, 2º da independencia e do imperio. —Francisco Gé Acayaba de Montesuma. »

O MESMO SR. DEPUTADO:—Isto, Sr. presidente, é da maior necessidade para que os povos da Bahia se não vejam obrigados a mandar as suas causas para esta corte. Requeiro por isso a urgencia; e creio que nem precisa impimir-se o projecto.

O Sr. Andrada Machado:—E eu até creio que não era preciso fazer-se a proposta, porque a lei declarou que a providencia só tinha lugar enquanto durasse o embargo; logo, acabado este não tem a lei vigor, e as causas se resiliuem ao antigo estado.

O Sr. PRESIDENTE:—Antes de tudo é preciso ver se é apoiado.—Foi apoiado.

O Sr. Carneiro de Campos:—Sr. presidente, a lei não era perpetua; deu-se aquella providencia que se julgou necessaria durante o impedimento e como este cessou, não ha precisão de nova lei para a derogar, porque nella mesma estava marcado o tempo da sua duração.

A Bahia está livre do inimigo, logo, a sua relação está em exercicio, sem dependencia de declaração alguma; mas quando muito, diga-se ao governo que officie para a Bahia declarando que vistas as circumstancias actuaes, devem as causas tomar a sua antiga marcha.

O Sr. Montesuma:—Eu confesso que isto me parece muito novo! Nunca vi que um decreto fosse revogado senão por outro decreto, uma lei por outra lei. E' certo que a determinação foi condicional, mas assim mesmo é necessário que se revogue.

O Sr. FRANÇA:—Necessidade de nova lei não ha; mas não me opponho a que isto se declare ao governo.

O Sr. ANDRADA MACHADO:—Tambem convenho, visto que não se legisla de novo: vá ao governo uma simples declaração.

O Sr. Montesuma:—Não posso entender como havendo um decreto em que se mandou que todos os recursos que se interpunham para a relação da Bahia, viessem á casa da supplicação, ha de deixar de ter efeito sem ser por novo decreto, que actualmente o governo não pôde fazer porque já não tem autoridade para isso. Por estes principios julguei e julgo que deve ser decreto, e não um simples officio; todavia, se a assembléa entende o contrario, eu concordarei; porque o que quero é que tenha efeito seja de

que fórmā fôr, pois em ser desta ou d'aquelle não tenho interesse algum. Descjava porém que se decidisse hoje para poder dizer para a Bahia que não mandem mais as suas causas para cá.

O Sr. Andrada Machado: — Não posso deixar passar o princípio que acabo de ouvir, isto é, que o imperante não tem direito de fazer decretos. Pôde fazer os que quizer, e ninguém lhe o pôde impedir. Se elle não pudesse fazer decretos, não podia nomear ministros de estado, nem dar outras muitas providencias da sua atribuição. Quanto à materia que se discute, creio que já está demonstrado que não ha necessidade de nova lei; tudo fica feito com o officio ao governo.

O Sr. Carneiro: — Ainda que alguns Srs. deputados tenham dito que se acha na lei a clausula — durante o impedimento, — e eu mesmo esteja persuadido que não foi mais que uma providencia temporaria que está agora decorrida por si, contudo, como não temos toda a certeza da referida clausula, parece-me conveniente que fique adiada a discussão, para que a assembléa não tome alguma resolução precipitada.

O Sr. Montesuma: — As palavras — durante o embargo — tirei-as da lei; são exactissimamente as que se achão nella.

O Sr. Andrada Machado: — Então não sei que mais declaração se precisa; a da mesma lei é superabundante.

O Sr. Souza Mello: — Toda a confusão em que nos achamos nasce, não da materia da proposta, mas da sua fórmā; porque se o decreto de que trata o Sr. Montesuma é temporario para durar enquanto a cidade da Bahia estava ocupada pelos inimigos, claro está que cessando a ocupação o impedimento cessa o efeito do decreto, e não é preciso outra lei que o derogue; porque basta uma ordem que faça restabelecer o estado anterior quando nisso sejam omissas as autoridades territoriaes; portanto eu quizera que o nobre autor da proposta a retirasse para reduzil-a a mera indicação pedindo esse restabelecimento com urgencia; e desse modo acabamos com uma discussão sobre um projecto de decreto desnecessario.

O Sr. Carneiro: — Visto que se assenta que deve decidir-se o negocio, julgo que pôde dizer-se ao governo que declare que não tem mais vigor aquelle decreto por ter cessado o motivo da ocupação da Bahia.

O Sr. Montesuma: — Eu acho que o melhor é não ir nem mesmo essa indicação, e deixar obrar o governo; elle que faça o que lhe parecer..... Faça-se mais este agravo porque são poucos os que aparecem diariamente, e perturbão as consciencias dos cidadãos.

O Sr. Carneiro de Campos: — Ninguem se oppoz ainda a que se fizesse a declaração; o que

temos dito é que para isso não havia precisão de novo decreto, porque o primeiro tinha por si caducado, visto ter a clausula de temporario. O governo ordenou aquella providencia, e muito justa, para que as partes não sofressem; agora, se quiserem, o governo que diga que as causas devem seguir o seu curso antigo.

O Sr. Presidente propôz: se considerada a qualidade da materia do projecto este se devia tornar como simples indicação para se officiar ao governo assim de fazer executar o decreto de 29 de Novembro de 1822. — Venceu-se que sim.

O Sr. Montesuma: — Eu ainda tinha uma outra indicação; mas não me atrevo a propô-la; reservo-a antes para outra occasião, porque o dia hoje está ariago.

O Sr. Vergueiro: — Eu requeiro a segunda leitura de uma indicação minha sobre sesmarias.

O Sr. França: — Como ha um projecto da comissão de constituição sobre fazenda de desfuntos e ausentes, e de data mais antiga, creio que tem a preferencia; mas a assembléa decidirá.

O Sr. Presidente consultou a assembléa, e decidiu-se que se lesse o projecto.

O Sr. França fez delle a 2^a leitura. (Veja-se a sessão de 9 do corrente.)

Perguntou então o Sr. presidente se era objecto de deliberação. — Decidiu-se que sim, e mandou-se imprimir para entrar em discussão.

O Sr. Andrada e Silva: — Eu peço a assembléa que me conceda oito dias de licença, não só para adiantar alguns trabalhos, mas para cuidar da minha saude. — Forão-lhe concedidos.

O Sr. Presidente assignou para a ordem do dia: 1.^o O projecto dos governos provinciales; 2.^o O projecto sobre a fórmā da promulgação das leis.

Levantou-se a sessão ás 2 horas da tarde. — José Ricardo da Costa Aguiar d'Andrade, secretario.

RESOLUÇÕES DA ASSEMBLÉA

PARA MANOEL JACINTHO NOGUEIRA DA GAMA

Ilm. e Exm. Sr. — A assembléa geral constituinte e legislativa do império do Brasil, ordena-me que participe a V. Ex. que para illustração de um negocio affecto á comissão de fazenda, e relativo ás contribuições que se pagão nas passagens das pontes do Rio das Mortes, e Rio Grande, preciza que lhes sejam transmittidas as consultas, ou cópias dellas, que sobre materia de registros existirem resolvidas no tribunal do conselho de fazenda. O que V. Ex. levará ao conhecimento de Sua Magestade Imperial — Deus guarde a V. Ex. Paço da assembléa, em 26 de Julho de 1823. — Manoel José de Sousa França.

Na mesma conformidade ao ministro do império, com a diferença de que em lugar das

palavras — *conselho da fazenda, escreveu-se junta do commercio.*

PARA RODRIGO PINTO GUEDES

Ilm. e Exm. Sr. — Convindo á boa ordem do serviço nacional para o qual se acha nomeada a comissão de fóra de guerra e marinha, que está entre com a brevidade possível no começo dos seus trabalhos, assim de com elles auxiliar a comissão interna da dita repartição; tem resolvido a assembléa geral constituinte e legislativa deste imperio que a dita comissão de fóra tenha a sua primeira junção ás 10 horas da manhã do dia 2 de Agosto em uma das salas interiores do edifício da mesma assembléa. O que participo a V. Ex. como membro da dita comissão de fóra para sua intelligencia. — Deus guarde a V. Ex. Paço da assembléa, em 26 de Julho de 1823. — *Manoel José de Sousa França.*

Na mesma conformidade á *Joaquim Alvares de Oliveira* — *Manoel da Costa Pinto* — *Francisco Maria Gordilho Velloso de Barbuda* — *Diogo Jorge de Brito* — *Francisco Cordeiro da Silva Torres* — *Francisco José de Sousa Soares de Andréa.*

Sessão em 28 de Julho

PRESIDENCIA DO SR. CAMARA

Reunidos os Srs. deputados pelas 10 horas da manhã, fez-se a chamada, e achára-se presentes 65, faltando com causa participada os Srs. Pereira da Cunha, Ribeiro Campos, Ferreira Barreto, Andrada e Silva, Teixeira Vasconcellos, Furtado de Mendonça, e Cavalcanti de Lacerda.

O Sr. PRESIDENTE declarou aberta a sessão, e lida a acta da antecedente foi aprovada.

Forão á mesa as seguintes declarações de voto :

“ Declaro que na ultima sessão votei contra o parecer da comissão relativo aos negócios do Rio Grande em tudo que se aparta da minha indicação. — O deputado *Lopes Gama.* ”

“ Declaro que na sessão de 26 votei contra o parecer da comissão em quanto ao procedimento da devassa na cidade de Porto Alegre. Paço da assembléa, 28 de Julho de 1823. — *Albuquerque.* ”

“ Declaro que na sessão antecedente votei contra o parecer da comissão de constituição sobre o negocio da província do Rio Grande, pelo que respeita á devassa. — Paço da assembléa geral, 28 de Julho de 1823. — O deputado *Duarte Silva.* ”

“ Na sessão de 26 de Julho votei que não tinha lugar o procedimento de devassa contra os autores do acontecimento sucedido em Porto Alegre, capital da província do Rio Grande de S. Pedro do Sul ácerca do juramento do voto absoluto. — O deputado *Francisco Carneiro.* — O deputado *Carneiro de Campos.* — O deputado *Nogueira da Gama.* — O deputado *Carvalho e*

Mello. — O deputado *Gomide.* — *Ornelas.* — *Manoel Rodrigues da Costa.* — O deputado *Ribeiro de Rezende.* ”

“ Declaro que na sessão de 26 do corrente votei que se não procedesse á devassa pelo acontecido em Porto Alegre. — Paço da assembléa, 28 de Julho de 1823. — *Teixeira de Gouveia.* — *Accioli.* — *Pereira de Sampaio.* ”

“ Declaro que na sessão de 26 do corrente, em que terminou a discussão sobre o acontecimento de Porto Alegre não approvei a devassa, nem a remoção dos commandantes militares e do presidente do governo. — Paço da assembléa, 28 de Julho de 1823. — O deputado *Ferreira de Araujo.* ”

“ Declaro que na sessão de 26 do corrente me votei contra o parecer da comissão para que se não tirasse devassa pelo acontecimento na cidade de Porto Alegre ; assim como quanto aos mais procedimentos consecutórios da mesma devassa. — Paço da assembléa, 28 de Julho de 1823. — *Ribeiro da Costa.* — O deputado *Fernandes Pinheiro.* — O deputado *Martins Bastos.* ”

“ Sou do voto do Sr. Vergueiro e dos mais ilustres deputados que vencerão a maioria — *Manoel José Velloso Soares.* ”

“ Declaro que na sessão de sabbado fui de voto conforme em tudo ao que resolveu a assembléa — *Henriques de Rezende.* ”

“ Declaro que na ultima sessão votei contra autorizar-se o governo a remover da província os dois commandantes dos corpos, e o secretário do governo do Rio Grande do Sul. — O deputado *José Joaquim da Rocha.* — *Antonio Carlos Ribeiro de Andrade Machado.* — O deputado *Fernandes Pinheiro.* — O deputado *Alencar.* — O deputado *Saraiva.* — O deputado *Manoel Rodrigues da Costa.* — O deputado *Ribeiro de Rezende.* — O deputado *Ornelas.* — O deputado *Rezende Costa.* — O deputado *Ribeiro de Andrade.* ”

“ Não votei que se tire devassa. — *Antonio Ferreira França.* ”

O Sr. SECRETARIO FRANÇA leu o seguinte officio do ministro dos negócios da guerra :

“ Ilm. e Exm. Sr. — Tenho de transmitir a V. Ex. para ser presente á assembléa geral constituinte e legislativa do imperio não só a consulta pedida ao governo de S. M. Imperial, pelo officio que V. Ex. me dirigiu em 23 do corrente, sobre o estabelecimento de um monte-pio no Brasil, como os papéis relativos á esta matéria, existentes na secretaria de estado da guerra, que por ventura possão interessar á deliberação da mesma assembléa. — Deus Guarde a V. Ex. Paço, em 26 de Julho de 1823. — *João Vieira de Carvalho.* — Sr. *Manoel José de Sousa França.* ”

O Sr. Nogueira da Gama : — Julgo muito conveniente que a assembléa delibere sobre esta matéria ; mas acho que se deve nomear uma comissão *ad hoc* para este fim, uma vez que

se assente que se deve generalizar o plano para todos os empregados públicos.

Ninguem ignora que o objecto é de summa importância, e que tanto interessa aos particulares como á fazenda pública, e por isso creio que merece ser encarregado a uma comissão especial. Temos aqui muitos Srs. que são funcionários públicos, e que podem concorrer para se apresentar a esta assembléa um plano completo.

O Sr. França: — A matéria merece consideração, mas não me parece que seja preciso nomear-se uma comissão especial; creio que as comissões reunidas de guerra e fazenda são suficientes para dar conta do trabalho.

O Sr. Montesuma: — Parece-me conveniente que se nomeie uma comissão especial para este fim.

O Sr. Andrada Machado: — Eu não sei de que servem novas comissões; nada há mais desnecessário; as que estão criadas são suficientes para desempenhar qualquer trabalho.

O Sr. Almeida e Albuquerque: — A matéria é importante, e todos nós desejamos que se efectue este negócio; o caso está em que os Srs. da comissão a que isto se incumbir apresentem quanto antes esse plano que se projecta.

O Sr. Ribeiro de Andrada: — Sr. presidente: este plano tem dous fins: socorrer as famílias dos que servirão á patria; e socorrer-as de modo que não seja oneroso á fazenda pública. É o que se conforma com o sistema económico que devemos seguir, muito mais tendo em vista abranger todas as classes de empregados.

O antigo estabelecimento de monte-pio era um peço que sobrecarregava a fazenda pública, e por isso desfeitoso; outros são os princípios que devemos tomar para o arranjo do plano; isto não é obra de se dar feita á pressa mas cumpre cuidar della com zelo porque é muito vantajosa e summamente necessária.

O Sr. Nogueira da Gama: — O que se tem em vista é acudir ás viúvas e aos orphãos dos empregados, sem fazer depender este socorro de classificação de serviços de pais ou maridos; dar meios de subsistência a estas famílias, é a meu ver o fim do estabelecimento.

O Sr. Costa Aguiar: — Sr. presidente: isto é estar a gastar tempo fóra da ordem; já se discute a matéria, e ainda se não decidiu nem sequer a que comissão vai o negocio remetido. Quando ella apresentar as suas idéas então tomaremos isto em consideração; por ora só requeiro a ordem.

Depois de mais algumas observações decidiu-se que fosse remetido ás comissões reunidas de guerra e fazenda; e o Sr. presidente recomendou a brevidade requerida.

Leu mais outro ofício do ministro de estado dos negócios da justiça:

« Illm. e Exm. Sr. — Por ordem de S. M. o

Imperador, passo ás mãos de V. Ex. a informação do corregedor do crime da corte e caza sobre o padre Bernardo José Viegas, prezo na fortaleza da ilha das Cobras, e para evitar inuteis repetições, peço me seja permitido referir-me ao que se acha nella exposto com clareza. Quando o dito ministro informou, eu não tinha pego ainda na pasta da justiça, o que só pude fazer no dia 15 do corrente por causa da molestia de que fui atacado em 20 de Junho; e daí resultou a demora de alguns dias, que talvez poderia notar-se, combinadas as datas desta, e da informação do corregedor do crime. O que V. Ex. levará ao conhecimento da assembléa geral constituinte e legislativa do imperio do Brazil. Deus guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 25 de Julho de 1823. — *Caetano Pinto de Miranda Montenegro.* — Sr. Manoel José de Souza França. — Foi remetido á comissão de legislação. »

Passou-se á ordem do dia; e entrou em discussão o art. 17 do projecto dos governos provincias, com as respectivas emendas dos Srs. Andrada Machado e Percira da Cunha. (Veja-se as sessões de 21 e 23 de Junho.)

O Sr. França: — Eu estou persuadido de que a independencia do poder judicial na administração da justiça é essencial á causa da liberdade civil, que temos por fim estabelecer, salva sómente a respetiva responsabilidade dos magistrados. A ingerencia portanto do poder executivo n'aquelle outro, que no artigo se facilita, pela autoridade concedida aos presidentes das províncias de suspenderem os mesmos magistrados, não remedea praticamente o abuso que estes por ventura podem commetter no exercicio da sua jurisdição: antes ao contrario pôde protegê-lo. Sigamos a experiência, que a sua lição nos confirmará neste conceito.

Eu não consigo mais nos presidentes de províncias que havemos de ter do que nos ministros que com elles hão de servir; pôde pois mui bem acontecer que seja o presidente um perverso, e o ministro um cidadão votado á honra. Se pois o presidente o peita, e elle lhe resiste á sedução, eis temos o magistrado virtuoso victimá da iniquidade do presidente; e não lhe faltará á este causa de que se valha para o suspender e sacrificar ao seu ressentimento: já se elle cumpre com a vontade bem pôde a seu bel-prazer escorchar o povo, que não haverá medo de que o bom presidente o suspenda. Isto é pouco mais ou menos o que vimos praticado na antiga administração civil das nossas províncias, com mui poucas excepções.

Sempre os magistrados forão optimos para os nossos antigos governadores, quando lhes não erravão a vontade. Representações de vexames de povos com que muitas vezes forão delles accusados, erão meros pretextos, com que

motivos particulares se tornavão as mais das vezes em rasões de estado. Não remediaríamos pois o mal por esse meio de sugerir os magistrados á prepotencia dos presidentes das províncias. Se aquelles não têm honra para servir com limpeza de mãos, e inteireira de carácter os seus lugares, pouco lhes importa a fiscalisação destes; elles os dobrarão a seus interesses; que os maus não são em regra faltos do dom da insinuação: e se elles ao contrario forem homens probos compromette-se a virtude a errar, por salvar-se da calunnia.

Deixemos pois que obrem os magistrados com jurisdição independente dos presidentes das respectivas províncias: toleremos-lhes por mais um pouco de tempo em respeito dos bons, os abusos que por ventura possam commeter os maus, enquanto não chega a dilosa época, em que por uma lei da mais severa responsabilidade vejamos triunphar a justiça com o castigo dos abusos do poder em todas as classes de empregados publicos. Voto portanto que o artigo se suprima.

Falláram os Srs. Vergueiro, Andrada Machado e Almeida e Albuquerque, mas não se entendeu o tachygrapho.

Julgou-se a materia discutida e o Sr. presidente propôz:

1.º Se passava o artigo tal qual estava redigido. Venceu-se que não.

2.º Se passava na conformidade da emenda do Sr. Andrada Machado.—Venceu-se que sim, ficando rejeitada a emenda do Sr. Pereira da Cunha e o seu additamento.

Passou-se ao art. 18 com a emenda do Sr. Almeida e Albuquerque, additamento do Sr. Teixeira de Gouvêa, e emenda e additamento do Sr. Andrada Machado. (Veja-se a sessão de 23 de Junho.)

Depois de algum debate julgou-se a materia discutida, e posto á votação o artigo foi aprovado com a emenda do Sr. Andrada Machado, ficando prejudicada a do Sr. Albuquerque.

O Sr. PRESIDENTE propôz depois os additamentos dos Srs. Andrada Machado e Teixeira de Gouvêa.—Foram aprovados.

Seguiu-se o art. 19 (veja-se a sessão de 23 de Junho) e posto á votação foi inteiramente suprimido.

Passou-se ao art. 20, e ultimo do projecto (veja-se a sessão de 23 de Junho;) e sendo posto á votação foi aprovado.

O Sr. PRESIDENTE perguntou então:

1.º Se a assembléa julgava concluída a 3.ª discussão.—Venceu-se que sim.

2.º Se só depois de novamente redigido o projecto com as emendas e additamentos vencidos, se votaria em geral para passar.—Venceu-se que sim.

3.º Se os artigos vencidos do projecto com as emendas e additamentos também aprovados

deveriam ir á comissão de legislação para os redigir.—Venceu-se também que sim.

Passou-se á 2.ª parte da ordem do dia, que era a 3.ª discussão do projecto sobre a promulgação das leis.

Leu-se o art. 1.º (Veja-se a sessão de 26 de Junho.)

O Sr. Vergueiro: —(Não se entendeu o tachygrapho.

O Sr. MONTESUMA mandou á mesa a seguinte

EMENDA

« Que o Sr. deputado, primeiro secretario, seja o que apresente as leis a Sua Magestade Imperial durante esta legislatura constituinte.—O deputado Montesuma. » — Não foi apoiada.

O Sr. VERGUEIRO também mandou á mesa uma emenda concebida nestes termos:

EMENDA

« No preambulo se acrescente — provisoriamente.

« No primeiro artigo: Que as leis sejam remetidas pela secretaria do governo para serem publicadas e executadas. — Vergueiro. » — Foi apoiada a primeira parte e rejeitada a segunda.

O Sr. França: — Eu voto que passe o artigo. A remessa das leis por outra via que não seja a de uma solemne deputação, tem inconvenientes praticos, que a prudencia pede se hajão de acautelar. Demais a lei é a vontade do povo expressa pela voz dos seus representantes; e assim como é publico o seu debate, por esta razão, publica e solemne deve ser a entrega della nas mãos do poder executivo para a fazer observar; a publicidade e solemnidade deste acto pois é analoga e coerente com o sistema dos governos representativos. Por outra parte que missão mais honrosa pôde considerar-se em uma deputação da assembléa, do que aquella que tem por sim levar e intimar ao imperante da nação o titulo da vontade geral desta? Nenhuma certamente.

Não é pois ociosa se não muito importante esta maneira de comunicar as leis depois de feitas. A soberania da nação, em cujo nome se elles fazem, e se enviam ao imperante, o respeito devido a esse pelo supremo carácter de que a mesma nação o revestio na jerarchia política, o objecto sagrado da mensagem, collectivamente attendidos debaixo de um ponto de vista, convencem-nos da honrosa tarefa e da necessidade da alta etiqueta que importa tão séria e importante missão, e julgando estes motivos bastantes para que passe o artigo prescindendo de especificar aliás alguns inconvenientes que da prática contraria se seguirão.

O Sr. Carneiro de Campos: — Eu voto pelo artigo tal qual se acha redigido sem emenda,

e parece-me que é preciso não ter presente um dos mais fundamentaes principios dos governos monarchicos constitucionaes, para querer que as leis sejam apresentadas ao imperador sem uma deputação.

Sr. presidente, a base principal em que se apoia com firmeza a autoridade do monarca é o respeito, é a alta consideração, que jámais se deve apartar do throno e de tudo que delle dimana ou que o cerca. O throno não tem uma força que lhe seja propria, a de que goza reside toda na idéa que delle formão os povos. A felicidade geral exige mui imperiosamente que os subditos sejam possuidos dos sentimentos da maior veneração para com a pessoa do monarca, pois aliás ao monarca faltaria o ponto de apoio para pôr em movimento a machina social. Nos governos absolutos facilmente se concilia o maior e mais profundo respeito do throno.

O monarca absoluto tem reunidos em suas mãos todos os poderes soberanos; não se conhece outra lei que não seja a sua vontade, nem outro poder que iguale ao de que elle se acha revestido. Nos governos constitucionaes, estando os poderes divididos, é impossivel que na opinião geral não sofrão grande quebra a preeminencia e respeito que devem ser sempre inseparaveis do throno.

Porque nem todo o povo, nem mesmo a maior parte delle tem, nem pôde ter, uma idéa exacta da natureza dos poderes, que nos governos livres sahem das mãos do monarca, nem concebe como, diminuidas as atribuições do monarca, elle possa ainda conservar sobre os mais poderes a preeminencia essencial e inalienavel da suprema dignidade de chefe da nação e seu representante hereditario. Pelo que, para prevenir um erro, tão nocivo à felicidade geral, se faz indispensavel que nos governos monarchicos constitucionaes o throno se apresente sempre com tal explendor que capture a imaginação dos povos, infunda nelles o mais profundo respeito e alta consideração, para que apertando assim os mysteriosos laços da subordinação promova a maior docilidade na obediencia legal. Portanto se mandarmos as leis por um simples officio ao ministro de estado para as fazer presentes ao imperador, bem longe de destruirmos o erro que devemos receiar na fórmula do governo que adoptamos, antes o arreigaremos mais; porque em uma occasião tão opportuna de inculcarmos aos povos pelo nosso exemplo o respeito que merece o chefe supremo da nação, nós lhe remetteremos leis scitas por nós, pcla mesma maneira com que um superior remetteria a seus subditos ordens que estes devião executar.

E' nestes principios, que certamente são os dos mais conspicuos e sabios publicistas, que eu fundo o meu voto.

O Sr. Montezuma:—Não é só o illustre preopinante que sabe esses principios. Eu também estou convencido que se lhe devem prestar todos os respeitos, porque é revestido de altas atribuições; mas quanto a esta deputação não é claro que o mandal-a seja uma honra indispensavel nem precisa.

Quando fiz a minha emenda considerei quem era o imperador e o que lhe era devido por sua suprema dignidade, mas não entendi que a falta deste ceremonial da deputação diminuisse o explendor do throno que deve ser conservado; e por isso propus que fosse o 1º secretario o que apresentasse as leis ao imperador para se fazer este acto sem estrondo que julgo desnecessario, porque não vejo que nada influa no verdadeiro lustre da magestade. Nem eu, nem nenhum outro nobre deputado deixará de querer sustentar a dignidade do imperador.

O Sr. Vergueiro:—Eu não entendo que tenha lugar mandar neste caso uma deputação; e por isso ainda que a parte da minha emenda relativa a este ponto não foi apoiada, continuei a votar contra o artigo. Que ha de dizer o orador? « Senhor! Aqui vem este papel para Vossa magestade mandar executar. » Eu não sei que tenha mais nada a dizer limitando-se ao objecto da mensagem.

Quanto ao que tenho ouvido sobre explendor do throno digo que nada pretendo tirar-lhe quando assim penso; até convenho que elle é preciso, mas sempre acrecentarei que o verdadeiro explendor dos thronos constitucionaes consiste na boa administração e recto regimen do estado de que depende a felicidade da nação, sem que se julgue como essencial essas vãs ostentações de que unicamente se compõe o lustre dos thronos dos despotas, e que nada têm de real.

Concluo portanto que não julgo que se falle a honra alguma que compita ao chefe da nação, por se lhe não mandar uma deputação; e que não diminuindo nada no acatamento que lhe é devido o modo que proponho de lhe apresentar as leis, voto por este como o mais conforme ao seu objecto.

O Sr. Carneiro de Campos:—Se a deputação fosse destinada sómente á efectiva entrega das leis ao Imperador, eu concordaria com o illustre preopinante; porque posso assegurar a esta augusta assembléa, que elles não deixarão de chegar ao conhecimento do imperador, quando, o que eu não espero, sejam remetidas pelo secretario da assembléa ao ministerio; mas não se trata da segurança do meio de que devemos lançar mão para conseguirmos aquelle fim; a questão versa sobre a qualidade do meio, isto é, se o indicado pelo illustre preopinante é decoroso e conveniente?

Se attendessemos sómente ao fim de fazer

o imperador sciente desta ou daquelle resolução, seria também escusada a deputação que enviamos á sua angusta presença para lhe annunciar o dia da instalação da assembléa, pois um simples officio dirigido ao ministro de estado faria o imperador participante do dia marcado para aquella função. Não entendeu porém a assembléa ser este meio decoroso e enviou uma grande deputação, porque se não esta participação dirigida directamente ao imperador, lhe não devia ser apresentada, senão por uma maneira respeitosa e digna da sua alta preeminença.

Desta mesma natureza é a participação das leis decretadas pela ass. mbléa, e não pôde por isso entrar na marcha da correspondencia ordinaria com o governo, empregada meramente em objectos do expediente regular de cada uma das repartições do ministerio, sobre os quaes basta que a assembléa se dirija por via do seu secretario aos respectivos ministros de estado. Mas, diz o illustre preopinante, se estas leis não necessitão da sancção imperial, que dirá a deputação ao Imperador? Quanto esta tiver de expôr se reduzirá a isto:—*Senhor a assembléa remette a Vossa Magestade Imperial esta lei para a mandar executar.*

Supponhamos que estas leis não necessitão da sancção imperial, porém necessitão que sejam apresentadas ao imperador para as mandar executar; ora, isto basta para convencer, que devendo dirigir-se a assembléa directamente ao imperador, convém que se dirija por uma maneira decorosa, por uma deputação. Se esta nada tem que tratar sobre a sancção, nem por isso deixará o seu orador de encontrar um vasto assumpto para discorrer sobre a urgencia da lei, sabedorias das suas disposições e grandes benefícios que della devem resultar á nação. Este discurso é tanto mais conveniente para interessar o imperial zelo na execução da lei, quanto é de presumir que o Imperante tenha uma natural desafeição ás leis em que não leve parte.

Concordo com o illustre preopinante, em que a felicidade da nação é o maior explendor do throno, mas não advertiu o illustre preopinante, que devendo essa felicidade resultar em grande parte das sabias providencias que dimanarem do throno, para que estas sejam efectivas é indispensável que ao throno e a tudo que lhe é intimamente ligado, se consagre o maior respeito e reverencia.

Senhores, nós queremos ser livres e felizes, não despresemos portanto os meios indispensáveis, porque são essenciais para firmarmos a nossa liberdade e felicidade. Tenhamos sempre presentes estes princípios, que são axiomas de direito publico.—Não ha liberdade sem um poder que a sustente,—Não ha poder sem respeito.—Enganamo-nos, se nos persuadirmos que a obediencia de um grande povo é um objecto

tão simples, que para o conseguirmos bastará um artigo da constituição. O povo não se conduz por idéas abstractas; os trabalhos a que a maior parte se dedica e a falta de tempo e meios para se entregar a meditações profundas o poem na estrita necessidade de se guiar quasi sempre por sensações sómente; o seu grande mestre é o exemplo.

Portanto é necessaria uma certa illusão sensível, brillante e magesiosa, que facilmente mostre a preeminent dignidade daquelle que é a chave da aboboda do edificio social. É necessário que nós, sobre quem tem o povo os olhos, lhe ensinemos pelo nosso exemplo a reverenciar ao throno; pois este será o meio mais efficaz para conseguirmos a subordinação legal e evitar que a força physica que reside na massa não supplante a força moral e de todo a destrua.

O Sr. Carneiro da Cunha:—Eu voto pelo artigo. O negocio é de grande importancia, e como tal deve ser apresentado com toda a solemnidade ao chefe do poder executivo que também o deve ter em grande monta porque não pôde ser indiferente á felicidade da nação.....

Por outro lado cumpre mostrar que a representação nacional quer que se prestem todos os respeitos ao chefe do poder executivo; isto não degrada a assembléa; é pelo contrario uma consideração justa e necessaria.

Tambem ouvi dizer que havendo sempre um orador, este na deputação que levasse as leis nada tinha que dizer; mas eu não o entendo assim; elle pôde expôr ao imperante as razões que teve a assembléa para decidir sobre a sancção, e mesmo as que a determinarão a enviar-lhe a deputação; e penso que não é pouca a materia para um discurso.

Em sim, a primeira autoridade da nação é preciso ser tratada de um modo digno do seu alto cargo; isto lhe conciliará mais os respeitos dos povos, e a assembléa ganhará.....

O Sr. Vergueiro:—Eu não combatí a opinião de se conservar ao nosso monarca todo o explendor do throno; o que não admitto é que sejam necessárias as baixas homenagens que se prestam aos despotas, e que cimentam a escravidão nacional. Estou persuadido, como já disse, que o verdadeiro explendor do throno constitucional consiste na boa administração publica, e exacta execução das leis, e que não precisa de vãs ostentações para ser respeitado.

O Sr. Carneiro de Campos:—Eu tambem não quero que pratiquemos as humiliações e zumbaias que se fazem aos despotas. O respeito e a reverencia que eu exijo, não é incompatível com a dignidade e carácter nobre do homem livre. Tão longe está que a magestade do throno, os respeitos e honras que se lhe prestam, sejam só proprias do governo abso-

luto e alheias da monarchia constitucional, que bem pelo contrario todas essas honras conferidas ao throno formão, como eu já mostrei, um elemento politico desta forma de governo livre, porque compensão a falta de certas atribuições que não são proprias do monarca constitucional e neutralisão o menoscabo que disto poderia resultar aos oídos do vulgo.

Os ingleses tão zelosos da sua liberdade; que em todas as suas acções ostentão um carácter nobre e altivo, não se reputão abatidos pelas homenagens que prestão ao seu rei, porque considerão o explendor do throno, como uma imagem ou reflexo da dignidade nacional, e querem pelos respeitosos actos que praticão para com o chefe da sua união política, granpear-lhe a mais alta consideração das nações estranhas.

Fallárao os Srs. Andrada Machado e Ribeiro de Andrada; mas não se entendeu a tachygrapho.

Julgou-se a materia discutida; e o Sr. presidente propôz:

1.º Se passava o art. 1º de projecto: Venceu-se que sim.

2.º Se passava a 1ª parte da emenda do Sr. Vergueiro: Venceu-se também que sim.

Seguiu-se o art. 2º do projecto. (Veja-se a sessão de 26 de Junho.)

Depois de algum debate foi aprovado.

Passou-se ao art. 3º com as emendas dos Srs. Ribeiro de Andrada e barão de Santo Amaro. (Veja-se as sessões de 26 e 27 de Junho.)

O Sr. França:—Eu voto pelo artigo do projecto. Sua doutrina é consentânea com os princípios políticos da representação nacional em carácter constituinte; pela qual a assembléa tem o exercício da soberania, que não conhece outro poder estranho de quem seja dependente. A dependência de sancção que por ventura podem ter as leis feitas em uma assembléa puramente legislativa, não pode servir de regra para as leis feitas em uma assembléa constituinte.

Alli obrão os representantes da nação em carácter constituido, e consequentemente são regulados os seus actos legislativos pela influencia dos poderes que a nação quiz que interviessem na factura das leis; e uma vez constituido que o imperante tenha parte nella, obra-se aquillo mesmo que a nação quer; então a sancção não é em sua natureza senão a mesma vontade da nação, e não a vontade do imperante; elle exerceita então um direito delegado, e não um direito proprio: o que varia na hypothese da publicação das leis emanadas de uma assembléa convocada para fazer a constituição, e antes da publicação e juramento da mesma constituição; pois como não se achão ainda em tal caso reguladas as atribuições

precisas dos poderes políticos, cuja divisão é base reconhecida por essencial a todos os sistemas dos governos políticos representativos, requerer-se a sancção do imperante como rigorosa condição de dependência do seu arbitrio para se a lei publicar, é prevenir pelo facto um direito constitucional que ainda não está marcado; é concedermos sem discussão um ponto constitucional controverso, e que pode por ventura ser vencido da opinião contraria; pois bons fundamentos são produzidos pelos publicistas, que denegão ao poder executivo a sancção das leis ordenadas pelos corpos legislativos.

E' portanto por salvar contradições de princípios que eu voto e votarei sempre, que as leis feitas por uma assembléa constituinte, como é a nossa, independem de outra sancção que não seja a da mesma assembléa.

O Sr. Andrada Machado:—(Não se entendeu o tachygrapho.

O Sr. PRESIDENTE, por ser chegada a hora da leitura dos pareceres de comissões, declarou adiada a discussão.

O Sr. COSTA BARROS, por parte da comissão de marinha e guerra, leu o seguinte

PARECER

« A comissão de marinha e guerra vendo e reflectindo sobre a proposta do Sr. Andrada Machado para serem restituídas á sua patria as milícias de S. Paulo ora existentes no sul, e substituídas por milícias de outras províncias: E' de parecer que só ao poder executivo pertencem as remoções de corpos desta natureza, por fazerem elas parte das suas atribuições.

« Paço da assembléa, em 28 de Julho de 1823.—*Pedro José da Costa Barros.—José Arouche de Toledo Rendon.—Manoel Jacintho Nogueira da Gama.* »

Por haver quem quizesse fallar contra elle, ficou adiado.

O Sr. SECRETARIO FRANÇA disse que acabava de receber o boletim do cirurgião assistente a S. M. o Imperador, e passou a lelo:

« Sua Magestade Imperial continuou apassar bem. Paço da imperial quinta da Boa Vista, 28 de Julho (28º dia de molestia) 1823.—O cirurgião da imperial camara e assistente a S. M. o Imperador, *Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto*. »—Foi ouvido com muito especial agrado.

Leu depois um officio do ministro de estado dos negócios da guerra, do theor seguinte:

« Illm. e Exm. Sr.—Tendo eu comunicado a V. Ex. para conhecimento da assembléa geral, constituinte e legislativa do imperio do Brazil, em o meu officio de 15 do corrente mez, que o governo havia dado as necessarias providencias em attenção ao officio que V. Ex.

me dirijo da parte da mesma assembléa, relativamente á remoção da prisão de Pedro da Silva Pedroso; e tendo-se efectivamente procedido assim, mandando-se remover aquelle individuo da pequena e pouco decente prisão em que se achava na fortaleza da Lage, para outra maior, e mais decente, qual o quartel do almoxarife, tendo ao mesmo tempo a fortaleza por homenagem; julgou o governo ter preenchido os desejos da assembléa, pois que não se podia então do officio acima mencionado colligir que a intenção fosse a da remoção da fortaleza, mais sim da prisão em que nella se achava.

« Agora porém que do officio de V. Ex. de 23 deste mesmo mês se deixa perceber que a assembléa, ou fôra informada com menos verdade de que não se tinha dado sobre o objecto em questão a providencia promettida, ou que o que deseja é que o dito Pedroso seja removido não só da prisão, mas da fortaleza em que se acha para outra; mandou S. M. o Imperador, sempre propenso a melhorar a sorte dos seus seis subditos, expedir as convenientes ordens ao ministro da justiça, a cuja repartição se achão entregues este e outros prezos vindos de Pernambuco, pronunciados em devassa por crimes de alta traição, para que faça remover o prezo de que se trata para outra fortaleza igualmente segura, e que lhe offereça mais commodidades.

« Ficando pois dito que ao ministro da justiça está afecto o negocio de taes prezos, não constando por consequencia causa alguma na repartição da guerra a seu respeito, visto que nenhuma ingerencia têm nisso, é aquelle ministro, que na conformidade das imperiaes ordens, ha de fornecer à assembléa as noções precisas sobre a prisão de Pedroso, assim como sobre os seus papeis que reclama, e sobre que o governo mandou proceder ás necessarias averiguações, visto que não consta que precedesse ordem alguma para a aprehensão de taes papeis. O que tudo V. Ex. levará ao conhecimento da assembléa geral constituinte e legislativa do imperio do Brazil.—Deus guarde a V. Ex.—Paço, em 28 de Julho de 1823.—*João Vieira de Carvalho.*—Sr. Manoel José de Souza França ».—Foi remettido á comissão de legislação.

Leu finalmente outro do ministro de estado dos negocios da justiça, concebido nos seguintes termos:

« Illm. e Exm. Sr.—Participa-nre o ministro e secretario de estado dos negocios da guerra, em portaria de 14 do corrente, que exigindo a assembléa geral constituinte e legislativa do Imperio do Brazil informações circunstanciadas da prisão de Pedro da Silva Pedroso, havia respondido naquelle resma data que taes informações lhe serião comunicadas pela repartição da justiça.

« Expedi consequintemente a competente ordem ao corregedor do crim da corte e casa, e tendo-se este dado por suspeito, no dia 24 recebi do desembargador Luiz Joaquim Duque-Estrada Furtado de Mendonça, nomeado relator, a informação inclusa, à qual só devo acrescentar que o dito Pedro da Silva Pedroso, bem como outros réos militares, quando chegou de Pernambuco ficou preso á ordem daquelle ministro e secretario de estado, não constando na repartição da justiça, se elle esteve, ou não incommunicavel, nem se lhe forão apprehendidos os seus papeis e documentos; nem eu podia ter dado providencia alguma a este respeito, depois que a devassa foi remettida á vara do crim, porque nada me foi requerido tanto pelo réo como pelo sobredito magistrado. O que V. Ex. levará ao conhecimento da assembléa geral constituinte e legislativa. Deus guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 23 de Julho de 1823.—*Caetano Pinto de Miranda Montenegro.*—Sr. Manoel José de Souza França. »—Foi remettido tambem á comissão de legislação.

O Sr. PRESIDENTE:—Como a assembléa julgou ser precisa a nomeação de mais dous membros para a comissão de colonisação, vamos proceder á sua eleição.

Recolhidos os votos sahirão eleitos os Srs. Fernandes Pinheiro com 25, e o Sr. Carvalho e Mello com 24.

O Sr. PRESIDENTE assignou para a ordem do dia: 1º, o projecto da promulgação das leis: 2º, o projecto da confirmação das leis existentes.

Levantou-se a sessão depois das 2 horas da tarde.—*José Ricardo da Costa Aguiar de Andrade*, secretario.

RESOLUÇÕES DA ASSEMBLÉA

PARA CAETANO PINTO DE MIRANDA MONTENEGRO

Illm. e Exm. Sr.—A assembléa geral constituinte e legislativa do imperio do Brazil, aprovando o parecer da comissão de legislação, sobre o requerimento de José da Silva Pereira mestre e dono da escuna *Catharina*, e seu irmão praticante da mesma, no qual se queixão de estarem presos sem culpa formada há mais de seis meses na fortaleza de Santos, metidos no calabouço com os mais da equipagem, tendo-se-lhes apprehendido a referida escuna, com seus pertences, carga de sal, e dous negros escravos, e tomado seus papeis: manda remetter ao governo o referido requerimento para lhes deferir, fazendo-os soltar se não tiverem culpa, ou admitindo-los, no caso de a terem, a livramento ou justificação, perante as justiças da villa de Santos ou desta corte, para serem alliviados se forem inocentes, ou punidos sendo culpados. O que V. Ex. levará ao conhecimento de S. M. Imperial.—

Deus guarde a V. Ex. Paço da assembléa, em 28 de Julho de 1823.—*Manoel José de Souza França.*

PARA JOÃO VIEIRA DE CARVALHO

Ilm. e Exm. Sr. — A assembléa geral constituinte e legislativa do imperio do Brazil approvando o parecer da commissão de marinha e guerra sobre a proposta relativa á extincção do corpo de tropa estrangeira; manda participar ao governo que precisa a cópia do decreto e das condições com que foi criado o referido corpo, indicando o seu estado efectivo. O que V. Ex. levará ao conhecimento de S. M. Imperial.— Deus guarde a V. Ex. Paço da assembléa, em 28 de Julho de 1823.—*Manoel José de Souza França.*

Sessão em 29 de Julho

PRESIDENCIA DO SR. CAMARA

Reunidos os Srs. deputados pelas 10 horas da manhã, fez-se a chamada, e acharão-se presentes 65, faltando por doentes os Srs. Pereira da Cunha, Ferreira Barreto, Andrada e Silva, Teixeira Vasconcellos, Furtado de Mendonça, Teixeira de Gouvêa; e sem causa participada o Sr. Accioli.

O Sr. PRESIDENTE declarou aberta aberta a sessão, e leu-se a acta da antecedente.

O Sr. Andrada Machado:—Sr. presidente: noto uma inexactidão na acta; diz-se nella, que fôra apoiada a emenda do Sr. Vergueiro, quando só a 1^a parte o foi; requeiro pois que se reforme neste lugar.

O Sr. MUNIZ TAVARES:—A emenda do Sr. Vergueiro foi apoiada; não ha nada que reformar na acta.

O Sr. ANDRADA MACHADO:—O illustre deputado está enganado: e como se trata de um facto aqui passado pôde a assembléa decidir, porque ha de ter lembrança disto.

O Sr. VERGUEIRO:—Não ha dúvida; a 2^a parte da minha emenda não foi apoiada.

O Sr. FRANÇA:—A mesma verba posta na emenda diz que fôra apoiada sómente a 1^a parte.

Fez-se a reforma na acta, e foi aprovada.

Passou-se á 1^a parte da ordem do dia, que era o art. 3^o do projecto da commissão de constituição sobre a forma da promulgação das leis da assembléa constituinte, que ficará adiado na sessão antecedente.

O Sr. Rocha Franco:—Sr. presidente: ainda que a singularidade de opinião foi sempre olhada com odiosidade, nem por isso deixarei de emitir com liberdade a minha, embora a outros parça que abraço a nuvem pela deosa. Segundo o que alcanço, esta assembléa exerce funções de constituinte e

funcções de legislativa; distinção ou divisibilidade esta que resulta da distinção, ou divisibilidade dos objectos, em que podem assentar as suas deliberações.

Assim quando ella delibera sobre assumtos destacados da constituição, e que á esta não respeitam de ser constituinte, e se investe o carácter de legislativa. Ora, pelo que toca ás deliberações das assembléas legislativas quem ignora que os publicistas, se não todos, a maior parte delles as que fazem dependentes da sancção real? Que motivo ha pois para que neguemos ao imperante a sancção daquellas medidas, ou deliberações, que dimanarem desta assembléa *quatenus* legislativa? Não posso admitir distinção de fórmulas, onde a matéria é a mesma e uma mesma autoridade deliberante; nem algum dos illustres membros, que opinião o contrario, me fez ainda ver a razão de diferença entre esta assembléa enquanto legislativa, e as outras de igual carácter.

Disse um, é verdade, na sessão antecedente que não nos devíamos aventure a conceder hoje o que a constituição amanhã talvez haja de negar; mas por que havemos nós de negar o que é mais de presumir que ella venha a conceder? Não foi essa a linha de conducta desta augusta assembléa sobre a recente questão dos novos ministros de estado, em cuja nomeação conveio pela razão muitas vezes repetida de não haver alguma lei que o prohibisse? Depois disto, Sr. presidente, ha certas atribuições, ou predicados, que são immanentes, e como característicos das diversas fórmulas de governos.

Na monarchia absoluta o poder de legislar reside no monarca; nos governos democráticos esse poder é do povo; nos mixtos, como me affiguro o nosso, por isso que participa de um e de outro, de tal sorte deve pertencer para o povo que nello não deixe de ter parte o poder moderador, e esta parte não sei que possa ser outra senão a sancção. A mesma denominação de governo mixto está denotando a collaboração dos dous poderes.

Por ultimo, se me não é estranhável argumentar com um exemplo que nos toca de mais perto, a nação portugueza donde derivamos, e cujos usos e costumes forão até agora nossos, quando se tratava de constituir em nação livre não recusou ao seu primeiro monarca que tivesse parte nas suas leis primordiaes, não obstante ser outra a natureza do seu governo.

Outra vez nas côrtes de Coimbra quando em 1385 confirmava em rei o mestre de Aviz, sabemos pela historia que este recusou a sua sancção a um dos artigos das mesmas côrtes, porque decretarão que elle daria parte á nação logo que houvesse de tomar mulher.

Estas são em summa as razões que me

movem a votar contra o 3º artigo do projecto de lei, e que ao poder moderador se não denegue a sancção das deliberações, sobre que esta assembléa accordar enquanto legislativa.

O Sr. Vergueiro: — (Não se entendeu o *tachygrapho*.)

O Sr. Andrada Machado: — Na segunda discussão deste projecto de lei, eu combatí o seu 3º artigo, como contrario aos principios elementares do governo que nos rege; continuarei a combatel-o, sem que seja preciso mais do que fazer um summário do meu primeiro discurso, e mostrar que os argumentos nelle expêndidos subsistem ainda com toda a sua força.

Eu demonstrei primeiro que nós não vinhamos fazer a constituição de uma nação nova, que não tivesse ainda decretado a fórmula de governo, por que queria ser regida. Pois antes da nossa instalação, o Brazil no exercício imediato da soberania nacional havia já adoptado por unâme deliberação e vontade o governo monarchico constitucional. 2º. Que nestes termos não podíamos considerar esta augusta assembléa revestida da plenitude do exercício da soberania nacional, pois nela não se achavão concentrados todos os poderes soberanos.

A soberania reside na nação sómente, ella consiste na reunião de todos os poderes, a nação não delega senão o exercício delles; ella não nos delegou o exercício de todos, concedeu-nos simplesmente o exercício do poder legislativo com a comissão soberana e extraordinaria de formarmos a constituição do imperio do Brazil; e os poderes que recebemos por esta extraordinaria comissão não absolutos e illimitados, forão coarctados e restrictos á fórmula do governo já temos e que nos deve servir de base para a constituição. 3º Que tirando-se ao imperador a autoridade de sancionar as leis regulamentares ou administrativas que fizermos (pois destas e não da constituição é que tratamos aqui) excedemos os nossos poderes, alteramos infallivelmente a fórmula do governo monarchico constitucional, que a nação tem decretado e que nos deu por base que nós não podemos mudar.

Em prova desta asserção, rigorosamente deduzida dos principios que estabeleci e demonstrei, procedi a uma breve analyse das diversas fórmulas de governos, assim simples como mixtos, e pelo particular exame de graduação da influencia do chefe da nação no corpo legislativo dos governos representativos, mostrei que a característica propria, que distingue o governo monarchico constitucional dos mais governos mixtos consistia no poder inherente ao monarca de contrabalançar as resoluções do poder legislativo; de maneira que, tirada esta influencia que é tão essencial a esta fórmula de governo, que

qualifica, e fixa a sua natureza, elle deixará de ser monarchico, e se transformará em uma verdadeira republica, aristocratica ou democratica, ou finalmente mixta pela combinação de ambas estas fórmulas.

Procurei a origem desta influencia, e a encontrei na necessidade de um poder vigilante e moderador nos governos representativos. Mostrei que este poder, que, como atalha da liberdade e direitos dos povos inspecciona e contrabalança todos os mais poderes, para que se contenham nos limites marcados por sua mesma natureza, e não se tornem damnosos á nação, não forá desconhecido dos mais sabios legisladores da antiguidade. Que nas republicas elle devia estar separado do chefe da nação; mas que nas monarchias constitucionaes era delle inseparável, para o conservar na alta preeminencia, em que esta fórmula de governo necessariamente o coloca.

Forão estes os principios que desenvolvi na segunda discussão, e que ainda hoje me convencem da falta de poder que temos para tirar ao imperador a sancção das leis administrativas ou regulamentares que fizermos nesta assembléa.

Como efeito se a sancção ou a ingerencia que deve ter o monarca nas decisões do poder legislativo, lhe é tão inherente e essencial, que sem ella de monarca passa a ser um doge, um archonte ou consul, e o governo a que preside se transforma em uma republica, nós certamente excederemos os poderes que nos delegou a nação, sahiremos da órbita que ella nos descreveu, se decretarmos este 3º artigo.

A nação, depois de abolido o antigo governo e a sujeição em que estávamos a Portugal, proclamou imediatamente a monarchia constitucional; nós jurámos mantel-a; não podemos consequentemente tomar resolução que altere ou se opponha a esta fórmula de governo, já decretada pela soberania nacional.

Eu não reproduzi estes principios, senão para os pôr á face dos argumentos com que se pretende combatel-os. Eu já respondi aos argumentos deduzidos dos poderes constituintes desta assembléa, e de não se achar ainda estabelecida pela constituição a formula com que se hão de sancionar as leis.

Mostrei que o ser a assembléa constituinte não dispensava da necessidade do poder vigilante; referi o exemplo da assembléa constituinte de França, exemplo que tem toda a força, por ser aquella assembléa composta de homens, que ninguém lhe tem disputado muita sabedoria e o mais exaltado liberalismo.

Quanto a não achar-se ainda determinada a fórmula da sancção; eu já disse a maneira com que devíamos proceder, e até agora não se indicou inconveniente que nisso houvesse; o unico que com apparente fundamento se

poderia allegar de serem estas leis urgentes, perde mesmo a força apparente, se reflectirmos que nós não as declararmos urgentes senão para cuidarmos de as fazer já, empregando o tempo em que esperamos pelo projecto de constituição que está organizando a commissão; isto, é entendemos que convinha fazerem-se estas leis, e que as fizéssemos já para não estarmos ociosos; mas não as reputamos dc tal urgencia, que devessem quanto antes ser executadas.

Portanto não ha inconveniente em as concluir e reserval-as, para serem apresentadas ao imperador depois de jurada a constituição, a qual ha de infallivelmente determinar a maneira de serem sancionadas, e a formula com que devem ser publicadas.

Deste modo, que me parece o mais acertado, fica ociosa esta lei de formulario interino, e o que é muito apreciavel, se evitão conflictos e contestações entre os poderes legislativo e executivo, que não podem deixar de ser mui nocivas á causa publica.

Porquanto, se esta assembléa decretar este projecto de lei, porque entende que pôde fazer leis sem a sancção do chefe da nação, tambem este talvez se persuada que as não deve mandar executar sem as ter antes sancionado, porque se considerará esbulhado de um direito inherente á sua suprema dignidade de monarcha; direito que sendo-lhe conferido, não para ornamento e esplendor do throno, mas como uma garantia nacional, o constitue na estricta obrigação de o zelar e defender. E neste leigo quem será o juiz?

Outros mais argumentos se oppuerão ao meu discurso no progresso da discussão, delles referirei os mais notaveis, pois que todos forão produzidos com tal generalidade, que tomarão uma direcção tão paralella aos principios que estabeleci que era impossivel que os tocassem.

Um illustre deputado affirmou que não era essencial nas monarchias constitucionaes ter o monarcha o direito de sancção; porque segundo o seu parecer—*nada é essencial nestas matérias, tudo procede dos interesses dos povos, e da conveniencia que elles achão em tais e tais instituições.*—Convenho em que todas as instituições devem ter por objecto o interesse e conveniencia dos povos, porém ninguem dirá que qualquer fórmula de governo, que os povos tenham abraçado, como a mais propria ás suas conveniencias e felicidade, não tenha certas atribuições e qualidades que lhe são tão intimamente ligadas, que despojada dellas, ainda subsista a mesma e determinada fórmula de governo.

Se estas qualidades e atribuições determinão a natureza desta ou daquella instituição, como é possível que dellas se prescinda e não se reputem essenciaes? Eu demonstrei que a monarchia constitucional se distinguia das mais

fórmulas de governos representativos pela influencia que o monarcha tem no poder legislativo em grão tal que pôde contrabalançar a sua acção; seria pois preciso que o illustre deputado mostrasse que tirada essa atribuição ao monarcha, ainda podia realmente subsistir o governo monarchico constitucional.

Sei muito bem que havendo uma constituição, só ella é que marca as atribuições dos poderes e os seus limites; mas tambem sei que dada a fórmula do governo, della se podem deduzir, independentes da constituição, todas as atribuições essenciaes aos poderes que formão o governo. Sei mais que a fórmula do governo é a primeira base de uma constituição: e que a autoridade constituinte lomando o governo que ha de constituir como um principio fundamental delle deve deduzir as atribuições essenciaes dos poderes, como consequencias necessarias que dimanão da natureza do mesmo governo. Se as não declarar todas, a sua obra será manca, e se marcar algumas que não harmonisem com o governo adoptado, formará o monstro horaciano. Pelo que não é preciso que tenhamos a constituição para virmos no conhecimento que certas atribuições essencialmente competem ao supremo chefe da monarchia constitucional e que outras implicão com esta fórmula de governo. Se o argumento do illustre deputado valesse, tambem não poderíamos reconhecer as atribuições essenciaes que competem a esta assembléa como poder legislativo, porque ainda não existe a constituição que as ha de marcar.

Outro illustre membro parece querer prevenir esta illação, fazendo residir nesta assembléa como constituinte o *exercício pleno da soberania nacional.* Se o illustre deputado, a quem me refiro, entende pelo exercicio pleno da soberania a concentração dos poderes, engana-se certamente. Eu já demonstrei que nós não tínhamos senão o poder legislativo com a commissão extraordinaria de formarmos a constituição do imperio; os mais poderes não nos podião ser delegados, estando já distribuidos e depositados pela nação em outras mãos, muito tempo antes da nossa reuniao e instalação. Nós mesmos temos muitas vezes reconhecido que não possuímos a concentração de todos os poderes recusando tomar conhecimento de matérias proprias do poder executivo ou judicial, porque bem advertidos estamos de que não nos foi delegado o exercicio destes poderes. Esta decantada idéa da concentração dos poderes soberanos, nasce de outra igualmente erronea de residir a soberania na assembléa, quando aliás esta é inalienável e inseparável da nação, que verdadeiramente é a soberana. Se todavia chamarmos a esta assembléa soberana, não é certamente porque nella resida a soberania, mas porque exerce um poder soberano como o dc

legislar e de formar a constituição; no mesmo sentido se dá ao monarca o título de soberano, porque também exerce poderes soberanos, e tem de mais a mais a primeira e suprema dignidade na jerarquia política.

O Sr. Andrada Machado:—(*O tachygrapho João Caelano declarou que o orador fôra ao princípio tão rapido que o não pudera alcançar.*)..... Nada prova para mim o exemplo da França allegado pelo nobre deputado. Eu confesso as fuzes dos Srs. franceses, mas não sou cego imitador de exemplos alheios; deu-me a providência uma razão e a experiência também me não é de todo inútil; portanto não é sómente porque assim fizerão homens que se dizem sabios que eu julgo que devemos praticar o mesmo. Demais, os franceses virão que era perigoso apresentar sem alguma causa do antigo as novas instituições, e julgáro que uma vez que aparecesse o nome do rei os povos se sugeitarião de melhor vontade; foi pois uma razão política para que pegasse e produzisse melhor a planta exótica das innovações philanthropicas, e não porque se entendesse que os verdadeiros princípios assim o ensinavão. Também o nobre deputado argumentou com o que se praticou em Portugal, dizendo que se alli se não dera a sanção ao monarca fôra pela ausencia delle, achando-se o reino em orphandade, em cujo caso felizmente nos não achavamos; sobre isto eu perguntaria sómente se em Portugal não estava uma regencia com o poder executivo, e se não podia essa regencia fazer esse simulacro da sanção; não foi pois a orphandade quem determinou as cortes a negar a sanção ao rei, mas o conhecimento das verdadeiras razões para assim praticarem.

O Sr. Montesuma:—(Não se entendeu o tachygrapho.)

O Sr. Carneiro da Cunha:—Sr. presidente. Eu não me farei cargo de falar de todas as doutrinas que têm sido aqui expendidas pelos nobres preopinantes; vou limitar-me a algumas reflexões. Nós sabemos, e todos os que têm lido a historia sabem, as scenas deploráveis que vio a França..... tendo dentro em seu seio elementos oppostos, foi-lhe necessário, apesar da propagação das luzes, quando quiz formar as suas novas leis, conceder a sanção ao monarca pelos motivos que mui bem mostrou o Sr. Andrada Machado; mas que fizerão com isto? Bem desgraçado dom foi esse que concederão ao infeliz Luiz XVI! Foi dom que finalmente o levou ao cadasfalso. Sem essa prerrogativa elle se não teria opposto á lei sobre os bens dos emigrados o que lhe fez perder a confiança da nação e accendeu a luta dos partidos até á ultimas desgraças. Digo por isso, Sr. presidente, que o exemplo que se trouxe não tem applicação alguma ao estado em que nos achamos.... Eu não duvido nada da constitucionalidade do nosso monarca; vejo contudo que

dando-se-lhe esta sanção pode acontecer que alguns dos homens que elle chamar para junto de si lhe digão. — Senhor! Esta lei é perigosa e funesta, e destructiva das « prerrogativas de Vossa Magestade e por isso não deve sanccional-a» — e pode o monarca seguir este conselho; ora o povo que tem os olhos na assembléa e que julga ter escolhido homens para fazer a sua felicidade, se visse que o monarca se oppunha a uma lei que elle esperava remediar alguns de seus males, quem sabe a que excessos chegaria!

Ha portanto perigo em se lhe conceder esta sanção quando tratamos de nos constituir; e eu temo que julgando-se fazer um bem á nação não vá ser isto a causa de immensos males entregando-se nas mãos do monarca um poder de tão grave influencia nos destinos dos povos.

Não me convencem também os argumentos que se produzirão relativos á Hollanda, Veneza e Lacedemonia porque se apontão nações já constituídas, e não se diz o que elles fizerão em estado de organisação quando fundarão as suas primitivas leis; e por isso taes exemplos não podem servir para o caso presente. Quanto a dizer-se que nós somos procuradores da nação, e que não podemos exceder as forças da procuraçao, eu creio poder tirar daqui um argumento em meu favor, porquanto nas procurações dão-se todos os poderes que são necessarios para o procurador tratar dos direitos do constituinte e é precisamente o que fez a nação.

A nação deu-nos os poderes bastantes e necessarios para tratarmos de seus direitos e da sua felicidade (*apoiado, apoiado;*) as leis que fazemos são dirigidas, segundo entendemos, a beneficio da nação que nos delegou seus poderes; e se nós desempenhamos bem ou mal a confiança que teve em nós quando nos deu o exercicio de um poder soberano, ou quando formou esta assembléa soberana (o que é questão de nome) ella o dirá porque a ella só pertence a decisão, e a mais ninguem. Chamo-lhe questão de nome porque dizer-se soberana ou que exercita poder soberano é a mesma cousa, visto que tem quanto basta para fazer tudo.

Quando se apresentou este projecto, eu julguei, Sr. presidente, que até não houvesse discussão, por não haver ninguem que se lhe oppusesse: tão certo estou da opinião geral!

Apesar de que os povos do Brazil com quem tenho vivido ou conversado sejam ainda pouco versados em politica, e não haja delles um só que duvide da constitucionalidade do imperador, todavia ninguem achei de opinião que se lhe concedesse semelhante sanção. Não sei se isto succede por ser esta a opinião do tempo; mas vejo que é a opinião de um povo livre que tem desenvolvido em pouco tempo mui bons princípios de liberdade....

Por ultimo, Sr. presidente, até acho intempestivo que se trate esta matéria em uma assembléa constituinte.

Feitas estas reflexões que me suggerem os fracos conhecimentos que tenho sobre esta materia, não posso deixar de votar a favor do artigo que eu julgo necessário e político que se adopte; nem deixaria de votar assim ainda que eu visse (o que certamente não sucede) que seguia a assembléa inteira a opinião contraria.

O Sr. Ribeiro de Andrade: — Sr. presidente. Pondo de parte a questão sobre a sancção, que ao meu ver é estranha á materia de que agora tratamos, simplesmente tratarei do art. 3º para sustentar a minha emenda suppressiva. Eu pedi a suppressão do 3º art., porque julguci a sua doutrina extemporanea.

Pedi a suppressão do 3º art., porque vi apparecer nesta assembléa uma questão divisível em muitas outras, que são: — se o monarca deverá ou não ter sancção. — Se deve ter sancção nas leis constitucionaes. — Se deve ter sancção nas leis regulamentares. — Eu disse que esta questão era fóra de tempo, porque nós unicamente do que estamos tratando é do formulario, pelo qual se publicão as leis; e a oulra questão deve reservar-se para quando se tratar desta materia.

Disse um illustre deputado que as leis nenhum limite punhão á autoridade da assembléa; é por isso mesmo que peço a suppressão; porque, se não ha limite posto á autoridade da assembléa, se a assembléa tem todo o poder de legislar, para que debatemos agora uma questão inteiramente heterogenea á materia que se está tratando? Porque razão ha de a assembléa precipitar-se em sua decisão? Responde-se a isto — é porque o monarca talvez não queira sancionar. — Sr. presidente. No tempo oportuno a assembléa tomará em consideração, se as leis feitas na assembléa extraordinaria, devem ser sancionadas pelo monarca: então obraremos não precipitadamente, mas com aquella prudencia e sabedoria que deve caracterizar as deliberações da assembléa. Sr. presidente, nas relações individuaes á franqueza é mui louvável; mas aqui é conveniente extrema circumspecção; e até uma certa reserva é muitas vezes indispensavel nas assembléas deliberantes. Deveremos obrar de modo que o mundo inteiro diga: — Nenhum passo houve antecipado da parte da assembléa: firme nos principios de conducta que adoptou, só tratou das questões que tinham relação immediata com os seus necessarios trabalhos; e por isso só no tempo competente, quando foi obrigada por seus deveres é que tratou da materia da sancção, e declarou-se ella pertence ou não ao monarca. He assim que podemos fazer conhecer que procedemos com sabedoria, como é proprio desta assembléa...

Demais, Sr. presidente, em todas as reformas de governos ha certa ingerecia directa ou indirecta das mais nações; e poderia parecer aos olhos d'algumas, que reinava uma especie de

ciume entre a assembléa e o monarca, quando semelhante ciume não existe. Marchemos sempre coerentes com a verdade, para que se não presuma o que não ha, só por duvidarmos de materias antes do tempo proprio de as debater. Saiba a Europa inteira que de mãos dadas com o nosso monarca trabalhamos para levantar o edificio, que deve ser a base da felicidade dos brasileiros, e que de nenhum modo procedemos por principio de rivalidade. Insisto pois em que se suprima o art. 3º, que não pôde ter lugar algum neste projecto de lei.

O Sr. Montosuma: — Saiba a Europa, que a assembléa trabalha de commum accordo com o imperante. — São as proprias palavras de que usou o illustre preopinante; mas dellas deduso o contrario daquelle que lhe tenho ouvido. Sr. presidente: a assembléa, marcha firme e constante, porque no projecto de lei que deve marcar a mancira de promulgar as leis, diz. (*Leu o art.*) Se a assembléa não fosse franca, se assembléa não fosse firme, de certo não sustentaria um artigo destes; e longe de dizer os seus sentimentos, ardilosa os esconderia; conducta a meu ver sempre penosa, e sempre arriscada. (*Apoiado, apoiado.*)

A assembléa pelo contrario, obra com franqueza, e até parece que cada um de seus membros expressa os seus sentimentos com o coração na mão. A Europa Sr. presidente, não desconsolará de certo do estado do Brazil, porque vê o art. 3º do projecto que marca a forma de promulgar as leis; bem pelo contrario ella desconsolaria do estado do Brasil, se fosse outro o caminho que seguisse esta assembléa.

E' injurioso ás nações estrangeiras e á nossa nação o dizer-se que não se falla com a franqueza e segurança do homem de bem; e não tenho duvida em declarar que todas as razões expandidas pelo illustre deputado, o Sr. Martim Francisco, e que nenhuma força têm, só forão por elle offerecidas na falta absoluta de melhores para sustentar a sua opinião.

O Sr. França: — Eu levanto-me para combater a doutrina de algumas proposições que ouvi enunciar a um illustre preopinante. Principiou elle dizendo que nenhum membro desta assembléa se poderá persuadir de que ella é soberana, posto que se não duvida que a mesma exerce um poder soberano.

Isto ha mister de um esclarecimento: o motivo porqué têm grassado infelizmente contra a liberdade dos povos lantas doutrinas politicas absurdas, provém de se não definirem bem os termos, accommodando-se-lhes a principio significações vagas e indeterminadas, que ao depois se torcem e applicão a bel-prazer dos prejuízos, e preocupações vulgares do despólio. Eu entendo por soberania o direito que tem uma nação qualquer de se constituir e mudar a sua constituição, como, e quando lhe convier.

E' pois soberania um termo proprio da sciencia do governo que significa faculdade, virtude, poder, emsím direito exclusivo que têm os individuos de uma nação collectivamente considerados de estabelecerem a fórmula de governo, com que convencionão de ser regidos.

E ainda que tambem signifique por ventura a relação, lugar de ordem, primasia, preeminencia e superioridade que guarda o chefe da nação a respeito dos seus subditos, não é nesta significação que cumpre tomar o termo quando tratamos da acção dos direitos politicos: pelo que tão absurdo vem a ser chamar-se á assembléa soberana em razão de ordem ou jerarchia como chamar soberano o chefe da nação em razão de direito politico de constituir.

O chefe da nação é pois denominado soberano porque a nação o collocou no mais alto posto da jerarchia politica: a assembléa é soberana enquanto reunida representa a nação, e exercita um direito politico exclusivo, que só ella tem, mas não pôde por si mesmo exercitar.

Como em metaphisica porém se ganha sempre enredando o assumpto, servirão-se os māos politicos da homonya do termo para confundir a diferença dos significados, e assim fizerão atributo da realeza o que sempre fôra direito exclusivo da nação: e como se o mesmo fôra ser soberano em razão de ordem ou posto de jerarchia politica, que exercitar direitos de soberania inalienaveis, ou inseparaveis da massa da nação a quem competem; houverão por absurda e linguagem offensiva de pios ouvidos dar-se a uma assembléa constituinte o titulo de soberana e até desconhecerão a soberania da nação.

Eu todavia não tenho escrupulos disso. A verdadeira sciencia do governo é agora que principia a ser cultivada entre nós; convém pois definir bem, e distinguir as idéas para arredarmos de nós o erro e a confusão. Quando dizemos que uma assembléa é soberana, queremos dizer que exercita o direito da soberania da nação, o direito primitivo da convenção das sociedades o direito de constituir salvos certos principios: quando dizemos que o chefe da nação é soberano, não significamos nisso a mesma idéa: é outra coisa o que queremos dizer; isto é, que é o superior de todos os individuos dessa nação collocado por elles no mais alto posto da jerarchia civil: o termo soberano pois é homonymo; e não cumpre que a sua identidade identifique entre nós os diversos significados, como sucede entre esses māos politicos da escola do despotismo, que querem julgar das causas pelos signaes, em lugar de avaliar os signaes pela realidade das causas que elles representão.

Ouvi dizer ao illustre preopinante, talvez preocupado pela doutrina destes publicistas, que soberania não está na nação: e mais que esta nos não deu o direito de legislar. (Aqui interrompeu o orador, o Sr. Carneiro de Campos,

dizendo, *eu não disse tal!* e o orador proseguio.) Ouviria eu mal; mas vou seguindo os aportamentos que tomei do discurso do illustre preopinante.

Que a soberania, ou direito constitutivo reside na nação é principio que não sofre duvida, e os publicistas da opinião contraria laborão no equivoco que tenho apontado: já que nós estamos autorizados por nossos constituintes para legislar, nem só o provarei *a priori*, porque tal foi a intenção do povo quando explicitamente nos nomeou para um congresso ou assembléa constituinte e legislativa; como a *posteriori*, e pela razão de congruencia, pois a constituição nada mais é do que um systema de principios geraes de direito convencional, que não podem ser observados senão mediante as leis regulamentares que são a norma de se elles applicarem aos casos praticos: e não poderíamos ser commissionados de fazer uma constituição, sendo aliás inhibidos de lhes fazer as leis, de que depende a sua conveniente pratica. (Tornou outra vez a interromper o orador o Sr. Carneiro de Campos dizendo—*E' absolutamente inutil que o illustre preopinante continue com isto; porque eu tal não disse; seria preciso estar louco para o dizer*—e o orador continuou.) Disse mais o illustre preopinante — nós não somos uma nação nova—isto tambem necessita de ser esclarecido.

Se por nação nova se entende aquella que se compõe de hordas de homens selvagens, que saídos dos bosques se unem para formar uma e unica familia, ou sociedade politica, de certo não somos nós nação nova nesse sentido: mas se acaso se entende isso, como cumpre entender, de uma nação que quebrando todos os vinculos sociaes do direito publico que a ligavão, encela a carreira de uma nova convenção de um novo systema de governo, então digo eu que não só somos nação nova, se não muito nova, o velho direito publico dessa outra nação, com que por seculos permanecemos ligados desappareceu ao golpe da revolução pela qual proclamamos a nossa independencia; e não devemos ora caminhar com passo retrogrado para velhas instituições, que mal cação com os principios do novo governo do nosso paiz a que pretendemos dar conveniente fórmula, pela idéa archetypa do primitivo direito das nações, na infancia das sociedades politicas.

Se na pratica nos desviamos alguma vez do rigor desta lei natural, é porque imperiosas circumstancias nos forçao ao desvio dos principios; consultamos mais então as hypotheses da conveniencia geral, do que a maxima exactidão do raciocínio; mas não devem as excepções occasionaes fazer escala de regra em todas as nossas deliberações, prevenindo-nos com a pratica a hypothese de um direito constitucional que ainda não estabeleceremos. Argumentou o illustre preopinante com o exemplo da assembléa

da França no princípio da revolução daquelle paiz: mas que disparidade se não dá entre a sua e a nossa regeneração....

Por ventura revestimos nós a condição dos estados geraes da França convocados por Luiz XVI, pelo proprio rei dos franceses segundo o preexistente direito publico da mesma nação?...

Não certamente. Que havião pois fazer os membros da assembléa nacional da França depois que em uma só camara se reunirão com esta denominação os seus estados geraes?

Seguir á risca as leis do paiz, o seu direito publico estabelecido, emquanto por uma assembléa constituinte não fosse revogado. Não cumpre pois argumentar com o que fizerão os franceses nas suas circunstâncias: mas com o que farião se estiverão nas nossas.

As suas leis dependiam da sancção real porque esse era o direito publico, ou constitucional da nação: os franceses forão pois coerentes nessa parte de fazerem as suas leis dependentes da sancção real, assim como nós o somos agora em declararmos as nossas independentes da mesma sancção; emquanto na constituição se não marcar, e estabelecer essa dependencia; que bem pôde ser se admitta, mas que por ora não está admittida. Voto portanto pela deutrina do artigo do projecto.

O Sr. Henrques de Rezende:—Na segunda discussão eu falei contra a suppressão proposta deste 3º artigo, e disse as razões que me fundamentavão a isso; e não tinha tenção de falar mais. Todavia as razões que agora produzio o nobre autor da emenda suppressiva excitarão em mim idéas que eu não posso deixar de emittir.

Disse o illustre deputado que um povo tem de direito o poder incontestável de constituir-se, mas que de facto o não tem; porque os governos das nações vizinhas querem ingerir-se em as novas instituições; e trouxe por aresto os soberanos da Europa. E' sobre isto que vou falar, Sr. presidente!

Nós estamos em circunstâncias muito diversas: eu quizera que se declarasse ao mundo inteiro, que nós não fazemos, nem podemos fazer parte do sistema europeu. O Brasil pertence todo, e deve pertencer ao sistema americano: nenhuma pretenção podem, nem devem ter em nossas instituições esses governos da Europa.

Eu explicarei as minhas idéas para que as minhas palavras não sejam torcidas. As nações da Europa formão um sistema á parte: o seu direito publico dá azo a que os governos se queirão ingerir nas instituições dos seus vizinhos, porque taes serão elles, que possão contagiar os outros (dizem elles) que são interessados em que essas instituições sejam calcadas sobre certas bases; e dahi nascem as brigas e as aggressões. Mas nós estamos mui fôrta do alcance dessas pretenções; nós teremos com esses governos outras

relações, nenhuma porém que lhes dê direito a ingerir-se em nossas instituições.

Eu não fallo no que toca á monarchia, porque esse é o governo que tem adoptado, e continuará a adoptar o Brasil; mas esta monarchia será fundamentada em alicerces proprios do nosso terreno, e não sobre as mesmas instituições do sistema europeu, porque a experiência nos mostrará que essas plantas exóticas não podem prosperar em nossos climas.

Portanto aquelles governos não podem ser razão para suprimir-se este artigo 3º; eu quizera antes que elle levasse consigo todas as razões que aqui se têm allegado a favor delle. Para mim é incontestável que os decretos da assembléa constituinte não dependem da sancção imperial, por todas as razões que aqui se têm expendido: mas estas matérias políticas são novas para mim, e abaixo de mim ha ainda muita gente, para quem elles são ainda mais novas: é para instrucção dessa gente que esse artigo deve ir expresso no projecto: não é para o imperador, porque elle conhece perfeitamente a verdade desta doutrina: não é para os soberanos da Europa, porque além de que elles a devem tambem saber, nós a demais estamos ao abrigo das suas pretenções: é para aquelles que eu tenho ouvido e lido, que clamão — valha-nos a sancção imperial — é para elles, que deve ir este artigo como instrucção; e prouvera a Deus que elle pudesse levar consigo as razões!

Quem nos diz, Sr. presidente, que alguns não quererão metter em cabeça ao imperador, que elle pôde não sancionar!

Estou bem convencido que elle será inabalável a taes sugestões; mas para poupar-lhe esse trabalho, é que deve ir claramente este artigo. Nas legislaturas ordinarias elle deve, e ha de ler o direito de sancção; mas agora voto pelo artigo, e voto contra a suppressão.

O Sr. Maia: — Eu tambem sou de parecer que o artigo é expontaneo; e melhor seria para evitar desconfianças que se reservasse esta matéria para quando se legisasse propriamente sobre ella; mas como apareceu, e já tem sido objecto de discussão não posso convir em que se suprima. Eu nem se quer me lembro que o imperador deixasse por isso de promulgar as leis; porém seguindo os principios dos que pensão que as das assembléas constituintes não dependem de sancção, que para elles não temos que entender-nos com o imperante, mas sómente com a nação, julgo tambem necessário mostrar aos povos que conhecemos os seus direitos, que não nos acobardamos quando é preciso sustentá-los e que nunca recuaremos um passo quando se tratar de os defender.

Entendo pois que esta matéria já se não pôde deixar em esquecimento visto ter entrado em discussão; mas parece-me que o artigo ficará melhor com uma emenda que mandarei á mesa.

EMENDA

« Os decretos da presente assembléa serão promulgados sem dependencia de sancção imperial.—O deputado *Maia*. »—Foi apoiada.

Julgou-se a materia discutida ; e propôz o Sr. presidente :

1.º Se o artigo se supprimia.—Venceu-se que não.

2.º Se passava com a emenda qnd o qnd Sr. Maia.—Venceu-se que sim ; e julgou-se acojudicada a do Sr. barão de Santo Amaro.

Entrou em discussão o art. 34º com as respectivas emendas dos Srs. Muniz Tavares, França, e Carneiro da Cunha. (Veja-se a sessão de 27 de Junho.)

O Sr. Muniz Tavares :—Entre as emendas feitas a este artigo ha uma com o meu nome ; e é do meu dever declarar que ella não é mais do que a expressão dos sentimentos da comissão a que tenho a honra de pertencer ; todos os illustres membros della erão da mesma opinião ; o que fallava, e eu supro, é a declaração das quelles sentimentos.

O Sr. Vergueiro :—Como desejo que as expressões signifiquem as causas taes quaeas são, parcer-me que devem tirar-se as palavras — queremos e ordenamos — por que se faz entender por ellas que existe o que na realidade não ha ; e por isso proponho a seguinte emenda :

“ Que se suprimão as palavras — nós queremos e ordenamos. — *Vergueiro*. »—Foi apoiada.

O Sr. Montesuma :—(Consta da acta que oferecera tambem uma emenda que não fôra apoiada ; mas não existe o original, nem se acha registrada ; e na acta tambem o Sr. secretario Fernandes Pinheiro não aponta as primeiras palavras della, como faz fallando das outras ; o que prova que elle mesmo a não viu quando escreveu a acta. E por isso que não vai neste lugar transcripta.)

O Sr. Andrade Machado :—Eu não queria que no projecto se tratasse desta materia porque a constituição podia determinar causa diversa do que se estabelecesse agora ; mas... Quanto á emenda do nobre deputado o Sr. Vergueiro, eu já disse na 1^a discussão quando se fallou desta palavra queremos que ella podia conservar-se apesar da doutrina do art. 3º, porque a lei determina obediencia e obriga a querer a quem a executa ou observa ; e portanto quando neste caso o imperante diz querer, diz muito bem, porque elle sempre quer o bem da nação que se espera da lei que é a expressão da vontade geral... Concluo pois que se não falta á verdade com a expressão queremos, que por isso julgo dever ser conservada...

O Sr. França :—Se o imperante não tem sancção nas leis da presente legislatura como supõe o projecto, e por consequencia não ha

acto de vontade legislativa da sua parte, é expressão ociosa, ou antes contraria da idéa que significa o dizer — queremos.—A expressão que bem cabe, é dizer — mandamos — porque nella se enuncia o exercício de um poder proprio do imperante, que é fazer os subditos obedecerem á lei, ou á voz da vontade geral da nação emitida pelo orgão legitimo dos seus representantes, enquanto outra causa não determinar a constituição que se houver de fazer.

O Sr. Carneiro da Cunha :—Eu quando pedi que se suprimisse a palavra queremos foi para que ninguem ficasse em duvida se a lei era independente de sancção. Pareceu-me que conservada ella ficaria alguma cousa equivoca ; que poderia haver quem duvidasse se era ou não sancionada pelo imperante. Não tive outro motivo para pedir a suppressão.

O Sr. Vergueiro :—Nós não fazemos uma lei porque queremos, mas porque conhecemos que é necessaria ; logo, o melhor é apartar de nós toda a idéa dc arbitrio, suprimindo uma palavra que o indica. Além disto o poder executivo não tem parte na ordenação do decreto, logo, como havemos de pôr queremos e ordenamos? A assembléa deve evitar esta incoherencia, ou antes falsidade. Se a assembléa adopta o principio que os seus decretos em quanto constituinte não dependem da sancção do imperador, o que faz o poder executivo é só mandar a execução ; e portanto para ser coerente não pôde conservar taes palavras. Eis-aqui as razões porque requeiro a suppressão dellas.

Julgou-se a materia discutida, e o Sr. presidente propôz :

1.º Se o artigo passava tal qual estava redigido.—Venceu-se que não.

2.º Se passava a emenda do Sr. Muniz Tavares.—Venceu-se que sim.

3.º Se passava o additamento do Sr. França.—Passou.

4.º Se passava a emenda suppressiva do Sr. Vergueiro, com a qual ficava prejudicada a do Sr. Carneiro da Cunha.—Passou.

5.º Se com a reunião de todas as emendas vencidas passava a doutrina do artigo.—Venceu-se que sim.

Perguntou então o Sr. presidente :

1.º Se a assembléa julgava finda a 3^a discussão.—Venceu-se que sim.

2.º Se passava o projecto.—Resolveu que sim.

O SR. PRESIDENTE declarou que tinha dado a hora destinada ás indicações.

O Sr. Montesuma :—O estado das nossas relações com as potencias estrangeiras deve ter muita influencia nas nossas deliberações ; e eu já ouvi dizer a um illustre membro que se tinhão exigido do governo algumas notícias desta natureza end que nada por ora veio. Talvez se esperem mais circumstancias

para se remetter algum trabalho arranjado; mas como isto influe tanto nas nossas resoluções estou persuadido que o que ha deve ser apresentado sem demora, ou em sessão publica ou em secreta, como convier, porque ha cousas que não devem nem podem ser apresentadas em publico. Eu tenho feito sobre este objecto a seguinte

INDICAÇÃO

«Proponho que se torne a indicar ao governo apresente em sessão publica ou secreta, como convier, o que ha entre elle e os gabinetes estrangeiros, inclusive o de Portugal, sem que se esperem ultiores trabalhos. Paço da assembléa, 29 de Julho de 1823, e segundo da independencia e do imperio. — O deputado *Montesuma*. »

O Sr. França:—Como nesta assembléa ha uma commissão *ad hoc*, que ainda não teve exercicio, julgo que deve ser remettida a ella a indicação, para que interponha o seu parecer.

O Sr. Montesuma:—A materia é tão simples que me parece absolutamente desnecessario o ir á commissão. Que pôde ella dizer? Que sim, porque a assembléa pôde exigir do governo tudo o que lhe fôr necessario, e por isso acho inteiramente superfluo o ir á commissão.

O Sr. Andrada Machado:—Por bem da ordem, Sr. presidente, veja V. Ex. que se não pôde discutir a proposta sem se saber se é objecto de deliberação.

O Sr. PRESIDENTE propôz se a materia era objecto de deliberação, ou se devia ir á commissão *ad hoc*.

O Sr. Andrada Machado:—Mande-se á commissão que ella dará o seu parecer, e dirá se isto tem ou não lugar. Eu bem vejo que a tal indicação é tão simples que não precisa ser ouvida a commissão, mas vá só para nos liyrmos desta questão.

O Sr. Alencar:—Não concordo, porque acho que em todas as occasões devemos seguir o que manda o regimento. O regimento manda que as indicações tenham 2^a leitura, e que depois se proponha se é objecto de deliberação; portanto isto é que se deve praticar sempre. Mas aqui umas vezes seguem esta regra e outras não, de modo que é uma desordem. Apenas se propõe uma indicação, principia logo o debate sobre ella, sem se saber se é ou não objecto que a assembléa tome em consideração. Eu não sei de que isto sirva senão de perder tempo.

O Sr. PRESIDENTE propôz se a materia era objecto de deliberação.—Venceu-se que não.

O Sr. Montesuma:—Como eu já consegui o que queria, que era dar a idéa ao governo,

ainda que não vá é o mesmo. Eu tenho um projecto para oferecer, vou lhe-o, e depois diri as minhas razões.

«A assembléa geral constituinte e legislativa do Brazil decreta o seguinte:

«1.º Não pagarámos dízimos, e os outros direitos estabelecidos as safras de assucar, e demais productos da laboura da província da Bahia, oblidados nos dous annos de 1822 e 1823, em consequencia da ocupação inimiga feita pelas tropas lusitanas.

«2.º Não pagarámos igualmente decima na forma das leis que a tem regulado, as casas da cidade da Bahia, cujos proprietários, animados do verdadeiro amor da patria, desampararão a cidade, para no Recôncavo, e interior daquella província, se incorporarem aos defensores da patria; bem que não pegassem em armas; e isto se entenderá sómente ácerca da decima vencida nos dous annos de 1822 e 1823.

«3.º A junta da fazenda publica daquella província, entregará as quantias, que houver recebido deste objecto aos cidadãos, que se mostrarem competente, e plenamente incluídos na disposição do presente decreto. Paço da assembléa, 23 de Julho de 1823, e segundo da independencia e do imperio.—Francisco Gé *Acayaba Montesuma*. »

O MESMO SR. DEPUTADO:—Sr. presidente, que os povos da província da Bahia merecem toda a consideração desta assembléa, é incôveniente; que têm sofrido danos e incommodos incalculáveis, também ninguém duvida; portanto é quasi desnecessário falar sobre o projecto. A assembléa bem conhece que os proprietários das casas não têm recebido as rendas delas, e que portanto não podem estar sujeitos ao pagamento da decima. Quanto aos dízimos e mais direitos estabelecidos nas safras do assucar e outros productos de laboura, parece-me que é igualmente necessaria a medida indicada; menos que se ache justo que depois de tantos sacrifícios devão pagar tais direitos os que perderão seus fundos, e que padecerão tanto pela opressão inimiga.

Se lembrar a alguém que deste modo tiramos os meios da sustentação da província, eu responderei, Sr. presidente, que não é com o dízimo das safras, nem com a decima das casas, cujos proprietários as desampararão para sustentar a regeneração da nossa patria, que se hão de suprir as despesas publicas. Emfim é dever meu, advogar a causa da Bahia como seu deputado, como um dos representantes da nação, e porque fui testemunha ocular das calamidades daquella província; o projecto está submetido á consideração da assembléa, ella decidirá. Entretanto requeiro a urgencia, mas que não seja como a que teve lugar com outro projecto meu.—Foi apoiada a urgencia requerida.

O Sr. Souza e Mello:— Levanto-me para fallar contra a urgencia do projecto de lei do Sr. Montesuma, não porque a sua materia não seja muito attendivel, como eu confesso, mas porque me persuado que ha legiſlação existente por onde se podem bem remediar ou reparar os danos apontados no projecto: digo que ha legiſlação existente porque além do alvara de 7 de Junho de 1808 que não manda cobrar decima dos predios urbanos fechados sem habitadores, temos a ord. do liv. 4º tit. 27 sobre as esterilidades, que manda fazer o competente abatimento, ou alternativa sobre taes pagamentos lembrados, quando ocorrem os casos não esperados como exercito de inimigos. Em consequencia digo que a materia do projecto do Sr. Montesuma merece toda a attenção a favor dos honrados habitantes da província da Bahia, mas que não é necessaria nova legiſlação, porque a supracitada lheç deve ser proficia, recorrendo-se ás autoridades locaes que devem garantir a commodidade dos povos com as leis existentes, motivo este porque não me parece necessario o projecto de nova lei.

O Sr. Andrade Machado:— Eu não penso do mesmo modo que pensa o illustre preopinante que acabou de fallar; mas nem por isso me levanto para votar a favor da urgencia requerida. Não vejo necessidade de saltar, por causa deste projecto, os intervallos estabelecidos no regimento; não desejo que nos acostumemos a isto, porque reparo que não ha causa alguma para que não se peça esta urgencia. Por isso voto contra ella; mas não terei duvida de votar pela urgencia da competencia da materia quando se fizer a segunda leitura.

O Sr. ALMEIDA E ALBUQUERQUE:— Também acho que deve entrar em discussão pelo methodo ordinario.

O Sr. FRANÇA:— Não ha duvida, deve passar pela rolinha ordinaria que a lei estabelece, muito mais sendo certo que existem em vigor providencias dadas em lei que devem servir para este caso.

O Sr. Montesuma:— Sr. presidente, eu só digo que o negocio é mui serio. Ha duas safras e duas decimas vencidas, já se andão fazendo as cobranças, e obrigando-se pessoas miseraveis que gastarão o que tinhão nesta guerra. Isto é uma injustiça formal, nem della a livra a ordenação citada porque não tem applicação ao presente caso. Sr. presidente, na Cachoeira eu vi pessoas que ficarão reduzidas á ultima miseria, e que não ganhavão cinco réis, e por isso considero a ultima crueldade exigir-se de tal gente o pagamento desses direitos. Eis-aqui porque pedi a urgencia para ser sem demora discutido.

O Sr. Carneiro da Cunha:— Pelas mesmas razões que apontou o illustre preopinante é

que eu apoiei a urgencia. A cidade da Bahia tem sofrido males immensos, e todos os proprietarios de engenho têm igualmente padecido, e parece-me que isto merece a nossa attenção. Não serão dignos da consideração da assembléa povos que sacrificarão fortunas e vidas a favor da independencia da patria?

Será justo que depois de tantas perdas ainda sejam atormentados com essas cobranças?

De certo que não. Pois ao menos embaraçemos que sejam demandados, e novamente por este modo opprimidos, para pagarem o que não devem, porque se elles não lucraráo, se não tirarão interesse algum, como se pretende que paguem?

Eis-aqui porque votei pela urgencia, não posso ser indiferente á sorte desgraçada dos povos que tudo sacrificarão pela independencia do Brazil.

O Sr. MONTESUMA:— Pois tudo isso se reputa nada!

O Sr. PRESIDENTE propôz á votação a urgencia da materia: e venceu-se que, na forma do regimento, se imprimisse para ser debatida.

Fez-se depois a 2ª leitura da indicação do Sr. Vergueiro sobre sesmarias apresentada na sessão de 14 do corrente.

Resolveu a assembléa que fosse remettida ás commissões de agricultura; e que tambem se recommendasse ao governo que reforçasse as ordens anteriormente dadas a este respeito.

O Sr. SECRETARIO FRANÇA pediu a palavra para ler, na conformidade do que se resolvêra na sessão de 26 de Julho, a minuta do officio sobre o attentado commettido pela tropa em Porto Alegre; o como depois de feita a leitura houvesse quem quizesse fallar sobre ella, ficou adiada a decisão.

O Sr. PRESIDENTE assignou para a ordem do dia: 1º o projecto sobre a confirmação da legiſlação actual: 2º o projecto da lei marcial.

Levantou-se a sessão ás 2 horas da tarde.
— José Ricardo da Costa Aguiar de Andrade, secretario.

RESOLUÇÕES DA ASSEMBLÉA

PARA JOSÉ JOAQUIM CARNEIRO DE CAMPOS

Ilm. e Exm. Sr.— A assembléa geral constituinte e legislativa do imperio do Brazil manda recommendar ao governo o mais particular cuidado sobre a administração do correio, tomando as medidas que lhe parecerem mais proprias a evitar a violação do segredo das cartas, sempre sagrado nos governos verdadeiramente livres. O que V. Ex. levará ao conhecimento de S. M. Imperial.

Deos guarde a V. Ex. Paço da assembléa, em 29 de Julho de 1823.— Manoel José de Sousa França.

PARA CAETANO PINTO DE MIRANDA MONTENEGRO

Ilm. e Exm. Sr.—A assembléa geral constituinte e legislativa do imperio do Brazil manda participar ao governo, que achando-se felizmente restaurada a capital da província da Bahia, e ficando por isso sem efeito o decreto de 29 de Novembro de 1822, em que se ordenou que durante a dominação inimiga, se interpuzessem para a casa da supplicação desta corte os recursos judiciaes que deverião interpor-se para a relação da dita província, é indispensavel em beneficio das partes, que se expeção as convenientes ordens para que os sobreditos recursos tomem outra vez a direcção que se lhes dava antes daquella injusta ocupação. O que V. Ex. levará ao conhecimento de S. M. Imperial.

Deus guarde a V. Ex. Paço da assembléa, em 29 de Julho de 1823.—Manoel José de Souza França.

Sessão em 30 de Julho.

PRESIDENCIA DO SR. CAMARA

Reunidos os Srs. deputados pelas 10 horas da manhã, fez-se a chamada, e acharão-se presentes 58, faltando com causa motivada os Srs. Pereira da Cunha, Bastos, Ferreira Barreto, Accioli, Andrada e Silva, Carneiro de Campos, Marianno Cavalcanti, Furtado de Mendonça, Teixeira de Gouvêa e Rodrigues da Costa; e sem ella os Srs. Rocha Franco, barão de Santo Amaro, Paula e Mello e Carneiro.

O Sr. PRESIDENTE declarou aberta a sessão, e lida a acta da antecedente foi aprovada com uma pequena emenda.

O Sr. SECRETARIO FRANÇA leu o seguinte officio do ministro dos negocios da guerra:

« Ilm. e Exm. Sr.—Levei á presença de S. M. o Imperador o seu officio de 23 do presente mez que acompanhava a cópia do requerimento que João Ricardo da Cruz fez á assembléa geral constituinte e legislativa queixando-se de existir na fortaleza de Villegaignon preso e incommunicavel; e o mesmo senhor manda que eu informe a V. Ex a tal respeito, o que passo a fazer. Este preso veio com outros co-réos de Pernambuco pronunciado em devassa por crime de alta traição, e como tal ordenou o governo que fosse guardado com segurança como exigia o crime de que era accusado; mas jámais ordenou que fosse incommunicavel, como de facto não esteve. A sua prisão é uma casa com porta e janella baixa, aberla e sem grade, sobre o terrapleno da muralha, tendo por consequencia toda a communicacão, não sómente com a guarnição da fortaleza, como com as pessoas

que de fóra entrão. Ultimamente foi necessaria uma medida mais rigorosa a que deu lugar a sua irregular conducta de bebida e jogo; mas essa medida não passou de uma sentinella na porta, para não consentir a juntamentos dentro do quarto, nem entrada de bebidas espirituosas em demasia, mas de nenhuma forma cortada a necessaria e decente comunicação. Finalmente devo participar a V. Ex. que S. M. o Imperador tendo dado ordem para a remoção de todos estes presos, assim como a sua efectiva entrega á reparação da justiça, como já communiquei a V. Ex. nos meus officios de 15 e 28 do corrente mez. O que V. Ex. levará ao conhecimento da assembléa geral constituinte e legislativa.

« Deus guarde a V. Ex. Paço, em 29 de Julho de 1823.—João Vieira de Carvalho.—Sr. Manoel José de Souza França. » — Foi remetido á comissão de legislação.

Leu mais uma participação de mōlestia do Sr. Rodrigues da Costa.—Ficou a assembléa intencrada.

Passou-se á ordem do dia, que era o projecto sobre a confirmação das leis que têm regido o Brazil; e como na sessão de 16 de Julho tivesse passado o art. 1º com as emendas que se vencerão, parecia que devia entrar em discussão o art. 2º; mas lembrarão alguns senhores, que logo depois daquelle vencimento o Sr. Carneiro de Campos ponderára ficar incompleto o artigo se não se lhe acrescentassem—militares e ecclesiasticos—depois de negocios civis—, e que sobre as suas reflexões houvera debate que ficára adiado pela hora.

Requereu-se por isto a lição da acta daquella sessão, e consultada a assembléa resolveu-se que continuasse o debate adiado sobre a dita observação do Sr. Carneiro de Campos.

O Sr. PRESIDENTE quiz então propor a conciliação da redacção do artigo com a doutrina vencida; mas o Sr. Rodrigues Velloso pediu a palavra e mandou á mesa a seguinte

EMENDA

« Para por elles se regularem todos os negocios do interior do imperio.—O deputado Velloso. » — Foi apoiada.

Depois de algum debate foi posta a emenda á votação, e venceu-se que se substituisse na redacção o seu contexto.

Seguiu-se o art. 2º com a emenda do Sr. Andrada Machado, proposta na sessão de 7 de Julho, e que na acta do mesmo dia se diz pertencer ao art. 1º, mas que seu illustre autor declarou nesta ser do 2º.

(Ficaram alguns Srs. deputados; mas do tachygrapho não se pôde colligir nem qual foi a matéria da questão.)

O Sr. Maia mandou á mesa a seguinte

EMENDA

« Art. 2º Ficão igualmente valiosos todos os decretos publicados pelas cōrtes de Lisboa que não especificados na tabella junta. — O deputado *Maia*. » — Foi apoiada.

Julgou-se a matéria discutida, depois de algum debate; e o Sr. presidente propôz:

1º Se o artigo passava tal qual estava redigido. — Venceu-se que não.

2º Se passava a emenda do Sr. Andrada Machado salva a da redacção oferecida pelo Sr. Maia. — Venceu-se que sim, ficando portanto aprovada a redacção do mesmo Sr. deputado Maia.

Passou-se ao art. 3º com a emenda do Sr. Accioli. — (Veja-se a sessão de 8 do corrente.)

Houve um curto debate; e posto, depois deles, o artigo á votação foi suprimido.

O Sr. ARAUJO LIMA mostrando que seria melhor incumbir o exame dos decretos das cōrtes de Lisboa a uma comissão especial, do que á da legislação, como tinha lembrado o Sr. Andrada Machado na sua emenda ao art. 2º — ofereceu a seguinte

INDICAÇÃO

« Em lugar da comissão de legislação que propõe a emenda, seja uma comissão especial de tres. — *Araujo Lima*. » — Foi apoiada; e posta á votação foi aprovada.

O Sr. PRESIDENTE perguntou se a dita comissão seria nomeada por escrutínio; e a assembléa decidiu que fosse nomeação do Sr. presidente, o qual elegeu os Srs. Carvalho e Mello, Francisco Carneiro e Almeida e Albuquerque.

O Sr. LOPES GAMA também ofereceu a seguinte

INDICAÇÃO

« Proponho que se ordene ao chanceller-mór do imperio para que remetta uma tabella de todos os decretos das cōrtes de Portugal que por esta chancellaria passáram, e bem assim tantos exemplares quantos forem os ditos decretos. — O deputado, Lopes Gama. » — Foi apoiada.

Depois de algum debate resolveu a assembléa que se repetisse a ordem no caso de não ter vindo ainda a resposta da que já se tinha expedido.

Propôz então o Sr. presidente:

1º Se a assembléa julgava concluída a 3ª discussão. — Venceu-se que sim.

2º Se a assembléa sancionava o projecto com as emendas aprovadas. — Venceu-se também que sim.

Passou-se á 2ª parte da ordem do dia, que era a 2ª discussão do projecto da lei marcial.

O Sr. Andrada Machado: — Eu levanto-me para declarar que tendo votado a favor deste projecto, agora o abandono por não o julgar já necessário; a ocupação da Bahia pelos nossos inimigos m' o tinha feito adoptar; temia que o perverso general Madeira se servisse do decreto das cōrtes de Lisboa para multiplicar as desgraças naquella província, e por isso queria que usassemos dos direitos que em tal caso nos competiam para destruir seus infames projectos; mas o monstro já se ausentou do nosso território, e para tão longe vá que nunca mais saibamos dele, nem dos infames que o acompanhavão.

A vista disto, sendo o projecto uma medida meramente temporária, já o não julgo necessário.

Todavia eu conservaria talvez a sua doutrina desde o art. 14 por diante, por se referir aos que quizerem promover ou coadjuvar a união das províncias, ainda dissidentes á causa do imperio.

Nada se deve desprezar que mostre aos que pretendem algum cantilho do Brazil, que os brasileiros não de fazer todos os esforços para os expulsar do seu solo... que nenhum título autoriza os portuguezes a apoderar-se de um paiz que os não quer, que os não reconhece por irmãos, e que nunca mais os reconhecerá.

O Sr. Alencar: — Como a assembléa decidiu que o projecto tivesse 2ª discussão, julgo que só poderia ter lugar o que diz o illustre propONENTE, por mcio de uma indicação ou emenda em que se propuzesse a supressão de todos os artigos que não adopta.

O Sr. França: — Eu votei contra este projecto, e votarei sempre; mas apesar disso entendo que deve haver 2ª discussão porque a assembléa assim o determinou; é o que pede a ordem; e eu quererei sempre que nos não affastemos em caso algum das regras que devemos seguir.

O Sr. Henrques de Rezende: — Este projecto foi maduramente pensado, e depois de longa, e renhida discussão foi afinal admitido; como se quer agora que elle seja tão ligeiramente rejeitado?

Sr. presidente, este projecto não foi feito só para a Bahia, mas para todo o Brazil: é verdade que a Bahia foi evacuada pelos inimigos, mas o Pará, o Maranhão e o sul estão ainda subjugados: o decreto das cōrtes de Portugal subsiste, e pôde muito bem ser posto em prática nessas províncias: e se este projecto for agora rejeitado, que medidas tomaremos então?

Ficaremos com as mãos atadas?

De certo: porque o regimento diz que uma proposta rejeitada em uma legislatura não pôde mais ser proposta na mesma.

Demais a segunda parte não é para ser rejei-

tada inconsideradamente, porque não sabemos as transacções e os contraclos que leirão tido lugar nessas cidades e províncias ocupadas, em prejuízo dos subditos do imperio, e adherentes á nossa causa e sobre bens de emigrados pela adhesão á ella ; e é preciso ter isto muito em consideração.

Todavia para conciliar o meu parecer com o dos outros senhores, digo que este projecto fique por agora suspenso, e guardado no arquivo, para se fôr necessário entrav novamente em discussão ; e não fique inteiramente abandonado, para depois nos não vermos embaraçados com o regimento. E' este o meu parecer.

Fizerão-se mais algumas observações e julgando-se afinal discutida a matéria, propôz o Sr. presidente se devia progredir a discussão.— Venceu-se que sim.

Começou-se portanto pelo art. 1º.

O Sr. Alencar :—(Não o ouvirão os tachygraphos.)

O Sr. Henriques de Rezende :— Como se discute e se vota contra o 1º artigo, eu o sustentarei. Diz elle o seguinte. (*Leu.*)

Na primeira discussão eu vi que havia uma grande diferença entre este projecto e o das cortes de Lisboa. Estes legislarião contra povos que se revoltarão contra elles, e nós liamos legislar contra os povos que se não havião revoltado contra nós, mas que se supunha podessem revoltar-se : elles decretarão sobre cousas certas e nós legislariam sobre cousas em hypothese.

Como porém eu votei pelo projecto como represalia, propuz a este primeiro artigo a seguinte emenda (*Lei*), fundada em que, lendo os portuguezes legislado contra povos que se tinham unido a nós, para ser verdadeira represalia, nós devíamos legislar contra os povos que se tinham unido á elles.

Ora, isto posto, se se rejeita este artigo e consequintemente o projecto, qual será a nossa conducta no caso que eu supponho e que é muito provável ?

Que o Pará e Maranhão estão ocupados, é certo: que as tropas portuguezas sahirão da Bahia é igualmente certo: qual porém será o seu destino ulterior, é o que não sabemos. Pôde muito bem ser que se vão meter em o norte e que dalli persigão os amigos da nossa causa, e eis-nos outra vez precisando deste projecto, que entretanto não pôde mais ser admitido porque quasquer que seja o modo de pensar de outros senhores, para mim o regimento é bem claro em um artigo ha bém pouco vencido : por elle a proposta rejeitada não pôde mais ser apresentada na mesma legislatura, salvo se já d'agora querem derrogar o regimento.

Digo, pois, que se se admite a minha emenda, seja este projecto reservado, suspensa a discussão ; mas se a minha emenda é rejei-

tada, então voto também contra o 1º artigo do projecto.

Julgou-se a matéria discutida e passou-se ao artigo 2º, e depois sucessivamente a todos os mais do projecto até ao ultimo, mas passando-se sempre de um para outro na forma do regimento.

Feito isto, propôz o Sr. presidente :

1.º Se a assembléa julgava concluída a 2.ª discussão.—Decidiu-se que sim.

2.º Se o projecto passava á 3.ª discussão.—Decidiu-se que não, ficando portanto rejeitado.

O Sr. SECRETARIO FRANÇA pediu a palavra para lêr uns ofícios que disse tinha acabado de receber, e começou pelo seguinte do ministro dos negócios do imperio :

« Illm. e Exm. Sr.—Sendo presente a Sua Magestade o Imperador a consulta da mesa do desembargo do paço, de 10 do corrente mez, sobre o requerimento de Thomaz da Costa Alcâni Ferreira, em que por si e como procurador dos povos do sertão dos Geraes e Rio de S. Francisco da parte de leste pertencentes ao distrito e comarca do Serro do Frio, pretende que seja elevado á categoria de villa o arraial de Formigas do Rio-Verde.

« O mesmo augusto senhor me ordena que remetta a V. Ex. para ser presente na assembléa geral constituinte e legislativa deste imperio a mencionada consulta, por lhe competir a decisão do objecto de que trata.—Deus guarde á V. Ex.—Palacio do Rio de Janeiro, em 29 de Julho de 1823.—José Joaquim Carneiro de Campos.—Sr. Manoel José de Souza França. »

Foi remetido á comissão de legislação unida á de estatística.

Leu outro do mesmo ministro concebido nos termos seguintes :

« Illm. e Exm. Sr.—Sendo presente a S. M. o Imperador o ofício de 7 do corrente mez, em que V. Ex. participa que a assembléa geral constituinte e legislativa do imperio do Brazil tem resolvido que da chancellaria-mór se lhe remetta uma lista de todos os decretos das cortes de Portugal, que aqui se mandarão observar.

« O mesmo augusto senhor me ordena que envie a V. Ex. para ser presente na dita assembléa, a lista inclusa vinda daquella estação, em cumprimento das ordens que lhe farão expedidas a esse respeito.—Deus guarde á V. Ex.—Palacio do Rio de Janeiro, em 29 de Julho de 1823.—José Joaquim Carneiro de Campos.—Sr. Manoel José de Souza França. »

Foi remetido á comissão especial creada para formar a tabella das leis que devem ter execução neste imperio e resolviu-se também que se comprasse para a assembléa as integrais das mencionadas leis no caso de não existirem no competente arquivo da mesma assembléa. //

Leu por fim o boletim do cirurgião assistente de S. M. Imperial:

“ S. M. Imperial tem continuado a passar bem.

“ Paço da imperial quinta da Boa Vista, 30 de Julho de 1823.—O cirurgião da imperial camara e assistente a S. M. o Imperador, *Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto.* » Foi ouvido com muito especial agrado.

Por estar concluída a ordem do dia, declarou o Sr. presidente que se passaria á leitura de pareceres de comissões.

O Sr. LOPES GAMA, como relator da dc petições leu o seguinte

PARECER

“ A comissão de petições examinando o requerimento de Vicente Ferreira Ramos em que pede se lhe passe provisão vitalicia do emprego de despachante da alfandega de Pernambuco, é de parecer que não pertence á assemblea tal deferimento.

“ Paço da assembléa, 28 de Julho de 1823. — *Caetano Maria Lopes Gama. — D. Nuno Eugenio de Locio. — Estevão Ribeiro de Rezende.* » — Foi aprovado.

O Sr. SECRETARIO FRANÇA leu o parecer da comissão de fazenda sobre o requerimento de Antonio Joaquim Nogueira da Gama, que ficará adiado na sessão de 17 de Julho.

O Sr. FRANÇA:—O caso é este: o emprego foi criado com 400\$000 réis de ordenado; depois se lhe acrescentarão por diversos títulos, de uma vez 200\$000 e de outra outros 200\$, que ao todo prefazem 800\$000.

Ultimamente porém se ordenou que todos os empregados só continuassem a perceber os ordenados primitivos dos seus officios, com o que veio a ficar cessando a respeito deste empregado o vencimento dos que ultimamente se lhe fizera mercê.

O Sr. Ribeiro de Andrade:—Não ha dúvida; o ordenado primitivo era 400\$000 e foi depois ampliado por duas mercês com outros 400\$, a título de ajudas de custo.

Muitos outros empregados estão nas mesmas circunstâncias; bem que taes ajudas de custo são sempre temporarias e dadas em consequência de augmento de trabalho, devendo por isso terminar quando terminão esses trabalhos.

Cumpre demais advertir que os da junta da fazenda não são grandes e que portanto o vencimento de duas ajudas de custo é um abuso conhecido e que não pode continuar.

Estes abusos introduzirão-se com a vinda do Sr. D. João VI para o Brazil; uma multidão de empregados que de lá vierão vencem por títulos que então se reconhecerão legaes só porque erão assignados pelo chefe da repartição; porém isto não podia continuar-se na pratica.... (O resto não se ouviu.)

O Sr. Montesuma:—(Não se entendeu o tachygrapho.)

O Sr. França:—A generalidade com que se decretou a redução dos vencimentos dos empregados publicos á percepção dos primitivos ordenados dos seus officiaes sómente, é mui fiscal e fundada sobre a legitimidade, com que cumpre despenderm-se os dinheiros da fazenda publica: mas pôde na pratica talvez offendr a justiça daquelles que com bem fundado motivo requererão e a quem se concedeu accrescimo de vencimento por um título ou orden illegal do thesouro.

Eu tenho experiença de como nesta reparição abusarão os seus inspectores geraes, que hoje chamão presidentes, do titulo de tenentes immediatos á real pessoa, que a carta de lei de 22 de Dezembro de 1761 lhes conferiu.

Nada era mais usual do que verem-se estes senhores assignar provisões para se darem ou accrescentarem ordenados debaixo de diversos títulos de ajudas de custo, gratificação, ordenado pessoal ou outra qualquer denominação, ao mesmo tempo que para se pagar uma insignificante folha que constituia obrigação de dívida fundada do thesouro, era mister um decreto assignado do punho do soberano!

Daqui pois nasceu e devia por força nascor o mal de illegitimamente se perceber um ordenado, ou antes accrescimo delle, que com sobeja justiça muitas vezes se requererá e concederá.

O vicio em tal caso é do título do despacho e não do direito do empregado.

Bem creio eu que o patronato introduziu taes abusos, que devem ser cortados pela raiz; mas agora não tratamos nós do assumpto em these, senão em hypothese; isto é, se o vicio do título deve prejudicar por ventura o direito deste empregado.

E a justiça do vencimento e não a illegitimidade do título delle, a que deve influir na nossa deliberação, para se lhe conceder ou coartar os accrescimos do ordenado em questão.

Quanto ao primeiro accrescimo pois, de 200\$000, como se acha concedido por um decreto e tem por esse título boa presunção de direito, entendo que deve continuar, prefazendo com o ordenado primitivo a quantia de 600\$00; quanto ao segundo deve ficar suspenso até que se conheça do direito e justiça com que se concedeu para, ou ficar extinto na comprehensão do decreto geral ao dito respeito, ou legitimar-se com título competente.

Minha intenção é conciliar o reparo dos erros da antiga administração, com a justiça dos casos praticos, em que pôde ficar leso o direito do cidadão.

E nesta conformidade que voto sobre o parecer da comissão.

Julgando-se a materia discutida, pôz-se o parecer á votação e foi rejeitado.

Leu-se depois o parecer da comissão de marinha e guerra sobre a proposta do Sr. Andrada Machado relativa ás milícias de S. Paulo que também ficára adiado na sessão de 28 de Julho.

O Sr. Arouche Rendon: — Sr. presidente, eu também assignei o parecer da comissão, sobre o qual a assembléa não tem que oppôr.

Mas isto não impede que ella faça lembrar ao governo o fazer retirar aquella tropa, especialmente porque eu devo suppor que o presente ministerio ignora quando e como se fez aquella expedição: esta mesma assembléa o ignora; e por isso permitta-se-me o dizer o que sei como testemunha ocular e aquelle que a fez expedir debaixo das ordens do conde da Palma, então governador em S. Paulo.

Sua Magestade o senhor D. João VI em 1817 ordenou que de S. Paulo partissem dous corpos de milícias voluntários a cavalo com a promessa de que no fim de dous annos voltarião a seus lares; formarão-se os dous corpos, cada um de 4 esquadrões, ao todo 800 homens, que sahirão de S. Paulo para a villa de Santos em Agosto de 1817; marcharão voluntários; não forão em prisões.

Não se concluiu a campanha nos dous annos, que se julgarão então bastantes para limpar a campanha de Montevideó das tropas de Artigas, que a infestavão: mas ella ficou limpa no 3º anno, e com tudo não forão mandados regressar.

Eu culpo o ministerio passado até certa época: e só o desculpo desde que no Rio de Janeiro começaram as convulsões que os portuguezes nos mandavão com a sua constituição; e muito mais desculpo o ministerio presente, porque eu me acho nesta cidade desde 17 de Janeiro do anno passado e sei de todos os embaraços que tem tido o nosso imperador.

Aquella tropa hoje se acha mais ou menos reduzida á metade, por baixas, mortes, deserções, e porque em consequencia de representações se mandarão vir os casados e de facto vierão, á excepção de alguns que preferirão ficar.

Conclui que estes honrados milicianos merecem toda a contemplação da assembléa: elles têm sofrido muito e com o seu sangue fizerão desaparecer Artigas e seus sequazes.

O Sr. ALENCAR pediu a palavra para lêr a seguinte

EMENDA

« Que se mande que o governo tome as medidas necessárias para cumprir-se a promessa do governo antigo ácerca de milícias de S. Paulo que se achão na campanha do sul. — *Alencar.* » — Foi apoiada.

O Sr. ARAUJO LIMA igualmente ofereceu a seguinte

EMENDA

« Proponho que se peço informações ao governo sobre as milícias de S. Paulo e outras províncias, que forão mandadas para Montevideó acompanhadas das ordens que alli as mandão conservar. — *Araujo Lima.* » — Foi apoiada.

O Sr. Andrada Machado: — Apezar do que acaba de dizer o illustre preopinante não desisto do que avancei, que é vergonhoso para o ministerio ter peggado naquelles desgraçados milicianos para irem em outra província sustentar a guerra.

Eu creio que o nobre deputado não está bem ao facto do que aconteceu: forão arrancados e não voluntários, e ficarão pela maior parte os solteiros e sahirão os casados: assim se fazia tudo!

Já nas cōrtes de Lisboa, onde estiverão alguns dos meus collegas, propus que fossem restituídos ás suas casas esses infelizes milicianos, mas não forão attendidas as minhas razões. O governo fallou vergonhosamente á sua palavra; não tem desculpa alguma; não fez caso da sua obrigação, nem se lembrou de cumprir o ajustado. Accresce a isto que têm estado morbos de fome e de miseria; de sorte que apenas existirá metade dessa desgraçada tropa paulista. Portanto cumpra o governo a promessa, como é obrigação sua, e se acaso ainda ha na campanha do sul precisão de tropas, supra-se esta falta com outras. Eu offereço uma emenda concebida nos seguintes termos:

EMENDA

« Proponho que se diga ao governo que se cumprira a promessa dada pelo governo passado ás milícias de S. Paulo que marcharão para o sul, tomando em consideração a necessidade que haja de substituir a sua falta. — *Andrada Machado.* » — Foi apoiada.

O Sr. Arouche Rendon: — Seja qual for a resolução que tome a assembléa, é do meu dever lembrar mais que a província de S. Paulo além dos milicianos, lá tem a legião que antes tinha marchado com 1,000 homens, e na mesma occasião que marcharão os 800 milicianos também forão quatro companhias de guerrilhas levantadas na comarca da Coritiba da mesma província e composta de milicianos e paisanos, e que marcharão com a mesma promessa; sobre os quais também se deve fallar porque estão na mesma razão dos esquadrões.

O Sr. França: — Conheço com quanta razão se reclama ora por parte da tropa de S. Paulo o regresso da campanha a seus lares, mas não creio que se offendesse a justiça quando para ella forão nomeados os honrados paulistas. A sua situação proxima á província de S. Pedro devia precisamente induzir a deliberação do

governo em os fazer marchar em soccorro daquella fronteira: ou seja pela conveniente celeridade de acção, ou mesmo por forrar maiores despezas ao estado, ou já pela analogia do serviço de campo, em que são adestrados os moradores destas duas províncias convisinhas. Seja o que for; a disposição e emprego da força armada é reconhecidamente do governo: a illustre comissão sobre este princípio deu o seu parecer, e eu entendo que deve ser seguido. Ao governo se devem expôr as razões que assistem a esses honrados cidadãos, que por tanto tempo têm servido longe de sua pátria e famílias, assim de que sejam revezados e substituídos de tropa tirada de outras províncias. No caso de queixa contra oppressão feita pelo mesmo governo ao dito respeito terá lugar conhecermos deste assumpto: por ora não. Voto pois pelo parecer da comissão.

O Sr. DIAS igualmente mandou á mesa uma emenda do theor seguinte:

EMENDA

« Proponho que se officie ao governo para que pagando em prompto o soldo vencido aos milicianos de S. Paulo, existentes na província Cisplatina se lhes prestem gratificações sufficientes para ultimarem aquella campanha. — *Dias.* » — Foi rejeitada.

O Sr. VERGUEIRO: — Sr. presidente, esta expedição foi tão despetada e barbara que é preciso estar bem convencido das inconsequências que caracterisavão o antigo governo para não julgar que mui de propósito se teve em vista affligr aquella província. Mandou-se que salissem 800 milicianos para uma distancia de centos de leguas, e quando se considera que isto se verificou, a primicira causa que lembra é a desgraça de 800 famílias, porque quasi todos erão casados, como muito bem disse o Sr. Antonio Carlos.

Diz-se que forão voluntarios: não é assim; eu nunca chainarei voluntarios a homens que forão dar os seus nomes com o receio de violências; estou certo que ninguem acreditará que voluntariamente 800 homens estabelecidos e com famílias, largassem suas casas para ir lançar fóra de outra província tropas inimigas; e acresce a isto que alguns até forão em correntes. Seguiu-se depois o engano do governo promettendo-lhe que voltarião aos seus lares depois de dous annos, e conservando-os fóra delles até agora. E não mercerá isto a consideração desta assembléa, como garante dos direitos e da liberdade dos cidadãos, para dar algum remedio a tão grande violencia?

Diga-se pois a este governo que repare a injustiça do antigo, que não cuidou em cumprir a promessa, e que mande vir esse resto que ainda por lá existe, depois de sofrer toda a especie de calamidades. Não acho nesta medida inconve-

niente algum, e julgo que o governo não ha de tratar com indifferença este negocio.

Por ter dado a hora e haver quem mais quizesse falar ficou a discussão adiada.

O Sr. PRESIDENTE assignou para a ordem do dia: 1º, a primicira discussão do projecto para um tratado de educação; 2º, a primeira discussão do projecto sobre os empregados publicos da Bahia.

Levantou-se a sessão ás 2 horas da tarde. — *José Ricardo da Costa Aguiar de Andrade*, secretario.

Sessão em 31 de Julho

PRESIDENCIA DO SR. CAMARA

Reunidos os Srs. deputados pelas 10 horas da manhã, fez-se a chamada, e acharão-se presentes 63, faltando com causa participada os Srs. Pereira da Cunha, Ferreira Barreto, Accioli, Rocha, Teixeira de Gouveia, e Andrade e Silva; e sem ella os Srs. Duarte Silva, Paula e Mello e Carneiro de Campos.

O Sr. PRESIDENTE declarou aberta a sessão, e lida a acta da antecedente foi aprovada.

O Sr. SECRETARIO FRANÇA leu o seguinte officio do ministro dos negocios da guerra:

« Illm. e Exm. Sr. — Remetto a V. Ex. para conhecimento da assembléa geral, constituinte e legislativa do imperio do Brazil, a inclusa cópia do decreto da criação do corpo de estrangeiros, plano da sua organização e mappa da força efectiva, que por officio de 28 do corrente, que V. Ex. me dirigiu, forão pedidos ao governo de Sua Magestade o Imperador, tendo só de acrescentar que para aquella criação não preccederão condições algumas.

« Deus guarde a V. Ex. — Paço, em 30 de Julho de 1823. — *João Vieira de Carvalho*. — Sr. Manoel José de Souza França. » — Foi remetido a comissão de guerra.

Leu mais tres officios do ministro dos negocios do imperio concibidos nos seguintes termos:

« Illm. e Exm. Sr. — Sendo presente á Sua Magestade o Imperador o officio de 7 do corrente mez, em que a augusta assembléa geral constituinte e legislativa do imperio do Brazil manda participar ao governo que precisa, para o acerto de providencias relativas á instrucção publica, que lhe sejam transmittidas as convenientes informações sobre as escolas e estabelecimentos litterarios que ha nesta corte e nas províncias deste imperio: o mesmo augusto senhor me ordena que remetta a V. Ex., para serem presentes á assembléa, as inclusas informações sobre os referidos estabelecimentos, que se achão subordinados ás secretarias de estado dos negocios da guerra e marinha, ao director da academia

medico-cirurgica e ao inspecor geral dos estabelecimentos litterarios existentes nesta corte, as quaes informações são as unicas, que alé agora têm sido enviadas á secretaria de estado dos negocios do imperio, e se remetlerão todas as mais á proporção que se forem recebendo, cm cumprimento das ordens que se expedirão a esse respeito.

« Deus guarde a V. Ex. — Palacio do Rio de Janeiro, em 30 de Julho de 1823. — *José Joaquim Carneiro de Campos.* — Sr. Manoel José de Souza França. » — Foi remettido á commissão de instrução publica.

« Ilm. e Exm. Sr. — Tendo a camara da villa da Cachoeira dirigido á augusta presença de Sua Magestade o Imperador a cópia da acta a que procedeu sobre a apuração final dos votos que obtiverão os deputados eleitos pela província da Bahia para a augusta assembléa geral constituinte e legislativa deste imperio ; o mesmo senhor me ordena que remetta a V. Ex. a mencionada acta, assim de a levar ao conhecimento da referida assembléa.

« Deus guarde a V. Ex. — Palacio do Rio de Janeiro, em 30 de Julho de 1823. — *José Joaquim Carneiro de Campos.* — Sr. Manoel José de Souza França. » — Foi remettido á commissão de poderes.

« Ilm. e Exm. Sr. — Sendo presente a Sua Magestade o Imperador o officio da camara da villa de Aquiraz, de 12 de Dezembro do anno proximo passado, dirigido ao ex-procurador geral da província do Ceará, acompanhando uma memoria sobre os diferentes artigos que exigem providencias para se ocorrer ás necessidades dos povos daquelle distrito : o mesmo augusto senhor me ordena que remetta a V. Ex. para ser presente na augusta assembléa geral constituinte e legislativa deste imperio o mencionado officio, visto pertencer-lhe a decisão de alguns dos objectos de que trata.

« Deus guarde a V. Ex. — Palacio do Rio de Janeiro, em 29 de Julho de 1823. — *José Joaquim Carneiro de Campos.* — Sr. Manoel José de Souza França. » — Foi remettido á commissão de legislação.

O MESMO SR. SECRETARIO participou ter recebido uma felicitação á assembléa dirigida por Joaquim Gonçalves Ledo, e outra do governador interino das armas da província de S. Paulo em nome do corpo militar daquella província. — Forão ambas recebidas com agrado.

O SR. SECRETARIO COSTA AGUIAR anunciou que fôra novamente entregue ao Sr. presidente a memoria de Felisberto Ignacio Januario Cordeiro que se tinha mandado restituir a seu autor para o reconhecimento, que não trazia, da assignatura, na fôrma do regimento, e que vinha agora satisfeito. — Foi remettido á commissão de agricultura.

Passou-se á ordem do dia, cuja primeira parte

era o projecto da commissão de instrução publica para a formação de um bom tratado de educação. (Veja-se a sessão de 16 de Junho.)

O SR. CARNEIRO : — Sr. presidente, eu creio que este projecto não pôde ter lugar por ora, porque um tratado de educação para a mocidade brasileira só pôde ser perfeito depois de acabada a constituição e estabelecidos os principios da moral publica e liberdade política da nação ; nós devemos tratar de fazer educar cidadãos verdadeiramente livres e capazes de sustentar o sistema representativo que está proclamado. Depois disso acho desfeituoso o plano, porque marca restrictamente que o autor seja um cidadão brasileiro, podendo suceder que haja um homem, aliás bem capaz de fazer um bom tratado de educação, e que não seja cidadão.

Finalmente considero-o igualmente desfeituoso pelo premio que determina ou offerece, o qual sendo na verdade capaz de estimular e satisfazer a muitos homens, não abrangeá todavia a todos. Homens haverá que estarão em circunstancias de receber recompensas pecuniarias, e aos quaes as honras servirão de peso antes que de recompensa. E fallando nessas expressões que ocorrem no projecto acharia melhor que, invertendo-se a ordem delas, se puzesse *intellectual* antes de *moral* ; porque o *intellectual* é sempre anterior ao *moral*.

O SR. ANDRADA MACHADO : — O nobre deputado fallou fôra da ordem. Por ora não se trata dos desfílos que pôde ter o projecto ; trata-se unicamente de decidir se é ou não vantajoso um tratado de educação. Sobre isto é que o illustre deputado devia fallar, e é o que não fez. Embora elle não seja completo ; para isso nós aqui estamos ; o que não estiver bem feito emende-se ; mas regeitá-lo por este ou aquelle lugar, não acho proprio : dos artigos em particular falla-se na segunda discussão. Quanto ás idéas que expôz o nobre deputado não posso deixar de lhe dizer que me parecerão um tanto escravas, e por isso sempre direi sobre elas alguma cousa.

Eu sou inimigo de bitolas dadas, ainda que seja por autoridade publica, para seguir este ou aquelle sistema de idéas ; quero que se instrua a mocidade, mas não que a forcem a crer. A educação regula-se por principios geraes de moralidade humana, sejam quaes forem os principios que adoptamos não devemos mandar que se instrua o povo por esses principios, porque se dermos uma bitola de pensar para todo o cidadão brasileiro seguir, corremos um grande risco. As doutrinas ou principios geraes que estabelecermos agora podem ser muito imperfeitos, direi até que hão de sê-lo por força, porque são muito imperfeitos os legisladores ; logo não devemos antecipar-nos a marcar limites, como se o que fizessemos não pudesse ser melhorado.

Razão e moralidade são as guias principaes na educação e as que se devem seguir na da mocidade brasileira. Os que formarem o plano de educação não precisão esperar que nós declararemos os nossos dogmas politicos como por temerem cabir em alguma heresia política; não lhes deve fazer bulha esse receio; as heresias têm sido muito utcis para aperfeiçoar a verdadeira religião, e também são boas para o esclarecimento das doutrinas sociaes que chegarão assim a maior apuro.

No mais concordo com o illustre deputado, realmente honra só não basta a quem é pobre, a remuneração pecuniaria é precisa para que se não converta em mal o bem que se lhe pretende fazer. Como se fallou fóra da ordem, também fallei fóra della. Voto que passe á 2^a discussão.

O Sr. Ribeiro de Andrade:—O programma apresentado a esta atigüia assembléa encerra tres cousas: 1^a, o conhecimento da necessidade de educar a mocidade brasileira; 2^a, o trabalho exigido para se formar um tratado de educação; 3^a, o juiz que ha de avaliar esse trabalho..... Sr. presidente, nada ha mais lisongeiro para uma sociedade do que a boa educação da sua mocidade; um povo bem educado é quasi synônimo de povo livre, bem governado e rico; e o mal educado é igualmente synônimo de povo desgraçado, pobre, e sujeito ao jugo do despotismo. Eis o que a comissão teve em vista quando formou o projecto; entendeu que o Brazil não poderia ser feliz enquanto não fosse bem educada a mocidade brasileira. A comissão perguntou a si mesma— de que serviria um plano de alta instrução, se os corpos estiverem languidos e fracos, os entendimentos não formados, e os corações pervertidos? E respondeu— será o mesmo que querer vegetação e grande crescimento em plantas quasi mortas.— Reconheceu pois que era indispensavel um tratado de educação phisica, moral e intellectual; e então lembrou-se dos que se têm formado em diferentes nações do mundo, mas não os achou perfeitos, nem proprios para se applicarem á nação brasileira, porque cada paiz tem as suas leis e costumes particulares.

Entendeu antes que um tal tratado só podia ser feito por um compatriota, de longa residencia no paiz; e eis-aqui porque assentou que o fizesse um cidadão brasileiro. Passou depois a ponderar qual seria o premio arbitrado para um tal trabalho, e pareceu-lhe que a recompensa pecuniaria não incitava homens livres, e que além disto por mais rica que seja uma nação é sempre pobre para recompensar um trabalho como este.

Julgou portanto que a unica recompensa digna scrião as distincções honoris; mas também viu ao mesmo tempo que elas tinhão perdido o seu valor por se haverem concedido á riqueza, ao favor, e á influencia, e que não teria meio de remuneração se não houvesse ainda uma

unica illeza do contagio, que é a ordem instituida para recompensar serviços feitos ao Brazil, e por isso a escolheu.

A' vista desta razões que determinarão a comissão e que me parecem solidas, julgo dever passar á 2^a discussão o projecto, por sua manifesta utilidade.

O Sr. Carneiro:—Sr. presidente, eu pedi a palavra para fazer uma declaração, e para repelir a affronta que se me ha feito.

Quanto á declaração não quero que se entenda que eu me oponho a que se cuide na educação publica, e mesmo que em tempo competente se proponha o programma de que trata o presente projecto: a necessidade da educação é por si tão evidente que seria o maior dos absurdos a pretenção de a combater, muito mais da minha parte, que sendo por muitos annos encarregado da instrucção da mocidade, do que ainda hoje me não honro menos que da magistratura que exerce, tive muitas occasões de convencer-me da grande importancia deste objecto, eu só disse, e assim quero se entenda, que um dos defeitos do projecto era ser antecipado.

Nós somos chamados para fazer a constituição, o actual sistema de educação é na verdade muito imperfeito e desfeituoso; mas concluamos aquelle trabalho, e ajustemos depois a elle a reforma da educação. Estou persuadido, como já indiquei, que o plano da educação deve ser tambem relativo ao principio de cada governo e sua constituição politica, até mesmo a algumas leis civis mais importantes; não pôde ser a mesma educação em um governo livre, ou em um governo absoluto, na pura aristocracia, ou democracia, ou na monarchia temperada: eu queria para perfeição e prosperidade da geração que se educa e para segurança e permanencia do sistema que havemos proclamado que a mesma constituição, ou um cathecismo politico, e ainda legal, fizesse parte da assidua instrucção da mocidade; daqui nasceria uma maior estabilidade nas nossas instituições, e um maior respeito a certas leis, que por serem pouco familiares e conhecidas muitas vezes se quebrantão.

Esta doutrina é corrente, e não sei como ella tenha podido parecer estranha: Montesquieu diz muito bem que « se o povo em geral tem um principio, as partes que o compoem o terão tambem, e que as leis de educação serão pois diferentes em cada especie de governo ». E assim deve necessariamente ser, porque no mundo phisico, como no moral, todos os entes devem ser ligados por nexos apropriados aos fins dos systemas de que elles fazem parte, aliás seguir-se-ha a dissolução e a desordem.

Ora, á vista do que tenho dito fica patente a injustiça da affronta que se me ha feito, querendo-se-me por este motivo tachar de escravo;

imputação que me não quadra, e com a qual pugna o testemunho de toda a minha vida.

O nobre deputado o Sr. Andrada Machado declara-se contra qualquer bitola e dogma; mas se por bitolas e dogmas se entendem regras e verdades, como parece que inculcação aquellas expressões, eu não entendo que sem principios certos, verdades e regras se conceba plano ou sistema algum razorado de educação. « Quesquer que forem os nossos principios, diz o nobre deputado, não devemos mandar que se instrua o povo de nossos principios, pelo contrario etc. razão e moralidade são os principios geraes da educação ».

Eu não posso capitular com tanta generalidade e abstracção, e muito menos com a idéa de se não dever instruir o povo com os principios que ficarem estabelecidos por nós: concordo em que sejamos legisladores imperfeitos, nem nas cousas humanas ha perfeição absoluta; tambem imperfeitos serião sem duvida os primeiros fundadores da liberdade ingleza, atento o atrazamento do seculo em que viverão, mas estou certo que elles não dirião outro tanto, nem dezejarião que o povo se instruisse só com principios vagos, como quer o nobre deputado, e sem relação aos da sua magna carta e outras suas leis captaes. Eu sei que as constituições não são eternas, porque tudo se altera e perece com o andar do tempo; mas deixemos ao tempo o que é obra delle; e então a nossa prosperidade cuidará tambem em apropiar novos planos de educação a essas novas mudanças.

Entretanto nada obsta a que ponhamos todos os meios para fazer que a nossa obra seja a mais permanente que ser possa: essa educação genericia e desligada de nossas instituições fará homens dispostos para todos os systemas, uma especie de massa flexivel apta a receber todas as impressões, e portanto muito proprios tambem para o despotismo e escravidão.

E' o que eu não quero, depois de havermos tido a ventura de podermos estabelecer as bases de nossa futura grandeza: e finalmente se o nobre deputado assenta que isso basta, desses tratados genericos e abstractos estão as bibliothecas cheias, mande a assembléa traduzil-os, e escusado é gastarmos o dinheiro e honras para premios extraordinarios.

O Sr. Andrada Machado:—O nobre deputado enganou-se; eu não lhe chamei escravo, disse sómente que as idéas do illustre deputado pareciam um tanto escravas. Quanto ao que disse a respeito de amor de liberdade, devo advertir que o nobre deputado ainda se não viu em risco de vida por ella, e portanto tambem se não podem avaliar bem os seus sentimentos a esse respeito, ainda que para mim me mereçam o melhor conceito.

O Sr. CARNEIRO:—As gazetas da Bahia, do

tempo dos nossos oppressores, fallão por mim, Sr. presidente.

O Sr. ANDRADA MACHADO:—Sei que se retirou da Bahia, mas isto não prova o que se pretende a respeito de liberdade. (*A' ordem, à ordem.*)

O Sr. CARNEIRO:—Tenho respondido, e não admito insultos.

O sr. Franga:—Tendo eu de tratar deste projecto, o farei seguindo diversa via da que têm trilhado os nobres deputados que me precederão: principiarei por perguntar se é objecto de uma lei a materia que se nos propõe no mesmo projecto.

Alguns dos illustres preopinantes disserão que o assumpto induzia verdadeiramente a materia, ou a substancia de um programma: mas um programma não é objecto, que entre na classe dos trabalhos de uma assembléa de legisladores; tem o seu lugar proprio em um congresso de litteratos.

Trata-se porém, me dirão, de fixar por lei certo premio a um serviço, a uma tarefa litteraria que utilisa á nação; digo eu a isso, que nem mesmo para esse efeito é necessário fazer uma lei.

Entre as atribuições do imperante tem elle a de premiar os serviços benemeritos da nação. Se houver um escriptor pois que tome a si um trabalho semelhante, e o ofereça á nação, não será por falta de lei que ha de ficar baldo de premio, se elle o merecer; principalmente sendo o mesmo premio meramente honorífico qual é o que no projecto se aponta.

Porém, me replicarão, é mister que o merecimento da obra seja qualificado pelo juizo da asssembléa, segundo se estabelece nos §§ 2º e 3º do projecto: e eu respondo que isso mesmo é o que eu não quizera que se fizesse: não quizera que os legisladores da nação interpuzessem juizo sobre o merecimento litterario de um escripto, que alias pode ter contra si a opinião dos doutos em assumptos problematicos de metodo e doutrina. De uma approvação *a priori* não sei que resulte algum bem publico no caso: mas ainda quando resultasse não julgo eu que para haver instrucção nacional seja mister fazer-se uma lei só com a mira de estimular a quem escreva.

Ha tanto escripto entre as outras nações civilisadas em materia de metodo e escolha de doutrinas adaptadas ao desenvolvimento das facultades intellectuaes do homem nos primeiros annos, que bem julgo eu pouco mais se pode adiantar. Esse é o emprego dos litteratos por mera gloria de ser autor; o que muito mais estimula a ambição do escriptor ingenuo do que a vulgar distinção de uma medalha de ordem do Cruzeiro, que igualmente se facilita aos nescios. Voto portanto contra a admissão do projecto.

O Sr. Carvalho e Mello:—Neste programma que se apresenta hoje á discussão, trata-se

do maior e mais importante objecto, principalmente para o Brazil. Os sens illustres e sabios autores conhecendo quanto importa para o bem e augmento de qualquer estado o estabelecer-se um sistema regular de educação intellectual physica e moral, para, por effeito della, se tornarem os homens dignos cidadãos; para cooperar, cada um no mister de vida que adoptar, para a felicidade geral; assentarão formar este programma assim de se conseguir, por meio dos premios nelle estabelecidos, um tratado accommodado ás circumstancias do paiz, e que possa produzir os effeitos premeditados.

Ocorreu-lhes que sendo verdade incontestável, que é o meio de diffundir as luzes e instrução, e produzir por meio delas a moralidade necessaria para formar dignos cidadãos de um estado livre, um sistema de educação, muito mais necessario se fazia no Brazil, onde por um desleixo indesculpavel tem havido tão pouco cuidado desta materia, que ainda ha poucos annos se não conhecia nas cidades mais opulentas e civilisadas o estabelecimento de professores regios para as cadeiras dos principios clementares que preparam os homens para os estudios das sciencias maiores.

Até á expulsão dos jesuitas, a estes incumbia a educação litteraria da mocidade, segundo as idéas e gosto do tempo, e isto o fazião elles por sua livre vontade, sem recberem estipendio algum.

Passou esta época, desaparecerão elles dos dominios portuguezes, e por muito tempo, nem o plano dos estudos regulares estabelecidos em 1757 se pôz em pratica. Muitos annos depois se crearão cadeiras segundo o referido plano, sendo até então necessário que os brasileiros fossem através dos mares mendigar em Coimbra estudos, de que já deverão ir munidos; e á maneira dos antigos, que fazião iguaes viagens como para fazer mercado das letras, sofrão os incomodos insuperaveis de tão longas digressões, as quaes só podião fazer os que erão abastados e ricos. Mas nem assim se podia dizer que havia um estabelecimento de verdadeira e regular educação.

A que havia, era sim litteraria, mas não conforme aos bons principios hoje em dia conhecidos pelos bons escriptores, que desde o celebre autor da *Emilia* até o presente têm enriquecido o mundo desta parte da literatura.

Faltava tambem tratar da educação physica, que prepara o corpo para adquirir robustez, saúde e disposição para a educação intellectual, as quaes ambas são a base da litteraria e moral. Além disto, a maior parte dos cidadãos não se dedica, nem pôde voltar-se á classe dos cidadãos letrados; mas cumpre que essa mesma parte tenha os conhecimentos que são necessarios a todo o homem para ser honesto, de boa moral e costumes, amigo das virtudes moraes e civicas, e ultimamente cidadão probo e amigo da patria.

Tudo isto se pôde conseguir por meio de um tratado clementar de educação em geral.

Sendo tantos os escriptores que fallarão da educação e seus preceitos geraes, mui poucos ha que reduzissem esta materia de summa importancia a tratados regulares, e menos com especial applicação a cada um dos paizes.

O celebre Filangieri levou, a meu ver, a palma neste genero de trabalho scientifico e litterario, escrevendo com muito discernimento e siso regras adaptaveis á educação publica e particular, marcando os annos e o genero de litteratura e saber, que devião ir bebendo os moços gradualmente, á proporção dos gráos de intelligença que se vão desenvolvendo com o progresso dos annos, e guia de sabios mestres; e regulando os estudos que devião servir a todos em geral, e o que devião depois prestar para os que se houvessem de dar ás sciencias maiores, que se devião asinal ensinar em collegios.

Este plano assim regulado poderá mui bem servir de norma aos que se derem a este genero de trabalho, mas não se pôde dizer absolutamente perfeito, e pelo menos não está cortado ás circumstancias, genio, e indole dos habitantes deste vasto paiz.

Portanto, que mais acertada medida podião tomar a este respeito os illustres membros da commissão de instrução publica, do que propôr o programma presente, assim de convidar com premios de honra os benemeritos cidadãos, que ardendo em amor da patria quizessem dar-lhe este manancial de prosperidade publica?

Que maior estímulo para corações briosos, e para almas sensiveis ao verdadeiro amor da gloria?

Que meio mais proporcionado a conseguir-se o fim de instituir-se um sistema de educação publica e particular, physica, intellectual e scientifica do qual possão brotar copiosos fructos a bem da mocidade brasileira?

Já os deputados das côrtes de Portugal se lembrarão de um semelhante concurso para obterem o melhor codigo civil e criminal.

Nada é tão preciso para augmento e prosperidade deste paiz, do que o augmento de população, e a instituição de um sistema de educação. E' verdade tão conhecida que não é mister demonstral-a.

Debalde chamaremos povoação estranha por meio de providencias já adoptadas pelos estados civilizados, e deste nosso hemispherio.

Debalde estabeleceremos um bom sistema de colonisaçao e catechese dos nossos indigenas, se os não formarmos por bons planos de educação para serem cidadãos uteis: e debalde queremos prover ao augmento das artes e das sciencias, se não conseguirmos a diffusão e expansão das luzes que são necessarias para ter homens que possão ser empregados nos diversos ramos que constituem a administração publica.

Sr. presidente, a materia é vasta, é grande, é utilissima; mas devo restringir-me á utilidade do projecto que discutimos; e posso assoluntamente, pelo quo tenho exposto, concluir que o referido projecto é necessario, util e convinhavel ás circumstâncias deste novo e nascente imperio.

O Sr. Gomido:—Sr. presidente, a instrucao do povo é a primeira fonte da felicidade publica, e é um bem que o homem possue até á sepultura.

Precisamos instruir o povo para que aos filhos os pais dém uma boa educação physica e moral.

A moralidade é indispensavel..... Tempo talvez virá em que tratando-se de alguma remuneração, nós seremos como os romanos, e estimaremos mais uma corda civica do que de brillantes, ou qualquer recompensa pecuniaria. (*O tachygrapho não ouvio mais*)

O Sr. França:—Sr. presidente, a moralidade de uma nação é o resultado de muitas e diversas causas, e o efecto pratico do complexo de muitos meios indirectos.

Ninguem deseja mais do que eu que se estableçao entre nós os bons costumes, e a pratica das virtudes moraes, e conheço muito bem que para isso pôde concorrer em grande parte a instrucao.

Mas esse não é o ponto da nossa questão; o ponto da questão é, se para haver essa instrucao, e se para haver essa moralidade é indispensavel compôr-se agora um tratado de educação; e se é necessario para que se elle escreva que se faça uma lei que fixe um premio ao seu autor.

Nestes precisos tempos é que eu ventilei a these: e é, segundo elles, que eu então disse, e digo ainda agora, que é ociosa a tarefa de fazermos uma lei a tal respeito.

Julgou-se a materia sufficientemente discutida; e o Sr. presidente perguntou:

1.º Se estava concluida a 1^a discussão.— Venceu-se que sim.

2.º Se o projecto passava á 2^a discussão.— Venceu-se tambem que sim.

Seguiu-se a 2^a parte da ordem do dia, que era o projecto sobre os empregados publicos da Bahia.— (Veja-se a sessão de 22 do corrente.)

O Sr. Ferreira de Araujo:—Sr. presidente, com razão dizia Cesar que todos os homens que hão de deliberar sobre objectos duvidosos devem despir-se do odio, da amizade, da ira e da compaixão; porque *haud facile animus verum providet ubi illa officiunt*. Talvez se verifique esta sentença ácerca do projecto em questão.

O seu illustre autor foi testemunha das violencias e dos attentados que os novos vandais do meio dia commetterão na malfadada Bahia, sua e minha patria, até que acossados do valor brazileiro procurarão esconder nas ondas sua vergonha e suas depredações; e era impossivel que uma justa indignação não inflamasse o seu patriotismo. Eu convenho com elle, que a justiça consiste em premiar os benemeritos e punir os

culpados; mas reconheço a necessidade de extremar os ultimos, querendo antes a impunidade de alguns criminosos que a oppressão de um só innocent.

Aquellos que durante a iniqua usurpação da minha patria derão as mãos aos seus inimigos e liverão parte nos seus crimes sejam tratados rigorosamente; porém aquelles que tranquillos espectadores das calamidades que por ventura lamentavão nos seus corações não derão provas algumas de animo hostil, como hão de ser esbulhados dos seus empregos pelo simples facto de não emigrarem da cidade? É verdade que muitos dos que se achavão no seu recinto tiverão a fortuna de evadir-se; mas quantos o desejarão e não poderão conseguir! Qual seria o homem de bom senso que preferisse a calamidade da fame e da miseria, os sustos da alarme e do latrocínio na cidade á abundancia, ao socego, e ainda mesmo aos prazeres no Reconcavo? Eu estou persuadido de que muitos dos que não correrão a dar os braços aos seus irmãos para a expulsão dos intrusos, enconrrarão dificuldades insuperaveis. De alguns sei eu que fizerão os maiores esforços malogrados ou pelos estorvos de uma numerosa familia ou ainda por embraços physicos. E como se ha de justificar semelhante procedimento? Não será isto acordar a animosidade do odio, quando mais convinha abafal-a? Não será abrir a porta a denuncias detractoras, flagello assolador da sociedade? Não será banir a confiança dos concidadãos, e establecer um estado odioso de inquietações e receios?

Sr. presidente, deixemos de agravar feridas sobre que cumpriria derramar o balsamo do esquecimento que as cicatrizes para sempre.

O projecto exige mais a prova da coacção no juramento da constituição portugueza. Porém um juramento prestado entre bayonetas e á vista do canhão poderá presumir-se espontaneo? Muitos dos illustres deputados que ennobrecem esta assembléa, não recusarão outr'ora prestal-o, convencidos da sua nullidade. Demais, como se provará o acto da coacção senão pela confissão propria, ou por uma justificação officiosa, que quasi sempre de nada mais serve do que de iludir a santidade do juramento?

Divergindo portanto da opinião do illustre autor do projecto, eu não qualificarei de criminoso aquelle que não desamparou o seu emprego e o recinto da cidade, enquanto se não provar que elle prestou espontaneos auxilios aos nossos inimigos, ou commetteu evidentes actos de hostilidade contra a causa do Brazil, porque eu não entendo que fosse outra a causa do Reconcavo. Partindo destes principios, eu ofereceria a seguinte

EMENDA

«(Salva a redacção.) Ao 2.º artigo. Os empre-

gados públicos providos antes da ocupação do inimigo, que durante ella houverem dado auxílio ao mesmo inimigo, ou executado decisivos actos de hostilidade á causa do Brazil, ficarão suspensos sem vencimento de ordenado até provarem invencível coacção.

« Art. 3.º — Supprimido.

« Ao 4.º Os mencionados actos de hostilidade serão acusados perante o ouvidor geral do crime, o qual dará vista ao acusado para sua competente defesa.

« Ao 6.º Sendo convencidos os acusados na forma do art. 4º, ocuparão os respectivos empregos os que houverem prestado serviços á causa do Brazil, e se mostrarem aptos para exercer os ditos empregos.

« Art. 7.º — Supprimido. — O deputado *Ferreira de Araujo*. »

O Sr. Carvalho e Mello : — Sr. presidente, o illustre autor deste projecto teve em vista que todos aqueles que não derão provas claras e convincentes de adhesão á causa do Brazil, e que pelo contrario na Bahia as derão de repugnancia e inimisade, devião ser punidos, e não podião gozar das vantagens deste sistema; e que igualmente os que constantes e firmes na independencia deste imperio arrostrarão perigos, e expuzerão as suas vidas e interesses, merecão premios correspondentes.

Seguiu o mesmo illustre autor o principio elementar de administração política, que consiste em castigar o delicto e premiar o merecimento.

São estas as duas molas principaes, que fazem marchar em regras fixas o andamento da máquina social.

Daqui deduzio elle, que todos os empregados publicos que forão nomeados pelo governo da Bahia no tempo em que a senhoreava o feroz e barbáro Madeira, não devião nem podião sem injustiça publica continuar a servir, muito mais com prejuízo dos que forão delles arrancados e expulsos, só por serem adherentes ao sistema brasileiro.

Mas nem tudo quanto parece justo em lhesse geral merece ser adoptado sem maduro e circumstanciado exame.

Por mais que pareça justo que não devem continuar nos empregos os que contrários á nossa independencia derão provas manifestas da sua inimisade ao Brazil, e que pugnarão quanto puderão para suffocar o grito da liberdade que os povos brasileiros fizerão ressoar quando despedaçavão as cadeas da escravidão: por mais que seja conforme aos principios relatados, que os empregos devão antes ser servidos pelos que abrasados no fogo sagrado da liberdade brasileira, quizerão sacudir o jugo da tutela da mái patria, não é conforme á prudencia, que sem circumstanciada indagação se tomem já as medidas apontadas no projecto, que só devem ter lugar depois de maduro exame.

Quem não sabe, Sr. presidente, que ás comissões de semelhante natureza acompanham os odios, paixões, espirito de partido, intrigas, invejas e malfadadas calumnias?

A quanlos se não impularão factos criminosos que, ou elles os não praticarão, ou os cobrem com o véu do crime?

Basta ter qualquer leve conhecimento da historia para saber-se que este é o resultado ordinario das crises revolucionarias.

Verdade é que o illustre autor do projecto propõe um meio de justificações para salvar que alguém seja punido injustamente.

Mas elles são posteriores á privação dos empregos: são desapossados, privados dos seus ordenados, sem serem ouvidos, convencidos e condenados.

Haverá jurisprudencia mais barbara!

Neste augusto recinto formaremos leis justas e sabias: estabeleceremos uma constituição que assegure e firme sobre bases solidas a garantia dos direitos individuaes e de propriedade dos cidadãos brasileiros; e havemos desde já consagrado por doutrina prévia, o condenar homens sem os ouvir, convencer e julgar?

Além disto, que dificuldades se não encontrão em semelhantes justificações?

As mais das vezes são pouco verdadeiras; são de sua natureza difícullosas, e dão lugar a muitas fraudes; e no presente caso pouco prestarião pela dificuldade que ha de provar cousas particulares, as quaes em barulhos e desordens de tempos revolucionarios não aparecem jamais com as coes proprias, e só com aquellas com que as querem ver as facções e partidos.

Portanto, Sr. presidente, este projecto se deve ter por mui accelerado e precipitado; deve-se pedir uma informação ao governo, que seja mui circumstanciada, que apresente uma relação particular das pessoas empregadas, do seu comportamento politico, das épocas em que entrarão, e o que ha de particular a respeito de cada um delles, para que se possa fazer um juizo exacto e escrupuloso; entanto vai esfriando o calor das paixões; e cessando a intriga aparecerá a verdade sem a mascara da calumnia.

O Sr. Muniz Tavares: — (*Não o ouvirão os tachygraphos.*)

O Sr. Henriques de Rezende : — Eu votei contra a urgencia deste projecto; e a razão que a isso me induziu foi a aversão que sempre tive a essas perseguições que sucedem aos tempos de convulsões, quando dous partidos se chocão por causa de suas opiniões.

Eu considero este projecto debaixo de dous pontos de vista: como favor aos emigrados; e como perseguição aos que ficarão na cidade da Bahia, enquanto estiver ocupada pelos inimigos. O primeiro ponto me faz lembrar as reflexões que fez Carnot a Luiz XVIII contra as preleções dos emigrados da França: desses que

abandonarão os interesses da nação e os do rei; que se forão pôr ao abrigo dos perigos para ver os touros de palanque: e depois que a nação cansada de lutar contra os partidos, restabeleceu á custa dos maiores sacrifícios a antiga ordem de coisas, vierão para dentro accusar aquelles que não puderão emigrar, que ficarão no meio dos perigos, e que salvárvão a patria.

Sr. presidente: o facto simples da emigração é uma prova mui equivoca de adhesão á causa da independencia: a maior parte não fazem senão fugir dos lugares do perigo: a cidade da Bahia era talvez um ponto em que as balas do inimigo se cruzavão com as nossas: era um ponto bloqueado onde, ou a fome, ou os insultos, ou a entrada das nossas tropas davão muito que temer a milha gente: que fizerão pois?

Sahirão para fóra, puzerão-se em campo largo: e nada mais fizerão. E é isto uma prova d'adhesão? Quantos não sairão para de fóra estar dando avisos, como sahemos, ao Madeira!

E quantos dos que ficarão na cidade não fazão alli mesmo muitos serviços á nossa causa, até dando avisos de todos os passos do inimigo!

Não é pois o simples facto da emigração uma prova de adhesão e amisade á causa do Brazil para merecer esses favores. Tambem o ter ficado na cidade não é prova de inimisade para esta perseguição; porque nem todos os que descjassem sahir, o podião conseguir. Havia pais de familia carregados de filhos, que tinham na cidade seus meios de subsistencia; como os havião de abandonar para ir no interior mendigar o pão?

Isso é bom para um homem só, que em qualquer parte cabe: mas como poderão todos conduzir uma praga de meninos muitas vezes? Quando mesmo os pudessem conduzir, onde os ião meter?

Não podião ser muitas as casas no Reconcavo, ocupado por um exercito; e quando ahí coubesse um homem, não quererão sofrer, nem se poderão accommodar meninos, que só os soffrem seus pais porque o são. Isto é de muito peso, Sr. presidente, para por esta simples falta privar a homens e pais de famílias dos seus empregos, e abandonalos ao favor de uma justificação sempre duvidosa em tais circunstancias.

Quizera eu que só se exclussem aquelles que tivessem praticado factos distintos e marcadamente voluntarios de hostilidade e inimisade á nossa causa. Muitos dos que forão para o interior nenhum serviço prestarião; muitos dos que ficarão na cidade ou farião serviços á causa, ou lhe não farião algum mal. Como porém vejo a assembléa propensa a que este projecto passe á segunda discussão; e como o regimento me faculta propôr nesta primeira discussão emendas que devem discutir-se na segunda; eu apresento algumas alterações, que me parecem dar a este projecto uma face menos

odiosa. Queira V. Ex. mandar buscar a emenda que vou ler.

EMENDA

« 1.º Para aquelles empregos em que concorrão nomeações do governo do Reconcavo e do governo da cidade no tempo da ocupação, preferirão os nomeados no Reconcavo.

« 2.º Para aquelles em que ficarão servindo os antigos empregados na cidade esses preferirão, como se não prove que praticarão actos distintos de hostilidades ou inimisade á nossa independencia.

« 3.º Para aquelles empregos da cidade a que não haja concurrence de outros nomeados no Reconcavo, mas cujos ocupantes fossem encarniçados contra a independencia, serão servidos pelos do Reconcavo que pelo art. 2º tiverem cedido aos antigos empregados.—*Henriques de Rende.* »

O Sr. Rodrigues de Carvalho:— Levanto-me para declarar que sou de voto que o projecto passe á 2^a discussão; não porque siga em tudo a opinião do illustre autor, mas porque julgo necessaria alguma providencia. Na 2^a discussão direi o que entender, fui testemunha ocular de muitos factos e muitas particularidades, de que não pôde ser sciente o mesmo nobre autor: e eu as referirei. Por ora escuso estar a gastar tempo fallando fóra da ordem.

O Sr. França:— Eu tenho que o projecto contém materia, cuja doutrina convém discutir-se; é por isso voto que passe á 2^a discussão. Que os empregados do passado governo de oppresão militar da Bahia não têm direito nenhum á sua conservação, é manifesto; e que ao poder executivo compete demittil-los, também é cousa que para mim não soffre dúvida.

Mas creio que nisso não haverá a devida regularidade pratica se acaso por um decreto se não fixar definitivamente a linha de conducta que é mister observar-se. O patronato é um vicio inherente da autoridade: elle tem a magica virtude de meter na craveira da lei as hypotheses mais absurdas. Nós somos testemunhas de um decreto recente que aqui suscitou e mandou pôr em rigorosa observancia as leis prohibitivas da accumulação de officios no mesmo sujeito, e todavia o negocio ficou no mesmo estado em que estava antes do mesmo decreto.

Ora, se isto acontece com uma lei expressa, contra cuja disposição se conservão os empregados na posse, e usofruto de dous e mais officios o que não aconecerá a respeito daquelles que têm um só na Bahia, e que bem ou mal forão nelles providos pelo governo militar intruso que occupou aquella cidade?

Consideremos pois mais de espaço a matéria: e na 2^a discussão do projecto ventilare-

mos o que cumpre providenciar, para que se restitua a administração publica nesta parte ao seu devido andamento.

Julgando-se a materia discutida propôz o Sr. presidente :

1.º Se estava concluída a 1^a discussão.—Venceu-se que sim.

2.º Se o projecto passava á 2^a discussão.—Venceu-se tambem que sim.

3.º Se se apoiava a emenda do Sr. Ferreira de Araujo.—Foi apoiada.

4.º Se se apoiava tambem a do Sr. Henriques de Rezende.—Foi rejeitada.

O Sr. SECRETARIO FRANÇA pediu a palavra para ler um ofício que acabava de receber do ministro dos negócios da fazenda :

« Illm. e Exm. Sr. — Levando ao conhecimento de Sua Magestade o Imperador o ofício de V. Ex. de 26 do corrente, em que de ordem da assembléa geral constituinte e legislativa do imperio me participa que para ilustração de um negocio relativo ás contribuições que se pagão nas passagens das pontes do Rio das Mortes e Rio Grande precisa que lhe sejam transmitidas as consultas ou cópias delas, que sobre materia de registros existirem resolvidas no conselho da fazenda : houve o mesmo augusto senhor por bem mandar expedir as competentes ordens não só ao dito tribunal, mas tambem á junta do comércio, e tesouro publico para remetterem com urgencia á secretaria de estado dos negócios da fazenda todos os papeis que possão esclarecer assim o que diz respeito ás contribuições das passagens, como em geral ao objecto de estradas que com ellas têm connexão, assim de ser tudo presente á assembléa geral.

« O que participo a V. Ex. para sua intelligença. Deus guarde a V. Ex. Paço, 29 de Julho de 1823. — *Manoel Jacintho Nogueira da Gama*. — Sr. Manoel José de Souza França » — Ficou a assembléa inteirada.

Leu mais o boletim do cirurgião assistente de Sua Magestade o Imperador :

“ Sua Magestade Imperial passou bem. Paço da imperial quinta da Boa Vista, 31 de Julho de 1823. O cirurgião da imperial camara, assistente a Sua Magestade o Imperador, *Domingos Ribeiro dos Guimaraes Peixoto*. » — Foi ouvido com muito especial agrado.

O Sr. PRESIDENTE : — Como está concluída a ordem do dia podemos passar á leitura dos pareceres de comissões ; mas se não ha pareceres vamos continuar a discussão dos artigos do regimento da assembléa até que chegue a hora.

O Sr. Carneiro da Cunha : — Parece-me que ficou hontem adiada, por falta de tempo para se examinar, a minuta do ofício que se ha de expedir ao governo sobre os ultimos succes-

sos da cidade de Porto Alegre ; e julgo conveniente tratar disto para evitar mais demora.

O Sr. ANDRADA MACHADO : — Apoiado.

O Sr. SECRETARIO FRANÇA : — Aqui está a minuta do ofício que se ha de expedir aos secretários de estado do imperio, guerra e justiça. (*Leu a minuta.*)

Fizerão-se algumas pequenas alterações de redacção, e mandou-se expedir.

O Sr. PRESIDENTE : — Se ha para se ler algum parecer de comissão vamos á sua leitura.

O Sr. SECRETARIO FRANÇA : — Como não ha, pôde entrar em discussão o da comissão de marinha e guerra, sobre as milícias de S. Paulo, que ficou hontem adiado.

Decidiu-se que entrasse em discussão.

O MESMO SR. SECRETARIO o leu com as indicações dos Srs. Alencar, Araujo Lima e Andrada Machado oferecidas na sessão antecedente.

O Sr. Arouche Rondon : — Hontem aqui houverão contradições em matérias de facto entre mim e alguns Srs. deputados, e para que não pareça que algum de nós se enganou, cu peço licença á assembléa para elucidar a matéria. O Sr. Andrada Machado disse que de Santos forão repentinamente mandados embarcar milicianos com engano. E' verdade o que elle diz.

De S. Paulo partirão 800 voluntários ; e prova-se que erão voluntários porque não havião tropas em S. Paulo, e por isso não havia quem pudesse guardar 800 homens armados. Com tudo como a vontade do homem é sempre ambulatária, na marcha fugirão alguns, e outros em Santos forão julgados incapazes de embarcar ; com o que faltavão cousa de 15 ou 20 para o estado completo de 800 praças, e por isso, não querendo o conde de Palma deixar de ser exacto mandou preencher por aquelle estranho modo.

O Sr. Vergueiro disse que forão levados em correntes para a cidade. Não duvido que o illustre preopinante visse algum ou alguns preços ; mas esses erão aquelles que tendo assignado os seus nomes de voluntários, tendo recebido fardamento novo, e voltando com licença á sua casa se esconderão na occasião da marcha.

Ultimamente aqui se disse hontem, que ainda não constava aulhenticamente que elles marchassem com a promessa de voltar em dous annos, como eu tinha afirmado. Se eu aqui tivesse os papeis que deixei em S. Paulo mostraria a cópia authentica do aviso que me foi remetido pelo conde de Palma para receber os voluntários, e organizar os esquadrões : mas felizmente aqui se me entregou por certidão o bando que publicou o conde de Palma com as forças do aviso e ordens que recebeu, e que eu mando á mesa para ser lido.

Igualmente remetto um officio que o anno passado recebi do commandante do 1º corpo com o mappa do estado efectivo, e relação dos que regressavão uns por doentes, e outros por casados. Pelo mappa se vê que em Abril do anno passado tinha aquelle corpo 242 praças; e é natural que hoje não tenha mais que metade.

Pelo estado deste, julgo o outro corpo; e por isso affirmei que o seu estado efectivo estava reduzido á metade mais ou menos. A relação confirma que de facto vierão os casados. Disse hontem que ficarão alguns que não quizerão vir: isto soube porque perguntei aos mesmos que de lá regressarão. Tenho informado o que ha, e a assembléa resolva o que melhor convier.

O Sr. Costa Barros:—Sr. presidente: eu serrei sempre de voto que se não ocupem milícias enquanto houverem soldados pagos: mas nem por isso posso aprovar as indicações do Sr. Andrada Machado e do Sr. Alencar. Resolver a assembléa que o poder executivo tome esta ou aquella medida, sem primeiro haver as informações necessarias, nunca se fará pelo meu voto. Eu não louvo o proceder do governo a respeito das milícias de S. Paulo; mas sei que quando ha uma revolução em qualquer província ou invasão de inimigos, se lhe deve dar o auxilio mais prompto, isto é, da província mais vizinha; e creio que é o que se fez por causa da guerra do sul; por isso entendo que a comissão diz muito bem, que só ao poder executivo compete decidir este negocio porque só elle sabe os motivos porque se tem procedido assim.

Apezar disto eu apoiarei a indicação do Sr. Araujo Lima para que se peço informaçōes ao governo; mas determinar-lhe que cumpra as promessas do antigo, Deus nos livre disso; o governo actual não pôde nem deve ser obrigado a verificar o que o antigo prometeu; isso traria consigo graves consequencias; deve fazer o que pede a justiça, mas não ser cego executor de todo o arbitrio que lembrou em outro tempo ao extinto governo.

Eu julgo tão bem fundada a indicação do Sr. Araujo Lima que me parece que esta assembléa se decidirá pela maior parte por ella; pois nada mais se pôde exigir do que esclarecimentos sobre as ordens que fizerão marchar aquellas milícias, e sobre as que as têm conservado no sul. Voto portanto pela dita indicação.

O Sr. Muniz Tavares:—Sou do mesmo parecer; não aprovo a conducta do governo; mas também não desejo que se tome resolução alguma nesta assembléa, sem havermos informações do governo.

O Sr. Andrada Machado:—Eu sou de opinião contraria; não sei para que são necessarias informações; o caso é notório; o governo violou a lei servindo-se de milícias quando devia servir-se de tropas de linha, e conservan-

do-as em província estranha: e usou para isso da armadilha de uma promessa que não cumpri; eis-aqui o que o governo fez, e que não podia fazer.

No bando que o meu illustre collega da província de S. Paulo mandou á mesa, se conhece a velhacaria com que se procedeu, prometendo-se que o serviço seria de dous annos, e louvando-se muito o valor e a fidelidade dos paulistas; emfim usou-se de tudo quanto era necessário para fazer cahir os patinhos; e depois não se lhe cumpre essa mesma promessa que se lhe fez.

E' pois de toda a justiça que o governo dê remedio aos males que estão soffrendo esses poucos desgraçados pais e maridos que ainda por lá existem. Eu não quero que se ordene nada positivamente ao governo, eu sou e serei sempre do voto de conservar a mais perfeita harmonia entre esta assembléa e o poder executivo; e além disso talvez que pela affluencia dos negocios lhe tenha este esquecido; portanto não mandemos; lembremos o que talvez por termos menos negocios nos não esqueçam. Neste sentido é que tenho faltado, e não acho inconveniente em que um poder lembre ao outro qualquer medida para o bem dos povos.

O Sr. Carneiro da Cunha:—Tenho ouvido dizer que as milícias de S. Paulo marcharão para defender uma província vizinha, e que portanto isto nada tem de irregular; se elas marchassem, Sr. presidente, depois de ter Montevideu declarado que se queria unir ao Brazil, hem estava; mas quando marcharão de nenhum modo se podia dizer que iam defender uma província nossa; forão porque era necessário fazer o gosto a quem assim o queria, e lá estão até agora soffrendo calamidades.

O nobre deputado que me precedeu disse que não se tratava de ordenar imperiosamente ao governo que retirasse aquellas tropas, e disse muito bem; o que se quer é lembrar-lhe que já é tempo de remover aquelles pais de famílias de um paiz onde lhe faltão todas as commodidades; e na verdade eu não vejo actualmente embaraço algum que estorve o seu regresso...

Quando eu propus, na sessão de 22 deste mez, que se mandassem restituir aos seus lares todas as tropas que estavão na campanha do sul, vi primeiro que não havia inconveniente, porque já estava evauciada a Bahia, e o governo podia obrar livremente a este respeito segundo me pareceu conveniente. Julgo pois tambem muito ajustadas as indicações do Sr. Andrada Machado e do Sr. Alencar, para que se lembre ao governo aquillo de que parece ter-se esquecido, e que a justiça reclama.

O Sr. Montesuma:—Eu pedi a palavra para votar contra a emenda do Sr. Araujo Lima que faz depender da confirmação do governo a deliberação da assembléa. Para que se pedem in-

formações no governo? Para saber que existem no sul tropas milicianas de S. Paulo, e que se lhes fez uma promessa que se lhes não cumprio? Tudo isto já se sabe, sem virem novas instruções. A emenda que deve passar é a do Sr. Andrada Machado; não vejo nella ingerencia alguma desta assembléa no poder executivo; lembra-se-lhe que faça o que ha muito devia ter feito, e para isso não precisa a assembléa instruções do governo.

O Sr. Araujo Lima: — As razões em que se funda a minha indicação já têm sido aqui expostas; nem me cansarei a dar-as em resposta ao que acaba de dizer o illustre deputado, porque seria perder tempo em expender o que salta aos olhos de todos.

Uma assembléa legislativa não pôde em certos ramos dar um passo sem pedir informações. Como poderá deliberar sobre finanças, agricultura, commercio etc., sem o governo dizer o que ha sobre aquellas reparações? Isto é tão claro que não vale a pena dar explicação.

Agora sobre o ponto da questão digo que devemos pedir informações, porque para mim ainda não está evidente que se fez essa promessa; além disso não sabemos se têm havido ordens posteriores, ou faelos que obrigassem a fazer o contrario do que se prometterá; e alé já tenho ouvido falar em ordens novas expedidas pelo governo de S. Paulo. Enfim é preciso que conheçamos tudo isto com mindeza, e por isso requirei informações.

O Sr. Nogueira da Gama: — Quando pela vez primeira se fizerão marchar tropas para o sul, geralmente se pensou que a campanha seria de muito pouca duração, segundo a face que apresentavão os negocios de Buenos-Ayres e Montevideó, de modo que até se marcavão então os mezes que serião necessarios para conseguir a tranquillidade daquellas províncias, de que tanto dependia o socorro da província do Rio Grande de S. Pedro continuamente inquietada pelas tropas de Artigas, que a não serem desbaratadas, estenderião suas incursões, e cometerião roubos até ás vizinhanças de Porto-Alegre, e talvez passariaõ ávante com notável danno dos nossos concidadãos.

Poder-se-ha dizer que se devia tratar sómente de defender a fronteira do Rio Grande, sem fazer marchar nossas tropas para fóra dos nossos limites; mas isto só dirá quem não tiver conhecimento topographico daquella província, e se esquecer da immensa linha que forma a nossa fronteira, e que só poderia ser defendida com um muito consideravel numero de tropas, para poder obstar ás correrias de nossos inimigos, se tal fosse possível, á vista do sistema com que se faz a guerra no sul.

Estou persuadido de que não foi com espirito de conquista, e de augmento de territorio que se mandarão nossas tropas á Montevideó e á

colonia do Sacramento: foi para buscarmos maior facilidade de destruir, ou ao menos conter nossos inimigos com muito menor numero de soldados, e por consequencia com muito menor despesa e sacrificios do Brazil; foi tambem com as vistas de estabelecer o theatro da guerra fóra do nosso territorio, no que sempre se ganha a favor dos estabelecimentos rurais, ainda contando-se com a mais exacta disciplina e subordinação da tropa.

Quanto a terem marchado tropas da província de S. Paulo, com promessa, como se acaba de dizer, de voltarem no fim de dous annos, promessa que se não cumprio, pois que ainda existem no sul, não posso deixar de admirar a facilidade com que se nota esta falta, e se pretendesse exigir o prompto cumprimento de semelhante promessa, o que envolve não pequena incrépicio ao governo, sem primeiramente se saber qual foi o motivo da demora, e se não resultarião males consideraveis para o imperio fazendo-se recolher as tropas de S. Paulo, para serem substituídas por outras.

Quando o governo prometeu que dentro de dous annos se recolherião estas tropas, não teve certamente a menor lençõe de enganar: naquelle tempo, como já disse, todos pensarão que a duração da guerra seria de poucos mezes, e fazendo-se uma promessa com latitudo de dous annos era bem de esperar que pudesse ser cumprida: se faltaria as esperanças do governo, se erraria todos os que contavão com a brevidade da decisão dos negocios do sul, é manifesta injustiça o incrépar de má fé o procedimento que tem havido com as tropas de S. Paulo; certamente não houve lençõe premeditada de enganar os honrados paulistas; nem por inero capricho, ou por má vontade têm elles sido demorados por tão longo tempo fóra de seus lares, e em distancia tão consideravel; poderia o governo errar em seus planes e conjecturas, sem faltar á boa fé, e sem lençõe de enganar.

Tambem não posso admittir a proposição de se não deverem fazer marchar as milícias para fóra de seus districtos e províncias, empregando-se com preferencia, e até unicamente as tropas da primeira linha.

Ao governo é que toca tomar todas as medidas para a defesa do imperio, empregando as tropas de 1^a e 2^a linha, como achar mais conveniente; não me consta que haja lei alguma que vede o emprego das tropas da 2^a linha fóra das suas províncias: demais, ainda que pareça muito conforme á razão e aos interesses da agricultura, da industria e do commercio, que se não empreguem semelhantes tropas em distancias consideraveis de seus domicílios, antes de censurarmos o seu emprego devíamos examinar se havião tropas da 1^a linha em numero e força sufficiente e proporcionada aos fins que se pretendiam conseguir: ninguem pôde ignorar que a

nossa principal defesa consiste nas tropas da 2ª linha combinadas, e ajudadas pelas da 1ª linha; se unicamente quizessemos defender-nos com estas, sem duvida nós perderíamos, já tirando consideravel numero de braços das classes productoras da riqueza publica, já onerando á nação com impostos insupportaveis, para se haver o enorme cabedal que exige a manutenção das tres armas da 1ª linha em quantidade sufficiente para a defesa do imperio, e conservação da tranquillidade publica; sendo de primeira intuição, que tropa sem exação e prompto pagamento não pôde, nem convém que exista.

Igualmente não posso convir com os que pretendem excluir absolutamente as tropas da 1ª linha, confiando a defesa do imperio sómente ás da 2ª linha: eu não duvido do valor e coragem de semelhante tropa, que ainda ha pouco ouvi nessa assembléa ser posta a par da 1ª linha: mas duvido de que ella se possa arrostar de per si sómente, com guerreiros de profissão, e que só tem o cuidado e o emprego das armas; pelo contrario muito se deve esperar della sendo auxiliada pela tropa da 1ª linha.

Quanto ao reparo e censura que se tem feito de não se haver exigido de cada uma das províncias do imperio um certo contingente de tropas para ser enviado ao sul, ainda que á primeira vista pareça ser isto conforme á razão e á justiça, decidircemos o contrario se nos lembrarmos de que o onus nacional seria então muito e muito maior.

Com efeito quem pôde duvidar de que os soldados paulistas sendo por habitos e clima muito analogos aos do Rio Grande do Sul, suportarão melhor as fadigas e privações inseparáveis da guerra nas fronteiras do Rio Grande, e mesmo dentro do territorio de nossos inimigos, do que os do Pará, do Maranhão, Ceará e mais províncias do Brazil? Quem pôde duvidar do excesso de despesa que deve haver no transporte de tropas de províncias tão distantes do teatro da guerra, e da perda de tempo em chegarem ao lugar do seu destino, comparativamente ao transporte da tropa da província de S. Paulo? Logo, é claro que o bem geral do imperio dictava a escolha destas tropas, poupando-se em despezas, e em perdas de soldados; portanto deve absolutamente cessar semelhante incrépção.

Não menos julgo inadmissivel a censura que se quer fazer ao parecer da comissão por afirmar que é da atribuição do governo o empregar as tropas da 1ª e 2ª linha como achar mais conveniente á defesa do imperio, fazendo-as render por outras do modo, e no tempo mais apropriado: seria em verdade um grande erro, o fazer retirar agora as valentes tropas paulistanas da campanha do sul, onde tão grandes serviços têm feito, com gloria e credito do valor brasileiro, para serem substituidas por outras sem conhecimentos do local, e não afsei-

tas ao clima, devendo se esperar que antes de poucos mezes sejam expulsados de Montevidéo os lusitanos nossos inimigos que ainda allí se achão; seria até uma injustiça que em troco do prazer de se recolherem aos seus lares com a antecedencia de 3 ou 4 mezes, fossem privados da gloria da total expulsão dos nossos inimigos aquelles officiaes e soldados que por tanto tempo os têm acossado, e reduzido ao apuro em que se achão.

Parece-me portanto extemporaneo o propôr-se ao governo que cumpra a sua promessa: confie-se no governo: elle o fará quando as circunstancias o permitirem, sendo bem de esperar que com as providencias ultimamente dadas para o bloqueio de Montevidéo, em breve terminará a campanha do sul com honra e gloria do valor brasileiro.

O Sr. Costa Aguiar: — E' do meu dever, como representante da província de S. Paulo, dizer tambem alguma cousa sobre este objecto, e oferecer o meu parecer em defesa dos meus honrados patrícios. E' verdade, Sr. presidente, que eu não estava em S. Paulo quando partirão aquellas tropas, mas por cartas de pessoas fidedignas soube que as cousas se passarão como disse o Sr. Vergueiro, ainda que da circunstancia das gargalheiras não tive noticia. Apezar do que expoz o honrado membro o Sr. Nogueira da Gama é indubitável que as tropas sahirão com a promessa de que fallou o Sr. Arouche Rondon, de servirem sómente dous annos, e todavia servem ha seis; portanto por mais que se diga e acarrete para desculpar este procedimento, faltou-se ao que se prometeu, e tanto basta para exigir a sua retirada. Approvo por isso a indicação do Sr. Antonio Carlos para que se diga ao governo que faça executar a promessa, ordenando ao mesmo tempo as providencias que forem necessarias em consequencia da retirada daquellas tropas. Não vejo que nisto se ataque o governo, pois apenas se lhe lembra o cumprimento da palavra dada, para que não continuem os padecimentos desses pobres homens por tempo indeterminado. (*O resto não se ouviu.*)

O Sr. Vergueiro: — Sr. presidente: pareço-me que a justiça e a boa fé devem ser as bases de toda a administração. Um illustre membro aqui mostrou querer justificar o antigo governo, por não haver lei expressa que prohiba o emprego da força miliciana fora da província. Eu convenho que não ha lei expressa; mas ha a lei do interesse geral á qual cedem todos os interesses particulares (*apoiado*)..... Todos os cidadãos, todas as províncias devem concorrer com igualdade, e não carregar todo o peso sobre uma só província. Diz-se que sahirão os milicianos de S. Paulo porque não havia alli tropa de linha, não é assim, havia a legião de tropas ligeiras que me parece que tinha

dous mil e tantos homens que estavão na fronteira, e ainda assim se fizerão sair mais 300 milicianos, para arruinar outros tantos estabelecimentos, pois todos sabemos que cada miliciano é um pai de familia que faz falta á sua mulhier e seus filhos, que sem elle ficão em abandono.

Portanto se a provincia de S. Paulo não tinha tropas de linha é porque já as tinha mandado para a fronteira, e por consequencia foi uma violencia tirarem-lhe tambem os milicianos, fazendo tantas familias desgraçadas, e prejudicando a agricultura, quando as outras províncias devião concorrer com igualdade, porque o beneficio era geral para todas.

Quanto á falta de boa fé não sei como se procura justificar o velho governo que por si mesmo caducou (*apoiado*), que cahio por sua pessima administração e má fé (*apoiado*) ; se assim não fosse não cahia ; ninguem se revolta contra um governo bom e justo (*apoiado*), todas as revoluções têm por motivo as injustiças e violencias dos governos. O antigo governo não pôde ser desculpado, fez sair aquella pobre gente, promettendo-lhes que ião servir só por dous annos, e todavia ainda não vierão aquelles desgraçados que forão illudidos.

Quando um governo não segue a marcha da justiça, e se procede de má fé, a desconfiança é geral sobre todas as suas medidas ; é necessario não enganar, e capacitar os povos de que sempre se obra em boa fé, e nunca com violencia ; quando assim se pratica o governo é amado, e todos estão promptos a defendê-lo ; tal considero eu o actual governo, mas não o passado de que falei. (*Apoiado*.) Elle tem em suas mãos o remedio para este mal de que tratamos ; se são necessarias mais forças preencha os corpos e se estes não são bastantes proponha a criação de novos ; ainda que preenchidos os actuaes creio que terá tropas para fazer marchar.

Finalmente ao governo compete lembrar as providencias que julgar convenientes, para que se não arruine uma província ao mesmo tempo que as outras nada sofrem, segundo a injusta medida do governo velho, que o actual deve sem demora reformar, principalmente lavendo um tão avultado numero de tropa de linha.

O Sr. Andrade Machado : — Sr. presidente, á vista do que ouço não sei se estou no mundo da luta ! Eu creio que todos sabem que a tropa mercenaria é a que se emprega em qualquer precisão, e que só na falta absoluta daquelle se chamão as milicias ; as milicias, Sr. presidente, são uma força própria e unicamente provincial que não pôde sem urgentissima necessidade ser tirada da província a que pertence ; e muito menos para ficar eternamente á disposição do governo. Em verdade, apesar do que disse um nobre preopinante, não se acha uma só razão solida que possa de algum modo justificar o

governo de fazer carregar tão grande peso sobre uma só província, quando todas as outras têm homens com que devião concorrer.

Diz-se que os paulistas são valentes, mas eu não admito essa particularidade ; os paulistas são brasileiros, e todo o brasileiro tem alma nobre e valorosa (*apoiado*), e por isso os das outras províncias servirão igualmente bem se os empregassem. Tainbem de nada serve o dizer-se que os paulistas por mais vizinhos erão mais proprios para aquella guerra ; a historia mostra que os homens de paizes quentes são sempre bons soldados nos paizes frios ; graças ao sol que nos produziu ! Seremos tão bons soldados nos desertos da África como nos gelos da Noruega.

O governo lembrou-se que devião marchar os paulistas, e assim o fez, illudindo-os ainda com uma promessa que não cumpriu, e não havemos de falar contra o governo ? Ninguem alaca o novo ; queixamo-nos do velho, e contra elle todos os baldões me parecem poucos (*apoiado*) ; sim, tudo é pouco pelos infortunios que acarretou sobre a nossa patria, maldição eterna tenha elle (*apoiado*), tanto o aborreço e o delesto ! O novo, torno a dizer, não esti neste caso ; se o estivesse não lhe diríamos que se abstivesse de ser injusto ; como representantes da nação reprimiríamos suas injustiças.

Mas não é este o caso em que estamos ; o que basta é dizer ao governo actual que cumpra a promessa do velho, o que talvez não tem feito já pelos muitos negocios de que tem a tratar : a obrigação de bem fazer tambem é nossa ; façamos o que está da nossa parte ; a lembrança é nossa ; o applicar o remedio é dele. A' vista disto não sei como se diz que se ataca o governo ; eu não faço mais que lembrar-lhe o que é atribuição sua ; lembro-lh'o como representante da nação, e especialmente como paulista, pois pertenço mais de perto aquella província que me honrou com a sua confiança ; e perlengendo-lhe mais de perto devo sentir mais que ninguem os males que a affligem, e lamentar mais que só os seus filhos fossem escoihidos para aquelles trabalhos, dando-se-lhes os titulos de heroicos e valorosos, com que os engodarão para os arrancar de seus lares abandonando suas familias. Termine-se isto, e ressítuia o governo esta boa gente á sua patria para que voltem a reclinar-se nos braços de suas mães, mulheres e filhos.

O Sr. Henrques de Rezende : — Levantome para falar a favor da emenda do Sr. Araujo Lima, Sr. presidente, ocorrere-me neste momento uma circunstancia que me faz crer que o governo labora em grandes dificuldades, para poder já fazer isso que se quer. O governo de Pernambuco representou a S. M. o Imperador a necessidade de que se fizesse recolher aquella província a tropa que ha seis annos está em

Montevidéu, Sua Magestade respondeu que tinha dado, ou ia dar as ordens para isso. Ora, não se tem até agora verificado, e isto faz supor algum embaraço que o tem impedido. Digo pois, que se peça ao governo esclarecimentos antes de mandar retirar aquellas tropas.

O Sr. Nogueira da Gama : — Estou bem persuadido que as milícias devem persistir nos seus distritos enquanto for possível, mas não que devão ser permanentes, como dá a entender o illustre preopinante nas expressões que soliou no logo do seu discurso contraditorio, como quasi sempre. O decreto desta assembléa que está já a ponto de se publicar, deixa para o chefe do poder executivo o fazer marchar as milícias para fora das suas províncias. O chefe da nação é que está encarregado de providenciar a defesa nacional: ha de lançar mão de todos aqueles meios que estiverem a seu alcance; e tolhermos-lhe estes meios é não querermos existir. Diz um illustre preopinante que esta injustiça foi uma das causas do antigo governo cahir por velho absoluto, débil, etc., etc., isto são expressões exageradas: que injustiça tão grande foi esta que se fez? Vamos examinal-a. Faltou-se aquella promessa, não o duvido: mas prociremos os motivos para decidirmos da boa ou má fé do governo.

Não havião tropas de linha sufficientes, e era necessário recorrer a milicianos para se conseguir a defesa do imperio: aponta-se o recurso de um recrutamento para livrar os milicianos, como se todos nós não soubessemos quaes sejam os males que faz um recrutamento: por mais diligencias que se façam, não se conseguem recrutar: os que estão no caso de assentar praça na 1^a linha fogem, ficão fora do alcance, vão habitar entre as feras; é verdadeiramente uma-desgraça em todas as províncias onde se vai proceder a um recrutamento: desertão, mudão de domicilio, vão para os matoz: emfim isto é bom de dizer, mas difícil de executar: complem-se os regimentos; augmente-se o numero delles; tudo isto seria possível se tivessemos bastante povoação, se tivessemos a renda necessaria para o exacto pagamento da tropa, sem o qual não pôde estar debaixo das armas nem pôde obter-se della bom serviço.

Tenho ouvido dizer quo se faltou á promessa, e que isto é um crime muito grande e horroroso, quando nós sabemos que não se faltou de propósito, e que por momentos se esperava o feliz exito da campanha, sem que pessoa alguma se persuadisse que durasse tanto tempo: estamos agora, e eu estou muito persuadido que mui breve cessarão estas dificuldades, mui breve, e mais breve talvez do que todos nós pensamos. Ouvi tambem dizer que deve cahir este pezo igualmente por todas as províncias: isto é verdadeiramente um absurdo: se nós pudessemos marcar o contingente de cada uma de

mancira que carregasse igualmente em todas as províncias, muito bom seria: mas isto são idéas chimericas. Senhores deixemos particulares prevenções: os bens que existem em qualquer ponto do Brazil pertencem á nação brasileira, não pertencem só aquella província onde existem (*apoiado*): todo o onus publico não é só de uma, é de todas as províncias (*apoiado*): ora, quando se trata de acudir a um ponto que pertence ao território brasileiro, deve-se procurar acudir com os meios mais promplhos e mais eficazes, e que sejam menos gravosas ao todo da nação brasileira; e por isso deve immedialmente ser soccorrido pela mais vizinha, ainda que por isso sofra maior gravame: os scus soccorros são mais promplhos, aprovação mais do que os soccorros das mais distantes, e são menos dispendiosos; ora, se nós fossemos a dividir estes soccorros, S. Paulo sofreria menos, mas o remedio não aproveitaria, e o mal para o todo na nação seria muito maior.

Como poderia a tropa de uma das províncias do norte ir fazer a guerra ao sul? Que despezas, que incomodos não causaria? E' pois necessário fazer sempre marchar as tropas daquelle ponto que for mais proximo: de mais os paulistas são acostumados aos rigores do clima do sul, e ao modo com que nello se faz a guerra: eu pelos meus avós tambem pertenço à província de S. Paulo: desejaria allivial-a: mas estes são daquelles males que vêm das circunstancias. Enquanto dizer-se que ficão distantes de suas mulheres e filhos, muito mais distantes e em peiores circumstancias ficarião os que fossem de outra qualquer província; sahindo as tropas da província mais proxima é menor o mal para o todo da nação brasileira, do que dividindo-se este pelas mais províncias: a despesa publica é muito menor, por ser feita daquelle ponto que se acha em mais proximidade: deixemos portanto ao governo actual o cumprimento da promessa feita pelo antecedente quando permitirem as circumstancias: pouco tempo mais pôde durar este sacrificio.

O Sr. França: — Sr. presidente, a questão que temos para resolver é se a assembléa deve deliberar sobre este negocio com informações do governo ou sem ellas; e parece que todos quererão que antes se delibere com informações, porque é muito mais facil proceder com acerto; mas consulte-se á assembléa, e terminemos este longo debate com a sua decisão.

O Sr. Dias: — Sr. presidente: eu requeiro que fique adiado o parecer, pois tenho que falar sobre elle, e a hora está quasi a dar.

O Sr. ANDRADE MACUADO: — Então eu requeiro que continue a discussão, e diga o Sr. deputado o que tem para dizer, porque já é tempo de se decidir este negocio.

O Sr. PRESIDENTE: — O Sr. José Custodio

Dias tem a palavra, pôde fallar sobre a matéria do parecer.

O Sr. Dias: — Sr. presidente, tirar tropa aguerrida de uma empreza em que se acha empenhada, é medida que pôde ter perigosas consequencias. Outra qualquer tropa que se mande para aquelle ponto tarde adquirirá o mesmo grau de pericia em que esta se acha, e mais tarde corresponderá aos fins que se desejão; sem fallar na immensa despeza que se ha de fazer para a conduzir áquelle lugar.

Se o motivo de se querer remover estes milicianos é a desgraça em que se achão as suas familias, sejão estas soccorridas á custa das províncias donde se pretende tirar a tropa que os deve substituir, ou pelo estado; e eu estou prompto, e de mui boa mente, a dar uma parte de meus vencimentos para acudir a esses desgraçados; mas nunca volarei que se tire dalli uma tropa aguerrida, acostumada ao clima, e quasi proxima a concluir com gloria o fim a que foi alli levada.

Só se lhe querem roubar essa mesma gloria que lhe pertence! Ao menos nunca isso se fará pelo meu voto.

O Sr. Vergueiro: — Eu não digo que se desampare a commissão; mas nunca direi, como se tem dito, que a medida foi justa; querer sustentar a justiça da medida é sustentar o crime. Muito embora se façam despezas, mas repartão-se por todas as províncias, e não pese tudo sobre uma só; não estavão muito longe outras que sem os grandes incommodos de que aqui se tem fallado podião ter prestado gente, e sem correr as distâncias de norte a sul.

A província de Minas tem o duplo da população de S. Paulo; S. Paulo já tinha dado a legião, e Minas nem um só homem; mas eu sei como se deliberou assim este negocio, exigio-se esta medida no ministerio do conde da Barca, e acontecendo estar em sua casa um engenheiro, disse-lhe que erão bons os milicianos de S. Paulo para irem, e assim se decidiu. Eis-aqui como se fez este negocio; e desta mesma forma se fizerão muitos.

Julgou-se afinal a matéria discutida; e propôz o Sr. presidente:

1.º Se passava o parecer. — Não passou.
2.º Se se aprovava a emenda do Sr. Araujo Lima. — Foi aprovada; ficando por isso as outras prejudicadas.

O Sr. Presidente assignou para a ordem do dia: 1.º A 1^a discussão do projecto do Sr. Araujo Vianna para não exercerem os Srs. deputados outro algum emprego durante o tempo da deputação: 2.º O regimento da assembléa.

Levantou-se a sessão depois das 2 horas da tarde. — José Ricardo da Costa Aguiar de Andrade, secretario.

RESOLUÇÕES DA ASSEMBLÉA

PARA CAETANO PINTO DE MIRANDA MONTENEGRO

Ilm. e Exm. Sr.—A assembléa geral constituinte e legislativa do imperio do Brazil tomando em consideração o parecer da commissão de constituição sobre o inclusão officio do governo da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, de 21 de Junho proximo passado, e documentos que o acompanhão, tudo relativo ao facto escandaloso praticado pela força armada da cidade de Porto Alegre, com manifesta usurpação do poder legislativo: Tem resolvido: 1.º Que sobre o mesmo officio se proceda a uma devassa para que se conhecão os autores do delicto, considerando-se como taes os primeiros tratadores ou agentes delle, e limitando-se unicamente a estes a mesma devassa, concluída a qual se participará a esta assembléa o seu resultado, seguindo imediatamente o curso ordinário e legal: 2.º Autorizar o governo para remover do commando da tropa e para fóra da província o tenente-coronel Gaspar Francisco Menna Barreto e o sargento mór José Luiz Menna Barreto, e suspender do exercicio dos seus lugares o presidente do referido governo (que será substituído na fórmula da lei, pelo imediato em votos) e o secretario interino delle, Bernardo Avelino Ferreira e Souza, sendo aquelle tambem removido para fóra do distrito em que se tira a devassa, e este para fóra da província: 3.º Que se declare irrito, nullo, subversivo e anarchico o juramento prestado na indicada occasião na cidade de Porto Alegre, e se mande trancar, para mais não ser lida a acta do mesmo juramento: 4.º Que o governo tome todas as medidas que julgar acertadas para fazer constar ás autoridades civis, eclesiasticas e militares da província, e em geral a todos os habitantes della, que o poder de legislar reside unicamente nesta assembléa, fazendo sentir o seu desprazer com todo o rigor ao governo da sobredita província por tão criminoso procedimento. O que V. Ex. levará ao conhecimento de S. M. Imperial, assim de que V. Ex. execute esta resolução pela parte que lhe toca. — Deus guarde a V. Ex. Paço da assembléa, em 29 de Julho de 1823. — Manoel José de Souza Franya.

Na mesma conformidade e data aos ministros do imperio e da guerra tirada a palavra inclusa.